

Joseph A. Schumpeter

Capitalismo, Socialismo e Democracia



CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Joseph A. Schumpeter

Editado por George Allen e Unwin Ltd.

Tradução de Ruy Jungmann.



CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Joseph A. Schumpeter / (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

Tradução do original inglês *Capitalism, Socialism, and Democracy*.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, em língua portuguesa pela EDITORA FUNDO DE CULTURA S.A. que se reserva a propriedade sobre esta tradução.

OrdemLivre.org é uma organização não-governamental sem qualquer vínculo partidário. Fundada sobre os princípios de liberdade individual, mercado livre, paz e governo limitado, OrdemLivre.org promove uma ordem econômica eficiente e uma filosofia política moral e inspiradora por meio de publicações e eventos.

A equipe OrdemLivre.org agradece a Editora Fundo de Cultura por autorizar a edição online da presente obra.

PLANO DA OBRA

PREFÁCIOS

PARTE I — A DOCTRINA MARXISTA

PRELIMINAR

MARX, O PROFETA

MARX, O SOCIÓLOGO

MARX, O ECONOMISTA

MARX, O PROFESSOR

PARTE II — PODERÁ SOBREVIVER O CAPITALISMO?

PRELIMINAR

MÉDIA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO TOTAL

O CAPITALISMO PLAUSÍVEL

O PROCESSO DA DESTRUIÇÃO CRIADORA

As PRÁTICAS MONOPOLISTAS

UM PERÍODO DE TRÉGUA

MENORES OPORTUNIDADES PARA O INVESTIMENTO

A CIVILIZAÇÃO DO CAPITALISMO

PAREDES EM DESMORONAMENTO

HOSTILIDADE CRESCENTE

DECOMPOSIÇÃO

PARTE III — SERÁ VIÁVEL O SOCIALISMO?

LIMPANDO O CONVÉS

A PLANTA SOCIALISTA

COMPARAÇÃO DE PLANOS MESTRES

O ELEMENTO HUMANO

TRANSIÇÃO

PARTE IV — *SOCIALISMO E DEMOCRACIA*

O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

A DOCTRINA CLÁSSICA DA DEMOCRACIA

MAIS UMA TEORIA DE DEMOCRACIA

CONCLUSÃO

PARTE V — *ESBOÇO HISTÓRICO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS*

PRELIMINAR

A MENORIDADE

A SITUAÇÃO ENFRENTADA POR MARX

DE 1875 A 1914

ENTRE DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

AS CONSEQUÊNCIAS DA II GUERRA MUNDIAL

APÊNDICE

A MARCHA PARA O SOCIALISMO

PREFÁCIOS

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

ESTE LIVRO constitui uma tentativa de fundir, em forma coerente, quase quarenta anos de pensamentos, observações e pesquisas sobre o socialismo. O problema da democracia forçou sua entrada no lugar em que hoje ocupa neste volume porque verificamos ser impossível expressar as nossas opiniões sobre as relações entre a ordem socialista da sociedade e o método democrático de governo sem uma análise um tanto longa deste último.

O trabalho se tornou mais difícil do que pensamos inicialmente. Parte do material heterogêneo que fomos obrigados a reunir refletia as opiniões e experiências de um indivíduo que, em várias fases da vida, teve mais oportunidades de observação do que habitualmente têm os não-socialistas e que reagiu diante dos fatos de uma maneira não-convencional. Não desejamos apagar os traços dessa reação, pois grande parte do interesse que o trabalho poderia despertar seria perdida se os ignorasse.

Além disso, o material refletiu também o trabalho analítico de uma pessoa que, embora sempre honestamente tentando sondar os fatos sob a superfície, jamais fez dos problemas do socialismo o principal assunto das suas pesquisas profissionais por qualquer grande espaço de tempo e, por conseguinte, tem muito mais a dizer sobre certos tópicos do que sobre outros. Para não dar a impressão de que procuramos escrever um tratado bem equilibrado, julgamos melhor avisado agrupar nosso material em torno de cinco temas centrais. Elos e pontes entre eles foram estabelecidos, naturalmente, conseguindo-se, segundo esperamos, certa unidade sistemática de apresentação. Mas em essência eles são, embora não independentes, trabalhos quase autônomos de análise. **(IV)**

A primeira parte resume, em linguagem acessível ao leigo, as nossas opiniões — o que, na verdade, vimos ensinando há algumas décadas — sobre a doutrina marxista. Prefaciá-la uma discussão dos principais problemas do socialismo como uma exposição do seu Evangelho seria natural para qualquer marxista. Mas qual será o objetivo dessa exposição no saguão de um edifício construído por um autor não-marxista? Justamente para servir de testemunho da importância que atribuímos a essa mensagem, uma importância completamente à parte de sua

aceitação ou rejeição. Mas é leitura algo árida. E nenhum instrumento marxista foi usado nos capítulos subseqüentes. Embora os resultados das últimas partes sejam amiúde comparados com os cânones do grande pensador socialista, os leitores não interessados no marxismo podem pular para a Parte II.

Na segunda parte — *Poderá Sobreviver o Capitalismo?* — procuramos demonstrar que uma forma socialista de sociedade surgirá inevitavelmente da decomposição, igualmente inevitável, da sociedade capitalista. Muitos leitores se perguntarão por que julgamos necessária análise tão trabalhosa e complexa para provar aquilo que se transforma rapidamente em opinião geral, até mesmo entre os conservadores. A razão é que, embora a maioria de nós concorde quanto aos resultados, não concorda quanto à natureza do processo que está matando o capitalismo e ao significado exato que devemos dar à palavra *inevitável*. Acreditando que está errada a maioria dos argumentos oferecidos, ao longo de linhas marxistas ou mais populares, consideramos um dever enfrentar, e convidar o leitor a enfrentar conosco, as numerosas dificuldades que levariam à nossa paradoxal conclusão: o capitalismo está sendo liquidado pelos seus próprios méritos.

Admitindo, como pensamos que todos admitiremos, que o socialismo é uma possibilidade prática que se pode tornar *imediatamente real* em conseqüência do atual conflito, examinaremos na terceira parte o grande número de problemas que afetarão as condições nas quais a ordem socialista pode tornar-se um sucesso econômico. Essa parte é a que mais se assemelha a um tratamento equilibrado dos seus vários tópicos, incluindo os *problemas de transição*. As simpatias e antipatias toldaram de tal maneira os resultados do trabalho sério até hoje realizado sobre a questão (pouco, aliás), que até mesmo a simples reafirmação de opiniões geralmente aceitas parece justificada em certos trechos do livro.

A quarta parte — *Socialismo e Democracia* — constitui uma contribuição à controvérsia que se vem arrastando por algum tempo nos Estados Unidos. Mas é preciso levar em conta que se trata aqui apenas de uma questão de princípios. Os fatos e comentários relevantes (V) sobre o assunto acham-se espalhados por todo o livro, especialmente nas Partes III e V.

A quinta parte nada mais é do que pretende ser: um simples esboço. Mais do que algures,

limitamo-nos ao que aprendêramos à custa de observações pessoais e de umas poucas pesquisas fragmentárias. Por conseguinte, o material de que nos servimos é lamentavelmente incompleto.

Nenhuma parte do conteúdo dessa parte do livro foi publicada ainda. Um antigo esboço da argumentação contida na Parte II, contudo, serviu de base para uma conferência pronunciada na Escola de Aperfeiçoamento do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, no dia 18 de janeiro de 1936, tendo sido mimeografada por essa instituição. Finalizando, desejamos agradecer ao Sr. A. C. Edwards, Presidente da Comissão de Coordenação da Escola, a permissão de incluir neste volume uma versão ampliada do primitivo trabalho.

JOSEPH A. SCHUMPETER

Taconic, Connecticut - Março de 1942

PREFÁCIO DA 2ª. EDIÇÃO AMERICANA

A PRESENTE EDIÇÃO reproduz integralmente a de 1942 sem qualquer alteração, salvo a inclusão de mais um capítulo. Abstivemo-nos de modificar o fraseado, não obstante casos claramente indicados em certo número de passagens, porque julgamos impossível mudar a redação sem modificar-lhe a significação ou, pelo menos, de incorrer na suspeita de tê-lo feito. E também porque atribuímos importância ao fato de que nem os acontecimentos dos últimos quatro anos nem a crítica ao livro afetaram nossos diagnósticos e prognósticos, os quais, pelo contrário, parecem--nos inteiramente confirmados por esses mesmos fenômenos. O único objetivo que nos inspirou a escrever o novo capítulo foi o de aprofundar, à luz desses fatos novos, certos argumentos contidos no velho texto, particularmente a Seção IV do Capítulo XIX e a Seção V do Capítulo XXVII, e indicar também de que maneira a situação vertente se encaixa na filosofia da história bosquejada adiante. Aproveitamos também a oportunidade para nos referir a certas críticas, ou melhor, tipos de crítica, que foram tecidas em torno do nosso trabalho, embora não necessariamente na imprensa. Desejamos mencionar esses fatos na esperança de que as soluções propostas a seguir sejam de alguma utilidade para os leitores e não porque sintamos algum ressentimento em face da acolhida dispensada ao livro. Pelo contrário, desejamos aproveitar o momento para expressar nossa gratidão aos críticos pela invariável cortesia e bondade com que nos trataram, sem esquecer o generoso trabalho dos seus tradutores em sete diferentes idiomas.

Em primeiro lugar, permitam-nos mencionar duas críticas que poderíamos chamar de natureza especializada. Um eminente economista (VII) de reputação internacional discordou do nosso ponto-de-vista de que, como parte do processo social descrito neste livro, há uma tendência a longo prazo para o desaparecimento dos lucros. A atividade comercial, disse ele, terá sempre o seu preço. Não acreditamos que haja qualquer divergência real entre nós, salvo se usamos a palavra *lucros* em sentidos diferentes. Uma campanha de vendas, ainda necessária numa economia que se assentou em rotina estável, terá inevitavelmente de produzir benefícios idênticos aos de qualquer outra atividade inerente à administração de um negócio qualquer. Mas incluímos esse lucro nos salários da administração da empresa para isolar e salientar aquilo que consideramos a fonte principal do ganho industrial, isto é, os lucros que a ordem capitalista atribui à implantação bem sucedida de novas mercadorias, novos métodos de produção ou novas formas de organização. Não vemos como negar que a história industrial confirma de maneira convincente a importância desse elemento na renda capitalista. E sustentamos que, com

a crescente mecanização do *progresso* industrial (o trabalho de equipe em departamento de pesquisas, etc.), esse elemento, e com ele o mais importante pilar da posição econômica da classe capitalista, está destinado a desmoronar-se eventualmente.

A crítica mais freqüente dos argumentos puramente econômicos do presente livro que nos chegaram ao conhecimento — algumas vezes se exacerbando até a paixão — foi, no entanto, dirigida contra o que muitos leitores consideram uma defesa das práticas monopolistas. Realmente, acreditamos que a *maioria* das opiniões correntes sobre o monopólio, da mesma maneira que *todas* as opiniões sobre os sombrios efeitos da poupança, nada mais é que parte de uma ideologia radical, sem qualquer base nos fatos. Em certas ocasiões, expressa-mo-nos em termos mais contundentes, especialmente sobre a *política*, projetada ou já em vigor, baseada nessa ideologia. Mas aqui, por questão de dever profissional, desejamos apenas declarar que tudo que o leitor encontrará adiante sobre o monopólio reduz-se, em última análise, às seguintes proposições que, sustentamos, nenhum economista competente pode refutar.

1. A teoria clássica da fixação monopolista dos preços (a teoria de COURNOT-MARSHALL) não é inteiramente desprovida de valor, especialmente quando modificada para levar em conta não apenas a elevação instantânea, ao máximo, dos lucros monopolistas, mas também sua elevação ao máximo no decorrer dos anos. Mas ela se baseia em presunções tão restritivas que excluem sua aplicação *direta* à realidade. Em particular, nada justifica que seja usada da maneira que conhecemos nos trabalhos didáticos correntes, isto é, servindo (VIII) para uma comparação entre a maneira em que funciona a economia puramente competitiva e uma economia que contém grande parte dos elementos característicos do monopólio. A principal razão de tudo isso é que a teoria supõe uma certa procura e condições de custo, as mesmas para os casos competitivo e monopolista, quando constitui justamente a essência das grandes empresas modernas que a procura e suas condições de custo sejam, para grande parte da produção, muito mais favoráveis — inevitavelmente — do que a procura e condições de custo que existiriam nas mesmas indústrias em um regime de concorrência perfeita.

2. A teoria econômica atual constitui quase que apenas um exemplo de administração de uma dada organização industrial. Mas muito mais importante do que a maneira em que o capitalismo administra determinadas estruturas industriais é a maneira em que as cria. (Veja os Capítulos VII e VIII). E nesse processo entra necessariamente o elemento do monopólio, circunstância que dá aspecto inteiramente diferente ao problema e aos métodos legislativos e administrativos de enfrentá-lo.

3. Em terceiro, os economistas que debateram contra os cartéis e outros métodos de autogoverno industrial muitas vezes nada dizem que seja intrinsecamente errôneo. Mas sempre deixam

de fora as necessárias restrições. E, evidentemente, ao deixar de lado limitações imprescindíveis, não dizem toda a verdade. Poderíamos acrescentar outros argumentos, mas deles nos absteremos para passar a uma segunda classe de objeções.

Pensamos ter tomado todo o cuidado necessário para deixar patente que este livro não é de natureza política, nem deseja advogar qualquer tese. Apesar disso, para distração nossa, imputaram-nos a intenção, e mais de uma vez, embora não na imprensa, segundo pensamos, de *advogar o coletivismo estrangeiro*. Mencionamos este fato não pelo seu valor intrínseco, mas para mostrar outra objeção que por trás dele se esconde. Se nós não advogamos o coletivismo, interno ou externo, ou qualquer outra coisa, por que teríamos escrito este livro? Não será fútil elaborar inferências baseadas em fatos observados sem chegar a uma recomendação prática? Sentimos sempre grande interesse toda vez que deparamos com essa objeção, que é, na verdade, um sintoma característico de uma atitude moderna que tanta coisa explica. Todos nós planejamos muito e pensamos muito pouco. Ressentimos um apelo ao raciocínio e odiamos os argumentos não-familiares que não se coadunam com aquilo em que acreditamos ou gostaríamos de acreditar. Caminhamos para o futuro como entramos numa guerra, de olhos vendados. Mas foi justamente nesse campo **(IX)** que aspiramos prestar um serviço ao leitor. Quisemos fazê-lo pensar. E, para conseguir isto, consideramos essencial não desviar-lhe a atenção com discussões a respeito do que *deve ser feito*, o que provavelmente lhe despertaria o interesse. A análise tem objetivo diferente, que desejamos manter à vista, embora percebêssemos claramente que essa atitude nos custaria grande parte da satisfação que umas poucas páginas de conclusões práticas teriam provocado.

Essa atitude, finalmente, leva-nos à acusação de *derrotismo*, que nos foi assacada. Negamos redondamente que tal palavra seja aplicável a qualquer trabalho de análise. O derrotismo denota um certo estado mental que tem significação apenas quando em referência à ação. Os fatos em si mesmos, e as inferências neles baseadas, jamais podem ser derrotista:, ou seu oposto, seja lá isto o que for, A comunicação de que um navio vai a pique nada tem de derrotista, O espírito em que é recebida a comunicação, sim, pode ser classificado de derrotista. A tripulação pode sentar-se confortavelmente e começar a beber. Mas pode correr também para as bombas. Se os tripulantes simplesmente se recusarem a aceitar a comunicação, embora devidamente comprovada, eles serão, então, escapistas. Além disso, mesmo que a nossa descrição das tendências vigorantes significasse mais do que uma simples predição, como desejamos, ela

ainda assim não teria qualquer conotação derrotista. Que homem normal se recusaria a defender a vida simplesmente porque está convencido de que, mais cedo ou mais tarde, terá de morrer? Isso se aplica a ambos os grupos de onde partiram essas acusações: aos defensores da sociedade da livre iniciativa e aos patronos do socialismo democrático. E, no entanto, ambos terão muito a ganhar se chegarem a perceber mais claramente do que agora a natureza real da situação social em que terão de agir.

A discussão franca desses fatos sombrios nunca foi mais necessária do que atualmente, quando parece que elevamos o escapismo à categoria de sistema de pensamento. E esse foi o nosso motivo e a nossa desculpa ao escrever o novo capítulo. Os fatos e inferências que bosquejamos nem são agradáveis nem confortadores. Mas *não* são derrotistas. Derrotista é aquele que, ao mesmo tempo que professa respeito hipócrita pelo cristianismo e todos os outros valores da nossa civilização, recusa-se a tomar sua defesa, não importa se lhe aceita a derrota como conclusão inevitável ou se se ilude com esperanças sem fundamento. Essa é uma das situações em que o otimismo nada mais é do que uma forma de deserção.

JOSEPH A. SCHUMPETER

Taconic, Connecticut - Julho de 1946

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO INGLESA, 1949

ESTA NOVA EDIÇÃO dá-nos oportunidade de comentar, do ponto-de-vista expendido neste livro, os acontecimentos que tiveram lugar na Grã-Bretanha nos últimos dois anos, de inseri-los, por assim dizer, no quadro geral da análise que tentamos realizar. No tempo e espaço que nos foi concedido, nada mais do que *membro disjecta* podemos oferecer, Mas há outro ponto que desejamos esclarecido desde o início. Nada mais longe de nossas intenções do que criticar a política de qualquer país ou oferecer *conselhos*. Isso seria pura impertinência. Se alguns contornos da frase, no entanto, dão essa impressão, os leitores sem dúvida compreenderão que se trata apenas de uma das muitas conseqüências indesejáveis da extrema brevidade.

Antes de passar ao que se segue, os leitores farão bem em reler a Seção IV do Capítulo XIX e a Seção I do Capítulo XXVIII, que permanecem inalteradas, como aliás todo o resto do livro.

1. Considerada do nosso ponto-de-vista ou de outro qualquer, a situação inglesa se apresenta complicada, com seus aspectos principais toldados por um processo de transição social que interfere, e é por seu turno influenciado, com outro processo de transição (uma vez que dificilmente é possível, sendo as relações internacionais o que são, falar da transição da economia de guerra para a economia de paz) que poderia ser chamado de processo de reajustamento em condições de inflação reprimida. Embora diferentes em sua lógica, esses dois processos encontram-se tão intimamente entrelaçados que é impossível receberem tratamento separado. Não obstante, cortaremos o nó górdio e os estudaremos como entidades distintas. Podemos **(XI)** adotar essa atitude com relativa segurança porque um governo conservador, caso seja eleito nas próximas eleições, terá também de efetuar o reajustamento nessa mesma situação, numa sociedade em que os interesses trabalhistas dominam e em que o farol da livre iniciativa se encontra *toldado por uma cortina de fumaça*. Em outras palavras: se o Governo trabalhista for substituído por um governo conservador (um resultado que não nos atrevemos a prever), essa transferência de poder provavelmente fará menos diferença do que fingem acreditar os seus partidários fanáticos, exceto, naturalmente, que a nacionalização não seria levada adiante.

2. Estudemos brevemente, por conseguinte, os elementos da política econômica inglesa nos últimos dois anos, que podem ser interpretados como *socialismo antes do aho*, no sentido que lhe demos na Seção IV do Capítulo XIX. O leitor observará que, até agora, o Governo trabalhista se manteve dentro do programa de nacionalização ali esboçado e que, no que tange ao ponto mais controvertido desse programa (isto é, o ponto 6: nacionalização da indústria do aço), com notável moderação, adiou a solução do problema até as próximas eleições. Admitimos prontamente que há razão para uma divergência honesta de opinião sobre se essa socialização ou nacionalização pode ou não ser considerada socialista. Mas temos a certeza de que nada mais do que foi realizado pode, na verdade, ser chamado de medida socialista, pois a maior parte dos *planejamentos*, executados ou projetados, nada tem de especificamente socialista, a menos que adotemos uma definição do socialismo demasiadamente vasta para ter qualquer valor analítico. Alguns dos planos e, especialmente, certas pesquisas realizadas para fundamentá-los apontam, naturalmente, na direção socialista, mas um longo período se seguirá antes que se possa esperar que a contabilidade da renda e a análise da importação e produção (muito mais avançada nos Estados Unidos do que na Inglaterra) produzam frutos realmente socialistas.

Mais importante, no entanto, é outro aspecto da situação. Entre todos os fenômenos que ocorreram na Inglaterra nos dois últimos anos, nada nos impressionou tanto como a fraqueza da resistência oferecida à evolução para o socialismo. A oposição conservadora no Parlamento manteve-se rigorosamente dentro das fronteiras da rotina parlamentar normal, gerando-se **menos calor** com o caso da reforma social do que com diversos outros assuntos relativamente secundários do passado, entre eles o livre-câmbio, a Irlanda e o Orçamento. Tanto no Parlamento como no país, a importante facção do Partido Conservador que encara a questão de reforma social com equanimidade perfeita vem ganhando terreno. **(XII)** A imprensa conservadora, naturalmente, ventilou as suas críticas: argumentou, acusou e ridicularizou como no passado, mas não passou disso. Livros e panfletos de natureza crítica deixaram as editoras como em outras ocasiões em que se discutiam grandes temas, mas, se ocorresse a um observador com tendências para a estatística medir a importância dos assuntos em debate pelo número de volumes ou páginas escritas, ele dificilmente poderia considerar importante a oposição aos socialistas. E não é esta a maneira como uma nação poderosa reage aos ataques a princípios com os quais está firmemente comprometida. Deduzimos, por conseguinte, que o princípio da livre iniciativa não se encontra mais entre eles. Ninguém mais se opõe ao

socialismo por motivos morais. Tornou-se, pelo contrário, assunto a ser discutido na base de argumentos utilitários. Vivem ainda veteranos individualistas, naturalmente, mas eles não parecem capazes de despertar suficiente apoio para contar politicamente. E isso é o importante, como prova de que o *ethos* capitalista desapareceu.

3. Essa situação parece justificar o nosso diagnóstico de 1942 e confirmar, tanto quanto pode haver confirmação nesses assuntos, os argumentos em que nos baseamos. Lemos com respeito e admiração o brilhante livro de um colega eminente, o Professor JEWKES, mas devemos confessar que o sincero desejo de conversão não se concretizou. (** JOHN JEWKES, Ordeal by Planning, 1948. Com a devida gratidão pelas suas gentis críticas ao meu argumento, devo confessar que não reconheço em todos os pontos minhas próprias opiniões nos trechos criticados. Por exemplo, eu preferiria muito mais dizer que a função empresarial, em virtude da firme expansão do campo do que é cateulável, destina-se a tornar-se mais obsoleta do que é, realmente, agora. Nem pretendo negar que ainda há oportunidade para a liderança militar. Apenas esta liderança não significa o que significava quando Napoleão, com as balas assobiando em volta dele, se mantinha impávido na ponte de Arcole.*) A própria maneira usada pelo Professor JEWKES para abordar o problema — um método que tem relações muito mais estreitas com os vexames inerentes à política de reajustamento do que com o socialismo — pode ser até mesmo acrescentada à massa de provas que sustenta a tese abordada neste livro.

A possibilidade de socialização ou não através do aparelhamento da democracia parlamentar foi suficientemente provada, assim também como o método mais adequado para esse sistema político, isto é, o método da socialização gradual. O início do processo pode ser apenas esse e indicar nada mais do que uma tendência a longo prazo. Não obstante, indica claramente o que devemos entender não apenas como socialização democrática, mas também como socialismo democrático. Sugere que o socialismo e a democracia podem ser compatíveis **(XIII)** *contanto que a última seja definida da maneira proposta no Capítulo XXII do presente trabalho.* Observamos no Capítulo XXIII que o princípio da democracia política — o princípio de que os governos devem surgir da luta competitiva pelo voto — garante, até certo ponto, a liberdade de palavra e de imprensa, mas também que, no que tange ao resto, a democracia nada tem a ver com *liberdades*. E particularmente, no que toca às *liberdades* que interessam ao economista, a liberdade de investimento, a liberdade de escolha pelos consumidores e a liberdade de escolha de emprego, temos já à disposição interessante material experimental indicando que essas *liberdades* podem ser hoje tão limitadas, e em alguns casos mais ainda, do que o julgaria neces-

sário em condições normais um governo socialista. A liberdade do investimento privado, nas condições da moderna taxaço, perdeu a maior parte do seu cont  do. Mas sabemos também como os investimentos podem ser transferidos — não importa o que pensemos como particulares — da esfera privada para a pública. A liberdade de escolha dos consumidores, em uma sociedade socialista que funcione em condi  es normais, poderia ser muito maior do que agora. Além disso, descobrimos também que a flexibilidade do gosto    maior do que se pensava outrora, pois os indivíduos não reagem às limita  es até o ponto de transformá-las em resistência ativa, mesmo que a necessidade dessas restri  es não seja clara para todos. Similarmente, as restri  es sobre a escolha ocupacional não importaro   normalmente em *compulsão*, exceto numa relativa minoria de casos, sobretudo se a lista de escolhas admissíveis for racionalmente associada a uma lista de recompensas diferentes. E sabemos, finalmente, que um povo condicionado a aceitar *diretivas* governamentais tolera-as razoavelmente bem.

Deixem-nos repetir mais uma vez: essas inferências se baseiam em fatos inteiramente provados, mas de nenhuma maneira expressam nossas preferências pessoais. Pessoalmente, na verdade, preferimos outros sistemas culturais.

4. A crítica    política econômica do Governo trabalhista, como indicamos acima, vem sendo dirigida sobretudo contra a administra  o do *processo de reajustamento em condi  es de infla  o reprimida*. O Governo e a burocracia realmente forneceram grande cópia de argumentos aos seus opositores em forma de uma torrente de regulamentos detalhados a respeito do diâmetro admissível das cebolas e assuntos similares, de decisões administrativas mal aconselhadas e de pronunciamentos oficiais passíveis de fácil crítica. Suprimiram numerosas atividades, particulares ou não, que poderiam ter melhorado a situa  o econômica do país. Mas evitaram também o reajustamento p  s-conflito pela catástrofe e levaram a bom porto (XIV) o trabalhismo através de anos dificeis, sem desemprego, e mantendo um crescente aumento da renda real. E se tudo isso for reconhecido como o único objetivo da política econômica, como parecem pensar certos economistas, será tão possível falar de êxito como, de diversos outros pontos-de-vista, falar de fracasso. E deve-se acrescentar que isso não foi conseguido, como poderia ter sido, por meio de completa ignorância do futuro: o grande volume de investimentos públicos pode ser vulnerável    crítica no que tange a campos isolados, mas resta o fato de que a necessidade de rejuvenescer a máquina econômica da

nação não foi negligenciada, a despeito de todos os protestos contra os excessivos investimentos, levantados por muitas pessoas, entre elas alguns eminentes economistas. A nós, no entanto, interessa apenas a seguinte questão: De que maneira a gradual eliminação dos aspectos insustentáveis da situação, dentro da vigência do Plano Marshall, afetará o nosso prognóstico sobre a rivalidade entre socialismo e capitalismo? Ou, em outras palavras: Uma vez que a solução oferecida pelo socialismo puro não é evidentemente prática e uma vez que, em conseqüência, a solução tem de ser procurada em direção oposta, sofrerá o socialismo na Inglaterra e em outras partes um revés e terá o sistema de livre iniciativa mais uma prorrogação dos seus dias de vida?

Não julgamos difícil responder a essa pergunta. Excluída a hipótese de nova guerra, haverá um revés, mas nem sério nem prolongado. A iniciativa privada retomará algum terreno, mas não muito. Fundamentalmente, a situação social permanecerá o que é hoje, havendo pouca possibilidade de que as cadeias que entravam a iniciativa privada sejam removidas o bastante para que ela venha a atuar como pode. Os argumentos em que nos baseamos para chegar a essa conclusão serão bosquejados nas duas partes finais do presente prefácio e se referem apenas à Inglaterra, obviamente, o diagnóstico e o prognóstico serão diferentes para os Estados Unidos. O piedoso desejo de alguns economistas europeus de que haverá um colapso espetacular nos Estados Unidos — e não uma crise de reajustamento — e que esse colapso importará no *coup de grâce* no capitalismo provavelmente não se concretizará, não obstante a política americana e as grandes possibilidades que, sem dúvida alguma, se escondem no futuro imediato.

5. Não incluímos entre os aspectos insustentáveis da situação inglesa o racionamento e a regulamentação detalhada do comportamento de produtores e consumidores. Essas medidas constituem simplesmente um método para eliminar os efeitos da inflação e desaparecerão logo que tenham servido ao seu objetivo. Em certas áreas, já estão realmente desaparecendo. O estado de inflação reprimida, **(XV)** no entanto, é em si mesmo conseqüência de dificuldades mais fundamentais e, não fossem estas, poderia ter sido enfrentado com remédios tradicionais como o orçamento deficitário, reforçado por taxaço especial para reduzir o excesso do poder aquisitivo, e uma política creditícia apropriada. Tais meios estão sendo realmente usados no momento — e não sem êxito — embora, nas circuns-

tâncias do caso, não possam ser usados ao máximo porque nenhum grande excesso é possível enquanto os subsídios aos alimentos continuarem o que são, porque as possibilidades de taxação, no que interessa às grandes rendas, estão esgotadas — na Inglaterra não há mais *ricos depois da dedução dos impostos* — e, finalmente, porque uma taxa de juros mais alta despertará, aparentemente, uma oposição invencível. A dificuldade básica, no entanto, é o excesso do consumo, isto é, uma folha de salários reais, *mais* o custo real dos serviços sociais, que são, por um lado, incompatíveis com as condições da economia inglesa no seu nível atual de produtividade e, por outro, os obstáculos que a impedem de subir para nível mais alto. Usualmente, no entanto, o problema é equacionado de maneira diferente e mais aceitável: o balanço de pagamentos da Inglaterra é o aspecto que se está tornando insustentável, pois parece que o objetivo a ser atingido, dentro da vigência do Plano Marshall, é um excesso de exportações que o colocará na sua velha posição na economia mundial e assegurará uma conversibilidade real entre a libra e o dólar. Não é errônea, como parece, essa maneira de equacionar o problema. O erro consiste em acreditar que esse método sugere um diagnóstico diferente do nosso, pois, para alcançar esse objetivo e mantê-lo sem ajuda estrangeira ou pressão interna, torna-se necessário normalizar a situação doméstica da Inglaterra, como um pouco de reflexão e alguns rudimentos de economia serão suficientes para mostrar. Pode ser obtido ainda algum êxito com a exploração mais ou menos mercantilista dos pontos fortes da posição internacional da Inglaterra e através de regulamentação da política de importação e exportação. Eventualmente, quando a meta estiver à vista, a desvalorização da libra pode facilitar os últimos passos. Mas, ainda assim, a condição fundamental para o êxito durável é o ajustamento do seu processo econômico de tal forma que ela volte a produzir, juntamente com as mercadorias para o consumo interno e artigos e serviços que financiarão as importações, um excesso líquido e real para investimentos no país e no estrangeiro. Esse objetivo não pode ser atingido sem uma diminuição temporária do consumo e um permanente aumento da produção e estes, por seu lado, não podem ser realizados sem a impopular redução dos gastos públicos e a transferência ainda mais impopular do fardo dos impostos. (XVI)

6. Pesando todas as implicações desse quadro, o leitor não terá dificuldade em compreender a magnitude dos problemas políticos inerentes. Tudo aquilo que puder ser conseguido dependerá de arriscadas manobras em um número indefinido de lugares. Parece razoável esperar que em nenhuma hipótese o êxito passará do mínimo absoluto, porque, sendo as coisas o que são, qualquer providência poderá ser interpretada como um sacrifício não-justificado de algum interesse básico do trabalhismo. E os mínimos absolutos não são suficientes para reconstruir a sociedade da livre iniciativa e dar-lhe liberdade para produzir o que pode. Se fosse necessária prova do que dissemos acima, bastaria a experiência da década de 1920. Conseqüentemente, não podemos esperar uma interrupção nas tendências sociais. Será concedida provavelmente uma pausa para respiração à iniciativa privada, não apenas sob um governo conservador, mas trabalhista também. Ocorrendo ela, isso se deverá muito mais à ilógica associação da política socialista com as vicissitudes do após--guerra, do que à aversão, logicamente defensável ou não, à própria política socialista.

JOSEPH A. SCHUMPETER

Cambridge, Massachusetts - Abril de 1949

PARTE I

A DOCTRINA MARXISTA

PRELIMINAR *

* A tradução desta Parte I é do Sr. JAPY FREIRE. Agradecemos ao Sr. ÍNIO SILVEIRA sua graciosa permissão de utilizar esta versão, publicada como capítulo "Karl Marx", na obra *Dez Grandes Economistas*, (originalmente *Ten Great Economists*), Editora Civilização Brasileira S. A., Rio, 1958. (N. do E.)

A MAIOR PARTE das criações da inteligência ou da fantasia desaparece para sempre, em espaço de tempo que pode variar de uma hora a uma geração. Com outras, porém, tal não acontece. Sofrem eclipses, é certo. Mas ressurgem. E ressurgem, não como elementos irreconhecíveis da herança cultural, mas com roupagens e cicatrizes próprias, que podem ser vistas e tocadas. A estas podemos denominar de grandes, e não equivale a subestimar, unir a grandeza à vitalidade. Tomada em tal sentido, é, sem dúvida, a expressão que bem se aplica à mensagem de MARX. Há, ainda, uma vantagem em definir a grandeza pelo renascimento: a mensagem ressurgem independentemente de nosso amor ou ódio. Não precisamos exigir que toda grande realização seja, necessariamente, fonte de luz, ou perfeita em seus pormenores e objetivos fundamentais. Ao contrário, podemos aceitá-la como um poder das trevas. Podemos achá-la fundamentalmente errada, ou não concordar com ela em numerosos pontos. No caso do sistema marxista, tal julgamento contrário ou mesmo refutação correta, por seu próprio malogro em feri-lo fatalmente, serve apenas para provar a força de sua estrutura.

Os últimos vinte anos testemunharam a mais interessante ressurreição marxista. Não é de surpreender que, na Rússia Soviética, o grande mestre do credo socialista tenha finalmente achado o seu **(12)** próprio *habitat*. E é profundamente característico do processo de sua canonização que, entre o verdadeiro significado da mensagem de MARX e a prática e ideologia bolchevistas, haja pelo menos tão grande distância como a que havia entre a religião dos humildes galileus e a prática e ideologia dos príncipes da Igreja ou dos senhores da guerra da Idade Média.

Mas existe outro ressurgimento de explicação mais difícil: o ressurgimento marxista nos Estados Unidos. O fenômeno é interessante, porquanto, até a década de 1920-1930, não havia uma corrente marxista de importância no movimento trabalhista ou nos meios intelectuais americano;. O movimento marxista existente, até então, sempre fora superficial, insignificante e

sem consistência. Além disso, tal ressurgimento do tipo bolchevista não teve os mesmos efeitos nos países que se haviam anteriormente embebido na ideologia marxista. Na Alemanha, principalmente, que possuía tradição marxista mais forte do que outros países, pequena seita ortodoxa sempre se manteve ativa, tanto no período de êxitos socialistas do pós-guerra, como no período de depressão anterior. Os líderes do pensamento socialista, porém (não somente os filiados ao Partido Social Democrático, mas também aqueles que iam muito além de seu cauteloso conservadorismo em questões práticas), demonstravam pouca vontade de voltar às velhas máximas e, enquanto reverenciavam a divindade, tomavam cuidado em mantê-la à distância e raciocinar, em assuntos econômicos, exatamente da mesma forma que outros economistas. Fora da Rússia, portanto, o fenômeno americano apresenta-se isolado. Não estamos interessados em suas causas. Vale à pena, porém, observar os limites e o significado da mensagem que tantos americanos aceitaram como sua.¹

¹ *Limitaremos, ao mínimo, as referências aos escritos de MARX e não forneceremos dados sobre sua vida. O leitor que desejar uma lista das obras e um esboço sobre sua vida poderá encontrar tudo o de que precisa em qualquer enciclopédia, especialmente na Encyclopaedia Britannica ou na Encyclopaedia of the Social Sciences. A maneira mais conveniente de iniciar o estudo de MARX é com o primeiro volume de Das Kapital (primeira tradução inglesa, por S. MOORE e E. AVELING, da edição compilada por F. ENGELS, 1886). Apesar da enorme quantidade de trabalhos recentes, acho que a biografia de F. MEHRING é a melhor, ao menos do ponto-de-vista do leitor comum.*

Capítulo 1

MARX, O PROFETA

Não foi por descuido que se permitiu certa analogia com o mundo da religião no título deste capítulo. Há mais do que analogia. Em certo e importante sentido, o marxismo *é* uma religião. Em primeiro lugar, proporciona, ao crente, um sistema de fins últimos que envolvem o significado da vida e constituem critérios absolutos para o julgamento de acontecimentos e ações. Em segundo lugar, apresenta um guia para tais fins, guia que implica um plano de salvação e a indicação dos males dos quais a humanidade, ou parte escolhida, será salva. Podemos acrescentar: o socialismo marxista pertence ao subgrupo que promete o paraíso neste lado do mundo. Acredito que a formulação destas características por um hierólogo ensinaria classificações e comentários mais profundos sobre a essência sociológica do marxismo do que tudo quanto pudesse dizer um simples economista.

A respeito, o ponto menos importante desse caráter religioso é o que explica o bom êxito do marxismo.* (** A qualidade religiosa do marxismo também explica a atitude característica dos marxistas ortodoxos para com os seus adversários. Para eles, como para todos os crentes de uma fé, o adversário não está unicamente em erro, mas também em pecado. A dissensão é condenada, não só intelectualmente, mas também moralmente. Não pode haver desculpas, pois a mensagem já foi revelada*). Realizações puramente científicas, mesmo mais perfeitas que as de MARX, não alcançariam imortalidade, no sentido histórico, como a dele. Nem teriam conseguido seu arsenal de *slogans* partidários. Parte de seu êxito, embora (14) bem pequena, pode ser realmente atribuída à grande quantidade de frases incendiadas ou acusações apaixonadas e iracundas, aptas para uso em qualquer tribuna, e por ele postas à disposição de seu rebanho. Tudo o que deve ser dito sobre este aspecto do assunto é que tal munição serviu e está servindo excelentemente a seus fins, embora a sua produção traga uma desvantagem: a fim de forjar armas para as lutas sociais, MARX teve de torcer ou contornar opiniões que, logicamente, se deprenderiam de seu sistema. Se MARX, no entanto, tivesse sido somente mero fornecedor de chavões, suas idéias já teriam desaparecido. A humanidade não se mostra grata por tal espécie de serviço e esquece rapidamente os nomes dos autores dos libretos para suas óperas políticas.

Marx, foi, porém um profeta e, para que lhe possamos compreender a contribuição, devemos enquadrá-la em sua própria época. As realizações da burguesia estavam no zênite, enquanto sua civilização estava no nadir. Era o tempo do materialismo mecanicista, de um meio cultural que ainda não havia dado sinal de conter nova arte e nova maneira de viver, e que se entregava à mais repulsiva banalidade. A confiança no verdadeiro bom senso desaparecia de todas as classes sociais e, com ela, o único raio de luz (salvo o que poderia ter resultado de Rochdale e das Caixas Econômicas) desaparecia do mundo dos trabalhadores, enquanto os intelectuais afirmavam estar satisfeitos com a *Logic* de MILL e a *Poor Law*. * (* *Poor Law: Lei de Assistência Social, instituída na Inglaterra pelo Poor Relief Act em 1601, e reformada em 1871*)

Então, para milhões de corações humanos, a mensagem marxista do paraíso terrestre do socialismo equivaleu a novo raio de luz e a novo significado da vida. Pode-se, querendo, dizer que a religião marxista é a falsificação ou a caricatura da fé. Muito há que dizer a esse respeito. Mas não se pode negar, nem deixar de admirar, a grandeza da realização. Pouco importa que a quase totalidade dos milhões de corações humanos não tenha conseguido compreender e apreciar a mensagem, em seu verdadeiro significado. E este o destino de todas as mensagens. O importante é que ela tenha sido apresentada e transmitida de forma que se tornasse aceitável à mente positiva do seu tempo (que, sem dúvida, era essencialmente burguesa). E não há paradoxo em afirmar que MARX era produto do espírito burguês. Deve-se seu bom êxito por haver formulado, de um lado, com incedível vigor, o sentimento de ser oprimido e maltratado, que é a atitude autoterapêutica da maioria frustrada e, **(15)** de outro lado, por haver proclamado que a libertação socialista desses males era uma certeza baseada em prova racional.

Observe-se com que requinte de arte aqui se entrelaçam desejos extra-rationais que um fundo religioso deixaria à solta, como cães sem dono, e inelutáveis tendências racionalistas e materialistas da época, que não tolerariam nenhuma crença desprovida de base científica ou pseudocientífica. Pregar o objetivo final não seria eficaz. Analisar o processo social somente interessaria a algumas centenas de especialistas. Mas pregar sob o manto da análise, e analisar tendo em vista as verdadeiras necessidades, foi o que conquistou adeptos apaixonados e

deu, ao marxista, a suprema vantagem: a convicção de que aquilo em que crê não pode ser derrotado, mas vencerá fatalmente. Note-se, porém, que isto não lhe empobrece a realização. A força pessoal e a inspiração da profecia trabalham independentes do conteúdo do credo. Sem elas, nenhuma vida nova, nenhum novo significado da vida podem ser eficazmente revelados. Não é isto, porém, que nos interessa aqui,

Algo deve ser dito a respeito da eficácia e exatidão da tentativa de MARX para provar a inevitabilidade do socialismo. Basta, porém, uma observação, sobre o que antes mencionamos, quanto à sua formulação dos sentimentos da maioria frustrada. Não foi, é evidente, uma formulação verdadeira dos sentimentos reais, conscientes ou inconscientes, dos mal-sucedidos. Preferimos qualificá-la de tentativa de substituição de sentimentos verdadeiros por uma falsa ou verdadeira revelação da lógica da evolução social. Assim fazendo, e atribuindo às massas o seu próprio conceito de *consciência de classe*, MARX, sem dúvida, falsificou a verdadeira psicologia do trabalhador (centralizada no desejo de se tornar pequeno-burguês, e ser auxiliado pela força política para chegar a tal situação), mas, com os ensinamentos que disseminou, enobreceu-a e ampliou-a. MARX não derramou lágrimas sentimentais sobre a beleza da idéia socialista. A ausência de sentimentalismo é por ele considerada superioridade sobre aqueles a que chamava *socialistas utópicos*. Também não classificou o trabalhador como herói da labuta diária, o que os burgueses tanto gostam de fazer quando tremem por seus dividendos. Sempre se conservou inteiramente liberto de qualquer tendência, tão visível em alguns dos seus adeptos, para bajular os trabalhadores. Tinha provavelmente percepção clara do que eram as massas e colocava-se muito acima delas a respeito de seus objetivos sociais, e bem além do que pensavam ou desejavam. Nunca, igualmente, defendeu qualquer ideal, como criação sua. Não tinha tal vaidade. Como todo verdadeiro profeta que se apresenta como humilde **(16)** porta-voz de sua divindade, também MARX nada mais pretendeu do que revelar a lógica do processo dialético da História. Há dignidade em tudo isso, o que compensa, muita pequenez e vulgaridade, com as quais, em seu trabalho e em sua vida, tal dignidade formou estranha aliança.

Outro ponto, finalmente, não pode ser esquecido. MARX era demasiadamente culto para se igualar àqueles professores de socialismo incapazes de distinguir o joio do trigo. Era perfeitamente capaz de compreender uma civilização e o valor *relativamente absoluto* de seus

valores, embora dela se sentisse bastante afastado. Quanto a isso, não há melhor testemunho de sua largueza de idéias do que o *Manifesto Comunista*, que é um brilhante * retrospecto das realizações do capitalismo (* *Parece exagero. Vamos, por isso, citar a autorizada tradução inglesa: "A burguesia...foi a primeira a demonstrar o que a atividade humana é capaz de realizar. Realizou maravilhas maiores do que as pirâmides do Egito, e que os aquedutos romanos e as catedrais góticas... A burguesia... arrasta todas as nações... para a civilização... Criou enormes cidades... e, assim, livrou considerável parte da população da idiotia (sic!) da vida rural... A burguesia, durante seu reinado de escassos cem anos, criou maiores e mais poderosas forças produtivas do que o conjunto de todas as gerações precedentes". Observe-se que todos os resultados referidos são atribuídos somente à burguesia, o que é mais do que muitos economistas burgueses poderiam exigir. Como vimos, o trecho acima difere, completamente, dos pontos-de-vista vulgarizados pelo marxismo atual ou das tolices de VEBLEN a respeito do moderno radical não-marxista. E deixem-nos afirmar logo: nada mais do que isto está implícito no que diremos na segunda parte do livro com referência ao rendimento do capitalismo*). E mesmo ao anunciar para o futuro a sentença de morte do capitalismo, MARX nunca deixou de lhe reconhecer a necessidade histórica. Esta atitude, naturalmente, supõe uma série de fatos que o próprio MARX não estaria disposto a aceitar. Mas indubitavelmente se achava nela fortalecido e mais facilmente a aceitava, em face da percepção da lógica orgânica das coisas, à qual sua teoria da História dá exata expressão. Para MARX, OS acontecimentos sociais obedeciam a certa ordem e, embora em alguns momentos da vida tenha sido conspirador de mesa de café, sua verdadeira personalidade desprezava esse ofício inócuo. Não tinha pelo socialismo a obsessão que anula os outros matizes da vida e cria ódios e desprezo, doentios e estúpidos, a outras civilizações. E há, em mais de um sentido, justificativa para o título reclamado por seu tipo de pensamento e determinismo socialista, ligados entre si pela força de sua posição fundamental: *socialismo científico*.

Capítulo 2

MARX, O SOCIÓLOGO

DEVEMOS dizer algo que provocará objeções por parte dos adeptos do marxismo. Naturalmente, não lhes agrada a análise fria daquilo que têm como fonte da verdade. Mas o que mais os desgosta é ver a obra do Mestre dividida, e suas partes analisadas uma a uma. Julgam que, assim fazendo, revela o burguês incapacidade de perceber o esplendor do todo, cujas partes se complementam e esclarecem entre si de tal maneira que o verdadeiro significado desaparece tão logo qualquer parte ou aspecto seja considerado isoladamente. Não podemos, porém, proceder diferentemente. Cometendo o crime de considerar o sociólogo existente em MARX, após o termos visto como profeta, não desejamos negar, nem a presença de uma unidade de visão social, que consegue dar, em certa medida, unidade analítica à sua obra e, mais ainda, aparência de unidade, nem o fato de que, qualquer parte da obra, embora intrinsecamente independente, tenha sido relacionada, pelo autor, a todas as demais. Apesar de tudo, existe suficiente independência em cada província de tão vasto reinado; pode, pois, o estudioso aceitar os frutos do trabalho de uma delas, ao mesmo tempo que rejeitar os de outra. Assim procedendo, perde-se boa dose do encanto da fé. Mas ganha-se alguma coisa, salvando verdades importantes que são, por si sós, muito mais valiosas do que seriam se ligadas a destroços sem valor.

Isto se aplica, antes de tudo, à filosofia de MARX, que podemos, de uma vez por todas, tirar de nosso caminho. Educado na Alemanha, de espírito especulativo, tinha ele apaixonado interesse pela Filosofia. A Filosofia pura, do gênero alemão, foi seu ponto de partida e todo o amor de sua juventude. Houve mesmo época em que pensou **(18)** constituir ela sua verdadeira vocação. MARX era um neo-hegeliano — o que, em resumo, significa que, embora aceitando as opiniões e métodos fundamentais de HEGEL, ele e seu grupo eliminavam as interpretações conservadoras atribuídas à filosofia do mestre por muitos de seus adeptos e as substituíam por outras, completamente opostas. Tal formação filosófica aparece em todos os escritos de MARX, sempre que a oportunidade se oferece. Não é de admirar que seus leitores alemães e russos, de semelhantes tendências mentais e educação, tendam a dar ênfase a esse elemento,

transformando-o em chave do sistema.

Isto nos parece um erro e uma injustiça à capacidade científica de MARX. É verdade que, durante toda a vida, se conservou ele fiel a essa paixão da juventude. Há analogias formais, que podem ser encontradas em seus raciocínios e nos de HEGEL. Gostava de manifestar seu hegelianismo e de utilizar-lhe a fraseologia. Mas é tudo. Em nenhuma parte substituiu a ciência positiva pela Metafísica. É o que ele mesmo proclama no prefácio da segunda edição do primeiro volume de *Das Kapital*. E fã-lo com inteira razão, pois, analisando-lhe os raciocínios, pode comprovar-se que repousam sempre nos fatos sociais e que as verdadeiras fontes de suas proposições não emanam dos domínios da Filosofia. Naturalmente, os comentadores e críticos que partiram, também, do lado filosófico, foram incapazes de o perceber, pois não tinham suficiente conhecimento das Ciências Sociais. Acresce que a tendência natural do criador de sistemas filosóficos o torna avesso a qualquer interpretação que não se origine de princípios filosóficos. Por isso, acabaram por ver filosofia inclusive na maior parte de simples afirmações sobre questões de pura experiência econômica, encaminhando, deste modo, a discussão do assunto para caminhos errados, enganando amigos e inimigos.

Como sociólogo, MARX empreendeu sua tarefa com um equipamento intelectual que consistia principalmente no completo domínio dos fatos históricos e contemporâneos. Seu conhecimento dos últimos era algo antiquado, porque, sendo leitor voraz em extremo, os materiais fundamentais, não compreendidos os jornais, lhe chegavam às mãos com atraso. Mas dificilmente lhe escapava à atenção qualquer obra histórica de sua época, que fosse de importância ou amplitude geral. O mesmo, porém, não acontecia com monografias. Embora não lhe possamos exaltar a perfeição das informações neste terreno, tanto quanto o faremos com sua erudição em questões de teoria econômica, MARX foi capaz de ilustrar seus estudos sociais, não somente com amplos quadros históricos, como também com inúmeros pormenores, a maioria dos quais, no que se refere à autenticidade, podem ser considerados acima dos padrões dos demais (19) sociólogos de seu tempo. Abarcava os fatos de relance, penetrando-os através das ocasionais irregularidades da superfície, e ia ao fundo da lógica dos acontecimentos históricos. Nisto não havia somente paixão, nem simples impulso analítico. Havia ambas as coisas. H o resultado da tentativa da formulação desta lógica, a chamada *interpretação econômica da História* (* Publicado inicialmente no violento ataque à *Philosophie de la*

Misère, de PROUDHON, intitulado Das Elend der Philosophie, 1847. Outra versão foi incluída no Manifesto Comunista, 1848) é, sem dúvida, até hoje uma das maiores façanhas individuais na Sociologia. Diante dela, carece de importância saber se o resultado é inteiramente original e quanto deve ser creditado aos predecessores alemães e franceses.

A interpretação econômica da História *não* significa que os homens sejam, consciente ou inconscientemente, total ou fundamentalmente, movidos por motivos econômicos. Ao contrário, a explicação do papel e do mecanismo dos motivos não-econômicos e a análise da forma pela qual a realidade social se reflete na mente do indivíduo é elemento essencial da teoria e uma das contribuições de maior importância. MARX não sustentava que as religiões, a Metafísica, as escolas de arte, as idéias éticas e as volições políticas se reduzissem a *motivos* econômicos ou carecessem de importância. Tentou somente desvendar as *condições* econômicas que as originaram e lhes causaram a ascensão e queda. Todos os fatos e argumentos de MAX WEBER * (**Isto se refere às investigações de WEBER sobre a sociologia das religiões e particularmente ao seu famoso estudo Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus, reeditado em suas obras completas*) se adaptam, perfeitamente, ao sistema marxista. Os grupos e classes sociais e a maneira pela qual tais grupos ou classes interpretam sua própria existência, situação e comportamento foram, naturalmente, o que mais o interessou. Despejou toda a sua ira sobre os historiadores que aceitaram tais atitudes e correspondentes formulações verbais (as ideologias ou, como PARETO diria, *derivações'*), pelo seu valor aparente, procurando interpretar a realidade social por intermédio delas. Mas se idéias ou valores não eram, para MARX, a força motriz do processo social, também não significava que fossem simples fumo. Se nos é permitido usar a analogia, tinham, na máquina social, a função de correias de transmissão. Não podemos deter-nos estudando o interessantíssimo desenvolvimento desses princípios no pós-guerra, o que nos permitiria explicar muito melhor toda essa questão, isto é, a *sociologia do conhecimento*.* (** A palavra alemã é Wissenssoziologie, e os melhores autores a mencionar são MAX SCHELER e KARL MANNHEIM. O artigo de MANNHEIM, sobre o assunto, no Handwörterbuch der Soziologie pode servir como introdução*). Era, no entanto, necessário dizer isto, porque MARX (20) tem sido incompreendido no que se refere ao assunto. Mesmo o amigo, ENGELS, diante de seu túmulo, definiu tal teoria como significando, precisamente, que indivíduos e grupos são regidos, antes de tudo, por motivos econômicos, o que, em alguns aspectos importantes, é errado e, quanto ao resto, lastimavelmente vulgar.

Já que estamos no assunto, podemos também defender MARX de outra incompreensão: a interpretação *econômica* da História tem sido freqüentemente chamada de interpretação *materialista*. O próprio MARX assim a denominou. A frase contribuiu para lhe aumentar a popularidade, em alguns meios, e a impopularidade em outros. Ela, entretanto, nada significa. A filosofia de MARX é tão materialista quanto a de HEGEL, e sua teoria da História não é mais materialista do que qualquer tentativa de explicar o processo histórico por métodos que se acham sob o domínio da ciência empírica. Deve ficar claro que isto é logicamente compatível com qualquer crença ou religião metafísica — exatamente como o é qualquer descrição física do mundo. A própria teologia medieval fornece métodos pelos quais é possível estabelecer tal compatibilidade*. (* *Conhecemos vários católicos radicais, entre os quais um padre, todos devotos, que aceitavam este ponto-de-vista e se declaravam marxistas em tudo o que não se relacionasse com a fé*).

O que realmente a teoria estabelece pode ser resumido em duas proposições:

(1) As formas ou condições de produção são a determinante fundamental das estruturas sociais que, por sua vez, geram atitudes, ações e civilizações. MARX exemplifica este ponto com a famosa afirmativa de que o *moinho manual* cria o feudalismo, e o *moinho a vapor* cria a sociedade capitalista. Isto empresta grande importância ao elemento tecnológico, mas podemos aceitar a proposição com a ressalva de que a tecnologia sozinha não é tudo. Podemos dizer, simplificando, embora com certo prejuízo da compreensão, que é o trabalho diário que nos forma a mente, e que nossa posição no processo produtivo é que nos determina o modo de encarar as coisas.

(2) As próprias formas de produção têm lógica própria, ou seja, modificam-se de acordo com as necessidades que lhes são inerentes, de modo que produzem, por si mesmas, as formas que as sucedem. Ilustremos com o mesmo exemplo marxista: o sistema caracterizado pelo *moinho manual* cria uma situação econômica e social em que a adoção do método mecânico de fabrico se torna uma necessidade prática, que indivíduos e grupos são impotentes para alterar. O advento do *moinho a vapor* e seu funcionamento, por seu turno, criam novas ocupações e posições sociais, novos grupos e novas (21) opiniões, cujo desenvolvimento e interação se tornam maiores que sua própria moldura. Aí, então, temos o móvel responsável, em primeiro lugar, pelas alterações econômicas e, conseqüentemente, pelas modificações sociais, e cuja ação

não requer nenhum impulso exterior.

Ambas as proposições, indubitavelmente, contêm grande soma de verdade e são, como verificaremos adiante, inapreciáveis hipóteses de trabalho. A maior parte das objeções atuais falham completamente, como as que, por exemplo, apontam para as influências dos fatores éticos e religiosos, ou a já levantada por EDUARD BERNSTEIN, o qual, com deliciosa simplicidade, afirma que "os homens têm cabeça" e podem agir como quiserem. Depois do que ficou dito acima, não é necessário repisar a fraqueza do argumento: naturalmente, os homens *escolhem* sua maneira de agir, que não é diretamente imposta pelos dados objetivos do ambiente. Mas a escolha é feita com base em princípios, opiniões e propensões que não formam um conjunto de dados independentes, mas são, eles próprios, moldados pelo conjunto objetivo.

Não obstante, surge a questão de ser ou não a interpretação econômica da História mais do que uma aproximação conveniente, que se espera de resultados mais ou menos satisfatórios, conforme os casos. E necessário, porém, considerar, desde logo, uma limitação evidente. E que estruturas sociais, tipos e atitudes são moedas que não se fundem facilmente. Uma vez formadas, elas se mantêm, possivelmente por séculos, e desde que estruturas e tipos diferentes manifestam condições diferentes de sobrevivência, verificamos, quase sempre, que o comportamento real dos grupos e nações se afasta, mais ou menos, do que esperamos que seja, se tentarmos inferi-lo das formas dominantes do processo produtivo. Embora isto seja de aplicação geral, é mais claramente verificável quando uma sólida estrutura se transfere de um país para outro. A situação social criada na Sicília pela conquista normanda poderá demonstrar nosso pensamento. MARX não deixou de comprovar tais fatos, mas não lhes compreendeu todo o alcance.

Consideremos outro caso: o aparecimento do tipo feudal de propriedade agrária no reino dos francos, durante os séculos VI e VII. Foi certamente um acontecimento de grande importância, que deu forma à estrutura da sociedade por muito tempo e *influiu nas condições de produção, inclusive nas necessidades e técnicas*. Mas sua explicação mais simples pode ser encontrada no fato de que famílias e indivíduos que haviam exercido, anteriormente, funções de mando militar, se transformaram (conservando as citadas funções) em senhores territoriais, depois da conquista definitiva do novo território. Isto não se adapta bem ao esquema marxista, e pode ser facilmente

(22) interpretado de tal forma que indique orientação diferente. Fatos desta natureza podem, sem dúvida, ser explicados por hipóteses secundárias. Mas a necessidade de admitir tais hipóteses é o começo do fim de uma teoria.

Muitas outras dificuldades que surgem no decorrer das tentativas de interpretação histórica, empregando esquemas marxistas, podem ser resolvidas, admitindo-se, em certa medida, a existência de uma dependência recíproca entre a esfera de produção e outras esferas da vida social*. (* *ENGELS, mais tarde, aceitou livremente tal fato. PLEKHANOV foi além, na mesma direção*). Mas o encanto da verdade fundamental que envolve aquele esquema depende, precisamente, do rigor e *simplicidade* da relação unilateral que proclama. Caso contrário, a interpretação econômica da História deverá tomar lugar entre outras proposições similares — como uma das muitas verdades parciais — ou, então, dar lugar a outra, que represente verdade mais fundamental. Nem por isso, entretanto, ficam diminuídas sua categoria e sua utilidade como hipótese de trabalho.

Naturalmente, a interpretação econômica da História é, para os crentes, pura e simplesmente, a chave-mestra de todos os segredos da história da humanidade. E se, algumas vezes, sentimos vontade de sorrir ante algumas explicações algo ingênuas da mesma, devemos lembrar-nos sempre dos tipos de argumentos que substituí. Mesmo sua irmã coxa, a *teoria marxista das classes sociais*, surge sob luz mais favorável tão logo temos isso em mente.

Mais uma vez: representa ela, em primeiro lugar, importante contribuição que devemos registrar. Os economistas têm sido extraordinariamente lentos em reconhecer o fenômeno das classes sociais. Naturalmente, sempre distinguiram os agentes cuja intervenção produziu os processos com que lidavam. Mas tais agentes eram simplesmente um conjunto de indivíduos com um traço comum: alguns eram, assim, classificados como proprietários ou trabalhadores porque possuíam propriedades ou vendiam os serviços de seu trabalho. As classes sociais, entretanto, não são as entidades imaginadas pelo observador em suas classificações, mas entidades vivas que existem como tal. E sua existência acarreta conseqüências que são inteiramente omitidas por um esquema que considera a sociedade como se fosse um ajuntamento amorfo de indivíduos ou famílias. A importância exata do fenômeno das classes sociais é questão aberta as pesquisas, no campo da teoria econômica pura. É fora de toda a

dúvida que é de grande valor para muitas aplicações práticas e o é, também, para os mais amplos aspectos do processo social em geral. (23)

Podemos dizer, tocando no assunto por alto, que as classes sociais foram mencionadas, pela primeira vez, na famosa declaração contida no *Manifesto Comunista*, segundo a qual a história da sociedade é a história da luta de classes. Naturalmente, isto significa elevar a pretensão ao máximo. Mas mesmo que possamos moderá-la um pouco, no sentido de que os acontecimentos históricos são freqüentemente interpretados em termos de interesses e atitudes de classes e de que a estrutura das classes é sempre importante fator na interpretação histórica, muito ainda fica que nos autoriza a falar de uma concepção quase tão valiosa como a própria interpretação econômica da História.

Evidentemente que o êxito na senda aberta pelo princípio da luta de classes depende da validade da teoria de que fizemos uso. Nossa concepção da História e todas as nossas interpretações de modelos de cultura e do mecanismo das transformações sociais serão diferentes, de acordo com a escolha que fizemos, por exemplo, da teoria racial das classes sociais e, como GOBINEAU, reduzirmos a história da humanidade à história da luta das raças ou da divisão das classes inspirada na divisão do trabalho, à maneira de SCHMOLLER ou de DURKHEIM, vendo, nos antagonismos de classe, antagonismos entre os interesses de grupos profissionais. As possíveis diferenças de análise não estão confinadas ao problema da natureza das classes. Qualquer que seja o nosso ponto-de-vista, interpretações diferentes resultarão de diferentes definições dos interesses de classe * (** O leitor, naturalmente, percebeu que nenhum ponto-de-vista sobre o que sejam classes ou sobre as causas da sua existência pode determinar quais os interesses dessas classes e como cada uma delas agirá em defesa dos mesmos, seja através dos seus líderes ou de seus membros, em defesa do que consideram ou sentem, errônea ou acertadamente, seus interesses, O problema do interesse de grupo é cheio de espinhos e ciladas, qualquer que seja a natureza dos grupos em estudo*) e das diferentes opiniões sobre como se manifestam as ações de classe. O assunto é, ainda hoje, repleto de preconceitos e apenas atingiu o estágio científico.

É bastante curioso o fato de não ter MARX concluído, de maneira sistemática, pelo que sabemos aquilo que é, evidentemente, básico em seu pensamento. Talvez tenha adiado o

trabalho até que se tornou tarde demais, precisamente porque seu pensamento marchava tanto em termos de conceitos de classe que não considerava necessário preocupar-se, de forma alguma, com declarações definitivas. É, também, possível que algumas questões tenham permanecido sem solução em sua mente, e que o caminho para uma completa teoria de classe tivesse sido barrado por certas dificuldades por ele mesmo criadas, ao insistir numa concepção econômica e ultra-simplificada (24) do fenômeno. Ele próprio, assim como seus discípulos, ofereceu aplicações desta subdesenvolvida teoria em determinados exemplos, dos quais sua *History of the Class Struggles in France* é exemplo frisante*. (*O leitor, naturalmente, percebeu que nenhum ponto-de-vista sobre o que sejam classes ou sobre as causas da sua existência pode determinar quais os interesses dessas classes e como cada uma delas agirá em defesa dos mesmos, seja através dos seus líderes ou de seus membros, em defesa do que consideram ou sentem, errônea ou acertadamente, seus interesses, O problema do interesse de grupo é cheio de espinhos e ciladas, qualquer que seja a natureza dos grupos em estudo). Nenhum outro progresso real foi alcançado. A teoria de ENGELS, seu principal colaborador, foi da divisão do tipo de trabalho e é, essencialmente, não-marxista em suas implicações. Quanto ao resto, temos somente resumos e ligeiras *apreciações*, alguns de impressionante força e brilho, que estão espalhados por todos os escritos do mestre, particularmente em *Das Kapital* e no *Manifesto Comunista*.

O trabalho de agrupar tais fragmentos é delicado e não pode ser feito aqui. A idéia básica, entretanto, é suficientemente clara. O princípio de estratificação consiste na propriedade, ou na exclusão de propriedade, dos meios de produção, tais como fábricas, maquinaria, matérias-primas e bens de consumo, que entram no orçamento do operário. Temos assim, fundamentalmente, duas e somente duas classes: a dos proprietários ou capitalistas, e a dos que nada possuem e são compelidos a vender seu trabalho, a classe trabalhadora ou proletariado. A existência de grupos intermediários, tais como os formados por agricultores ou artesãos, que empregam trabalhadores mas também executam trabalho manual, pelos empregados no comércio e pelos profissionais liberais, não é naturalmente negada. Mas tais grupos são tratados como anomalias, que tendem a desaparecer no decorrer do processo capitalista. As duas classes fundamentais são, em virtude da lógica de suas posições e inteiramente fora da vontade dos indivíduos, essencialmente antagonicas. Divisões em cada classe e colisões entre subgrupos ocorrem e podem ter, historicamente, importância decisiva. Mas, em última análise, tais divisões e colisões são acidentais. O único antagonismo que não é acidental, mas inerente à estrutura da

sociedade capitalista, baseia-se no controle privado dos meios de produção. A própria natureza das relações da classe capitalista e do proletariado é de luta, isto é, de guerra de classes.

Como veremos agora, MARX tenta mostrar que, nesta luta de classes, os capitalistas se destroem uns aos outros e, finalmente, destruirão, também, o sistema capitalista. Tenta ainda mostrar como (25) a propriedade do capital leva a maiores acumulações. Este modo de raciocinar, porém, bem como a própria definição que faz da propriedade de alguma coisa a característica essencial duma classe social, serve, somente, para aumentar a importância da questão da *acumulação primitiva*, ou seja, da questão de como os capitalistas se tornaram capitalistas, ou como adquiriram a quantidade de bens que, de acordo com a doutrina marxista, foi necessária para os capacitar a iniciar a tarefa de exploração. Neste assunto, MARX é muito menos explícito*. (* *Veja Das Kapital, vol. I cap. XXVI: "O Segredo da Acumulação Primitiva"*). Desdenhosamente rejeita os burgueses contos de fadas (*Kinderfibel*), segundo os quais algumas pessoas, ao invés de outras, se tornam — e ainda se estão, diariamente, tornando — capitalistas graças à inteligência superior, energia no trabalho e capacidade de economia de que são dotadas. MARX acertou ao zombar da lenda dos *bons rapazes*. Porque apelar para o ridículo é excelente método para nos desfazermos de uma verdade incômoda, como todo político sabe. Quem observar, sem preconceitos, os fatos históricos e contemporâneos, não poderá deixar de admitir que o conto para crianças, embora não revele toda a verdade, contém grande parte dela. Inteligência acima da normal e energia são as causas do êxito industrial e, em particular, da *criação* das posições industriais, em nove casos em dez. Precisamente nos primeiros passos do capitalismo e de cada carreira industrial, a poupança foi — e ainda é — elemento importante do processo, embora não exatamente como se julgava na Economia clássica. É verdade que ninguém obtém, comumente, a condição de capitalista (empregador industrial) pela poupança em ordenados ou salários, conseguindo equipar uma fábrica com os fundos assim obtidos. O volume das acumulações vem dos lucros e, portanto, pressupõe lucros. Esta é, de fato, a distinção exata entre poupança e acumulação. Os meios necessários para lançar uma empresa são tipicamente fornecidos por empréstimos de realizadores de poupança (cuja formação em muitas pequenas parcelas é fácil de explicar) ou pelos depósitos que os bancos criam para uso do suposto empreendedor. Este, não obstante, economiza, via de regra; e a função de sua poupança é libertá-lo da labuta pelo pão de cada dia e dar-lhe espaço suficiente para ter perspectiva, desenvolver seus planos e garantir cooperação. Do ponto-de-vista da teoria econômica, MARX tinha razão — embora o haja exagerado — quando negou à poupança o

papel que lhe atribuíram os autores clássicos. Mas não teve razão (26) nas conclusões a respeito. E a zombaria aludida é muito menos justificada do que o seria, no caso de ser correta a teoria clássica*). (**Não desejamos dar importância ao fato, embora deva mencioná-lo, de que a própria teoria clássica não é tão errada como MARX pretendia. Poupar, no sentido literal, foi, especialmente nas primeiras fases do capitalismo, um método importante de acumulação original. Mas havia ainda outro método, semelhante, embora não idêntico. Muitas das fábricas dos séculos XVII e XVIII eram simples barracões que algum homem fora capaz de erguer pelo trabalho de suas próprias mãos e requeriam equipamento elementar para o seu funcionamento. Em tais casos, o trabalho manual do futuro capitalista e mais uma pequena parcela de economias eram tudo o de que necessitava, com a ajuda, é natural, do cérebro*).

Não obstante, a zombaria fez efeito e ajudou a limpar o caminho para a teoria alternativa de MARX da acumulação primitiva. Mas esta teoria não é tão definitiva como poderíamos desejar. Implicando a força e o roubo na subjugação das massas e facilitando-lhes a espoliação; favorecendo os resultados da pilhagem, a subjugação — eis o que, naturalmente, estava certo e combinava admiravelmente com as idéias comuns entre os intelectuais de todos os tipos, mais ainda em nossos dias do que na época de MARX. A verificação do fato, porém, não soluciona o problema, que é explicar como determinados indivíduos adquiriram o poder de subjugar e roubar. A literatura popular não se preocupa com tal explicação. Não devemos, portanto, procurá-la nos escritos de JOHN REED, pois estamos tratando de MARX.

Mas, ao menos, uma aparência de solução é dada pelo caráter histórico das principais teorias de MARX. Para ele, é essencial à lógica do capitalismo que este tenha surgido no seio de uma sociedade feudal. Naturalmente que as mesmas questões sobre as causas e o mecanismo da estratificação social aparecem neste caso, mas MARX aceitou substancialmente o ponto-de-vista burguês de que o feudalismo foi o reinado da força*, (**Muitos escritores socialistas, além de MARX, manifestam confiança absoluta na explicação do valor do elemento força e do controle sobre os meios físicos, com os quais a força é exercida. FERDINAND LASSALLE, por exemplo, tem pouco mais que canhões e baionetas para oferecer como explicação da autoridade governamental. Surpreende-nos grandemente verificar que tantas pessoas sejam cegas à fraqueza de tal sociologia e ao fato de que seria, evidentemente, mais verdadeiro afirmar que o*

poder leva ao controle sobre os canhões (e aos homens dispostos a utilizá-los), do que o controle sobre os canhões gere o poder) no qual a subjugação e a exploração das massas já eram fatos consumados. A teoria de classes, imaginada primeiramente para as condições da sociedade capitalista, foi aplicada à sua predecessora feudal — como aconteceu com muitos dos conceitos (27) da teoria econômica do capitalismo (*Isto constitui uma das afinidades dos ensinamentos de MARX com os de K. ROBERTUS) - e alguns dos espinhosos problemas foram colocados no campo feudal, para que pudessem reaparecer, na análise do capitalismo. O explorador feudal foi simplesmente substituído pelo explorador capitalista. Nos casos em que os senhores feudais se tornaram também industriais, somente isto explicaria o problema. A evidência histórica empresta certa confirmação a este ponto: muitos senhores feudais, especialmente na Alemanha, de fato ergueram e dirigiram fábricas, obtendo, freqüentemente, os meios financeiros graças às suas rendas feudais e ao trabalho dos agricultores (não necessariamente, mas, algumas vezes, seus servos)*. (*W. SOMBART, na primeira edição de sua *Theorie des modernen Kapitalismus*, tentou extrair o máximo destes casos. Mas a tentativa de basear a acumulação primitiva inteiramente na acumulação da renda da terra mostrou sua impossibilidade, como o próprio SOMBART reconheceu finalmente.) Em todos os outros casos, o material fornecido para preencher a lacuna é claramente inferior. A única maneira de expressar francamente a situação é a de que, do ponto-de-vista marxista, não há explicação satisfatória, ou seja, não há explicação sem recorrer a elementos não-marxistas, capazes de levar a conclusões não-marxistas* (*Isto é verdadeiro, mesmo se admitirmos o roubo ao limite máximo. O roubo, na verdade, coopera para a formação do capital comercial em várias ocasiões e lugares. A riqueza fenícia, como a inglesa, fornece exemplos conhecidos. Mas, mesmo assim, a explicação marxista é inadequada, porque, em última análise, o roubo, com êxito, implica superioridade pessoal dos assaltantes. E tão logo o tenhamos admitido, surge uma teoria muito diferente das classes sociais).*

Isto, naturalmente, vicia a teoria nas suas fontes históricas e lógicas. Desde que a maior parte dos métodos de acumulação primitiva são responsáveis por acumulações posteriores — a acumulação primitiva continua através da era capitalista — não é possível afirmar que a teoria das classes sociais de MARX seja totalmente correta, excetuando as dificuldades referentes aos processos do passado distante. Mas é talvez supérfluo insistir nas fraquezas de uma teoria que não atinge, nem mesmo nos exemplos mais favoráveis, os limites do âmago dos fenômenos que se propõe explicar e que, por isso, não deve ser levada a sério. Estes exemplos podem ser

principalmente encontrados na época da evolução capitalista, cujo caráter resultou do domínio das empresas de tamanho médio, dirigidas por seus proprietários. Além deste tipo, as posições de classe, embora, em muitos casos, correspondam, mais ou menos, às mesmas posições (28) econômicas, são mais freqüentemente a causa do que o efeito destas: o bom êxito em negócios não é, evidentemente, em toda parte, o único caminho para a eminência social e somente onde o é pode afirmar-se que a propriedade dos meios de produção seja a causa determinante da posição de um grupo na estrutura social. Ainda assim, no entanto, é tão razoável reconhecer esta propriedade como elemento de definição, como o seria definir um soldado como o homem que, por acaso, tenha uma arma. A divisão estanque entre pessoas que (com seus descendentes) sejam, para sempre, capitalistas e pessoas (com seus descendentes) sejam, para sempre proletárias, não é apenas, como tem sido freqüentemente apontado, inteiramente irreal, mas também omite o ponto saliente acerca das classes sociais, isto é, a incessante elevação e queda de famílias nas esferas inferiores e superiores. São fatos que não se pode negar. Se não são exibidos na tela marxista, deve-se somente as suas conseqüências não-marxistas.

Ainda assim, não é supérfluo considerar o papel que tal teoria tem na estrutura marxista e perguntar qual foi a intenção analítica — independente de sua utilidade como peça de equipamento para o agitador — que MARX tinha em mente.

Por um lado, devemos não esquecer que, para MARX, a *teoria das classes sociais* e a *interpretação econômica da História* não eram o mesmo que para nós, isto é, duas doutrinas independentes. Com MARX, a primeira completa a segunda de modo preciso, e, assim, restringe — torna mais definido — *o modus operandi* das condições ou formas de produção. Estas determinam a estrutura social e, através da estrutura social, todas as manifestações da civilização e toda a marcha da história cultural e política. Mas a estrutura social é, em todas as épocas não-socialistas, definida em termos de classes — duas classes — que são as verdadeiras *dramatiza per Sonae* e, ao mesmo tempo, as únicas criaturas *immediatas* da lógica do sistema capitalista de produção, que tudo atinge através delas. Isso explica por que MARX foi forçado a fazer de suas classes sociais fenômenos puramente econômicos e, mesmo, fenômenos que eram econômicos num sentido muito restrito. Impossibilitou, assim, para si mesmo, uma análise mais profunda do assunto, e, no ponto exato em que o colocou, em seu sistema analítico, não teve alternativa para proceder.

Por outro lado, MARX desejava definir o capitalismo da mesma maneira que definiu sua divisão de classes. Um pouco de reflexão convencerá o leitor de que isto não é necessário, nem natural. De fato, constituiu audaciosa manobra de estratégia analítica, que ligou o destino de classe ao do capitalismo, de tal maneira que o socialismo, que, na realidade, nada tem que ver com a presença ou ausência de **(29)** classes sociais, se tornou, por definição, a única espécie possível de sociedade sem classes, com exceção dos grupos primitivos. Esta ingênua tautologia não seria possível com outras definições de classe e capitalismo que não fosse a de MARX, isto é, a definição da propriedade privada dos meios de produção. Por esta razão, deveriam existir unicamente duas classes, proprietários e não-proprietários, e, por consequência, qualquer outro princípio de classificação, ainda quando muito mais plausível, deveria ser severamente rejeitado ou subestimado ou, então, reduzido ao adotado.

O exagero da limitação e importância da linha divisória entre a classe capitalista, assim entendida, e a proletária somente foi superado pelo exagero do antagonismo entre elas. Para qualquer mente não deformada pelo hábito de orar pelo rosário marxista, deve ser evidente que a relação entre as classes, em tempos normais, é, principalmente, de cooperação e que qualquer teoria contrária deve basear-se, em grande parte, para verificação, em casos patológicos. Na vida social, antagonismo e colaboração apresentam-se juntos e são, de fato, inseparáveis, exceto em casos muito raros. Somos, mesmo, tentados a dizer que há menos contra-senso no velho ponto-de-vista de harmonia — embora também cheio de contra-sensos — do que na construção marxista do intransponível abismo entre os proprietários dos meios de produção e os que os usam. Novamente, porém, não pôde MARX escolher, não porque desejasse atingir resultados revolucionários — que poderiam muito bem ser deduzidos de dezenas de outros esquemas — mas por causa das exigências de sua própria análise. Se a luta de classes era o móvel principal da História e também o meio para chegar à aurora socialista, e se deviam existir estas duas classes, então suas relações, em princípio, deveriam ser antagonicas, pois, de outro modo, estaria perdida a força de seu sistema de dinâmica social.

Mas, apesar de MARX *definir* o capitalismo sociologicamente, isto é, pela instituição do controle privado dos meios de produção, a *mecânica* da sociedade capitalista é fornecida por sua teoria econômica. Esta teoria econômica trata de demonstrar como os elementos sociológicos incorporados em tais conceitos como classe, interesses de classe, comportamento de classes, troca entre elas, agem por razões econômicas — lucros, salários, investimentos, etc. — e como geram, precisamente, o processo econômico que eventualmente, acabará com sua própria moldura institucional e, ao mesmo tempo, criará condições para o aparecimento de outro mundo

social. Esta notável teoria das classes sociais é o instrumento analítico pelo qual, unindo-se a interpretação econômica da História aos conceitos da (30) economia do lucro, dispõe todos os fatos sociais e permite focalizá-los em conjunto. Não é, portanto, simplesmente, a teoria de um único fenômeno, feita para explicar somente esse fenômeno e nada mais. Tem uma função orgânica, que é realmente muito mais importante, para o sistema marxista, do que a medida do êxito com o qual solve seus problemas mais imediatos. Esta função deve ser vista se desejarmos compreender como um analista do poder de MARX pôde arranjar-se com suas limitações.

Existem, e sempre existiram, alguns entusiastas que admiram a teoria marxista das classes sociais, como tal. Muito mais compreensíveis são os sentimentos de todos os que admiram a força e a grandeza desta síntese, como um todo, a ponto de perdoar as falhas de suas partes componentes. Tentaremos apreciá-las mais além (Capítulo IV). Mas, primeiro, devemos ver como a mecânica econômica marxista se desobriga da tarefa que lhe é imposta pelo plano geral.

Capítulo 3

MARX, O ECONOMISTA

COMO TEÓRICO economista, MARX foi, antes de tudo, um homem muito erudito. Pode parecer estranho que julgue necessário dar tal importância a essa qualidade, no caso de um autor que denominamos de gênio e profeta. Ainda assim, é importante apreciar isto. Os gênios e profetas geralmente não são superiores em instrução profissional, e a sua originalidade, se é que existe, o mais das vezes é devida a essa deficiência profissional. Mas, na economia de MARX, nada pode ser atribuído a qualquer falta de estudo ou treino da técnica da análise teórica. MARX era leitor insaciável e trabalhador infatigável. Deixava de ver poucas contribuições de importância para o assunto. E qualquer coisa que lesse, era meditada, estudando cada fato ou argumento com uma paixão de minúcias muito rara em quem, de relance, habitualmente abarcava civilizações inteiras e desenvolvimentos seculares. Criticando e rejeitando, aceitando ou coordenando, sempre foi ao fundo das coisas. A prova mais evidente disto está em seu trabalho *Theories of Surplus Value*, que é um monumento de veemência teórica. Este esforço incessante para se instruir e dominar toda a matéria contribuiu para o libertar de preconceitos e objetivos extra científicos, embora certamente trabalhasse para verificar uma visão definida. Para o seu poderoso intelecto, o interesse no problema, como problema, era supremo, apesar de si mesmo. Embora em muito possa ter desviado a importância de seus *resultados* finais, durante o trabalho ficava principalmente preocupado em aguçar os instrumentos de análise oferecidos pela ciência de seus dias, em remover dificuldades lógicas e construir, sobre os alicerces assim adquiridos, (32) a teoria que, em natureza e intenção, é verdadeiramente científica, quaisquer que tenham sido suas falhas.

É fácil verificar por que é que amigos e inimigos igualmente falharam em compreender a natureza de sua realização, no campo da Economia pura. Para os amigos, foi muito mais do que simples teórico profissional e seria quase uma blasfêmia dar muita importância a esse aspecto do seu trabalho. Os inimigos, que se ressentiam de suas atitudes e da justeza de seus argumentos teóricos, achavam quase impossível admitir que, em algumas partes de sua obra, encontrassem o que estimariam em muito, se apresentado por outros. Além disso, o frio metal da teoria

econômica é, em MARX, imerso em tal riqueza de frases candentes que adquire calor que não lhe é natural. Quem der de ombros ao direito de MARX de ser considerado analista, no verdadeiro sentido científico, pensa naturalmente naquelas frases e não nos pensamentos, na linguagem apaixonada e na acerba acusação de *exploração e empobrecimento** (* *N. do T.: Na versão inglesa está immiseration*) (esta é provavelmente a melhor tradução da palavra *Verelendung*, que não é correta em alemão. É *immherimenio*, em italiano). Em suma, todas essas coisas e muitas outras, como rancorosas insinuações ou seu vulgar comentário sobre LADY ORKNEY,* (**A amiga de GUILHERME III — o rei que, em seus dias, foi tio impopular e que, na ocasião, se tornara um ídolo da burguesia inglesa*) são partes importantes da sua exposição e eram importantes para o próprio MARX, como também para os fiéis crentes e descrentes. Elas explicam, em parte, por que muitas pessoas insistem em ver, nos teoremas marxistas, algo mais, e mesmo algo fundamentalmente diferente das proposições análogas de seu mestre. Mas isso não atinge a natureza de suas análises.

Tinha MARX um mestre, então? Sim. A verdadeira compreensão de sua economia começa quando se reconhece que, como teórico, MARX foi discípulo de RICARDO, mas também no sentido muito mais significativo de que, com RICARDO, aprendera a teorizar. MARX sempre usou os métodos de RICARDO e cada problema teórico se lhe apresentava revestido das dificuldades que lhe ocorriam em seu profundo estudo de RICARDO e das sugestões, para investigações posteriores, que encontrava nos escritos do mestre. O próprio MARX reconhecia isto, em parte, embora, naturalmente, não admitisse que sua atitude para com RICARDO fosse típica do aluno que vai ao professor, ouve-o falar, diversas vezes, em excesso de população e de população excedente e, novamente, da mecanização que cria excesso de populações, e vai então para casa tentar resolver o problema. É, pois, compreensível que os dois partidos da controvérsia sobre MARX se tenham recusado a aceitar tal fato.(33)

Não foi somente a influência de RICARDO que se fez sentir na economia de MARX: QUESNAY, de quem MARX aproveitou o conceito fundamental do processo econômico como um todo, deve ser mencionado num esboço como este. O grupo de escritores ingleses que, entre os anos de 1800 a 1840, tentou desenvolver a teoria do valor do trabalho, pode ter fornecido muitas sugestões e pormenores, mas, para nossos fins, isso inclui-se nas referências à corrente ricardiana de pensamento. Diversos autores, com alguns dos quais MARX foi rude, na proporção inversa da distância que o separava deles e cujos trabalhos, em muitos pontos, eram paralelos aos seus (SISMONDI, RODBERTUS, JOHN STUART MILL), não devem ser considerados, como tudo

o que não se refira ao tema fundamental — por exemplo, a contribuição realmente fraca de MARX no campo da moeda, que não conseguiu alcançar o nível de RICARDO.

Daremos, agora, um esboço extremamente abreviado do raciocínio marxista. A brevidade forçar-nos-á a ser injustos em muitos aspectos da estrutura de *Das Kapital* que, em parte inacabado e em parte demolido por ataques bem sucedidos, ainda estende seu poderoso perfil ante nós!

1. MARX alinhou-se entre os teóricos de sua época, e também de épocas posteriores, ao fazer da teoria do valor a pedra fundamental de sua estrutura teórica. A sua teoria do valor é a de RICARDO. Concebemos que autoridade eminente, como a do Professor TAUSSIG, discordasse dessa opinião e sempre acentuasse as diferenças. Existe muita diferença na apresentação da teoria, em seus métodos de dedução e conclusões sociológicas, mas nenhuma existe no teorema em si, e somente isto é que interessa ao teórico de hoje*. (**Pode ser, entretanto, discutido se era isto o que importava para o próprio MARX. Esteve ele sob a mesma ilusão de ARISTÓTELES, OU seja, que o valor, embora um fator na determinação dos preços relativos, é, porém, algo diferente e de existência independente dos preços relativos ou das relações de troca. A proposição de que o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho nela contida, não pode significar outra coisa. Se é assim, então existe diferença entre RICARDO e MARX, uma vez que o valor de RICARDO è, simplesmente, valor de troca ou preços relativos. Vale a pena mencionar isso, porque, se pudermos aceitar esse ponto-de-vista do valor, muito de sua teoria que nos parece insustentável ou mesmo sem significado deixará de sê-lo. Naturalmente, não podemos. Nem melhoraria a situação se, seguindo alguns teóricos marxistas, considerarmos que, sejam ou não uma substância diferente, os valores de quantidade-trabalho de MARX servem unicamente como elementos cuja finalidade é explicar a divisão da renda social total em renda do trabalho e renda do capital (em cujo caso a teoria dos preços relativos individuais se converteria em questão secundária). E isto porque, como veremos em seguida, a teoria do valor de MARX tampouco consegue resolver esta tarefa (mesmo admitindo que pudéssemos separar a dita tarefa do problema dos preços individuais). Tanto RICARDO como MARX dizem que o valor de cada mercadoria é (em equilíbrio e competição perfeitos) proporcional à quantidade de trabalho nela contida, desde que esse trabalho esteja de acordo com o nível existente de eficiência da produção (a quantidade de trabalho (34) socialmente*

necessária). Ambos medem esta quantidade em horas de trabalho e usam o mesmo método para reduzir diferentes qualidades de trabalho a uma só medida. Ambos encontraram as mesmas dificuldades, resultantes da focalização idêntica do problema, e enfrentaram-nas de maneira semelhante, isto é, MARX procedeu como aprendera a fazer nas obras de RICARDO. Nada de útil disseram sobre o monopólio ou sobre o que chamamos hoje de *competição imperfeita*. Ambos respondem aos críticos com os mesmos argumentos. Os argumentos de MARX são simplesmente menos polidos, mais prolixos e mais *filosóficos*, no pior sentido da palavra.

Ninguém ignora que esta teoria do valor é insatisfatória. Na interminável discussão que, a respeito, se tem verificado, a verdade não está toda de um lado e muitos argumentos errados foram utilizados por seus adversários. O ponto essencial não é o de que o trabalho seja a verdadeira *fonte* ou *causa* do valor econômico. Essa questão pode ser de grande interesse para os filósofos sociais, que disso querem extrair reivindicações éticas, e o próprio MARX, naturalmente, não foi indiferente a este aspecto do problema. Entretanto, para a Economia como ciência positiva, que deve descrever ou explicar os verdadeiros processos, é muito mais importante saber como a teoria do valor do trabalho funciona como instrumento de análise; e o fato é que, como tal, a teoria marxista deixa muito a desejar.

Para começar, não funciona a não ser no caso da competição perfeita. Depois, mesmo na competição perfeita, nunca *funciona de modo perfeito*, exceto quando o trabalho é o único fator da produção e, mais ainda, se o trabalho for todo da mesma espécie*. (* *A necessidade da segunda suposição é particularmente prejudicial. A teoria do valor de trabalho pode ser capaz de lidar com diferenças na qualidade do trabalho que são devidas a treinamento (habilidade adquirida): a parte relativa do trabalho que entra no processo de treinamento deve, então, ser somada a cada hora de trabalho especializado para podermos, sem sair das bases do princípio, calcular a hora de trabalho realizado por um operário especializado igual a determinado múltiplo da hora de trabalho não-especializado. Tal método, porém, é falho, no caso de diferenças naturais na qualidade do trabalho, devidas a desigualdades de inteligência, força de vontade, capacidade física ou agilidade. É preciso, então, recorrer à diferença de valor entre horas de trabalho executado pelo operário naturalmente inferior, e as do operário naturalmente superior — valor que não é, satisfatoriamente, explicado pelo princípio do*

trabalho-quantidade. De fato, RICARDO afirma, precisamente, o seguinte: estas qualidades diferentes serão, de alguma forma, colocadas em suas verdadeiras relações pelo mecanismo do mercado, de modo que, afinal, podemos falar na hora de trabalho executado pelo operário a como equivalente a um múltiplo definido do trabalho executado pelo operário b. Mas RICARDO esquece, completamente, que, assim argumentando, se serve de outro princípio de avaliação e, na verdade, abandona o princípio do trabalho-quantidade que, deste modo, falha, desde o início, dentro de seus próprios limites, e antes que tenha a oportunidade de falhar, dada a intervenção de outros fatores que não seja o trabalho). Se nenhuma dessas duas condições for observada, torna-se necessária a apresentação de hipóteses adicionais e, em breve, as dificuldades de análise adquirem proporções incontroláveis. Raciocinar, pois, de acordo com (35) a teoria do valor do trabalho, é raciocinar sobre um caso muito especial e sem nenhuma importância prática, embora alguma coisa possa ser dita a seu favor, se a interpretarmos no sentido de ligeira aproximação das tendências históricas dos valores relativos. A teoria que a substituiu — em sua primitiva forma, hoje abandonada, conhecida como *teoria da utilidade marginal* — pode reivindicar superioridade em muitos aspectos, mas o verdadeiro argumento a seu favor é muito mais geral e aplica-se com êxito, tanto nos casos de monopólio e competição imperfeita, como nos casos da presença de outros fatores e de trabalho de muitas qualidades e espécies diferentes. Além disso, se aventarmos, nesta teoria, as hipóteses restritivas já mencionadas, ficará manifesta a proporcionalidade entre valor e quantidade de trabalho aplicado*. (**De fato, depreende-se da teoria da utilidade marginal do valor que, para a existência do equilíbrio, cada fator deve ser distribuído entre suas possíveis aplicações, de tal forma que a última unidade destinada a qualquer de tais aplicações produza o mesmo valor que a última unidade destinada a cada uma das restantes aplicações. Se não existem outros fatores, exceto trabalho de uma espécie e qualidade, naturalmente significa que os valores relativos dos preços de todas as mercadorias devem ser proporcionais ao número de homens-hora nelas contidos, uma vez que haja competição perfeita e mobilidade.*) Deve, pois, ficar esclarecido que, para os marxistas, não somente é absurdo discutir, como o tentaram fazer, de início, a validade da teoria da utilidade marginal do valor (que lhes faz sombra), como denominar de *errada* a teoria do valor do trabalho. São coisas líquidas e certas, são questões pacíficas.

2. Embora pareça não terem RICARDO e MARX percebido a debilidade da posição em que se colocaram, ao adotar este ponto-de-partida, perceberam, perfeitamente, alguns de seus lados

fracos. Ambos combateram, especialmente, o problema da eliminação do (36) elemento representado pelos Serviços dos Agentes Naturais, os quais são, naturalmente, afastados de seu lugar apropriado, no processo da produção e distribuição, por uma teoria do valor que se baseia, unicamente, na quantidade de trabalho. A conhecida teoria de RICARDO sobre a renda da terra é, essencialmente, uma tentativa de conseguir esta eliminação, e a teoria marxista é outra. Logo que usarmos um método analítico que trate da renda, tão naturalmente como trata dos salários, toda a dificuldade desaparecerá. Daí não ser mais necessário falar dos méritos ou deméritos intrínsecos da teoria marxista da renda absoluta como distinta da renda diferencial, ou das suas relações com a teoria de ROBERTUS.

Mas mesmo se deixarmos isso de lado, ainda nos deparamos com a dificuldade que surge da presença do capital como provisão de meios de produção, que, por sua vez, também são produzidos. Para RICARDO foi um problema bem simples: na famosa Seção IV do primeiro capítulo de seus *Principios*, estabelece ele e aceita como fato, sem tentar submeter à investigação, que onde os bens de capital, tais como fábricas, maquinaria e matérias-primas, são utilizados na produção de uma mercadoria, esta mercadoria será vendida a um preço que dará lucro líquido ao proprietário desses bens de capital. RICARDO compreendeu que esse lucro se relaciona também com o período de tempo que decorre entre o investimento e o aparecimento dos produtos vendáveis e que, nos casos em que tais períodos de tempo não sejam os mesmos em todas as indústrias, ocorreria que os valores reais de tais produtos já não seriam proporcionais aos homens-hora *contidos* no mesmo, inclusive aos homens-hora que entraram na produção dos próprios bens de capital. E mencionou isso tão tranquilamente como se fosse consequência de seu teorema fundamental sobre valor, quando o contradiz. E não vai além, limitando-se a alguns problemas secundários que surgem a respeito e acreditando, evidentemente, que sua teoria indica a determinante básica do valor.

MARX também concebeu, aceitou e discutiu o mesmo fato; nunca duvidou de sua realidade. Também compreendeu que ele parece desmentir a teoria do valor do trabalho. Mas reconheceu a impropriedade da solução dada por RICARDO, e, embora aceitasse o mesmo problema na forma em que este o apresentou, dispôs-se a atacá-lo seriamente, dedicando-lhe centenas de páginas, quando RICARDO lhe dedicou apenas algumas frases.

3. Assim fazendo, MARX não somente demonstrou percepção mais aguda da natureza do problema, como também aperfeiçoou o sistema analítico que recebera. Por exemplo, substituiu, de modo (37) feliz, a diferença que RICARDO estabeleceu entre capital fixo e capital circulante, pela diferença entre capital constante e capital variável (salário). Também trocou as noções rudimentares de RICARDO sobre a duração dos processos de produção pelo conceito, muito mais rigoroso, de *estrutura orgânica do capital*, que se adapta às relações entre capital constante e variável. Entretanto, limitar-nos-emos à sua explicação do lucro líquido do capital, à sua *teoria da exploração*.

As massas nem sempre se sentiram frustradas e exploradas. Mas os intelectuais que lhes formularam os pontos-de-vista sempre lhes afirmaram isto, sem que fossem devidamente precisos no seu significado. MARX não poderia ter evitado a frase, mesmo que o houvesse desejado. O seu mérito e o resultado alcançado residem no fato de que percebeu a fraqueza dos vários argumentos pelos quais, anteriormente, os mentores das massas tentaram mostrar como surgiu a exploração e que, ainda hoje, fornecem elementos ao revolucionário comum. Nenhum dos *slogans* usuais sobre o poder de negociar e trapacear o satisfêz. O que desejava provar era que a exploração não surge, ocasional e acidentalmente, de situações individuais, mas que resulta da própria lógica do sistema capitalista, inevitável e completamente independente de qualquer empenho individual.

Eis como o fez. O cérebro, os músculos e os nervos de um operário constituem um fundo ou estoque de trabalho potencial (*Arbeitskraft*, usualmente traduzido, de modo pouco satisfatório, por *capacidade de trabalho*). MARX considera este fundo ou estoque como uma espécie de substância que existe em quantidade definida e que, na sociedade capitalista, é uma mercadoria como qualquer outra. Podemos esclarecer este pensamento, referindo-nos ao caso da escravidão: para MARX não há diferença essencial, embora existam muitas secundárias, entre o contrato de salários e a compra de um escravo — o que o empregador de trabalho *livre* compra não são, naturalmente, como no caso da escravidão, os próprios operários, mas uma parte definida da soma total de seu trabalho potencial.

Uma vez que o trabalho, neste sentido (não a execução do trabalho ou o efetivo homem-hora), é uma mercadoria, a lei do valor deve ser-lhe aplicada. Isto significa que, em condições de

perfeito equilíbrio e competição, deve render um salário proporcional ao número de *horas* de trabalho que entraram na sua *produção*. Mas, qual o número de *horas* de trabalho que entram na *produção* do estoque de trabalho potencial armazenado no corpo do operário? É o número de horas de trabalho que se levou e que se leva para **(38)** criar, educar, alimentar, vestir e abrigar o operário?* (*Esta é, excluindo a diferença entre capacidade de trabalho e trabalho, a solução que S. BAILEY {A Criticai Discourse on the Nature, Measure and Causes of Value, 1825}, por antecipação, julgou absurda, como o próprio MARX não deixou de notar (Das Kapital, vol. I, cap. XIX)*). Isto é o que constitui o valor daquele estoque e se o trabalhador vende parte dele — expressa em dias, semanas ou anos — receberá salários correspondentes ao valor-trabalho dessas partes, do mesmo modo que um traficante, ao vender um escravo, receberia, em condições normais, um preço proporcional ao número total dessas *horas-trabalho*. Mais uma vez, devemos observar que MARX permanece, cuidadosamente, fora dos *slogans* populares que, de uma forma ou de outra, afirmam ser o operário roubado ou enganado no mercado capitalista do trabalho ou que, em sua lamentável fraqueza, é simplesmente compelido a aceitar quaisquer condições que lhe sejam impostas. A questão não é tão simples assim: o operário recebe o valor integral de seu trabalho em potencial.

Mas, uma vez adquirido esse estoque de serviços potenciais, estão os *capitalistas* em posição de fazer o operário trabalhar mais horas — realizar mais serviços efetivos — do que as necessárias para produzir tal estoque ou estoque potencial. Eles podem extrair, neste sentido, mais horas reais de trabalho do que as que pagaram. Desde que os produtos resultantes também se vendem a um preço proporcional aos homens-hora que entraram em sua produção, existe uma diferença entre os dois valores — que surge unicamente do *modus operandi* da lei marxista de valores — a qual, necessariamente e em virtude do mecanismo do mercado capitalista, vai para o capitalista. Tal diferença é a *mais-valia (Mehrwert)* *. (**A taxa da mais-valia (grau de exploração) é definida como a razão entre a mais-valia e o capital variável (salário)*). Apropriando-se dela, o capitalista *explora* o trabalho, embora pague ao operário o valor integral de seu trabalho em potencial e não receba dos consumidores mais do que o valor integral do produto que vende. Mais uma vez, deve-se observar que não há recurso para coisas como preços desonestos, restrições da produção, ou fraudes no mercado dos produtos. É claro que MARX não pensou em negar a existência de tais práticas. Viu-as, porém, em sua verdadeira perspectiva e, por isso, nunca baseou nelas quaisquer conclusões fundamentais.

Admiremos, de relance, a sua pedagogia: apesar de especial e distante de seu sentido ordinário, o significado da palavra *exploração* pode ser aquele que, agora, adquiriu. Embora duvidoso o apoio da lei natural e das filosofias dos mestres e dos escritores do Iluminismo é (39) recebida sob o palio de argumento científico e serve a finalidade de confortar o discípulo que marcha para travar suas batalhas. Quanto ao mérito deste argumento científico, devemos distinguir cuidadosamente dois de seus aspectos, um dos quais persistentemente negligenciado pelos críticos. No nível comum da teoria de um processo econômico estacionado, é fácil mostrar que, pelas próprias hipóteses de MARX, a doutrina da mais-valia é insustentável. A teoria do valor-trabalho, mesmo se a considerarmos válida para qualquer outra mercadoria, nunca pode ser aplicada à mercadoria--trabalho, porque isto significaria que os operários, como acontece com as máquinas, são produzidos de acordo com os cálculos de custo racional. Uma vez que não são produzidos, não há justificativa para supor que o valor da capacidade de trabalho seja proporcional aos homens-hora que entram em sua *produção*. De um ponto-de-vista lógico, MARX melhoraria sua posição se aceitasse a *lei de ferro dos salários* de LASSALLE ou, simplesmente, argumentasse em linhas malthusianas, como o fez RICARDO. Mas como, muito prudentemente, se recusou a proceder assim, sua teoria da exploração perde, desde o início, um de seus apoios essenciais*. (**Veremos mais tarde como MARX tentou substituir esse apoio*).

Ainda mais, pode ser demonstrado que o perfeito equilíbrio competitivo não pode existir numa situação em que todos os capitalistas-empregadores têm ganhos de exploração. Porque, neste caso, tentariam, individualmente, expandir a produção e o efeito total disto seria, inevitavelmente, a tendência para aumentar as bases de salários e para reduzir os lucros desta espécie a zero. Sem dúvida, seria possível corrigir alguma coisa deste caso, apelando para a teoria da competição imperfeita, introduzindo atritos e inibições institucionais do trabalho da competição, reforçando todas as possibilidades de empecilhos na esfera do dinheiro e do crédito, e assim por diante. Deste modo só se conseguiria uma defesa fraca de sua teoria. Não há dúvida de que MARX desprezaria tão insignificante resultado.

Mas há outro aspecto da questão. Basta considerar os objetivos analíticos de MARX para perceber que ele não tinha necessidade de aceitar batalha em terreno onde seria facilmente batido. Isto só é fácil enquanto vemos, na teoria da mais-valia, somente uma proposição acerca do processo econômico estacionado em perfeito equilíbrio. Uma vez que o seu objetivo foi

analisar, não um estado de equilíbrio, que julgava nunca poder ser atingido pela sociedade capitalista, mas, ao contrário, um processo de transformação da estrutura econômica, não é completamente decisiva a crítica nesse sentido, feita acima. (40)

Mais-valia pode ser impossível em perfeito equilíbrio, mas pode existir sempre, porque nunca é possível estabelecer esse equilíbrio. Pode *tender* a desaparecer e, ainda assim, estar sempre presente, porque é, constantemente, recriada. Esta defesa não salvará a teoria do valor--trabalho, especialmente quando aplicada à própria mercadoria--trabalho, nem ao argumento sobre exploração, tal como foi formulado. Permitir-nos-á, porém, interpretação mais favorável do resultado, embora uma teoria satisfatória da mais-valia a despoje da conotação especificamente marxista. Este aspecto é de considerável importância. Lança nova luz também sobre outras partes do sistema marxista de análise econômica e ajuda a explicar por que este sistema não foi fatalmente abalado pelas críticas bem sucedidas, dirigidas contra seus próprios fundamentos.

4. Se, porém, continuarmos no mesmo nível em que são discutidas comumente as doutrinas marxistas, cairemos, cada vez mais, em maiores dificuldades, ou melhor, perceberemos que isto acontece aos discípulos quando tentam seguir o caminho do mestre. Antes de tudo, a teoria da mais-valia não facilita a solução dos problemas acima aludidos, que são criados pela discrepância entre a teoria do valor-trabalho e os fatos evidentes da realidade econômica. Ao contrário, acentua-os, porque, de acordo com a mesma, o capital constante, isto é, o capital não-aplicado em salário, não transmite ao produto mais valor do que perde em sua produção. Somente o capital-salário o faz e os lucros devem variar, em consequência, como entre estabelecimentos comerciais, de acordo com a composição orgânica de seus capitais. MARX confia em que a competição entre capitalistas cause a redistribuição da *massa* total de mais-valia, de forma que cada firma obtenha lucros proporcionais ao seu capital total ou que as taxas de lucros individuais sejam igualadas. Verificamos, imediatamente, que a dificuldade pertence à classe dos falsos problemas, sempre frutos do esforço de utilizar teorias errôneas,* (**Há, porém, um elemento na teoria que não é infundado, e cuja percepção, embora obscura, deve ser creditada a MARX. Não é, como quase todos os economistas ainda hoje acreditam, verdade sem contestação que os meios de produção existentes darão lucro líquido numa economia perfeitamente estacionária. Se, na prática, normalmente, parece darem lucros líquidos, isto pode dever-se ao fato de que a economia nunca é estacionária. O raciocínio de MARX sobre o lucro líquido do capital pode ser interpretado como uma maneira indireta de reconhecer este fato*) e a solução apresentada é da

ordem dos conselhos de desespero. MARX, porém, acreditava não somente que esta teoria servia para estabelecer o aparecimento de taxas de lucros uniformes e para explicar como, por isso, os preços relativos das mercadorias seriam desviados de **(41)** seus valores em termos de trabalho,* (*10 A solução que ele deu do problema foi incluída em manuscritos, dos quais seu amigo ENGELS extraiu o terceiro volume póstumo de *Das Kapital*. Portanto, não temos diante de nós o que o próprio MARX teria desejado dizer definitivamente. Ainda assim, muitos críticos não hesitaram em condená-lo, por ter, no terceiro volume, contraditado completamente a doutrina do primeiro. Não se justifica tal crítica. Se nos colocarmos no ponto-de-vista de MARX, como é nosso dever em questão de tal natureza, não é absurdo ver a mais-valia como a massa produzida pelo processo social de produção, considerado em conjunto, e fazer, do resto, uma matéria da distribuição dessa massa. E, se isso não for absurdo, ainda é possível assegurar que o preço relativo das mercadorias, tal como se deduz no terceiro volume, é proveniente da teoria do valor-trabalho exposta no primeiro. Por esta razão, não é correto afirmar, como o fizeram alguns escritores, de LEXIS a COLE, que a teoria marxista do valor está completamente divorciada de sua teoria dos preços e em nada contribui para ela. MARX, porém, pouco lucra em ser absolvido da contradição. O que resta da acusação ainda é bastante grave. A melhor contribuição ao estudo de todo o problema, isto é, ao estudo da forma em que se relacionam, dentro do sistema marxista, os valores e os preços, deve-se a L. VON BORTKIEWICZ, onde se encontram referências às melhores intervenções numa polêmica nada fascinante. Veja-se, de BORTKIEWICZ, "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1907), mas também que sua teoria oferecia explicação de outra lei que ocupava lugar de destaque na doutrina clássica, ou seja, a afirmação de que a taxa de lucro tem uma tendência natural para baixar. Segue-se, pois, de modo bastante plausível, o aumento, em importância relativa, da parte constante do capital total das indústrias produtoras de bens de consumo para os assalariados. Se a importância relativa das instalações e equipamentos dessas indústrias aumenta, como acontece no decorrer da evolução capitalista, e se a taxa de mais-valia ou grau de exploração permanece a mesma, então a taxa de retorno do capital total baixará, em geral. Esse argumento provocou muita admiração e é de presumir que o próprio MARX o considerasse com a satisfação que sentimos se uma de nossas teorias esclarece uma observação que não entrou em sua construção. Seria interessante discutir essa teoria, por seus próprios méritos e independente do erro cometido por MARX ao deduzi-la. Mas não necessitamos fazê-lo, porque é suficientemente condenada por suas premissas. Mas uma proposição análoga, embora não idêntica, fornece tanto uma das mais importantes forças da dinâmica marxista, como a união entre a teoria e a exploração e a versão imediata da estrutura analítica de MARX:, conhecida como a *teoria da acumulação*.

A parte principal do despojo arrancado ao trabalho explorado (de acordo com alguns de seus discípulos, praticamente todo ele), é transformada pelos capitalistas em capital, em meios de produção **(42)**. Esse fato, em si próprio e deixando de lado quaisquer idéias sugeridas pela fraseologia marxista, nada mais é do que a verificação de uma verdade comezinha, e que se descreve, ordinariamente, em termos de economia e investimento. No entanto, para MARX, este

simples fato não era suficiente: se o processo capitalista devia desenvolver-se segundo uma lógica inexorável, tal fato teria de ser parte dessa lógica, o que, praticamente, significa que devia ser necessário. Nem seria satisfatório admitir que esta necessidade surgisse da psicologia social da classe capitalista, por exemplo, numa maneira idêntica à de MAX WEBER, que fez das atitudes dos puritanos — e a abstenção do gozo hedonista que se obtém dos lucros obviamente se enquadra bem em seus padrões — a causa determinante do comportamento capitalista. MARX não desprezou qualquer apoio que julgasse capaz de derivar deste método. " Devia, porém, haver algo mais substancial do que isto para um sistema como o seu, algo que compelsse o capitalista a acumular, independentemente de suas idéias, e bastante poderoso para ser responsável por este padrão psicológico. E há, felizmente.

Ao expor a natureza da compulsão para economizar, por comodidade aceitaremos os ensinamentos de MARX em um ponto: isto é, como ele o fez, suporemos que a economia, realizada pela classe capitalista, *ipso facto* corresponda a um aumento de capital real*. (**Para MARX, economia ou acumulação são coisas idênticas à conversão da mais-valia em capital. Não queremos com isto criar discussões, embora tentativas individuais de economia não aumentem, necessária e automaticamente, o capital real. A opinião de MARX parece-nos tão mais perto da verdade do que a de muitos de nossos contemporâneos, que não cremos valer a pena desafiá-la aqui*). Esse aumento deverá sempre, no primeiro caso, ocorrer na parte variável do capital total, isto é, no capital-salário, mesmo que a intenção seja a de aumentar a parte constante e — particularmente, a parte que RICARDO chamava de *capital fixo* — especialmente a maquinaria.

Ao discutir a teoria marxista da exploração, fizemos notar que, numa perfeita economia competitiva, os lucros da exploração induziriam os capitalistas a expandir a produção, ou a tentar fazê-lo, porque, do ponto-de-vista de cada um deles, isso significaria maiores (43) lucros. Para assim proceder, teriam de acumular. Além disso, o efeito global dessa medida tenderia a reduzir as mais-valias, através das conseqüentes elevações das taxas de salários, senão também através das naturais quedas de preço dos produtos — belo exemplo das contradições inerentes ao sistema capitalista, que tanto agradavam a MARX. E a própria tendência constituiria, também, para o capitalista individual, outra razão pela qual se sentiria compelido a acumular*, (**Naturalmente, economiza-se, em geral, menos de uma renda pequena do que duma renda grande. Mais, porém, se economiza de determinada renda que não se espera que dure muito ou se teme que decresça, do que se faria caso se soubesse que a renda, na*

quantia do momento, seria estável) embora novamente, ao final, isso piorasse a posição do conjunto da classe capitalista. Haveria, então, uma espécie de compulsão para acumular, mesmo que num processo estacionário, o qual, como já assinalamos, não poderia alcançar equilíbrio estável, até que a acumulação tivesse reduzido a mais-valia a zero e, assim, destruído o próprio capitalismo*. (** Até certo ponto, reconhece-o MARX. Mas pensa que, se os salários sobem e assim dificultam a acumulação, a taxa desta última diminuirá "porque o estímulo de ganho é enfraquecido", de tal forma que o "mecanismo do processo de produção capitalista remove o mesmo obstáculo que, temporariamente, criou" (Das Kapital, vol. I cap. XXV, seção I). Essa tendência do mecanismo capitalista a auto-equilibrar-se não está certamente fora de discussão e qualquer afirmativa neste sentido exigiria, pelo menos, cuidadosa qualificação. Mas o ponto interessante é que denominaríamos esta afirmativa decididamente não-marxista se, por acaso, a encontrássemos em trabalho de outro economista o que, se a considerarmos válida, grandemente enfraquece o sentido principal do raciocínio de MARX. Neste ponto, como em muitos outros, MARX mostra, em grau surpreendente, os grilhões que o prendiam à economia burguesa de sua época e que ele próprio acreditava ter quebrado).*

Muito mais importante e muito mais drasticamente compulsória é, no entanto, outra coisa. De fato, a economia capitalista não é e não pode ser estacionária. Nem se está simplesmente expandindo de maneira uniforme. É incessantemente revolucionada, *de dentro*, por novos empreendimentos, isto é, pela introdução de novas mercadorias ou novos métodos de produção ou ainda novas oportunidades comerciais, em sua estrutura industrial, como existem a qualquer momento dado. Quaisquer estruturas existentes e todas as condições econômicas estão sempre em processo de evolução. Cada situação está sendo alterada, antes que tenha tido tempo de se firmar. Progresso econômico, na sociedade capitalista, significa tumulto. E, como veremos na próxima parte, neste tumulto, a competição trabalha de maneira completamente diferente do caminho que seguiria num processo estacionário, embora perfeitamente competitivo. As possibilidades de **(44)** lucros pela produção de novos artigos ou pela produção mais barata de artigos antigos estão-se materializando, constantemente, e exigindo novos investimentos. Estes novos artigos e novos métodos competem com os velhos artigos e métodos, não em termos iguais, mas com vantagem decisiva, que pode acarretar a morte dos últimos. Assim se processa o *progresso* na sociedade capitalista. A fim de evitar que seus preços sejam reduzidos, *cada* empresa é finalmente compelida a fazer o mesmo, a investir parte dos lucros, isto é, a acumular*. (*Naturalmente este não é o único método de financiar melhoramentos técnicos. Mas é praticamente o único que MARX considerou. Uma vez que é de fato um método muito importante, podemos nisto segui-lo, embora existam outros, especialmente o de empréstimos bancários, isto é, criando depósitos, que produzem conseqüências próprias, cuja inserção seria realmente necessária, se se tratasse de traçar um quadro correto do processo capitalista. Assim, todos acumulam.*

MARX viu, mais claramente, este processo de transformação industrial e compreendeu-lhe a importância, melhor do que qualquer economista de sua época. Isso não significa que tenha compreendido corretamente a natureza, ou analisado corretamente o mecanismo. Para ele, este mecanismo se reduz à simples mecânica de massas de capital. Não tinha teoria adequada de empreendimento e sua incapacidade para distinguir o empreendedor do capitalista, juntamente com uma técnica teórica errônea, é responsável por muitos casos de *non sequitur* e por muitos enganos. A simples visão do processo, porém, era, em si própria, suficiente para muitas das finalidades que MARX tinha em mente. O *non sequitur* deixa de ser uma objeção fatal, se o que não resulta dos argumentos marxistas pode resultar de outros. E mesmo os erros totais e as interpretações incorretas têm remissão freqüente pela validade substancial da orientação do argumento, no decorrer do qual aqueles erros e interpretações ocorrem — em particular, podem tornar-se inócuos, por mais amplas as análises que, para os críticos ir capazes de compreender esta situação paradoxal, pareçam irremediavelmente condenadas. Disto tivemos, anteriormente, um exemplo. Considerada tal como foi formulada, a teoria da mais-valia de MARX é insustentável. Mas, já que o processo capitalista produz ondas renováveis de lucros extraordinários temporários sobre o custo (o que pode ser perfeitamente explicado por outras teorias, embora de maneira completamente não-marxista), o próximo passo de MARX, dedicado à acumulação, não é inteiramente viciado por seus enganos anteriores. De modo similar, o próprio MARX não esclareceu, satisfatoriamente, essa compulsão para acumular, essencial a seus argumentos. A falta de sua explicação não prejudica muito porque, conforme já aludimos, podemos fornecer imediatamente outra (45) explicação satisfatória, na qual, entre outras coisas, a diminuição dos lucros se coloca por si mesma em seu devido lugar. Não é necessário que a taxa de lucros produzida pelo capital industrial total coincida, no fim de contas, com a razão marxista, de que o capital constante aumenta relativamente ao capital variável*, (** De acordo com MARX, os lucros podem também diminuir por outra razão, isto é, pela queda na taxa da mais-valia. Isto pode ser causado por aumentos nas taxas de salários, ou pela redução, imposta por lei, por exemplo, das horas diárias de trabalho. Pode-se argumentar mesmo do ponto-de-vista da teoria marxista, que isto induzirá os capitalistas a substituir a mão-de-obra por bens de capital, que economizam a força-trabalho e que, com isso, aumentam, temporariamente, o investimento, independente do impacto causado por novas mercadorias e progressos técnicos. Não podemos, porém, deter-nos nestas questões, mas podemos mencionar um incidente curioso. Em 1837, NASSAU W. SÊNIOR publicou um panfleto intitulado Letters on the Factory Act, no qual tentou demonstrar que o projeto de redução das horas diárias de trabalho produziria a aniquilação dos lucros na indústria algodoeira. Em Das Kapital, vol. I, cap. VII, seção 3, MARX excede-se a si próprio em violentas acusações contra aquela publicação. De fato, são quase tolos os argumentos de SÊNIOR. MARX, porém, devia ser a última pessoa a proclamá-lo, porque estão em inteira harmonia com sua própria teoria da exploração*) ou com qualquer outra. É bastante que o lucro de cada empresa, como vimos, seja incessantemente ameaçado pela competição real ou potencial de novas mercadorias e novos métodos de produção, o que o converterá em prejuízo,

no decorrer do tempo. Obtemos, assim, a força motriz desejada e mesmo uma analogia à proposição marxista de que o capital constante não produz mais-valia, porque nenhuma união singular de bens de capital permanece como fonte eterna de mais-valia, sem ter que recorrer àquelas partes de seus argumentos, que são de validade duvidosa.

Outro exemplo nos é concedido pelo elo seguinte da cadeia de MARX, a *teoria da concentração*, isto é, sua análise da tendência do processo capitalista para ampliar suas instalações industriais e unidades de controle. Tudo o que ele nos oferece como explicação, quando despido de imagens, resume-se, unicamente, na informação, pouco interessante, de que "a batalha da competição é tratada pelo barateamento das mercadorias", que depende, *caeteris paribus*, da *produtividade do trabalho*, que, por sua vez, depende da escala da produção, e ainda que "os grandes capitais derrotam os pequenos" *. (* *Esta conclusão, freqüentemente denominada como teoria da expropriação, constitui, segundo MARX, a única base puramente econômica da luta pela qual os capitalistas se destroem entre si*).**(46)** É exatamente o que os manuais dizem sobre o assunto, e, em si mesmo, não é nada profundo nem admirável. Em particular, é inadequado por causa da ênfase a respeito do volume dos capitais individuais, enquanto na descrição dos seus efeitos MARX se embaraça em sua própria técnica, incapaz de tratar o monopólio ou oligopólio.

No entanto, não é injustificada a admiração que tantos economistas, não pertencentes ao rebanho marxista, declaram sentir por sua teoria. Prever MARX O advento das grandes empresas, foi, em si, grande façanha, considerando as condições da época. MARX, porém, fez mais ainda. Uniu habilmente a concentração ao processo de acumulação, ou antes, considerou a primeira como parte da última e não somente como parte de sua estrutura, mas também de sua lógica. Percebeu, corretamente, algumas das conseqüências — por exemplo a de que o "aumento do volume das massas individuais de capital se torna a base material de uma revolução ininterrupta dos próprios modos de produção". Assinala, também, outras conseqüências, mas de maneira unilateral ou desvirtuada. MARX eletrizou a atmosfera em torno dos fenômenos com todos os dínamos da luta de classes e política. Somente isso seria o bastante para elevar a exposição feita, muito acima dos enfadonhos teoremas econômicos sobre o assunto, especialmente para pessoas que careçam de imaginação própria. O mais importante de tudo é que MARX foi capaz de prosseguir quase inteiramente livre da inadequada motivação dos traços individuais de sua exposição e do que, ao profissional, parece ser falta de rigor de seus argumentos, porque, afinal de contas, os gigantes industriais estavam apenas começando a surgir, assim como as situações

sociais que eles deveriam criar.

5. Dois itens mais completarão o esboço: a teoria marxista de *Verelendung* ou, para usar o equivalente que ousamos adotar de *empobrecimento*,* (* N. do T.: Na versão inglesa, *immiserization*) e sua (e de ENGELS) *teoria do ciclo econômico*. Na primeira, tanto a análise como a visão são inteiramente falhas. Ambas se demonstram, com acerto, na segunda.

MARX, sem dúvida, sustentou que, no decorrer da evolução capitalista, as taxas de salário real e o nível de vida das massas deveriam baixar nas camadas mais bem pagas e não melhorarem nas mais mal pagas, e que isto não aconteceria por circunstâncias acidentais ou ambientais, mas em virtude da própria lógica do processo capitalista*. (** Há uma primeira linha de defesa que os marxistas, como a maioria dos apologistas, estão acostumados a estabelecer contra a intenção crítica que se esconde atrás de tão claros argumentos. É a de que MARX não falhou inteiramente em ver o outro lado da medalha e freqüentemente reconheceu casos de elevação de salários, e assim por diante — como realmente ninguém poderia provavelmente deixar de ver —, inferindo-se daí que ele se antecipara inteiramente a tudo que os críticos poderiam dizer. Escritor tão prolixo que entremeou seus argumentos com tanta exuberância de análise histórica, naturalmente permite mais facilidade para defesa do que os fundadores da Igreja. Mas qual a vantagem em reconhecer fatos recalitrantes se não podem influir nas conclusões?*). Naturalmente, isso foi uma predição de infelicidade única, e marxistas de todos os tipos se têm (47) visto atrapalhados para sair da enrascada, ante a evidência, inteiramente contrária, que os desafia. De início, e em alguns casos isolados, mesmo em nossos dias, demonstraram notável tenacidade em tentar salvar esta *lei* como uma declaração de tendência real confirmada por estatísticas de salários. Fizeram-se, então, tentativas para que fosse interpretada com significado diferente, ou seja, para que não se referisse às taxas de salário real ou à parte absoluta que a classe trabalhadora recebe, mas, sim, à parte relativa da renda do trabalho, no total da renda nacional. De fato, embora algumas passagens em MARX permitam interpretação neste sentido, isso viola, claramente, o significado da maioria delas. Ainda mais, pouca vantagem teríamos em aceitar esta interpretação, porque as conclusões principais de MARX pressupõem que a cota *absoluta per capita* do trabalho deve diminuir ou, ao menos, não aumentar; se, na realidade, estivesse cogitando da parte relativa, isto somente viria complicar os problemas marxistas. Finalmente, a proposição ainda estaria errada: a parte relativa dos ordenados e salários na renda total varia pouco de ano a ano e é notavelmente constante no decorrer do tempo, não revelando qualquer tendência para diminuir.

Parece, no entanto, haver outra maneira de sair da dificuldade. Pode dar-se o caso de, em nossas séries estatísticas periódicas, não aparecer uma tendência — e mesmo, como ocorre em

nosso caso, mostrar tendência oposta — e, ainda assim, essa tendência pode ser inerente ao sistema estudado, porque pode ser reprimida por condições excepcionais. Esta é, de fato, a orientação seguida pela maioria dos marxistas modernos. As condições excepcionais se encontram na expansão colonial ou, mais geralmente, no acesso a novos países durante o século XIX, o que ocasionou um *período de folga*, para as vítimas da exploração*. (* Esta idéia foi sugerida pelo próprio MARX, embora tenha sido desenvolvida pelos neomarxistas). Posteriormente teremos oportunidade de tocar neste assunto. Por enquanto, notemos que os fatos emprestam, *prima jacte*, certo apoio a este argumento, que é também de lógica irrepreensível e, portanto, podia resolver (48) a dificuldade se esta tendência fosse bem fundamentada a outros respeitois.

A verdadeira complicação, porém, é que a estrutura teórica de MARX, neste setor, não é digna de confiança: ao lado da visão, o fundamento analítico é errôneo. A base da teoria do empobrecimento é a teoria do *exército industrial de reserva*, isto é, a teoria do desemprego criado pela mecanização do processo de produção*. (Este tipo de desemprego deve ser diferenciado de outros. Em particular, MARX notou o tipo de desemprego que deve a existência às variações cíclicas das atividades econômicas. Como os dois não são independentes e como, em seus argumentos, freqüentemente se fia mais no último tipo do que no primeiro, surgem dificuldades de interpretação das quais nem todos os críticos parecem estar completamente prevenidos). E a teoria do *exército de reserva* é, por sua vez, baseada na doutrina exposta, no capítulo de RICARDO, sobre a maquinaria. Em nenhuma outra parte — excetuando-se, naturalmente, a teoria do valor — os argumentos marxistas dependem tanto dos de RICARDO, sem acrescentar nada de essencial*. (Isto deve ser óbvio para qualquer teórico que estuda não somente as *sedes materiae* (Das Kapital, vol. I, cap. XV, seções 3, A, 5 e, especialmente, 6 — onde MARX trata da teoria da compensação, a que nos referiremos depois), mas também os caps. XXIV e XXV, onde, de modo parcialmente diferente, as mesmas coisas são repetidas e desenvolvidas). Naturalmente, estamos falando apenas da teoria pura do fenômeno. Como sempre, MARX acrescentou muitos pequenos retoques, tais como a excelente generalização pela qual a substituição de operários especializados por operários não-especializados se incorpora ao conceito de desemprego. Também acrescentou numerosas imagens e frases, e o mais importante de tudo é que lhe adicionou o impressionante cenário, o fundo imenso de seu processo social.

A princípio, RICARDO sentiu-se inclinado a compartilhar do ponto-de-vista, muito comum em todos os tempos, de que a introdução de máquinas, no processo de

produção, dificilmente poderia deixar de beneficiar as massas. Quando começou a duvidar dessa opinião ou, em todo o caso, de sua validade geral, com franqueza característica, reviu a posição. Assim fazendo, também caracteristicamente, recuou e, utilizando seu método habitual de *imaginar casos convincentes*, elaborou um exemplo numérico, bem conhecido de todos os economistas, para demonstrar que as coisas poderiam pender para o outro lado. Por um lado, não tentou negar que estava provando somente uma possibilidade — embora não improvável — ou, por outro lado, que, no final, o trabalho seria beneficiado como resultado da mecanização, através de seus efeitos posteriores no rendimento total, preços, etc. (49)

O exemplo é o correto dentro de suas limitações*. (*Ou pode ser corrigido sem perder o significado. Existem alguns pontos duvidosos sobre o argumento, devidos provavelmente à sua lamentável técnica — que muitos economistas desejariam perpetuar.*) Os métodos atuais, bem mais aperfeiçoados, confirmam-lhe os resultados a ponto de admitir a possibilidade que o exemplo pretendia estabelecer, assim como o seu oposto. Vão ainda além ao estabelecer as condições formais que determinam qual das conseqüências se seguirá. Naturalmente, isto é tudo quanto a teoria pura pode fazer. Outros dados são necessários para que se possam prever os efeitos reais. Mas, para a nossa finalidade, o exemplo de RICARDO ainda apresenta outro aspecto. Imagina ele uma empresa que, tendo determinado capital e empregando certo número de operários, resolve dar um passo no sentido da mecanização. Para isso, a empresa dedica uma turma de operários ao trabalho de construir a máquina que, quando instalada, lhe permitirá despedir parte dessa turma. Os lucros, eventualmente, podem continuar os mesmos (depois que a concorrência opere os reajustes suficientes para eliminar qualquer ganho temporal), mas a renda bruta terá diminuído na quantia exata dos salários previamente pagos aos operários que, agora, foram *libertados*. A idéia de MARX, da substituição do capital variável (salário) pelo capital constante, é quase a réplica exata desta maneira de colocar o assunto. A ênfase que RICARDO coloca sobre o resultante excesso (*redundancy*) da população é paralela à que MARX coloca sobre o excesso (*surplus*) de população — termo usado por ele como alternativa de *exército industrial de reserva*. Na verdade, os ensinamentos de RICARDO estão sendo seguidos à risca, ao pé da letra.

Mas, o que pode ser aprovado, desde que nos conservemos dentro dos restritos limites que RICARDO tinha em vista, torna-se inteiramente inadequado — de fato, converte-se na fonte de outro *non sequitur*, desta vez não redimido por uma visão correta das conseqüências finais — tão logo consideremos a superestrutura que MARX erigiu sobre alicerces tão fracos. O próprio MARX parece ter tido também estes pensamentos. Porque, com energia algo desesperada,

aferrou-se aos resultados pessimistas de seu mestre, como se o *ponto forte* deste último fosse o único caso possível, e com energia ainda mais desesperada lutou contra os autores que desenvolveram as ilações da sugestão de RICARDO de que a idade da máquina poderia favorecer o trabalho, mesmo quando o imediato efeito da sua introdução significasse prejuízo (teoria da compensação, a principal aversão de todos os marxistas).

MARX tinha toda a razão em seguir este caminho, porque tinha muita necessidade de alicerce sólido para a sua teoria do exército (50) de reserva, que deveria servir a dois fins fundamentais e importantes, além de alguns outros de menor valia. Primeiro, vimos como privou sua doutrina da exploração do que chamamos de apoio essencial, dada sua aversão, bastante compreensível, a fazer uso da teoria malthusiana da população. Este apoio foi substituído pelo sempre presente, porque sempre recriado*, (** Naturalmente, é necessário acentuar a criação incessante. Realmente, seria injusto para com as palavras ou pensamentos de MARX imaginar, como o fizeram alguns críticos, ter ele suposto que a introdução da maquinaria lançaria os operários eternamente no desemprego. MARX não negou a absorção, e foge de seu objetivo a crítica que se baseia na prova de que todo o desemprego criado será sempre inteiramente absorvido*) exército de reserva. Segundo, o particularmente estreito ponto-de-vista que adotou sobre o processo da mecanização foi essencial para justificar as frases retumbantes do cap. XXXII do primeiro volume de *Das Kapital*, que, em certo sentido, são o remate final, não somente desse volume, mas de todo o trabalho de MARX. Transcrevê-las-emos fielmente — mais fielmente do que o requer o ponto em discussão — a fim de dar, aos nossos leitores, leve idéia do estilo de MARX, tão importante para explicar o entusiasmo de alguns e o desprezo de outros. Sejam um amontoado de inexatidões, sejam o próprio cerne da verdade profética, ei-las aqui:

"De mãos dadas com esta centralização do capital, ou expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se... o entrelaçamento de todas as nações na rede do mercado mundial e, com isto, o caráter internacional do regime capitalista. Ao lado da diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens do processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da escravidão, da degradação e da exploração; mas, acompanhando esta situação, cresce, também, a revolta da classe operária, uma classe cada vez maior, mais disciplinada,

unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção. O monopólio do capital torna-se um grilhão sobre o modo de produção que, juntamente e sob a orientação dele, surgiu e floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem finalmente um ponto em que se tornam incompatíveis, com seu invólucro capitalista. Esse invólucro estoura. Soam os dobres de sinos para a propriedade capitalista privada. Os expropriadores são expropriados."

6. O trabalho de MARX, no campo dos ciclos econômicos, é extremamente difícil de elogiar. Sua parte realmente valiosa consiste em dezenas de observações e comentários, a maioria de natureza casual, espalhados em todas as obras, inclusive em muitas de suas cartas. **(51)** Tentativas de reconstrução, com tais *membra disjecta* de um corpo que, em nenhuma parte, aparece em carne e osso e que, talvez, nem tenha existido na mente de MARX, salvo de forma embrionária, podem facilmente produzir resultados diferentes, em mãos diferentes, e podem ser viciados pela tendência compreensível do admirador de creditar a MARX, com interpretação conveniente, praticamente todos os resultados de pesquisas posteriores que o mesmo admirador aprove.

As correntes comuns de amigos e inimigos nunca compreenderam e não compreendem ainda a espécie de trabalho que o comentador arrosta, dada a natureza caleidoscópica da contribuição marxista ao assunto. Vendo que MARX tão freqüentemente se pronunciou a respeito e que, evidentemente, isso seria muito relevante para seu tema fundamental, admitiram que deve haver alguma simples e clara teoria marxista dos ciclos, que seria possível fazer surgir do resto de sua lógica do processo capitalista, tanto quanto, por exemplo, a teoria da exploração surge da teoria do trabalho. Nessa conformidade, trataram de encontrar tal teoria. E é fácil prever o que lhes ocorreu.

Por um lado, sem dúvida, MARX exalta — embora não apresente motivos inteiramente adequados — o enorme poder do capitalismo para desenvolver a capacidade social de produção. Por outro lado, MARX incessantemente acentua o crescimento da miséria das massas. Não é a coisa mais natural do mundo concluir que as crises ou depressões se devem ao fato de que as massas exploradas não podem comprar tudo aquilo que o sempre crescente aparelho de produção apresenta ou está pronto a apresentar e que, por estas e outras razões que não

necessitamos repetir, a taxa de lucros baixa ao nível da bancarrota? Assim, e de acordo com o que desejamos salientar, parece que chegamos às margens da desprezível teoria do subconsumo ou da superprodução.

A interpretação marxista, de fato, tem sido classificada entre as teorias que explicam as crises pelo subconsumo* (** Embora esta interpretação se tenha tornado moda, mencionaremos unicamente dois autores, um dos quais é responsável por uma versão modificada, enquanto o outro pode testemunhar sua persistência: TUGAN-BARA-NOWSKY, Theoretische Grundlagen des Marxismus, 1905, que condenou a teoria marxista das crises, por essa razão; e M. DOBB, Political Economy and Capitalism, 1937, que encara o assunto com mais simpatia.*). Existem duas circunstâncias que podem ser chamadas para a apoiar. Primeira: é evidente, na teoria da mais-valia e, também, em outros assuntos, a afinidade dos ensinamentos de MARX com os de SISMONDI e RODBERTUS. (52) E estes últimos aceitaram o ponto-de-vista do subconsumo. Não é fora de propósito inferir que MARX tenha feito o mesmo. Segunda: algumas passagens nos trabalhos de MARX, especialmente a breve introdução acerca das crises, contida no *Manifesto Comunista*, sem dúvida, prestam-se a essa interpretação, embora os pronunciamentos de ENGELS se prestem mais ainda*. Mas isso não deve ser considerado, uma vez que MARX, demonstrando bom-senso, expressamente a repudiou**. (***Das Kapital, vol. II, pág. 476, da tradução inglesa de 1907. Veja-se, também, Theorien über den Mehrwert, vol. II, cap. III.*)

(O ponto-de-vista de ENGELS sobre o assunto está mais bem desenvolvido em seu livro de polémica, intitulado Herr Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft, 1878, e que se tornou um dos mais citados na literatura socialista. Ali apresenta ele interessante explicação da morfologia das crises, que, sem dúvida, se adapta ao estilo de conferência popular, mas que expõe apenas uma opinião onde era de esperar uma explicação de que "a expansão do mercado não pode acompanhar a expansão da produção". Também se refere e aprova a opinião de FOURIER, exposta e resumida na expressão — que se explica por si mesma — crises pléthoriques. Não pode ser negado, porém, que MARX escreveu parte do cap. X e também é responsável por todo o livro.*

Observamos que são desairosos os poucos comentários sobre ENGELS, contidos neste esboço. É lamentável, mas não se devem a qualquer intenção de diminuir os méritos de homem tão eminente. Pensamos, no entanto, dever ser admitido francamente que, intelectualmente, — e de modo especial, como teórico — ele estava muito abaixo de MARX. Nem podemos ter certeza de que ENGELS sempre compreendeu o pensamento de MARX. Suas interpretações, por isso,

devem ser utilizadas com muito cuidado.)

O fato é que MARX não tinha sequer uma teoria dos ciclos econômicos. Também nenhuma pode ser extraída de suas *leis* do processo capitalista. Mesmo se aceitarmos a sua explicação da ocorrência da mais-valia e concordarmos que acumulação, mecanização (aumento relativo do capital constante) e excesso de população (aumentando este último, inexoravelmente, a miséria da massa) se entrelacem numa cadeia lógica que termina com a catástrofe do sistema capitalista — mesmo assim estaríamos sem um fator que, necessariamente, provoque a flutuação cíclica do processo e que seja responsável por uma alternância *imane*nte de prosperidade e depressões* (**Ao leigo, o oposto parece tão evidente que não seria fácil fazer esta afirmação, mesmo se tivéssemos todo o espaço do mundo. O melhor meio para que o leitor se convença de sua veracidade é estudar os argumentos de RICARDO sobre maquinaria. O processo ali descrito pode causar qualquer quantidade de desemprego, e continuar indefinidamente, sem outra queda que a derrocada final do sistema. MARX teria concordado com isto.*). Sem dúvida, muitos acidentes e incidentes estão sempre a mão, para podermos tirar deles os elementos que faltam à explicação **(53)** fundamental. Há os erros de cálculo, de perspectiva e outros, ondas de otimismo e pessimismo, excessos especulativos e reações a esses excessos e há a inexaurível fonte dos *fatores externos*. Mesmo assim, continuando em proporção constante o processo mecânico marxista da acumulação — e nada existe, em princípio, para demonstrar o contrário — o processo descrito por ele *pode* também manter-se de maneira uniforme. No que se relaciona à sua lógica, o processo é inteiramente sem prosperidade ou depressão.

É claro que isto não é necessariamente uma desgraça. Muitos outros teóricos sustentaram e sustentam, simplesmente, que as crises sobrevêm quando alguma peça fundamental do sistema funciona mal. Nem constituiu, em conjunto, desvantagem, porque libertou MARX, ao menos uma vez, da escravidão do seu sistema e o deixou à vontade para examinar os fatos sem precisar violentá-los. Em consequência, considerou grande variedade de elementos mais ou menos relevantes. Por exemplo, utilizou, algo superficialmente, a intervenção do dinheiro nas transações de mercadorias — e nada mais — a fim de invalidar a proposição de SAY sobre a impossibilidade de uma superprodução geral; recorreu à liquidez dos mercados monetários, para explicar os desenvolvimentos desproporcionais nas linhas caracterizadas pelos pesados investimentos em bens de capital constante; ou ainda a estímulos especiais, tais como a abertura de mercados ou a ocorrência de novas necessidades sociais, para provocar súbitos aumentos de *acumulação*. Sem êxito, MARX tentou tornar o crescimento da população num fator que

favorece flutuações*. (** Nisto também ele não está sozinho. Deve-se, porém, fazer justiça a MARX por ter talvez percebido a fraqueza dessa maneira de tratar o assunto e convém salientar que suas observações a respeito constam do terceiro volume e não devem ser consideradas como sua opinião definitiva.*) Observou, embora não explique realmente, que a escala da produção se expande "de improviso e aos saltos", o que "é igualmente o prelúdio de sua súbita contração". Habilmente, diz que a "superficialidade da Economia Política se demonstra pelo fato de considerar a expansão e contração do crédito, que são mero sintoma de mudanças periódicas do ciclo industrial, como a causa do mesmo". (** Das Kapital, vol. I, cap. XXV, seção 3- Imediatamente após esta passagem, Marx caminha numa direção que é muito familiar ao estudante das teorias modernas de ciclos econômicos: "Os efeitos, por sua vez, tornam-se causas e os diferentes acidentes do processo total, que sempre reproduzem suas próprias condições, tomam forma de periodicidade".*) E o capítulo de incidentes e acidentes desempenha grande papel em toda a sua descrição do fenômeno. **(54)**

Tudo isto é de bom-senso e substancialmente certo. Encontramos, praticamente, todos os elementos que nem sempre entraram em qualquer análise séria dos ciclos econômicos e, no conjunto, muito pouco erro. Além disso, não devemos esquecer que a mera percepção da existência dos movimentos cíclicos foi grande façanha naquela época. Muitos economistas anteriores a MARX tiveram pressentimento dos ciclos. No conjunto, porém, focalizaram a atenção nas espetaculares bancarrotas que passaram a denominar-se *crises*. E não souberam encarar essas crises em sua verdadeira perspectiva, isto é, sob o prisma do processo cíclico, do qual são meros incidentes. Consideraram-nas, sem olhar além, como infortúnios isolados que ocorreriam em consequência de erros, excessos, administração defeituosa do mecanismo do crédito. MARX foi, cremos, o primeiro economista a elevar-se acima desta tradição e a antecipar — excetuando os complementos estatísticos — os trabalhos de CLÉMENT JUGLAR. Embora, como vimos, não tivesse fornecido explicação adequada dos ciclos econômicos, viu claramente o fenômeno e compreendeu grande parte de seu mecanismo. Também como JUGLAR, não hesitou em mencionar um ciclo de dez anos "interrompido por flutuações menores"*. (**ENGELS foi ainda além. Algumas de suas anotações ao terceiro volume de MARX revelam que suspeitava também da existência de oscilações mais amplas. Embora estivesse inclinado a interpretar a comparativa frequência das propriedades e a comparativa intensidade das depressões nos anos de 1870 e 1880 como uma mudança estrutural e não como o efeito da fase de depressão de uma onda de maior amplitude (exatamente como muitos economistas modernos fazem com relação ao desenvolvimento de após-guerra e especialmente aos da última década), percebe-se nisto alguma antecipação aos trabalhos, sobre os ciclos amplos, de KONDRATIEFF.*) MARX teve a atenção despertada

para a questão de qual poderia ser a causa desse ciclo e considerou a idéia de que tivesse alguma relação com a duração das máquinas empregadas na indústria algodoeira. Existem muitos outros sinais de sua preocupação com o problema dos ciclos econômicos, distinto do problema das crises. Isto é suficiente para o situar bem alto entre os mestres da moderna pesquisa de ciclos.

Outro aspecto deve ser mencionado. Em muitos casos, MARX usou o termo *crise*, em seu melhor sentido comum, falando da crise de 1825 ou da de 1847, como o fizeram os outros. Mas também o usou em diferente sentido. Acreditando que a evolução capitalista ocasionaria algum dia a destruição da estrutura das instituições da sociedade capitalista, julgou que, antes de isto ocorrer, o capitalismo apresentaria constantes fricções, mostrando sintomas de doença fatal. A esta fase, que deve ser encarada como um período histórico mais (55) ou menos longo, MARX aplicou o mesmo termo, mostrando ainda tendência de entrelaçar estas crises cíclicas com a crise geral da ordem capitalista. Sugeriu mesmo que as primeiras podem ser encaradas, em certo sentido, como o sinal de aviso da derrocada final. Como para muitos leitores isto pode ser considerado uma pista para a teoria marxista das crises, no sentido comum, é necessário salientar que, de acordo com MARX, OS fatores responsáveis pela destruição final não podem, sem o apoio de muitas hipóteses adicionais, ser responsabilizados pelas depressões cíclicas*, (*Para que o leitor disso se convença, leia de novo a citação da pág. 50. De fato, embora MARX, freqüentemente, jogue com a idéia, evita insistir nela, o que é significativo, porque não era de seu costume desperdiçar oportunidade para generalizar.*) e que esta pista não nos leva além da proposição trivial de que *a expropriação dos expropriadores* se realizaria mais facilmente num período de depressão do que numa época de prosperidade.

7. Finalmente, a idéia de que a evolução capitalista destruirá — ou superará — as instituições da sociedade capitalista (*Zusammenbruchstheorie*, a teoria da catástrofe inevitável), permite o último exemplo de um *non sequitur* com profunda visão que ajuda a salvar o resultado.

Como a *dedução dialética* de MARX é baseada no crescimento da miséria e da opressão, que levarão as massas à revolta, a idéia é invalidada pelo *non sequitur* que vicia o argumento que deveria estabelecer o inevitável crescimento da miséria. Outrossim, seguidores ortodoxos do marxismo em outros pontos já há muito tempo começaram a duvidar da validade da proposição de que a concentração do controle industrial é necessariamente incompatível com o *tegumento*

capitalista. O primeiro a levantar esta dúvida por meio de raciocínios bem concatenados foi RUDOLF HILFERDING*, (*Das Finanzkapital*, 1910. *Como é natural, já se haviam suscitado muitas dúvidas, baseadas em uma série de circunstâncias secundárias, para mostrar que MARX tinha em conta demasiado alta as tendências que pensou ter comprovado, e que a evolução social era um processo muito mais complexo e muito menos consistente do que pensara. Basta mencionar E. BERNSTEIN; ver cap. XXVI. A análise de HILFERDING, porém, não se apóia em circunstâncias atenuantes, mas combate, em princípio, essa conclusão no próprio campo marxista.*) um dos líderes do importante grupo de neomarxistas que realmente se inclinou para a conclusão oposta, isto é, através da concentração, o capitalismo poderia ganhar estabilidade*. (*Esta proposição tem sido freqüentemente (mesmo pelo seu autor) confundida com a de que as flutuações econômicas tendem a atenuar-se com o decorrer do tempo. Isto pode ser ou não verdade (1929-1932 não o desmentiria), mas, maior estabilidade do sistema capitalista, isto é, um comportamento menos temperamental de nossas séries temporárias de preços e quantidades, não implica nem necessariamente é implicado por maior estabilidade, ou seja, maior capacidade da ordem capitalista para resistir ao ataque. Naturalmente, ambas as coisas se relacionam, mas não são as mesmas.*) Deixando para a parte (56) seguinte o que temos a dizer sobre o assunto, lembramos que HILFERDING nos parece ir muito longe, embora, como veremos, não haja no país, no momento atual, fundamento para a crença de que as grandes empresas "se tornem empecilhos do processo de produção", e embora as conclusões de MARX, de fato, não se depreendam de suas premissas.

No entanto, mesmo no caso de que os fatos e raciocínios de MARX fossem mais errados do que o são, seus resultados, não obstante, seriam verdadeiros se se limitassem à simples afirmação de que a evolução capitalista destruirá os fundamentos da sociedade capitalista. É o que acreditamos. E pensamos não estar exagerando se denominamos de profunda tal visão em 1847. Hoje é lugar-comum. O primeiro a convertê-la em lugar-comum foi GUSTAV SCHMOLLER. Sua Excelência o Professor VON SCHMOLLER, Conselheiro Privado Prussiano e Membro da Câmara Alta Prussiana, não era exatamente um revolucionário dado à gesticulação oratória. Revelou simplesmente a mesma verdade. Mas não explicou o *por quê* e o *como* da mesma.

Não é necessário fazer um resumo minucioso. Embora imperfeito, nosso esboço é suficiente para estabelecer: primeiro, ninguém que se atenha à pura análise econômica pode falar de êxito total; segundo, ninguém que se atenha às construções teóricas ousadas pode falar de malogro total.

No tribunal que julga, tendo em conta a técnica teórica, o veredicto deve ser desfavorável. O emprego de um aparelhamento analítico que sempre foi inadequado e que, ao tempo do próprio

MARX, se estava tornando rapidamente obsoleto; longa lista de conclusões inteiramente erradas e em desacordo com as próprias premissas; enganos que, uma vez corrigidos, modificam conclusões essenciais, algumas vezes em sentido oposto — tudo isto pode ser acertadamente condenado em MARX, O técnico teórico.

Mesmo nesse tribunal, porém, o veredicto deverá ser suavizado por duas razões.

Primeira: embora MARX estivesse freqüentemente errado — algumas vezes sem apelação — seus críticos também estavam muito longe de acertar. Como, entre eles, havia excelentes economistas, o fato deve ser creditado a favor de MARX, especialmente porque não pôde defender-se, pessoalmente.

Segunda: também devem ser consideradas as contribuições de MARX, críticas e positivas, a grande quantidade de determinados problemas. Num esboço como este não é possível enumerá-las a todas, nem fazer-lhe completa justiça. Aludimos, porém, a algumas delas em nossa discussão de suas idéias sobre ciclos econômicos. Também mencionamos algumas que melhoraram nossa teoria da estrutura do capital físico. Os esquemas que MARX ideou neste campo, embora não sejam impecáveis, mais uma vez provaram ser úteis em trabalhos recentes que, em alguns pontos, parecem quase marxistas.

Mas um tribunal de apelação — embora ainda limitado a questões teóricas — pode inclinar-se a modificar inteiramente aquele veredicto. Porque há uma grande realização que pode ser invocada contra todos os pequenos delitos teóricos de MARX. Entre tudo o que é errado e mesmo não-científico em sua análise, há uma idéia fundamental que não o é: a idéia de uma teoria, não meramente um número indefinido de moldes individuais, desconexos, independentes, ou da lógica das quantidades econômicas em geral, mas da real sucessão daqueles moldes, ou do processo econômico, como ele se realiza, com suas próprias forças, em seu tempo histórico, produzindo, a cada momento, a situação que determinará a seguinte. Assim, o autor de tantas noções errôneas foi também o primeiro a conceber o que, mesmo atualmente, é ainda a teoria econômica do futuro, para a qual estamos, vagarosa e laboriosamente, acumulando pedra e argamassa, fatos estatísticos e equações funcionais.

Mas não somente concebeu essa idéia como tentou confirmá-la. Todos os defeitos que lhe desfiguram o trabalho devem ser julgados de modo diferente, dado o grande objetivo que seus argumentos tentaram atingir, mesmo quando não sejam, como em alguns casos, inteiramente redimidos por ele. Existe, porém, uma coisa de importância fundamental para a metodologia da economia de MARX, que realmente conseguiu. Os economistas sempre realizaram trabalhos de história da economia ou utilizaram-se de outros trabalhos. Os fatos da história econômica, porém, foram colocados em compartimento separado. Se entravam na teoria era unicamente no papel de ilustrações ou, possivelmente, de verificação de resultados. Misturavam-se, de maneira mecânica, com a teoria. Mas a mistura conseguida por MARX é de natureza química, isto é, introduziu-os no próprio argumento que produz os resultados. Foi ele o primeiro economista de categoria que viu e ensinou, sistematicamente, como a teoria econômica pode ser transformada em análise histórica e como a narrativa histórica. **(58)** pode ser transformada em raciocínio histórico*. *(Se discípulos devotados afirmarem que MARX estabeleceu o objetivo da escola histórica de Economia, tal afirmação não pode ser facilmente desdenhada, embora os trabalhos da escola de SCHMOLLER tenham sido, certamente, bastante independentes das sugestões marxistas. Mas, se forem além e afirmarem que MARX — e somente ele — sabia como tornar a História racional, enquanto os homens da escola histórica somente descreveram os fatos, sem chegar ao seu significado, estariam avançando demasiadamente. Porque esses homens, de fato, sabiam como analisar. Se suas generalizações foram menos simples e suas exposições algo parciais, isto somente lhes deve ser elogiado.)* Não tentou resolver o problema análogo respeitante às estatísticas. Mas, em certo sentido, está implícito no outro. Isso também responde à pergunta de até que ponto, na forma explicada no final do capítulo anterior, a teoria econômica de MARX consegue complementar sua estrutura sociológica. Não o conseguiu; mas, mesmo falhando, estabeleceu tanto um objetivo como um método.

Capítulo 4

MARX, O PROFESSOR

Os PRINCIPAIS componentes da estrutura marxista estão agora diante de nós. Que diremos da imponente síntese em conjunto? A pergunta não é ociosa. Se é verdadeira, é no caso de que o todo é maior do que a soma de suas partes. Além disso, a síntese pode ter inutilizado o trigo e aproveitado o joio, que está misturado em quase todas as passagens, de tal forma que o todo pode ser mais verdadeiro ou mais falso do que qualquer parte tomada isoladamente. Finalmente, existe a mensagem que se depreende somente do todo. Da última, no entanto, nada mais será dito. Cada um de nós deve, por si próprio, analisar-lhe o significado.

Nossa época se revolta contra a inexorável necessidade da especialização e, portanto, reclama a síntese, especialmente nas Ciências Sociais, nas quais é considerável o número de amadores*. (**O elemento amador é fortemente representado entre aqueles admiradores que, indo além da atitude do economista marxista típico, ainda tomam ao pé da letra tudo o que MARX escreveu. Isto é muito significativo. Em cada grupo nacional de marxistas existem, ao menos, três desses leigos para cada economista treinado, e mesmo este economista, via de regra, é marxista ;somente no sentido qualificado que definimos na introdução desta parte: adora a imagem, mas volta-lhe as costas quando faz suas pesquisas.*) Mas o sistema marxista ilustra bem que a síntese, embora possa trazer nova luz, também traz novas cadeias.

Vimos como, no argumento marxista, a Sociologia e a Economia se entrelaçam, de tal modo que, no conjunto ou em questões de minúcias, chegam a fundir-se. Todos os conceitos e proposições marxistas mais importantes são, por isso, tanto econômicos como (60) sociológicos e têm o mesmo significado nos dois planos — se, de nosso ponto-de-vista, pudermos ainda falar de dois planos de argumentos. Assim, a *categoria econômica trabalho* e a *classe social proletariado* são, ao menos em princípio, concordantes e, de fato, idênticas. A distribuição funcional dos economistas — ou seja, a explicação do processo pelo qual a renda surge como retribuição de serviços produtivos, independente da classe social a que pertença o beneficiário dessa renda — entra no sistema marxista somente sob a forma de distribuição entre classes

sociais e, assim, adquire significado diferente. O capital, no sistema marxista, é capital somente quando nas mãos de uma classe capitalista distinta. A mesma coisa, se estivesse nas mãos dos operários, não seria capital.

Não pode haver dúvida a respeito de quanta vitalidade, com isso, recebe a análise. Os conceitos fantasmagóricos da teoria econômica começam a respirar; os teoremas exangues se convertem em *agmen, pulverem et damorem*; sem perder suas qualidades lógicas, deixam de ser simples proposições sobre as propriedades lógicas de um sistema de abstrações. É um dos elementos com que o artista está pintando a confusão selvagem da vida social. Tal análise não somente transmite um significado mais rico do que as análises econômicas descrevem, mas abarca um campo mais vasto, arrastando para o quadro toda a espécie de ação de classe, mesmo que essas ações de classe sigam ou não as regras usuais da vida econômica. Guerras, revoluções, legislações de todos os tipos, mudanças na estrutura dos governos, em resumo, todas as coisas que os economistas não-marxistas tratam simplesmente, como distúrbios externos, encontram lugar ao lado dos investimentos em maquinaria ou contratos coletivos de trabalho — tudo é abrangido por um único esquema explicativo.

Ao mesmo tempo, tal procedimento tem seus defeitos. Os sistemas conceptuais que estão sujeitos a um jugo desta espécie podem, facilmente, perder em eficiência o que ganham em vigor. O binômio operário-proletário pode servir como exemplo significativo, embora algo vulgar. Na Economia não-marxista, toda a retribuição de serviços pessoais participa da natureza de salários, sejam seus beneficiários advogados de nomeada, estrelas de cinema, diretores de companhias ou varredores de rua. Uma vez que, do ponto-de-vista dos fenômenos econômicos envolvidos, todas essas retribuições têm muitos elementos em comum, tal generalização não é fútil ou estéril. Ao contrário, pode ser esclarecedora, mesmo para o aspecto sociológico das coisas. Mas obscurecemo-la, banindo-a, de fato, de nosso quadro, quando igualamos o trabalho e o proletariado. Similarmente, um valioso (61) teorema econômico pode, por sua metamorfose sociológica, ocasionar erros em vez de adquirir mais rico significado e *vice versa*. Assim, a síntese em geral e, em particular, a síntese dentro das linhas marxistas, podem facilmente resultar pior, tanto em Economia como em Sociologia.

A síntese em geral, isto é, a coordenação de métodos e resultados obtidos por meio de

processos diferentes, constitui arte muito difícil e que poucos são competentes para realizar. Em consequência, não é comumente efetuada pelos estudantes que, embora só tenham aprendido a ver a árvore, querem a floresta. Não compreendem que a dificuldade é, em parte, devida a um *embarras de richesse** (* N. do T.: Em francês no original.) e que a floresta de síntese pode, extraordinariamente, assemelhar-se a um campo de concentração intelectual.

A síntese em linhas marxistas, isto é, a coordenação de análises econômicas e sociológicas, com o intuito de encaminhar tudo para um fim único, tem muitas probabilidades de tomar esse aspecto. O objetivo — a *histoire raisonnée* da sociedade capitalista — é bastante amplo, mas o enquadramento analítico não o é. Há de fato grande união entre os fatos políticos e os teoremas econômicos, mas a união é tão forçada que nenhum dos elementos unidos pode respirar. Os marxistas afirmam que seu sistema soluciona todos os problemas que escarnekem das Economias não-marxistas. Mas só os soluciona, mutilando-os. Este ponto deve ser tratado mais cuidadosamente.

Dissemos pouco acima, que a síntese marxista abarca todos os acontecimentos históricos — tais como guerras, revoluções, modificações legislativas — e todas as instituições sociais — tais como propriedade, relações contratuais, formas de governo — que os economistas não-marxistas habitualmente tratam como fatores perturbantes ou como dados, o que significa que eles não se propõem explicá-los, mas analisar-lhes os *modi operandi* e as consequências. Tais fatores ou dados são naturalmente necessários a fim de delimitar o objetivo e alcance de qualquer programa de pesquisas. Se não são sempre especificamente expressos, é porque se espera que todos lhes conheçam o significado. O traço peculiar do sistema marxista é que sujeita estes acontecimentos históricos e instituições sociais ao processo explicativo da análise econômica, ou, para usar linguagem técnica, trata-os, não como dados, mas como variáveis.

Assim, as guerras napoleônicas, a Guerra da Criméia, a Guerra Civil Americana, a Guerra Mundial de 1914, as Frondas Francesas, a grande Revolução Francesa, as revoluções de 1830 e 1848, o livre-cambismo (62) inglês, o movimento trabalhista em conjunto assim como suas manifestações particulares, a expansão colonial, as mudanças institucionais, a política nacional e de partidos de cada época e país — tudo isto entra no domínio da Economia marxista, que pretende encontrar explicação teórica em termos de luta de classes, de tentativas e revoltas

contra a exploração, de acumulação e de mudanças qualitativas na estrutura do capital, de mudanças na taxa da mais-valia e na taxa de lucro. O economista já não precisa limitar-se a dar respostas técnicas a questões técnicas. Sua missão é revelar à humanidade o sentido oculto de suas lutas. A *política* já não é um fator independente que pode e deve ser abstraído da investigação dos fundamentos econômicos e, quando surge, age de acordo com a preferência de cada um, seja no papel de criança travessa que mexe na máquina quando o engenheiro vira as costas, ou, então, no papel de *deus ex machina* por virtude da sabedoria misteriosa de uma espécie duvidosa de mamíferos, que, com deferência, são denominados *estadistas*. Não, a própria política é determinada pela estrutura e estado do processo econômico e se torna transmissora de efeitos, tão inteiramente dentro do âmbito da teoria econômica como qualquer compra ou venda.

Confessamos mais uma vez que nada é mais fácil de compreender do que a fascinação exercida por um raciocínio que chega a ter resultado. É principalmente compreensível nos jovens e naqueles intelectuais habitantes de nosso mundo jornalístico a quem os deuses pareceram ter concedido a graça da juventude eterna. Palpitando de impaciência para entrar na liça, desejando ardentemente salvar o mundo de uma coisa ou outra, desgostosos dos tratados teóricos de indescritível tédio, emocional e intelectualmente insatisfeitos, incapazes de atingir a síntese por seus próprios esforços, encontram em MARX tudo o que desejam. Lá está a chave para os mais recônditos segredos, a varinha mágica que explica os grandes e os pequenos acontecimentos. Encontram-se ante um esquema explicativo que é, ao mesmo tempo, — se por um momento podemos cair no hegelianismo — ultrageral e ultraconcreto. Já não precisam sentir-se fora dos grandes acontecimentos da vida — repentinamente vêem através dos pomposos *títeres* da política e dos negócios que nunca sabem o que está acontecendo. E quem pode culpá-los, considerando as alternativas aproveitáveis?

Concordamos que ninguém. Mas, fora disso, em que consistem os serviços da síntese marxista? O humilde economista que descreve a transição inglesa ao livre-cambismo, ou as primeiras realizações da legislação industrial britânica, não é — e nunca foi — capaz (63) de deixar de mencionar as condições estruturais da economia inglesa, as quais produziram essas políticas. Se não o faz no decorrer de um livro sobre teoria pura, é, unicamente, para tornar sua análise mais clara e eficiente. O que o marxista faz é insistir no princípio e apresentar uma teoria

particular, mais estreita e maleável, para servir de instrumento. Não há dúvida de que tal teoria produz resultados que são, além disso, muito simples e definidos. Mas basta aplicá-la, sistematicamente, a casos individuais a fim de que nos tornemos completamente exaustos, ouvindo-lhe o incansável estribilho sobre a luta de classes entre proprietários e não-proprietários. Percebemos, logo, o caráter inadequado e — pior ainda — trivial do método. Aparece a primeira reação entre os que não juram por seu esquema, e a segunda, entre os que o aceitam.

Têm os marxistas o costume de apontar, triunfantemente, para o êxito do diagnóstico de MARX a respeito das tendências econômicas e sociais que se supõe serem inerentes à evolução capitalista. Como já vimos, existe alguma justificativa para essa pretensão. Mais claramente do que qualquer outro escritor de seu tempo, discerniu MARX a tendência para as grandes empresas e, não somente isso, algumas das características das situações conseqüentes. Vimos também como, neste caso, a visão emprestou auxílio à análise, corrigindo algumas das deficiências da última, conseguindo uma síntese final mais verdadeira do que os próprios elementos constitutivos da análise. Mas isso não é tudo, pois, em compensação, pode-se considerar o malogro da predição quanto ao crescimento da miséria, fruto de visão errada e análise falha, sobre a qual se tem baseado grande numero de especulações marxistas a respeito da futura evolução dos acontecimentos sociais. Quem deposita inteira confiança no conjunto da síntese marxista, a fim de compreender problemas e situações atuais, corre o risco de equivocar-se totalmente*. (** Alguns marxistas responderão que os economistas não-marxistas nada têm simplesmente com que contribuam para a compreensão de nosso tempo, de forma que o discípulo de MARX está mais bem equipado a este respeito. Deixando de lado a questão de se é preferível calar ou dizer coisas erradas, devemos repelir tal afirmativa, pois que tanto os economistas como os sociólogos não-marxistas de fato contribuíram substancialmente, embora muito mais sobre aspectos parciais. A alegação marxista pode ser ainda menos baseada numa comparação dos ensinamentos de MARX com os das escolas austríacas, de WALRAS ou de MARSHALL. Os membros dessas escolas, em grande parte dos casos, de modo total e, em alguns, de modo significativo, se interessaram na teoria econômica. Suas realizações, portanto, não podem ser comparadas com a síntese marxista. Só o podem ser com o aparelhamento teórico de MARX, e, nesse campo, a comparação lhes é mais vantajosa.*) De fato, é o que parece, agora, ser sentido por muitos marxistas. (64)

Em particular, não há razão de orgulho quanto à maneira pela qual a síntese marxista permite interpretar os últimos dez anos. Em qualquer período prolongado de depressão ou de recuperação insatisfatória, verificar-se-ão previsões pessimistas, afora as marxistas. Nestes casos, cria-se impressão contrária, em virtude dos comentários de burgueses desanimados e intelectuais excitados, cujos temores e esperanças servem para matizar o ambiente de marxismo. Mas nenhum fato real justifica qualquer diagnóstico especificamente marxista, menos ainda a dedução no sentido de que o que testemunhamos não é simples depressão, mas sintoma de modificações estruturais no processo capitalista tal como MARX vaticinara. Porque, como veremos adiante, todos os fenômenos observados, tais como desemprego superior ao normal, falta de oportunidade para investimento, contração dos valores monetários, perdas, etc. estão dentro do bem conhecido quadro dos períodos de forte depressão, tais como nos anos de 1870 e 1880, os quais ENGELS comentou com uma cautela que deveria servir de exemplo aos seus ardentes discípulos de nossos dias.

Dois exemplos importantes ilustrarão tanto as vantagens como as desvantagens da síntese marxista, considerada como uma máquina de resolver problemas.

Consideremos, primeiro, a teoria marxista do imperialismo. Suas raízes podem ser encontradas nos principais trabalhos de MARX, mas foi desenvolvida pela escola neomarxista que floresceu nas duas primeiras décadas deste século e que, sem renunciar à comunhão com os velhos defensores da fé, tais como KARL KAUTSKY, muito fez para rever o sistema. Seu centro era Viena, e seus chefes OTTO BAUER, RUDOLF HILFERDING e MAX ADLER. NO campo do imperialismo, seu trabalho continuou com muitos outros, embora com variantes secundárias; entre esses foram preeminentes ROSA LUXEMBURGO e FRITZ STERNBERG. O argumento é o seguinte:

Uma vez que, por um lado, a sociedade capitalista não pode existir e seu sistema econômico não pode funcionar sem lucros e que, por outro lado, os lucros estão sendo eliminados pelo próprio funcionamento do sistema, o principal objetivo da classe capitalista se torna em incessante esforço para manter tais lucros. A acumulação, acompanhada pela mudança qualitativa na composição do capital, é, como vimos, um remédio que, embora aliviando momentaneamente a situação do capitalista individual, torna as coisas piores no final. Assim, o

capital, cedendo à pressão de uma taxa de lucros decrescente, — tanto porque o capital constante aumenta em relação ao variável, como porque, se os salários tendem a elevar-se e as horas de trabalho a diminuir, a taxa de mais-valia baixa — procura saídas em países (65) onde ainda há mão-de-obra suscetível de ser explorada à vontade, e onde o processo de mecanização não tenha avançado muito. Assim, contemplamos a exportação de capital para países subdesenvolvidos, que consiste, essencialmente, na exportação de bens de capital ou de bens de consumo, utilizados a fim de comprar trabalho ou adquirir as coisas com as quais se compra o trabalho*. (**Referimo-nos às bugigangas para serem negociadas com os chefetes em troca de escravos ou em troca de mercadorias com as quais se podia comprar trabalho nativo. Para abreviar, não tomamos em consideração o fato de que esta exportação de capital, no sentido indicado acima, em geral, surgirá como parte do comércio total entre dois países, o qual também inclui transações que nada têm que ver com os processos que estamos examinando. Naturalmente, estas transações muito facilitam aquelas exportações de capital, mas não lhe afetam a essência. Também deixamos de lado outros tipos de exportação de capital. A teoria em discussão não é, e não tem a intenção -e ser, uma teoria geral do comércio e das finanças internacionais.*) Mas também é exportação de capital no sentido comum do termo, porque as mercadorias exportadas não serão pagas — imediatamente pelo menos — por bens, serviços ou dinheiro pelo país importador. E a operação transforma-se em colonização se, a fim de salvaguardar o investimento, tanto contra a reação hostil do ambiente nativo — ou, mais claramente, contra sua resistência à exploração — e contra a concorrência de outros países capitalistas colonizadores o país subdesenvolvido fica sob o jugo da dependência política. Isso se realiza, geralmente, por meio de forças armadas fornecidas pelos próprios capitalistas colonizadores ou pelo governo do seu país, o que, deste modo, comprova a definição dada no *Manifesto Comunista*; "o executivo do Estado moderno (é)... uma comissão encarregada da direção dos negócios comuns de toda a burguesia". Naturalmente, aquela força não será utilizada somente para fins defensivos. Haverá conquista, choques entre países capitalistas e guerra intestina entre burguesias rivais.

Outro elemento completa esta teoria do imperialismo, como ela é agora comumente apresentada. Como a expansão colonial é instigada pela queda na taxa de lucro nos países capitalistas, deve ocorrer nas últimas etapas da evolução capitalista. Realmente, referem-se os comunistas ao imperialismo como uma etapa, de preferência a última etapa, do capitalismo. Então, o imperialismo coincidiria com um elevado estágio de concentração de capitais, alto grau de controle capitalista sobre a indústria e com o declínio do tipo de competição que caracterizava as épocas das empresas pequenas ou médias. O próprio MARX não insistiu sobre a tendência resultante para a restrição monopolística da produção e, conseqüentemente, sobre a tendência de proteção à indústria nacional, contra a intrusão de (66) outros países

capitalistas. Talvez fosse MARX economista demasiado competente para confiar nessa argumentação. Mas os neomarxistas utilizaram-se dela, prazerosamente. Assim, obtemos não somente outro estímulo para a política imperialista e outra fonte de complicações imperialistas, mas, também, como subproduto, a teoria de um fenômeno que, em si, não é necessariamente imperialista, o protecionismo moderno.

Notemos mais um ponto naquele processo, o qual virá auxiliar em muito os marxistas no esclarecimento de dificuldades ulteriores. Quando já se tenham desenvolvido os países subdesenvolvidos, diminuirá a exportação de capital da espécie que consideramos. Então, poderá existir um período durante o qual a mãe-pátria e a colônia trocarão, digamos, produtos manufaturados por matérias-primas. No final, porém, as exportações industriais também deverão diminuir enquanto a competição colonial se fará valer na mãe-pátria. As tentativas de retardar o advento desse estado de coisas fornecerão outras fontes de fricção, desta vez guerras de independência, etc. entre cada velho país capitalista e suas colônias. Em todo caso, as portas do comércio colonial serão eventualmente fechadas ao capital da metrópole, o qual não mais será capaz de fugir da diminuição de lucros locais, recorrendo a lugares de maiores rendimentos. Falta de mercados, excesso de capacidade, paralisação completa e, no final, uma sucessão regular de bancarrotas nacionais e outros desastres — talvez guerras mundiais de puro desespero capitalista — podem confiantemente ser previstos. A História é assim tão simples.

Esta teoria oferece bom exemplo — talvez o melhor — do modo pelo qual a síntese marxista tenta resolver os problemas e, assim fazendo, adquire maior autoridade. Todo o raciocínio parece decorrer perfeitamente de sua:; premissas fundamentais, firmemente estabelecidas nos alicerces do sistema: a teoria das classes e a teoria da acumulação. Uma série de fatos vitais de nosso tempo parece ficar, perfeitamente, explicada. Toda a confusão da política internacional parece ficar esclarecida graças à simples aplicação do poderoso instrumento de análise. E vemos, no processo, por que e como a ação de classe, permanecendo sempre intrinsecamente a mesma, toma a forma de ação política, ou econômica, de acordo com as circunstâncias que somente determinam métodos táticos e fraseologia. Se, dados os meios e oportunidades à disposição de um grupo de capitalistas, for mais vantajoso negociar um empréstimo, este será negociado. Se, por outro lado, for mais vantajoso fazer uma guerra, far-se-á guerra. A última alternativa tem o mesmo direito que a primeira para ser incorporada à teoria econômica. Mesmo

o mero protecionismo se (67) depreende, agora, perfeitamente, da própria lógica da evolução capitalista.

Além disso, esta teoria demonstra, com vantagem, uma qualidade que tem em comum com a maioria dos conceitos marxistas no campo que, usualmente, é denominado de *economia aplicada*. Consiste ela em sua íntima ligação com os fatos históricos e contemporâneos. Provavelmente, nenhum leitor leu o nosso resumo sem ficar impressionado com a grande quantidade de exemplos históricos comprobatórios que se acumulam diante dele para apoiar o argumento a cada momento. Não ouviu o leitor falar da opressão do trabalho nativo pelos europeus, em muitas partes do mundo; do que sofreram, nas mãos dos espanhóis, os índios da América do Sul e Central, ou do comércio de escravos ou das condições de vida dos *coolies*? Não existiu, não existe a exportação de capitais nos países capitalistas? Não foi tal exportação quase invariavelmente acompanhada da conquista militar que serviu para subjugar os nativos e lutar contra outros Estados europeus? Não houve sempre aspecto visivelmente militar na colonização, mesmo quando inteiramente dirigida por empresas particulares e econômicas, tais como a *Companhia das Índias Orientais* ou a *Companhia Britânica da África do Sul*? Que melhor exemplo poderia o próprio MARX ter desejado do que CECIL RHODES e a guerra dos *Boers*? Não é bastante evidente, para dizer ao menos, que as ambições coloniais foram fator importante nas complicações européias, em todos os acontecimentos a partir de 1700? Quanto ao presente, quem não ouviu falar, por um lado, da *estratégia das matérias-primas* e, por outro lado, da repercussão causada na Europa pelo crescimento do capitalismo nativo nos trópicos? E assim por diante. No que se refere ao protecionismo — bem, isto é tão simples como o poderia ser qualquer outra coisa.

Devemos, porém, ser mais cautelosos. Uma verificação superficial pode conduzir-nos a erros, por meio de casos à primeira vista favoráveis, quando não os analisamos profundamente. Ainda mais, como o sabem todos os advogados e políticos, a insistência enérgica sobre fatos conhecidos poderá, em muito, influenciar um júri ou parlamento a aceitar a interpretação que se lhes deseje dar. Os marxistas têm explorado, ao máximo, esta técnica. Nos exemplos acima, conseguem eles atingir os objetivos, porque tais fatos combinam as virtudes de serem superficialmente conhecidos por todos e profundamente compreendidos por poucos. De fato, embora não possamos aqui entrar em discussão mais minuciosa do assunto, basta ligeira

reflexão para sugerir a suspeita de que *a coisa não é assim*.

Faremos algumas observações na próxima parte quanto à questão da burguesia diante do imperialismo. Consideraremos, agora, a (68) questão de se, na hipótese, ser correta a interpretação marxista do capital de exportação, colonização e protecionismo, seria também adequada tal interpretação como uma teoria de todos os fenômenos em que pensamos, quando usamos esse termo tão vago: *imperialismo*. Naturalmente, podemos definir imperialismo de maneira que signifique, exatamente, o que está implícito na interpretação marxista. Podemos também declarar-nos convencidos de que todos esses fenômenos devem ser esclarecidos pela maneira marxista. Mas, então, o problema do imperialismo, considerando-se que a teoria em si é correta — seria *resolvido* apenas tautologicamente*. (** O perigo de cair em tautologias ocas é mais bem ilustrado com casos concretos. Assim, a França conquistou a Argélia, a Tunísia e o Marrocos, e a Itália conquistou a Abissínia, por força das armas, sem que houvesse pressão de quaisquer interesses capitalistas significativos. Positivamente, a presença de tais interesses, nos casos aludidos, não foi mais do que um pretexto muito difícil de estabelecer e o desenvolvimento posterior desses interesses realizou-se de maneira muito vagarosa e insatisfatória, apesar da pressão governamental. A isso replicarão os marxistas que a ação foi tomada sob pressão potencial ou antecipada de interesses capitalistas, ou que, em última análise, algum interesse ou objetivo capitalista deve ter estado no fundo daquelas decisões. E então lhes será suficiente procurar as evidências que corroborem essa afirmação e que nunca faltarão inteiramente, uma vez que os interesses capitalistas, como quaisquer outros, sempre serão atingidos por qualquer situação, aproveitando para tirar vantagens dela, e, ainda, que as condições peculiares do organismo capitalista sempre apresentarão alguns aspectos que possam ser ligados, sem absurdo, aos da política de expansão nacional. Evidentemente, somente uma convicção preconcebida pode levar-nos a aceitar uma tarefa tão desesperada e sem esta convicção nunca nos ocorreria empreendê-la. E, realmente, não precisamos ter este trabalho, pois basta dizer que deve ser assim e deixá-la nesse ponto. Isto é o que queríamos dizer por explicação tautológica.*) Ainda se teria a possibilidade de considerar se, do ponto-de-vista puramente econômico, se poderia obter uma solução do assunto que não fosse tautológica. Isso, porém, não nos deve preocupar aqui, pois a questão se esclarece antes de chegarmos tão longe.

À primeira vista, a teoria parece ser bastante adequada para alguns casos. Os exemplos mais importantes são proporcionados pelas conquistas inglesas e holandesas nos trópicos. Mas, para outros casos, como a colonização da Nova Inglaterra, a teoria absolutamente não se adapta. E mesmo os casos citados anteriormente não se pode afirmar que sejam explicados, de modo satisfatório, pela teoria marxista, pois, evidentemente, não basta reconhecer que o chamariz do lucro tenha contribuído para a expansão colonial*. (** Nem é suficiente acentuar o fato de que cada país, na realidade, explorou suas colônias. Porque esta foi a exploração de um país como um todo, por outro país como um todo, isto é, a exploração de todas as classes por todas as classes, e nada tem que ver com o tipo especificamente marxista de exploração.*) Os

neomarxistas não (69) pensaram em confirmar coisa tão cediça. Para que tais casos possam ser considerados a favor de sua teoria, é necessário que a expansão colonial também se tenha verificado, da maneira indicada, sob pressão da acumulação sobre a taxa de lucros, e, então, como uma característica da decadência ou, em qualquer caso, do amadurecimento completo do capitalismo. Os tempos heróicos da aventura colonial foram, porém, precisamente os tempos do capitalismo primário e imaturo, quando a acumulação se estava iniciando e qualquer pressão nesse sentido — também, em particular, qualquer barreira à exploração do trabalho doméstico — era completamente ausente. O elemento do monopólio — é certo — não estava ausente. Ao contrário, era muito mais evidente do que atualmente. Mas isso apenas aumenta o absurdo da construção teórica que faz do monopólio e da conquista características específicas do capitalismo em suas últimas fases.

Além disso, o outro alicerce da teoria, a luta de classes, não está em melhores condições. Só quem usa antolhos não vê que este aspecto da expansão colonial dificilmente representou mais do que um papel secundário, e pode interpretar, em termos de luta de classes, um fenômeno que apresenta os mais admiráveis exemplos de cooperação entre elas. Tanto era um movimento dirigido para a obtenção de salários mais altos como para a obtenção de maiores lucros e, no final, certamente beneficiou (em parte por causa da exploração do trabalho *nativo*) mais o proletariado do que os interesses capitalistas. Não desejamos, porém, dar importância aos seus *efeitos*. O ponto essencial é que a sua *causação* não tem nenhuma ligação com a luta de classes nem maior ligação com a estrutura de classes do que a implícita na liderança de grupos e indivíduos que pertencem à classe capitalista ou que a ela se elevaram por seus empreendimentos coloniais. Se, porém, jogarmos fora os antolhos e deixarmos de ver a colonização ou o imperialismo como mero incidente na luta de classes, quase nada permanecerá do que é especificamente marxista. O que ADAM SMITH disse a respeito se adapta perfeitamente bem — melhor ainda, na verdade.

Ainda permanece de pé o subproduto, a teoria neomarxista do protecionismo moderno. A literatura clássica está repleta de invectivas contra os *interesses sinistros* — representados naquela época, embora não de modo total, pelos interesses agrários — que, reclamando proteção, cometeram imperdoável crime contra o bem-estar público. Possuíram, pois, os clássicos, uma teoria causal de protecionismo — e não somente uma teoria de seus efeitos — à

qual se acrescentarmos, agora, os interesses protecionistas das grandes empresas modernas, nos leva tão longe quanto seria razoável, Os economistas modernos, (70) simpatizantes marxistas, deveriam realmente estar mais bem inteirados quando afirmam que, mesmo agora, seus colegas burgueses não vêem a relação entre a tendência ao protecionismo e a tendência às grandes unidades de controle, pois esses colegas nem sempre julgaram necessário acentuar fato tão óbvio. Isso não significa que os clássicos e seus sucessores atuais estejam certos acerca do protecionismo; sua interpretação do assunto foi e é tão unilateral quanto a de MARX, além de estarem errados na avaliação das conseqüências e interesses envolvidos. Ao menos, porém, nos últimos cinquenta anos, não ignoraram tudo o que os marxistas sabiam acerca do componente monopolista do protecionismo, o que não era difícil, considerando o caráter simples da descoberta.

E foram superiores à teoria marxista em um aspecto muito importante. Qualquer que seja o valor de suas teorias econômicas, — talvez não seja muito grande — na maior parte das vezes* nelas persistiram. (* *Nem sempre se limitavam às suas teorias econômicas. Quando não o faziam, os resultados eram pouco satisfatórios. Assim, os escritos puramente econômicos de JAMES MILL, embora sem grande valor, não podem ser simplesmente abandonados como se fossem incorretos. O verdadeiro absurdo — e vulgar absurdo — é encontrado em seus artigos sobre governo e assuntos correlatos.*) Neste caso, foi uma vantagem. A afirmação de que muitos direitos protecionistas devem a existência à pressão de grandes empresas que desejam utilizá-los no sentido de manter os preços, em seu país, acima do que normalmente atingiriam, possivelmente a fim de serem capazes de vender mais barato no estrangeiro, é vulgar mas exata, embora nenhuma tarifa tenha sido feita, total ou principalmente, por esta única causa. Há a síntese marxista que a torna inadequada ou errônea. É inadequada se nosso propósito é simplesmente compreender todas as causas e conseqüências políticas, sociais e econômicas do protecionismo moderno. Por exemplo, o constante apoio dado pelo povo americano à política protecionista, sempre que teve oportunidade de manifestar seu pensamento, explica-se, não por amor às grandes empresas ou por pressão delas, mas pelo desejo ardente de construir e manter seu mundo próprio, livrando-o de todas as vicissitudes do resto da humanidade. A síntese que deixe de levar em conta tais elementos do caso não representa fator positivo. Torna-se errada se a nossa ambição for a de reduzir todas as causas e conseqüências do protecionismo moderno, sejam elas quais forem, ao elemento monopolista da indústria moderna como a única *causa causans* e se formularmos a proposição nessa base. As grandes empresas têm sido hábeis em

incrementar o sentimento popular, dele tirando vantagens; (71) mas é absurdo dizer que o tenham criado. Seria melhor nenhuma síntese, do que uma síntese que produz — deveríamos dizer, postula — tal resultado.

Torna-se o assunto muito mais complicado se, abandonando os fatos e o bom-senso, aceitarmos aquela teoria do capital de exportação e colonização, como a explicação fundamental da política internacional, reduzida, assim, a uma luta, de um lado, entre grupos de capitalistas monopolistas e, de outro, de cada um deles com seu próprio proletariado. Tais divagações podem ser muito úteis se desejarmos redigir panfletos políticos; mas, por outro lado, mostram que os contos de fada não são exclusividade da economia burguesa. Na realidade, muito pouca influencia na política externa têm exercido as grandes empresas — ou a *haute finance* dos FUGGER até os MORGAN — e, na maioria dos casos em que a grande indústria ou os interesses bancários foram capazes de assim proceder, seu diletantismo ingênuo somente resultou em malogro. As atitudes dos grupos capitalistas diante da política de seus países consistem, principalmente, na adaptação a ela e não na influência sobre tal política, hoje mais do que nunca. Por outro lado, dependem, em grau surpreendente, de considerações imediatistas, igualmente estranhas aos planos detidamente arquitetados e a quaisquer *objetivos* definidos de interesses de classes. Neste ponto, o marxismo degenera na formulação de superstições populares*. (** Esta superstição é exatamente semelhante à que é aceita por muitas pessoas, cultas mas simplistas, que explicam a História moderna com a hipótese de que existe, algures, um comitê de judeus, muitos sábios e malévolos, que, por detrás das cortinas, controlam a política internacional e, talvez, todas as políticas. Os marxistas não são vítimas dessa superstição, mas a sua não está em nível muito mais elevado. É interessante mencionar que, quando defrontados com ambas as doutrinas, sempre experimentamos grande dificuldade em responder de maneira que nos satisfizéssemos inteiramente. Isto não é somente causado pela circunstância de que sempre é difícil desmentir afirmativas baseadas em fatos. A principal dificuldade parte do fato de que tais pessoas, não tendo conhecimento profundo dos negócios internacionais e dos homens neles envolvidos, não têm, além disso, qualquer outra possibilidade de discernir o absurdo do caso.*)

Existem outros exemplos análogos, em todas as partes da estrutura marxista. Para mencionar um, a definição da natureza dos governos, contida no *Manifesto Comunista* e mencionada páginas atrás, contém, certamente, uma parte de verdade. E, em muitos casos, esta verdade bastará para explicar certas atitudes governamentais, ante as mais evidentes manifestações dos antagonismos de classes. Mas a teoria contida nessa definição é tão verdadeira quanto trivial. Tudo o que vale a pena considerar são o *como* e o *por quê* da grande (72) maioria dos casos, nos quais a teoria, ou falha em estar de conformidade com os fatos, ou, quando de acordo, falha em descrever, corretamente, o verdadeiro procedimento desses "comitês para dirigir os negócios

comuns da burguesia". Como é natural, também, neste caso, a teoria pode parecer tautologicamente verdadeira, porque não existe política, além da de extermínio da burguesia, que não sirva, a curto e a longo prazo, a algum interesse burguês, econômico ou extra-econômico, ao menos no sentido de que a defesa de coisas piores. Isto, porém, não torna mais valiosa a teoria. Mas voltemos ao segundo exemplo, relativo ao valor da síntese marxista para a solução de problemas concretos.

A característica do Socialismo Científico — que, de acordo com MARX, o distingue do Socialismo Utópico — consiste na prova de que o socialismo é inevitável, independente da vontade ou desejo da humanidade. Conforme verificamos antes, isto significa que, em virtude de sua própria lógica, a evolução capitalista tende a destruir o capitalismo e a criar a sociedade socialista. Até que ponto MARX conseguiu demonstrar a existência dessas tendências?

No que se refere à tendência para a autodestruição, a questão já foi respondida.¹⁰ A tese de que a economia capitalista se destruirá, inevitavelmente, por razões puramente econômicas, não foi demonstrada por MARX, como as objeções de HILFERDING seriam suficientes para demonstrar. Por um lado, várias de suas proposições acerca da evolução futura, essenciais ao seu argumento ortodoxo, especialmente a que se refere ao inevitável aumento da miséria e da opressão, são insustentáveis. Por outro lado, a derrocada da ordem capitalista não se seguiria, necessariamente, dessas proposições, mesmo que todas fossem verdadeiras. Em compensação, porém, MARX viu, corretamente, outros fatores da situação em que tende a desenvolver-se o processo capitalista, como, assim o esperamos mostrar, o próprio resultado final. Quanto ao último, pode ser necessário substituir o sentido marxista por outro e o termo *derrocada* pode tornar-se errado, particularmente se for compreendido no sentido de uma derrocada causada pelo malogro da máquina capitalista de produção. Mas isto não afeta o essencial da doutrina, embora afete muito sua formulação e algumas de suas conseqüências.

No que se refere à tendência para o socialismo, devemos, primeiramente, compreender que isto é um problema diferente. A ordem capitalista ou qualquer outro estado de coisas pode evidentemente (73) falir — ou a evolução social e econômica superá-la — e, mesmo assim, pode deixar de surgir, das cinzas, a fênix socialista. Pode surgir o caos e, a não ser que definamos como socialismo qualquer alternativa não-caótica do capitalismo, existem outras

possibilidades. O tipo especial de organização social que o ortodoxo marxista médio — de qualquer modo antes do advento do bolchevismo — parecia antecipar é certamente apenas um, entre muitos casos possíveis.

O próprio MARX, enquanto sabiamente deixava de descrever, minuciosamente, a sociedade socialista, destacou as condições de seu aparecimento: por um lado, a presença de unidades gigantescas de controle industrial — as quais, naturalmente, facilitariam em muito a socialização — e, por outro lado, a presença de um proletariado oprimido, escravizado e explorado, mas também muito numeroso, *disciplinado*, unido e organizado. Isto sugere muito acerca da batalha final que será o estágio agudo da guerra secular entre as duas classes que, então, serão colocadas, pela última vez, uma contra a outra. Também sugere alguma coisa do que se seguirá. Sugere a idéia de que o proletariado, como tal, tomará as rédeas do poder e, através da sua ditadura, porá fim à *exploração do homem pelo homem*, estabelecendo a sociedade sem classes. Isto seria suficiente se o nosso propósito fosse o de provar que o marxismo é membro da família das crenças na volta de Cristo, ao fim do milênio. Mas não basta, porque o que nos interessa não é este aspecto, e sim a previsão científica. SCHMOLLER encontra-se em terreno muito mais seguro, pois, embora também se recusasse a entrar em minúcias, obviamente visualizou o processo como sendo de burocratização progressiva, de nacionalização, etc. terminando no socialismo de Estado, o que parece mais concreto, embora nos agrade ou não. Em troca, MARX falha em tornar certa a possibilidade socialista, mesmo que aceitemos, inteiramente, a teoria da derrocada. Caso contrário, o malogro segue-se *a fortiori*.

No entanto, em nenhum caso — se aceitarmos o raciocínio marxista ou outro qualquer — a ordem socialista se realizará automaticamente, mesmo se, para isso, a evolução capitalista fornecesse todas as condições, da forma mais marxista possível. Seria necessário ainda uma ação direta para fazê-la surgir. Isto naturalmente está de acordo com os ensinamentos de MARX. A revolução, para ele, nada mais é do que a roupagem com que gostava de revestir tal ação direta. Sua ênfase na violência é talvez compreensível em quem, nos anos de formação, experimentou toda a agitação de 1848 e que, (74) embora perfeitamente capaz de desprezar a ideologia revolucionária, nunca foi capaz de se livrar inteiramente dela. Além disso, a maior parte de seu auditório dificilmente desejaria ouvir uma mensagem à qual faltasse o sagrado toque de clarim. Finalmente, embora visse a possibilidade de transição pacífica, ao menos para a

Inglaterra, ainda assim, talvez não a tenha julgado provável. Em sua época, não era tão fácil vê-la, e sua idéia favorita de duas classes, em ordem de batalha, dificultava ainda mais esta visão. Seu amigo ENGELS, na realidade, teve o cuidado de estudar tática militar. Mas, embora a revolução possa ser relegada ao composto de coisas não-essenciais, ainda permanece a necessidade de ação.

Semelhante consideração deveria bastar para resolver o problema que tem dividido os discípulos: revolução ou evolução? Se conseguir interpretar o significado marxista, a resposta não é difícil. Para MARX a evolução era a mãe do socialismo. Estava muito fortemente imbuído do sentido da lógica inerente das coisas sociais, para acreditar que a revolução pudesse substituir qualquer parte do trabalho da evolução. Todavia, a revolução aparece. Mas somente aparece a fim de permitir-lhe as conclusões de uma série completa de premissas. A revolução marxista, portanto, difere, inteiramente, em natureza e função, tanto da revolução do burguês radical como da do conspirador socialista. É, essencialmente, a revolução na plenitude do tempo*. (** Deve-se anotar esse fato para futura referência. Voltaremos repetidas vezes ao assunto e, entre outras coisas, discutiremos o critério dessa plenitude no tempo.*) É verdade que discípulos descontentes com esta conclusão e, especialmente, de sua aplicação ao caso da Rússia * podem apontar muitas passagens nos livros sagrados que parecem contradizê-la. (** KARL KAUTSKY, em seu prefácio à Theorien über den Mehrwert, chegou a atribuir a revolução de 1905 ao socialismo marxista, embora seja patente que a fraseologia marxista de alguns intelectuais fosse tudo o que houve de socialista naquela revolução.*) Mas, nessas passagens, é o próprio MARX quem contradiz seus pensamentos mais profundos e maduros, que, sem sombra de dúvida, se desprendem da estrutura analítica de *Das Kapital* e — como deve ocorrer com qualquer pensamento, inspirado pela lógica inerente das coisas — levam, apesar do brilho enganoso de jóias duvidosas, a uma implicação distintamente conservadora. E, afinal, por que não? Nenhum argumento sério pode jamais apoiar, incondicionalmente, qualquer *ismo**. (** Esta tese pode ainda ser levada mais adiante. Em particular nada existe de especificamente socialista na teoria do valor do trabalho, como não ignoram todos os que estejam familiarizados com o desenvolvimento histórico da doutrina. O mesmo é verdadeiro (naturalmente excetuando-se a fraseologia) quanto à teoria da exploração. Basta reconhecer que a existência da mais-valia, assim denominada por MARX, é — ou ao menos era — uma condição necessária para o aparecimento de tudo que englobamos no termo civilização (o que de fato seria difícil de negar), e aí estamos na questão. Para ser socialista, naturalmente, não é necessário ser marxista, como não é suficiente ser marxista para ser socialista. Conclusões socialistas ou revolucionárias podem ser deduzidas de qualquer teoria científica. Nenhuma, porém, necessariamente implica as mesmas. E nenhuma bastará para nos manter no que BERNARD SHAW denominou de fúria sociológica, a menos que o autor saia de seu caminho para o conseguir. Dizer que MARX, despido (75) de sua fraseologia, admite interpretação em sentido conservador, significa somente que ele pode ser tomado a sério.*

PARTE II

PODERÁ SOBREVIVER O CAPITALISMO?

PRELIMINAR

PODERÁ SOBREVIVER o capitalismo? Não, não o creio. Essa opinião, todavia, tem tanto valor como a de qualquer outro economista que se tenha pronunciado sobre a questão. Individualmente, carece de importância. O que importa em qualquer tentativa de prognóstico social não é a aceitação dos fatos ou argumentos em que a previsão se baseia, mas os próprios fatos e argumentos, que contêm tudo que há de científico no resultado final. O mais não será ciência, mas simples profecia. A análise, seja econômica seja de outro tipo qualquer, jamais produzirá outra coisa senão uma revelação das tendências de um sistema qualquer que foi objeto de observação. E essas jamais nos dizem o que *sucedirá* ao sistema, mas apenas o que *sucederia* se tais tendências perdurassem no intervalo de tempo abrangido pela nossa observação e se não interviessem novos fatores. *Inevitabilidade e necessidade* nada mais podem significar senão isso.

O que se segue, pois, deverá ser lido com essa reserva em mente. Há, todavia, outras limitações às nossas conclusões e à confiança que nela podemos depositar. O processo da vida social constitui função em que entram tantos fatores variáveis (alguns dos quais insuscetíveis de qualquer medição), que a tentativa de diagnóstico de uma determinada situação torna-se duvidosa, à parte as formidáveis fontes de erro que se abrem tão logo procuramos fazer qualquer prognóstico. Mas não devemos exagerar essas dificuldades. Veremos que os traços dominantes do nosso quadro permitem claramente certas inferências que, seja quais forem os qualificativos **(80)** que tenhamos de acrescentar-lhes, são demasiadamente vigorosas para que por elas passemos pelo alto, simplesmente porque não podem ser provadas no mesmo sentido em que se pode provar um teorema de EUCLIDES.

Devemos mencionar ainda outro ponto antes de começar. A tese que nos esforçaremos por provar é que as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a idéia da sua derrocada sob os efeitos do colapso econômico, mas, também, que, por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam, *inevitavelmente*, as condições em que não lhe será possível sobreviver e que apontam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo. Nossas conclusões finais não diferem, por muito que possa diferir nossa argumentação, por conseguinte, daquelas a que chegam a maioria

dos escritores socialistas e, em particular, todos os marxistas. Mas não é necessário ser socialista para aceitá-las. O prognóstico nada implica sobre a desejabilidade do curso dos acontecimentos que se predizem. Se um médico prediz que o paciente morrerá em breve, não quer isso dizer que ele deseje a sua morte. Pode-se odiar o socialismo, ou pelo menos submetê-lo ao crivo de uma crítica fria e, não obstante, prever o seu advento. Muitos conservadores previram e prevêm isso.

A simples aceitação dessas conclusões não transforma ninguém em socialista. É possível que haja alguém que admire o socialismo e acredite profundamente na sua superioridade econômica, cultural e ética e, não obstante, acredite ao mesmo tempo que a sociedade capitalista não possui como fator inerente qualquer tendência para a autodestruição. Há, na verdade, socialistas que acreditam que a ordem capitalista torna-se mais forte e se estabiliza à medida que passa o tempo, sendo quimérico esperar a sua derrocada.

Capítulo 5

MÉDIA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO TOTAL

A A T M O S F E R A de hostilidade contra o capitalismo, que teremos de explicar dentro em pouco, torna muito mais difícil do que o seria em outro caso qualquer a formação de uma opinião racional acerca de suas realizações econômicas e culturais. A opinião pública tornou-se tão mal-humorada que a condenação do capitalismo e de todas suas obras veio transformar-se quase em requisito de etiqueta em todas as discussões. Sejam quais forem suas preferências políticas, todos os escritores e oradores se apressam em seguir esse código de etiqueta, a salientar a sua atitude de crítica, a falta de *complacência*, a crença nas insuficiências das realizações capitalistas, a aversão pelos capitalistas e a simpatia pelos interesses anticapitalistas. Qualquer outra atitude é considerada não apenas idiota, mas anti-social, e indício de servidão imoral. Trata-se, perfeitamente, de fato natural. Novas religiões sociais sempre produziram esse efeito, embora em nada facilitem o trabalho do analista: no ano 300 não teria sido fácil explicar as contribuições da civilização antiga a um cristão fervoroso. As verdades mais óbvias são, por um lado, rechaçadas a *Umine* * e, por outro, tolerados e aplaudidos os erros mais crassos. (* Há outro método, todavia, de enfrentar esta verdade evidente, mas muito incômoda, isto é, o método de zombar da sua trivialidade. Tal chacota seria tão conveniente como uma refutação, pois a platéia comum, de maneira geral, desconhece o fato de que ela muitas vezes encerra a impossibilidade de uma contestação — um bom exemplo de psicologia social.)

1 A produção total constitui um dos primeiros testes para se julgar as realizações econômicas, isto é, a soma de todas as mercadorias (82) e serviços produzidos em determinado período de tempo: um ano, um trimestre ou um mês. Os economistas tentam medir as variações dessas quantidades por intermédio de índices, baseados em certo número de séries que representam a produção de mercadorias isoladas. "A lógica rigorosa é mestre severo e se a respeitássemos ninguém produziria nem se utilizaria jamais de um índice de produção", pois é questão discutível não somente o material e a técnica de preparação de tais índices, mas também o próprio conceito de uma produção total de mercadorias diferentes, que se produzem em proporções sempre variáveis*. (* Não podemos estudar este problema aqui. Um pouco mais será dito sobre o mesmo, todavia, quando o encontrarmos novamente no próximo capítulo. O assunto, além disso, é estudado em maior

profundidade no nosso livro sobre Business Cycles, cap. IX.) Nada obstante, acredito que esse artifício é suficientemente seguro para nos dar uma idéia geral sobre as realizações do capitalismo.

No caso dos Estados Unidos, desde a Guerra Civil, há séries específicas suficientemente boas e numerosas para justificar a preparação de tal índice. Optando pelo que é conhecido como índice Day-Persons, verificamos que, de 1870 a 1930, a média anual de crescimento foi de 3,7%, e na parte de artigos manufaturados foi de 4,5%. Estudemos a última percentagem e verifiquemos o que ela significa. Mas, em primeiro lugar, devemos fazer uma correção: uma vez que as instalações permanentes da indústria estavam sempre aumentando em importância relativa, a produção disponível para o consumo não poderia ter crescido no mesmo ritmo da produção total, e devemos levar isso em conta. Acredito que uma redução de 1,7% seja suficiente*. (**Essa redução é, de fato, absurdamente grande. Veja-se também a estimativa do Prof. F. C. MILL (Economic Tendencies in the United States, 1932), de 3,1% para o período de 1901-1913, e de 3,8% para o período de 1922-1929 (excluídas novas construções)*) Chegamos, por conseguinte, a uma média de aumento da *produção disponível* de 2% (com juros compostos) por ano.

Suponhamos, agora, que a maquinaria capitalista continue produzindo nesse ritmo pelo espaço de outro meio século, a partir de 1928. Contra essa presunção poderemos alinhar diversas objeções, que examinaremos mais adiante, mas não a de que na década de 1929 a **(83)** 1939 o capitalismo foi incapaz de manter esse padrão de crescimento, pois a depressão que lavrou no último trimestre de 1929 até o terceiro trimestre de 1932 não prova tivesse havido um colapso no mecanismo propulsor da produção capitalista, pois depressões igualmente sérias ocorreram repetidas vezes — uma em cada 55 anos, mais ou menos — e também porque a média anual de 2% já levava em conta uma delas, ocorrida de 1873 a 1877. Tanto a recuperação como a prosperidade abaixo do normal de 1935 e 1937, respectivamente, assim como a baixa de produção que se seguiu, são facilmente explicadas pelas dificuldades inerentes à implantação de uma nova política fiscal, de uma nova legislação trabalhista, e de uma transformação geral da atitude do Governo em relação às empresas privadas que podem ser, em sentido que será exposto adiante, distinguidas da operação isolada da maquinaria produtiva.

Uma vez que neste ponto as más interpretações seriam especialmente indesejáveis, queremos salientar que a última sentença não implica, em si mesma, nem crítica contrária à

política do *New Deal*, nem afirmação (que: acreditamos correta, mas da qual não trataremos agora) de que uma política desse tipo é, a longo prazo, incompatível com o funcionamento eficiente da empresa privada. Queremos dizer apenas que transformação tão extensa e rápida da paisagem social afetaria naturalmente, durante certo tempo, o rendimento da produção, fato este que os mais fervorosos partidários do *New Deal* devem e *podem* admitir. Nós, por exemplo, não vemos de que outra maneira poderíamos explicar o fato de que os Estados Unidos, que tiveram a melhor oportunidade de se recuperar rapidamente, foram precisamente o país em que se produziu a repercussão mais insatisfatória. O único caso, de certa maneira semelhante, o da França, justifica a mesma inferência. Daí se segue que o curso dos acontecimentos, no período de 1929 a 1939, não constitui de *per se* razão válida para refutação do argumento acima, que, além disso, poderá servir para ilustrar o significado das realizações do capitalismo no passado.

Se, a partir de 1928, a produção disponível continuou a desenvolver-se nas condições reinantes na ordem capitalista, da mesma maneira que anteriormente, isto é, com um ritmo de aumento a longo prazo de 2% por ano, em 1978, 50 anos depois, alcançará um volume de 2,7% aproximadamente maior (2,6916) do que em 1928. Para traduzir essa suposição em termos de renda real *per capita*, observemos, em primeiro lugar, que nossa média de aumento da produção pode igualar-se aproximadamente à média de aumento da soma total das rendas monetárias privadas disponíveis para o **(84)** consumo,* levando-se em conta as variações do poder aquisitivo dos consumidores. (* O consumo inclui a aquisição de bens de consumo duráveis, tais como automóveis, refrigeradores e residências. Não fazemos distinção entre as mercadorias de consumo transitório e o que, algumas vezes, é chamado de capital de consumo.) Em segundo lugar, devemos formar uma idéia sobre a média previsível do aumento da população, aceitando os cálculos de SLOANE, que estima uma população de 160 milhões de pessoas pelas alturas de 1978. A renda média *per capita* aumentaria nesse período, portanto, em pouco mais do dobro da cifra de 1928, que era de aproximadamente 650 dólares, atingindo em 1978 a soma de 1.300 dólares*. (* Isto é, a renda média *per capita* aumentaria aos juros compostos de 1 3/8%. Na Inglaterra, durante o século que precedeu à Primeira Guerra Mundial, a renda real *per capita* da população aumentou quase exatamente nessa média (veja o trabalho de Lord STAMP no *Walt and Taxable Capacity*). Mas não se deve atribuir grande importância a essa coincidência. Mas serve, pensamos, para mostrar que nosso pequeno cálculo não é tão absurdo. No n.º 241 do *National Industrial Conference Board Studies*, Tabela I, págs. 6 e 7, verificamos que "a renda nacional *per capita* realizada", ajustada de acordo com o Banco da Reserva Federal de New York e o índice do custo de vida do *National Industrial Conference Board*, era, em 1929, ligeiramente superior a quatro vezes a cifra de 1829, um resultado semelhante, embora mais duvidoso, quanto à confiança que pode merecer.)

Talvez alguns leitores pensem que deveríamos fazer aqui uma ressalva sobre a distribuição

da renda monetária total. Há 50 anos passados, mais ou menos, alguns economistas acreditavam, entre eles MARX, que o processo capitalista tendia a modificar a participação relativa na renda nacional total, de tal maneira que a inferência óbvia da nossa média poderia ser invalidada pelo fato de os ricos se tornarem mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, pelo menos relativamente. Não existe, todavia, tal tendência. Seja o que se pense das medidas estatísticas concebidas com esse objetivo, este fato é inegável: a estrutura da pirâmide das rendas, expressa em termos de dinheiro, não variou muito durante o tempo abrangido pelo nosso material estatístico — que, no caso inglês, compreende todo o século XIX * (** Leia STAMP, ob. cit. O mesmo fenômeno pode ser observado em todos os países onde há suficientes informações estatísticas, se eliminamos destas últimas os efeitos perturbadores dos ciclos abrangidos pelo material disponível. A medida da distribuição da renda (ou da desigualdade das rendas) proposta por VILFREDO PARETO é vulnerável às objeções. Mas o fato em si mesmo é independente do método usado.*) — e que a parte relativa aos vencimentos e salários foi também essencialmente constante durante esse período. Não há razão para se **(85)** acreditar, enquanto discutirmos apenas o que a maquinaria capitalista pode realizar se com ela não interferirmos, que a distribuição da renda ou sua disseminação em relação à nossa média sejam, em 1978, muito diferentes do que foram em 1928.

Uma das maneiras de explicar as conclusões a que chegamos é dizer que, se o capitalismo repetir as suas passadas realizações durante mais meio século, a partir de 1928, acabará com aquilo que, de acordo com os padrões atuais, se chama de pobreza, mesmo nas camadas mais baixas da população, excetuando-se, unicamente, os casos patológicos.

Mas isto não é tudo. Sejam quais forem os métodos ou falhas do nosso índice, de nenhuma maneira ele exagera a média real de crescimento e não leva em conta a mercadoria chamada de *ócio voluntário*. Os novos tipos de mercadoria não estão representados, ou o estão imperfeitamente, em índice que repousa, em grande parte, sobre mercadorias e produtos intermediários. Pela mesma razão, deixamos de registrar quase por completo os melhoramentos na qualidade, embora em muitos ramos constituam eles a própria essência do progresso alcançado. Não há, por exemplo, maneira de se expressar adequadamente as diferenças entre um automóvel de 1900 e um de 1940, ou a medida em que baixaram os preços dos carros por unidade de utilidade. Seria mais justo avaliar a medida em que aumentou o rendimento de determinadas quantidades de matérias-primas ou de produtos semiacabados, pois, embora a propriedade física de um lingote de aço ou de uma tonelada de carvão, por exemplo, tenha

permanecido invariável, seu rendimento econômico representa um múltiplo do que tinha há 60 anos. Mas pouco se estudou nessa direção. Não tenho idéia do que aconteceria ao nosso índice se houvesse método de corrigi-lo com base nesse ou em fatores semelhantes. Mas é indubitável que a média percentual de transformação aumentaria e que aqui temos uma salvaguarda para proteger o sistema adotado contra qualquer revisão descendente imaginável. Além disso, ainda que tivéssemos meios de medir as variações da eficiência técnica dos produtos industriais, nenhum deles nos daria uma idéia adequada sobre o que essa melhoria significaria em termos de dignidade, intensidade ou satisfação da vida humana — não importa o que os economistas de antigas gerações resumiram sob o **título** de *satisfação das necessidades da vida*. E estas são para nós, afinal de contas, as mais importantes, isto é, o verdadeiro *fruto* da produção capitalista, a razão por que nos interessamos pelo índice da produção, pois os quilos e litros que nelas figuram dificilmente mereceriam, por si mesmos, tal interesse. (86)

Voltemos, todavia, aos nossos 2%. Há um outro ponto importante para a apreciação correta dessa cifra. Dissemos acima que, a grosso modo, a participação relativa na renda nacional permaneceu essencialmente constante durante os últimos 100 anos. Mas essa afirmação é verdadeira apenas se a medimos em termos de dinheiro. Se a medimos em termos reais, verificamos que mudou substancialmente em favor dos grupos de renda mais baixa. Isso se deve ao fato de a máquina capitalista ser antes e acima de tudo um aparelho de produção em massa, o que inevitavelmente significa também produção para as massas. Se passamos à escala das rendas individuais, verificamos que se gasta cada vez mais em serviços pessoais e mercadorias manufaturadas, cujos preços são, em grande parte, função das médias de salário.

É fácil a confirmação destas afirmações. Há, sem dúvida, mercadorias à disposição do operário moderno que o próprio Luís xiv se teria deleitado em possuir, como, por exemplo, as dentaduras modernas. De maneira geral, todavia, um orçamento do tipo que vigorava na época do monarca francês pouco teria, na verdade, a ganhar com as conquistas do capitalismo. Podemos mesmo supor que a velocidade com que se viaja hoje tivesse pouca importância para cavalheiro tão importante. A iluminação elétrica não significa grande aumento de conforto para alguém que possui dinheiro bastante para comprar um número suficiente de velas e pagar empregados para cuidar delas. As contribuições típicas da produção capitalista são os tecidos baratos, os artigos populares de algodão e seda artificial, o calçado, os automóveis, etc. que não

são, de maneira geral, melhorias que teriam grande importância para o homem rico. A Rainha ELISABETE I possuía meias de seda. A contribuição capitalista não consiste tipicamente em produzir mais meias de seda para rainhas, mas pô-las à disposição das operárias, em recompensa por volume cada vez menor de trabalho.

Tais fatos se destacam ainda mais se olharmos, mesmo de relance, os ciclos de longa duração que afetam a atividade econômica, cuja análise revela, melhor do que qualquer outra coisa, a natureza e o mecanismo da evolução capitalista. Todos esses ciclos consistem de uma *revolução industrial* e da absorção dos seus efeitos. Podemos, por exemplo, observar estatística e historicamente — pois o fenômeno é tão claro que nossos escassos conhecimentos servem para comprová-lo — o nascimento de um desses longos ciclos pelas alturas da década de 1780, a sua culminação em volta de 1800, o declínio e uma espécie de recuperação que terminou em princípios da década de 1840. Tratava-se da Revolução Industrial, assunto de tanta predileção dos (87) autores de manuais econômicos. Nos seus calcanhares, todavia, ocorreu outra dessas revoluções, produzindo outro ciclo que se elevou na década de 1840, atingiu o ponto culminante pouco antes de 1857 e declinou em 1897, para ser seguido, por seu turno, pelo que alcançou o ponto máximo mais ou menos em 1911 e entra hoje em fase de declínio*. (* Trata-se aqui das ondas de grande duração que, na literatura sobre os ciclos econômicos, encontra-se primariamente associada com o nome de N. D. Kondratieff.)

Essas revoluções modificam periodicamente a estrutura existente da indústria mediante a introdução de novos métodos de produção, como seja, a fábrica mecanizada ou eletrificada, a síntese química, etc.; novos confortos, como estradas-de-ferro, automóveis, aparelhos domésticos elétricos; novas formas de organização, quais os movimentos de fusão das grandes empresas; novas fontes de suprimento, a lã de La Plata, o algodão americano, o cobre de Catanga; novas rotas comerciais e mercados, e assim por diante. Esse processo de transformação industrial dá a nota tônica geral à economia: enquanto tais fenômenos estão em formação, temos uma época de rápida expansão e *prosperidade* geral, interrompida, indubitavelmente, pelas fases negativas de ciclos mais curtos que se sobrepõem à tendência fundamental para a alta. Mas, ao mesmo tempo que essas conquistas se firmam e delas colhemos os resultados, presenciamos também uma eliminação dos elementos antiquados da estrutura industrial e uma *depressão* predominante. Há, assim, sucessivos e prolongados períodos de elevação e baixa de preços, de taxas de juro, de emprego, etc. cujos fenômenos

constituem parte do mecanismo desse processo de rejuvenescimento intermitente da maquinaria econômica.

Em todos os casos, os resultados tomam a forma de uma avalanche de mercadorias de consumo que alarga e aprofunda permanentemente a corrente da renda real, embora, em princípio, possam provocar, no futuro, perturbações, prejuízos e desemprego. Se examinarmos essas avalanches de bens de consumo, verificaremos que todas elas consistem de artigos de consumo em massa e aumentam mais do que qualquer outra coisa o poder aquisitivo do trabalhador assalariado, ou, em outras palavras, que o processo capitalista eleva progressivamente, não por coincidência, mas em virtude do seu próprio mecanismo, o padrão de vida das massas. Isto tem lugar através de uma série de vicissitudes, cuja severidade é proporcional à celeridade do seu progresso. Mas se consegue esse resultado de maneira eficiente. Resolveram-se, um depois do outro, os problemas de fornecimento de **(88)** mercadorias à massa,* à medida que caíam dentro do campo de ação dos métodos capitalistas. O mais importante dos problemas que resta a resolver, o habitacional, terá dentro em breve solução através do uso das casas pré-fabricadas. *(* Isto naturalmente se aplica às mercadorias agrícolas, cuja produção maciça e batata se deveu inteiramente aos grandes empreendimentos capitalistas (estrada-de-ferro, empresas de navegação, maquinaria agrícola, fertilizantes).*

Mas isto não é tudo. A apreciação de uma ordem econômica qualquer seria incompleta — e, incidentalmente, não-marxista — se ela se detivesse logo que alcançada a produção que se faz chegar às diferentes camadas da sociedade, por meio do correspondente sistema de distribuição econômica e deixasse de fora todos os fins a que o sistema não serve diretamente, mas aos quais proporciona os meios e a vontade política, assim como todas as realizações culturais que são provocadas pela mentalidade que ela cria. Deixando para mais tarde o estudo dessas realizações (Capítulo XI), voltaremos agora a estudar alguns aspectos do progresso social a que deu lugar o capitalismo.

A técnica e a atmosfera de luta em prol da legislação social obscurecem certos fatos que seriam de outra maneira óbvios: por um lado, parte dessa legislação pressupõe um êxito capitalista anterior (em outras palavras: pressupõe uma riqueza criada anteriormente pela iniciativa capitalista) e, por outro, que grande parte das medidas incorporadas e generalizadas

pela legislação social foram iniciadas previamente pela ação do próprio sistema capitalista. Ambos os fatos devem ser acrescentados, evidentemente, à soma total das realizações capitalistas. Se o sistema seguir o mesmo curso que observou nos 60 anos anteriores a 1928 e se alcançar realmente a média de 1.300 dólares *per capita*, tornar-se-á evidente que todas as aspirações até hoje esposadas, pelos reformadores sociais — praticamente sem exceção, incluindo até mesmo as defendidas pelos lunáticos — ou se cumprirão automaticamente, ou *poderão ser cumpridas sem qualquer interferência importante no funcionamento do sistema capitalista*. Grandes verbas destinadas especialmente ao sustento dos desempregados, seriam, então, não apenas carga tolerável, mas até mesmo irrisória. A irresponsabilidade na criação do desemprego e na ajuda aos desempregados poderia ocasionar em determinada época problemas insolúveis. Mas, administrada com bom-senso, a política de emprego de uma verba anual de 16 bilhões para o sustento de 16 milhões de desempregados, inclusive os dependentes (equivalente a uns 10% da população), não teria em si gravidade, desde que houvesse uma (89) renda nacional da ordem de 200 bilhões de dólares (o poder aquisitivo em 1928).

Permitimo-nos chamar a atenção aqui do leitor para a razão por que o desemprego, que todos acham ser um dos temas mais importantes em todas as discussões sobre o capitalismo — alguns críticos chegam a basear suas acusações exclusivamente sobre este aspecto do caso — desempenha papel relativamente sem importância na nossa argumentação. Não acreditamos que o desemprego seja um daqueles males que, como a pobreza, pode ser eliminado pela própria evolução capitalista. Tampouco pensamos que a percentagem de desemprego aumenta a longo prazo. A única estatística que abrange um período digno de nota — mais ou menos os 60 anos anteriores à Primeira Guerra Mundial — é a que dá a percentagem de sócios desempregados de sindicatos ingleses, que é por sinal tipicamente cíclica, e não revela nenhuma tendência (ou apenas horizontal)*. (* Esta série foi freqüentemente traçada e analisada. Veja, por exemplo, o trabalho de A. C. PIGOU, *Industrial Pluctuations ou o nosso Business Cychs*. Parece existir para cada país um mínimo irreduzível e, superposto, um movimento cíclico, em que o mais forte componente se desenrola num período de nove a dez anos.) Como isto é teoricamente compreensível — e não há nenhuma razão teórica para pôr isto em dúvida — essas duas afirmações parecem comprovadas para a época anterior à guerra, 1913 inclusive. No pós-guerra, na maioria dos países, o desemprego se manteve quase sempre em nível anormalmente elevado, inclusive antes de 1930. Mas este desemprego, e principalmente o desemprego que predominou na década de 1930, pode ser explicado por razões que nada têm a ver com uma tendência a longo prazo de aumento da média de desemprego, *por motivos*

inerentes ao próprio mecanismo capitalista. Mencionamos acima as revoluções industriais tão características do regime capitalista. O desemprego anormal constitui um dos traços característicos dos períodos de adaptação que se seguem à *fase de prosperidade* de cada uma dessas revoluções. Observamos esse fenômeno nas décadas de 1820 e 1870. As posteriores a 1920 constituem apenas outros períodos semelhantes. O fenômeno é, portanto, essencialmente temporário no sentido em que nada se pode inferir sobre ele no futuro. Surgiram, todavia, diversos fatores que tenderam a intensificá-los, como, por exemplo, os efeitos da guerra, o deslocamento do comércio exterior, a política de salários, certas modificações institucionais que contribuíram para elevar as cifras estatísticas, a política fiscal na Inglaterra e Alemanha (também importante nos Estados Unidos, a partir de 1935), e assim por diante. Alguns desses fatores são, indubitavelmente, sintomas de uma *atmosfera* em que o (90) capitalismo não funcionará senão com eficiência cada vez menor. Trata-se, contudo, de assunto que estudaremos mais adiante.

Mas, duradouro ou temporário, piorando ou não, o desemprego é e sempre foi um flagelo. Na parte seguinte deste livro, estudaremos a sua possível eliminação como um dos títulos do regime socialista à superioridade. Nada obstante, sustento que a grande tragédia não é o desemprego em si mesmo, mas o desemprego e a impossibilidade de prover, de maneira razoável, as necessidades dos desempregados *sem agravar as condições do desenvolvimento econômico futuro*, pois, evidentemente, o sofrimento e a degradação — a destruição dos valores humanos — que associamos ao desemprego, embora não o desperdício de recursos produtivos, seriam quase totalmente eliminados e o desemprego perderia praticamente todo o seu terror se a vida privada da pessoa não fosse seriamente afetada pela situação em que se encontra. Subsiste o fato de que, no passado, isto é, mais ou menos pelas alturas do fim do século XIX, o sistema capitalista não apenas mostrava relutância, mas não conhecia maneira de prover às necessidades dos desempregados. Mas, como está hoje em condições de fazê-lo se continuar repetindo as realizações do passado por outro meio século, essa falha do capitalismo acabará finalmente no limbo ocupado pelos tristes espectros do trabalho infantil, da jornada de 16 horas de trabalho e das cinco pessoas que moravam em um único quarto, que podemos salientar com cabimento quando falamos dos custos sociais das conquistas capitalistas, mas que não são necessariamente relevantes quando se examinam as alternativas possíveis no futuro. Nossa época está mais ou menos situada entre os defeitos das primeiras fases da evolução capitalista e as possibilidades do sistema, quando alcançar a maturidade.

Nos Estados Unidos, pelo menos, a maior parte dessa tarefa poderá ser realizada hoje mesmo sem tensão excessiva sobre o sistema. As dificuldades não parecem consistir tanto na falta de um excesso dos meios produtivos necessários para eliminar os tons mais sombrios do quadro, mas no fato de que a média de desemprego aumentou em consequência de uma política anticapitalista exagerada na década de 1930 e de que, tão logo a opinião pública adquiere plena consciência do seu dever para com os desempregados, insiste imediatamente na adoção de métodos economicamente irracionais de ajuda financeira ou em maneiras relaxadas e ruinosas de administrá-la.

Grande parte desta argumentação aplica-se também às futuras — e, em larga medida, às presentes — possibilidades oferecidas pela evolução capitalista no que tange ao cuidado com os doentes e os velhos, à educação, à higiene, e assim por diante. Poderemos esperar **(91)** também com razão que, do ponto-de-vista da economia individual, um número crescente de mercadorias saia da categoria de bens econômicos e se torne de uso geral até o ponto da saciedade. Poder-se-ia conseguir isso através de acordos entre órgãos públicos e empreendimentos produtivos particulares, ou pela nacionalização ou municipalização, progresso gradual que seria sem dúvida um dos aspectos do futuro desenvolvimento de um capitalismo de certa maneira livre.

Capítulo 6

O CAPITALISMO PLAUSÍVEL

A ARGUMENTAÇÃO do capítulo anterior parece estar exposta a uma réplica tão destruidora como óbvia. A taxa média de aumento da produção total disponível, que prevaleceu nos 60 anos anteriores a 1928, foi projetada no futuro. Na medida em que se tratasse apenas de um expediente para ilustrar a significação do desenvolvimento passado, nada haveria nesse procedimento que pudesse ter ferido a consciência estatística. Mas, desde o momento em que deduzimos dessas premissas que os 50 anos seguintes poderiam, na verdade, trazer uma taxa média semelhante de crescimento, cometemos, ao que parece, um crime estatístico. E evidente que o registro histórico da produção em qualquer dado período não justifica, de maneira alguma, uma extrapolação * e, ainda menos, uma extrapolação que se estende por meio século. (** Essa afirmação se mantém, em princípios gerais, em qualquer série temporal histórica, uma vez que o próprio conceito de seqüência histórica implica a ocorrência de transformações irreversíveis na estrutura econômica, que se pode esperar que afetem a lei que rege qualquer dada quantidade econômica. A justificação teórica e, de maneira geral, o tratamento estatístico são, por conseguinte, necessários até mesmo para as extrapolações mais modestas. Pode-se dizer, no entanto, que nosso caso foi de certa maneira facilitado pelo fato de que o composto geral representado pelas séries de produção e idiosincrasias etc.; itens individuais tenderão, até certo ponto, a se cancelarem uns aos outros.*) É necessário, portanto, sublinhar que nossa extrapolação não intenta prever o desenvolvimento real da produção no futuro. Além de servir para ilustrar a significação das realizações anteriores, procura (93) ajudar-nos a formar uma idéia quantitativa sobre o que a maquinaria capitalista possivelmente realizaria se, em outro meio século, repetisse os êxitos anteriores, o que constitui assunto muito diferente. A questão de se saber se é possível esperar-se tais realizações do capitalismo, será respondida de maneira inteiramente independente da própria extrapolação. Justamente por esse motivo teremos de iniciar agora uma longa e difícil pesquisa.

Mas, antes de discutirmos as possibilidades de o capitalismo repetir êxitos anteriores, deveremos, fora de dúvida, tentar verificar em que sentido a observada média de crescimento da produção serve de real medida de antigas realizações. Não há dúvida de que o período de onde extraímos nossos dados foi a época de capitalismo relativamente livre. Mas este fato em si mesmo não fornece uma relação suficiente de causa e efeito para explicar o rendimento do sistema capitalista. Para acreditar que se tratava aqui de algo mais do que simples coincidência,

devemos convencer-nos, em primeiro lugar, de que há uma relação lógica entre o sistema capitalista e a média de aumento da produção; em segundo, que, dada tal relação, a taxa de crescimento era, na verdade, a ele devida e não a circunstâncias particularmente favoráveis que nada tinham a ver com o capitalismo.

Teremos de solucionar esses problemas antes de sequer equacionar a questão da *repetição do êxito do capitalismo*. O terceiro ponto se reduz, então, a saber se há ou não alguma razão para que a máquina capitalista possa deixar de continuar funcionando nos próximos 40 anos, da mesma forma que funcionou no passado.

Examinaremos, isoladamente, cada um desses três pontos.

Nosso primeiro problema pode ser reformulado da seguinte forma: por um lado, dispomos de um conjunto considerável de dados estatísticos que descrevem uma média de *progresso* que foi admirada até mesmo por espíritos muito críticos; por outro, possuímos um grupo de fatos relativos à estrutura do sistema econômico que reinou nesse período e sobre a sua maneira de funcionamento. Com base nesses fatos, a análise destilou o que é tecnicamente chamado de *modelo* da realidade capitalista, isto é, um quadro geral dos seus aspectos principais. Desejamos saber agora que tipo de economia foi favorável, irrelevante ou desfavorável às conquistas que observamos e, se favoráveis, se tais aspectos proporcionam uma explicação aceitável desses êxitos. Evitando, tanto quanto possível, as minúcias técnicas, enfocaremos a questão simplesmente com a ajuda do bom senso.

1. Ao contrário da classe dos senhores feudais, a burguesia comercial e industrial elevou-se à custa do êxito no campo dos negócios. A sociedade burguesa configurou-se em um molde puramente **(94)** econômico: seus alicerces, vigas, etc. foram todos construídos de material econômico. As faces do edifício se orientam para o lado econômico da vida. Recompensas e penalidades são oferecidas ou aplicadas em termos pecuniários. Elevar-se ou declinar na vida significa ganhar ou perder dinheiro. Ninguém pode negar que esta é a realidade. Desejamos acrescentar, porém, que, dentro da sua própria estrutura, esse acordo social é, ou de qualquer maneira foi, singularmente eficiente. Em parte, apela para um conjunto de motivos de

simplicidade e vigor insuperáveis e, até certo ponto, provoca o nascimento desse mesmo esquema. As promessas de riqueza ou ameaças da mais total pobreza ele as cumpre com inexorável rapidez. Em todos os pontos em que o sistema burguês de vida se afirma suficientemente para obscurecer os atrativos de outros sistemas sociais, estas promessas são bastante poderosas para atrair a grande maioria dos cérebros privilegiados e igualar o êxito social ao êxito nos negócios. Estas recompensas não são distribuídas ao acaso, embora sua consecução admita uma dose de sorte bastante sedutora: o jogo não é como de roleta, lembrando mais o de pôquer. Exige habilidade, energia e uma capacidade de trabalho acima do normal. Mas se fosse possível medir esta habilidade de maneira geral ou a contribuição pessoal para o êxito particular, nós verificaríamos que os prêmios pagos na realidade são provavelmente desproporcionais a uma e outro. Adjudicam-se prêmios espetaculares, muito maiores do que o necessário para produzir um determinado esforço a uma pequena minoria de felizardos, dando um impulso muito mais eficaz ao que seria necessário para uma distribuição mais equitativa e *justa* à atividade da grande maioria dos homens de negócios, que não recebem como retribuição senão uma recompensa muito modesta, ou nada, e, quem sabe, até prejuízos e que, nada obstante, fazem o que podem, porque têm diante dos olhos grandes prêmios e superestimam a sua capacidade de consegui-los. Similarmente, as ameaças são dirigidas à incompetência. Mas, embora os incompetentes e os métodos antiquados sejam, de fato, eliminados as vezes muito rapidamente, às vezes com atraso, o fracasso ameaça, também e freqüentemente, vítima mais de um homem capaz, intimidando assim a *iodos* com muito maior eficácia que um sistema de castigos mais equitativo e mais *justo*. Finalmente, tanto o êxito como o fracasso nos negócios são de objetividade perfeita. Nem um nem outro podem ser postos em dúvida.

Devemos estudar especialmente um dos aspectos dessa luta pelo êxito, tanto para levá-lo em consideração posteriormente, como em (95) virtude de sua importância para a nossa argumentação. A ordem capitalista, da maneira como está materializada na instituição da empresa privada, prende eficientemente o capitalista ao seu trabalho, tanto da maneira já falada, como de outras que discutiremos mais tarde. Mas faz ainda mais do que isto. O mesmo sistema que, em uma determinada época, condiciona os indivíduos e as famílias que formam a classe burguesa, seleciona também, *ipso jacto*, os indivíduos e famílias que ascenderão nesta classe ou dela serão excluídos. Esta combinação de função estimuladora com função selecionadora não é absolutamente coisa simples. Pelo contrário, a maioria dos métodos de seleção social, ao contrário dos *métodos* de seleção biológica, não garante o rendimento do indivíduo escolhido. E

essa falha constitui justamente um dos problemas cruciais da organização socialista, que será estudada mais adiante em nosso trabalho. No momento, basta observar com que perfeição o sistema capitalista soluciona o problema: na maioria dos casos, o homem que ascende, em primeiro lugar, à classe dos homens de negócio e, depois, *dentro dela* se mostra indivíduo capaz, ascenderá com toda probabilidade até onde o puder levar sua capacidade, simplesmente porque, neste esquema, ascender a uma posição e nela atuar bem é, ou sempre foi, de maneira geral, a mesma coisa. Este fato, tão freqüentemente obscurecido pela tentativa autoterapêutica dos fracassados para negá-lo, é muito mais importante para a apreciação da sociedade capitalista e da civilização que ela cria do que tudo que se possa recolher da teoria pura do sistema capitalista.

2. Mas não serão invalidadas todas as inferências que poderemos deduzir desse *rendimento máximo de um grupo idealmente selecionado* pelo fato de que este rendimento não é induzido por motivo social — a produção, poderíamos dizer, para o consumo — mas pelo ideal do lucro, que tende a explorar ao máximo e não levar ao máximo o bem-estar? Fora da camada burguesa, esta foi sempre a opinião popular. Os economistas algumas vezes a defenderam, enquanto em outras ocasiões a combateram. Ao agir dessa maneira, eles davam uma contribuição que era muito mais valiosa do que os próprios julgamentos finais aos quais chegavam individualmente e que, na maioria dos casos, refletiam pouco mais que sua posição social, interesses, simpatias ou antipatias. Eles aumentaram lentamente nosso conhecimento dos fatos e nosso poder analítico de tal maneira que muitas respostas que hoje podemos dar são, sem dúvida, muito mais corretas, embora menos simples e menos gerais, do que as de nossos antecessores.(96)

Os chamados *economistas clássicos*, * para não remontarmos a época ainda mais recuada, sustentavam praticamente as mesmas opiniões. A maioria deles desaprovava muitos aspectos das instituições sociais da época em que viveram e as suas modalidades de funcionamento. (*A expressão *economistas clássicos* será usada neste livro para designar os grandes economistas ingleses cujos trabalhos apareceram entre 1776 e 1848. ADAM SMITH, RICARDO, MALTHUS, SÊNIOR e JOHN STUART MILL são os nomes mais conhecidos. É importante não esquecer isso porque ultimamente se vem dando interpretação muito mais vasta à expressão.) Combatiam os privilégios dos latifundiários e aprovavam as reformas sociais - especialmente a legislação aplicável às fábricas - que não estavam de modo algum de acordo com a orientação do *laissez faire*. Mas estavam inteiramente convencidos de que, dentro da estrutura institucional do capitalismo, os interesses pessoais dos industriais e dos comerciantes fomentavam o rendimento máximo no

interesse de todos. Confrontados com o problema que aqui discutimos, eles pouco hesitariam em atribuir a média de crescimento da produção total à iniciativa relativamente livre e ao móvel do lucro - talvez tivessem até mesmo mencionado uma *legislação benéfica* como condição essencial, mas com essas palavras sugeririam a eliminação dos entraves, especialmente a derrogação ou redução dos direitos aduaneiros protecionistas que vigoraram no século XIX.

Hoje em dia é extremamente difícil fazer justiça a essas opiniões. Eram, na verdade, opiniões típicas da classe burguesa inglesa, cujos antolhos burgueses são encontrados em quase todas as páginas escritas pelos autores clássicos. Não menos evidentes são os antolhos de outra espécie: os clássicos raciocinavam em termos de uma situação histórica particular que idealizavam e da qual extraíam generalizações sem o menor espírito crítico. A maioria deles, além disso, parecia haver raciocinado exclusivamente em termos dos interesses ingleses e dos problemas da época em que viveram. Esta a razão por que, em outros países e em outras épocas, com tanta frequência se rejeitavam suas teorias econômicas, até o ponto de ninguém se dar mais ao trabalho de sequer procurar entendê-las. Mas não será justo rechaçar-lhes as teorias por esses motivos. Um homem cheio de preconceitos pode, apesar disso, dizer a verdade. Afirmações baseadas em casos especiais podem, não obstante, ter um certo valor geral. E os inimigos e sucessores dos clássicos tiveram e têm apenas diferentes, mas não menos numerosos, tipos de antolhos e preconceitos. Estudavam e estudam casos diferentes, mas não menos particularizados.

O principal mérito dos clássicos consiste, do ponto-de-vista do analista econômico, no fato de haverem eles refutado juntamente com (97) muitos e crassos erros, a idéia ingênua de que a atividade econômica na sociedade capitalista, pelo simples fato de girar em torno do móvel do lucro, tem de encaminhar-se necessariamente contra os interesses dos consumidores, ou, para expressá-lo de maneira diferente, que o objetivo de ganhar dinheiro afasta, também necessariamente, a produção de seus objetivos sociais, ou, finalmente, que as vantagens privadas, tanto por si mesmas como pela distorção que ocasionam no processo econômico, constituem sempre um prejuízo líquido para todos, exceto para os que recebem e que, por conseguinte, representariam um lucro líquido que seria absorvido pela socialização. Se examinarmos a lógica dessa e de outras proposições semelhantes, que nenhum economista competente pensou sequer em defender, a refutação clássica pode parecer trivial. Mas, quando

consideramos todas as teorias e lemas que, consciente ou inconscientemente, elas implicam, e que nos estão servindo até os dias que correm, sentiremos mais respeito pela contribuição que eles nos deram. Deixem-nos acrescentar também que os autores clássicos perceberam claramente, ainda que talvez o hajam exagerado, o papel da poupança e da acumulação e que eles relacionaram a poupança com o tipo de *progresso* que podiam observar, de uma maneira que era fundamental, senão aproximadamente correta. Acima de tudo, havia em sua teoria uma sabedoria prática, um critério de responsabilidade a longo prazo, que contrastava de maneira favorável com a histeria moderna.

Mas, entre compreender que a busca de um máximo de lucro e o esforço para se conseguir o rendimento máximo e provar que a primeira implica necessariamente — ou, na imensa maioria dos casos — a segunda, há abismo muito maior do que supunham os clássicos e sobre o qual jamais conseguiram lançar uma ponte. O moderno estudioso dessas doutrinas jamais deixa de admirar-se como puderam eles sentir-se satisfeitos com os argumentos que expunham, ou confundir tais justificações com as provas, pois se verificou, à luz de análise posterior, que essas *teorias* eram meros castelos de cartas, a despeito de qualquer grau de verdade que pudessem ter tido nas suas *intuições**. (* O leitor sem dívida recordará a importância que demos à distinção entre a teoria e a intuição no caso de MARX. É importante, no entanto, recordar que a capacidade de ver as coisas na sua perspectiva correta pode ser, e frequentemente é, diferente da capacidade de raciocinar corretamente e vice versa. Esse é o motivo por que um homem pode ser um excelente teórico e ainda assim dizer absurdos toda vez que procura diagnosticar um quadro histórico concreto.)

3. Realizaremos esta análise em duas etapas, sem prolongá-la mais do que o necessário para aclarar o nosso problema. Historicamente, (98) a primeira nos levará à década inicial deste século; a segunda abarcará alguns dos fenômenos da Economia Política científica do pós-guerra. Para falar com franqueza, não sabemos que benefício essa orientação trará ao leitor não-profissional, pois, como qualquer outro ramo do nosso conhecimento, a Economia Política, à proporção que se aperfeiçoa seu aparelhamento analítico, afasta-se inelutavelmente daquela feliz situação em que todos os problemas, métodos e resultados poderiam ser tornados acessíveis a todas as pessoas educadas, mesmo sem necessidade de preparação especial. Faremos, contudo, o máximo possível para facilitar a explicação.

4 Poderemos associar a primeira etapa a dois grandes vultos, venerados até nossos dias por numerosos discípulos — pelo menos por aqueles que não consideram de mau gosto expressar

reverência por algo ou alguém, o que muitos deles evidentemente fazem — ALFRED MARSHALL e KNUT WICKSELL*. (** Os Principies de MARSHALL (1.ª edição, 1890) e as Lectures de WICKSELL (1.ª edição sueca, 1901, trad. inglesa de 1934) merecem a importância que lhes atribuímos aqui, em vista da influência que exerceram sobre muitos espíritos nas suas fases formativas e porque trataram a teoria com um espírito inteiramente prático. Do ponto-de-vista puramente científico, a precedência deve ser dada ao trabalho de LEÓN WALRAS. NOS Estados Unidos, os nomes a mencionar são J. B. CLARK, IRVING FISHER e F. W. TAUSSIG.*) A estrutura teórica proposta por ambos possui pouco em comum com a dos clássicos — não obstante MARSHALL ter feito o possível para ocultá-lo — embora conserve o conceito clássico de que, na hipótese da concorrência perfeita, o móvel do lucro do produtor tende a induzir uma produção máxima. A teoria propunha uma teoria quase satisfatória. Acontecia apenas que, logo que se procurou formulá-la e prová-la de maneira mais correta, ela perdeu muito do seu conteúdo — sobrevivendo à operação mais emaciada e quase agonizante*. (** Antecipando um argumento que será apresentado mais tarde (veja adiante Capítulo VIII, Seção 6), esclarecemos brevemente nesta nota a passagem acima. A análise do mecanismo da economia do lucro provocou não apenas a descoberta de exceções ao princípio de que a indústria competitiva tende a aumentar a produção, mas também a descoberta de que a prova do princípio em si mesmo requer presunções que o reduzem a pouco mais do que um truismo. O seu valor prático, no entanto, é particularmente enfraquecido pelas duas considerações seguintes:*

1) O princípio, na medida em que pode ser realmente provado, aplica-se a um estado de equilíbrio estático. A realidade capitalista é acima de tudo um processo de mudança. Ao se avaliar o rendimento de empresa competitiva, a questão de se saber se ela tenderia ou não a expandir a produção, numa condição estacionária perfeitamente equilibrada do processo econômico, é quase, mas não inteiramente, irrelevante.

2) O princípio, da maneira formulada por WICKSELL, é apenas o que resta de uma proposição mais ambiciosa que, embora numa forma rarefeita, pode ser encontrada ainda em MARSHALL: o teorema de que a indústria competitiva tende a produzir um estado de satisfação máxima das necessidades. Mas esse teorema, mesmo se afastamos para o lado objeções sérias relativas a magnitudes psíquicas não-observáveis, reduz-se facilmente a uma trivialidade. Quaisquer que possam ser os dados de uma situação e, em particular, o quadro institucional da sociedade, a ação humana, na medida em que for racional, tentará sempre tirar o máximo proveito de uma dada situação. De fato, pode ser reduzida a uma definição da ação racional e, daí, equiparada a teoremas análogos que se aplicam, digamos, à sociedade socialista. Mas o mesmo acontece com o princípio da produção máxima. Nenhum dos dois cita qualquer virtude específica da empresa competitiva privada. Isso não significa que essas virtudes não existem, mas, sim, que não são inerentes à lógica da concorrência)

Nada obstante, podemos demonstrar, com auxílio das hipóteses gerais de MARSHALL-WICKSELL, que as empresas incapazes de exercer ação individual sobre o preço (99) de seus produtos ou sobre os fatores de produção que empregam — de tal maneira que não haveria proveito em lamentar o fato de que qualquer aumento da produção tenderia a diminuir os preços e reduzir as despesas — expandiriam a produção até o ponto em que a despesa adicional, que têm de aceitar para criar outro pequeno aumento de produção (custo marginal), seja exatamente igual ao preço que podem obter pelo aumento, isto é, que produzirão tanto quanto possível sem incorrer em prejuízos. E é possível demonstrar também que tal volume de produção será, de

maneira geral, igual ao que é *socialmente desejável*. Ou, para usar uma linguagem mais técnica, os preços não constituem uma variável, do ponto-de-vista da empresa individual, mas parâmetros, e, nos casos em que isto ocorre, sobrevém uma situação de equilíbrio em que a produção alcança seu ponto máximo e todos os fatores produtivos são utilizados em toda sua extensão. Chama-se usualmente a isso de concorrência perfeita. Recordando o que dissemos sobre o processo seletivo que tem lugar em todas as empresas e atinge a todos os seus gerentes, poderíamos, na verdade, conceber uma idéia muito otimista acerca dos resultados que se poderiam esperar de um grupo de pessoas altamente selecionadas que, dentro desse estado de coisas, se vêem forçadas, em virtude do móvel do lucro, a fazer o possível para aumentar a produção e reduzir os custos. Em particular, poder-se-ia acreditar, à primeira vista, que um sistema que se ajustasse a esse modelo revelaria notável ausência de algumas das principais fontes do desperdício social. Mas um pouco de reflexão nos esclarecerá: trata-se aqui, na realidade, de apenas outra maneira de formular o conteúdo da sentença precedente. **(100)**

1 4. Passaremos agora à segunda etapa. A análise de MARSHALL--WICKSELL evidentemente não passou por alto os numerosos casos que não se adaptam a esse modelo de concorrência perfeita. Tampouco os ignoraram os clássicos, que também reconheceram a existência de casos de *monopólio*, entre os quais ADAM SMITH, que estudou meticulosamente a freqüência com que se fazia uso de certas práticas para limitar a concorrência * e as diferenças na flexibilidade dos preços que elas produziam. (* Numa maneira surpreendentemente sugestiva de atitudes dos dias atuais, ele chegou a sublinhar a discrepância entre os interesses de todos os ofícios e os do público e falou de conspirações contra o último, o que, pensou ele, podiam ter origem em conluios concertados em almoços de homens de negócios.) Mas eles consideravam tais casos como exceções e, sobretudo, como exceções que podiam e seriam eliminadas com o tempo. Algo semelhante podemos dizer a respeito de MARSHALL. Embora tivesse ele aperfeiçoado a teoria do monopólio proposta por COURNOT, e se antecipado a análises posteriores ao chamar a atenção sobre o fato de que a maioria das empresas possui mercados especiais próprios, onde impõe os preços, em vez de aceitá-los simplesmente, * ele ajustou, da mesma maneira que WICKSELL, suas conclusões gerais ao padrão da concorrência perfeita, com o que insinua, da mesma maneira que os clássicos, que é esta que constitui a regra geral. (* Este é um dos motivos por que a teoria da concorrência imperfeita pode ser traçada até MARSHALL. Embora não se aprofundasse, ele percebeu o problema mais corretamente do que muitos outros. Em particular, não lhe exagerou a importância. Nem MARSHALL, nem WICKSELL, nem os clássicos perceberam que a concorrência perfeita constitui a exceção e que, ainda que fosse a regra, haveria muito menos motivos para regozijo do que se

poderia pensar.

Se examinarmos mais atentamente as condições — nem todas elas explicitamente formuladas ou mesmo claramente percebidas por MARSHALL ou WICKSELL — que devem ser observadas para produzir a concorrência perfeita, verificaremos imediatamente que, à parte a produção agrícola em massa, não poderemos dela encontrar muitos exemplos. Na verdade, o agricultor vende seu algodão ou trigo sob as seguintes condições: do seu ponto-de-vista, uma vez que os preços vigentes são realidades, se bem que variáveis, e ele não pode influir sobre os mesmos por ação individual, limita-se simplesmente a adaptar a eles a sua produção. Como todos os agricultores fazem o mesmo, os preços e produção terminam por ajustar-se da maneira prevista pela teoria da concorrência perfeita. Mas o mesmo não acontece com numerosos **(101)** produtos agrícolas, como, por exemplo, com os patos, salsichas, verduras e muitos outros produtos de granja. E no que diz respeito praticamente a todos os tipos de produtos acabados e serviços proporcionados pela indústria e comércio, é evidente que todo dono de armazém, proprietário de posto de gasolina, fabricante de luvas, creme de barbear ou serrotes possui um pequeno mercado próprio que procura — e tem de procurar — expandir e conservar, mediante a estratégia dos preços, da qualidade — a *diferenciação dos produtos* — e da propaganda. Encontramos, assim, um estado de coisas inteiramente diferente e no qual não parece haver razão para esperarmos que de lugar aos resultados da concorrência perfeita, mas que se adapta com muito maior perfeição ao esquema monopolista. Falamos, nesses casos, da concorrência monopolista, cuja teoria constituiu uma das maiores contribuições à Ciência Econômica do após-guerra.

Resta um largo campo de produtos substancialmente homogêneos, - sobretudo as matérias-primas e produtos semiacabados, tais como lingotes de aço, cimento, tecidos de algodão não-alvejados e similares, - entre os quais não parecem predominar as condições favoráveis ao surgimento da concorrência monopolista. Acontece realmente isso. Mas, de maneira geral, produzem-se nesse campo resultados tanto mais semelhantes quanto maior for a sua parte dominada pelas grandes empresas que, individualmente ou de comum acordo, podem manipular os preços até mesmo sem diferenciar os produtos — quando temos o caso do oligopólio. Mais uma vez o esquema do monopólio, convenientemente modificado, parece adaptar-se muito melhor a esse tipo de comportamento que o conceito da concorrência perfeita.

Tão logo se reconhece a existência geral da concorrência monopolista, do oligopólio ou de uma combinação dos dois, numerosos conceitos que os economistas da geração de MARSHALL-WICKSELL ensinavam com a maior confiança tornam-se ou inaplicáveis ou mais difíceis de provar. Isto é verdadeiro, em primeiro lugar, no caso das proposições que giram em torno do conceito fundamental de equilíbrio, isto é, uma determinada situação do organismo econômico para a qual tende sempre qualquer outra dada situação e que possui certas propriedades simples. No caso geral do oligopólio, não há, na verdade, equilíbrio determinado algum, apresentando-se, sim, a possibilidade de que possa desenvolver-se uma seqüência interminável de marchas e contramarchas e um estado de luta eterna entre as firmas comerciais. É verdade que existem numerosos casos especiais em que há, pelo menos **(102)** teoricamente, um estado de equilíbrio. Em segundo lugar, inclusive nestes casos, não somente é muito mais difícil alcançar o equilíbrio do que na concorrência perfeita, além de mais difícil de manter, mas parece que a concorrência *benéfica* do tipo clássico será facilmente substituída por uma concorrência *predatória* e *exterminante*, ou simplesmente por lutas pela predominância na esfera financeira. Essas manobras constituem outras tantas fontes de desperdício social, às quais devemos acrescentar muitas outras, tais como as despesas com as campanhas publicitárias, a supressão de novos métodos de produção (a compra de patentes para retirá-las do mercado), etc. E ainda mais importante do que tudo: nas circunstâncias sugeridas, o equilíbrio, se finalmente conseguido através de métodos extremamente dispendiosos, não mais garante nem a existência do pleno-emprego nem da produção máxima possível, no sentido imaginado pela teoria da concorrência perfeita. O equilíbrio *pode* existir sem o pleno-emprego; *tem* que existir, ao que parece, em um nível de produção abaixo do limite máximo, porque a estratégia da conservação dos lucros, impossível nas condições da concorrência perfeita, torna-se agora não somente possível, mas se impõe.

Não corrobora isto, pois, o que o homem comum (a menos que seja um homem de negócios) sempre pensou sobre o negócio privado? A análise moderna não refutou inteiramente a doutrina clássica e justificou a opinião popular? Não será verdadeiro, afinal de contas, que ha pouco paralelismo entre a produção para o lucro e a produção para o consumo, e que o negócio privado é algo mais do que um expediente para limitar a produção e extorquir lucros que poderíamos descrever corretamente como tributos e resgate?

Capítulo 7

O PROCESSO DA DESTRUIÇÃO CRIADORA

PODEREMOS USAR de duas maneiras as teorias da concorrência monopolista e oligopolista e suas variações populares para explicar a opinião de que a realidade capitalista é desfavorável ao rendimento máximo da produção. Pode existir quem diga que isso sempre ocorreu e que a produção continuou a expandir-se a despeito da sabotagem secular perpetrada pela burguesia dominante. Os defensores dessa opinião teriam de apresentar provas de que a média observável de crescimento pode ser explicada por uma seqüência de circunstâncias favoráveis, sem nenhuma relação com o mecanismo do empreendimento privado, e bastante forte para vencer-lhe a resistência. Será justamente esta a questão que discutiremos no Capítulo IX. Nada obstante, os que esposam essa variante pelo menos evitam o trabalho de explicar os fatos históricos, de que não podem fugir os advogados da tese contrária, que asseveram que a realidade tendeu certa vez a favorecer o rendimento produtivo máximo, ou, em todo caso, rendimento produtivo tão considerável a ponto de constituir importante fator em qualquer estudo sério do sistema, mas que o alastramento posterior da estrutura monopolista, matando a concorrência, inverteu agora essa tendência.

Em primeiro lugar, essa tese implica a criação de uma imaginária idade de ouro de concorrência perfeita que, em dado momento, se metamorfoseou na era monopolista, quando é evidente que a concorrência perfeita jamais foi mais real do que é atualmente. Em segundo, é necessário observar que a média de crescimento da produção não decresceu a partir de 1890, data a partir da qual se deve contar a prevalência dos grandes empreendimentos ou, pelo menos, da indústria **(104)** manufatureira, segundo supomos. Nada existe nas estatísticas da produção total a partir dessa época que sugira uma *interrupção da tendência* e, sobretudo, que o padrão-de-vida moderno das massas tenha melhorado durante o período da *grande empresa* relativamente livre de peias. Se observamos as diversas despesas arroladas no orçamento do trabalhador moderno e, a partir de 1899, acompanhamos a evolução dos preços, não em termos de dinheiro, mas em termos das horas de trabalho com que ele compra os artigos de que necessita — isto é, os preços monetários de cada ano divididos pelo valor do salário-hora de

cada ano — não podemos deixar de surpreender-nos com o tipo de progresso que, considerando ainda a melhoria espetacular da qualidade, parece ter sido sempre maior e nunca menor do que antes. Se nós, economistas, fôssemos dados menos ao pensamento esperançoso e mais à observação dos fatos, duvidaríamos imediatamente dos méritos reais de uma teoria que nos teria levado a esperar resultado muito diferente. Mas não é somente isso. Logo que descemos aos detalhes; e procuramos verificar em que itens isolados do orçamento foi maior o progresso, a pista não nos conduz às portas das firmas que funcionam em condições de concorrência comparativamente livre, mas exatamente aos portões das grandes empresas — as quais, como no caso da maquinaria agrícola, explicam grande parte do progresso observado no setor da concorrência — surgindo a suspeita chocante de que a grande empresa contribuiu mais para a criação desse nível de vida do que para reduzi-lo.

As conclusões a que aludimos na parte final do capítulo anterior são, na verdade, quase inteiramente falsas. Nada obstante, elas se fundamentam em observações e teoremas que são quase inteiramente verdadeiros*. (** Na verdade, essas observações e teoremas não são inteiramente satisfatórios. As explicações usuais da doutrina da concorrência imperfeita falham sobretudo em não dar a devida atenção aos muitos e importantes casos nos quais a concorrência imperfeita, mesmo no caso da teoria estática, aproxima-se dos resultados da concorrência perfeita. Há outros casos em que isso não ocorre, mas oferece compensações que, embora não entrando em qualquer índice de produção, contribuem para que, em última análise, se espere que um índice de preços realize, isto é, os casos em que uma firma defende seu mercado, estabelecendo, por exemplo, uma reputação de serviço e qualidade. Não obstante, para simplificar a questão, não contestaremos essa teoria no seu próprio campo de ação.*) Mais uma vez, economistas e escritores populares deixaram-se empolgar por fragmentos da realidade que conseguiram apreender. Na maioria dos casos, tais fragmentos foram observados corretamente, assim como corretamente reconhecidas suas propriedades formais. Mas nenhuma conclusão sobre a realidade capitalista, como **(105)** um todo, pode ser baseada em tais análises fragmentárias. Mas se nelas nos baseamos, podemos acertar apenas por acaso. Isso já se fez, mas em nenhum caso surgiu o tal feliz acaso.

O ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. Parece estranho que alguém possa deixar de reconhecer fato tão evidente que, além disso, há muito tempo foi salientado por KARL MARX. Apesar disso, a análise fragmentária que produz a maior parte dos nossos conceitos a respeito do funcionamento do capitalismo moderno a negligencia persistentemente. Convém, pois, voltar a estudar este ponto e verificar que importância tem para o nosso problema.

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem freqüentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal. Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um aumento quase automático da população e do capital, nem às variações do sistema monetário, do qual se pode dizer exatamente o mesmo que se aplica ao processo capitalista. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Como vimos no capítulo anterior, os itens do orçamento do operário, digamos de 1760 a 1940, não cresceram de maneira simples ao longo de linhas invariáveis, mas sofreram também um processo de transformação qualitativa. Similarmente, a história da aparelhagem produtiva de uma fazenda típica, desde os princípios da racionalização da rotação das colheitas, da lavra e da engorda do gado até a agricultura mecanizada dos nossos dias — juntamente com os silos e as estradas-de-ferro — é uma história de revoluções, como o é a história da indústria de ferro e aço, desde o forno de carvão vegetal até os tipos que hoje conhecemos, a história da produção da eletricidade, da roda acionada pela água à instalação moderna, ou a história dos meios de transporte, que se estende da antiga carruagem ao avião que hoje corta os céus. A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U.S. Steel, servem de exemplo do mesmo processo (106) de mutação industrial — se é que podemos usar esse termo biológico — que revoluciona incessantemente * a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos NOVOS. (**Essas revoluções não são permanentes, num sentido estrito; ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo, como um todo, no entanto, jamais pára, no sentido de que há sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, ambos formando o que é conhecido como ciclos econômicos.*) Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver. Esse fato afeta o nosso problema de duas maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, uma vez que estamos tratando de um processo cujos elementos necessitam de tempo considerável para surgirem nas suas formas verdadeiras e efeitos definitivos, de nada adianta estudar o rendimento desse processo *ex visu* de determinada época. Devemos estudá-lo através de um período longo de tempo, que se desenrole por décadas ou séculos. Um sistema qualquer — econômico ou não — que em algum período de tempo utiliza ao máximo as suas possibilidades pode, à proporção que o tempo passa, revelar-se inferior a um outro que *não* alcança em nenhum momento esses resultados, pois a incapacidade deste pode consistir em um nível ou ímpeto de um rendimento a longo prazo.

Em segundo, já que estudamos um processo orgânico, a análise do que acontece a qualquer das suas partes isoladas — digamos, numa firma ou indústria particular — pode, na verdade, esclarecer certos detalhes do mecanismo, mas não propiciar conclusões de ordem geral. Todos os exemplos de estratégia econômica adquirem a sua verdadeira significação apenas em relação a esse processo e dentro da situação por ele criada. Necessitam ser observados no papel que desempenham na tempestade eterna da destruição criadora, pois não podem ser compreendidos independentes deste processo ou baseados na hipótese de que há uma calmaria *perene*.

Mas é precisamente essa a hipótese adotada por economistas que, *ex visu* de um determinado período de tempo, procuram exemplos no comportamento da indústria oligopolista — que consiste de umas poucas firmas — e observam as conhecidas marchas e contramarchas em que ela vive e que nada parecem visar senão altos preços e restrições da produção. Aceitara os dados de uma situação passageira como se não houvesse passado ou futuro, e acreditam ter compreendido o cerne da questão interpretando o comportamento dessas firmas mediante a aplicação do princípio do lucro máximo a (107) esses dados. As dissertações habituais dos teóricos e o relatório governamental comum praticamente nunca tentam entender esse comportamento como consequência de determinada época da História e de esforço para enfrentar uma situação que tudo indica que mudará, ou seja, como uma tentativa dessas empresas de firmar-se em um terreno que lhe foge sob os pés. Em outras palavras, o problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói. Enquanto isso não for reconhecido, o trabalho de pesquisa resulta inútil. Mas, uma vez que se o admite, o ponto-de-vista sobre a prática capitalista e suas consequências sociais modificam-se de maneira

pronunciada. (* Deve-se compreender que essa modificação de ponto-de-vista afeta apenas o estudo do rendimento econômico e não o nosso julgamento moral. Devido à sua natureza, a aprovação ou desaprovação moral é inteiramente independente dos resultados sociais (ou o que forem), a menos que adotemos um sistema moral, da mesma maneira que o utilitarismo, que faz depender ex definitione essa aprovação ou desaprovação.)

O primeiro conceito que se descarta é o tradicional *modus operandi* da concorrência. Os economistas emergem, por fim, de uma fase em que se preocupavam apenas com a concorrência dos preços. Tão logo a concorrência de qualidade e o esforço de venda são admitidos no recinto sagrado da teoria, o fator variável do preço é apeado da sua posição dominante. Nada obstante, é ainda a concorrência, dentro de um conjunto rígido de condições invariáveis, métodos de produção e particularmente de formas de organização industrial, que continua praticamente a monopolizar-lhes a atenção. Mas, na realidade capitalista e não na descrição contida nos manuais, o que conta não é esse tipo de concorrência, mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível, por exemplo) — a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção de firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência. Tal tipo de concorrência é muito mais eficaz do que o outro, da mesma maneira que é mais eficiente bombardear uma porta do que arrombá-la, e, de fato, tão mais importante que se torna indiferente, no sentido ordinário, se a concorrência faz sentir seus efeitos mais ou menos rapidamente. De qualquer maneira, a poderosa alavanca que, a longo prazo, expande a produção e reduz os preços é constituída de outro material. **(108)**

Difícilmente seria necessário observar aqui que a concorrência a que nos vimos referindo atua não somente quando está presente, mas também quando constitui apenas ameaça constante. O homem de negócios sente-se cercado pela concorrência mesmo quando está sozinho no seu campo ou, quando não está, ocupa tal posição que nenhum perito governamental poderá descobrir uma concorrência eficaz entre ele e outras pessoas do mesmo ramo ou de ramos afins, e que se vê forçado a concluir, durante o trabalho de investigação, que as reclamações competitivas só são pura fantasia. Em muitos casos, embora não em todos, essa pressão forçará a longo prazo um comportamento muito semelhante ao que seria induzido por um sistema de concorrência perfeita.

Muitos teóricos adotam ponto-de-vista oposto, que explicaríamos melhor dando um exemplo. Suponhamos que há certo número de retalhistas em determinado lugar que tentam melhorar a posição, em relação uns aos outros, mediante esforços para servir bem e criar uma *atmosfera*, mas que evitam a concorrência de preços, observando, quanto aos métodos, is condições locais — enfim, um quadro de rotina estagnante. À medida que outros se estabelecem, observa-se que o relativo equilíbrio é perturbado, mas de maneira que em nada beneficia os consumidores. Tendo reduzido o espaço econômico em torno de cada loja, os proprietários não poderão ganhar mais o suficiente para viver *v.* tentarão resolver a situação por um acordo tácito para aumentar os preços. Tal providência reduzirá ainda mais suas vendas, surgindo, dessa maneira, por estrangulamento progressivo, uma situação em que para um mercado cada vez maior os preços serão sempre mais altos e nunca mais baixos, e as vendas mais baixas e nunca mais altas.

Na verdade, tais fatos ocorrem e é justo e conveniente que os analisemos. Mas, como o indicam os exemplos práticos citados usualmente, são casos extremos que serão encontrados sobretudo nos setores menos parecidos com o que é mais característico da atividade capitalista*.

(Esse caso extremo é também previsto em um teorema que encontramos freqüentemente em explicações da teoria da concorrência imperfeita, isto é, de que, em condições de concorrência imperfeita, as empresas comerciais e industriais tendem a ser irracionalmente pequenas. E uma vez que a concorrência imperfeita é ao mesmo tempo considerada uma das principais características da indústria moderna, ficamos a nos perguntar em que mundo vivem esses teóricos, a menos que, como dito acima, os casos extremos sejam tudo aquilo em que pensam.)*

Ademais, são passageiros por natureza. No caso do comércio retalhista, a concorrência que importa não é a trazida por um número maior de lojas do mesmo ramo, mas pela loja de departamentos, a **(109)** cadeia de lojas, as casas de vendas pelo reembolso postal e os supermercados que, cedo ou tarde, eliminarão essa situação. *(* A simples ameaça dessa eventualidade não pode exercer uma influência disciplinadora sobre os preços nas condições pessoais e ambientais em que vivem os pequenos comerciantes retalhistas, pois o retalhista está demasiadamente limitado por sua estrutura de custos e, por melhor que consiga produzir em seus limites sufocantes, jamais pode adaptar-se aos métodos dos concorrentes que podem vender aos preços em que ele compra.)*

A construção teórica que ignora esse elemento essencial do caso ignora também o que ele tem de mais tipicamente capitalista. Ainda que correta em lógica e em fatos, lembraria o *Hamlet*, sem o príncipe dinamarquês.

Capítulo 8

AS PRÁTICAS MONOPOLISTAS

O QUE DISSEMOS até agora certamente dará ao leitor condições suficientes para interpretar a maioria dos casos práticos que provavelmente encontrará e a compreender a falta de propriedade da maioria dessas críticas à economia do lucro que, direta ou indiretamente, depende da inexistência da concorrência perfeita. Sendo possível, no entanto, que a legitimidade da nossa argumentação não se torne evidente à primeira vista, será útil estendermo-nos um pouco mais sobre o assunto e tornar mais explícitos certos pontos.

1. Acabamos de ver que, como realidade inegável ou simples ameaça, o impacto das inovações — novas técnicas, por exemplo — sobre a estrutura de uma indústria reduz consideravelmente o efeito a longo prazo e a importância de práticas que visam, através da restrição da produção, à conservação de posições tradicionais e à exploração ao máximo dos lucros que nelas se baseiam. Devemos admitir ainda que práticas restritivas desse tipo, enquanto conservarem a eficácia, adquirem uma nova significação na tempestade eterna da destruição criadora, uma significação que não teriam num estado estacionário ou numa fase de crescimento lento e equilibrado. Em ambos os casos, a estratégia da restrição produziria apenas um aumento dos lucros às custas dos compradores, exceto nos casos de progresso equilibrado., em que poderia ser ainda o meio mais fácil e eficiente de acumular meios para financiar novos investimentos*. (** Os teóricos provavelmente considerarão culpado de grave erro os que admitirem essa possibilidade e provarão imediatamente que o financiamento através de empréstimos bancários ou fontes particulares ou, no caso do governo, o financiamento com o imposto de renda arrecadado, é muito mais racional do que o financiamento mediante o excesso de lucros obtidos através de uma política restritiva. Em certos casos, eles têm indubitavelmente razão. Mas em outros, não. Acreditamos que o capitalismo e o comunismo do tipo russo se incluem na última categoria. Mas o importante é que as considerações teóricas, especialmente a curto prazo, não podem solucionar, embora contribuam para a solução, o problema que encontraremos novamente na parte seguinte.*) **(111)** No processo da destruição criadora, todavia, as práticas restritivas podem contribuir de maneira acentuada para equilibrar a nau do negócio e atenuar dificuldades temporárias. Tal argumento é, na verdade, muito conhecido e surge periodicamente em tempos de depressão e, como todos o sabemos, tornou-se muito popular entre os governos e seus assessores econômicos — como o atesta o caso do NRA. Mas, embora tal organismo tenha sido tão mal usado e explorado que a maioria dos economistas o despreza figadalmente, os

mesmos conselheiros que foram por eles responsáveis * fracassam sempre em lhe perceber a justificação geral. (**Em particular, é fácil mostrar que não faz sentido e, pelo contrário, acarreta sérios prejuízos uma política que visa à manutenção da paridade de preços.*)

Praticamente, todos os investimentos implicam, como complemento indispensável da atividade do homem de negócios independente, certas medidas de proteção — o seguro e a arbitragem, por exemplo. O investimento a longo prazo em condições de rápida mutação, especialmente aquelas que mudam ou podem mudar a qualquer momento sob o efeito de novas mercadorias e técnicas, assemelha-se a atirar num alvo que não é apenas indistinto, mas se move — e aos arrancos, por falar nisso. Daí a necessidade de se recorrer a expedientes de proteção, como patentes, ocultamento temporário de certos processos ou, em alguns casos, contratos de longa duração obtidos com antecedência. Mas esses expedientes, que a maioria dos economistas aceita como elementos normais em qualquer administração racional, * constituem apenas casos especiais incluídos numa classe muito mais extensa, entre os quais muitos que os economistas condenam, embora não difiram radicalmente dos tipos admitidos sem discrepância. (** Alguns economistas, no entanto, pensam que até mesmo esses expedientes são obstáculos ao progresso, que, embora talvez necessários na sociedade capitalista, não existiriam numa socialista. Há alguma verdade nessas palavras. Mas não afeta a afirmação de que proteção conferida pelas patentes, etc. é, nas condições da economia de lucro, antes um fator estimulante do que inibidor.*)

Se, por exemplo, o risco de guerra for segurável, ninguém objetará se a empresa transferir ao cliente o preço do seguro. Mas **(112)** esse risco, se não há maneira de segurá-lo, não deixa de ser elemento a computar nos custos a longo prazo, caso em que uma estratégia de preços que vise ao mesmo objetivo parecerá envolver restrições desnecessárias e produzir excesso de lucros. Similarmente, se uma patente não pode ser segurada, ou não seria protegida, mesmo se segurada, outros meios devem ser usados para justificar o investimento. Entre esses poderemos citar uma política de preços que tornasse possível uma amortização mais rápida do que seria normal em outras circunstâncias, ou novo investimento que proporcionasse um excesso de capacidade, que seria usada apenas para fins de agressão ou defesa. Da mesma maneira, não se podendo contar antecipadamente com longos contratos, recursos outros deverão ser imaginados para vincular à firma os fregueses em perspectiva.

Ao analisar tal estratégia em determinadas épocas, o economista ou o agente do Governo

deparam-se com políticas de preços que lhes parecem predatórias e restrições à produção que consideram desperdício da oportunidade de produzir. Não percebem que restrições desse tipo são, nas condições desse vendaval eterno, meros incidentes, muitas vezes inevitáveis, de um processo de expansão a longo prazo que protegem e nunca impedem. Não há mais paradoxo neste caso do que haveria em dizer que os carros correm cada vez mais rapidamente *porque* possuem freios.

2. Esta tese torna-se muito mais clara nos casos dos setores da economia que em determinada época recebem todo o impacto das novas mercadorias e métodos sobre a estrutura industrial. Teremos uma idéia muito mais vivida e realística da estratégia industrial imaginando o comportamento de novas empresas e indústrias que introduzem mercadorias e métodos novos (a indústria de alumínio, por exemplo) ou reorganizam parcial ou totalmente uma indústria (como no caso da velha Standard Oil Company).

Como vimos anteriormente, essas empresas são agressoras por natureza e empregam com notável eficácia a arma da concorrência. Apenas em raríssimos casos a sua intromissão deixa de melhorar em quantidade e qualidade a produção, através de novos métodos — embora não os utilizem ao máximo — e por meio da pressão exercida sobre firmas antigas. As condições em que se encontram esses agressores, no entanto, são de tal tipo que eles necessitam, para o ataque e defesa, de outra proteção além do preço e da qualidade dos produtos que vendem, os quais devem ser constantemente manipulados de forma a dar a impressão de que se limitam a restringir a produção e manter altos os preços. **(113)**

Por um lado, o planejamento em grande escala poderia fracassar se não se soubesse desde o início que a concorrência seria desencorajada pela exigência de grandes capitais ou falta de experiência, ou que existem meios para desencorajar e controlar os rivais e, dessa maneira, ganhar tempo e espaço para ulterior desenvolvimento. Até mesmo a conquista do domínio financeiro sobre firmas rivais, que ocupam posições inexpugnáveis e somente seriam derrotadas por esse meio, ou a obtenção de privilégios que se chocam com a opinião pública sobre o *fair-play* — tarifas ferroviárias preferenciais — surgem, na medida em que se considera o seu efeito a longo prazo sobre a produção total, sob luz diferente*. (* A ressalva acrescenta-a elimina, pensamos, qualquer justa causa de ofensa que a proposição acima pode causar. No caso de a ressalva não ser suficientemente explícita,

pedimos permissão para repetir que o aspecto moral é nesse caso, como deve ser em todos os outros, inteiramente esquecido pelo argumento econômico. Quanto ao resto, não deve esquecer o leitor que, até mesmo ao tratar de ações- indubitavelmente criminosas, todos os júris e juízes civilizados levam em conta o objetivo ulterior que inspirou o crime e chegarão a conclusões diferentes, dependendo de o crime ter ou não ter efeitos que eles considerem socialmente desejáveis. Uma outra objeção seria mais aceitável. Se uma empresa não pode obter sucesso senão mediante esses meios, não significará isso que ela não pode servir a nenhum fim social. Um argumento muito simples pode ser proposto para apoiar esta opinião. Mas está sujeito a uma séria ressalva ceteris paribus, isto é, se aplica em condições que equivalem mais ou menos a excluir o processo da destruição criadora — ou seja, a própria realidade capitalista. Pensando-se no caso, verificar-se-á que a analogia com a prática ora discutida sobre as patentes, é suficiente para provar o fato.) Podem constituir métodos necessários à remoção dos obstáculos colocados no caminho do progresso pela instituição da propriedade privada. Esse tempo e esse espaço seriam igualmente necessários em uma sociedade socialista e seriam obtidos por ordem emanada de uma autoridade central.

A criação de uma empresa particular, por outro lado, seria impossível se não soubesse de início que haveria oportunidade de situações excepcionalmente favoráveis que, se exploradas de acordo com o critério de preço, qualidade e quantidade, produziriam lucros suficientes para contrabalançar condições excepcionalmente desfavoráveis, desde que enfrentadas da mesma maneira. Mais uma vez essa possibilidade requer estratégia que, a curto prazo, é frequentemente de natureza restritiva e, na maioria dos casos, consegue dificilmente atender a seus objetivos. Em outros casos, todavia, revela-se tão bem sucedida que produz lucros muito maiores do que os necessários para provocar um investimento correspondente. São essas justamente as iscas que atraem os capitais para os caminhos virgens. E elas explicam por que setor tão grande do mundo capitalista **(114)** emprega inutilmente o seu dinheiro: em meados da próspera década de 1920, cerca de metade das sociedades anônimas dos Estados Unidos funcionava em regime deficitário, com zero de lucros ou com lucros que, se previstos, teriam sido incapazes de justificar o trabalho e a despesa que acarretavam.

Nosso argumento, todavia, abrange campo mais largo do que simplesmente o caso de novas empresas, métodos e indústrias. Velhas firmas e indústrias tradicionais, estejam ou não diretamente expostas à fúria dos elementos, vivem ainda assim em meio da eterna tempestade. Surgem, no processo da destruição criadora, situações em que muitas firmas que afundam teriam podido continuar a navegar vigorosa e utilmente se tivessem podido atravessar determinada tormenta. À parte as crises e situações gerais, surgem situações locais em que a rápida transformação da conjuntura, tão característica deste processo, desorganiza de tal maneira

a indústria a ponto de lhe infligir prejuízos absurdos e ocasionar um desemprego evitável. Em resumo, nada justifica que se procure conservar indefinidamente indústrias obsoletas, mas faz sentido evitar que elas se desmoronem estrepitosamente, ou tentar transformar uma derrota fragorosa, que se pode tornar centro de efeitos cumulativos depressivos, em retirada ordenada. Reciprocamente, no caso das indústrias que agiram imprudentemente, mas continuam ganhando terreno em lugar de perdê-lo, poderemos falar de um progresso ordenado*. (** Um bom exemplo ilustrativo desse ponto — na verdade de grande parte do nosso argumento geral — é a história das indústrias de automóveis e rayon no pós-guerra. A primeira ilustra muito bem a natureza e o valor do que poderíamos chamar concorrência depurada. O tempo da bonança terminou mais ou menos pelas alturas de 1916. Numerosas firmas, no entanto, se estabeleceram na indústria, a maioria das quais sendo eliminada pelas alturas de 1925. De uma luta de vida ou morte surgiram três companhias que hoje absorvem mais de 80% das vendas totais. Sofrem a pressão da concorrência até o ponto em que, a despeito das vantagens de uma posição tradicional e de uma complicada organização de vendas e serviços, qualquer fracasso em manter ou melhorar a qualidade dos seus produtos ou qualquer nova tentativa de entrar em combinação monopolista provocaria o aparecimento de novos concorrentes. Entre si, as três empresas atuam de maneira que se poderia considerar de respeito mútuo e não competitiva: abstêm-se de certas táticas agressivas (que, por falar nisso, estariam também ausentes. num estado d? concorrência perfeita); trabalham no mesmo ritmo, e procuram obter vantagens marginais. Essa situação prevalece há mais de 15 anos e hoje já é claro que se as condições de concorrência teoricamente perfeita tivessem prevalecido durante esse período, carros melhores e mais baratos teriam sido oferecidos ao público, além de maiores salários e empregos mais seguros para os operários. A indústria do rayon teve sua bonança na década de 1920. Apresenta os aspectos que acompanham a introdução de mercadorias em campos inteiramente ocupados anteriormente e a política que se impõe nessas condições afeta-a ainda mais claramente do que na indústria automobilística. Há numerosas outras diferenças. Mas, fundamentalmente, o caso é semelhante. A expansão do volume e qualidade da produção de rayon é matéria de conhecimento geral. E, no entanto, ;i política restritiva foi seguida invariavelmente durante toda essa expansão.*)

O que dissemos acima nada mais é que bom senso comezinho. Mas se ignora com persistência tão teimosa que às vezes surgem dúvidas sobre sua sinceridade. E disso se segue que, dentro do processo da destruição criadora, existe um outro lado da auto-organização industrial, além daquelas realidades que os teóricos se acostumaram a relegar aos livros e às conferências sobre os ciclos **(115)** econômicos. As *restrições comerciais* do tipo dos cartéis, além daqueles que consistem simplesmente em observar convênios tácitos sobre a concorrência de preços, podem ser eficazes em épocas de depressão. Até certo ponto, podem finalmente produzir não apenas uma expansão da produção total mais constante, mas também maior do que a que poderia ser conseguida por uma expansão descontrolada, que não deixaria de vir acompanhada de catástrofes. Tampouco podemos argumentar que essas catástrofes ocorrem em todos os casos. Sabemos o que aconteceu em cada caso histórico, mas temos uma idéia muito imperfeita do que poderia ter ocorrido, se levado na devida conta o tremendo ritmo do progresso e a ausência dessas medidas de contenção.

Embora exaustiva como vem sendo, a nossa argumentação não abrange todos os casos de estratégia restritiva ou reguladora, muitos dos quais sem dúvida exercem efeito prejudicial sobre o desenvolvimento a longo prazo da produção e que, sem maior exame, se atribui a todos eles. E, mesmo no caso abrangido pelo nosso argumento, o efeito líquido depende das circunstâncias e da maneira e grau em que a indústria se controla em cada caso individual. E tão admissível, na verdade, que um sistema onipresente de cartéis possa sabotar todo o progresso, como é admissível que possa conseguir com menos desvantagens sociais e privadas os resultados que são atribuídos à concorrência perfeita. E é justamente por isso que o nosso argumento não chega a constituir uma alegação válida contra a regulamentação-estatal. Demonstra apenas que não há qualquer razão que justifique o *desmembramento indiscriminado dos trustes* ou a condenação de todas as práticas que podem ser qualificadas de restrições ao comércio. Uma regulamentação racional e não vingativa pelas autoridades públicas constitui problema extremamente delicado, cuja solução não pode ser confiada a qualquer órgão público, especialmente quando **(116)** se levanta um clamor contra as grandes empresas*. (** Infelizmente, esta afirmação constitui obstáculo tão eficiente a um acordo sobre política como a mais completa condenação de defesa da regulamentação pelo governo. Na verdade, pode tomar amargas as discussões. Os políticos, funcionários públicos e economistas podem enfrentar o que nós polidamente chamaríamos de oposição declarada dos realistas econômicos. As dúvidas a respeito de sua competência, que nos ocorrem quando vemos como funciona a mente legal, são muito mais difíceis de suportar.*) Mas o nosso argumento, concebido para refutar a *teoria* predominante e as inferências nela baseadas sobre as relações entre o capitalismo moderno e a expansão da produção global, resulta simplesmente em outra *teoria*, isto é, outro estudo dos fatos e nova maneira de interpretá-los. Para nossos objetivos, o resultado é suficiente; quanto ao mais, que falem os fatos.

3. Examinemos agora brevemente a questão dos preços rígidos, que despertaram tanta atenção ultimamente. A questão dos preços é, na verdade, apenas um aspecto particular do problema que vimos discutindo. Definiremos a rigidez da seguinte maneira: um preço é rígido se menos sensível às alterações da oferta e da procura do que seria numa situação de concorrência perfeita*. (** Essa definição é suficiente para nosso objetivo, mas não será satisfatória para outros. Veja o artigo de D. D. HUMPHREY no Journal of Political Economy, outubro de 1937, e o de E. S. MASON na Review of Economic Statistics, maio de 1938. O Professor MASON mostrou, entre outras coisas, que, ao contrário da crença geral, a rigidez dos preços não está aumentando, ou pelo menos, não é maior do que há quarenta anos, resultado que é suficiente para invalidar algumas das implicações da atual doutrina da rigidez.*)

Nesse sentido e quantitativamente, o grau de rigidez dos preços depende do material e do método de medição que escolhermos, o que torna a matéria um tanto duvidosa. Mas, seja qual for o material e o método, é indubitável que os preços não são tão rígidos como parecem. Há uma série de razões para explicar por que aquilo que é, na realidade, uma modificação de preços, não se reflete no quadro estatístico. Ou, em outras palavras, por que existe tanta rigidez aparente. Mencionaremos aqui apenas um tipo dessa rigidez, estreitamente relacionada com os fatos salientados em nossa análise.

Já chamamos a atenção para a importância da introdução de novas mercadorias para o processo capitalista em geral e para o mecanismo competitivo em particular. Uma nova mercadoria pode modificar radicalmente a estrutura dos preços preexistente e satisfazer uma determinada necessidade a preços mais baixos por unidade de serviço (o serviço de transporte, por exemplo), sem que necessite variar sequer um dos preços habituais. Em outras palavras, a flexibilidade, **(117)** no sentido lato da palavra, pode ser acompanhada de rigidez, no sentido formal. Sabemos de outros casos, mas não deste tipo, nos quais a redução do preço constitui a única razão para o aparecimento de uma nova marca, enquanto a antiga continua cotada da mesma maneira. Mais uma vez, deparamo-nos aqui com uma redução de preços que não se reflete nas estatísticas. Além disso, a grande maioria das mercadorias de consumo — particularmente os aparelhos modernos — é apresentada em primeiro lugar de forma insatisfatória e experimental e com a qual não poderia conquistar os mercados potenciais. O melhoramento da qualidade dos produtos constitui, pois, um aspecto praticamente geral da evolução das indústrias e empresas individuais. E implique ou não esse melhoramento novas despesas, o preço constante por unidade de uma mercadoria em fase de aperfeiçoamento não deve ser considerado rígido sem estudos adicionais.

Restam ainda, naturalmente, numerosos casos de rigidez autêntica de preços — preços que são mantidos inalterados por questão de política comercial ou que continuam inflexíveis — porque é difícil alterá-los, como acontece com o caso dos preços fixados pelos cartéis depois de difíceis negociações. Para se compreender a influência a longo prazo desse fator sobre o desenvolvimento a longo prazo da produção é, antes de tudo, necessário levar em conta que essa rigidez é, essencialmente, um fenômeno a curto prazo. Não se conhecem exemplos de rigidez a longo prazo. Seja qual for a indústria manufatureira ou grupo de artigos manufaturados que

submetamos a estudo, em um período longo de tempo, verificaremos quase sem exceção que, a longo prazo, os preços jamais deixam de se adaptar ao progresso tecnológico — muitas vezes reagem baixando de maneira espetacular* (** Os preços não caem, de maneira geral, como cairiam no caso da concorrência perfeita. Mas isso é verdadeiro apenas ceteris paribus e esta ressalva despe a afirmação de toda importância prática. Já chamamos a atenção para esse ponto e a ele voltaremos abaixo (Seção 5.)*) — a menos que contrariados por acontecimentos, política monetária ou, em alguns casos, por variações independentes nas escalas de salário que, naturalmente, devem ser levadas em conta mediante correções apropriadas, da mesma maneira que ocorre com os casos de variações da qualidade dos produtos*. (** Do ponto-de-vista do bem-estar, é conveniente adotar uma definição diferente da nossa e medir as flutuações de preços em termos de horas de trabalhos que são atualmente necessárias para se obter os dólares que comprarão determinadas quantidades de mercadorias de consumo manufaturadas, levando-se em conta as modificações da qualidade. Aliás, já fizemos isso no curso de argumento anterior. Revela-se, então, uma tendência para a baixa a longo prazo, que é realmente impressionante. As modificações no nível de preço provocam outro problema. Na medida em que refletirem influências monetárias, devem ser eliminadas para a maioria dos fins de um estudo sobre a rigidez. Mas não no sentido em que refletirem o efeito combinado de maior eficiência em todas as linhas de produção.*) Nossa análise anterior mostra à saciedade porque isso deve ocorrer no processo da evolução capitalista. **(118)**

O que a estratégia comercial realmente almeja — e a única coisa que, na verdade, pode conseguir — é evitar as flutuações de temporada, fortuitas ou cíclicas, dos preços, e que estes variem apenas como reação às modificações mais fundamentais nas condições que servem de base a essas flutuações. Uma vez que essas modificações fundamentais demandam tempo para se manifestar, essa estratégia se traduz no movimento lento, a passos discretos, mantendo-se os preços até que um quadro novo e de contornos relativamente duráveis substitua o antigo. Em linguagem técnica, isso quer dizer que a estratégia procura seguir uma linha quebrada funcional que represente as tendências a longo prazo. E é justamente isso que, na maioria dos casos, a autêntica e voluntária rigidez de preços vem a ser. Na verdade, a maioria dos economistas admite esse fato, pelo menos tácitamente, pois, embora alguns dos seus argumentos sobre a rigidez se sustentem apenas se o fenômeno for a longo prazo — por exemplo, a maioria dos argumentos que afirmam que a rigidez dos preços priva os consumidores do progresso tecnológico — na prática eles estudam e discutem primariamente a rigidez cíclica e especialmente o fato de que muitos preços não baixam, ou não baixam imediatamente, nas épocas de recessão e depressão. O importante, pois, é saber como essa rigidez a curto prazo* pode afetar a expansão da produção global a longo prazo. (** Deve-se observar, todavia, que esse curto prazo pode demorar mais do que a palavra geralmente implica, algumas vezes dez anos ou mais. Não há um único ciclo, mas diversos ciclos simultâneos de duração variável. Os mais importantes duram, em média, nove anos e meio. Modificações estruturais*

envolvendo ajustamentos de preços realmente ocorrem em períodos dessa duração. A extensão total das modificações espetaculares revela-se apenas em períodos mais longos. Para fazer a devida justiça ao alumínio, ao rayon e aos preços de automóveis, devemos estudar um período de mais ou menos quarenta e cinco anos.) No particular, o único problema realmente importante é o seguinte: os preços que continuam altos em épocas de recessão ou depressão indubitavelmente influenciam a situação comercial nessas fases dos ciclos; se essa influência é muito prejudicial — tornando as coisas muito piores do que seriam caso prevalecesse uma flexibilidade perfeita — as conseqüências indesejáveis poderão afetar, **(119)** em todos os casos, a produção na recuperação ou prosperidade subsequente e, dessa maneira, reduzir de modo permanente a média de crescimento da produção global abaixo do que ela poderia alcançar na ausência dessa rigidez. Dois argumentos, aliás, foram concebidos em favor dessa opinião.

Para esclarecer bem o primeiro, vamos supor que uma indústria recusa-se a reduzir os preços em uma época de recessão e continua a vender exatamente a mesma quantidade de mercadorias que venderia se tivessem baixado suas cotações. Os compradores, por conseguinte, perdem exatamente aquilo que a indústria ganha com a rigidez. Se tais compradores pertencem à categoria que gasta tudo o que pode e se a indústria ou aqueles que recebem os lucros líquidos não gastam o excesso que recebem, mas o depositam ou resgatam empréstimos bancários, a circulação geral do dinheiro na economia pode ser reduzida. Acontecendo isso, outras indústrias ou firmas podem sofrer as conseqüências e se, por seu lado, restringem suas despesas, pode ocorrer uma acumulação de efeitos depressivos na economia. Em outras palavras, a rigidez pode influenciar a quantidade e distribuição da renda nacional de maneira a reduzir os saldos, aumentar os depósitos improdutivos ou a economia privada, para utilizarmos uma descrição errônea. H concebível um caso desse tipo. O leitor, no entanto, verificará facilmente que sua importância prática, * se é que existe alguma, é insignificante. (** O melhor método de se conseguir isso é estudar cuidadosamente todas as presunções envolvidas não apenas no caso típico citado, mas também nos casos menos importantes, que são de ocorrência menos provável. Além do mais, não se deve esquecer que o lucro obtido através da manutenção de preços elevados pode ser a maneira de se evitar a falência ou, pelo menos, a necessidade de interromper as operações, circunstâncias que podem ser mais eficientes para provocar uma espiral descendente do que uma provável redução nas despesas totais. Vejam-se os comentários ao segundo argumento.*)

O segundo argumento baseia-se no efeito perturbador que a rigidez de preços pode exercer se, uma indústria particular ou em outro setor, dá origem a uma restrição adicional da produção, isto é, uma restrição mais aguda do que a que ocorre obrigatoriamente em períodos de depressão. Como tais efeitos se fazem sentir, sobretudo através da ampliação incidental do

desemprego — a instabilidade do emprego constitui, na verdade, a acusação mais freqüentemente assacada contra a rigidez de preços — e a conseqüente diminuição dos gastos totais, tal argumentação acaba-se confundindo com a primeira. Sua importância prática fica consideravelmente reduzida, embora os economistas divirjam até que ponto, pela verificação de que, nos (120) casos mais característicos, a rigidez dos preços é ocasionada precisamente pela fraca reação da procura às modificações a curto prazo dentro das flutuações; praticáveis. As pessoas que, em épocas de depressão, se preocupam com o futuro, provavelmente não comprarão um carro novo mesmo que o preço tenha sido reduzido em 25 %, especialmente nos casos em que a compra pode ser facilmente adiada e se a redução induz a expectativa de ainda maiores baixas.

Mas, independente de tudo quanto dissemos acima, verificamos ainda que o argumento é inconclusivo, pois está também viciado por uma cláusula *ceteris paribus*, inadmissível no nosso processo de destruição criadora. De fato — na medida em que é exato que, com preços mais flexíveis, maiores quantidades de mercadorias poderiam ser vendidas *ceteris paribus* ~ não se deriva a conclusão de que ou a produção da mercadoria em causa, ou a produção global e, daí, o aumento do número de empregos, seria necessariamente maior, pois, na medida em que podemos supor que a recusa em baixar os preços fortalece a posição das indústrias que adotam essa política, seja por aumento da renda, seja pelo combate ao caos no mercado — isto é, na medida em que essa decisão seja algo mais de que simples estratégia errada — essa orientação pode transformar em centros de resistência setores que, de outra maneira, poderiam ser transformados em áreas de devastação. Como vimos acima, e de um ponto-de-vista mais geral, a produção global e o pleno-emprego podem manter-se, nada obstante as restrições incidentais a essa política, em nível mais elevado do que teria sido possível, caso se tivesse deixado a depressão subverter a estrutura dos preços*. (* Dizem os teóricos que, nas depressões, as curvas de procura podem descer muito mais violentamente se forem removidos todos os suportes que sustentam os preços.) Em outras palavras, nas condições criadas pela evolução capitalista, a flexibilidade perfeita e geral dos preços pode, nas épocas de depressão, instabilizar ainda mais o sistema, em vez de estabilizá-lo, como indubitavelmente ocorreria nas condições imaginadas pela teoria geral. Mais uma vez, esse fenômeno é em grande parte admitido naqueles casos em que o economista sente simpatia pelos interesses mais diretamente afetados, como acontece por exemplo nos casos do trabalho e da agricultura. Nestes casos, ele admite logo que o que parece rigidez pode ser apenas adaptação regulamentada.

Talvez o leitor se surpreenda com o fato de restar tão pouco de uma doutrina a que se deu tanta importância nos últimos anos. Para algumas pessoas, a rigidez de preços tornou-se o defeito mais importante da maquinaria capitalista e quase que o fator básico na (121) explicação das depressões. Mas nada há de estranho nisso. Indivíduos e grupos agarram-se prontamente a todas as inovações que pareçam justificar as tendências políticas reinantes. A doutrina da rigidez dos preços, com tão pouca verdade a seu crédito, está longe de ser o pior exemplo desse abuso.

4. Uma outra doutrina cristalizou-se em lema, isto é, de que, na era dos grandes empreendimentos, a manutenção do valor dos investimentos — a conservação do capital — tornou-se o principal objetivo dos chefes de empresa e parece impedir todas as medidas tendentes a uma redução dos preços. Daí a noção de que a ordem capitalista é incompatível com o progresso.

O progresso acarreta, como vimos acima, a eliminação do valor do capital nas camadas em que concorrem novas mercadorias e métodos de produção. Na concorrência perfeita, os velhos investimentos devem necessariamente ser adaptados, com prejuízos, ou abandonados. Mas, nos casos em que não há concorrência perfeita e quando cada campo industrial é comandado por algumas grandes empresas, estas podem, de várias maneiras, combater a ameaça à sua estrutura de capital e evitar prejuízos nas suas contas de capital, ou, em outras palavras, elas podem e realmente combatem o próprio progresso.

Na medida em que essa doutrina simplesmente descreve um aspecto particular da estratégia comercial restritiva, não há necessidade de acrescentar mais nada à argumentação esboçada no presente capítulo. Tanto no que diz respeito aos limites dessa estratégia e às suas funções no processo da destruição criadora, estaríamos apenas repetindo o que já foi dito antes. Isso se torna ainda mais claro se observamos que a conservação dos valores do capital equivale à conservação dos lucros. A teoria moderna tende, na verdade, a usar o conceito de *valor líquido atual do ativo* (= valores de capital) em lugar do conceito de lucro. Mas, naturalmente, os valores do ativo e os lucros não são simplesmente conservados, mas exagerados ao máximo.

A questão da sabotagem dos meios de melhoramento suscetíveis de provocar uma redução

dos preços, todavia, requer ainda um comentário passageiro. Examinemos, pois, mesmo superficialmente, o caso de uma firma que controla uma inovação tecnológica — digamos, uma patente — e cujo uso acarretaria a necessidade de substituição de toda ou parte de sua fábrica ou equipamentos. Renunciaria a empresa, para conservar seus valores de capital, a usar esse invento, quando uma administração não entravada por **(122)** interesses capitalistas, como uma direção socialista, poderia e usaria a inovação em benefício de todos?

Mais uma vez, sentimos a tentação de levantar uma questão de fato. Tão logo está em condições de enfrentar as despesas, a primeira coisa que uma firma moderna faz é fundar um departamento de pesquisas, cujos funcionários sabem que o pão de cada dia depende do êxito que obtiverem na descoberta de novas invenções. Essa prática, evidentemente, não sugere qualquer aversão ao progresso tecnológico. Tampouco podemos argumentar, em sentido contrário, com os casos em que, adquiridas por firmas comerciais, foram usadas com relutância ou não usadas absolutamente, o que se poderia justificar por uma série de razões. Um processo patenteado, por exemplo, pode dar resultados negativos ou não ser de molde a justificar sua aplicação numa base comercial. Além disso, nem os inventores, nem os economistas, nem os funcionários públicos são juízes imparciais nesse campo, contendo suas exposições e relatórios, muitas vezes, uma descrição infiel da situação. *(*Incidentalmente, deve-se notar que a prática restritiva ora discutida, contanto que funcione até esse ponto, não deixaria de ter efeitos compensadores sobre o bem-estar social. De fato, os mesmos críticos que falam a respeito de sabotagem do progresso salientam ao mesmo tempo os prejuízos sociais inerentes ao ritmo do progresso capitalista, particularmente o desemprego que esse ritmo acarreta e que um avanço mais lento poderia minorar. E o que teremos, então, será o progresso tecnológico demasiadamente lento ou rápido para eles? Bom seria que se resolvessem de uma vez.)**

O nosso interesse, todavia, é a questão teórica. Todos admitem que tanto a administração privada como a socialista introduzirão melhoramentos se, graças ao novo método de produção, o custo total por unidade de produção for inferior ao sistema até então empregado. Sustenta-se também que, caso essa condição não for cumprida, a administração privada deixará de adotar o método de redução dos custos até que a fábrica e maquinaria existentes tenham sido completamente amortizadas, ao passo que a administração socialista, em benefício de todos, substituiria o sistema antigo pelo novo logo que o método surgisse, isto é, sem levar em conta os valores de capital. Mas, na verdade, isso não ocorre*. *(*Deve-se observar que, mesmo se o argumento fosse correto, seria ainda assim inadequado para justificar a tese de que o capitalismo é, nas condições imaginadas acima, incompatível com o progresso tecnológico. Provaria apenas, em alguns casos, um atraso moderado na introdução de novos métodos.)**

A administração privada, se condicionada pelo motivo do lucro, não pode ter maior interesse em manter os valores de edifícios e maquinaria do que qualquer administração socialista. Tudo o que (123) a administração privada procura fazer é exagerar ao máximo o valor líquido atual do ativo, que é igual ao valor descontado do lucro esperado. Quer isso dizer que ela adotará sempre um novo método de produção que considere capaz de produzir um maior número de renda futura por unidade do valor correspondente dos investimentos futuros, ambos descontados do presente, do que o método atualmente em uso. O valor do antigo investimento, vinculado ou não a um débito que deve ser amortizado, não é levado absolutamente em conta, exceto no sentido e na medida em que teria de entrar também nos cálculos de uma administração socialista. Na medida em que o uso de máquinas antigas economiza despesas futuras, contra a introdução imediata de novos métodos, o restante do seu valor útil é, naturalmente, elemento que entra tanto nas cogitações do administrador capitalista como do socialista. De outra maneira, ambas as administrações prescindiriam do passado, e qualquer tentativa para conservar o valor de antigos investimentos colidiria tanto com o princípio do lucro como com as regras pelas quais se guia o comportamento do administrador socialista.

Não é exato, no entanto, que companhias privadas, que possuem equipamento cujo valor possa ser prejudicado por novo método que elas também controlam — se não controlam, não há problemas nem censuras — adotarão o novo método apenas se o custo total por unidade for menor com o emprego do novo sistema, ou se o antigo investimento foi completamente amortizado, *de acordo com o plano traçado antes do aparecimento do novo esquema*, pois se se espera que as máquinas, depois de instaladas, tenham um período de funcionamento maior do que o inicialmente previsto para as velhas máquinas, o seu valor adicional, descontado em relação à data, constitui outro ativo que deve ser levado em conta. Tampouco é verdadeiro, por motivos semelhantes, que uma administração socialista, atuando racionalmente, adote sempre e imediatamente todos os novos métodos que prometem produzir um custo menor por unidade ou que essa medida encerre vantagens de natureza social.

Há, todavia, um outro elemento * que afeta profundamente o comportamento nesse assunto e que é invariavelmente esquecido. (** Há, naturalmente, muitos outros elementos. Mas o leitor compreenderá que, ao tratar de umas poucas questões de princípio, torna-se impossível fazer toda justiça a qualquer dos tópicos aqui afluídos.*) Trata-se do que poderíamos chamar de conservação *ex ante* do capital, na expectativa de maiores

melhoramentos. Frequentemente, se não na maioria dos casos, uma empresa ativa não enfrenta simplesmente a questão de saber se deve adotar ou não um novo e claro método de (124) produção, que se pode considerar o melhor, e que, de forma imediatamente utilizável, pode-se esperar que conserve essa posição por algum tempo. De maneira geral, um novo tipo de máquina é apenas um elo numa cadeia de melhoramentos e pode, dentro em breve, tornar-se obsoleto. Num caso desses, seria irracional seguir a cadeia, elo por elo, sem se levar em conta as perdas inevitáveis de capital. O importante, então, é saber na altura de que elo a empresa deve agir. A solução pode assumir a característica de um meio-termo entre considerações que dependem principalmente de palpites. Mas esse compromisso, de qualquer maneira, envolverá alguma espera, procurando-se verificar como se comporta a cadeia. Para o observador estranho, essa cautela bem pode parecer uma maneira de combater os melhoramentos para se conservar os valores *existentes* de capital. Nada obstante, até mesmo o mais paciente dos *camaradas* se revoltaria se uma administração socialista se revelasse tão tola a ponto de seguir piamente o conselho dos teóricos e renovasse todos os anos as instalações e equipamentos.

5. Demos ao presente capítulo o título acima porque ele trata quase exclusivamente dos fatos e problemas que a opinião corrente associa ao monopólio ou às práticas monopolistas. Até agora, abstinemo-nos, na medida do possível, de usar tais termos a fim de reservar para uma seção separada alguns comentários sobre uns poucos tópicos especificamente pertinentes. Mas nada diremos, todavia, que já não tenha sido aqui encontrado, de uma forma ou outra.

(a) Começemos com a própria palavra. *Monopolista* significa único vendedor. Literalmente, por conseguinte, será monopolista todo aquele que vender qualquer coisa que não seja em todos os aspectos, da embalagem ao serviço, exatamente igual ao que os outros vendem, isto é, todo merceiro, dono de casa de miudezas, ou vendedor popular de remédios que não seja estabelecido na mesma rua ou freqüente a mesma estrada de comerciantes do mesmo ramo. Esses casos, no entanto, não são os que nos vêm a mente quando discutimos os monopolistas. Referimo-nos, sim, aos vendedores únicos, cujos mercados estão fechados aos futuros produtores da mesma mercadoria ou aos fabricantes já existentes ou, falando um pouco mais tecnicamente, aqueles vendedores únicos que enfrentam uma curva de procura inteiramente independente da sua própria ação, assim como qualquer reação à sua ação por parte das demais empresas. A tradicional teoria do monopólio de COURNOT-MARSHALL, da maneira ampliada e

modificada por autores mais modernos, sustenta-se apenas se a definimos desta maneira. E nada justifica, ao que parece, que chamemos de monopolista uma empresa a que essa teoria não se aplica. (125)

Mas, se definimos o monopólio desta maneira, torna-se logo claro que os casos indubitáveis de monopólio a longo prazo devem ser extremamente raros e que mesmo uma aproximação tolerável dos requisitos do conceito deve ser ainda mais rara do que os casos de concorrência perfeita. A capacidade de explorar à vontade um determinado tipo de procura — ou uma procura que se modifique independentemente da ação do monopólio ou da reação que ele provoca — dificilmente poderá perdurar, nas condições de capitalismo perfeito, por período suficientemente longo para afetar a análise da produção total, a menos que essa capacidade se fundamente no poder público, como no caso dos monopólios fiscais, por exemplo. Não é fácil descobrir, e nem mesmo imaginar, uma moderna empresa comercial protegida dessa maneira e, mesmo se protegida por direitos ou restrições de importação, que seja capaz de exercer esse poder, exceto, talvez, temporariamente. As próprias estradas-de-ferro e companhias de energia e eletricidade tiveram, em primeiro lugar, de criar a procura pelos seus serviços e, em seguida, defender seus mercados contra a concorrência. De maneira geral, a posição de vendedor único pode ser conquistada e mantida, fora do campo das utilidades públicas, por algumas décadas, apenas se a empresa não agir como entidade monopolista. O monopólio a pequeno prazo será estudado em breve.

Sendo assim, por que toda essa discussão a respeito do monopólio? A resposta encerra algum interesse para o estudante de psicologia das discussões políticas. Evidentemente, o conceito de monopólio vem sendo usado de maneira leviana, como a maioria de todos os conceitos. Fala-se de um país que tem um monopólio deste ou daquele tipo, * mesmo nos casos em que a indústria em questão enfrenta forte concorrência. (** Os chamados monopólios ocuparam as manchetes recentemente em conexão com determinadas propostas para negar certos materiais às nações agressoras. Por analogia, as lições tiradas da atual discussão têm algum efeito sobre o nosso problema. A princípio, deu-se muita importância a essa arma econômica. Posteriormente, ao se estudar com atenção a lista de materiais, verificou-se que ela encolhia, pois tornou-se cada vez mais evidente que há pouquíssimos artigos que não possam ser substituídos ou produzidos nas áreas em questão. E, finalmente, começou-se a suspeitar de que, embora alguma pressão pudesse ser exercida a curto prazo sobre esses países, os progressos a longo prazo podem destruir praticamente tudo que restou das listas.*) Mas isso não é tudo. Economistas, funcionários públicos, jornalistas e políticos dos Estados Unidos gostam da palavra porque ela adquiriu a conotação de termo de opróbrio e que invariavelmente desperta a hostilidade pública

contra qualquer interesse assim classificado. O monopólio, no mundo anglo-americano, (126) vem sendo amaldiçoado e associado à exploração parasitária desde que nos séculos XVI e XVII tornou-se prática administrativa inglesa criar posições monopolistas em grande número. Tais posições, por um lado, ajustavam-se bastante bem ao modelo teórico de comportamento monopolista e, por outro, justificavam plenamente a onda de indignação que chegou a impressionar até mesmo a grande ELIZABETE I.

Nada é tão duradouro como a memória de uma nação. A nossa própria época oferece outros e mais importantes exemplos da reação de um país ao que aconteceu há séculos. A prática em causa tornou o público de fala inglesa tão sensível ao monopólio que ele adquiriu o hábito de atribuir a esse sinistro poder quase tudo o que condenava no mundo dos negócios. Para o burguês liberal típico, o monopólio tornou-se a fonte de quase todos os abusos — na verdade, o seu fantasma predileto. ADAM SMITH, * estudando primariamente os monopólios dos tipos Tudor e Stuart, condenava-os com solene dignidade. (** Havia mais razão para essa atitude, no caso de ADAM SMITH e os clássicos em geral, do que no caso dos seus sucessores, pois as grandes empresas, como as entendemos hoje, não haviam surgido ainda. Mas, mesmo assim, eles foram demasiadamente longe. Em parte, porque não dispunham de uma teoria satisfatória sobre os monopólios, que os induziu não apenas a aplicar a palavra de maneira vaga {ADAM SMITH e até mesmo SÊNIOR interpretaram, por exemplo, o aluguel da terra como lucro monopolista}, mas a considerar praticamente ilimitado o poder de exploração dos monopolistas, o que é evidentemente errado até mesmo nos casos mais extremos.*) Sir ROBERT PEEL — que, como a maioria dos conservadores, descobria ocasionalmente como aproveitar-se do arsenal dos demagogos — falou, no famoso episódio que pôs fim à sua carreira governamental, e que tanto escândalo causou entre seus correligionários, do monopólio do pão e do trigo, embora a produção de cereais da Grã-Bretanha fosse perfeitamente competitiva, a despeito das medidas protecionistas*. (** Esse exemplo ilustra a maneira como a palavra continua a se insinuar da maneira menos justificável. A proteção da agricultura e o monopólio de produtos agrícolas são coisas inteiramente diferentes. PEEL lutava contra o protecionismo e não contra um cartel inexistente de latifundiários e fazendeiros. Mas, ao combater o protecionismo, ele procurava tornar-se popular. E evidentemente não havia maneira mais simples de conseguir isso do que chamar os protecionistas de monopolistas.*) Nos Estados Unidos, por outro lado, monopólio é praticamente sinônimo de qualquer negócio em grande escala.

(b) A teoria do monopólio simples e característico ensina que, na ausência de uma força limitadora, o preço do monopólio é (127) mais alto e a produção menor do que nos casos de preços e produção competitiva. Esse conceito é verdadeiro, contanto que o método e a organização da produção — e as demais condições — sejam exatamente iguais em ambos os

casos. Na realidade, todavia, o monopolista dispõe de métodos superiores que, ou não estão absolutamente ao alcance da massa de concorrentes, ou eles não podem desfrutá-los tão prontamente, pois há vantagens que, embora não totalmente inalcançáveis no nível competitivo, são obtidas, na verdade, apenas no nível monopolista, pois esta última posição, por exemplo, pode alargar a esfera de influência dos cérebros privilegiados e diminuir a dos inferiores, * ou porque o monopólio possui uma situação financeira desproporcionadamente mais alta. (** O leitor deve observar que, embora, de maneira geral, esse particular tipo de superioridade seja indisputável, no caso de os cérebros inferiores, especialmente se seus possuidores forem inteiramente eliminados, a simpatia do público e dos economistas está sempre ao lado dos fracos e nunca dos fortes. Isso talvez tenha algo a ver com a tendência de esquecer os custos ou vantagens qualitativos de grupos quase-monopolistas, o que hoje é tão comum como antes era o seu exagero nas declarações típicas dos defensores dessas combinações.*) Em todos os casos em que isso acontece, por conseguinte, o conceito não mais se sustenta. Em outras palavras, este elemento na defesa da concorrência pode falhar inteiramente, pois os preços do monopólio não são necessariamente mais altos, nem a produção menor do que os preços e a produção competitiva o seriam nos níveis de eficiência produtiva e administrativa que estão dentro do alcance do tipo de firma compatível com a hipótese competitiva.

Não pode haver dúvida que, nas condições que prevalecem em nossa época, essa superioridade é a característica dominante da grande empresa típica, embora o simples tamanho não seja fator necessário ou suficiente para explicá-la. Tais empresas não surgem apenas no processo da destruição criadora e funcionam de maneira inteiramente diferente do esquema estático, mas, em numerosos casos de importância decisiva, proporcionam a forma necessária para a obtenção do êxito. Criam a maior parte daquilo que exploram. Daí a conclusão habitual de que a influência que exercem, sobre a produção a longo prazo carece de valor, mesmo se elas fossem autênticos monopólios, no sentido técnico da palavra.

A motivação carece também de importância prática. Ainda que os preços monopolistas fossem o único objetivo, a pressão de métodos mais modernos e as imensas instalações tenderiam, de maneira geral, a ajustar o preço monopolista ideal ao mesmo nível ou abaixo do preço competitivo, no sentido anteriormente exposto, realizando — **(128)** parcialmente, totalmente, ou mais do que totalmente — o trabalho do mecanismo competitivo, * *mesmo que restrições fossem feitas e sobrasse sempre um excesso de capacidade produtiva.* (** A Aluminum Company of America não constitui um monopólio no sentido técnico, definido acima, entre outras razões porque teve de criar a sua própria procura, o que é suficiente para excluí-la dos casos previstos pelo esquema de COURNOT e MARSHALL. Mas a maioria dos economistas a consideram assim e, na falta de casos verdadeiros, utilizaremos a mesma prática. De 1890 a 1929, o preço do*

produto básico dessa companhia caiu mais ou menos 12%, ou ajustando ao nível de preços (índice dos preços em grosso do Ministério do Trabalho) a mais ou menos 8,8%. A produção subiu de 30 toneladas métricas para 103.400. A proteção conferida pelas patentes cessou em 1909. Qualquer argumento crítico baseado nos custos e lucros a esse monopólio deve admitir também que grande número de firmas concorrentes teriam sido igualmente bem sucedidas em pesquisas que visassem à redução dos custos, desenvolvimento econômico do aparelhamento produtor, descoberta de novos usos para o produto e cautela contra colapsos ruinosos. Trata-se, por conseguinte, de uma crítica que não leva em conta a mola propulsora do capitalismo moderno.) Evidentemente, se os métodos de produção, organização e assim por diante não forem melhorados pelo ou em conexão com as práticas monopolistas, como acontece com o cartel comum, o teorema clássico sobre preços e produção monopolista, volta a fazer sentido. O mesmo sucede com outra opinião popular, isto é, de que a monopolização exerce um efeito soporífico. No particular, não é também difícil encontrar exemplos. Mas nenhuma teoria geral deverá ser neles baseada, pois, especialmente na indústria manufatureira, a posição monopolista raramente é confortável. Poderá ser obtida e mantida apenas com grande dispêndio de energia e sagacidade. A possível influência soporífica existente nos negócios modernos é devida a uma outra causa, que será mencionada mais tarde.

(c) A curto prazo, as autênticas posições monopolistas, ou aquelas a que a elas se assemelham, são muito mais frequentes. Durante uma inundação, por exemplo, o dono de armazém de um vilarejo de Ohio pode ser um verdadeiro monopolista por algumas horas ou mesmo alguns dias. Uma firma especializada na fabricação de etiquetas de papel para garrafas de cerveja pode encontrar-se em tais circunstâncias — percebendo os concorrentes potenciais que aquilo que parece ótimos lucros se desvaneceria imediatamente se entrassem no mesmo campo — que ela poderá operar à vontade dentro de uma moderada, mas bem definida curva de procura, pelo menos até que a etiqueta de metal reduza a nada essa curva. **(129)**

Novos métodos de produção ou novas mercadorias, especialmente as últimas, não conferem por si a posição monopolista, mesmo se usadas ou produzidas por uma única firma. Os produtos decorrentes de um novo método têm de concorrer com os fabricados de acordo com sistemas antigos e a nova mercadoria deve ser promovida, isto é, criar a sua própria curva de procura. De maneira geral, nem as patentes nem as práticas monopolistas podem evitar essa situação. Mas o podem especialmente em casos de superioridade espetacular do novo método, sobretudo se pode ser alugado, como ocorre com a maquinaria na indústria de calçados, ou no caso de novas mercadorias, cuja curva permanente de procura foi estabelecida antes do prazo de caducidade da patente.

Por isso mesmo, há ou pode haver uma característica autenticamente monopolista nos lucros privados que constituem os prêmios oferecidos pela sociedade capitalista ao inovador vitorioso. A importância quantitativa dessa característica, no entanto, a sua natureza fugaz e a sua função no processo em que surge a relegam a uma classe especial. A principal vantagem para uma firma na posição de vendedora única, obtida por patente ou estratégia monopolista, não consiste tanto na oportunidade de agir temporariamente de acordo com o esquema monopolista, mas na proteção que consegue contra a desorganização temporária do mercado e o espaço de tempo que garante para um planejamento a longo prazo. Aqui, no entanto, este argumento se funde com a análise feita anteriormente.

6. Recordando o que dissemos acima, verificamos que a maioria dos fatos e argumentos esboçados no presente capítulo tende a empanar a auréola que envolvia a concorrência perfeita, ao mesmo tempo que apresenta em luz mais favorável a sua alternativa. Reformulemos, pois, essa argumentação desse ponto-de-vista.

A própria teoria tradicional, inclusive nas suas descrições prediletas de uma economia estacionária ou em permanente crescimento, vem descobrindo, desde o tempo de MARSHALL e EDGEWORTH, um número crescente de exceções ao velho conceito da concorrência perfeita e, incidentalmente, do comércio livre, exceções essas que abalaram a fé ilimitada nas virtudes glorificadas pelas gerações que floresceram entre RICARDO e MARSHALL — isto é, aproximadamente, a geração de J. S. MILL, na Inglaterra, e a de FRANCESCO FERRARA, na Europa continental. Não podemos mais sustentar com a velha confiança certos conceitos, especialmente o que afirmava que um sistema de concorrência perfeita constitui o ideal em relação à economia dos recursos e os distribui de maneira também ideal no que tange **(130)** a uma determinada distribuição da renda — tese de grande importância no problema da eficiência da produção.

Muito mais séria é a brecha aberta por trabalhos recentes no campo da teoria dinâmica (FRISCH, TÍNBERGEN, ROOS, HICKS e outros). A análise dinâmica é o estudo das séries temporais. Ao explicar por que uma certa categoria econômica — um preço, por exemplo — é encontrado em certo nível num determinado momento, a análise dinâmica leva em consideração

não apenas o estado de outras categorias econômicas no mesmo momento, como o faz também a teoria estática, mas também sua situação em datas anteriores e a expectativa sobre seus valores futuros. Descobrimos logo com essa análise, que relaciona categorias pertencentes a períodos diferentes, * que uma vez rompido o equilíbrio por alguma perturbação, o restabelecimento da antiga situação não é tão certo, imediato e econômico como afirma a velha teoria da concorrência perfeita, e também que o próprio esforço para se obter o ajustamento pode prejudicar, e não favorecer, o pretendido equilíbrio. (**A palavra dinâmica é usada de maneira imprecisa e possui diversos significados diferentes. A definição acima foi formulada por RAGNAR FRISCH.*) Isso acontecerá na maioria dos casos, a menos que a perturbação seja pequena. Em muitos outros casos, o atraso no ajustamento é suficiente para produzir o mesmo resultado.

Limitar-nos-emos aqui a ilustrar o caso, utilizando o mais antigo, simples e familiar exemplo, Suponhamos que a procura e a oferta *esperadas* encontram-se equilibradas num mercado de trigo em que reina a concorrência perfeita, mas que o mau tempo reduz a safra abaixo das expectativas dos agricultores. Se, conseqüentemente, os preços sobem e os agricultores, por isso mesmo, produzem a quantidade de trigo que lhes seria vantajoso produzir se o novo preço fosse o preço do equilíbrio, uma queda no mercado ocorrerá no ano seguinte. Se, pelo contrário, os agricultores reduzirem a produção, poderá ser cotado um preço ainda maior do que no primeiro ano e, dessa maneira, induzi-los a uma produção ainda maior do que a que ocorreu no segundo ano, e assim sucessiva e indefinidamente (na medida em que o processo se comporte com a lógica). O leitor perceberá facilmente que, em vista das hipóteses estudadas, não há motivo para se temer excessivamente que preços e produção cada vez mais altos se alternem até o dia do Juízo Final. Mas, mesmo se reduzido às suas **(131)** justas proporções, o fenômeno é ainda suficiente para mostrar a gritante fraqueza do mecanismo da concorrência perfeita. Logo que se percebe essa debilidade, grande parte do otimismo que costumava cercar as implicações práticas da teoria desaparece de cena.

Mas, para os fins do nosso estudo, devemos ir ainda mais adiante*. (** Deve ser observado que o aspecto característico da teoria dinâmica nada tem a ver com a natureza da realidade econômica à qual se aplica. Trata-se de um método geral de análise e não do estudo de um processo particular. Podemos usá-la para analisar a economia estacionária, da mesma maneira que uma futura economia pode ser analisada mediante métodos da estática {estática comparativa}. Daí, a teoria dinâmica não precisa levar em conta, e realmente não levou, o processo da destruição criadora que consideramos a essência do capitalismo. Está sem dúvida melhor equipada, do que a teoria estática, para enfrentar muitas questões que surgem na análise desse processo. Mas não é análise do próprio processo, e trata das perturbações isoladas, resultantes de determinados estados e*

estruturas, da mesma maneira que trata de qualquer perturbação. Julgar o funcionamento da concorrência perfeita do ponto-de-vista da evolução capitalista, por conseguinte, não é a mesma coisa que julgá-la do ponto-de-vista da teoria dinâmica.) Se tentarmos imaginar como a concorrência perfeita atua ou atuaria no processo da destruição criadora, chegaremos a um resultado ainda mais desanimador. Isto não nos deve surpreender, desde que levemos em conta que todos os elementos essenciais do processo estão ausentes do esquema geral da vida econômica que justifica os conceitos tradicionais sobre a concorrência perfeita. Embora correndo o risco de repetição, insistiremos mais uma vez nesse ponto.

A concorrência perfeita implica o livre acesso a todas as indústrias. É exato, dentro do contexto da teoria geral, que o livre acesso a todas as indústrias é condição indispensável à distribuição ideal dos recursos e, daí, à produção máxima. Se nosso mundo econômico consistisse de certo número de indústrias tradicionais, produzindo mercadorias familiares, de acordo com métodos também tradicionais e virtualmente invariáveis, e se nada ocorresse senão o aparecimento de outros homens e novas economias, conjugando recursos para o estabelecimento de novas firmas do velho tipo, todos os obstáculos levantados ao acesso a uma qualquer indústria significariam uma perda para a comunidade. A condição de acesso perfeitamente livre a uma *nova* esfera de atividade, no entanto, pode, na realidade, tornar impossível qualquer acesso. E dificilmente concebível a introdução, desde o início, de novos métodos de produção e novas mercadorias em condições de perfeita e imediata concorrência. Significa isso também que o que chamamos de progresso econômico é incompatível com a concorrência perfeita. Na verdade, a concorrência perfeita desaparece, e sempre desapareceu, em todos os casos em que **(132)** surge qualquer inovação — automaticamente ou graças a medidas tomadas com esse fim — mesmo que existam todas as outras condições para ela.

Similarmente, dentro do sistema tradicional, justifica-se a condenação habitual da rigidez dos preços. A rigidez é um tipo de resistência à adaptação excluído pelo sistema de concorrência perfeita e imediata. No que tange ao tipo de adaptação e condições estudado pela teoria tradicional, é mais uma vez verdadeiro que tal resistência contribuiria para prejuízos e produção diminuída. Mas vimos também que, nos surtos e baixas dos processos da destruição criadora, pode ocorrer justamente o contrário: a flexibilidade perfeita e instantânea pode chegar a produzir catástrofes inúteis. Essa probabilidade, evidentemente, podia ser prevista pela teoria dinâmica geral que, como discutimos acima, indica que certas tentativas de adaptação podem intensificar o desequilíbrio.

Mais uma vez, baseada nas suas próprias premissas, a teoria tradicional tem razão quando sustenta que os lucros acima do montante necessário, em cada caso individual, pira atrair o volume equilibrado dos meios de produção, e a habilidade do capitalista individual, demonstram e são a causa de prejuízos sociais líquidos e que a estratégia comercial que procura mantê-los exerce uma influência danosa sobre a expansão da produção global. A concorrência perfeita impediria ou eliminaria imediatamente tais lucros extraordinários e bloquearia o uso dessa estratégia. Mas, uma vez que, no processo da evolução capitalista, tais lucros adquirem uma nova função orgânica — e desculpem-nos os leitores por não repetir aqui em que ela consiste — tal fato não pode mais ser atribuído incondicionalmente ao sistema da concorrência perfeita, pelo menos no que tange ao ritmo secular de crescimento da produção total.

Finalmente, não há dúvida de que, partindo-se das mesmas presunções, eles na realidade importam na exclusão dos aspectos mais característicos da realidade capitalista, em que uma economia competitiva perfeita está relativamente livre do desperdício e, em particular, daquela classe de desperdício que imediatamente associamos ao seu oposto. Mas esse fato nada nos diz sobre o problema do desperdício nas condições estabelecidas pela destruição criadora.

Por um lado, grande parte daquilo que, excluídas essas condições, pareceria um desperdício irremediável, deixa de merecer essa descrição tão logo o relacionemos a elas. O excesso de capacidade produtiva, por exemplo, que deve sua existência ao costume de *antecipação da procura* ou à prática de preparar a capacidade para as altas cíclicas da procura, seria muito reduzido num regime de concorrência perfeita. **(133)** Levando-se em consideração, no entanto, *todos* os aspectos do problema, não é mais correto dizer que a concorrência perfeita é o melhor sistema, pois, embora uma firma, que seja forçada a aceitar os preços e não a impô-los, utilize na realidade toda sua capacidade suscetível de produzir ao custo marginal abrangido pelos preços vigorantes, não se segue necessariamente que a empresa teria a quantidade ou a qualidade de capacidade que o grande empreendimento criou e foi capaz de criar justamente porque se encontra numa posição em que pode usá-la *estrategicamente*. Um excesso de capacidade desse tipo pode — o que acontece em alguns casos, embora em outros não — constituir a base da alegada superioridade da economia socialista. Mas também não deve ser citada, sem outros argumentos, para sustentar a superioridade de uma economia capitalista de concorrência perfeita

sobre o chamado tipo *monopolóide*.

Por outro lado, atuando nas condições prevaletentes na evolução capitalista, o sistema da concorrência perfeita exhibe alguns tipos próprios de desperdício. A firma compatível com a concorrência perfeita é, em muitos casos, inferior em eficiência interna, especialmente tecnológica. Se está neste caso, desperdiça oportunidades. Pode, também, nas suas tentativas para melhorar seus métodos de produção, desperdiçar capital, pois se encontra em posição menos satisfatória para evoluir e julgar as novas possibilidades. E, como já vimos antes, uma indústria perfeitamente competitiva é muito mais suscetível de ser desbaratada — propagar os bacilos da depressão — sob o impacto do progresso ou de perturbação externa do que o grande empreendimento. Em última hipótese, a agricultura americana e as indústrias carbonífera e têxtil inglesas custam muito mais aos consumidores e afetam muito mais prejudicialmente a produção do que se fossem dirigidas, todas elas, por uma dúzia de cérebros de primeira classe.

Por conseguinte, não basta argumentar que, em virtude de a concorrência perfeita ser impossível nas modernas condições industriais — ou porque sempre o foi — o grande empreendimento ou o monopólio devam ser aceitos como males necessários, inseparáveis do progresso econômico, que é protegido da sabotagem pelas forças inerentes à sua maquinaria econômica. Devemos, pelo contrário, reconhecer que a grande empresa transformou-se no mais poderoso motor desse progresso e, em particular, da expansão a longo prazo da produção total, não apenas a despeito, mas em grande parte devido a essa estratégia que parece tão restritiva quando estudada em casos individuais e do ponto-de-vista de uma determinada época. Nesse sentido, **(134)** a concorrência perfeita é não apenas sistema impossível, mas inferior, e de nenhuma maneira se justifica que seja apresentada como modelo de eficiência ideal. Daí o erro de se basear a regulamentação estatal da indústria no princípio de que o grande empreendimento deve ser forçado a atuar como atuaria a respectiva indústria num regime de concorrência perfeita. Os socialistas, por outro lado, devem basear suas críticas nas virtudes do seu próprio sistema e não do modelo competitivo.

Capítulo 9

UM PERÍODO DE TRÉGUA

CABE AO LEITOR decidir até que ponto a análise precedente surtiu seus efeitos. A Economia é uma ciência baseada na observação e na interpretação, o que significa que, em problemas como o nosso, as oportunidades de divergências de opinião podem ser reduzidas, mas não eliminadas por completo. Por isso mesmo, a solução do nosso primeiro problema nos leva imediatamente a outro, o que não aconteceria absolutamente numa ciência experimental.

O primeiro problema consistia em verificar se existia, como dissemos no princípio do Capítulo VI, uma *relação lógica* entre os aspectos estruturais do capitalismo, da maneira descrita por vários *modelos* analíticos, e o seu rendimento econômico, como foi retratado de acordo com o critério da produção total na época do capitalismo puro ou relativamente livre de peias. A resposta afirmativa que demos a essa questão baseava-se em análise que seguia a orientação aprovada pela maioria dos economistas até o ponto em que entrou em cena o que hoje se descreve como moderna tendência para o controle monopolista. Depois desse ponto, nossa análise desviou-se das linhas tradicionais numa tentativa para mostrar que, praticamente, tudo aquilo que todos atribuem ao capitalismo da concorrência perfeita (seja como construção teórica, seja, nesta ou naquela época, como realidade histórica) deve, em grau ainda maior, ser atribuído ao capitalismo dos grandes empreendimentos. Uma vez, contudo, que não podemos colocar a força propulsora e o próprio motor em um banco de provas para estudá-los em condições perfeitamente controladas, nenhuma outra maneira há de provar, além de qualquer possibilidade (136) de erro, a sua capacidade de produzir justamente o resultado em tela, isto é, o indubitável aumento da produção. Podemos dizer apenas que houve um notável rendimento e que o sistema capitalista contribuiu para esse incremento. É justamente por isso que não nos podemos satisfazer com a conclusão anterior e somos forçados a enfrentar outro problema.

A priori, é possível ainda explicar o pre-falado rendimento pela existência de circunstâncias excepcionais que teriam feito sentir o seu peso qualquer que fosse o sistema institucional. A única maneira de enfrentar essa possibilidade é estudar a história política e econômica do

período em questão e passar por um crivo as circunstâncias excepcionais que fomos capazes de descobrir. Iniciaremos o exame do problema tratando das supostas circunstâncias excepcionais não inerentes à atividade comercial e que foram citadas por economistas e historiadores. Há cinco casos diferentes.

A primeira circunstância é a *ação governamental*, a qual — embora concordemos inteiramente com MARX, quando sustenta que política e administração não constituem fatores independentes, mas elementos do processo social que analisamos — poderá ser considerada como fator externo ao mundo dos negócios para os fins do presente estudo. O período de 1870 a 1914 representa quase o caso ideal. Seria difícil encontrar um outro igualmente livre dos estímulos e limitações que podem ter origem no setor político do processo social. A eliminação dos entraves à atividade privada, indústria e comércio em geral havia sido na maior parte completada antes desse período. Estavam sendo impostas, é verdade, novas e diferentes peias e fardos — legislação social, entre outras — embora ninguém afirme que eram fatores ponderáveis na situação econômica anterior a 1914. Guerras foram travadas nessa época, mas nenhuma delas teve importância econômica suficientemente grande para exercer influência vital, seja neste, seja naquele sentido. A guerra franco-alemã, que irrompeu pelas alturas da fundação do Império Germânico, pode dar margem a dúvidas, mas o acontecimento economicamente importante foi, e isso é incontestável, a fundação da *Zollverein** (* *N. do T.: União formada pelos países do Império Germânico, durante o século XIX, para o estabelecimento de tarifas internas únicas entre eles e países estrangeiros*) Gastava-se dinheiro com armamentos, embora nas circunstâncias que prevaleciam na década terminada em 1914, quando passou a assumir volume realmente importante, tais despesas fossem antes uma desvantagem do que um estímulo. (137)

A segunda circunstância é a *questão do ouro*. Felizmente, não precisamos mergulhar no âmago das questões que cercaram o *modus operandi* da renovada plethora de ouro que começou a acumular-se a partir de 1890, pois, uma vez que, nos primeiros 20 anos do período, o ouro era realmente escasso e levando em conta, ainda, que a taxa de crescimento da produção não era inferior então ao nível que alcançou mais tarde, a produção do metal não poderia ter sido fator importante no rendimento produtivo do capitalismo, não importando a influência que pudesse ter tido em épocas de prosperidade e depressão. O mesmo argumento se aplica à administração monetária, que naquela época não era do tipo agressivo, mas antes adaptativo.

A terceira foi a *questão do aumento da população*, a qual, seja causa ou consequência do progresso econômico, constituiu sem dúvida alguma um dos fatores dominantes da conjuntura econômica. A menos que estejamos preparados para afirmar que o fato foi *exclusivamente* uma consequência do progresso econômico e supor que qualquer variação na produção acarretará invariavelmente uma correspondente variação na população, ao mesmo tempo que recusamos a admitir o inverso, o que é naturalmente absurdo, tal circunstância deve ser considerada como das mais importantes. No momento, basta uma simples observação para esclarecer o assunto.

Um volume maior de população economicamente ativa produzirá, de maneira geral, mais do que um número menor, qualquer que seja a organização social. Daí a presunção de que, se qualquer parte da média real de incremento da população naquela época pode ser considerada — o que pode naturalmente ser admitido — como consequência independente dos resultados produzidos pelo sistema capitalista, no sentido em que poderia ter ocorrido sob qualquer outro sistema, a população pode ser catalogada, até esse ponto, como fator externo. Na mesma medida, o observado aumento na produção total não expressa corretamente o rendimento capitalista, mas o exagera.

Nas mesmas circunstâncias, todavia, um número maior de pessoas economicamente ativas produzirá, de maneira geral, menos *per capita* de empregado ou da população do que um número relativamente menor, qualquer que seja a organização social. Essa conclusão se baseia no fato de que, quanto maior o número de trabalhadores, menor será o volume de outros fatores que afetam o trabalhador isolado*. (** Essa declaração está longe de satisfatória, mas basta para os nossos fins. A parte capitalista do mundo, como um todo, ter-se-ia desenvolvido por essas alturas muito além dos limites dentro dos quais funciona a tendência oposta.*) **(138)** Daí, se a produção *per capita* da população for escolhida como maneira para medir o rendimento capitalista, o aumento observado pode reduzir as proporções do progresso real, pois parte desse progresso foi há muito absorvida para compensar a queda na produção individual que teria ocorrido na sua ausência. Outros aspectos do problema serão ventilados mais tarde.

As quarta e quinta circunstâncias encontram forte apoio entre os economistas, mas podem ser postas de lado na medida em que tratarmos de rendimento antigo. Uma delas é a *existência*

de terras virgens. As grandes extensões de terra que, economicamente falando, passaram a fazer parte da esfera de influência americano-européia naquele período; a enorme massa de alimentos e matérias-primas, agrícolas ou não, que foi extraída dessa zona; todas as cidades e indústrias que surgiram nos lugares mais variados, em virtude do aparecimento desses novos produtos — não seriam, na verdade, um fator excepcional, para não dizer único, na expansão da produção? E não seria essa circunstância uma dádiva que teria produzido um enorme aumento de riqueza, qualquer que fosse o sistema econômico em que tivesse ocorrido? Há uma escola de pensamento socialista que sustenta essa opinião e, na verdade, explica dessa maneira o fracasso da profecia de MARX da miséria sempre em crescimento. Atribui à exploração de terras virgens o fato de não existir mais a exploração do trabalho. Devido a este fator, o proletariado pôde, enfim, gozar de um período de trégua.

Ninguém duvida do valor das oportunidades decorrentes da existência de novas terras. Eram, naturalmente, oportunidades fora do comum. Mas as *oportunidades objetivas* — isto é, as oportunidades que existem independentemente de qualquer situação social — constituem sempre condições indispensáveis ao progresso e são todas elas historicamente ímpares. A existência de carvão e minério de ferro na Inglaterra ou de petróleo neste ou naquele país não é menos importante e constitui oportunidade não menos incomum. Todo processo capitalista, como todos os outros processos econômicos evolutivos, consiste em nada mais senão na exploração dessas oportunidades à medida que elas surgem no horizonte do homem de negócios, nada justificando o isolamento da circunstância sob estudo para considerá-la fator externo. Menos razão existe ainda para se adotar essa atitude, uma vez que a abertura desses novos países foi conseguida gradualmente, através de empresas comerciais que proporcionaram as condições necessárias (construção de estradas-de-ferro e usinas de energia elétrica, transporte marítimo, maquinaria **(139)** agrícola, e assim por diante). O processo constituía, pois, parte essencial do êxito capitalista e em nada inferior aos demais. Conseqüentemente, os resultados podem ser incluídos corretamente na nossa taxa de aumento de 2%. E, mais uma vez, podemos invocar o *Manifesto Comunista* em nosso favor.

A última circunstância foi o *progresso tecnológico*. Não seria o rendimento devido à torrente de invenções que revolucionaram a técnica de produção e não à suposta ânsia de lucro do homem de negócios? A resposta é negativa. A utilização dessas inovações tecnológicas

constituía a própria essência dessa ânsia. E até mesmo a própria invenção, como será explicado mais exaustivamente dentro em breve, era uma função do processo capitalista, que é responsável pelos hábitos mentais favoráveis às invenções. E, portanto, inteiramente errado dizer — e também, completamente não-marxista — como o fizeram tantos economistas, que o empreendimento capitalista e o progresso tecnológico foram fatores distintos no desenvolvimento da produção. Constituíram essencialmente a mesma coisa ou, como podemos dizer também, o primeiro foi a mola propulsora do segundo.

As novas terras e o progresso tecnológico podem tornar-se elementos perturbadores logo que começamos a fazer sua extrapolação. Embora sejam êxitos do capitalismo, poderão, ao que tudo indica, ser êxitos que jamais se repetirão. E embora tenhamos elaborado uma argumentação defensável de que a marcha da produção *per capita* durante o período maduro do capitalismo não foi um acidente, mas pode ser considerado uma medida aproximada do rendimento capitalista, temos de enfrentar ainda um novo problema, isto é, até que ponto é razoável supor que o motor capitalista trabalhará, ou trabalharia, se lhe fosse permitido, em futuro próximo, digamos, nos próximos 40 anos, com a mesma eficiência de outrora.

Capítulo 10

MENORES OPORTUNIDADES PARA O INVESTIMENTO

A natureza desse problema pode ser demonstrada de maneira mais eficiente contra o pano de fundo da discussão que ora se trava no mundo. A geração atual de economistas presenciou não apenas uma depressão mundial de inusitada severidade e duração, mas também um período subsequente de recuperação hesitante e insatisfatória. Já demos a nossa interpretação desses fenômenos e expusemos também as razões por que não acreditamos que eles indiquem necessariamente uma interrupção na tendência da evolução capitalista. Mas é natural que muitas pessoas, senão a maioria dos nossos colegas economistas, adotem um ponto-de-vista diferente. Na verdade, eles acreditam, exatamente como alguns dos seus antecessores pensaram entre 1873 e 1896 — embora essa opinião fosse sobretudo limitada à Europa — que é iminente uma transformação fundamental no processo capitalista. De acordo com essa opinião, fomos testemunhas não apenas de uma depressão e de uma recuperação insatisfatória, agravada talvez pela política anticapitalista, mas de sintomas de uma permanente perda de vitalidade, que se pode esperar seja prolongada e forneça o tema dominante para os movimentos restantes da sinfonia capitalista. Daí a conclusão de que nenhuma inferência com relação ao futuro pode ser baseada no funcionamento do motor capitalista e seu rendimento no passado.

Tal opinião está sendo adotada por muitos, cujos desejos não os condicionam a pensar dessa maneira. Podemos entender também por que os socialistas, cujos desejos os levam realmente a pensar assim, **(141)** aproveitaram-se tão alegremente dessa vantagem inesperada — alguns ao ponto de, em virtude desse novo fator, alterarem completamente as bases de sua argumentação anticapitalista. Ao fazê-lo, aproveitavam-se da vantagem extra de estarem em condições de depender mais uma vez da tradição marxista, a qual, como observamos anteriormente, vem sendo cada vez mais abandonada, e não voluntariamente, pelos seus economistas capazes. Com efeito, e no sentido explicado no primeiro capítulo, MARX havia predito esse estado de coisas. Segundo ele, o capitalismo, antes do seu desmoronamento total, entraria numa fase de crises permanentes, temporariamente interrompidas por fracas recuperações ou por ocorrências fortuitas favoráveis. Mas não é só isso. Uma das maneiras de equacionar o caso, do ponto-de-

vista marxista, consiste em sublinhar os efeitos da formação e concentração do capital sobre a taxa de lucros e, através desta, sobre as oportunidades de investimento. Uma vez que o processo capitalista dependeu sempre de grande volume de investimentos correntes, até mesmo a sua eliminação parcial seria suficiente para tornar plausível a previsão de que o sistema encaminhava-se para a bancarrota. Essa linha particular de argumentação marxista parece concordar perfeitamente não apenas com alguns fatos característicos da década 1930-1940 —• desemprego, excesso de reservas, saturação do mercado de dinheiro, margens de lucro insatisfatórias e estagnação do investimento privado — mas com diversas outras interpretações não--marxistas. Não há, evidentemente, um abismo tão grande entre MARX e KEYNES como o que separa MARX de MARSHALL ou WICKSELL. Tanto a doutrina de MARX como a sua contrapartida não-marxista podem ser bem expressadas pela definição auto-explicativa que propomos: a teoria das menores oportunidades para o investimento.

È conveniente notar que essa teoria, em realidade, suscita três problemas diferentes. O primeiro relaciona-se com a questão da sobrevivência do capitalismo. Uma vez que nada no mundo social pode ser *aere perennius* e desde que a ordem capitalista constitui essencialmente o quadro onde se desenrola um processo não apenas econômico, mas de transformação social, não pode haver margem para muitas divergências sobre essa possibilidade. O segundo problema é saber se as forças e mecanismos que explicam a teoria da desapareição das oportunidades de investimento são exatamente as que devem ser destacadas. Nos capítulos seguintes proporemos um teorema que desfechará finalmente o golpe de morte no capitalismo, mas ainda assim restará certo número de paralelismos. Temos, por fim, o terceiro problema. Mesmo se as forças e mecanismos salientados na **(142)** teoria dos investimentos minguantes forem, em si mesmos, suficientes para confirmar a presença, no processo capitalista, de uma tendência a longo prazo para o impasse final, não se segue necessariamente que as vicissitudes da última década sejam devidas a elas e — o que é importante para o nosso objetivo — que vicissitudes semelhantes devam conseqüentemente ser esperadas nos próximos 40 anos.

No momento, estamos sobretudo interessados no terceiro problema. Grande parte do que diremos a seguir, no entanto, aplica-se também ao segundo. Os fatores considerados capazes de justificar a previsão pessimista a respeito do rendimento do capitalismo em futuro próximo e apresentar sob luz negativa o êxito passado podem ser divididos em três grupos.

Consideremos, em primeiro lugar, os *fatores ambientais*. Afirmou-se já, e terá de ser provado, que o sistema capitalista produz uma distribuição do poder político e uma atitude sócio-psicológica — expressada em política correspondente — que são hostis ao processo e que podem evoluir a ponto de finalmente impedir o funcionamento do motor capitalista. Esse problema será estudado mais tarde. O que se segue deverá ser lido com as necessárias ressalvas. Deve-se observar, no entanto, que essa atitude e os fatores que lhe dão origem afetam também a força motriz da própria economia burguesa baseada no lucro, e que a ressalva abrange mais do que se poderia pensar à primeira vista — mais, de qualquer maneira, do que o simples capítulo da *política*.

Em segundo lugar, temos o *próprio motor capitalista*. A teoria das oportunidades minguantes para o investimento não inclui necessariamente, mas, na verdade, é aliada muitas vezes, a outra teoria de que o grande empreendimento moderno representa uma forma petrificada do capitalismo, na qual as práticas restritivas, a rigidez dos preços, a atenção exclusiva à conservação dos valores de capital existentes, e assim por diante, lhe são naturalmente inerentes. O assunto, aliás, já foi tratado anteriormente.

Finalmente, temos o que pode ser descrito como o *material* de que se alimenta o motor capitalista, isto é, as oportunidades abertas aos novos empreendimentos e investimentos. A teoria ora discutida atribui tal importância a este elemento a ponto de justificar o título que lhe conferimos. As principais razões para justificar o ponto-de-vista de que as oportunidades para o investimento privado e empreendimentos estão minguando são as seguintes: saturação, população, novas terras, possibilidades tecnológicas e a circunstância de que grande parte das oportunidades de investimento existentes se abrem na esfera da inversão pública e não da privada. **(143)**

1. Em cada situação dada de necessidades humanas e da tecnologia (no sentido mais vasto possível do termo) há naturalmente, para cada nível dos salários reais, um volume definido de capital fixo e circulante que terá como resultado necessário a saturação. Se as necessidades e métodos de produção tivessem sido congelados para sempre pelas alturas de 1800, tal ponto de saturação teria sido alcançado há muito tempo. Mas, não será por acaso concebível que as

necessidades humanas serão um dia tão completamente atendidas a ponto de se congelarem daí por diante? Algumas das conseqüências desta hipótese serão discutidas dentro em breve, mas, enquanto nos ocupamos com o que pode acontecer nos próximos 40 anos, tal possibilidade não nos deve preocupar.

Mas se ela se materializar um dia, então, o atual declínio da média de nascimentos e, sobretudo, uma diminuição real da população seriam sem dúvida fator importante na redução das oportunidades de investimento, excluídas as inversões para substituição de instalações ou maquinaria existentes. É evidente que, se todas as necessidades humanas fossem satisfeitas ou quase satisfeitas, o aumento do número de consumidores seria *ex hypothesi* a única nova fonte adicional da procura. Mas, à parte essa possibilidade, a diminuição da taxa de crescimento da população não prejudica *per se* as oportunidades de investimento ou a taxa de crescimento da produção *per capita**. (* Isso é certo também no que tange a um pequeno declínio nos números absolutos de população, como pode ocorrer antes de muito tempo na Grã-Bretanha (veja o trabalho de E. CHARLES, London and Cambridge Economic Service, Memo. n.º 40). Um declínio absoluto considerável provocaria problemas adicionais. Mas esses deixaremos de lado, pois não se pode esperar que isso aconteça no espaço de tempo sob estudo. Um outro problema econômico, além de político e sócio-psicológico, ocorre com o envelhecimento da população. Embora esses problemas já se façam sentir — já há praticamente um partido de anciãos — falta-nos tempo para estudá-los. Mas deve ser observado que, enquanto a idade de aposentadoria permanecer a mesma, a percentagem dos que devem ser atendidos em vez de contribuir, não será afetada pela menor percentagem de pessoas de menos do 15 anos.) Podemos convencer-nos facilmente da validade dessa opinião através de um breve exame dos argumentos contrários habitualmente propostos.

Por um lado, sustenta-se que a taxa decrescente de aumento da população resultará *ipso jacto* num ritmo decrescente de aumento da produção e, daí, do investimento, porque restringe a expansão da procura. Mas isso não acontece. Necessidade e procura são duas coisas diferentes. Se fossem iguais, a procura seria muito maior nas nações mais pobres. Na realidade, a parte da renda libertada pela decrescente taxa de natalidade pode ser desviada para outros canais, (144) e o é especialmente nos casos em que o desejo de dispor de mais dinheiro para gastos privados é justamente o motivo da diminuição do número de nascimentos. A esse respeito podia ser proposta uma argumentação razoável, alegando-se que as curvas da procura característica de uma população em crescimento são facilmente calculáveis e que, dessa maneira, ofereceriam oportunidades particularmente seguras ao investimento. Os desejos que dão origem às oportunidades alternativas, no entanto, e num determinado estado de atendimento das necessidades, são tão previsíveis como as outras. Naturalmente, os prognósticos para certos

ramos isolados da produção — a agricultura, por exemplo — não são tão brilhantes. Mas estes não devem ser confundidos com a previsão sobre a produção total*. (** Parece haver a impressão entre muitos economistas de que o aumento de população por se assegura uma outra fonte de procura de investimentos. Pois, todos esses novos trabalhadores não deveriam ser abastecidos de ferramentas e correspondentes matérias-primas? No entanto, essa necessidade não é absolutamente evidente. A menos que se permita que o aumento reduza os salários, essa consequência sobre a oportunidade de investimentos carece de fundamento e, mesmo no caso oposto, teria de ser esperada a redução do investimento por cabeça da população empregada*)

Por outro lado, podemos argumentar que a decrescente taxa de aumento da população, do ponto-de-vista da oferta, tenderá a restringir a produção. No passado, o rápido crescimento constitui frequentemente um dos elementos determinantes da produção, isso é indubitável; mas podemos também deduzir ao contrário que a escassez cada vez maior da mão-de-obra poderá ser também uma força limitadora. Esse argumento, todavia, é muito pouco discutido, e por boas razões. A observação de que, em princípios de 1940, a produção da indústria manufatureira dos Estados Unidos era superior em 120% à média de 1923-1925, ao passo que o emprego industrial aumentara em apenas 100%, constitui resposta satisfatória para o futuro previsível. O volume da atual média de desemprego; o fato de que, com a queda da natalidade, as mulheres estão sendo cada vez mais desviadas para o trabalho produtivo e que a decrescente taxa de mortalidade representa um prolongamento do período útil de vida; o suprimento inesgotável de máquinas que poupam o esforço humano; a possibilidade, aumentando em relação ao que seria possível no caso de rápido aumento da população, de evitar fatores complementares de produção de qualidade inferior (conjurando, em parte, a operação da lei da renda decrescente) — todos esses fatos dão amplo apoio à opinião de COLIN CLARK, de que o produto por homem-hora aumentará na próxima geração. **(145)**

Evidentemente, o fator mão-de-obra pode ser tornado artificialmente escasso com a adoção de políticas de altos salários e menos número de horas de trabalho e a intervenção política, prejudicando a disciplina do contingente obreiro. A comparação do rendimento econômico, nos Estados Unidos e França, no período de 1933 a 1940 com o que aconteceu no Japão e Alemanha na mesma época sugerem que, na verdade, algo semelhante já ocorreu. Esse fenômeno, no entanto, enquadra-se no grupo de fatores ambientais.

Como nossa argumentação mostrará à saciedade dentro em breve, estamos muito longe de

considerar sem importância o fenômeno ora discutido. Consideramos a decrescente taxa de natalidade um dos aspectos mais característicos da nossa época. Veremos que, mesmo do ponto-de-vista puramente econômico, o fenômeno é de magna importância, tanto como sintoma tanto como causa de uma motivação em fase de transição. Trata-se, no entanto, de matéria extremamente complicada. Estamos interessados aqui apenas nos efeitos mecânicos da queda de taxa de natalidade, efeitos estes que de nenhuma maneira justificam a previsão pessimista quanto ao desenvolvimento da produção *per capita* nos próximos 40 anos. Sendo assim, os economistas que predizem um *colapso* nesta base, simplesmente fazem aquilo que infelizmente sempre tenderam a fazer: da mesma maneira que, outros, assustaram o público, baseados em argumentação inadequada, com o perigo econômico de um número excessivo de bocas a alimentar, * amedrontam-no agora, sem melhores argumentos, com o perigo econômico da carência. (** Todas as previsões sobre as futuras populações, baseadas nas do século XVII, foram praticamente erradas. Mas para isso há alguma desculpa e até mesmo para a doutrina de MALTHUS. Mas não podemos ver desculpa para sua sobrevivência. Já devia estar claro na segunda metade do século XIX que a única coisa valiosa na lei da população de MALTHUS são as suas limitações. A primeira década desse século mostrou, além de qualquer dúvida, que carecia de todo o fundamento. Mas, até mesmo uma autoridade como KEYNES tentou revigorá-la no período do pós-guerra, e ainda em 1925, Mr. H. WRIGHT, no seu livro sobre as populações, falou no "desperdício das conquistas da civilização pelo simples aumento numérico". Será que os economistas algum dia chegarão à maioridade?**)

2. Tratem agora da exploração de novas terras — aquela oportunidade ímpar para os investimentos que jamais será repetida. Mesmos se admitirmos, para argumentar, que as fronteiras geográficas da humanidade estão fechadas para sempre — o que não se justifica por si mesmo, tendo em vista que hoje há desertos onde outrora se erguiam cidades populosas e verdejavam campos — e se admitirmos ainda que nada contribuirá tanto para o *bem-estar humano* como os (146) alimentos e matérias-primas extraídas dessas terras — o que é mais plausível — não se segue absolutamente a conclusão de que a produção total *per capita* deve necessariamente declinar, ou aumentar em ritmo mais lento, no próximo meio século. Tal possibilidade teria realmente de ser esperada se as terras abertas no século XIX na esfera capitalista tivessem sido exploradas de tal maneira que inevitavelmente trouxessem agora rendas decrescentes. Isto, no entanto, não aconteceu e, como acabamos de demonstrar, a decrescente taxa de natalidade afasta da esfera das considerações práticas a idéia de que a reação da natureza ao esforço humano já é, ou será, menos generosa do que sempre foi. O progresso tecnológico contribuiu eficientemente para inverter esta tendência. Uma das previsões mais seguras que podemos fazer atualmente é que, no futuro previsível, viveremos num *embarras de richesse*

tanto de alimentos como de matérias-primas, permitindo que a produção total cresça tanto quanto o tolerarem nossas possibilidades. Aliás, o mesmo se aplica também aos recursos minerais.

Resta uma outra possibilidade. Embora nada indique que a atual produção de alimentos; e materiais *per capita* tenda a diminuir, podendo, na verdade, até mesmo aumentar, as grandes oportunidades para os empreendimentos e, daí, para os investimentos criadas pelo trabalho de exploração de novas terras parecem ter desaparecido com a conclusão da tarefa, ao mesmo tempo que se prevê toda sorte de dificuldades com a resultante diminuição de possíveis campos de aplicação para as economias. Admitamos novamente, para argumentar, que tais países já se desenvolveram ao máximo e que as economias, não conseguindo adaptar-se à diminuição de oportunidades, poderão dar motivos a perturbações e desperdícios, a menos que surjam novos campos de inversão. Ambas as presunções são, sem dúvida, profundamente irrealistas. Mas não precisamos estudá-las a fundo, pois é evidente que o futuro desenvolvimento da produção depende de uma terceira condição, que carece absolutamente de fundamento, isto é, de que não haverá novos campos para investimento.

Essa terceira hipótese é simplesmente fruto de falta de imaginação e serve de exemplo de um erro que amiúde desfigura a interpretação histórica. Os aspectos peculiares de um processo histórico qualquer que impressionam o estudioso tendem, em seu espírito, a assumir a posição de causas fundamentais, justifique-se ou não esse papel. Tomemos um exemplo; o movimento habitualmente descrito como *ascensão do capitalismo* coincide, aproximadamente, com o influxo de prata das minas de Potosí e com uma situação política na qual as despesas dos príncipes usualmente superavam suas rendas, forçando-os (147) a tomar um empréstimo depois do outro. Ambos esses fatos foram sem dúvida importantes para uma série de fenômenos econômicos que ocorreram naquela época, pois até mesmo as revoltas de camponeses e crises religiosas podem legitimamente ser relacionadas com eles. O estudioso, em vista disso, conclui precipitadamente que o nascimento da ordem capitalista é consequência direta desses fatores e que sem eles (e outros poucos fatores do mesmo tipo) o mundo feudal não se teria transformado no mundo capitalista. Trata-se aqui de uma asserção para a qual não existe, na base dos argumentos propostos, qualquer justificação. Podemos, quando muito, afirmar que os acontecimentos evoluíram ao longo dessas linhas, o que não exclui absolutamente a

possibilidade de ter havido outras. E por falar nisso, não podemos nem mesmo sustentar que apenas tais fatores facilitaram a evolução capitalista, pois se o fizeram em alguns casos, evidentemente a retardaram em outros.

Da mesma maneira, como vimos no capítulo anterior, as oportunidades para o investimento trazidas pelas novas terras foram únicas, mas apenas no sentido em que todas as oportunidades o são. Nada justifica a suposição de que o *fechamento da fronteira* causará um vácuo ou que todos os passos que dermos nesse vácuo serão necessariamente menos importantes, qualquer que seja o sentido que se dê a essa palavra. A conquista do espaço pode ser muito mais importante do que a conquista da Índia. Não devemos confundir fronteiras geográficas com fronteiras econômicas.

É indubitável que as posições relativas de países ou regiões podem variar de maneira acentuada, à medida que um tipo de oportunidade de investimento substitui o outro. Quanto menor o país ou região e mais intimamente ele estiver ligado a um elemento particular do processo produtivo, menor a confiança que depositaremos no futuro da nação quando esse elemento for esgotado. Países e regiões agrícolas *podem* sofrer prejuízos permanentes em virtude do aparecimento de produtos sintéticos (*rayon*, corantes e borracha sintética, por exemplo). Pouco consolo poderão eles tirar do fato de que, tomado o processo como um todo, haverá lucro líquido na produção total do mundo. E também exato que as possíveis consequências desse fenômeno podem ser intensificadas pela divisão do mundo econômico em esferas hostis de influência. E, finalmente, é inegável também que a única coisa que podemos afirmar sem temor de erro é que o desaparecimento de oportunidades de investimento, consequência da evolução dos novos países — se é que na verdade estão desaparecendo — não cria *necessariamente* um vácuo que afetaria de maneira inevitável o ritmo de crescimento da produção (148) total. Não temos, nada obstante, bases para afirmar que tais oportunidades serão substituídas por outras. Podemos apenas observar que dessas oportunidades outras surgirão naturalmente, seja nesses mesmos países seja em outros. Podemos ter certa confiança na habilidade do sistema capitalista em descobrir ou criar novas oportunidades, uma vez que esta condicionado para obter justamente esse resultado. Tais considerações, no entanto, não invalidam a nossa opinião negativa a respeito das perspectivas do capitalismo. E, recordando as razões que nos levaram a tratar do assunto, o que dissemos acima deve ser suficiente.

3. Argumentação semelhante aplica-se à opinião generalizada de que já foram alcançados os maiores progressos no desenvolvimento tecnológico e que resta fazer apenas descobertas de menor importância. Esta opinião, além de refletir a impressão formada durante e depois da crise mundial — quando uma aparente falta de grandes invenções constituía uma das características da grande depressão — exemplifica ainda melhor do que a noção do *fechamento da fronteira* um erro de interpretação tão comum aos economistas. Vivemos atualmente na base da onda da iniciativa que criou as usinas de geração de eletricidade, a indústria de aparelhos elétricos, a fazenda, o lar eletrificado e o automóvel. Achamos tudo isso maravilhoso, e por mais que façamos não podemos imaginar de onde virão invenções comparáveis. Na verdade, todavia, as promessas com que nos acena apenas a indústria química são muito maiores do que se poderia imaginar, digamos, em 1880, para não mencionar o fato de que a simples utilização dos frutos da era da eletricidade e a construção de casas modernas para as massas seria suficiente para garantir oportunidades de investimento ainda por longo tempo.

As possibilidades tecnológicas constituem ainda um mar desconhecido. Podemos examinar uma região geográfica e avaliar, embora com referência apenas a uma técnica de produção agrícola conhecida, a fertilidade relativa de trechos isolados de terra. Baseados nessa técnica e ignorando seu possível desenvolvimento futuro, podemos até mesmo imaginar (embora essa tentativa seja historicamente errônea) que, em primeiro lugar, serão cultivados os melhores terrenos, em seguida os de qualidade imediatamente inferior, e assim por diante. Em qualquer tempo, durante esse processo, apenas os terrenos inferiores serão reservados para exploração futura. No caso das futuras possibilidades do progresso tecnológico, todavia, não podemos raciocinar da mesma maneira. Pelo simples fato de uns terem sido explorados antes dos outros, não podemos concluir que os primeiros são mais produtivos do que os últimos. *E*, na verdade, (149) os que reservamos para depois, podem vir a ser mais produtivos do que qualquer um dos que estamos cultivando agora. Obtivemos, mais uma vez, um resultado negativo, e que não pode ser transformado em positivo, a despeito do fato de que o *progresso* tecnológico tende, através da sistematização e racionalização da pesquisa e administração, a tornar-se mais eficiente e seguro. No nosso caso, no entanto, o resultado negativo é suficiente: não há razão para esperarmos um ritmo mais lento da produção, em virtude do esgotamento das possibilidades tecnológicas.

4. Restam ainda a ser estudados dois ramos da teoria da oportunidade decrescente para os investimentos. Alguns economistas afirmam que a força trabalhista de todos os países do mundo, numa época ou noutra, teve de ser necessariamente apetrechada do equipamento indispensável. Isto, argumentam eles, foi conseguido mais ou menos no decorrer do século XIX, criando-se ao mesmo tempo uma procura incessante de bens de capital, ao passo que, de hoje em diante, excluindo-se as ampliações, haverá necessidade apenas de reposição de material gasto. O período de apetrechamento capitalista teria sido, por conseguinte, um *iniermezzo* sem igual na História, caracterizado pelo esforço máximo para criar por si mesmo o necessário contingente de ferramentas e máquinas e, dessa maneira, equipar-se para produzir a um ritmo que hoje é impossível manter. É realmente estarrecedor esse quadro do nascimento do regime capitalista. Não haveria maquinaria no século XVIII ou será que nossos antepassados daquela época viviam ainda em cavernas? Se havia maquinaria, por que motivo as adições que se fizeram no século XIX deveriam ter tido efeito mais saturador do que anteriormente? Além disso, as adições ao arsenal do capitalismo são, de maneira geral, competitivas com os preços preexistentes do material, cuja utilidade econômica eliminam. Por isso mesmo, o problema de fornecimento de maquinaria jamais poderá ser resolvido de uma vez por todas. Constituem exceções os casos em que os sobressalentes em maquinaria podem solucionar o problema, o que normalmente poderia ocorrer apenas na ausência do progresso tecnológico. Isto é particularmente verdadeiro nos casos em que novos métodos de produção são peculiares a novas indústrias. Evidentemente, a indústria automobilística não foi financiada com os fundos de depreciação das estradas-de-ferro.

O leitor perceberá, sem dúvida, que, mesmo se aceitássemos as premissas da argumentação precedente, delas não se deduziria necessariamente uma previsão pessimista sobre o ritmo de expansão da produção total. Pelo contrário, poderíamos tirar uma conclusão diametralmente oposta, isto é, a posse de um amplo conjunto de bens **(150)** de capital que, através de sucessivas renovações, atinge à imortalidade econômica, deverá facilitar ainda mais o aumento da produção total. Neste caso, teremos toda a razão. A argumentação depende inteiramente das perturbações que poderiam ser esperadas se uma economia adaptada à produção de bens de capital enfrenta um ritmo de aumento inferior da procura correspondente. Mas essas perturbações, que não ocorrem de maneira repentina, são suscetíveis de serem facilmente exageradas. A indústria do aço, por exemplo, não experimentou grandes dificuldades em se transformar de indústria que produzia quase exclusivamente bens de capital em produtora de bens de consumo

duráveis ou de produtos semiacabados para a produção destas mercadorias. E, embora essa compensação possa não ser possível em todas as indústrias existentes, desse tipo, o princípio subentendido é o mesmo em todos os casos.

A outra variante é a seguinte: os grandes surtos de atividade econômica que costumavam propagar os sintomas de prosperidade por todo o organismo econômico foram sempre vinculados à expansão das despesas dos produtores, as quais, por outro lado, dependiam da construção de novas fábricas e compra de equipamento. Atualmente, alguns economistas descobriram, ou pensam que descobriram, que nos dias que correm os novos processos tecnológicos tendem a exigir menos capital fixo do que no passado, especialmente na época da construção das estradas-de-ferro. Concluem eles que as despesas com a formação de capital diminuirão de agora em diante em importância relativa. Uma vez que tal fenômeno prejudicará aqueles surtos intermitentes de atividade econômica, que evidentemente deram grande contribuição ao ritmo de aumento da produção total, segue-se ainda que este ritmo está destinado a declinar, especialmente se a poupança se mantém no mesmo nível anterior.

Essa tendência dos novos métodos tecnológicos de tornarem cada vez mais econômicos os casos de emprego de capital não foi ainda suficientemente provada. Os elementos estatísticos até 1929 — os dados posteriores não se aplicam a este caso — apontam justamente em sentido contrário. Os defensores da teoria conseguiram apresentar apenas certo número de exemplos isolados, aos quais se pode opor outros tantos. Mas, vamos admitir que tal tendência exista. Temos, então, diante de nós, o mesmo problema formal que tanto preocupou os economistas do passado quando estudaram o caso dos instrumentos que poupavam o trabalho. Poderão prejudicar ou não a massa trabalhista, mas, de maneira geral, ninguém pode negar que são favoráveis ao aumento da produção. E nesta hipótese — excetuando-se as possíveis perturbações no processo do investimento econômico, **(151)** que hoje é moda exagerar — não será diferente do caso dos aparelhos que economizam despesas com bens de capital *por unidade do produto final*. De fato, não estaremos muito longe da verdade se dissermos que quase todos os novos processos que forem economicamente viáveis economizam tanto trabalho como capital. As estradas-de-ferro eram presumivelmente econômicas em relação ao investimento quando comparadas com as despesas que o transporte por carruagem ou carroça, do mesmo número de passageiros e da mesma quantidade de mercadorias, teriam agora requerido. Da

mesma maneira, a produção da seda pela amoreira e bichos-da-seda pode ser mais dispendiosa para o emprego do capital — não estamos bem certos a esse respeito — do que a produção de um volume equivalente de *rayon*. Tal fato pode ser realmente desanimador para os que têm capital já empregado no primeiro sistema. Mas não precisa nem mesmo significar uma diminuição da oportunidade de investimento. E, certamente, não significa necessariamente um declínio no aumento da produção. Os que esperam ver o capitalismo se esfacelar, simplesmente porque a unidade de capital rende mais em efeito produtivo do que outrora, podem ter de esperar muito ainda.

5. Finalmente, uma vez que o assunto é geralmente tratado por economistas que procuram impressionar o público com a necessidade de orçamentos governamentais em *déficit*, um outro ponto jamais deixa de ser ventilado, isto é, que tais oportunidades de investimento são mais convenientes para a empresa pública do que a privada. Isto é verdade, até certo ponto. Em primeiro lugar, com o aumento da riqueza, certos canais de despesa provavelmente se tornam tradicionais, canais esses que não entram necessariamente nos cálculos de lucros e perdas, tais como as despesas com o embelezamento das cidades, saúde pública, e assim por diante. Em segundo, um setor cada vez maior da atividade industrial tende a entrar na esfera da administração pública, tais como os meios de comunicação, docas, produção de energia elétrica, seguros, etc. simplesmente porque a indústria torna-se cada vez mais dócil aos métodos de administração pública. Pode-se, pois, esperar que os investimentos nacionais e municipais se alarguem, tanto absoluta como relativamente, mesmo nas sociedades inteiramente capitalistas, da mesma forma que serão outros os tipos de planificação oficial.

Mas isto é tudo. Mesmo admitindo essa tendência, não necessitamos formular hipóteses sobre o curso dos acontecimentos no setor privado da atividade industrial. Além disso, para os objetivos do presente trabalho, não tem importância se o investimento futuro, com o aumento da produção que o acompanhará, será mais ou menos financiado e administrado por órgãos oficiais ou particulares, a menos que se sustente também que o financiamento oficial se imporá porque o negócio privado não será capaz de enfrentar os *déficits* que se devem esperar na época vindoura em *qualquer* aplicação de capital. Essa possibilidade, no entanto, já foi enfrentada com êxito no passado.

Capítulo 11

A CIVILIZAÇÃO DO CAPITALISMO

DEIXANDO A ESFERA das considerações puramente econômicas, passaremos agora a estudar o complemento-cultural da economia capitalista — a sua *superestrutura* sócio-psicológica, se quisermos usar o jargão marxista — e a mentalidade característica dessa sociedade e, em particular, da classe burguesa. Por absoluta carência de espaço, podemos resumir os fatos mais importantes da seguinte maneira:

Há cinqüenta mil anos passados o homem enfrentou os perigos e oportunidades do meio de uma maneira que alguns sociólogos e etnólogos *pré-históricos* admitem que era, aproximadamente, equivalente à atitude dos selvagens modernos*. (** A pesquisa desse tipo retroage a data muito remota. Mas acreditamos que uma das suas novas fases deveria ser datada a partir dos trabalhos de LUCIEN LÉVY-BRUHL. Veja em particular o seu Fonctions Mentales dam les Cuietés Injérieurs (1909) e Le Surnaturel et la Nature dans le Mentalile Primitive (1931). Há um longo caminho entre a posição sustentada no primeiro e no segundo livro, cujos marcos são discerníveis no Mentalité Primitive (1921) e Uame Primitive (1927). No nosso caso, LÉVY-BRUHL é uma autoridade particularmente útil, pois partilha da nossa tese — na verdade seu trabalho nela se baseia — de que as funções executivas do pensamento e a estrutura mental do homem são determinadas, até certo ponto, pelo menos, pela estrutura da sociedade em que ele vive. Não têm importância, no caso de LÉVY-BRUHL, que seu princípio proceda não de MARX, mas de COMTE.*) Dessa atitude, dois elementos são particularmente importantes para nós: a natureza *coletiva* e *afetiva* do processo mental primitivo e, até certo ponto, por superposição, o papel daquilo que não muito corretamente chamaremos de *mágica*. Pela primeira, entendemos, o fato de que, em pequenos e (154) indiferenciados, ou, pelo menos, não muito diferenciados grupos sociais, as idéias se impõem de maneira muito mais rigorosa sobre a mente individual do que nos agrupamentos grandes e complexos, e que as conclusões e decisões são tomadas por métodos que, para nosso objetivo, podem ser caracterizados como critério negativo. Teríamos aqui a indiferença pelo que chamamos de *lógica* e, sobretudo, pela regra que exclui as contradições. Pela segunda, referimo-nos ao uso de um conjunto de convicções que não está totalmente divorciado da experiência — nenhum expediente mágico pode sobreviver a uma seqüência invariável de fracassos — mas que se insere, na seqüência de fenômenos observados, de entidades e influências baseadas em fontes não-empíricas*. (** Um crítico cordial da passagem acima discordou do autor, dizendo que não poderíamos concebivelmente acreditar no que essas palavras implicavam, pois, neste caso, teria de considerar a força do método como um*

expediente mágico. Pois é precisamente isso o que eu quero dizer, a menos que se concorde que a palavra força é simplesmente um nome para designar uma constante que multiplica a segunda derivada, no que tange ao tempo, do deslocamento.) A semelhança entre esse tipo de processo mental com o processo mental dos neuróticos foi observada por G. DROMARD em 1911 (a sua frase *delire d'interprétation* é particularmente sugestiva) e S. FREUD (*Totem e Tabu*) em 1913. Mas não se segue que essa maneira de raciocínio seja estranha ao homem normal dos nossos dias. Pelo contrário, qualquer discussão de assuntos políticos pode convencer ao leitor que uma grande parte e, no caso da ação, a mais importante dos nossos processos mentais é da mesma natureza.

O pensamento, o comportamento racional e a civilização racionalista, por conseguinte, não implicam a ausência do critério mencionado, mas apenas um lento, mas incessante movimento de expansão de um setor da vida social, no qual indivíduos ou grupos tentam enfrentar determinadas situações, procurando, em primeiro lugar, tirar delas o máximo proveito, mais ou menos — nunca inteiramente — de acordo com seus próprios conhecimentos; em segundo, de fazê-lo de acordo com as regras de coerência que chamamos de lógica, e terceiro, de agir de acordo com presunções que satisfaçam duas condições: que sejam mínimas em número e que cada uma delas possa ser expressada em termos de experiência potencial*. (** Essa frase kantiana foi escolhida para evitar uma rejeição óbvia.*)

A explicação acima é resumida demais, naturalmente, mas atende ao nosso objetivo. Há, no entanto, mais um ponto no conceito de **(155)** civilização racionalista que mencionarei aqui para referência futura. No momento em que o hábito de análise e comportamento racional nos fatos da vida diária torna-se tradicional, vira-se o processo contra a massa de idéias coletivas, criticando-as e, até certo ponto, *racionalizando-as*. Algumas vezes, essa revolta toma a forma de dúvidas sobre a justificação para a existência de reis, papas, subordinados, dízimos e propriedades, Incidentalmente, é importante observar que, embora a maioria de nós aceite tal atitude como indício de um *estágio mais alto* de desenvolvimento mental, essa opinião não é necessariamente, em todos os sentidos, confirmada pelos resultados. A atitude racionalista pode-se lançar ao trabalho com informações e técnicas tão inadequadas, que as ações — e, especialmente, a tendência geral para cortar ou mutilar processos — induzidas por ela podem parecer, a um observador de período posterior, e mesmo de um ponto-de-vista puramente intelectual, inferiores às ações e tendências que a maioria das pessoas sente-se inclinada a atribuir a um baixo quociente de inteligência. Grande parte do pensamento político dos séculos

XVII e XVIII ilustra bem essa verdade sempre esquecida. Não apenas em profundidade de visão social, mas também em análise lógica, o contracriticismo *conservador* de períodos posteriores foi claramente superior, embora tivesse sido motivo de riso para os escritores da *época do Iluminismo*.

A atitude racional presumivelmente impregnou-se na mente humana devido primariamente à necessidade econômica. É à vida econômica diária que nós, como raça, devemos o treinamento elementar no pensamento e comportamento racional. Não hesito em dizer que a lógica é derivada do tipo de decisão econômica ou, para usar uma incisiva frase própria, que o tipo econômico é a matriz da lógica. Essa suposição parece plausível quando encarada da seguinte maneira: suponhamos que um homem primitivo usa a mais elementar de todas as máquinas, já apreciada aliás pelos nossos primos gorilas, o cajado, e que esse cajado se quebra em suas mãos. Ele pode tentar reparar o dano recitando uma fórmula mágica — por exemplo, murmurar *Oferta, Procura, Planificação e Controle* - na esperança de que, se repetisse essas fórmulas cabalísticas exatamente nove vezes, os dois pedaços se uniriam. Nesse caso, o nosso homem se encontra dentro da esfera do pensamento pré-racional. Se procurar descobrir a melhor maneira de consertar os fragmentos ou tentar conseguir um outro cajado, estar-se-á mostrando racional, no sentido em que empregamos hoje o termo. Naturalmente, ambas as atitudes são possíveis. Mas é inegável que nesta e na maioria das outras ações econômicas o fracasso da fórmula mágica seria muito mais evidente do que o fracasso de qualquer outra fórmula que o faria possivelmente vitorioso (156) na guerra, feliz no amor, ou afastaria um peso da sua consciência. Deve-se isso à inexorável clareza e, na maioria dos casos, ao caráter quantitativo que distingue o econômico de outras esferas da ação humana e, talvez, também à monotonia de um ciclo infundável de necessidades e satisfações econômicas. Uma vez forjado o hábito, ele se estende às demais atividades sob a influência pedagógica de experiências favoráveis, onde se percebe a existência de algo impressionante — o fato.

Esse processo é independente da maneira em que for apresentado e, daí, das roupagens da atividade econômica capitalista, o que também aconteceu com o instinto do lucro e do interesse pessoal. O homem pré-capitalista não foi, na verdade, menos *rapace* do que o homem capitalista. Os servos camponeses, por exemplo, ou os senhores da guerra defenderam seus interesses com uma energia brutal e característica. Mas o capitalismo cria o racionalismo e lhe

acrescenta um novo gume, que se manifesta de duas maneiras interligadas.

Em primeiro lugar, exalta a unidade monetária — que não foi, em si mesma, criação capitalista — transformando-a em unidade contábil, isto é, converte a unidade do dinheiro em instrumento de cálculos racionais de custo e de lucro, do qual o grande monumento é o sistema contábil de partidas dobradas*. (** A importância desse elemento foi salientada, e mere sua frisada, por SOMBART. A contabilidade por partidas dobradas constitui o último passo em uma estrada longa e tortuosa. O seu predecessor em linha reta foi o costume de fazer, de quando em quando, um inventário e calcular os lucros ou prejuízos. Veja-se A. SAPORI, na Biblioteca Storica Toscana, VII, 1932. O tratado de LUCA PACIOLI sobre contabilidade, de 1494, constitui, por sua data, um importante marco. E para a história e sociologia do Estado, é necessário observar que a contabilidade racional não interferiu na administração dos fundos públicos até o século XVIII e, ainda assim, de maneira imperfeita, na forma primitiva da contabilidade cameralista.*) Sem nos aprofundarmos no estudo desse problema, podemos notar, de passagem que, sendo primariamente um produto da evolução da racionalidade econômica, o cálculo do custo-lucro por sua vez reage sobre o racionalismo e, ao cristalizá-lo e defini-lo numericamente, dá um impulso poderoso à lógica do regime de livre iniciativa. E assim definido e quantificado para o setor econômico, esse ripo de lógica, atitude ou método inicia sua marcha vitoriosa, subjugando e racionalizando as filosofias e instrumentos do homem, suas práticas médicas, suas idéias sobre o universo, visão da vida, tudo, enfim, incluindo seus conceitos de beleza, justiça e aspirações espirituais. (157)

Nesse sentido, é altamente significativo que a moderna ciência matemático-experimental tenha evoluído nos séculos XV, XVI e XVII, não apenas acompanhando o processo social usualmente descrito como *nascimento do capitalismo*, mas à margem da fortaleza do pensamento escolástico e enfrentando hostilidade desdenhosa. No século XV, a Matemática tratava sobretudo de questões de Aritmética comercial e dos problemas ligados à Arquitetura. Os instrumentos mecânicos úteis, inventados por artesãos, foram a fonte da Física moderna. O robusto individualismo de GALILEU era o individualismo de uma classe capitalista que se formava. O cirurgião começou a superar a parteira e o barbeiro. O artista, que era simultaneamente engenheiro e homem -de negócios individual, tipos imortalizados nas figuras de DA VÍNCI, ALBERTI, CELLINI, e até mesmo do próprio DÜRER, que traçava planos para levantamento de fortificações, ilustram melhor com seus exemplos o que poderíamos dizer aqui com palavras. Ao ferretear esse estado de coisas, os professores escolásticos das universidades italianas mostravam mais bom senso do que lhes atribuímos geralmente. A dificuldade não

residia nas proposições individuais inortodoxas. Qualquer bom estudioso poderia torcer o seu texto de maneira a ajustá-lo ao sistema de COPÉRNICO. Mas esses professores perceberam com grande acuidade a natureza do espírito oculto por trás dessas tendências — o espírito do individualismo racionalista, o espírito criado pelo capitalismo em evolução.

Em segundo, o novo capitalismo produziu não apenas a atitude mental da ciência moderna, que consiste em fazer certas perguntas e procurar respondê-las de certa maneira, mas também os homens e os meios. Ao subverter o meio feudal e perturbar a paz intelectual da casa senhorial e da aldeia (embora, evidentemente, sempre houvesse fartos motivos para discussões e desacordo entre os muros dos conventos), mas, especialmente, ao criar espaço social para uma nova classe que se fundamentava no êxito pessoal no campo econômico, atraiu, por outro lado, para esse campo, as vontades fortes e as mentes de boa tempera. A vida econômica pré-capitalista não assegurava condições para o êxito que transpõe barreiras de classe ou, em outras palavras, é suscetível de criar posições sociais comparáveis com as dos membros das então classes dominantes. Não que impedisse a ascensão social em geral*. (** Estamos muito inclinados a considerar a estrutura medieval como estática ou rígida. Na verdade, havia uma incessante — para usar a expressão de PARETO — circulação das aristocracias. Os elementos que faziam parte da camada superior em 900 haviam desaparecido, para todos os fins práticos, pelas alturas de 1500.*) Mas a atividade comercial era, de maneira. **(158)** geral, essencialmente de caráter subordinado, mesmo nos casos do auge do êxito dentro das corporações de artesãos, da qual raramente se podia evoluir. Os principais campos de progresso e grandes vantagens eram a Igreja — quase tão aberta na Idade Média como agora — e os serviços administrativos dos grandes latifundiários e a hierarquia dos senhores feudais — também acessível aos homens física e psicologicamente capazes até meados do século XX e não tão inacessível daí em diante. Somente depois de ter a empresa capitalista — de caráter comercial e financeiro a princípio, e passando, então, aos campos da mineração e indústria — expandido suas possibilidades, foi que a habilidade fora do comum e a ambição começaram a escolher o mundo dos negócios como um terceiro campo de atividade. O êxito era rápido e brilhante, embora tenha sido muito exagerado no que tange ao *status* social que o acompanhava naquela época. Se examinarmos cuidadosamente as carreiras de JACOB FUGGER e AGOSTINO CHIGI, por exemplo, ficaremos logo convencidos que eles pouco tiveram a ver com a formulação da política de CARLOS V ou do Papa LEÃO X e que pagaram muito caro pelos privilégios de que gozavam*. (** Os MEDICI não constituem realmente uma exceção. Pois, embora a riqueza de que dispunham lhes ajudasse a adquirir o controle da comunidade florentina, é este controle e não a riqueza per se que explica o papel desempenhado pela família. De qualquer maneira, foram os únicos mercadores que atingiram uma situação de igualdade com a camada superior do mundo feudal. Encontramos as exceções*

reais apenas nos casos em que a evolução capitalista criou um meio ou rompeu de cima abaixo a camada feudal — em Veneza e nos Países-Baixos. por exemplo.) Nada obstante, o êxito do empresário independente era suficientemente fascinante para interessar a todos, salvo as camadas mais altas da sociedade feudal, e atrair as melhores mentes e, usando-as, gerar ainda mais êxito e vapor adicional para o motor racionalista. Nesse sentido, o capitalismo, e não apenas a atividade econômica em geral, foi, afinal de contas, a força propulsora da racionalização do comportamento humano.

E, finalmente, encontramos-nos face a face com o objetivo imediato * ao qual esse complexo, se inadequado argumento, finalmente nos conduziria. Não apenas a moderna fábrica mecanizada e o volume da sua produção, não apenas a moderna organização tecnológica e econômica, mas todos os aspectos e êxitos da civilização moderna são, direta ou indiretamente, produto do processo capitalista. *(* O objetivo imediato, tendo em vista a análise contida nas últimas páginas, servirá também para outros fins. É, de fato, fundamental para qualquer discussão séria do grande tema do capitalismo e do socialismo.)* Devem ser levados em conta em qualquer balanço que dele se faça. e em qualquer veredicto sobre seus êxitos e fracassos.

Temos a evolução da ciência racional e a longa lista de suas aplicações: aviões, refrigeradores, televisão, enfim, os produtos imediatamente reconhecíveis como produto da economia capitalista. E, embora o hospital moderno não seja administrado com o fim do lucro, é ainda assim produto do capitalismo, e não apenas, para repetir, porque o sistema fornece os meios e a vontade criadora, mas, sobretudo, porque o racionalismo capitalista criou os hábitos mentais que inventaram os métodos usados nesses hospitais. E as vitórias, não ainda completas, mas iminentes, sobre o câncer, a sífilis e a tuberculose poderão ser consideradas com muita justiça êxitos do capitalismo, como os automóveis, os oleodutos e o aço Bessemer. No caso da medicina, os métodos são tipicamente capitalistas, não só porque, até grande parte trabalham de acordo com o espírito comercial, mas porque são um produto da burguesia comercial e industrial. Mas, mesmo que não fosse assim, a moderna medicina e a higiene ainda seriam subprodutos do processo capitalista, como o é a educação moderna.

Há uma arte e um estilo capitalistas de vida. Se nos limitarmos à pintura, por exemplo, tanto por questões de espaço como também porque nesse campo nossa ignorância é ligeiramente menor do que em outros, e se (erradamente., supomos) concordarmos em considerar começo de

uma época os afrescos de GIOTTO e daí seguirmos a linha (lamentáveis como são todos os argumentos *lineares*) GIOTTO — MASACCIO — VINCI — MIGUEL ÂNGELO — GRECO, não obstante a importância que se atribua ao místico ardor deste último, ninguém que tenha olhos para ver poderá destruir nosso ponto-de-vista. Se projetada, essa linha (percebemos claramente essa implicação) poderia levar-nos (ainda que forçada) ao contraste entre DELACROIX e INGRES e, em seguida, a CÉZANNE, VAN GOGH, PICASSO ou MATISSE. A liquidação expressionista do objeto resulta em uma conclusão admiravelmente lógica. A história do romance capitalista (culminando no romance de GONCOURT: *O documento-análise*) ilustraria ainda melhor nosso argumento. Mas tudo isso é claro. A evolução do estilo capitalista de vida pode ser fácil, e talvez, de maneira mais impressionante, descrito em termos da evolução da moderna roupa de passeio.

Temos finalmente tudo o que pode ser agrupado em torno do núcleo simbólico de liberalismo gladstoniano. A expressão *democracia individualista* serviria igualmente bem — melhor, na verdade, porque desejamos tratar de certos assuntos que GLADSTONE não teria aprovado (160) e de uma atitude moral e espiritual que, entrincheirado na cidadela da fé, ele na verdade odiava. Dito isso, poderia abandonar a argumentação se a liturgia radical não consistisse principalmente de pitorescas negativas do que desejo de deixar provado. Os radicais podem insistir que as massas estão ainda clamando pela salvação do intolerável sofrimento e que arrastam suas cadeias na escuridão e desespero, mas, evidentemente, nunca houve muita liberdade de corpo e espírito para *todos*, nem tanta disposição para suportar e mesmo financiar os inimigos mortais da classe dominante, nem tanta simpatia positiva pelos sofrimentos reais ou fingidos e tampouco tanto entusiasmo em aceitar os fardos como na moderna sociedade capitalista. As democracias que surgiram à parte das comunidades de camponeses evoluíram historicamente no rastro do capitalismo antigo e moderno. Mais uma vez, podemos ir buscar no passado numerosos fatos para construir uma contra-argumentação, que seria eficiente, mas que é irrelevante numa discussão das condições atuais e alternativas futuras*. (* *O próprio MARX, em cujo tempo condenações desse tipo não eram tão absurdas como hoje, evidentemente julgou desejável fortalecer seu argumento demorando-se no estudo de condições que, mesmo nessa época, já haviam passado ou estavam desaparecendo rapidamente.*) Mas, se decidirmos adotar uma dissertação histórica, verificaremos que, até mesmo muitos dos fatos que parecem os mais convenientes aos críticos radicais para seus objetivos, muitas vezes se apresentam de maneira diferente se examinados à luz de uma comparação com os fatos correspondentes da experiência pré-capitalista. E não podemos alegar que *aqueles tempos eram*

diferentes, pois foi precisamente o processo capitalista que produziu essa diferença.

Dois pontos, em particular, devem ser mencionados. Observamos, anteriormente, que a legislação social, ou, de maneira geral, a transformação institucional em benefício das massas, não foi simplesmente um fardo imposto à sociedade capitalista, devido à necessidade inelutável de minorar a miséria crescente dos pobres, mas, sim, que, além de elevar o padrão-de-vida das massas, em virtude dos seus efeitos automáticos, o processo capitalista forneceu a essa legislação não só os meios, mas, principalmente, a *vontade*. Essa palavra grifada necessita de explicação, que é encontrada no princípio do racionalismo em propagação. O processo capitalista racionaliza o comportamento e as idéias e, ao fazê-lo, expulsa da nossa mente, juntamente com as crenças metafísicas, as idéias românticas e místicas. Dessa maneira, reformula não apenas os métodos empregados para a consecução de fins, mas os próprios fins. **(161)** O *pensamento livre*, no sentido do materialismo monista, o laicismo e a aceitação pragmática do mundo, do lado de cá da sepultura, derivam-se do capitalismo, não realmente por necessidade lógica, mas como coisa natural. O sentido herdado do dever, por um lado, privado de sua base tradicional, concentra-se em idéias utilitárias sobre o melhoramento da humanidade e que, muito ilógicamente, na verdade, parece justificar a crítica racionalista com mais êxito, digamos, do que o temor a Deus. Por outro lado, a mesma racionalização da alma retira dos direitos de classe toda a auréola de prestígio superempírico. Isto, por conseguinte, juntamente com o entusiasmo tipicamente capitalista pela *eficiência* e pelo *serviço* — tão diferente do conjunto de idéias que teria sido associado a tais palavras pelo *Cavaleiro Errante* de outrora — gera a *vontade* dentro da própria burguesia. O feminismo, um fenômeno basicamente capitalista, ilustra ainda mais claramente esse ponto. O leitor perceberá naturalmente que essas tendências devem ser compreendidas *objetivamente* e que, por conseguinte, nenhum conjunto de argumentos antifeministas ou antireformistas, ou mesmo qualquer oposição temporária a qualquer medida particular, prova coisa alguma contra esta análise. Tais argumentos são os próprios sintomas das tendências que pretendem combater. Trataremos do mesmo assunto em capítulos posteriores.

A civilização capitalista é ainda racionalista e *anti-heróica*. As duas atitudes são interligadas, naturalmente. O êxito na indústria e no comércio necessita de grande perseverança, mas, ainda assim, a atividade comercial e industrial é basicamente não-heróica no antigo sentido do

Cavaleiro Andante — e a ideologia que glorifica a luta pelo amor à luta e a vitória pelo amor à vitória inevitavelmente fenece no escritório, entre colunas de algarismos. Conseqüentemente, ao possuir bens que podem atrair o ladrão ou o fiscal de impostos e devido ao fato de não partilhar e mesmo aborrecer a ideologia guerreira que colide com seu utilitarismo *racional*, o comerciante e o industrial burgueses são fundamentalmente pacifistas e inclinados a insistir na aplicação dos preceitos morais da vida privada às relações internacionais. Não há dúvida de que, ao contrário da maioria, mas semelhante a outros aspectos da civilização capitalista, o pacifismo e a moralidade internacional foram também esposados em meios não-capitalistas e por entidades pré-capitalistas, na Idade Média, e pela Igreja Romana, por exemplo. O pacifismo e a moralidade internacional moderna são, não obstante, produtos do capitalismo.

Tendo em vista o fato de que a doutrina marxista, especialmente a doutrina neomarxista e mesmo parte considerável da opinião (162) não-socialista, é fortemente contrária a essa posição, torna-se necessário observar que, com esta última afirmação, não queremos dizer que mais de um burguês não lutou bravamente em defesa de seu lar e pátria, ou que comunidades quase puramente burguesas não fossem amiúde agressivas quando isso era conveniente — como nas comunidades vienense e veneziana — ou que todos os burgueses condenassem os lucros de guerra, as vantagens comerciais resultantes da conquista ou se recusassem a ser treinados no nacionalismo guerreiro pelos seus lordes feudais, líderes ou propagandistas de algum grupo especialmente interessado. Sustentamos apenas que, em primeiro lugar, tais exemplos de combatividade capitalista não são, como afirma o marxismo, explicados exclusiva ou primariamente em termos de interesses ou situações de classes que, sistematicamente, engendram as guerras capitalistas de conquista. Era segundo, que existe uma diferença entre fazer o que se considera comércio normal na vida, para qual o homem se prepara incessantemente, e em termos do qual define o êxito ou o fracasso, e fazer aquilo que não se encontra em seu campo, para o qual nem seu trabalho nem sua mentalidade estão preparados e cujo êxito importaria em aumentar o prestígio da menos burguesa de todas as profissões. Em terceiro, que essa diferença manifesta-se, seja no campo internacional, seja nos assuntos internos, contra o uso da força militar e a favor das soluções pacíficas, mesmo nos casos em que o saldo da vantagem pecuniária encontra-se claramente no lado militar, o que, nas circunstâncias modernas, nem sempre é provável. Na verdade, quanto mais basicamente capitalistas forem a estrutura e a atitude de uma nação, mais pacifista e mais inclinada a pensar no custo da guerra ela será. Dada a natureza complexa de cada sistema isolado, essa teoria poderia ser plenamente

justificada apenas à luz de uma detalhada análise histórica. Mas a atitude burguesa em relação às classes militares (exércitos permanentes), o espírito e os métodos pelos quais os países burgueses travam a guerra, além da disposição com que, em todos os casos sérios de conflito prolongado, submetem-se ao domínio não-burguês, são bastante concludentes em si mesmos. A teoria marxista de que o imperialismo é a última fase da evolução capitalista, por conseguinte, cai por terra inevitavelmente, mesmo quando se abstraem as objeções puramente econômicas.

Mas não vamos fazer um resumo, como provavelmente espera o leitor. Isto é, não vamos convidá-lo, antes que ele se decida a pôr sua fé numa alternativa não provada e advogada por homens não-experimentados, a examinar mais uma vez os impressionantes êxitos econômicos e sobretudo culturais da ordem capitalista e as suas imensas possibilidades. Nem tampouco vamos argumentar que tais êxitos e promessas são em si mesmos suficientes para fundamentar uma tese, segundo a qual se devia permitir que o sistema capitalista continue funcionando e, como poderia ser facilmente demonstrado, elimine a pobreza no mundo.

Nada justificaria uma tentativa nesse sentido. Mesmo que a humanidade fosse tão livre para escolher, como o homem de negócios é livre para selecionar entre duas peças diferentes de maquinaria, nenhuma conclusão de valor indisputável se seguiria necessariamente dos fatos e das relações entre os fatos que tentamos descrever. Quanto ao rendimento econômico, nada indica que os homens sejam hoje, na sociedade industrial, mais *felizes* ou *mais abonados* do que no castelo ou aldeia medieval. No que tange ao rendimento cultural, pode-se aceitar todas as idéias expostas acima e, não obstante, odiar do fundo do coração seu utilitarismo e a completa e inerente destruição dos valores espirituais. Além disso, como teremos de frisar novamente na discussão da alternativa socialista, é possível ao homem dar menos importância à eficiência do sistema capitalista, na produção de valores culturais e econômicos, do que ao tipo de ser humano que ele cria e abandona à sua própria discricão, inteiramente livre para destruir sua própria vida. Existe um tipo de radical cuja condenação da civilização capitalista não repousa em outra coisa que não a estupidez, ignorância e irresponsabilidade, e que é incapaz ou não consegue compreender os fatos mais evidentes, para não falar nas suas implicações mais vastas.

Não obstante, favoráveis ou desfavoráveis sobre o rendimento capitalista, tais julgamentos são de pouco interesse, pois a humanidade não tem liberdade para escolher. Deve-se essa

incapacidade não apenas ao fato de não estar a massa em condições de comparar racionalmente alternativas, e de aceitar sem reclamação tudo que lhe impingem, mas porque há uma razão muito mais profunda. Acontecimentos econômicos e sociais movem-se graças ao seu ímpeto próprio e a situação resultante obriga indivíduos e grupos a se comportarem de certa maneira, não importa o que desejem fazer. Isso acontece não por lhe destruir a liberdade de escolha, mas ao modelar as mentalidades dos que podem escolher e, estreitando a lista de possibilidades, do que podem escolher. Se isto é a quintessência do marxismo, então todos nós temos de ser marxistas. Em vista disso, nem mesmo o próprio rendimento do capitalismo é importante para o nosso prognóstico. A maioria das civilizações **(164)** desapareceu antes que tivesse tido tempo de explorar ao máximo todas as suas possibilidades. Por isso mesmo não diremos, baseados no seu rendimento, que o *intermezzo* capitalista será provavelmente prolongado. Na verdade, vamos tirar agora justamente a inferência oposta.

Capítulo 12

PAREDES EM DESMORONAMENTO

I. O OBSOLETISMO DA FUNÇÃO DO EMPRESÁRIO

Ao discutir a teoria da oportunidade decrescente para o investimento, fizemos uma ressalva sobre a possibilidade de que as necessidades econômicas da humanidade talvez algum dia seriam tão completamente satisfeitas que pouco motivo haveria para se levar avante o esforço produtivo. Tal estado de saciedade está indubitavelmente ainda muito distante, mesmo se conservarmos o atual grau de necessidade. E se levarmos em conta o fato de que, à medida que são alcançados padrões mais altos de vida, as necessidades automaticamente se expandem e novas necessidades surgem ou são criadas,* a saciedade torna-se meta fugitiva, sobretudo se incluímos o ócio entre os bens de consumo. Nada obstante, examinemos brevemente essa possibilidade, supondo, ainda mais irrealisticamente, que os métodos de produção alcançaram um estado de perfeição que não mais admite novos melhoramentos.

Surgiria um Estado mais ou menos estacionado. O capitalismo, sendo essencialmente um processo evolutivo, tornar-se-ia atrofiado. Nada mais existiria capaz de interessar o empresário individual. Ficariam eles mais ou menos na situação de generais em uma sociedade em que a paz estivesse definitivamente garantida. Os lucros e, com eles, a taxa dos juros, convergiriam para o nada. A camada burguesa, que vive de lucros e juros, tenderia a desaparecer. A administração da indústria e comércio se transformaria em rotina e o pessoal adquiriria (166) inevitavelmente as características de uma burocracia. O socialismo de um tipo extremamente moderado surgiria automaticamente. A energia humana se desviaria do campo dos negócios, e outras empresas, mas não-econômicas, atrairiam a inteligência e dariam o sal da aventura.

No que tange ao futuro previsível, essa perspectiva é sem importância. Muito mais importante, no entanto, será o fato de que muitos dos efeitos sobre a estrutura da sociedade e organização do processo produtivo, que poderíamos esperar de satisfação aproximadamente

completa das necessidades, ou de uma perfeição tecnológica absoluta, já podem ser esperados de um fenômeno claramente observável nos dias atuais. O próprio progresso pode ser mecanizado, como a administração de uma economia estacionária, e essa situação pode afetar a sociedade capitalista e o empresário independente quase tanto como a cessação do progresso econômico. Para tornar tal possibilidade mais clara, basta redefinir em que consiste, em primeiro lugar, a função do empresário e, em segundo, o que ela significa para a sociedade burguesa e sobrevivência da ordem capitalista.

Vimos acima que a função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante. A construção das estradas-de-ferro na sua primeira fase, a produção de energia elétrica antes da I Guerra Mundial, o vapor e o aço, o automóvel e as aventuras dos tempos coloniais, fornecem exemplos espetaculares de gêneros de negócios que abarcam inúmeros outros menores, inclusive o de transformar em êxito uma determinada marca de salsicha ou escova de dentes. Esse tipo de atividade é primariamente responsável pelas *altas* intermitentes que revolucionam o organismo econômico e as periódicas *recessões* devidas ao efeito desorganizador de novos métodos e produtos. O lançamento de empreendimentos novos desse tipo é problema difícil e constitui uma função econômica distinta. Em primeiro lugar, porque se situam fora das tarefas rotineiras que todos entendem e, em segundo, porque o meio resiste de diversas maneiras, de acordo com as condições sociais. Varia a resistência, desde a simples recusa a financiar ou comprar um novo produto, ao ataque físico contra o homem que o experimenta. A ação confiante, além do campo das reações habituais, e a eliminação da resistência exigem qualidades que estão presentes em apenas uma pequena parte da população e que definem tanto o tipo do empresário (167) como sua função. Essa função, aliás, não consiste essencialmente em inventar coisa alguma ou criar condições que a empresa explore, mas em conseguir resultados.

Essa função social já perde hoje importância e provavelmente perderá cada vez mais rapidamente no futuro, mesmo se o processo econômico, do qual o empresário foi a mola-mestra, continuar sem desfalecimento. Pois, de um lado, é muito mais fácil agora do que no

passado realizar coisas estranhas ao nosso rotineiro campo de atividades. A própria inovação está hoje reduzida à rotina. O progresso tecnológico se transforma cada vez mais em atividade de grupos de especialistas, que fornecem o que se lhes encomenda e fazem o produto operar de uma maneira previsível. A auréola de romance da antiga aventura comercial começa a minguar rapidamente, pois um número cada vez maior de coisas pode ser rigorosamente calculado, quando outrora podia ser apenas visualizado num relâmpago de gênio.

A personalidade e a força de vontade, por outro lado, devem contar necessariamente menos em meios que se acostumaram à mutação econômica, bem exemplificada pela torrente incessante de novos bens de consumo e capital, e que, em vez de a ela resistir, aceita-a como fato natural. A resistência que se fundamenta em interesses ameaçados por uma inovação no processo produtivo provavelmente não desaparecerá enquanto persistir a ordem capitalista. Constitui ainda, por exemplo, o grande obstáculo na estrada da produção em massa de residências baratas, o que pressupõe a mecanização radical e a eliminação total de métodos ineficientes de construção civil. Mas todos os outros tipos de resistência — e, em particular, dos consumidores e produtores — a uma inovação, simplesmente porque é algo novo, desapareceram inteiramente.

Verifica-se, pois, o que o progresso econômico tende a se tornar despersonalizado e automatizado. As juntas e comissões tendem a substituir a ação individual. Mais uma vez, para esclarecer este ponto, vamos socorrer-nos de uma comparação com assuntos militares.

O outrora, até as Guerras Napoleônicas, o generalato implicava liderança, e o êxito era também do comandante, que recebia *lucros* correspondentes, em termos de prestígio social. Sendo o que era a técnica da guerra e a estrutura dos exércitos, a decisão individual e os dotes de comando do general — e até mesmo a sua presença física, cavalgando um animal imponente — eram elementos essenciais nas situações estratégicas e táticas. A presença de NAPOLEÃO era, e teria de ser, sentida nos campos de batalha. Mas isso não mais acontece. O serviço burocrático especializado e oficializado apagará eventualmente a personalidade, o resultado calculável, a *visão*. O comandante (168) não tem mais hoje a oportunidade de atirar-se ao aceso da batalha. Transformou-se em burocrata igual aos outros e, por falar nisso, funcionário que, às vezes, não será tão difícil de substituir.

Tomemos outra analogia da mesma natureza. A guerra na Idade Média era assunto extremamente pessoal. Os cavaleiros encouraçados praticavam uma arte que necessitava de treinamento durante toda a existência. Cada um deles contava individualmente, em virtude de sua habilidade e coragem pessoal. É fácil perceber por que sua arte se transformou na base de uma classe social, no sentido mais rico e completo da palavra. Mas a mutação tecnológica e social solapou e finalmente destruiu tanto a função como a posição dessa classe. A própria guerra continuou a ser travada, se mais e mais mecanizada, chegando a tal ponto que o êxito no que é hoje mera profissão não mais traz a conotação do mérito individual que elevaria não apenas o homem, mas também o seu grupo, a uma posição duradoura de liderança social.

Um processo semelhante (em última análise, o mesmo processo social) solapa o papel e, com este, a posição social do empresário capitalista. O seu papel, embora menos aureolado do que o dos guerreiros feudais, fosse ele grande ou pequeno, é, ou era, uma outra forma de liderança individual, atuando, em virtude do poder e responsabilidade pessoal, por intermédio do sucesso. A posição que hoje ocupa, como a das classes guerreiras, fica ameaçada logo que essa função perde importância no processo social. E nada importa que isto seja devido menos à extinção da necessidade social a que servia do que ao fato de que essas necessidades estão sendo servidas por outros métodos, mais impessoais.

Mas essa tendência afeta a posição de toda a camada burguesa. Embora o empresário não seja, a princípio, necessária ou tipicamente, elemento dessa classe, ele passa a dela fazer parte quando obtém êxito na vida. Assim, embora os empresários não formem de *per se* uma classe social, a camada burguesa os absorve, a suas famílias e relações, recrutando-os e se revitalizando no processo, ao mesmo tempo que as famílias que romperam seus laços ativos com o mundo dos *negócios*, dela são excluídos em uma ou duas gerações. Entre elas estende-se o grosso do que chamamos *industriais*, *comerciantes*, *financistas* e *banqueiros*, que se encontram em fase intermediária entre a aventura do empresário e a administração rotineira da fortuna herdada. A renda de que vive essa classe é produzida, e a sua posição social repousa, no êxito desse setor mais ou menos produtivo (que pode, naturalmente, como nos Estados Unidos, entrar com mais de 90% da camada burguesa) e nos indivíduos que estão prestes a serem **(169)** elevados a essa classe. Econômica e socialmente, direta e indiretamente, por conseguinte, a burguesia depende do empresário e, como classe, viverá e morrerá com ele. Uma fase de transição mais ou menos

prolongada e, finalmente, uma fase em que ele se sentirá simultaneamente incapaz de morrer e viver ocorrerá, provavelmente, como ocorreu no caso da civilização feudal.

Resumindo esta parte da nossa argumentação: se a evolução capitalista, o *progresso*, cessar ou se tornar inteiramente automático, a base econômica da burguesia industrial será reduzida finalmente a salários, semelhantes aos que são pagos por serviços administrativos comuns, excetuando-se os remanescentes das rendas de terra e lucros monopolóides que, tudo indica, continuarão ainda no palco por algum tempo. Uma vez que a empresa capitalista, devido ao seu próprio êxito, tende a automatizar o progresso, impõe-se a conclusão de que tende a se tornar supérflua e fragmentar-se sob a pressão do seu próprio sucesso. A unidade industrial gigantesca perfeitamente burocratizada não somente expulsará a firma pequena ou de tamanho médio e *expropriará* seus possuidores, mas, finalmente, expulsará o empresário e expropriará o burguês, como classe, a qual, nesse processo, arrisca-se a perder não apenas a renda, mas também, o que é infinitamente mais importante, a sua função. Os verdadeiros líderes do socialismo não foram os industriais e agitadores que o pregaram, mas os VANDERBILTS, OS CARNEGIBS e os ROCKEFELLERS. O resultado não pode agradar, em todos os seus aspectos, aos socialistas-marxistas, e ainda menos aos socialistas de (como MARX teria dito) *descrição* mais popular. Mas, na medida em que é apenas prognóstico, não difere tanto do deles.

II. A DESTRUIÇÃO DA CAMADA PROTETORA

Estudamos, até agora, os efeitos do processo capitalista sobre as bases econômicas da camada superior da sociedade capitalista e a posição e prestígio social de que ela goza. Esses efeitos, todavia, se estendem ao quadro institucional que os protege. Ao debater o assunto, usaremos o termo na sua acepção mais vasta, de maneira a incluir não apenas as instituições legais, mas as atitudes do público e a própria política.

1. A evolução capitalista destruiu, em primeiro lugar, ou fez o possível para destruir, o sistema institucional do mundo feudal — o castelo, a aldeia e a corporação de artesãos. Os fatos e o mecanismo em que se desenrolou esse processo são por demais conhecidos para justificar uma longa análise. A destruição se processou através de três maneiras. O mundo artesão foi

destruído principalmente pelos (170) efeitos automáticos da concorrência desfechada pelo empresário capitalista. A ação política, visando à eliminação de organizações e regimes atrofiados, produziu resultados apenas nominais. O mundo do senhor feudal e do camponês sucumbiu primariamente sob os efeitos da ação política e, em alguns casos, revolucionária, limitando-se o capitalismo a dirigir as transformações adaptáveis, digamos, do sistema agrícola feudal alemão, para as unidades de produção agrícola de larga escala. Mas juntamente com essas revoluções industriais e camponesas ocorreu uma mudança não menos revolucionária na atitude habitual das autoridades legislativas e da opinião pública. Juntamente com a velha organização econômica desapareceram os privilégios econômicos e políticos de classes e grupos que outrora nele desempenhavam papel de destaque, particularmente as isenções de impostos e prerrogativas políticas da nobreza latifundiária, gentis-homens e clero.

Economicamente, tudo isso significou o rompimento de muitas cadeias e a demolição de outras tantas barreiras para a burguesia. Politicamente, a substituição de uma ordem na qual o burguês era súdito humilde por outra mais coerente com sua mente racionalista e interesses imediatos. Mas, examinando o processo do ponto-de-vista que hoje prevalece, o observador pode-se perguntar se, em última instância, essa emancipação completa foi boa para a burguesia e para o seu mundo. O fato é que as cadeias não apenas limitavam, mas também protegiam. Antes de prosseguir no nosso estudo, devemos esclarecer e estudar cuidadosamente esse ponto.

2. O processo relacionado com o surgimento da burguesia capitalista e dos Estados nacionais produziu, nos séculos XVI, XVII e XVIII, uma estrutura social que nos pode parecer híbrida, mas que não o era mais, ou mais passageira, do que qualquer outra. Examinemos, por exemplo, o grande exemplo que nos é dado pela monarquia de Luís XIV. O poder real havia subjogado a nobreza latifundiária, mas ao mesmo tempo a conciliava com o oferecer empregos e pensões e aceitar condicionalmente a sua pretensão a uma posição de liderança ou preeminência. O mesmo poder real havia subjogado e se aliado com o clero*. (*O galicanismo nada mais era que um reflexo ideológico dessa situação.) E, finalmente, havia fortalecido seu poder sobre a burguesia, o antigo aliado na luta contra os magnatas territoriais, protegendo e dinamizando suas empresas para explorá-las depois com melhores resultados. Os

camponeses e o pequeno proletariado industrial foram dirigidos, explorados e protegidos de maneira idêntica pela autoridade pública — embora a proteção, no caso do *ancien regime* francês, fosse menos visível do que na Áustria de MARIA TERESA OU (171) JOSÉ II — e, por extensão, pelos latifundiários e industriais. Não tínhamos aqui simplesmente um governo no sentido do liberalismo do século XIX, isto é, uma entidade social que existia para o desempenho de umas poucas funções que seriam financiadas com um mínimo de renda pública. Por princípio, a monarquia tudo dirigia, das consciências às padronagens das fábricas de seda de Lyons e procurava, financeiramente, tirar o máximo de renda. Embora o soberano jamais fosse realmente absoluto, a autoridade pública presidia a todas as atividades.

O diagnóstico correto desse sistema tem a máxima importância para o nosso estudo. O rei, a corte, o exército, a Igreja e a burocracia viviam cada vez mais à custa das rendas criadas pelo processo capitalista. Até mesmo as fontes puramente feudais de renda eram ingurgitadas em consequência do desenvolvimento capitalista da época. E cada vez mais, além disso, a política interna e externa e as transformações nas instituições eram modeladas para se adaptarem e acelerarem esse desenvolvimento. Dessa maneira, os elementos feudais na estrutura da chamada *monarquia absoluta* podem ser classificados apenas como atávicos. Na verdade, esse seria o diagnóstico que se adotaria à primeira vista.

Aprofundando nossa análise, no entanto, descobrimos que esses elementos significam algo mais do que isso. A armação de aço dessa estrutura consistia ainda de material humano da sociedade feudal, material esse que ainda se comportava de acordo com normas pré-capitalistas. Congestionava as repartições públicas, fornecia os quadros do exército, formulava política, funcionava, enfim, como uma *classe dirigente*, e, embora levando em conta os interesses burgueses, procurava deles se diferenciar. A figura dominante, o soberano, era rei pela graça de Deus. Mas a base da sua posição era feudal, não apenas no sentido histórico, mas sociológico também, não importa o quanto se aproveitasse das possibilidades econômicas oferecidas pelo capitalismo. É isto era mais do que atavismo. Tratava-se de uma simbiose ativa de duas camadas sociais, uma das quais sem dúvida apoiava a outra economicamente, mas por seu turno era apoiada politicamente. Seja o que pensarmos dos êxitos ou deficiências desse arranjo, tenha ou não o próprio burguês dele desconfiado mais cedo ou mais tarde, assim como os ociosos e folgazões aristocratas,

constituía ele ainda assim a essência daquela sociedade.

3. E apenas *daquela* sociedade? O curso subsequente dos acontecimentos, melhor exemplificados pelo caso inglês, sugere a resposta. O elemento aristocrático continuou a mandar no poleiro *até o fim do período do capitalismo puro e vigoroso*. Não há dúvida (172) de que esse elemento, embora em nenhum lugar de maneira tão-eficiente como na Inglaterra, absorveu os cérebros da outra camada, que se desviariam normalmente para a política, tornou-se representante dos interesses burgueses e por eles lutou. Teve, evidentemente, de renunciar aos seus últimos privilégios legais, mas, a despeito disso e por objetivos que não eram mais os seus, continuou a dirigir a máquina política, a administrar o Estado e a governar.

A parte economicamente ativa da camada burguesa não ofereceu muita resistência a esses fenômenos. De maneira geral, esse tipo de divisão do trabalho era-lhes conveniente e os agradava. Nos casos em que se revoltaram ou assumiram o poder político sem violência, não deram qualquer exemplo excepcional de arte de governar e *não* se manifestaram capazes de manter a posição conquistada. Não se sabe se é realmente justa a suposição de que esses fracassos se deveram simplesmente à falta de oportunidade de adquirir experiência e, com ela, as atitudes de classe dominante.

Não foi esse o caso. Há uma razão muito mais fundamental para esses fracassos, entre os quais podíamos citar como exemplo as experiências francesa e alemã com as tentativas burguesas de dominar, uma razão que se tornará mais clara se contrastarmos as figuras do industrial e comerciante com o senhor medieval. A *profissão* desse último não apenas o qualificava admiravelmente para a defesa dos seus próprios interesses de classe, pois era capaz de defendê-los até fisicamente, mas também porque o envolvia com uma auréola e o tornava líder. A segunda era importante, mas muito mais ainda era o encanto místico e o ar senhorial, aquela habilidade e hábito de comandar e ser obedecido, envolvido num prestígio reconhecido por todas as classes da sociedade e em cada estação da vida. Esse prestígio-era tão grande e a atitude tão útil, que a posição da classe sobreviveu às condições sociais e tecnológicas que a produziram e se mostrou adaptável, através de uma transformação da função da classe, a condições econômicas e sociais inteiramente diferentes. Com a maior facilidade e graça, os lordes e cavaleiros se metamorfosearam em cortesãos, administradores, diplomatas, políticos e

funcionários de um tipo que nada tinha a ver com o cavaleiro medieval. E, fenômeno-extraordinário quando nele pensamos, um resto daquele velho prestígio sobrevive até hoje e impressiona não apenas as mulheres.

Justamente o oposto ocorre com o industrial e o comerciante. Não os vemos certamente cercados por qualquer vestígio de auréola mística, que é justamente o fator importante quando se trata de dirigir homens. A Bolsa é um pobre substituto para o Santo Graal. Dissemos acima que o industrial e o comerciante, na medida em que **(173)** são também empresários, desempenham também a função de líderes. Mas a liderança econômica desse tipo não se expande prontamente, como a liderança militar do lorde medieval para a liderança de uma nação. Pelo contrário, o Diário e o cálculo de custo absorvem e limitam.

Referimo-nos alhures ao burguês como pessoa racionalista e não-heróica. Defendendo a sua posição ou dobrando a nação de acordo com seu desejo, ele poderá usar apenas métodos racionalistas e não-heróicos. Pode impressionar de acordo com o que o povo espera do seu rendimento econômico, defender seu caso, prometer pagar ou recusar-se a soltar o dinheiro, alugar os traiçoeiros serviços de um *condoitiere* político ou jornalista. Mas isto é tudo, e superestimado quanto ao seu valor político. Tampouco são as suas experiências e hábitos de vida do tipo que cria fascinação pessoal. Um gênio no escritório comercial pode ser, e freqüentemente é, absolutamente incapaz, fora do seu meio, de afugentar um rato, seja na sala de visitas seja na tribuna. Conhecendo isso, ele prefere ser deixado sozinho e deixar também de lado a política.

Mais uma vez, naturalmente exceções ocorrem ao leitor. Mas não significam grande coisa. A atitude correta, o interesse e o êxito na administração das cidades constitui a única exceção importante na Europa e, como se verá, fortalecerá o nosso argumento em vez de enfraquecê-lo. Antes do advento da metrópole moderna, que não é mais assunto burguês, a administração das cidades era semelhante à administração de uma empresa. A compreensão dos seus problemas e a autoridade nos seus bairros eram naturais ao industrial e ao comerciante. Os interesses locais da indústria e comércio forneciam a maior parte do conteúdo de sua política, que, conseqüentemente, podia ser tratada com os métodos e com o espírito do mundo dos negócios. Em circunstâncias excepcionalmente favoráveis, situações únicas surgiam dessas raízes, de que

serve de bom exemplo os casos das repúblicas veneziana e genovesa. O caso dos Países-Baixos é semelhante, e particularmente instrutivo, em vista do fato de que as repúblicas de mercadores falharam invariavelmente no grande jogo da política internacional e que, praticamente em todas as situações de emergência, tiveram de passar as rédeas do governo a um senhor de guerra de origem feudal. No caso dos Estados Unidos, seria fácil citar as circunstâncias singularmente favoráveis — em rápido desaparecimento — que lhe explicariam o caso.

4. A inferência é óbvia: excluindo-se essas condições excepcionais, a classe burguesa está mal preparada para enfrentar problemas, (174) internos e internacionais, que têm normalmente de ser encarados por qualquer país de importância. Os próprios burgueses sentem isso, a despeito da fraseologia que usam e que parece negar esse fato. As massas também o percebem claramente. Dentro do quadro protetor, não construído de material burguês, a burguesia pôde ter algum êxito, não apenas na política defensiva, mas também na ofensiva, especialmente na oposição. Por algum tempo, ela se sentiu tão segura a ponto de se dar ao luxo de atacar a própria estrutura protetora, de que o caso da Alemanha imperial constitui um exemplo perfeito. Mas, sem proteção de um grupo não-burguês, a burguesia é politicamente inerte e incapaz não apenas de liderar a nação, mas até mesmo de defender seus próprios interesses de classe, o que quer dizer que ela necessita de um senhor.

O processo capitalista, no entanto, em vista tanto de sua mecânica econômica como dos seus efeitos socio-psicológicos, desembarçou-se desse protetor e, nos Estados Unidos, nunca lhe deu, ou a um seu substituto, oportunidade de desenvolver-se. As implicações dessa tendência são fortalecidas por outra consequência do mesmo processo. A evolução capitalista elimina não apenas o rei *Dei Gratia*, mas também as bases políticas que, se tivessem sido viáveis, teriam sido formadas pela aldeia ou pela corporação de artesãos. Evidentemente, nenhuma dessas duas organizações poderia ter sido mantida da mesma forma que o capitalismo as encontrou. Mas a política capitalista levou a destruição muito além do que seria inevitável. Atacou o artesão em territórios em que teria podido sobreviver por um tempo indefinido. Forçou o camponês a aceitar todas as bênçãos do primitivo liberalismo (a posse livre, mas desprotegida) e toda a corda individualista de que ele precisava para enforcar-se.

Ao subverter a ordem pré-capitalista da sociedade, o capitalismo derrubou não apenas

barreiras que lhe impediam o progresso, mas também as escoras que lhe impediam o colapso. Esse processo, impressionante em sua inexorável necessidade, não constitui simplesmente a remoção da madeira podre das instituições, mas a separação dos membros da camada capitalista, cuja simbiose era elemento essencial para a sobrevivência do sistema. Tendo percebido esse fato, obscurecido por tantas frases feitas, podemos perguntar se é inteiramente correto considerar o capitalismo como uma forma social *sui generis* ou, na verdade, a última fase de decomposição do que chamamos *feudalismo*. Levando tudo em conta, sentimo-nos inclinados a acreditar que suas peculiaridades são suficientes para constituírem um tipo e aceitar antes como regra do que como exceção essa simbiose de classes, que deve sua existência a épocas e processos diferentes. Pelo menos assim (175) foi regra nos últimos 6.000 anos, isto é, desde que os primitivos cultivadores do solo se tornaram súditos de cavaleiros nômades. Mas tampouco podemos ver qualquer grande objeção contra o ponto-de-vista oposto e referido acima.

III. A DESTRUIÇÃO DO QUADRO INSTITUCIONAL DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Voltamos da nossa digressão com uma carga de fatos alarmantes que são quase, mas não inteiramente, suficientes para justificar o nosso próximo argumento, isto é, que o processo capitalista, quase da mesma maneira em que destruiu o conjunto de instituições da sociedade feudal, solapa as suas próprias bases.

Observamos acima que o próprio êxito da empresa capitalista tende paradoxalmente a enfraquecer o prestígio e valor social de uma classe primariamente ligada a ela, e que a unidade gigante de controle tende a eliminar a burguesia da função à qual deve a sua importância social. A modificação correspondente no significado e a incidental perda de vitalidade das instituições do mundo burguês e das suas atitudes típicas são fáceis de demonstrar.

Por um lado, o processo capitalista solapa inevitavelmente a base econômica do pequeno produtor e comerciante. O efeito que teve sobre as camadas pré-capitalistas repete-se, através do mesmo mecanismo competitivo, na camada mais baixa da indústria capitalista. MARX tem

razão, no particular. E verdade que os fatos da concentração industrial não correspondem inteiramente às idéias impingidas ao público (veja o Capítulo XIX). O processo não foi tão longe e está menos livre de reveses e tendências compensatórias do que se poderia deduzir de numerosas exposições.

Em particular, a empresa em grande escala não apenas aniquila, mas também, até certo ponto, cria espaço para o pequeno produtor e especialmente para a firma comercial. Além disso, no caso de camponeses e fazendeiros, o mundo capitalista se mostrou disposto e capaz de seguir uma dispendiosa, mas eficiente, política de conservação de recursos. A longo prazo, contudo, não pode haver dúvida sobre o fenômeno da concentração e suas conseqüências. Fora do campo agrícola, além disso, a burguesia tem demonstrado pouca sensibilidade ao problema * ou à sua importância para a sobrevivência da ordem capitalista. (** Embora alguns governos o tivessem percebido. O governo da Alemanha Imperial muito se esforçou para combater essa forma de racionalização. No momento, nota-se forte tendência para se fazer o mesmo nos Estados Unidos.*) Os lucros a serem obtidos pela racionalização do processo (176) produtivo e, especialmente, pelo barateamento da tortuosa maneira em que as mercadorias passam da fábrica até as mãos dos consumidores são algo mais do que a mente do homem de negócios típico pode resistir.

Mas é importante compreender precisamente em que consistem essas conseqüências. Um tipo muito comum de crítica social, de que já tratamos, lamenta o *declínio da concorrência* e a assemelha ao declínio do capitalismo, em vista das virtudes que atribui à concorrência e aos defeitos que imputa aos modernos *monopólios* industriais. A monopolização, nesse esquema de interpretação, é uma espécie de arteriosclerose que mina as possibilidades da ordem capitalista através de um rendimento econômico cada vez menos satisfatório. Já estudamos acima as razões para rejeitar essa opinião. Economicamente falando, nem os argumentos em favor da concorrência nem contra a limitação do controle são tão fundamentados como a argumentação parece indicar. E, fracos ou fortes, deixam de lado o ponto importante. Mesmo que a empresa gigante fosse administrada de maneira tão perfeita a ponto de despertar aplausos dos anjos no céu, as conseqüências políticas da concentração ainda seriam o que são. A estrutura política de uma nação é profundamente afetada pela eliminação de um conjunto de empresas pequenas e médias de proprietários-gerentes, os quais, juntamente com seus dependentes, prepostos e contatos, pesam quantitativamente nas urnas e dominam o que podemos chamar de *classe dos contramestres*, o que nenhuma administração de grande empresa poderá fazer. A própria base

da propriedade privada e da liberdade de contrato desaparece numa nação na qual os tipos mais vigorosos, mais básicos e mais importantes desaparecem do horizonte moral.

Por outro lado, o processo capitalista solapa também sua própria estrutura institucional (continuemos a considerar a *propriedade* e a *liberdade de contrato* como *partes pro toto*) dentro do campo de ação das próprias grandes empresas. Excetuando-se os casos, ainda de grande importância, nas quais a sociedade anônima é praticamente de propriedade de um único indivíduo ou família, a figura do proprietário, e com ela o interesse direto e específico do dono, desapareceu inteiramente do quadro. Temos ainda os administradores assalariados e todo o conjunto de gerentes e subgerentes, assim como os grandes e pequenos acionistas. O primeiro grupo tende a adquirir a atitude do empregado e — raramente, se é que em algum caso — identifica-se com os interesses dos acionistas, mesmo nos casos mais favoráveis, isto é, nos casos em que se identifica com os interesses da companhia, como tal. O segundo grupo — mesmo que (177) considere suas ligações com a firma como permanentes e igualmente se agir como a teoria financeira quer que os acionistas se comportem — vive a igual distância das funções e atitudes do proprietário. Quanto ao terceiro grupo, os pequenos acionistas muitas vezes não se preocupam com o que, para a maioria deles, é apenas uma pequena fonte de renda e, se se importarem ou não, raramente se dão ao trabalho de fazê-lo, a menos que eles ou algum dos seus representantes procurem explorar a capacidade que têm de poder eventualmente prejudicar os administradores. Como são freqüentemente maltratados e se consideram, ainda mais freqüentemente, maltratados, habitualmente adotam uma atitude hostil contra as *suas* sociedades anônimas, o mundo dos negócios em geral e, particularmente, quando as coisas andam mal, contra a própria ordem capitalista. Nenhum elemento desses três grupos, nos quais esquematizamos a situação típica, assume incondicionalmente a atitude característica inspirada por aquele curioso fenômeno, tão cheio de significação e passando tão rapidamente que é descrito pela palavra *propriedade*.

Com a liberdade de contrato acontece a mesma coisa. Nos seus tempos áureos significava o contrato isolado inspirado pela escolha individual, dentro de um número infinito de possibilidades. O estereotipado, desindividualizado, impessoal e burocratizado contrato de hoje (essa hipótese tem aplicação muito mais geral, mas, *a priori*, podemos atribuí-la ao contrato do trabalho) encerra apenas pequena liberdade de escolha e quase sempre se reduz a um *c'est à*

prendre ou à laisser, e não conserva nenhum dos seus aspectos tradicionais, o mais importante dos quais torna-se impossível numa época em que firmas gigantescas negociam com outros gigantes ou com massas impessoais de operários e consumidores. O vazio está sendo preenchido por um crescimento luxuriante de novas estruturas legais. E basta um pouco de reflexão para nos convencer que não poderia ser de outra maneira.

Dessa maneira, o processo capitalista empurra para um segundo plano todas as instituições, particularmente a propriedade e a liberdade de contrato, que expressavam as necessidades e as práticas da atividade econômica realmente privada. Nos casos em que não as elimina inteiramente, como já aconteceu com a liberdade de contrato no mercado de trabalho, consegue os mesmos fins ao modificar a relativa importância das formas legais existentes (as formas legais inerentes às sociedades anônimas, por exemplo), criando aquelas próprias à sociedade de participação ou à firma individual, ou ao mudar seu conteúdo e significação. O processo capitalista, ao substituir as paredes e as máquinas de uma fábrica por um simples (178) pacote de ações, emascula toda a idéia da propriedade. Relaxa o controle que foi outrora tão forte — o controle no sentido do direito legal e a capacidade real de agir como se entendia e também o controle no sentido de que o dono do título perde a vontade de lutar até o fim econômica, física e positivamente, por *sua* fábrica e seu domínio sobre ela e manter seus direitos. Essa evaporação do que poderíamos chamar *a substância material da propriedade* — sua realidade visível e palpável — afeta não apenas a atitude dos proprietários de ações, mas também a dos operários e do público em geral. A propriedade desmaterializada, desfuncionalizada e ausente não impressiona nem desperta apoio moral, como o fazia a propriedade real. Finalmente, não restará *ninguém* que se mostre realmente disposto a defendê-la, ninguém dentro ou fora das grandes empresas.

Capítulo 13

HOSTILIDADE CRESCENTE

I. A ATMOSFERA SOCIAL DO CAPITALISMO

BASEADOS NA ANÁLISE dos dois capítulos precedentes, não será difícil compreendermos de que maneira o processo capitalista produziu essa atmosfera de hostilidade quase geral à sua própria ordem social e a que nos referimos no início desta parte do presente livro. O fenômeno é tão surpreendente e as explicações marxistas e populares tão inadequadas que se faz necessário levar a teoria um pouco mais longe.

1. Como vimos anteriormente, o processo capitalista terminará por reduzir a importância da função que constitui o próprio fundamento da classe que lhe toma o nome. Vimos também que tende a corroer a camada protetora, aniquilar suas próprias defesas e dispersar as suas hostes. E, finalmente, notamos que o capitalismo produz uma atitude crítica de espírito que, depois de haver destruído a autoridade moral de tantas outras instituições, vira-se, por fim, contra ela própria. O burguês descobre, espantado, que a atitude racionalista não se satisfaz em contestar as credenciais dos reis e papas, mas continua, atacando a propriedade privada e todo o esquema de valores burgueses.

A fortaleza burguesa, por conseguinte, torna-se indefesa. E uma posição indefesa convida à agressão, especialmente se o botim é rico. Os agressores criarão dentro de si um estado de hostilidade racionalizadora, * como acontece sempre com todos os agressores. (** Espero que não haja incompreensão devida ao fato de o autor usar o verbo racionalizar em dois sentidos diferentes. Uma instalação industrial está sendo racionalizada quando se aumenta sua eficiência produtiva por unidade de custo. Racionalizamos uma ação quando procuramos, para nós ou para outros, razões que satisfaçam ao nosso padrão de valores, não importa de que natureza sejam os nossos impulsos.*) Não há **(180)** dúvida que é possível, por algum tempo, mantê-los ao largo mediante o suborno. Mas esse último recurso falha logo que eles descobrem que podem conseguir tudo. Em parte, essa presunção explica o que nos propúnhamos esclarecer. Na medida em que é válida essa argumentação (uma vez que, está claro, não explica todo o fenômeno), esse

elemento da nossa teoria é confirmado pela alta correlação que existe historicamente entre o desamparo capitalista e a hostilidade à ordem capitalista. Houve muito pouca hostilidade no princípio, quando a posição da burguesia estava segura, embora houvesse então muito mais razão para ela. Mas a hostilidade se espalhou, com o desmoronamento das paredes protetoras.

2. Mas, poder-se-ia perguntar (e de fato o perguntam com ingênuo espanto numerosos industriais que acreditam honestamente que estão cumprindo seu dever para com todas as classes da sociedade) por que deveria a ordem capitalista necessitar de proteção de forças extracapitalistas ou lealdades extra-rationais ? Não poderia sair vitoriosa da provação? Não mostra a nossa argumentação anterior suficientemente bem que a ordem capitalista possui credenciais de utilidade para exhibir? Não se poderia basear uma defesa perfeita nessas credenciais? E esses mesmos industriais não deixarão certamente de observar que um operário sensato, pesando os prós e contras do seu contrato com, digamos, uma das grandes companhias de aço ou de automóvel, poderia muito bem chegar à conclusão de que, levando tudo em conta, ele não está em situação tão ruim, afinal de contas, e que as vantagens nessa barganha não ficam apenas de um lado. Sim, certamente, mas com a ressalva de que tudo isso é irrelevante.

Pois, em primeiro lugar, constitui erro acreditar que o ataque de natureza política origina-se primariamente de uma queixa e que pode ser detido mediante uma justificação. A crítica política não pode ser refutada eficazmente por um argumento racional. Baseando-se no fato de que a crítica à ordem capitalista tem origem numa atitude mental, isto é, numa atitude que desdenha a lealdade e valores extra-rationais, não se segue que a refutação racional seria aceita. Tal refutação pode dilacerar as roupagens racionais do ataque, mas jamais atingir a força propulsora extra-razional que por trás dele sempre se esconde. O racionalismo capitalista não liquida esses impulsos sub ou super-rationais. Simplesmente os descontrola ao remover o freio da tradição sagrada ou semi-sagrada. Numa civilização que carece dos meios e mesmo da vontade de discipliná-las, eles se revoltarão. E no momento em que se levantarem, pouco importa numa cultura racionalista que suas manifestações sejam de alguma forma racionalizadas. Da mesma maneira que jamais se pediu aos reis, lordes e papas que **(181)** apresentassem suas credenciais de utilidade com um estado de espírito equilibrado, aceitando-se a possibilidade de uma resposta satisfatória, assim também será julgado o capitalismo perante juízes que já trazem a sentença de morte no bolso do colete. Aplicarão a sentença, seja qual for a defesa. O único êxito que a defesa

pode conseguir é uma modificação das acusações. A razão utilitária, de qualquer maneira, será muito débil como mola propulsora de uma ação coletiva. Em nenhuma hipótese poderá enfrentar os determinantes de uma conduta extra-racional.

Em segundo lugar, o êxito da acusação torna-se bem compreensível logo que percebemos o que acarretaria a aceitação da defesa do capitalismo. Essa defesa, mesmo que muito mais forte do que é atualmente, jamais poderia ser tornada simples. O povo em geral teria de possuir uma intuição e poder de análise que estão muito além de sua capacidade. Além do mais, todos os absurdos que já se disseram a respeito do capitalismo sempre tiveram por paladino algum pretense economista. Mas, mesmo que isso não seja levado em conta, o reconhecimento racional do rendimento econômico do capitalismo e das esperanças que encerra para o futuro exigiriam uma façanha moral quase impossível para os desprotegidos da sorte. Essas realizações sobressaem apenas se adotamos uma perspectiva vasta. Toda a argumentação pró-capitalista deve se basear em considerações a longo prazo. A curto prazo, os lucros e a ineficiência dominam o quadro. Resignando-se com o destino, o igualitarista e o cartista do passado se confortavam com a esperança de uma vida melhor para seu tataraneto. Para se identificar com o sistema capitalista, o desempregado de hoje teria de esquecer inteiramente seu destino pessoal, e o político de hoje a sua ambição. Os interesses a longo prazo da sociedade estão tão profundamente embebidos na camada superior da sociedade burguesa que é perfeitamente normal que sejam considerados como interesses apenas daquela classe. No que tange às massas, o que as interessa é a perspectiva a curto prazo. Da mesma maneira que Luís XV, eles acreditam que *après nous le déluge* e, do ponto-de-vista do utilitarismo individualista, eles estão sendo perfeitamente racionais, se com isso se satisfazem.

Em terceiro lugar, temos os aborrecimentos diários e a expectativa de aborrecimentos que sofrem todos aqueles que devem lutar contra qualquer sistema social: os atritos e desapontamentos, os fatos mais ou menos desagradáveis que ferem, irritam e contrariam. Suponhamos que todos nós somos mais ou menos inclinados a atribuí-los totalmente àquela parte da realidade que está fora de nós. O laço *emocional* ligando-nos à ordem social (isto é, o próprio sentimento que o capitalismo **(182)** é constitucionalmente incapaz de despertar) é imprescindível para dominar o impulso hostil com que reagimos a ele. Na ausência dessa ligação emocional, o impulso deita raízes e se transforma em um dos elementos constituintes

permanentes do nosso sistema psíquico.

Em quarto lugar, os padrões crescentes de vida e, sobretudo, o ócio que o capitalismo moderno põe à disposição do empregado. . . Bem, não há necessidade de terminar esta sentença nem apresentar um dos argumentos mais cedo, mais antigos e que, infelizmente, é demasiadamente verdadeiro. O progresso secular que se aceita como coisa natural, combinado com a insegurança individual agudamente sentida, é naturalmente a melhor receita para alimentar a agitação social.

II, A SOCIOLOGIA DO INTELECTUAL

Apesar disso, nem a oportunidade do ataque nem a real ou imaginada queixa são em si mesmas suficientes para provocar, embora possam afetar fortemente, o surgimento de uma hostilidade ativa contra a ordem social. Para que surja tal atmosfera é necessário que haja grupos que tenham interesse em estimular e organizar o ressentimento, acalentá-lo, expressá-lo e liderá-lo. Como se mostrará na Parte IV, a massa jamais desenvolve opiniões definidas por iniciativa própria, É ainda menos capaz de divulgá-las e transformá-las em atitudes e ações coerentes. Pode apenas seguir ou recusar-se a seguir a liderança coletiva que lhes oferecem. Até que possamos descobrir os grupos sociais com capacidade para desempenhar esse papel, a nossa teoria de atmosfera de hostilidade ao capitalismo continuará incompleta.

Falando de maneira geral, as condições favoráveis à hostilidade contra um sistema social ou a um ataque específico contra ele tenderão, em todos os casos, a provocar o aparecimento de grupos que as explorarão. No caso da sociedade capitalista, todavia, há um outro fato que deve ser notado: ao contrário de qualquer outro tipo de sociedade, o capitalismo, inevitavelmente e em virtude da sua própria civilização, cria, educa e subvenciona um interesse oculto de **inquietação social***. (** Todos os sistemas sociais são sensíveis à revolta e a sua instigação é atividade que oferece vantagens em caso de sucesso e, daí, talvez atraia tanto cérebros como músculos. Isso aconteceu numerosas vezes nos tempos feudais. Mas os nobres feudais viravam-se contra pessoas ou posições isoladas. Não atacaram o sistema feudal propriamente dito. De maneira geral, a sociedade feudal não revelou tendências para encorajar — intencionalmente ou não — ataques contra o próprio sistema social. A explicação desse fenômeno, que é tão (183) curioso como importante, pode ser deduzida de nossa argumentação no Capítulo XI, mas pode ser tornada*

mais eficiente com uma excursão pelo domínio da *sociologia do intelectual*.

1. O intelectual não é tipo fácil de definir. Essa dificuldade é, na verdade, sintomática do caráter da espécie. Os intelectuais não constituem uma classe social, no sentido em que nos referimos a camponeses ou operários. Surgem dos quatro cantos do mundo social e passam grande parte de suas vidas combatendo-se uns aos outros e formando as pontas-de-lança de interesses de classes que não são as suas. Ainda assim, desenvolvem atitudes e interesses de grupo suficientemente fortes para levar grande número deles a comportar-se da maneira que é usualmente associada ao conceito de classe social. Mais uma vez, não podem ser definidos simplesmente como a soma total de todos os que receberam educação superior, pois essa classificação obliteraria as facetas mais importantes do tipo. Ainda assim, todos os que a receberam (e, salvo casos excepcionais, ninguém que não recebeu) são intelectuais em potencial. O fato de que as suas mentes tenham absorvido os mesmos conhecimentos facilita o entendimento mútuo e constitui uma espécie de elo entre eles. Mas não serviria ao nosso objetivo tornar esse conceito coextensivo com a filiação às profissões liberais. Médicos e advogados, por exemplo, não são intelectuais no sentido que nos interessa, a menos que falem ou escrevam sobre assuntos à parte do seu campo profissional, o que sem dúvida fazem freqüentemente, especialmente os advogados. Existe ainda uma íntima ligação entre intelectuais e profissionais liberais, pois alguns dos seus ramos (especialmente se incluirmos o jornalismo) são exercidos quase inteiramente pelo tipo intelectual. Os membros de *todas* as profissões liberais têm a oportunidade de se tornarem intelectuais, ao passo que muitos destes últimos adotam alguma profissão liberal para viver. Por último, uma definição baseada no contraste com o trabalho manual seria demasiadamente ampla*. Da mesma maneira, a expressão *clube dos escribas* do DUQUE DE WELLINGTON seria demasiadamente estreita, assim como a de *hommes de lettres*. (* Para nossa tristeza, descobrimos que o *Oxford English Dictionary* não consigna o sentido que desejamos atribuir à palavra. Dá realmente à frase o sentido de jantar de intelectuais, mas em conexão com poderes superiores de intelecto, o que significa coisa diferente. Embora profundamente desconcertado, não conseguimos encontrar outra palavra que expressasse tão bem o nosso objetivo.) (184)

Mas poderíamos fazer algo pior do que aceitar a definição do Duque de Ferro. Os intelectuais são, na verdade, aqueles que esgrimem o poder da palavra escrita e falada. Podemos distingui-los de outros que fazem a mesma coisa mencionando a falta de responsabilidade direta por assuntos práticos. Essa característica, de maneira geral, explica uma outra: a sua falta de

conhecimentos de primeira mão, que podem ser obtidos apenas pela experiência real. A atitude crítica, surgindo não menos da situação de intelectual do que da de expectador (e, na maioria dos casos, de estranho) e do fato de que sua principal oportunidade de se realizar reside no seu valor real ou potencial como agente perturbador, é complementada por uma terceira peculiaridade. Será a profissão de um não-profissional? Diletantismo profissional? Ou serão eles aqueles que falam de tudo porque não entendem de nada? Ou, quem sabe, o jornalista de BERNARD SHAW no *Dilema do Médico*? Não, não. Não dissemos isso e não é isso o que queremos dizer. Essa argumentação seria ainda mais inverídica do que ofensiva. Deixemos de tentar defini-los com palavras e procuremos, pelo contrário, defini-los *epideiktically*. No Museu Helênko podemos ver o objeto em causa com um belíssimo rótulo. Os sofistas, filósofos e retóricos (embora protestassem fortemente quando colocados juntos, eram do mesmo tipo) do quarto e quinto séculos antes de Cristo constituem exemplo ideal do que nos propomos dizer. O fato de que praticamente todos eles fossem mestres não destrói o valor do exemplo.

2. Ao analisar a natureza nacionalista da civilização capitalista (Capítulo XI), observamos que o desenvolvimento do pensamento racional precedeu o surgimento da ordem capitalista por alguns milhares de anos. O capitalismo simplesmente deu um novo impulso e uma orientação particular ao processo. Similarmente, deixando de lado o mundo greco-romano, encontramos intelectuais em condições pré-capitalistas reais, dos quais servem de exemplo o reino dos francos e os países nos quais ele se dissolveu. Mas eram poucos, principalmente religiosos, entre os quais predominavam os frades. Além disso, sua produção escrita era acessível apenas a uma parte infinitesimal da população. Não há dúvida que, ocasionalmente, indivíduos de forte personalidade foram capazes de chegar a ter opiniões inórdoxas e mesmo ventilá-las diante de platéias populares. Essa atitude, todavia, provocava geralmente o antagonismo de um meio social rigidamente organizado, do qual era difícil escapar, e o perigo da fogueira, reservada aos hereges. Ainda assim, essas atividades seriam dificilmente possíveis sem o apoio ou a conivência de algum grande lorde ou chefe militar, como as táticas dos missionários (185) mostram à saciedade. De maneira geral, por conseguinte, os intelectuais viviam muito controlados, e era difícil para eles saírem-se com inovações, mesmo nas épocas excepcionais de desorganização e licença moral, como no tempo da peste negra (em 1348 e depois).

Mas se o mosteiro deu à luz o intelectual dos tempos medievais, foi o capitalismo que lhe

rompeu as cadeias e lhe pôs o prelo nas mãos. A lenta evolução do intelectual leigo constituiu simplesmente um aspecto deste processo. A coincidência do surgimento do humanismo com o aparecimento do capitalismo é surpreendente. Os humanistas eram sobretudo filólogos. Mas ilustrando muito bem um ponto mencionado acima, eles rapidamente se estenderam aos campos das maneiras, políticas, religião e filosofia. Não se deveu isso apenas ao conteúdo dos trabalhos clássicos que eles interpretavam com suas gramáticas. Da crítica de um texto à crítica da sociedade, o caminho é mais curto do que parece. Não obstante, o intelectual típico não tinha prazer em pensar no pelourinho que aguardava os hereges. De maneira geral, honrarias e conforto o agradavam muito mais. E, afinal de contas, essas vantagens eles as poderiam obter apenas dos príncipes, temporais ou espirituais, embora os humanistas tivessem sido os primeiros intelectuais a terem um público, no sentido em que hoje empregamos esta palavra. A atitude crítica tornou-se cada vez mais forte. Mas a crítica *social*, excetuado aquilo que estava implícito em certos ataques à Igreja Católica e, em particular, ao seu chefe, não floresceu nessas condições.

Honrarias e vantagens monetárias podem, no entanto, ser recebidas de mais de uma maneira. A lisonja e a subserviência são freqüentemente menos vantajosas do que seus opostos. ARETINO não descobriu esse truismo, embora ninguém o tivesse ultrapassado na sua exploração. CARLOS V era marido devotado, sem dúvida, mas durante suas campanhas, que o mantinham afastado do lar por períodos de meses seguidos, ele vivia a vida de um, cavalheiro do seu tempo e de sua classe. Muito bem. O público (e, o que particularmente interessava a CARLOS V, sua imperatriz) jamais saberia disso se argumentos do tipo e do peso necessários fossem devidamente transmitido ao grande crítico da política e da moral. CARLOS pagou. O importante, no entanto, não é que se tratasse de simples caso de chantagem que, de maneira geral, beneficia um lado e prejudica seriamente o outro. CARLOS sabia por que pagou, embora sem dúvida alguma tivesse sido possível obter o silêncio por meios mais baratos, se bem que mais drásticos. Jamais mostrou ele ressentimento. Pelo (186) contrário, dignou-se mesmo a cumular o crítico de honrarias. Evidentemente, ele desejava mais do que o silêncio. E, na verdade, recebeu justa recompensa pelos seus presentes.

3. Em certo sentido, por conseguinte, a pena de ARETINO era realmente mais forte do que a espada. Mas, talvez por ignorância, o autor confessa não conhecer exemplos que se lhe

comparem nos cento e cinquenta anos seguintes,* durante os quais os intelectuais não parecem ter desempenhado qualquer grande papel fora e independentemente das profissões tradicionais que eram, sobretudo, o Direito e a Igreja. (* Na Inglaterra, contudo, o campo de ação e importância do panfletismo aumentou de maneira pronunciada no século XVII.) Esse fracasso corresponde aproximadamente ao fracasso da evolução capitalista que, na maioria dos países da Europa continental, ocorreu em período conturbado. A recuperação subsequente da empresa capitalista foi também partilhada pelos intelectuais. O livro, o jornal e o panfleto mais baratos, juntamente com o aumento do público que era, em parte, produto dessa recuperação, mas, até certo ponto, também fenômeno independente, devido à ascendência da riqueza e da posição social da burguesia industrial e ao aumento incidental da importância política de uma opinião pública anônima, enfim, de todas essas bênçãos, — tudo isso os beneficiou juntamente com uma diminuição das restrições, que são subprodutos do sistema capitalista.

Nos primeiros três quartos do século XVIII, o mecenas isolado perdeu lentamente a enorme importância que até então exercera na carreira do intelectual. Mas, já no auge do seu sucesso, discernimos claramente a crescente importância do novo elemento, o apoio do mecenas coletivo, do público burguês. Neste, como em todos os outros aspectos, VOLTAIRE constituiu um exemplo inestimável. A própria superficialidade que o tornou capaz de abranger todos os campos, desde a religião até a óptica newtoniana, aliada a uma vitalidade indomável, uma curiosidade que jamais se satisfazia, uma total ausência de inibições, um instinto infalível e a aceitação total dos costumes que prevaleciam no seu tempo, possibilitaram a esse crítico leviano, poeta e historiador medíocre, a fascinar. ... e a tornar-se um sucesso. Além disso, ele especulou, enganou, aceitou presentes e nomeações, mas sempre com a independência fundamentada na sólida base do seu prestígio junto ao público. O caso e tipo de ROUSSEAU, embora inteiramente diferentes, comportariam uma discussão ainda mais instrutiva.

Nas últimas décadas do século XVIII, um episódio impressionante revelou a natureza do poder do intelectual independente, (187) que possuía como matéria-prima apenas o mecanismo sócio-psicológico chamado de *opinião pública*. Esse fato aconteceu na Inglaterra, o país então mais avançado na estrada da evolução capitalista. É inegável que os ataques de JOHN WILKES contra o sistema político vigente na Inglaterra foram lançados em condições extremamente favoráveis. Por isso mesmo, não se pode dizer que ele foi, na realidade, o responsável pela

queda do governo do CONDE DE BUTE. Esse governo, aliás, nunca teve qualquer oportunidade e cairia por uma dúzia de outras razões. O *North Briton* de WILKES, apesar disso, foi a última palavra. . . que quebrou a espinha política do governo de LORD BUTE. O n° 45 do *North Briton* constituiu a primeira descarga de uma campanha que obteve a abolição das ordens gerais de prisão e representou um grande passo em direção à liberdade de imprensa e das eleições. Tal fato não equivale a fazer história ou a criar as condições para uma mudança nas condições sociais, mas realmente corresponde, por assim dizer, ao papel de ajudante de parteira*. (** Não temos receio de que qualquer historiador político considere exagerada a importância que atribuímos ao êxito de WILKES. Mas temos que discorde da nossa descrição de franco-atirador e à implicação de que ele devia tudo a algum mecenas coletivo, e não individual. No início, ele foi sem dúvida encorajado por uma coterie. Aprofundando-se o caso, todavia, verificar-se-á que esse elemento não foi de importância decisiva e que todo o apoio, dinheiro e honrarias que ele recebeu depois constituíram apenas uma conseqüência e tributo ao êxito anterior e a uma posição obtida independentemente junto ao público. A inabilidade dos inimigos de WILKES de combatê-lo constitui, isso sim, o fato mais extraordinário de todo o episódio. Eles dispunham evidentemente de todo o poder de um governo organizado. Não obstante, algo os fez recuar.*

Na França, os anos que precederam a Revolução, e a própria Revolução, trouxeram os demagogos de tablóides (MARAT, DESMOULINS), que, ao contrário dos nossos, não jogam pela janela as regras do estilo e da gramática. O Terror e, mais sistematicamente, o Primeiro Império puseram um ponto final a tudo isso. Seguiu-se, então, um período, interrompido pelo domínio do *roi bourgeois*, de repressão mais ou menos resoluta, que durou até que o Segundo Império sentiu-se obrigado a afrouxar as rédeas — mais ou menos em meados da década de 1860. Na Europa central e meridional esse período durou mais ou menos o mesmo tempo. Na Inglaterra, prevaleceram condições análogas, desde o início das guerras revolucionárias até a ascensão de CANNING ao poder.

4. A dificuldade de barrar a maré dentro da estrutura da sociedade capitalista revela-se pelo fracasso das tentativas — algumas (188) delas prolongadas e resolutas — feitas durante aquele período por praticamente todos os governos europeus para controlar os intelectuais. Suas histórias nada mais são do que outras tantas versões diferentes das aventuras de WILKES. Na sociedade capitalista (ou na sociedade que contém um elemento capitalista de importância decisiva), qualquer ataque contra os intelectuais deverá ser desfechado também contra a fortaleza privada dos negócios burgueses, cujos membros, ou alguns deles, lhes darão guarida. Além disso, um ataque dessa natureza deve desenrolar-se de acordo com os princípios

burgueses de práticas legislativas e administrativas, os quais, sem dúvida alguma, podem ser estendidos e deturpados, mas impedirão a perseguição além de um determinado ponto. A camada burguesa pode aceitar a violência desenfreada ou mesmo aplaudi-la se fortemente excitada ou amedrontada, mas apenas, temporariamente. Em um regime puramente burguês, como o de Luís FIUPE, as tropas podiam disparar contra grevistas, mas a polícia jamais prenderia todos os intelectuais, ou, pelo menos, teria de soltá-los logo depois. De outra maneira, a camada burguesa, embora desaprovando acicamente algumas das atividades dos intelectuais, os apoiaria, porque a liberdade que desaprovava não poderia ser esmagada sem esmagar também a liberdade que defendia.

Observe-se que não estamos creditando à burguesia uma dose irrealista de generosidade ou idealismo. Tampouco estamos frisando indevidamente o que o povo pensa, sente ou quer, assunto sobre cuja importância quase concordamos, embora não inteiramente, com MARX. Ao defender os intelectuais como grupo (e não, naturalmente, os indivíduos isolados), o burguês defende a si mesmo e a seu sistema de vida. Apenas um governo de natureza e credo não-burguês (em circunstâncias modernas, apenas um governo socialista ou fascista) é suficientemente forte para discipliná-los. E para consegui-lo teria de modificar instituições tipicamente burguesas e reduzir drasticamente a liberdade em *todas* as camadas da nação. E esse governo provavelmente não poderia nem seria capaz de respeitar a empresa privada.

De tudo isso deduz-se tanto a aversão como a incapacidade da ordem capitalista de controlar eficientemente o seu setor intelectual. A aversão, no caso, é a indisposição de usar coerentemente métodos que são alheios à mentalidade criada pelo processo capitalista; a incapacidade é a de fazê-lo dentro da estrutura de instituições modeladas pelo processo capitalista e sem se submeter a um domínio não-burguês. Dessa maneira, por um lado, a liberdade de discussão pública, implicando a liberdade de criticar os fundamentos da (189) sociedade capitalista, é inevitável a longo prazo; por outro, o grupo intelectual não pode evitar a crítica, pois vive de crítica e todo seu poder depende da crítica que fere. E a crítica a pessoas e a fatos correntes provocará fatalmente, numa situação em que nada é sagrado, a crítica a classes e instituições.

5 - Umhas poucas pinceladas mais completarão o quadro moderno. Tratamos aqui do

aumento dos meios: a elevação dos padrões-de-vida e do ócio das massas. Essas condições modificaram, e ainda estão modificando, a composição do mecenato coletivo na questão dos gostos que os intelectuais devem atender. Ocorria, e ainda ocorre, o barateamento do livro, do jornal e da grande cadeia jornalística*, assim como havia e há uma tendência para a eliminação completa das peias, reduzindo inapelavelmente o número daquelas tentativas passageiras, através das quais a sociedade burguesa mostra-se tão incapaz e, ocasionalmente, tão infantil como disciplinadora. (** O surgimento e a evolução do grande jornal exemplifica dois pontos que o autor está ansioso para frisar: os aspectos múltiplos, relações e efeitos de qualquer elemento concreto do quadro social que impedem afirmações simples e diretas, e a importância de se distinguir entre fenômenos a curto e a longo prazo, para os quais são verdadeiras afirmações algumas vezes opostas. Na maioria dos casos, o grande jornal é simplesmente um empreendimento capitalista. Não significa isso que ele espouse os interesses capitalistas ou de qualquer outra classe. Pode ocorrer isso, mas apenas em virtude dos motivos seguintes, cuja limitada importância é óbvia: porque é subvencionado por um grupo capitalista para o fim específico de advogar-lhe os interesses e opiniões — quanto maior a empresa e maiores suas vendas, menos importante se torna esse elemento; porque tenciona dirigir-se a um público de gostos burgueses, o que era muito importante até 1914, mas hoje parece funcionar em sentido oposto; porque os anunciantes preferem usar um meio satisfatório, embora a maioria assuma um ponto-de-vista muito prático sobre o assunto; porque os proprietários insistem em certa orientação, não levando em conta a questão das vendas, o que até certo ponto fazem ainda e fizeram realmente, mas a experiência nos ensina que eles não resistem se houver conflito muito forte com os interesses pecuniários. Em outras palavras, o grande jornal é a mais poderosa das armas para elevar a posição e aumentar a influência de um grupo intelectual, mas mesmo agora não está ainda inteiramente sob controle. Significa emprego e um grande público, mas também obrigações. Essas têm sobretudo importância a curto prazo: na luta por maior liberdade de ação, o jornalista individual pode ser facilmente derrotado. Mas esse aspecto a curto prazo e a recordação do conjunto de condições que prevaleciam no passado são os elementos que povoam a mente do intelectual e que determinam as cores da pintura de escravidão e martírio que ele desenha para o público. Na realidade, deve ser um quadro de vitória. (Mas nesse, como em tantos outros, a conquista e a vitória são um mosaico composto de derrotas.)*)

Ocorre-nos, todavia, um outro argumento. Um dos aspectos mais importantes das últimas fases da civilização capitalista é a **(190)** vigorosa expansão do sistema educacional e, particularmente, das instituições de ensino superior. Esse fenômeno era e não é hoje menos inevitável do que o agigantamento da unidade industrial de larga escala*, mas, ao contrário desta última, foi e é apoiado pela opinião e pela autoridade pública, de tal maneira que se expande muito além do que seria normal pelos seus próprios meios. (** No momento, esse fenômeno é focalizado pela maioria das pessoas do ponto-de-vista do ideal de tornar as facilidades educacionais acessíveis a todos os que podem ser induzidos a aproveitá-las. Esse ideal está tão enraizado que qualquer dúvida a respeito é considerada quase de maneira geral como pouco menos que uma indecência, situação não melhorada pelos comentários, muitas vezes frívolos, dos dissidentes. Na verdade, encontramos aqui um conjunto de problemas extremamente complexos da sociologia da educação e ideais educacionais que não podemos estudar dentro das limitações do presente esboço. Esse o motivo por que limitamos o parágrafo acima a duas trivialidades incontestáveis e neutras, que são tudo o que nos interessa para os fins que temos em vista. Mas elas, evidentemente, não solucionam o problema mais vasto, que deve ser deixado de lado para confirmar a inadequação da nossa exposição.*) Seja qual for a nossa reação a esse respeito, baseada em outros pontos-de-vista, e sejam quais forem os

exatos móveis condicionadores, diversas conseqüências surgem que têm importância sobre o tamanho e atitude do grupo intelectual.

Em primeiro lugar, à medida que se expande a educação superior, aumenta a oferta de serviços nos ramos das profissões liberais, técnicas e, finalmente, nos cargos burocráticos ou de venda, além do ponto determinado pelas considerações de custo-receita. Essa expansão poderá dar causa a um caso particularmente importante de desemprego de certas camadas da sociedade.

Em segundo, simultaneamente, ou na falta desse desemprego, ela cria condições insatisfatórias de emprego — empregos de padrão inferior ou menos remunerados do que os mais bem pagos dos trabalhadores manuais.

Em terceiro, poderá criar uma desempregabilidade de um tipo particularmente desconcertante. O homem que passou por uma faculdade ou universidade torna-se, com muita facilidade, psiquicamente inempregável em ocupações braçais, sem obter necessariamente a empregabilidade, se assim podemos dizer, nas profissões liberais. Essa incapacidade pode ser devida à falta de habilidade natural (perfeitamente compatível com a aprovação nas universidades) ou a ensinamentos deficientes. E ambos os casos ocorrerão, absoluta e relativamente, com mais freqüência à medida que números mais elevados tiverem acesso à educação superior e logo que o necessário volume de ensino aumentar sem levar em conta o número de **(191)** verdadeiros eruditos que a Natureza pode produzir. Os resultados da negligência nesse campo — e da ação baseada na teoria de que escolas, faculdades e universidades são apenas questão de dinheiro — são demasiadamente óbvios para que nos alonguemos nessa análise. Os casos em que, entre dúzias de candidatos a um emprego, todos formalmente qualificados, não se encontra quem possa desempenhá-lo satisfatoriamente, são muito conhecidos de todos os que já se encarregaram algum dia da seleção de pessoal, ou melhor, de todos os que estão em condições de julgar.

Os desempregados, insatisfatoriamente empregados ou inempregáveis desviam-se para os ofícios nos quais os padrões são menos definidos ou nos quais têm mais valor aptidões e conhecimentos de outro tipo. Engrossam as coortes de intelectuais, no exato sentido do termo,

cujos números crescem desproporcionalmente. Entram nessas fileiras com um estado de espírito absolutamente antagonístico. O descontentamento dá origem ao ressentimento, o qual, muitas vezes, racionaliza-se e transforma-se em crítica social. Essa crítica, como vimos acima, é, em todos os casos, uma demonstração de atitude típica de expectador do intelectual em relação a homens, classes e instituições, especialmente numa civilização racionalista e utilitária. Temos aqui, portanto, uma questão de números: uma bem definida situação de grupo, com tonalidades proletárias e interesses grupais, modelando uma atitude coletiva, que explicará muito mais realisticamente a hostilidade contra a ordem capitalista do que a teoria (em si mesma uma racionalização, no sentido psicológico) de acordo com a qual a indignação justa do intelectual contra os males do capitalismo representa simplesmente a inferência lógica extraída de fatos ultrajantes. Essa teoria, por falar nisso, não é melhor do que aquela outra que diz que os sentimentos dos namorados representam nada mais do que a conseqüência lógica das virtudes do ser amado*. (** O leitor observará que teorias desse tipo seriam irrealistas mesmo se os fatos e as virtudes do capitalismo fossem realmente tudo que o crítico social ou seu defensor acreditam que sejam. É também importante notar que, na maioria esmagadora dos casos, tanto críticos quanto defensores são sem dúvida sinceros. Como regra geral, nenhum mecanismo psico-sociológico ou psicofísico entra na penumbra do ego, exceto disfarçado como sublimações.*) A nossa teoria, além de tudo, explica também por que essa hostilidade aumenta, em vez de diminuir, a cada êxito da evolução capitalista.

A hostilidade do grupo intelectual, naturalmente (importando na condenação moral da ordem capitalista), é uma coisa, e outra muito diferente a atmosfera de geral hostilidade que cerca o sistema. Esta última é o fenômeno realmente importante, e não simplesmente o produto da primeira. Baseia-se, em parte, em fontes independentes, **(192)** algumas das quais foram mencionadas acima. Na medida que o faz, é a matéria-prima de que se nutre a camada intelectual. Encontramos relações de concessões recíprocas entre as duas que nos tomariam mais tempo para explicar do que o que dispomos aqui. Os contornos gerais dessa análise, todavia, estão suficientemente claros. Por isso mesmo, pensamos que é seguro repetir que o papel do grupo intelectual consiste, primariamente, em estimular, revigorar, verbalizar e organizar esse material, e apenas secundariamente ligar-se a ele. Alguns exemplos particulares ilustrarão esse princípio.

6. A evolução capitalista produz um movimento trabalhista que não é obviamente criação de um grupo intelectual. Mas nada há de surpreendente que a oportunidade e o demiurgo

intelectual se encontrem nessa fase. O trabalho jamais aspirou por uma liderança de intelectuais, embora estes tenham invadido a área da política trabalhista. Mas fizeram uma importante contribuição: deram voz ao movimento, forneceram-lhe teorias e lemas — a guerra de classes constitui excelente exemplo — tornaram-no consciente de si mesmo e, ao fazê-lo, modificaram-lhe a significação. Ao realizar essa tarefa, baseados em pontos-de-vista próprios, eles naturalmente o tornaram extremista, emprestando finalmente um ressaibo revolucionário às mais burguesas das práticas sindicais, uma tonalidade que a maioria dos líderes não-intelectuais a princípio recebeu mal. Mas havia outra razão para isso. Ao ouvir o intelectual, o trabalhador torna-se quase invariavelmente consciente da existência de um abismo intransponível, se é que não sente uma desconfiança total. No intuito de dominá-lo e de concorrer com os líderes lidimamente operários, o intelectual é obrigado a adotar cursos desnecessários e inconsistentes com suas próprias atitudes. Carecendo de autoridade verdadeira e sentindo sempre o perigo de ouvir a recomendação de cuidar dos seus próprios negócios, ele deve lisonjear, prometer e incitar, alimentar as aias esquerdas e marginais, confessar-se disposto a obedecer, em suma, comportar-se em relação às massas como seus predecessores se comportaram a princípio diante de seus superiores eclesiásticos e, mais tarde, em relação a príncipes e a outros patronos e, em data ainda mais recente, em relação ao mestre coletivo de origem burguesa. Os intelectuais, por conseguinte, não criaram o movimento trabalhista, mas o transformaram em algo que difere substancialmente do que seria sem a sua ajuda.

A atmosfera social, para cuja teoria vimos juntando pedra e argamassa, explica por que a política pública torna-se mais e mais hostil **(193)** aos interesses capitalistas, chegando finalmente a ponto de recusar, por questão de princípio, levar em conta as necessidades do sistema e a transformar-se em sério obstáculo ao seu funcionamento. As atividades do grupo intelectual têm, todavia, uma relação com a política anticapitalista, que é muito mais íntima do que se poderia pensar, em virtude da posição de seus arautos. Os intelectuais dificilmente se transformam em políticos profissionais, e ainda mais raramente desempenham grandes cargos. Mas congestionam os quadros dos *bureaus* políticos, escrevem os folhetos e discursos, agem como secretários e conselheiros, e criam a reputação pública do político, o que, se não é tudo, poucos homens ousam negligenciar. Ao desempenhar essas tarefas multifárias, eles, de certa maneira, deixam o selo da sua mentalidade sobre quase todos os acontecimentos em evolução.

A influência real exercida varia muito com o estado do jogo partidário, de mera formulação a tornar possível ou impossível uma medida política. Mas há sempre vasto campo de ação para essa política. Quando dizemos que políticos isolados e partidos são expoentes de interesse de classe, na melhor das hipóteses frisamos apenas uma meia-verdade. A outra metade, tão importante, se não mais importante, torna-se evidente quando nos lembramos que a política é uma profissão que provoca o aparecimento de interesses próprios, interesses que podem colidir, assim como se conciliar, com os interesses dos grupos que o homem ou partido *representa**. (*Isso é naturalmente exato também no caso dos próprios intelectuais em relação à classe de onde procedem ou a que pertencem econômica e culturalmente. O assunto será reestudado no Capítulo XXIII.) A oposição partidária e individual é, mais do que qualquer outra coisa, sensível aos fatores na situação política que afetam diretamente a carreira ou a posição de ambos. Alguns desses fatores são controlados pelo grupo intelectual, mais ou menos da mesma maneira que o código moral de uma época qualquer, que exalta a causa de alguns interesses e ignora tácitamente outros tantos.

Finalmente, a atmosfera social e o código de valores afetam não apenas a política — o espírito da legislação — mas também as práticas administrativas. Mais uma vez, encontramos uma relação mais direta entre o grupo intelectual e a burocracia. Os burocratas da Europa são de origem pré ou extracapitalista. Não importa o quanto mudaram de constituição com o correr dos séculos. Eles jamais se identificaram inteiramente com a burguesia, seus interesses e esquemas de valores. E tampouco a consideram mais do que um capital a ser **(194)** manobrado no interesse do monarca ou da nação. Excetuados os casos de inibições, devidos a treinamento e experiência profissional, os burocratas ficaram igualmente expostos a uma conversão pelo intelectual moderno com o qual, através de educação similar, têm muito em comum, à medida que o espírito de casta, que em muitos casos constituía uma espécie de barreira, veio desaparecendo gradualmente do meio dos funcionários públicos nas últimas décadas. Além disso, em tempos de rápida expansão da esfera da administração pública, a maior parte do pessoal adicional necessário deve ser recrutada diretamente no grupo intelectual. Os Estados Unidos constituem um bom exemplo disso.

Capítulo 14

DECOMPOSIÇÃO

1. Diante da crescente hostilidade do meio e das práticas legislativas, administrativas e judiciais criadas por essa mesma hostilidade, empresários e capitalistas (e, na verdade, toda a camada que aceita o sistema burguês de vida) eventualmente deixarão de funcionar. Suas metas tradicionais tornam-se rapidamente inatingíveis, e fúteis os seus esforços. A mais encantadora dessas metas burguesas, a fundação de uma dinastia industrial, tornou-se já impossível na maioria dos países. Metas mais modestas são tão difíceis de concretizar que poderão chegar a ser consideradas mero desperdício de esforço, à medida que a permanência dessas condições for percebida mais agudamente.

O papel da motivação burguesa na explicação da história econômica dos últimos dois ou três séculos, seu estrangulamento por meio de reações desfavoráveis da sociedade ou debilitamento por desuso constituem sem dúvida fatores adequados para explicar o fracasso do processo capitalista (se podemos chegar a aceitá-lo como fenômeno de natureza inevitável). Essa teoria é ainda muito mais importante do que a consubstanciada na *teoria do investimento decrescente*, É interessante observar, ainda, que essa motivação é ameaçada não apenas por forças externas e pela mentalidade burguesa, mas que tende também a desaparecer devido a causas externas. Evidentemente, há estreita interdependência entre as duas. Mas não podemos esperar chegar a um diagnóstico correto, a menos que procuremos desembaraçá-las.

Discutimos já uma dessas *causas internas*, que batizamos de *evaporação da substância da propriedade*. Notamos que, normalmente, (196) o moderno homem de negócios, seja empresário, seja simples gerente, pertence ao tipo executivo. Baseado na lógica de sua posição, ele adquire algo da psicologia do empregado assalariado que trabalha numa organização burocrática. Acionista ou não, sua vontade de lutar e resistir não é nem pode ser a do homem que conhecia o princípio da propriedade e suas responsabilidades, no sentido lato dessas palavras. Seu sistema de valores e concepção do dever sofrem uma mudança profunda. Os simples acionistas deixaram evidentemente de ter importância. E isso sem

falar na diminuição da sua participação, devido à existência de um Estado regulamentador e taxador. A moderna sociedade anônima, por conseguinte, embora seja produto do processo capitalista, socializa a mente burguesa e, inexoravelmente, estrangula o campo da motivação capitalista. E não apenas isso: no fim, destruirá as suas próprias raízes*. (** Muitas pessoas negarão esse fato, o que acontece porque fundamentam suas impressões na história antiga e em slogans nela baseados, durante o desenrolar da qual não se solidificara ainda a transformação institucional trazida pela grande sociedade anônima. Podem pensar ainda na importância que o mundo das sociedades anônimas atribuía outrora às satisfações ilegais da motivação capitalista. Mas isso realmente facilitaria nosso argumento: o fato de que o ganho pessoal, além dos salários e gratificações, não pode, nas sociedades anônimas, ser obtido senão por práticas ilegais ou semi-ilegais indica exatamente que o princípio básico das sociedades anônimas lhe é adverso*)

2. Ainda mais importante, no entanto, é outra *causa interna*, isto é, a desintegração da família burguesa. Os fatos a que nos referimos são bastante conhecidos para necessitar de explicação longa. A vida familiar e a paternidade significam menos hoje para homens e mulheres na moderna sociedade capitalista do que significavam antes e, por isso mesmo, são menos poderosas como modeladoras do comportamento. O filho ou filha rebelde que manifesta desprezo pelos padrões *vitorianos* estão, embora incorretamente, expressando um fato inegável. O valor desses fatos, aliás, não é enfraquecido pela nossa incapacidade de medi-los estatisticamente. A média de casamentos nada prova, porque o termo *casamento* abrange tantos significados sociológicos como o termo *propriedade*. O tipo de aliança outrora formado pelo contrato de casamento pode desaparecer completamente sem qualquer mudança na construção legal ou na frequência do contrato. Tampouco é mais significativa a média dos divórcios. Não importa saber quantos casamentos são dissolvidos por decisão judicial, mas quantos carecem do conteúdo básico do velho tipo. Se, na nossa era estatística, os leitores insistem em números, diremos apenas que a proporção de casamentos sem filhos ou apenas com um único filho, (197) embora ainda inadequado para qualificar o fenômeno referido, poderá ser a melhor aproximação possível para indicar a sua importância numérica. Esse fenômeno se estende agora a mais ou menos todas as classes. Mas apareceu primeiro na camada burguesa (e intelectual) e seu valor sintomático e causal para os objetivos da nossa argumentação se situa precisamente nela. Pode ser atribuída à racionalização total de cada passo na vida, o que, como já vimos, é um dos efeitos da evolução capitalista. Ê", na verdade, um dos muitos resultados da disseminação dessa racionalização na esfera da vida privada. Todos os demais fatores usualmente acrescentados em qualquer explicação podem ser deduzidos sem dificuldades do primeiro.

Logo que homens e mulheres aprendem a lição utilitária e recusam-se a aceitar normalmente o sistema tradicional que o meio social cria, logo que adquirem o hábito de medir as vantagens e desvantagens de qualquer possível curso de ação (ou, como poderíamos dizer também, logo que estabelecem na vida privada uma espécie de sistema mudo de contabilidade de custo), não podem deixar de perceber os pesados sacrifícios pessoais acarretados nas condições da vida moderna pela vida familiar e, sobretudo, pela paternidade. Percebem também, ao mesmo tempo, excetuados os casos de fazendeiros e camponeses, que os filhos deixaram de ser um ativo econômico. Tais sacrifícios não compreendem apenas itens que podem ser medidos em termos de dinheiro, mas também uma quantidade indefinida de falta de conforto, excesso de cuidados e pouca oportunidade de gozar das alternativas de atração e variedades de experiências cada vez maiores, alternativas que são pesadas com os prazeres da paternidade, que os nossos contemporâneos submetem a uma análise cada vez mais séria. A consequência de tudo isso é qual? O balancete será provavelmente incompleto e, talvez mesmo, basicamente errado. O fato é que o maior dos ativos, a contribuição da paternidade à saúde física e moral — à *normalidade*, se assim podemos dizer — sobretudo no caso das mulheres, escapa quase inteiramente do foco racional do homem moderno. Ele, na vida privada ou pública, tende a focalizar a atenção em detalhes avaliáveis, de importância utilitária, e a zombar da idéia de necessidades profundas da natureza humana ou do organismo social. O ponto que queremos expor está, pensamos, perfeitamente claro nesta altura. Pode ser resumido com a pergunta que surge com tanta clareza na mente de muitos pais em potencial: "Por que deveríamos sacrificar nossas ambições, levar uma vida de pobreza, e ser insultados e desprezados na velhice?"

Ao mesmo tempo que, em virtude das atitudes psíquicas que cria, o processo capitalista dilui pouco a pouco os valores da vida **(198)** familiar, elimina as inibições conscientes trazidas pela velha tradição moral, e induz a novos prazeres. No campo da procriação, produz contraceptivos de eficiência cada vez maior, que vencem a resistência que o mais forte dos instintos humanos teria de outra maneira oferecido. No que tange ao estilo de vida, reduz a desejabilidade e fornece alternativas à vida familiar burguesa.

Falamos acima da *evaporação da propriedade industrial*. Passaremos agora à *evaporação da propriedade dos bens de consumo*.

Até as últimas décadas do século XIX, a casa citadina e a casa de campo eram, em toda parte, não apenas agradáveis e convenientes remansos para a vida privada dos níveis mais altos da renda, mas também indispensáveis. Não somente a hospitalidade em qualquer escala ou estilo, mas até mesmo o conforto, dignidade, equilíbrio e refinamento da família dependiam da existência de um *foyer* adequado e de um número suficiente de empregados domésticos. As convenções resumidas na palavra *lar* eram aceitas como coisa natural pelo homem e mulher comuns de formação burguesa, da mesma maneira que consideravam o casamento e os filhos — a *fundação de uma família* — como coisa perfeitamente natural.

Atualmente, no entanto, os prazeres do lar burguês estão-se tornando menos evidentes do que seus fardos. Na opinião crítica de uma era crítica, essa vida provavelmente parecerá sobretudo uma fonte de aborrecimentos e despesas, que muitas vezes não se justifica. Isso aconteceria mesmo se não existisse a taxaço, os salários modernos e se fosse outra a atitude das mulheres, todas elas produtos típicos de um processo capitalista, e que reforçam de maneira considerável o argumento contra o que, em futuro próximo, será quase universalmente reconhecido como um cediço e antieconômico sistema de vida. A família média de formação burguesa tende a superestimar as dificuldades de dirigir uma grande casa na cidade e uma grande casa no campo, substituindo-as por pequenas residências mecanizadas, com o máximo de serviço e vida externa. A hospitalidade, em particular, é cada vez mais transferida para o restaurante e para o clube.

Por outro lado, o lar do velho tipo já não é uma necessidade indispensável à vida confortável e refinada. A casa de apartamentos ou a residência em hotel representam um tipo racionalizado de lar e de estilo de vida, os quais, logo que inteiramente desenvolvidos, sem dúvida alguma se ajustarão à nova situação e fornecerão todos os elementos essenciais de conforto e refinamento. Para sermos exatos, nem o estilo nem a sua capa exterior estão inteiramente desenvolvidos em parte alguma e representam vantagem econômica apenas se julgamos trabalhosa e aborrecida a administração de um (199) lar. Mas já oferecem outras vantagens, tais como a facilidade do uso máximo de uma variedade de prazeres, como viagens, mobilidade fácil e transferência da carga dos pequenos aborrecimentos diários para os robustos ombros de organizações altamente especializadas.

É fácil perceber como tudo isso afeta, na camada superior da sociedade capitalista, os problemas da infância. Mais uma vez encontramos aqui uma interação: o desaparecimento do lar espaçoso, no qual apenas se poderia desenvolver bem a vida rica de uma família numerosa, * e os atritos cada vez mais numerosos com que ela funciona, constituem outro motivo para se evitar as preocupações com a paternidade. (** As relações dos nossos dias entre pais e filhos são, até certo ponto, evidentemente condicionadas pelo desmoronamento da sólida estrutura da vida familiar.*) A decadência do desejo da procriação, por outro lado, torna menos desejável o lar espaçoso.

Dissemos acima que o novo estilo da vida burguesa não oferece ainda qualquer decisiva vantagem econômica. Mas isso se refere apenas às despesas correntes de atendimento das necessidades da vida privada. Quanto às despesas gerais, até mesmo as vantagens puramente pecuniárias já são evidentes. E como as despesas com os elementos mais duráveis da vida familiar (especialmente a casa, os quadros e a mobília) eram financiadas sobretudo por rendas anteriores, podemos dizer que a necessidade de acumulação de *capital para bens de consumo* se reduz drasticamente com esse processo. Não significa isso, naturalmente, que a procura de *capitais para bens de consumo* é atualmente, e mesmo de maneira relativa, menor do que outrora. A crescente procura de bens de consumo duráveis por parte de indivíduos de renda média ou inferior contrabalança facilmente esse efeito. Mas isso não significa que, no que interessa ao conteúdo hedonista do conjunto de motivos aquisitivos, a desejabilidade de renda, além de certo ponto, não seja reduzida. Para se convencer disso, o leitor precisa apenas visualizar a situação com um espírito totalmente prático: o homem ou casal bem sucedido na vida, ou seus correspondentes na *sociedade*, que podem pagar pelos melhores aposentos num hotel, navio ou trem, e pelas melhores qualidades existentes de objetos de consumo e uso pessoal (qualidades que estão sendo cada vez mais produzidas pela linha da produção em massa), * terão de maneira geral, sendo as coisas; como são, tudo aquilo que desejarem intensamente para *si mesmos*. (** Os efeitos sobre o ornamento dos consumidores da crescente disponibilidade de artigos produzidos em massa são acentuados pela diferença de preços entre estes e os artigos correspondentes feitos sob encomenda, que se incrementam pari passu devido ao aumento de salários e a diminuição da desejabilidade relativa do segundo. O sistema capitalista democratiza o consumo.*) Mas é fácil perceber que um orçamento ajustado a esses assim habitados será muito inferior às necessidades de um estilo *senhorial* de vida.

3. Para compreender o que tudo isso significa para a eficiência da ordem capitalista de produção, precisamos apenas recordar que a família e a vida familiar costumavam ser a fonte do

incentivo de lucro tipicamente burguês. Os economistas nem sempre deram o justo valor a esse fato. Quando examinamos mais atentamente suas idéias sobre o auto-interesse de empresários e capitalistas, não podemos deixar de descobrir que os resultados supostamente produzidos não são absolutamente o que se esperaria do auto-interesse racional do indivíduo indiferente ou do casal sem filhos, os quais não mais olham o mundo através da janela da vida familiar. Consciente ou inconscientemente, eles analisaram o comportamento do homem cujas opiniões e motivos são modelados por um lar desse tipo e que deseja trabalhar e economizar, primariamente, para a esposa e *filhos*. Tão logo esses elementos esmaecem na visão moral do homem de negócios, surge uma espécie diferente de *homo economicus*, que se interessa por coisas diferentes e age de maneira distinta. No que lhe diz respeito, e do ponto-de-vista do utilitarismo individualista, o comportamento do velho tipo seria, na verdade, completamente irracional. Perde ele, assim, o único tipo de romantismo e heroísmo que sobra da anti-romântica e não-heróica civilização capitalista — o heroísmo de *navigare necesse est, vivere non necesse est**. (* "Navegar é necessário, viver, não" — inscrição existente em uma velha casa de Bremen.) Simultaneamente, esquece a lógica capitalista, que prescreve o trabalho, sem levar em conta se o trabalhador vai ou não colher os resultados.

Esse último ponto merece ser explicado mais detalhadamente. Dissemos, no capítulo anterior, que a ordem capitalista confia os interesses a longo prazo da sociedade às camadas superiores da burguesia. Na verdade, são realmente confiadas ao incentivo familiar que nelas opera. A burguesia trabalhava primariamente para investir e não era tanto por um padrão de consumo como de acumulação que essa gente aspirava e lutava para conseguir o que queria e defender-se de governos que agiam à base de considerações a curto prazo*. (* Já se disse, em assuntos econômicos, que o "Estado pode assumir a opinião a longo prazo". Mas, excetuando certos assuntos fora da órbita política partidária, tais como a conservação dos recursos naturais, o governo dificilmente assume essa posição.) Dado (201) o declínio do poder propulsor proporcionado pelo incentivo familiar, os horizontes temporais do homem de negócios se reduzem, aproximadamente, à sua esperança de vida. E ele pode-se mostrar agora menos disposto do que antes a desempenhar a função de ganhador, economizador e investidor, mesmo que não veja razão para temer que os resultados engrossarão suas declarações de imposto de renda. Adota ele uma atitude mental antiacumuladora e aceita com açodamento cada vez maior as *teorias* desse tipo, que são típicas de uma *filosofia* de curto prazo.

Mas ele não aceita apenas as teorias contrárias à poupança. Adotando uma atitude diversa em relação à firma para a qual trabalha, e norteado por um diferente tipo de vida privada, ele tende a adquirir uma opinião diferente sobre os valores e padrões da ordem capitalista de coisas. Talvez o aspecto mais impressionante do quadro seja saber até que ponto a burguesia, além de educar seus inimigos, permite-se, em contrapartida, a ser educada por eles. Absorve os lemas correntes do radicalismo e parece bem disposta a suportar um processo de conversão a um credo hostil à sua própria existência. Hesitantemente e de má vontade, admite em parte as conseqüências desse credo. Tudo isso seria surpreendente e difícil de explicar se não fosse o fato de que o burguês típico está perdendo rapidamente a fé no seu próprio credo. E isso, mais uma vez, torna-se absolutamente claro logo que compreendemos que as condições sociais responsáveis pelo seu aparecimento estão desaparecendo.

Tudo isso é confirmado pela maneira bem característica com que interesses capitalistas particulares e a burguesia em geral, como um todo, comportam-se quando enfrentam um ataque direto. Falam e suplicam. . . ou alugam alguém para fazer isso por eles; apegam-se às mínimas oportunidades de conciliação; jamais entram na luta sob a bandeira dos seus próprios ideais e interesses. Nos Estados Unidos, por exemplo, jamais houve resistência real contra a imposição de esmagadores fardos financeiros durante a última década ou contra uma legislação trabalhista que é incompatível com uma administração eficiente da indústria. Como o leitor já deve ter percebido, estamos longe de superestimar o poder político dos grandes negócios e da burguesia em geral. Pelo contrário, estamos dispostos a aceitar uma grande dose de covardia. Mas ainda assim, os meios de defesa não faltavam totalmente e a História está cheia de exemplos de êxito de pequenos grupos que, acreditando na causa que esposavam, estiveram dispostos a lutar até o fim. A única explicação para essa humildade é que a ordem burguesa não faz mais sentido para o próprio burguês e que, quando tudo é dito e nada resolvido, nada mais importa a ele. (202)

Dessa maneira, o mesmo processo econômico que solapa a posição da burguesia, ao reduzir a importância das funções dos empresários e dos capitalistas, ao destruir as camadas e instituições protetoras e ao criar uma atmosfera de hostilidade, decompõe também, atuando de dentro, a própria força motriz do capitalismo, Nada mais mostrará tão meridiano que a ordem capitalista depende não apenas de escoras feitas de material extracapitalista, mas que obtém também sua energia de conjuntos de atitudes extracapitalistas que, eventualmente,

destruirá.

Redescobrimos, pois, partindo de pontos-de-vista diferentes e, pensamos, com base insuficiente, aquilo que muitas vezes já foi descoberto: existe inerente ao sistema capitalista uma tendência para a autodestruição, a qual, nas suas primeiras fases, pode-se declarar na forma de uma propensão para o retardamento do progresso.

Não nos deteremos aqui para repetir que formas, fatores objetivos e subjetivos, econômicos e extra-econômicos, reforçando-se mutuamente em um conjunto imponente, contribuem para esse resultado. Tampouco pararemos para explicar o que já deve ser evidente para o leitor e que, em capítulos subseqüentes, se tornará ainda mais cristalino, isto é, que tais fatores contribuem não apenas para a destruição *do* capitalismo, mas para o surgimento de uma civilização socialista. Todos eles trabalham nessa direção. O processo capitalista não apenas destrói sua própria moldura institucional, mas cria também as condições para outra. A destruição, afinal de contas, pode não ser a palavra mais indicada. Talvez fosse melhor substituí-la por transformação. O resultado do processo não é apenas um vazio que deve ser preenchido por algo que surja. As coisas e as almas são transformadas de tal maneira que se tornam cada vez mais sensíveis à forma socialista de vida. Com cada escora que se remove da construção capitalista, desaparece uma das chamadas *impossibilidades do plano socialista*. Nesses dois sentidos, a *visão* de MARX foi correta. Podemos também concordar com ele ao vincular a transformação social que se desenrola diante dos nossos olhos com um processo econômico, que seria a principal força propulsora. A nossa análise nega, se correta, apenas fatos de importância secundária, não importa que papel essencial possam eles desempenhar no credo socialista. No fim, não haverá tanta diferença, como se poderia pensar, entre dizer que a decadência do capitalismo é devida ao seu sucesso ou argumentar que o responsável é o seu fracasso. (203)

Mas nossa resposta à questão que dá título a esta parte do livro provoca mais problemas do que resolve. Em vista do que discutiremos adiante, o leitor deve levar em conta o seguinte:

Em primeiro lugar, que até o presente nada sabemos ainda sobre o tipo de socialismo que

poderá surgir no futuro. Para MARX e para a maioria dos seus seguidores — e isto é uma das maiores falhas da doutrina — o socialismo significava apenas uma única coisa. Mas essa precisão não vai mais longe do que a nacionalização da indústria nos levaria, e com esta medida, como poderia ser provado, uma infinita variedade de possibilidades econômicas e culturais poderia surgir lado a lado.

Em segundo, que nada conhecemos ainda a respeito da maneira exata como se dará o advento do socialismo, exceto que haverá numerosas possibilidades, variando da burocratização gradual à revolução mais pitoresca. Estritamente falando, não sabemos nem mesmo se o socialismo será implantado e perdurará. Repetimos, pois: perceber uma tendência e imaginá-la o objetivo é uma coisa, e prever que esse objetivo será realmente alcançado e que o estado de coisas resultante será viável, para não dizer permanente, é completamente diferente. Antes que a humanidade sufoque ou se esquite aos raios do sol (no cárcere ou no paraíso), o socialismo pode ser consumido nos horrores (ou glórias) das guerras imperialistas.

Em terceiro, os vários componentes da tendência que vimos tentando descrever, embora discerníveis em todas as partes, não se revelaram inteiramente. Os acontecimentos evoluíram em escalas diferentes em diversos países, mas não suficientemente em nenhuma nação para permitir-nos dizer, com confiança, exatamente até onde irão, ou afirmar que sua *tendência oculta* desenvolveu-se demasiadamente para recuar diante de qualquer coisa mais séria do que reveses temporários. A integração industrial está longe de ser completa. A concorrência, real e potencial, constitui ainda fator de peso em qualquer situação comercial. A empresa conserva-se ainda ativa e a liderança da burguesia permanece a mola propulsora do progresso econômico. A classe média conta ainda como poder político. Padrões e motivações burgueses, embora continuamente debilitados, atuam ainda. A sobrevivência de tradições (juntamente com a propriedade familiar de ações majoritárias) fazem ainda com que muito administrador se comporte como o antigo dono-gerente. A família burguesa não morreu ainda. Na verdade, aferra-se à vida tão tenazmente que (204) nenhum político responsável ousou ainda tocá-la por outro método senão a taxaço. Do ponto-de-vista da prática imediata e do objetivo de previsões a curto prazo — e, nesses casos, séculos são realmente *curtos prazos* * — tudo que ocorre na superfície pode ser até mais importante do que a tendência para uma nova civilização, que lentamente evoluiu nas profundezas. (* É justamente por isso que os fatos e argumentos apresentados neste e nos dois capítulos precedentes não invalidam nosso raciocínio sobre os resultados econômicos possíveis de

mais cinqüenta anos de evolução capitalista. É muito provável que a década de 1930 tenha sido o último suspiro do capitalismo, hipótese que ganha novo alento com o atual conflito. "Mas pode não ser o caso. De qualquer maneira, não há razões puramente econômicas para que o capitalismo não goze de outro período de expansão, o que é justamente o argumento que desejamos estabelecer.)

PARTE III

SERÁ VIÁVEL O SOCIALISMO?

Capítulo 15

LIMPANDO O CONVÉS

SERÁ VIÁVEL O SOCIALISMO? Naturalmente que sim. Nenhuma dúvida podemos abrigar a respeito dessa possibilidade logo que admitimos, em primeiro lugar, que o indispensável estado de desenvolvimento industrial tenha sido alcançado e, segundo, que os problemas de transição possam ser resolvidos com êxito. Podemos, naturalmente, sentirmo-nos pouco à vontade com as presunções em si mesmas ou com a questão de saber se a forma socialista de sociedade será democrática e, democrática ou não, se funcionará com êxito. Todos esses detalhes serão discutidos mais tarde. Mas, se aceitamos as presunções e eliminamos a dúvida, a resposta será um claro *sim*.

Mas, antes de tentar provar essa teoria, gostaríamos de remover logo alguns obstáculos no nosso caminho. Fomos até agora um pouco negligentes a respeito de umas tantas definições e chegou agora o momento de nos emendarmos. Imaginaremos apenas dois tipos de sociedade e apenas incidentalmente mencionaremos outros. Chamaremos a esses tipos de *comercial*, o primeiro, e *socialista*, o segundo. A sociedade comercial é definida por um quadro institucional sobre o qual precisaremos mencionar apenas dois elementos: a propriedade privada dos meios de produção e a regulamentação do processo produtivo por contrato privado (ou administração ou iniciativa). Esse tipo de sociedade, todavia, não é, em regra geral, puramente burguês. Como vimos na Parte II, uma burguesia industrial e comercial não será capaz de sobreviver senão como parte de uma simbiose com uma camada não-burguesa. Tampouco a sociedade comercial é idêntica à sociedade capitalista. A última, um caso especial da primeira, caracteriza-se pelos fenômenos adicionais de criação de **(200)** crédito — pela prática responsável por certos aspectos tão notáveis da vida econômica e pelo financiamento de empresas por créditos bancários, isto é, por dinheiro (notas ou depósitos) criado especialmente para esse fim. Mas, uma vez que a sociedade comercial, como alternativa do socialismo, aparece sempre na prática como uma forma particular do capitalismo, não fará grande diferença se o leitor preferir continuar pensando no tradicional contraste entre o capitalismo e o socialismo.

Por sociedade socialista designaremos um conjunto institucional no qual o controle sobre os meios e sobre a própria produção está concentrado em uma autoridade central, ou, como poderíamos dizer também, no qual, por uma questão de princípios, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada. Alguém já chamou o socialismo de Proteu intelectual. Numerosos são os meios de defini-lo, meios aceitáveis, queremos dizer, além de outros, imbecis, como o que alega que o socialismo significa pão para todos. A nossa definição não é necessariamente a melhor. Mas há nelas alguns pontos que podem merecer atenção, a despeito dos perigos de uma acusação de pedantismo.

Nossa definição exclui o socialismo corporativista, o sindicalismo e outros tipos afins, isso porque o que poderia ser chamado de *socialismo centralista* é tão superior aos demais que seria desperdício de espaço estudar outras formas. Mas, se adotamos esse termo para indicar o único tipo de socialismo que estudaremos, devemos ter o cuidado inicial de evitar um mal-entendido. O termo *socialismo centralista* é usado com a intenção de excluir a existência de uma pluralidade de unidades de controle, em que cada uma delas, por questão de princípios, significaria interesses próprios e, em particular, a existência de uma pluralidade de setores territoriais autônomos, que fariam o possível para reproduzir os antagonismos da sociedade capitalista. Essa exclusão de interesses regionais pode ser considerada irrealista. Apesar disso, é essencial.

Mas nossa definição não tenciona retratar o centralismo no sentido de que a autoridade central, que chamaremos alternadamente de *junta central* ou *ministério da produção*, é necessariamente absoluta, ou no sentido de que toda a iniciativa de natureza executiva é por ela e somente por ela tomada. Quanto ao primeiro ponto, a junta ou ministério pode ter de submeter seu plano a um congresso ou parlamento. Pode existir também uma autoridade supervisora ou fiscalizadora — uma espécie de *cour des compus*, que poderia concebivelmente ter até mesmo o direito de vetar determinadas decisões. Quanto ao segundo ponto, alguma liberdade de ação deve (209) ser deixada, de toda liberdade que ainda existir, aos chamados *homens-chave*, isto é, aos gerentes de certas indústrias e fábricas. No momento, formarei a ousada presunção de que a margem racional de liberdade foi encontrada experimentalmente e realmente concedida, de maneira que a eficiência não sofre nem com as ambições desenfreadas de subordinados, nem com o empilhamento, sobre a carteira do ministro, de relatórios e

consultas sem solução, nem de ordens absurdas deste último, que nos fazem lembrar a descrição de MARK TWAIN sobre a colheita de batatas.

Não definiremos separadamente o coletivismo ou o comunismo. O primeiro termo nós não o usaremos em absoluto, e o último apenas incidentalmente, com referência a grupos que se dão essa designação. Mas, se tivéssemos de usá-los, nós os faríamos sinônimos de socialismo. Analisando o uso histórico, a maioria dos autores tentou dar-lhes significados diferentes. É verdade que a palavra *comunista* foi usada com muita frequência para denotar idéias mais avançadas ou radicais do que outras. Mas, claro, um dos documentos clássicos do socialismo é intitulado *Manifesto Comunista*. A diferença de princípios, no entanto, jamais foi fundamental. A que existe não é menos pronunciada dentro do campo do socialismo do que entre o socialista e o comunista. Os bolchevistas chamam a si mesmos de comunistas e, ao mesmo tempo, de únicos e verdadeiros socialistas. Mas, sejam ou não os verdadeiros e os únicos, não há dúvida que eles são socialistas.

Evitamos também os termos *propriedade estatal de recursos naturais, fábricas e equipamentos*. Esse ponto tem alguma importância na metodologia das Ciências Sociais. Há, sem dúvida, conceitos que não mantêm qualquer relação com qualquer particular época ou mundo social, tais como as necessidades, a capacidade de escolha ou o bem-estar econômico. Existem outros que, embora no significado diário tenham realmente essa relação, foram de tal maneira refinados pelo analista que a perderam inteiramente. O preço e o custo podem servir de exemplos*. (** O preço, na teoria moderna, é definido como um simples coeficiente de transformação. O custo, no sentido de oportunidade de custo, constitui uma categoria geral lógica. Mas em breve voltaremos ao assunto.*) Outros mais existem, no entanto, que, em virtude de sua própria natureza, não podem suportar uma transplantação e conservam sempre o sabor de um determinado quadro institucional. É extremamente perigoso, e na verdade equivale a uma deturpação da História, usá-los em outro contexto ou cultura que não aquele de onde são naturais. A posse e a propriedade e, segundo acreditamos, a taxação são produtos do mundo da sociedade comercial, da mesma maneira que cavaleiros andantes e o feudo pertencem ao mundo medieval. **(210)**

O mesmo acontece com o Estado. Poderíamos, certamente, defini-lo segundo o critério da soberania e passar a falar em um Estado socialista. Mas, se o conceito deve ser algo mais do que

especulações legais ou filosóficas, o Estado não deve entrar nas discussões sobre as sociedades feudal ou socialista, nenhuma das quais revelou ou revelaria a linha divisória entre a esfera pública e privada, sobre a qual se baseia a maior parte do significado da palavra. Para conservar no significado toda sua riqueza de funções, métodos e atitudes, seria melhor dizer que o Estado, produto de choques e compromissos entre senhores feudais e a burguesia, formará parte das cinzas de onde se erguerá a fênix socialista. Por isso mesmo, não o usamos na nossa definição do socialismo. Não há dúvida que o socialismo pode surgir por um ato do Estado. Mas não conseguimos ver desvantagem em dizer que o Estado morre nesse momento, como aliás observou MARX e LENINE repetiu.

Em um aspecto, pelo menos, nossa definição concorda com todas as outras que encontramos até hoje, isto é, gira exclusivamente em torno de considerações econômicas. Todos os socialistas desejam revolucionar a sociedade do ângulo econômico e todas as bênçãos que esperam deverão surgir na esteira de transformações nas instituições econômicas. Isto, naturalmente, implica uma teoria de casualidade social — a teoria de que situação econômica é o elemento realmente operativo na soma total dos fenômenos que chamamos de *sociedade*. Duas observações, no entanto, se impõem.

Em primeiro lugar, como já foi mencionado na parte precedente, com referência ao capitalismo, e deve ser frisado com respeito ao socialismo, nem para nós, os observadores, nem para o povo, que confiará no socialismo, o aspecto econômico é o único ou mesmo o mais importante. Ao defini-lo da maneira que o fizemos, não tentamos negar esse fato. E com honestidade para com todos os socialistas civilizados que já encontramos ou lemos, devemos declarar que a mesma coisa é verdadeira no que lhes diz respeito: que, ao salientar o elemento econômico, em virtude da importância causativa que seu credo lhe atribui, eles não pretendem sugerir que nada no mundo é mais importante do que bifés e rádios. Existem, realmente, materialistas incorrigíveis que acreditam exatamente nisso. E muitos, que não o são, explorarão na caçada aos votos a premissa econômica, tirando proveito de seu poder de atração imediata. Ao usar desse meio, mutilam e degradam o credo que professam. Não faremos a mesma coisa, Pelo contrário, levaremos em conta que o socialismo pretende atingir metas mais altas do que estômagos cheios, da mesma maneira que o cristianismo significa mais do que os valores algo (211) hedonistas de Céu e Inferno. Em primeiro lugar e acima de tudo, o socialismo significa

um novo mundo cultural. Por amor a ele, o homem pode ser possivelmente um socialista ardoroso, mesmo se acreditar que os arranjos socialistas serão inferiores ao seu rendimento econômico*. (** O inverso é também verdadeiro, naturalmente. Podemos admitir os títulos de sociedade econômica reclamados pelo socialismo e, ainda assim, odiá-lo de um ponto-de-vista cultural.*) Daí se segue que nenhum argumento meramente econômico contra ou a favor pode ser decisivo, embora seja de valor individualmente.

Mas, em segundo lugar: que mundo cultural? Poderemos tentar responder a essa pergunta explorando as profissões de fé de socialistas sinceros para ver se um tipo qualquer emerge. À primeira vista, o material parece abundante. Alguns socialistas estão imediatamente dispostos, de mãos cruzadas e com o sorriso dos bem-aventurados nos lábios, a entoar um cântico de justiça, igualdade, liberdade geral e a eliminação da *exploração do homem pelo homem*, em particular, e paz e amor, algemas quebradas e energias culturais libertadas, abertura de novos horizontes e novas dignidades reveladas. Nesse caso, todavia, teríamos um ROUSSEAU adulterado, com tinturas de BENTHAM. Outros, simplesmente, proclamam os interesses e apetites da ala radical do sindicalismo. Terceiros, todavia, são notavelmente reticentes. Será por que desprezam lemas baratos, mas não podem pensar em nada melhor? Por que pensam em algo que, duvidam, interesse ao povo? Ou por que sabem que divergem irremediavelmente dos camaradas?

Não podemos evidentemente prosseguir nesse caminho. Devemos, pelo contrário, enfrentar o que chamamos de *indeterminação cultural do socialismo*. Na verdade, de acordo com a nossa definição e com a maioria das outras, uma sociedade pode ser total e completamente socialista e, ainda assim, ser dirigida por um governante absoluto ou ser organizada pela mais democrática das formas possíveis. Pode ser aristocrática ou proletária, teocrática ou hierárquica, ateuista ou indiferente à religião, mais rigorosamente disciplinada do que soldados num exército moderno ou completamente descontrolada, ascética ou eudemonista em espírito, enérgica ou frouxa, pensando apenas no futuro ou no presente, guerreira e nacionalista ou pacífica e internacionalista, igualitária ou escravista, seguir a ética dos senhores ou dos escravos, possuir uma arte subjetiva ou objetiva, * adotar formas de vida individualistas ou padronizadas e, o que para alguns de nós seria o suficiente para aliciar nossa dedicação ou provocar nosso desprezo, reproduzir-se e produzir super-homens ou sub-homens. (** Paradoxal como pareça, individualismo e socialismo não são necessariamente opostos. Poder-se-ia argumentar que a forma socialista de organização garantirá a realização*

Mas por que seria assim? O leitor pode chegar à sua própria conclusão. Pode dizer que MARX está errado e que o sistema econômico não determina a civilização, ou, que pelo contrário, o sistema econômico em sua totalidade poderia determiná-lo, mas que o elemento básico que constitui o socialismo, no sentido em que o entendemos, não poderia determiná-lo sem o auxílio de outros dados e presunções econômicas. Não conseguiríamos nada melhor com o capitalismo, por falar nisso, se tivéssemos tentado reconstruir seu mundo com pouco mais do que os fatos corporificados na definição que dele fizemos. Temos, no caso vertente, a impressão de uma determinação e verificaremos que é impossível raciocinar na base das tendências da civilização capitalista. Mas isto acontece apenas porque temos uma realidade histórica diante de nós, que nos fornece todos os dados adicionais de que necessitamos e, *via facti*, exclui um número infinito de possibilidades.

Usamos, no entanto, a palavra *determinação* em um sentido bem estrito e técnico e, além disso, com referência a um mundo cultural total. A *indeterminação*, nesse sentido, não constitui barreira intransponível para as tentativas de descobrir certos aspectos ou tendências que os arranjos socialistas, como tais, poderão produzir com maior probabilidade do que outros, especialmente os aspectos e tendências de determinados pontos do organismo cultural. Tampouco é impossível propor outras presunções razoáveis, o que se deduz do estudo das possibilidades mencionadas acima. Se, por exemplo, acreditamos, como tantos socialistas — erradamente, pensamos — que as guerras nada mais são do que uma das formas do conflito de interesses capitalistas, segue-se imediatamente que o socialismo seria pacifista e antiguerreiro. Ou, se presumimos que o socialismo evolui juntamente e de forma inseparável de certo tipo de racionalismo, teremos de concluir que ele será irreligioso, senão anti-religioso. Ocasionalmente, tentaremos explorar essas ou aquelas facetas, embora o melhor fosse ceder a tribuna ao único artista realmente grande nesse terreno: PLATÃO. Mas nada disso elimina a verdade de que o socialismo é realmente um Proteu *cultural* e que suas possibilidades culturais podem ser tornadas mais claras apenas se nos resignarmos a falar de casos especiais dentro do gênero socialista — cada um dos quais, para sermos exatos, será verdadeiro apenas para aquele que o defende, mas cujo tipo, qualquer que seja, pode-nos aguardar no futuro.

Capítulo 16

A PLANTA SOCIALISTA

Em primeiro lugar, deveremos verificar se há algo de errado na pura lógica da Economia socialista. Embora nenhuma prova de solidez dessa lógica sirva para converter alguém ou, por falar nisso, constitua defesa do sistema como proposição prática, a prova de uma incoerência lógica, ou mesmo de uma falha na tentativa de provar seu valor, seria o suficiente para expor-lhe a absurdo inerente.

Ou, de maneira mais precisa, nossa pergunta poderia ser formulada do modo seguinte: dada a existência de um governo-socialista do tipo imaginado, será possível surgirem de seus elementos, e das regras de seu funcionamento racional, decisões invariáveis sobre o que e como produzir ou, rephraseando a mesma questão no jargão da Economia Política exata, tais elementos e regras, nas circunstâncias do sistema socialista, produzem equações que são independentes, compatíveis — isto é, livres de contradições — e suficientes em número para determinar inequivocamente as incógnitas do problema perante uma junta central ou um ministério de produção?

1. A resposta é afirmativa. Nada há de errado na lógica pura do socialismo. E isto é tão evidente que não nos teria ocorrido insistir nesse ponto não fosse o fato de que essa coerência foi negada e, mais curioso ainda, que socialistas ortodoxos, até que fossem educados por economistas de opiniões e simpatias fortemente burguesas, tivessem sido incapazes de oferecer uma solução que atendesse aos requisitos científicos. **(214)**

A única autoridade digna de menção que responde pela negativa é o Professor L. VON MISES*. (* *O seu trabalho, publicado em 1920, pode ser obtido em tradução inglesa. Leia *Collectivist Economic Planning* (organizado por F. A. VON HAYEK, 1935). Leia também seu *Gemeinwirtschaft*, tradução inglesa publicada sob o título *Socialism* (1937).) Partindo da premissa de que o comportamento econômico racional pressupõe cálculos racionais de custo e, portanto, de preços dos fatores de custo e dos mercados que fixam os preços, concluiu ele que numa sociedade socialista, dada a inexistência desses escoadouros, faltaria orientação racional à produção, *de* tal maneira que o sistema teria de funcionar de maneira errática, se é que conseguiria funcionar. Em resposta a essas críticas e outras semelhantes, ou talvez diante de algumas dúvidas, próprias, os expoentes acreditados da ortodoxia socialista, a princípio, nada tinham a dizer, salvo expor o argumento de que a administração socialista seria capaz de começar do sistema de valores criado por seu predecessor capitalista — o que é, sem dúvida, importante numa discussão de dificuldades práticas, mas não absolutamente quando se trata de questão de princípios — ou entoar um canto às glórias miraculosas do seu sistema, no qual seria fácil dispensar inteiramente truques capitalistas, tais como a racionalidade dos custos, e no qual os camaradas resolveriam todos os problemas valendo-se das riquezas postas à disposição de todos pelos armazéns do Estado. Essa opinião, no entanto, significa a aceitação da crítica. Na verdade, muitos socialistas parecem realmente aceitá-la ainda hoje.*

O economista que resolveu a questão, de maneira que pouco mais restava a fazer senão refinar detalhes e resolver algumas dúvidas de importância secundária, foi ENRICO BARONE, para cuja argumentação remetemos os leitores que estejam interessados em uma demonstração exaustiva*. (* *Mais de uma dúzia de economistas sugeriu vagamente a solução antes de BARONE. Entre eles contavam-se autoridades como F. VON WIESER (no seu *Natural Value*, 1893, original alemão de 1889) e PARETO (*Cours.d'Economie Politique*, vol. II, 1897). Ambos perceberam que a lógica básica do comportamento econômico é a mesma tanto na sociedade comercial quanto na socialista, o que fornece a solução. Mas BARONE, discípulo de PARETO, foi o primeiro a encontrá-la. Leia seus trabalhos intitulados "II Ministro della Produzione nello Stato Collettivista", *Giornale degli Economisti*, 1908; tradução inglesa incluída no volume *Collectivist Economic Planning*, mencionado na nota precedente. Não é possível nem necessário fazer justiça ao grande número de trabalhos posteriores. Mencionaremos apenas, como muito importante nos dois casos, o "The Guidance of Production in a Socialist State", de FRED M. TAYLOR, em *American Economic Review*, março de 1929; *Wirtschaftsrechnung und Veteilung im... sozialistischen Gemeinwesen*, de K. Tisch, 1932; "Theorie der Planwirtschaft", de H. ZASSENHAUS, em *Zeitschrift für Nationalökonomie*, de 1934; e especialmente OSKAR LANGE, "On the Economic Theory of Socialism", em *Review of Economic Studies*, de 1936/7, republicada em livro por LANGE e TAYLOR, mesmo título, 1938; e os artigos de A. P. LERNER, que serão comentados em nota posterior.) No nosso caso, um simples esboço será suficiente. (215)*

Examinada do ponto-de-vista do economista, a produção (incluindo o transporte e todas as operações inerentes à distribuição) nada mais é senão a combinação racional de *fatores* existentes dentro das restrições impostas pelas condições tecnológicas. A tarefa de combinar fatores na sociedade comercial envolve a compra ou aluguel. As rendas individuais típicas desse tipo de sociedade surgem justamente nesse processo de comprar ou alugar. Ou melhor, a produção e a *distribuição* do produto social são apenas aspectos diferentes de um único e mesmo processo, que afeta a ambos simultaneamente. A mais importante das diferenças lógicas (ou puramente teórica) entre as economias comercial e socialista é que na última isto já não mais acontece. Uma vez que, *prima facie*, os meios de produção não são valores de mercado e, o que é ainda mais importante, uma vez que os princípios da sociedade socialista não admitiriam a sua transformação em critério de distribuição, mesmo que eles existissem, o automatismo distributivo da sociedade comercial não existe na sociedade socialista. O vazio deve ser preenchido por ato político, digamos assim, pela formação de uma riqueza comum. A distribuição, por conseguinte, torna-se operação distinta e, logicamente pelo menos, completamente isolada da produção. Esse fato ou decisão política teria origem e, por seu lado, determinaria, de maneira acentuada, o caráter econômico e social da sociedade, seus objetivos e realizações. Mas seria completamente arbitrário quando considerado do ponto-de-vista econômico. Como observamos antes, a comunidade pode adotar um sistema igualitário (e, mais uma vez, em qualquer dos sentidos associados aos ideais igualitários) ou admitir desigualdades em qualquer grau desejado. Poderia até mesmo distribuir, visando ao rendimento máximo em qualquer direção escolhida, o que é um caso particularmente interessante. Poderia estudar os desejos de camaradas isolados ou resolver conceder-lhes o que uma autoridade qualquer consideraria mais conveniente para eles. O lema *a cada um, de acordo com suas necessidades* pode admitir qualquer dos dois sentidos. Mas *alguma* norma deve ser estabelecida. No nosso caso, basta estudar um exemplo especial.

2. Suponhamos que o princípio ético da nossa comunidade socialista é totalmente igualitário, mas que, ao mesmo tempo, prescreve que os camaradas devem ser livres para escolher entre as mercadorias (216) de consumo que o ministério pode e é capaz de produzir. A comunidade pode, naturalmente, recusar-se a produzir certas mercadorias, bebidas alcoólicas, por exemplo. Suponhamos, ainda, que o ideal igualitário adotado é concretizado pela entrega a todas as pessoas (crianças e outros indivíduos inclusive, que seriam consideradas frações pessoais, a critério da autoridade) de um talão que representaria seu direito a uma determinada quantidade

de mercadorias de consumo, que seria igual ao produto social disponível num determinado período, dividido pelo número total dos pretendentes. Tais talões poderiam ser imaginados como correspondentes a x partes de todos os alimentos, roupas, artigos domésticos, casas, automóveis, filmes cinematográficos, e assim por diante, que foram ou estão sendo produzidos para o consumo (para o objetivo de serem entregues aos consumidores) durante o período de tempo em estudo. No intuito de evitar uma complexa e desnecessária massa de trocas, que, de outra maneira, teria lugar entre os camaradas, referimo-nos aos direitos dos pretendentes não em termos de mercadorias, mas em quantidades iguais, convenientemente escolhidas, mas sem sentido em si mesmas (poderíamos chamá-las de simples unidades, sóis, luas ou mesmo dólares). Ficaria estabelecido que unidades de cada mercadoria seriam entregues contra a apresentação de determinado número de talões. Esses *preços* cobrados pelos armazéns do Estado teriam, de acordo com nossas presunções, de preencher a condição de que cada um deles, multiplicado pela quantidade existente da mercadoria a que se referem, corresponderiam ao total (de outra maneira arbitrário) do direito de todos os camaradas. O ministério, todavia, não precisa fixar os *preços* iniciais, exceto por sugestões iniciais. Dada a existência de escolhas e *rendas* em dólares iguais, os camaradas revelariam pelas suas reações a essas sugestões iniciais a que preços estariam dispostos a aceitar todo o produto social, salvo os artigos que não interessam a ninguém. O ministério, por seu lado, teria de aceitar esses preços se quisesse dar saída às mercadorias. Essa medida seria sem dúvida tomada e o princípio de parcelas iguais seria posto em prática de modo bastante plausível e de maneira determinada inequivocamente.

Tudo isso, evidentemente, pressupõe que uma determinada quantidade de todas as mercadorias já foi produzida. O problema real, cuja solução foi negada, consiste exatamente em saber como isso pode ser conseguido racionalmente, isto é, de maneira a provocar a maior satisfação possível dos consumidores*, sujeita esta aos limites (217) impostos pela disponibilidade de recursos, às possibilidades tecnológicas e às demais condições ambientais. (* *Se os teóricos modernos objetarem a essa inflexão de frase, deixem-nos que lhes peça que examinem o volume inteiramente desnecessário de circunlóquios que um fraseado mais correto tornaria necessário, mas sem oferecer, para o fim do nosso argumento, qualquer vantagem compensadora.* Está claro que uma decisão sobre o plano de produção por, digamos, votação majoritária fracassaria redondamente em conseguir esse resultado, pois, neste caso, algumas pessoas ou, talvez, todas as pessoas não conseguiriam o que desejam ou o que lhes poderia ser concedido sem prejudicar o atendimento de outros. (* *Não significa isso que não preenchesse os requisitos, do ponto-de-vista de outra definição qualquer da racionalidade. De fato, nada se afirma aqui sobre qual seria a vantagem relativa do arranjo sob discussão em comparação com qualquer outro. O assunto será novamente discutido em*

breve. É igualmente claro, no entanto, que a racionalidade econômica nesse sentido poderia ser conseguida de outra maneira. Para os teóricos, essa possibilidade fundamenta-se na premissa elementar de que os consumidores ao avaliar (*procurar*) as mercadorias de consumo, *ipso facto* avaliam também os meios de produção que entram na fabricação dessas mercadorias. No caso do leigo, a prova da possibilidade de um plano racional de produção na nossa sociedade socialista pode ser exposta da seguinte maneira:

3. Suponhamos que os meios de produção existem em determinadas e, no momento, inalteráveis quantidades. Presumamos ainda que a junta central se transforme em uma comissão para determinada indústria ou ainda melhor, estabeleçamos uma autoridade administradora para cada indústria, que cooperará com o órgão central que controla e coordena todos esses gerentes ou diretores. A junta conseguirá administrar, de acordo com certas normas, distribuindo os recursos produtivos (pois os controla a todos) às indústrias. Suponhamos ainda que a junta resolva que as indústrias podem receber a quantidade de bens de produção e serviços que decidam solicitar, desde que sujeitas a três condições: em primeiro, devem produzir tão economicamente quanto possível; em segundo, devem transferir para a junta central, por unidade de bens de consumo ou serviços, um determinado número dos dólares de consumidores que conseguiram pela entrega anterior de mercadorias (ou, em outras palavras, a junta central declara-se disposta a *vender* a qualquer indústria quantidades ilimitadas de bens de capital a *preços* fixos); em terceiro, as administrações de fábricas são solicitadas a requisitar as quantidades que possam usar (e não menos) da maneira mais econômica, sem ter de *pender* qualquer quantidade dos seus produtos por menos *dólares* do que devem transferir para a junta central, e equivalente aos meios de produção fornecidos (ou, em palavras mais técnicas, que a produção, em todos **(218)** os sentidos, torne os *preços* iguais, e não simplesmente proporcionais, aos custos marginais)*.

(Esse princípio, que deriva da lógica geral da escolha, não foi universalmente aceito até que A. P. LERNER deu-lhe destaque e defendeu-o em uma série de notas e trabalhos, a maioria dos quais publicados na Review of Economic Studies (e também no Economic Journal, setembro de 1937), que constituem importante contribuição para a teoria da economia socialista e para os quais aproveito a oportunidade de chamar a atenção do leitor. É também correto, como proposição da lógica da escolha, dizer que a condição acima deve prevalecer sobre a regra de igualar os preços aos custos totais por unidade em todos os casos em que eles entrem em conflito. Mas a relação entre ambos foi de certa maneira obscurecida por uma confusão de coisas diferentes, e necessita de alguns esclarecimentos.*

O conceito de custo marginal, significando o aumento do custo total em que se é obrigado a incorrer caso se deseje aumentar em pequena quantidade a produção, constitui fator indeterminado enquanto não o relacionamos a um determinado período de tempo. Por conseguinte, se a questão se cinge a saber se devemos transportar um passageiro extra em um trem que viajaria de

qualquer maneira, o custo marginal pode ser considerado igual a zero ou, de qualquer modo, muito pequeno. Ou podemos dizer que, do ponto-de-vista de um período muito curto — uma hora, um dia, ou mesmo uma semana — praticamente tudo constitui despesas gerais, até mesmo lubrificantes e óleo, e que essas despesas não entram no cálculo do custo marginal. Mas, quanto maior o período imaginado, mais entram esses elementos, em primeiro lugar todos os elementos incluídos no conceito do custo de material e mão-de-obra, e, depois deles, mais e mais aquele fator que os homens de negócios chamam de despesas gerais, até que, a prazo muito longo ou do ponto-de-vista do planejamento de uma unidade industrial ainda não existente, nada (ou praticamente nada) sobra na categoria das despesas gerais e tudo mais, incluindo a depreciação, tem de ser levado em conta ao se calcular o custo marginal, na medida em que este princípio não for modificado, como no caso de fatores como o leito das estradas-de-ferro, pelo fato tecnológico de que são disponíveis ou usáveis apenas em unidades muito grandes (indivisibilidade). Os custos marginais, por isso mesmo, devem ser sempre distinguidos dos custos de material e mão-de-obra.

Mas freqüentemente associamos as condições sob estudo com a norma de que a administração socialista — da mesma maneira que a capitalista — deve, em determinada época, considerar passadas as coisas passadas, se é que deseja agir racionalmente. Isto é, nas suas decisões não deve levar em conta os valores contábeis dos investimentos existentes. Mas temos aqui uma norma apenas para a conduta a curto prazo em determinadas situações. Não significa, em absoluto, que deve negligenciar ex ante os elementos que se cristalizarão em custos fixos e despesas gerais. Negligenciá-los significaria incorrer em comportamento irracional em relação às horas de trabalho e unidades de recursos naturais que entram nas despesas gerais, em todos os casos em que há para elas usos alternativos. Mas, levá-los em conta, de maneira geral, significará igualar os preços ao custo total por unidade do produto enquanto as coisas se desenrolarem de acordo com os planos. E uma vez que as exceções se devem principalmente aos obstáculos tecnológicos à racionalidade, representada pela indivisibilidade ou desvio do curso real dos fenômenos, com ignorância dos planos, a lógica destes últimos não é, afinal de contas, mal expressada pelo último princípio citado. Embora, em situação a curto prazo, seja a coisa mais racional a fazer, jamais constitui parte dessa lógica administrar uma indústria com déficit. É importante notar isso por duas razões.

Em primeiro lugar, o fato foi contestado. Sugeriu-se até mesmo que o bem-estar aumentaria (isto é, a longo prazo) se os preços fossem sempre iguais aos custos marginais a curta prazo, excluindo-se a depreciação, e que as despesas fixas (digamos, o preço de uma ponte) deveriam ser financiadas pelos impostos. A nossa regra, da maneira exposta no texto, não significa isso, e não seria racional que tivesse essa significação.

Em segundo, em decreto de março de 1936, as autoridades russas, abolindo em certo número de indústrias o sistema de subsídios, até então em vigor, prescreveram que os preços deviam ser regulados de maneira a igualar o custo médio total por unidade, mais uma quota para acumulação. Podemos dizer, em defesa da primeira parte da regra, que, embora não rigorosamente correta, difere menos da correta do que as formulações incorretas da última poderiam levar-nos a pensar. Em defesa da última caberia dizer que a objeção óbvia a ela fica muito debilitada logo que levamos em conta as condições ou necessidades de desenvolvimento rápido — o leitor em dúvida recordará o argumento apresentado na Parte II em defesa do caso capitalista — e que é inteiramente concebível que o governo soviético estivesse certo, tanto em adotar a política de subsídios, que equivalia a financiar investimentos com prejuízos, como, em parte, ao abolir a prática em 1936.)

A tarefa de cada comissão industrial ficaria, então, determinada de forma inequívoca. Da mesma maneira que hoje acontece com todas as firmas numa indústria perfeitamente competitiva, que sabe o que, em que quantidade e como produzir logo que surgem as possibilidades técnicas, as reações de consumidores (suas preferências e rendas) e os preços dos meios de produção, assim também a administração da nossa comunidade socialista saberia o que produzir, como produzir e que quantidades *comprar* da junta central logo que os *preços*

dessa última fossem publicados e logo que os consumidores revelassem a sua *procura*.

Em certo sentido, esses *preços*, ao contrário dos *preços* das mercadorias de consumo, são determinados unilateralmente por uma junta central. Podemos dizer, no entanto, que os gerentes das indústrias revelam também uma *procura*, determinada de maneira muito (219) clara. Para completar nossa argumentação, precisamos apenas de uma norma para essa atividade fixadora de preços, que esteja de acordo com o fator de rendimento máximo. Essa norma é evidente. A junta precisa simplesmente estabelecer um único preço para todos os tipos e qualidades de bens de capital (se a junta exercesse discriminação, isto é, cobrasse preços diferentes das administrações de fábricas para os mesmos tipos e qualidades de material, essa medida (220) teria de ser justificada * sobre bases não-econômicas) e tomar as devidas providências para que o preço *limpasse o mercado*, ou melhor, que nenhuma quantidade não-usada de bens de capital permanecesse nos seus depósitos e que nenhuma quantidade adicional fosse solicitada a esses *preços*. (* Há exceções, mas não são de importância e não afetam a orientação geral do argumento.) Essa regra será normalmente suficiente para assegurar uma contabilidade de custo racional, e, daí, uma distribuição economicamente racional dos recursos (pois o primeiro nada mais é do que um método de garantir e confirmar o segundo) e também a racionalidade do plano de produção nos sistemas socialistas. O que dissemos acima confirma-se pelo fato de que, enquanto essa regra for observada, nenhuma parte dos recursos produtivos pode ser desviada para qualquer outro campo de produção sem causar a destruição de tantos (ou mais) valores de consumo, expressados em termos de dólares de consumo, que esse elemento criaria com seu novo emprego. Quer isso dizer que a produção se expande em todas as direções, nas condições que prevalecem no meio, até o ponto e não mais do que racionalmente seria possível. Completa-se, assim, nossa argumentação sobre a racionalidade do planejamento socialista em um processo estacionário da vida econômica, no qual tudo é corretamente previsto, repete-se inevitavelmente e nada acontece para desorganizar o plano.

4. Mas nenhum mal haveria se abandonássemos os limites da teoria do processo estacionário e admitíssemos os fenômenos que acompanham a transformação industrial. No que interessa à lógica econômica, não se pode sustentar que o socialismo do tipo por nós imaginado, embora teoricamente capaz de enfrentar o trabalho intermitente de administração de uma economia estacionária, falharia necessariamente na solução dos problemas apresentados pelo *progresso*.

Veremos mais tarde porque é importante para o êxito de uma sociedade socialista que ela inicie sua existência não apenas tão ricamente dotada quanto possível pelo seu predecessor capitalista (não só com experiência e técnicas, mas também com recursos), mas também que o último haja ultrapassado o período de infância, haja cumprido quase todos os seus fins e se haja aproximado de um estado estacionário. Mas a razão para isso não é que sejamos incapazes de conceber um método racional e claramente determinado, cuja aplicação permitisse à sociedade socialista aproveitar todas as oportunidades de aperfeiçoamento do próprio aparelhamento industrial.

Suponhamos que uma nova e mais eficiente peça de máquina foi projetada para a indústria X. Para excluir os problemas inerentes ao **(221)** financiamento de inversão (o que estudaremos dentro em breve) e para isolar um conjunto distinto de fenômenos, suponhamos que a nova máquina pode ser produzida pelas mesmas fábricas que, até agora, vinham produzindo outras menos eficientes e exatamente ao mesmo preço, em termos de recursos produtivos. A administração da indústria X, cumprindo a primeira cláusula de suas instruções (isto é, produzir tão economicamente quanto possível), adotará a nova máquina e, dessa maneira, produzirá a mesma quantidade com menor utilização de meios de produção do que antes. Conseqüentemente, daí em diante estaria em condições de transferir ao ministério ou à junta central uma quantidade de dólares de consumo menor do que o volume recebido dos consumidores. Chamem à diferença o que quiserem, D, por exemplo, ou uma pá, ou, quem sabe, *lucros*. A administração, é verdade, violaria a condição estabelecida pela terceira cláusula se procurasse obter esse lucro. Mas, se obedecer a essa cláusula e imediatamente produzir a maior quantidade necessária para satisfazer a essa condição, tais lucros jamais surgirão. Mas a sua existência potencial nos cálculos da administração é mais do que suficiente para que eles preencham a única função que teriam de acordo com nossas suposições, ou seja, a função de indicar, de modo determinado inequivocamente, a maneira e extensão da redistribuição de recursos que agora seria racional executar.

Se, numa época em que os recursos disponíveis da sociedade estivessem totalmente empregados com o fim de criar um determinado nível de consumo, surgisse um melhoramento qualquer (como uma nova ponte ou estrada-de-ferro) que requeresse o uso de fatores adicionais, ou, como poderemos dizer também, no momento em que se fizer sentir a necessidade de um investimento adicional, os camaradas ou teriam de trabalhar horas extraordinárias, que até agora

supomos fixadas por lei, ou a restringir o consumo, ou ambos. Nesses casos, as nossas presunções, formuladas com o objetivo de solucionar o problema fundamental da maneira mais simples possível, evitam uma solução *automática*, isto é, uma decisão que poderia ser alcançada pela junta central ou pela administração industrial simplesmente pela observância passiva, dentro das três normas, das indicações objetivas. Mas essa possibilidade, evidentemente, é uma falha do nosso esquema e não da economia socialista. Tudo que precisamos fazer, se desejamos uma solução automática desse tipo, é rejeitar a lei que invalida as pretensões sobre mercadorias de consumo que não são usadas durante o período para o qual foram produzidas, renunciar ao princípio de igualdade absoluta de renda e atribuir à junta central a competência de oferecer bônus por horas extraordinárias (de que maneira chamá-la?) (222) ou pela poupança. A condição de que todos possíveis melhoramentos ou investimentos sejam empreendidos em tal extensão e que o menos tentador deles produza um *lucro* igual aos bônus que devem ser oferecidos para provocar o nível de horas extraordinárias ou poupança (ou ambos) determina, então, de maneira inequívoca, todas as variáveis que nosso problema cria, contanto que as horas de trabalho extraordinário e a poupança sejam, nos períodos de tempo em que serão tomadas em consideração, funções equivalentes dos bônus respectivos. (** É conveniente observar que o problema surge apenas cora os novo: investimentos. Esses investimentos, necessários agora para ativar um processo estacionário, poderiam e seriam obtidos da mesma maneira que os outros itens que entram no custo. Em particular, não haveria juros. Aproveitamos a oportunidade para observar que a atitude dos socialistas em relação ao problema dos juros não é uniforme. St. SIMON admitiu-os como coisa quase perfeitamente natural. MARX excluiu-os da sociedade socialista. Alguns socialistas modernos os admitem novamente. A prática russa, também.*) É conveniente considerar os dólares que se pagam por esses bônus como adicionais aos dólares de renda despendidos antes. Os reajustamentos que essas medidas tornariam necessários em vários campos não precisam deter-nos aqui.

Esta argumentação sobre investimentos, no entanto, torna ainda mais claro que o esquema que parecia melhor adaptado ao nosso objetivo particular não é nem o único plano possível para a economia socialista nem necessariamente o que se recomendaria a tal sistema. O socialismo não precisa ser igualitário, mas nenhum volume de desigualdade das *rendas*, que se poderia esperar razoavelmente que uma sociedade socialista tolerasse, produziria inevitavelmente a média de investimentos que o sistema capitalista produz na média das fases cíclicas. As próprias desigualdades capitalistas não são suficientes para isso e teriam de ser reforçadas pela acumulação de reservas pelas sociedades anônimas e pelo crédito bancário *artificial*, métodos que não são particularmente automáticos nem estão determinados inequivocamente. Se, por conseguinte, uma sociedade socialista desejar conseguir igual ou maior média de investimentos

reais (evidentemente, não o necessita), outros métodos além da poupança deverão ser empregados. A acumulação de *lucros*, que se deixariam materializar, em vez de permanecer em estado potencial ou, como foi sugerido acima, alguma medida análoga ao crédito artificial, seria igualmente possível. Seria muito mais natural, todavia, deixar o assunto aos cuidados da junta central, congresso ou parlamento, que resolveriam a questão internamente, como parte do Orçamento. Embora a votação sobre a parte *automática* da operação econômica da sociedade fosse simplesmente formal, ou talvez de caráter supervísório, **(223)** a votação sobre a questão do investimento (ou, pelo menos, o seu volume) envolveria uma decisão real e tomada de posição equivalentes à votação das despesas militares, e assim por diante. A coordenação dessa decisão com as decisões *automáticas* sobre a quantidade e qualidade das mercadorias de consumo individuais não apresentaria qualquer dificuldade insuperável. Mas, ao aceitar essa solução, devemos renunciar, em um ponto muito importante, ao princípio básico de nosso sistema.

Outros aspectos do nosso plano podem ser alterados até mesmo dentro do quadro geral. Por exemplo, com a ressalva a respeito das horas extraordinárias, não deixamos aos camaradas isolados a decisão de saber que volume de trabalho deveriam realizar, embora, como eleitores e de outras maneiras, pudessem exercer tanta influência sobre essa decisão como a que exercem sobre a distribuição da renda, e assim por diante. Tampouco lhes permitimos mais liberdade de escolha de ocupação do que a junta central, dentro da estrutura do seu plano diretor, poderia ser capaz ou desejosa de conceder-lhes. Esse arranjo pode ser imaginado em analogia com o serviço militar obrigatório. Um plano desse tipo se aproximaria muito bem do lema: *a todos, de acordo com suas necessidades, as contribuições, de acordo com as aptidões*, ou, em todo o caso, poderia acomodar-se à mesma apenas com modificações superficiais. Mas, ao contrário, poderíamos deixar também ao camarada isolado a decisão de saber qual seria a quantidade e a qualidade do trabalho que prestaria. A distribuição racional do contingente trabalhista teria, nesse caso, de ser tentada através de um sistema de estímulos, oferecendo-se bônus, novamente nesse caso, não apenas pelas horas extraordinárias, mas por todo o trabalho, de maneira a conseguir em todas as partes uma *oferta* de trabalho de todos os tipos e graus que se ajustasse à estrutura da procura dos consumidores e ao programa de investimentos. Tais bônus deveriam manter uma relação óbvia com a atração e o tédio de cada emprego e com a capacidade que deveria ser adquirida para preenchê-lo e, daí, com a escala de salários da sociedade capitalista. Embora a analogia entre a última e um sistema socialista de bônus não deva ser levada demasiadamente longe, poderíamos, ainda assim, falar de um *mercado de trabalho*. A

existência desse mercado faria naturalmente muita diferença em nosso argumento. Mas não afetaria a determinabilidade do sistema socialista. Sua racionalidade formal se acentuaria, na verdade, de maneira bem pronunciada.

5. Da mesma maneira se acentuaria a semelhança familiar entre a economia comercial e a socialista, que o leitor não pode ter deixado de perceber. Uma vez que essa semelhança parece ter dado (224) prazer a não-socialistas e socialistas, e ter aborrecido outros socialistas, é conveniente explicar em que consiste e qual é a sua causa. Verificar-se-á que há pouca razão, seja para prazer, seja para aborrecimento. Vimos utilizando, ao tentar reconstruir o esquema racional de uma economia socialista, os mecanismos e conceitos tradicionalmente descritos em palavras que nos são familiares em vista da discussão dos processos e problemas da economia capitalista. Descrevemos um mecanismo que é imediatamente compreendido logo que falamos das palavras *mercado, compra e venda, concorrência*, e assim por diante. Utilizamos, e raramente pudemos deixar de fazê-lo, palavras de conotação capitalista, como preços, custo, renda e, mesmo, lucros, ao passo que rendas de terras, salários e diversas outras, o dinheiro entre elas, parecem ter adejado em torno de nós ao longo de toda nossa caminhada.

Examinemos o que, para a maioria dos socialistas, pareceria certamente um dos piores casos, o da *renda imobiliária*, significando lucros baseados no uso produtivo de agentes naturais (a *terra*, por exemplo). Nosso esquema, evidentemente, não pode admitir que a renda da terra seja paga a um latifundiário qualquer. Que significaria, então? Simplesmente que qualquer tipo de terra que não seja abundante, além das necessidades em um futuro previsível, deve ser usado economicamente ou distribuído racionalmente, exatamente como o trabalho ou qualquer outro tipo de recursos produtivos. Para esse objetivo, deve ser atribuído à terra um índice de significação econômica com o qual possa ser comparado qualquer possível uso que surja e através do qual ela entre para o sistema de contabilidade social. Se isso não fosse feito, a comunidade estaria agindo irracionalmente. Mas, ao fazê-lo, nenhuma concessão ao capitalismo ou ao espírito do capitalismo estaria implícita. Tudo que é comercial ou capitalista sobre o aluguel da terra, tanto nos seus contextos econômicos como sociológicos, e tudo que nesse argumento pode provavelmente atrair o advogado da propriedade privada (renda privada, o latifundiário, e assim por diante) foram inteiramente eliminados.

As *rendas*, que no princípio do nosso argumento atribuímos aos camaradas, não são salários. Na verdade, se analisadas, verificaremos que são compostas de elementos econômicos díspares, dos quais apenas um único poderia ser associado à produtividade marginal do trabalho. Os bônus que introduzimos depois têm mais a ver com os salários da sociedade capitalista. Mas o equivalente ao último não existe em qualquer outra parte, exceto nos livros da junta central, e, mais uma vez, consistem de um simples índice de significação, associado para os fins da distribuição racional, a todos os tipos e graus (225) de trabalho — um índice do qual desapareceu todo o conjunto de significados característicos do mundo capitalista. De passagem, podemos observar que, uma vez que podemos chamar do que nos agrada as unidades na qual são divididos os talões que representam o direito do camarada na produção de bens de consumo, podemos chamá-las também de horas de trabalho. E uma vez que o número total dessas unidades é (dentro dos limites estabelecidos pela conveniência) não menos arbitrário, poderíamos torná-lo igual ao número de horas realmente trabalhadas, ajustando todos os tipos e graus de trabalho a alguma qualidade-padrão, à maneira de RICARDO e MARX. Finalmente, nossa comunidade poderia adotar, como pode adotar qualquer outra, o princípio de que a *renda* deve ser proporcional às horas de trabalho-padrão contribuídas por cada camarada. Teríamos, nesse caso, um sistema de notas-trabalho. E o interessante é que, excluídas as dificuldades técnicas que não nos precisam interessar agora, tal sistema seria inteiramente viável. Mas é fácil ver também que mesmo essas *rendas* não seriam *salários*. É igualmente claro que a viabilidade de tal arranjo nada prova em favor da teoria do valor do trabalho.

É dificilmente necessário realizar o mesmo estudo no que diz respeito a lucros, juros, preços e custos. A causa da semelhança familiar é agora claramente visível: o nosso socialismo nada toma de empréstimo ao capitalismo, mas o capitalismo muito se socorre da lógica da escolha, de aplicação perfeitamente geral. Qualquer comportamento racional deve naturalmente revelar certas semelhanças formais com qualquer outro comportamento racional. E acontece que, na esfera do comportamento econômico, a influência modeladora da racionalidade simples atua fortemente, pelo menos no que tange à teoria pura. Os conceitos que expressam o sistema behaviorista são, por conseguinte, saturados de todos os significados particulares de uma época histórica e tenderão a reter, na mente do leigo, as cores assim adquiridas. Se nosso conhecimento histórico dos fenômenos econômicos tivesse sido adquirido em um meio socialista, pensaríamos agora que, ao analisar um processo

capitalista, estamos tomando de empréstimo conceitos socialistas.

Até o momento, nada há para os economistas de tendências capitalistas de se congratularem com a descoberta de que o socialismo podia, afinal de contas, usar apenas os mecanismos e categorias capitalistas. Deve haver também razões igualmente minguadas para os socialistas objetarem, pois apenas a mente mais ingênua pode sentir-se desapontada diante do fato de que o milagre socialista não cria uma lógica própria. Por outro lado, apenas as mais cruas e estúpidas variações do credo socialista podem sofrer com uma demonstração **(226)** nesse sentido, isto é, somente aquelas variantes, de acordo com as quais o processo capitalista não é mais que uma confusão total, sem nenhuma lógica ou ordem. As pessoas sensatas de ambas as convicções podem estar de acordo com essa analogia e continuar esposando pontos-de-vista tão opostos como sempre. Não obstante, uma objeção podia ser levantada contra a terminologia: poderia alguém argumentar que não é conveniente empregar termos carregados de significados que, embora acidentais, não deixam de revestir grande importância. Além disso, não se pode esperar que todos os abandonem. Ademais, não devemos esquecer que é possível aceitar as conclusões a que temos chegado a respeito da igualdade básica de lógica econômica da produção socialista e mercantil e, apesar disso, levantar objeções ao esquema ou modelo por intermédio do qual as temos alcançado. (Veja mais adiante.)

Mas isto não é tudo. Certos economistas, tanto socialistas como não-socialistas, não somente quiseram mas ansiaram por descobrir uma semelhança familiar particularmente forte entre uma economia socialista do tipo por nós discutido e uma economia mercantil de concorrência perfeita. Poderíamos quase falar de uma escola de pensamento socialista que tenda a glorificar a concorrência perfeita e a defender o socialismo sob o pretexto de que oferece o único método através do qual é possível alcançar, no mundo moderno, os resultados da concorrência perfeita. As vantagens táticas que seriam obtidas com a adoção desse ponto-de-vista são, por falar nisso, suficientemente claras para explicar uma atitude que, à primeira vista, parece indicar uma surpreendente largueza de espírito. O socialista capaz que perceba tão claramente, como qualquer outro economista, a debilidade de argumentos marxistas e populares poderá admitir tudo aquilo que acredita deva ser aceito sem sacrificar em nada suas convicções. Isto porque aquilo que admite se refere a uma etapa histórica que (se existiu realmente) está inapelavelmente morta e sepultada. Limitando judiciosamente sua condenação aos casos de empresas não-

concorrentes, ele pode apoiar algumas acusações (tais como a de que no capitalismo moderno a produção está a serviço do lucro e não do consumo público) que, de outra maneira, seriam apenas tolas. E ele pode desconcertar e desnortear o bom burguês, dizendo-lhe que o socialismo não fará mais do que eles sempre desejaram e o que vêm pregando os ulemás econômicos da sua própria economia. As vantagens de salientar essa semelhança familiar, todavia, não são já tão grandes. (227)

Como vimos acima, o conceito emasculado da concorrência perfeita, que a teoria econômica criou para seus próprios fins, gira em torno de se saber se empresas semelhantes podem ou não exercer influência mediante ação isolada sobre os preços dos produtos que fabricam e fatores de custo que empregam. Se não puderem (isto é, se cada empresa for uma simples gota d'água no oceano e tiver, portanto, de aceitar os preços impostos pelo mercado), o teórico fala de concorrência perfeita. E possível demonstrar que, nesse caso, o efeito maciço das reações passivas de todas as empresas isoladas implicará a fixação de preços de mercado e criação de volumes de produção que mostrarão certas propriedades formais semelhantes às dos índices de significação econômica e ao volume da produção do nosso plano-mestre para uma economia socialista. Apesar disso, no que realmente interessa (nos princípios que presidem à formação das rendas, à seleção dos líderes industriais, à distribuição de iniciativa e responsabilidade, à definição de êxito e fracasso), enfim, em tudo que constitui a fisionomia do capitalismo competitivo, o plano básico por nós proposto é justamente o oposto da concorrência perfeita e muito mais estranho a ela do que o capitalismo das grandes empresas.

Por conseguinte, embora nós não acreditemos que nosso plano-mestre possa ser rejeitado sobre a premissa de que é baseado no comercialismo ou que desperdiça os santos óleos socialistas para ungir esse sistema profano, simpatizamos bastante com os socialistas que o combatem por outros motivos. Afirmamos, é verdade, que o método para criar um *mercado* de bens de consumo e de orientar a produção se aproximará, mais do que qualquer outro (mais, por exemplo, do que o método de decisão por voto majoritário), do que cada camarada deseja — e não existe instituição mais democrática do que o mercado — e que, nesse sentido, terá como resultado um *máximo de satisfação*. Esse máximo, no entanto, somente o é a curto prazo * e se refere, além disso, aos desejos dos camaradas como são experimentados no momento. (*É, todavia, um máximo provável e, como tal, prova a racionalidade econômica desse tipo de socialismo exatamente como o máximo competitivo prova a racionalidade da economia competitiva. E, em nenhum dos dois casos, isso significa muita coisa.)

Somente o socialismo cruamente terra-a-terra poderá contentar-se com uma meta como esta. E não posso condenar nenhum socialista por desprezá-la e sonhar com novas formas culturais para o barro humano, e também com um novo barro, por falar nisso. Se há realmente alguma promessa autêntica no socialismo, é justamente nessa direção que se encontra. Os socialistas (228) que assim pensam podem permitir que a comunidade seja orientada por preferências em assuntos que não tiverem outro aspecto senão o hedonista. Mas adotariam um *Gosplan*, como nós o fizemos condicionalmente, não apenas nas suas políticas de investimento, mas para todos os objetivos que apresentassem também outros aspectos. Poderiam deixar ainda que os camaradas escolhessem entre ervilhas e feijão. Poderiam, talvez, hesitar entre leite e uísque, ou entre remédios e melhorias habitacionais. Mas não permitiriam que os camaradas escolhessem entre fazer pão e erigir templos, se os últimos fossem construídos com o fim que os alemães chamam deselegantemente, mas de maneira expressiva, de *manifestações objetivas da cultura*.

6. É necessário perguntar, pois, se, no momento em que abandonamos a idéia do *mercado*, não irá também pela borda a racionalidade e a determinabilidade econômica. A resposta é clara. Na falta do mercado, deverá haver uma autoridade para fazer a avaliação, isto é, para determinar os índices de significação para todos os bens de consumo. Dado o sistema de valores que esposam, essas autoridades poderiam agir de uma maneira perfeitamente determinada, assim como pôde fazê-lo Robinson Crusóé*. (* Talvez fosse por isso que MARX tivesse mostrado tanto interesse pelo sistema econômico de Robinson Crusóé.) O restante do processo de planificação poderia, nesse caso, seguir seu curso em condições muito semelhantes às do plano básico por nós proposto. Os talões, preços e unidades abstratas continuariam servindo para os fins de direção e cálculo de custos, embora já não mais guardassem relação com a renda disponível e suas unidades. Nessas condições, reapareceriam todos os conceitos baseados na lógica geral da ação econômica.

Todos os tipos do socialismo centralista podem, portanto, pular por cima da primeira barreira (a determinabilidade e a coerência lógica da planificação socialista). Quanto a nós, podemos transpor a segunda, que consistiria na *impossibilidade prática* que a maioria dos economistas anti socialistas parece agora atribuir ao sistema, depois de ter amargado uma derrota no terreno puramente teórico. Afirmam eles que a junta central teria de enfrentar uma tarefa

de complicação incontrolável*. (* Essa é a orientação da maioria dos autores de convicções não-socialistas que aceitam as credenciais lógicas do socialismo. O Prof. ROBBINS e VON HAVEK podem ser mencionados como as principais autoridades que advogam essa orientação.) Alguns deles acrescentam ainda que o funcionamento da ordem socialista implicaria uma reforma total das almas ou do seu comportamento (qualquer que seja a maneira que desejássemos (229) classificá-la), o que nem a experiência histórica nem o senso comum parecem justificar. Deixando para depois o estudo do último ponto, podemos contestar facilmente o primeiro.

Em primeiro lugar, um exame rápido da solução por nós proposta para o problema teórico convencerá o leitor que ela é eminentemente viável, isto é, não apenas estabelece uma possibilidade lógica, mas, ao fazê-lo, mostra as maneiras como essa possibilidade pode ser concretizada. Essa solução se sustenta mesmo se, para enfrentar diretamente o problema, exigimos que o plano de produção seja formulado *ab ovo*, isto é, sem base em nenhuma experiência prévia quanto a quantidades e valores e nenhuma outra base inicial que uma pesquisa dos recursos e meios técnicos disponíveis e um conhecimento geral da mentalidade dos camaradas. Além disso, deve-se levar em conta também que, nas condições da vida moderna, uma economia socialista necessitaria de uma enorme burocracia ou, pelo menos, de condições favoráveis para seu desenvolvimento e funcionamento. Esse requisito constitui uma das razões por que os problemas econômicos do socialismo não devem ser jamais discutidos sem referencia a determinadas situações do meio social ou a situações históricas. Essa máquina administrativa pode merecer ou não todos os comentários desfavoráveis com que alguns de nós têm o hábito de brindar a burocracia (nós mesmos vamos comentá-la dentro em breve), mas, no momento, não estamos interessados em saber se ela pode ou não desempenhar suas tarefas. Tudo o que importa, é que, se ela existir, não há razão para acreditar que não esteja à altura da tarefa. A burocracia socialista teria, em qualquer situação normal, meios suficientes de informação para avaliar bem e à primeira vista as quantidades corretas de produção nos principais segmentos da indústria. O resto seria uma questão de ajustes à custa de tentativas e erros. Até agora não há a esse respeito qualquer diferença fundamental entre as economias socialista e mercantil, nem tampouco em relação ao problema em que tropeçam os teóricos, ao demonstrar a maneira como um sistema econômico caminha em direção a um estado que poderia ser *racional* ou *ótimo*, no sentido de cumprir certas condições máximas, nem quanto às condições que os diretores de empresa encontram na vida diária. (* Alguns autores parecem insinuar que o processo através do qual se alcança o equilíbrio seria o mesmo era um

estado de concorrência perfeita. Mas isso não acontece. Os ajustamentos graduais em reação às modificações dos preços poderiam apenas deixar de atingir em cheio a meta) Se admitirmos uma experiência prévia como ponto de partida, como o faz a maioria dos socialistas, **(230)** e especialmente KARL KAUTSKY, O trabalho é muito simplificado, especialmente se a experiência é do tipo da grande empresa.

Mas, em segundo lugar, uma outra consequência se segue ao estudo do nosso plano básico: a solução dos problemas que seriam enfrentados pela administração socialista seriam não somente tão possíveis, como a solução prática dos problemas atacados pela administração comercial, mas ainda mais fáceis. Podemos convencer-nos facilmente disso quando lembramos que uma das dificuldades de direção da empresa (a dificuldade que absorve a maior parte da energia do grande homem de negócios) consiste nas incertezas que cercam todas as suas decisões. Entre essas, uma das mais importantes é a reação dos concorrentes existentes ou potenciais e, também, a evolução da situação comercial. Embora outras classes de incertezas perdurassem também numa comunidade socialista, as duas referidas acima provavelmente desapareceriam sem deixar vestígio. As direções das indústrias e obras socializadas estariam em condições de saber exatamente o que as demais se propunham fazer e nada lhes impediria de unirem-se para uma ação conjunta*. (** Na medida em que isso é feito nas economias capitalistas, constitui o passo mais importante em direção ao socialismo. Na verdade, reduz progressivamente as dificuldades de transição e é, em si mesmo, um sintoma dela. Combater essa tendência incondicionalmente significa combater o próprio socialismo.*) A junta central poderia atuar, e, em certo grau, atuaria inevitavelmente, como um centro de intercâmbio de informações e coordenação de decisões, pelo menos na mesma medida que a direção de um grande cartel. Isto reduziria enormemente a quantidade de trabalho mental dos líderes da indústria. Muito menos inteligência seria necessária, pois, para dirigir esse sistema do que para orientar uma firma importante entre as ondas e ressacas do mar capitalista. Supomos que o que dissemos acima basta, para confirmar nosso esquema.

Capítulo 17

COMPARAÇÃO DE PLANOS MESTRES

I. OBSERVAÇÃO PRELIMINAR

O leitor que nos seguiu até aqui esperará agora, naturalmente, um estudo comparativo do plano socialista. Talvez fosse melhor desapontá-lo logo, pois ninguém que tenha algum senso de responsabilidade pode deixar de perceber que uma comparação entre um sistema em que vivemos e outro que nada mais é senão uma imagem mental (nenhum socialista aceitará a experiência russa como uma realização completa) deve ser extremamente perigosa. Mas aceitamos o risco, jamais esquecendo que, além do reino dos fatos e argumentos que iremos palmilhar, encontra-se o domínio das preferências individuais, convicções, opiniões, etc. no qual não poderemos penetrar. Nossas perspectivas de êxito melhorarão se limitarmos severamente nossa meta e admitirmos francamente dificuldades e armadilhas.

Em particular, não compararemos os mundos culturais das sociedades comercial e socialista. O que chamamos de *indeterminação cultural do socialismo* já é, em si mesmo, suficiente para desencorajar a tentativa. Mas temos também outro motivo para desistir. Mesmo que a civilização socialista significasse apenas um quadro social, a análise comparativa ainda seria duvidosa. Há idealistas e monomaníacos que não vêem dificuldade nesses estudos comparativos e adotam alegremente como padrão de medida algum aspecto a que dão valor, com a exclusão de tudo mais, e que esperam que *seu* socialismo revele. Mas, se quisermos fazer algo mais do que isso e, na medida das nossas forças, abarcar todas as facetas da civilização à luz que nasce e morre com ela, descobriremos imediatamente que toda civilização é um mundo em si mesma e incomensurável com qualquer outra. (232)

Há um ponto, todavia, que se presta a uma comparação dos êxitos reais e possíveis e, ainda assim, inclui-se dentro do campo do nosso tipo de análise. Afirmam-se freqüentemente que o

plano socialista, ao remover as preocupações econômicas dos ombros do homem, libertará energias culturais incalculáveis, que hoje se perdem na luta pelo pão de cada dia. Até certo ponto, isso é verdadeiro e qualquer sociedade *planificada* pode fazer isso, assim como pode, por outras razões e outros motivos, asfixiar certas possibilidades culturais. Poderia ser objetado, também, que as autoridades públicas, sendo o que são, dificilmente estão à altura da tarefa de descobrir e encorajar talentos até que produzam frutos e que não há razão sólida para se acreditar que elas teriam apreciado VAN GOGH antes da sociedade capitalista. Essa objeção, no entanto, esquece o ponto essencial, pois a autoridade pública não precisaria ir tão longe assim. Basta apenas que VAN GOGH receba sua *renda*, como todas as outras pessoas, e que não seja explorado demasiadamente. Em qualquer caso normal, isso seria suficiente, embora, pensando um pouco mais, não estejamos agora tão certos de que teria sido o suficiente, no caso de VAN GOGH, assegurar apenas a necessária oportunidade para florescimento de sua capacidade criadora.

Outra objeção, todavia, tem mais peso. Nesse assunto como em outros, o advogado do socialismo provavelmente passa por alto (muitas vezes ele está apaixonadamente resolvido a nada admitir) o grau em que alguns dos seus ideais são satisfeitos no mundo moderno. O capitalismo fornece., em extensão muito maior do que a maioria de nós admite, as escadas para o talento. Há certa verdade naquele lema brutal do burguês típico, que muitos homens de valor acham tão irritante, isto é, em que aqueles que não podem subir as escadas não devem nem tentar. As escadas podem não corresponder ao padrão por nós imaginado, mas não se pode negar que elas existem. Não apenas o capitalismo moderno oferece sistematicamente meios para abrigar e desenvolver quase todos os tipos de habilidade nas suas primeiras fases de evolução (tanto que, em alguns casos, a dificuldade não é encontrar os meios para o talento, mas aqueles que possam aproveitá-los), mas, pela própria lei de sua estrutura, tende a empurrar para cima os indivíduos capazes e, de maneira muito mais eficiente, a família capaz. Dessa maneira, embora possam ocorrer prejuízos sociais, * especialmente na classe do gênio semipatológico, não é provável que sejam muito grandes. (* *Os exemplos frisam em demasia essa situação mesmo nos casos freqüentes em que não se esboroam quando estudados. Além disso, algumas dessas perdas ocorrem independentemente da organização particular da sociedade. Nem todas essas perdas no sistema capitalista significam perda provocada pelo próprio sistema.*) (233)

II. DISCUSSÃO DA EFICIÊNCIA COMPARATIVA

Mas fiquemos na esfera econômica, embora o autor espere ter tornado já bem claro que não lhe atribui mais do que importância secundária.

1. Os limites ao nosso objetivo serão mais claros, e, por isso mesmo, as armadilhas menos perigosas nos primeiros passos, pois que ainda se restringirão ao plano básico. Mais uma vez, adiando uma discussão das dificuldades passageiras, que serão estudadas separadamente, e supondo provisoriamente que foram solucionadas com êxito, necessitamos apenas passar uma vista de olhos sobre as conseqüências das provas sobre a possibilidade e praticabilidade do esquema socialista para compreender que há fortes motivos para se acreditar na sua superior eficiência econômica.

Essa superioridade precisa ser provada apenas em relação aos grandes negócios e ao capitalismo *monopolista*, pois a superioridade sobre o capitalismo competitivo deduz-se *a fortiori*, o que se tornou evidente com a nossa análise no Capítulo VIII. Numerosos economistas, baseados no fato de que, sob condições inteiramente irrealistas, todos os tipos de conceitos vagos podem ser provados a respeito do capitalismo competitivo, adquiriram o hábito de endeusá-lo às custas do seu sucessor *monopolista*. Desejo repetir, por conseguinte, que mesmo que esses elogios fossem inteiramente justificados (o que não são) e que a concorrência perfeita do teórico se tivesse concretizado um dia no campo da indústria e dos transportes (o que jamais foi) e, finalmente, que todas as acusações assacadas contra as grandes empresas fossem inteiramente justificadas (o que está longe de acontecer), seria ainda inegável que a eficiência do sistema de produção capitalista, na era das unidades de grande escala, foi muito maior do que na época anterior de empresas pequenas e médias. Trata-se de fato de comprovação estatística. Mas, se recordarmos a explicação teórica do fato, compreenderemos, ainda, que o tamanho cada vez maior das unidades de controle e toda a estratégia de negócios que a acompanharam foram não apenas incidentes inevitáveis, mas também, em grau considerável, condições para o êxito que se reflete nessas estatísticas. Em outras palavras, as possibilidades tecnológicas e de organização abertas às firmas do tipo compatível com a concorrência mais ou menos perfeita jamais poderiam ter produzido semelhantes resultados. A suposição de como o capitalismo moderno (234) funcionaria num regime de concorrência perfeita, por conseguinte, não tem

nenhum sentido. Por isso mesmo, esquecendo por completo o fato de que o socialismo herdará um dia o capitalismo *monopolista* e não-competitivo, não nos precisamos preocupar senão incidentalmente com o caso da concorrência.

Quanto ao caso da eficiência econômica do sistema, nós a reduziremos à eficiência produtiva, pois até mesmo esta última é difícil de definir. As duas alternativas a serem comparadas devem, naturalmente, * ser referidas ao mesmo espaço de tempo — o passado, o presente ou o futuro. (** Embora essa regra seja auto-evidente, é, ainda assim, freqüentemente violada. O rendimento econômico da Rússia Soviética no presente, por exemplo, é freqüentemente comparado com o do regime czarista no início da I Guerra Mundial. Um quarto de século, todavia, retira dessa comparação toda a importância. A única comparação aceitável seria com os valores de uma tendência extrapolada, baseada, digamos, nas cifras de 1890-1914.*) Mas isto não será suficiente. A questão importante não é o que, *ex vhu* de uma determinada época, a administração socialista poderia fazer com a maquinaria capitalista existente na mesma época (para nós seria o mesmo que saber o que a administração socialista faria com um determinado estoque de mercadorias de consumo), mas que maquinaria produtiva existiria ou teria existido, caso a administração socialista e não a capitalista tivesse presidido a sua fabricação. A massa de informações sobre nossos recursos produtivos reais e potenciais que vem sendo acumulada nos últimos vinte anos, embora possa ser valiosa para outros fins, não nos será de grande utilidade. Tudo que podemos fazer é relacionar as diferenças entre os mecanismos da economia socialista e comercial, como as pudermos perceber, e avaliar-lhes a importância da melhor maneira possível.

Presumiremos que o número, qualidade, gostos e distribuição de idade da população, à época da comparação, serão os mesmos em ambos os casos. Chamaremos, então, de sistema relativamente mais eficiente aquele que temos razão para esperar que, *a longo prazo*, produza a maior quantidade de mercadorias de consumo por unidade igual de tempo*.

(Uma vez que as correntes de renda socialista e capitalista consistirão, até certo ponto, de mercadorias diferentes e conterão artigos comuns a ambas em proporções algo diferentes — embora, na ausência de outras hipóteses a respeito das modificações na distribuição das rendas disponíveis para o gasto, seja impossível avaliar a importância dessa diferença — a comparação provoca delicadas questões teóricas. Se mais vinho e menos pão são produzidos na sociedade capitalista do que na socialista, que corrente seria mais larga? Em qualquer tentativa c:e responder a essa questão, as dificuldades inerentes a comparar correntes de renda no mesmo contexto social de ano a ano (ou construindo um índice do produto total), são encontradas em proporção ainda maior. Para os nossos fins, no entanto, a definição seguinte resolve bem o problema teórico: uma das correntes será considerada maior do que a outra se, e apenas neste caso, produzir um total monetário maior do que a outra, qualquer que seja o sistema de preços utilizados na avaliação de ambas. Se uma corrente produz uma cifra mais alta quando ambas são avaliadas, digamos, de acordo com o sistema de preços capitalista, e, ao mesmo tempo, uma cifra mais baixa quando ambas são avaliadas de acordo com o critério socialista, nós*

os consideraremos iguais, como se produzissem realmente totais iguais em ambos os sistemas de preços, o que significa simplesmente que esperamos que a diferença não será, de maneira geral, grande neste caso. O problema estatístico não fica evidentemente resolvido com essa definição, pois não podemos estudar simultaneamente as duas correntes.

O motivo por que inserimos as palavras a longo prazo deve estar bastante claro, tendo em vista nossa análise no Capítulo VII.)

2. Essa definição necessita de um comentário. É evidente que ela não iguala a eficiência econômica ao bem-estar econômico ou a determinados graus de satisfação de necessidades. Mesmo que *qualquer* concebível economia socialista fosse, no sentido em que empregamos essa palavra, menos eficiente do que *qualquer* concebível economia comercial, a maioria das pessoas (todas, na verdade, que interessam ao socialista típico) poderia ainda estar em *melhores condições financeiras, mais felizes ou mais contentes* na primeira do que na segunda. O nosso primeiro e principal argumento é que a eficiência relativa conserva uma significação independente mesmo em todos os casos em que essa consideração seja importante. Mas, em segundo lugar, não cremos que perderemos muito ao adotar um critério que não leve em conta esses aspectos subjetivos do problema. Trata-se, no entanto, de matéria muito controversa, sobre a qual é conveniente ser um pouco mais explícito.

Para começar, socialistas convictos ficarão satisfeitos com o simples fato de viverem numa sociedade socialista*. (** Algumas vezes somos realmente convidados a passar pelo alto alguns defeitos evidentes do plano socialista em troca do privilégio de nos tornarmos membros da sociedade socialista. Esse argumento, formulando com franqueza, como realmente o faz, o estado de espírito realmente socialista, não é tão absurdo como parece. Na realidade, torna supérfluo todos os outros argumentos.*) O pão socialista pode ser para eles mais saboroso que o pão capitalista simplesmente porque é socialista, e ainda o seria mesmo que encontrassem um rato dentro dele. Se, além disso, o sistema socialista adotado concorda com os princípios morais da pessoa, como, por exemplo, o socialismo igualitário com os princípios morais de muitos socialistas, esse fato e a conseqüente satisfação do sentimento de justiça serão naturalmente citados entre os títulos do sistema à superioridade. Para a operação do sistema, essa solidariedade moral seria importante. A sua importância (236) para a eficiência, no sentido em que a usamos, será discutida mais tarde. Mas, além desse ponto, seria melhor admitirmos que nosso fraseado a respeito de justiça e assuntos que tais reduz-se principalmente ao fato de sabermos se gostamos ou não de uma certa forma de sociedade.

Parece haver, todavia, um argumento puramente econômico em favor do socialismo igualitário ou qualquer socialismo cuja estrutura admita maior igualdade de rendas. Os economistas, pelo menos os que não sentem escrúpulos de tratar a satisfação de necessidades como quantidades mensuráveis e a comparar e somar a satisfação de diversas pessoas, tem o direito de argumentar que determinado estoque ou produção de mercadorias de consumo produzirão, de maneira geral, o máximo de satisfação, se igualmente distribuídas. Um sistema igualitário tão eficiente como seu rival comercial, conseqüentemente, funcionaria com um nível mais alto de bem-estar. Até mesmo um sistema algo menos eficiente poderia fazer a mesma coisa. A maioria dos teóricos modernos rejeitaria essa argumentação, dizendo que satisfações não são mensuráveis ou que comparação e soma de satisfação de pessoas diferentes não fazem sentido. Não precisamos ir tão longe. Basta observar que a argumentação igualitarista é particularmente vulnerável à objeção levantada em nossa análise das práticas monopolistas: o problema não se cifra em como distribuir uma quantidade qualquer dada e independentemente do princípio da distribuição da renda. As rendas em salário podem ser mais altas numa sociedade comercial que admite desigualdade ilimitada do que rendas iguais o seriam num socialismo igualitário. Enquanto não ficar razoavelmente positivado que o sistema socialista de produção é, pelo menos, tão eficiente como o sistema comercial é, ou era, ou pode ser ao tempo da comparação, o argumento sobre a distribuição permanece inconclusivo (ou melhor, dá como provado aquilo que procura ainda provar), mesmo que queiramos aceitá-lo*. (** O argumento, que refutamos da maneira acima, pode ser levado a significar que, outras coisas sendo iguais, o máximo socialista é maior que o máximo competitivo. Em vista da natureza puramente formal de ambos os máximos, todavia, não há vantagem em compará-los, como deve ter ficado claro em face de considerações anteriores.* E logo que a questão da eficiência produtiva é resolvida, o argumento sobre a distribuição torna-se supérfluo. A menos que o argumento seja baseado exclusivamente em ideais morais, ele terá valor apenas em casos limitados.

3. Há ainda outra razão pela qual níveis semelhantes de eficiência produtiva podem ser associados a diferentes níveis de bem-estar. A maioria dos socialistas sustentará que uma determinada renda nacional se elevaria mais numa sociedade socialista do que na (237) capitalista em virtude de a primeira dela fazer uso mais econômico. Essa economia se basearia no fato de que certos tipos de sociedade podem, em virtude de sua organização, ser indiferentes ou contrários aos objetivos que outros tipo::, também em virtude de sua organização, consideram merecedoras de maior distribuição de recursos. Um socialista pacifista, por exemplo, economizaria em armamentos, um ateu, em igrejas, ao passo que ambos

poderiam, também, possuir mais hospitais. Isso acontece, realmente. Mas, desde que o fenômeno implica estimativas que não se podem atribuir com confiança ao socialismo em geral (embora a muitos socialistas individuais), não nos interessa no momento.

Quase todas as sociedades socialistas (embora não do tipo platônico) adotariam um novo tipo de economia, a saber, a economia provocada pela eliminação da classe ociosa, isto é, os *ricos ociosos*. Uma vez que, do ponto-de-vista socialista, seria apropriado esquecer as satisfações das necessidades dos indivíduos pertencentes a esse grupo e, também, avaliar em zero as suas funções sociais (embora a maioria das sociedades socialistas procure sempre guardar as aparências, acrescentando: no mundo de hoje...), haveria evidentemente um lucro líquido a ser conseguido pelo regime socialista. Que perderíamos nós se usássemos um teste de eficiência que não levasse em conta esse lucro?

Evidentemente, a taxaço moderna da renda e da herança está reduzindo rapidamente o problema a uma insignificância quantitativa, mesmo independentemente dos métodos fiscais empregados para financiar a II Guerra Mundial. Mas a própria taxaço é a expressão de uma atitude anticapitalista e, possivelmente, a precursora da eliminaço completa dos níveis de salários tipicamente capitalistas. Por conseguinte, devemos equacionar nosso problema cogitando de uma sociedade ainda não atacada nas suas raízes econômicas. No caso dos Estados Unidos, a data mais conveniente parece ser a de 1929*. (** Os Estados Unidos são o país que melhor se presta a esse teste. O problema seria complicado na maioria dos países europeus, pelo menos no decorrer do século XIX ou mesmo até 1914, devido à presença de altas rendas de origem pré-capitalista, que foram aumentadas pela evoluço capitalista.*)

Definamos os ricos como aqueles que têm renda igual ou superior a 50.000 dólares. Em 1929, eles recebiam mais ou menos 13 bilhões de dólares de um total nacional de mais ou menos 93 bilhões. Desses 13 bilhões devemos deduzir impostos, economias, **(238)** doações para fins de caridade, etc., pois a eliminaço desses itens não constituiria economia para o regime socialista. Somente as despesas dos ricos com o consumo próprio seriam *economizadas* no sentido exato da palavra*. (** É fácil compreender que, pelo fato de a autoridade socialista presumivelmente utilizar essas economias e donativos para fins diferentes, não fica afetada a nossa argumentação.*) Essas despesas não podem ser calculadas com exatidão. Podemos esperar apenas dar uma idéia da sua ordem de magnitude. Uma vez que a maioria dos economistas que se dispôs a aceitar o risco a imagine em menos de

um terço dos 13 bilhões, seria razoável dizer que essa despesa não equivaleria a mais de 4 1/3 bilhões, ou, mais ou menos, 4,6% da renda total nacional. Esses 4,6% compreendem todas as despesas de consumo dos grandes níveis de renda do mundo dos negócios e das profissões liberais, de modo que os *ricos ociosos* não podem ter absorvido mais de 1 a 2%. E, na medida em que o incentivo familiar é ainda vigoroso, nem sequer se poderia considerar o gasto total dessa soma como injusto para premiar a ação pessoal, que contribuiu para a eficiência da maquinaria econômica do capitalismo.

Alguns leitores pensarão sem dúvida que o limite de 50.000 dólares é muito exagerado. É claro que muito mais poderia ser economizado pela eliminação ou redução, ao nível de subsistência, das rendas de todos que são, economicamente falando, preguiçosos, sejam ricos, sejam pobres*. (** Deve-se observar, no entanto, que a renda que consiste exclusivamente de lucros sobre investimentos não constitui indicação de ócio econômico do seu recebedor, pois seu trabalho pode estar incluído no investimento. O exemplo habitual que se dá do fato nas salas de aula servirá tão bem como um argumento mais longo: suponhamos que um homem recupere um trecho de terra com o trabalho de suas mãos. O rendimento que receberá depois é um rendimento de uma melhoria realizada pelo homem ou, como o chamam os economistas, uma quase-renda. Se a melhoria for permanente, ela se tornará indistinguível da renda da terra propriamente dita e, daí, parecerá a própria encarnação de renda merecida, enquanto, na realidade, constitui uma forma de salário, se a este consideramos como rendimento atribuível ao trabalho produtivo do indivíduo. Generalizando, diremos que o homem pode trabalhar duramente para conseguir rendas seguras, que podem, mas não necessariamente, assumir a forma de salários.*) Ainda mais poderia ser economizado, como é lógico, pela racionalização da distribuição de todas as rendas mais altas, de maneira a fazê-las mais proporcionais à prestação de serviço. Os argumentos que serão apresentados na seção seguinte, (239) todavia, sugerem que as grandes esperanças depositadas nessas considerações resultarão, com toda a probabilidade, em um desapontamento.

Não desejamos, no entanto, insistir. Se o leitor atribuir maior importância a essas economias do que consideramos justificada, a conclusão a que chegaremos se aplicará apenas *a fortiori*.

III. A DEFESA DA SUPERIORIDADE DO PLANO SOCIALISTA

O nosso critério de superioridade ou inferioridade abrange, afinal de contas, campo maior do que parecia de início. Mas, se continuamos a observar esse critério, que dizer daquela veemente defesa da superioridade do sistema socialista a que nos referimos anteriormente?

O leitor que haja relido a análise do Capítulo VIII pode ficar cheio de dúvidas. A maioria dos argumentos usualmente propostos em defesa do socialismo e contra o regime capitalista, como vimos acima, falha logo que se levam na devida conta as condições criadas para o mundo dos negócios por uma média rápida de progresso. Alguns desses argumentos, se examinados mais profundamente, parecem até apontar em sentido oposto. Grande parte do que era considerado patológico passa agora a ser fisiológico, cumprindo importantes funções no processo da criação destruidora. Muitos desperdícios envolvem compensações que invalidam completamente, e em outros casos apenas parcialmente, a inferência. A distribuição socialmente irracional dos recursos não é tão freqüente nem tão importante como parece. Em alguns casos, além disso, não é menos provável que ocorra também numa economia socialista. O excesso de capacidade produtiva, até certo ponto também inevitável numa economia socialista, freqüentemente justifica uma interpretação que refuta toda a crítica. E até mesmo falhas imperdoáveis são, afinal de contas, apenas incidentes num rendimento suficientemente grande para desculpar um grande número de pecados.

A solução do nosso problema encontra-se no último parágrafo do capítulo precedente. Pode ter validade duvidosa enquanto a evolução do capitalismo se processar com toda a força, mas será decisiva logo que ele diminuir *permanentemente* de ritmo, seja por motivos inerentes, seja externos, ao seu mecanismo econômico.

Há casos em que as indústrias capitalistas se encontram em tais circunstâncias que os preços e a produção tornam-se teoricamente indeterminados. Elas podem ocorrer, embora nem sempre ocorram, todas as vezes que surgir um oligopólio. Na economia socialista, tudo (excetuados apenas os casos de importância prática) é determinado de **(240)** maneira inequívoca. Mas, mesmo nos casos em que existe um estudo teoricamente determinado, é muito mais difícil o oligopólio numa economia capitalista do que numa socialista. No primeiro caso, infundáveis movimentos e contra movimentos são necessários, As decisões devem ser tomadas em uma atmosfera de incerteza, que embota o fio da ação, ao passo que a estratégia e a incerteza estariam ausentes na última. Isso não se aplica apenas ao capitalismo *monopolista*, mas ainda mais, embora por outras razões, ao capitalismo competitivo, como é demonstrado pelo caso do ciclo agrícola ¹⁰ e pelo comportamento de indústrias mais ou menos competitivas nas

depressões gerais ou em fases isoladas difíceis.

Mas tudo isto significa mais do que parece à primeira vista. As soluções determinadas dos problemas da produção são racionais ou ótimas apenas do ponto-de-vista de certos lados. Tudo aquilo que encurta, aplaina ou torna mais seguro o caminho que as provoque, provavelmente economizará energia humana e recursos materiais e reduzirá os custos com que se obtém um determinado resultado. A menos que os recursos assim economizados sejam completamente desperdiçados, a eficiência, no sentido em que a usamos, deve necessariamente aumentar.

Sob o título da presente seção, algumas das acusações mais devastadoras contra o sistema capitalista, que foram rapidamente examinadas, parecem ter adquirido uma justificação incontestável. Como exemplo disso tomemos o excesso da capacidade. Não é verdade que o excesso da capacidade produtiva esteja inteiramente ausente num regime socialista: constituiria um absurdo se a junta central insistisse na utilização total de uma nova estrada-de-ferro através de região ainda não colonizada. Tampouco é verdade que o excesso de capacidade signifique prejuízos em todos os casos. Mas há tipos de excessos que realmente importam em prejuízos e que podem ser evitados por uma administração socialista. O principal caso que nos ocorre é o da reserva de capacidade para os fins da guerra econômica. Qualquer que seja a importância do caso particular (e não acreditamos que seja considerável), esta frisa um ponto para o qual já chamamos a atenção: há fenômenos que, dentro das condições da evolução capitalista, são, ou podem ser, perfeitamente racionais e mesmo necessários e, por conseguinte, não precisam, *ex visu* da ordem vigente, constituir absolutamente defeitos. Tampouco constituem uma fraqueza do *monopolismo* contra o capitalismo competitivo se estão associados a condições em que o êxito do primeiro (241) está fora do alcance do segundo. Mas, mesmo que seja assim, ambos podem ainda representar uma forma de debilidade quando comparados com o plano socialista.

Isto é particularmente verdadeiro no caso da maioria dos fenômenos responsáveis pelos ciclos econômicos. A empresa capitalista não carece de agências regulamentadoras, algumas das quais podem ser encontradas também na operação de um ministério da produção. O planejamento do progresso, no entanto, e, em particular, a •coordenação sistemática e a

distribuição ordenada, em todos os sentidos, em épocas de inovações, seriam incomparavelmente mais eficientes na prevenção das explosões em algumas épocas e reações depressivas em outras, do que qualquer variação automática ou artificial, como a taxa de juro e o fornecimento do crédito. Na verdade, eliminaria a causa das altas e baixas cíclicas, ao passo que na ordem capitalista é possível, quando muito, minorá-las. O processo de abandono dos materiais obsoletos, que no capitalismo (especialmente no capitalismo competitivo) significa uma paralisia temporária e prejuízos que, em parte, são injustificados, poderia ser reduzido àquilo que a *eliminação do obsoleto* realmente significa para o leigo, dentro de um plano geral que previsse com antecedência a transferência para outros usos de partes não-obsoletas de fábricas e peças de equipamentos superados. Ou, mais concretamente, uma crise centralizada na indústria de algodão pode, no sistema capitalista, ocasionar a paralisação da construção de novas residências. No sistema socialista poderá acontecer também que a produção de artigos de algodão tenha de ser drasticamente reduzida dentro de pouco tempo, embora não seja tão provável assim. Mas, neste caso, haveria razão para acelerar o programa de construções, em vez de paralisá-lo.

Quaisquer que sejam as metas econômicas almejadas por quem quer que esteja em condição de implementá-las, a administração socialista pode concretizá-las com menos perturbações e prejuízos, sem incorrer necessariamente nas desvantagens que acompanhariam as tentativas de planejar o progresso dentro do quadro das instituições capitalistas. Poderíamos também dizer que a administração socialista poderia traçar um curso que se aproximasse das tendências a longo prazo da produção, dessa maneira estimulando uma propensão que, -como já vimos, não é estranha à própria política das grandes empresas. Finalmente, não haveria dificuldade de resumir nosso argumento, dizendo que a socialização significa um passo à frente dos grandes negócios no caminho que estes traçaram ou, o que significa a mesma coisa, que a administração socialista pode concebivelmente **(242)** mostrar-se superior ao capitalismo dos grandes negócios, como este se mostrou mais eficiente do que o sistema competitivo, de que a indústria inglesa de cem anos passados foi o protótipo. É bem possível que gerações futuras considerem os argumentos sobre a inferioridade do plano socialista com os mesmos olhos com que hoje examinamos as proposições de ADAM SMITH sobre as companhias de co-participação, que também não eram inteiramente sem base.

Evidentemente, tudo que dissemos até agora se refere exclusivamente à lógica do plano básico e, conseqüentemente, às possibilidades *objetivas* que o socialismo, na prática, pode ser incapaz de concretizar. Mas, como questão de lógica, é inegável que o plano socialista é desenhado com um grau muito maior de racionalidade. Esta, pensamos, é a maneira correta de expor o assunto. Não se trata simplesmente de um caso de racionalidade *versus* irracionalidade. O fazendeiro, cuja reação ao preço dos suínos e da forragem provoca o que se conhece como ciclo dos suínos, está individualmente e do ponto-de-vista do momento agindo de maneira perfeitamente racional, assim como age a administração de empresa que manobra numa situação oligopolista. O mesmo acontece com a firma que se expande na alta e se encolhe nas recessões. E o tipo e o campo de ação da racionalidade que fazem toda a diferença.

Mas isto não é tudo que pode ser deduzido em favor do plano socialista. Mas, no que interessa à lógica pura da economia socialista, a maioria dos argumentos que não podem ser provados falsos estão, na verdade, implícitos no que acabamos de propor.

Um exemplo de magna importância é proporcionado pelo caso do desemprego. Vimos na Parte II que, no que interessa aos próprios desempregados, a sociedade capitalista, que se encontra em um estágio suficientemente avançado para oferecer uma oportunidade a uma socialização cheia de êxito, não precisa deixar, nem presumivelmente deixará, nada a desejar. Mas, no que tange ao prejuízo social, o argumento precedente significa que, na sociedade socialista, o desemprego será menor, sobretudo em conseqüência da eliminação das depressões. Nos casos em que estas ocorrerem, principalmente em virtude do progresso tecnológico, o ministério da produção estará em condições (faça o que fizer realmente) de redirecionar a massa obreira para outros campos, os quais, se o planejamento for realmente digno do que pode ser, já podem estar abertos.

Uma pequena vantagem também implícita na racionalidade superior do plano socialista resulta do fato de que, na ordem capitalista, os melhoramentos ocorrem, de maneira geral, em firmas individuais, e demoram e encontram resistência para se expandir. Se (243) o ritmo do progresso for rápido, haverá freqüentemente um grande número de firmas que se apegam aos velhos métodos ou, então, revelam eficiência inferior. No sistema socialista, todos os melhoramentos poderiam ser teoricamente implantados por decreto e da mesma maneira eliminadas

as práticas ineficientes. Chamamos a isso de pequena vantagem, porque o capitalismo, geralmente, trata de maneira muito eficiente os ineficientes. Evidentemente, constitui assunto muito diferente a possibilidade dessa vantagem, grande ou pequena, ser compreendida pela burocracia. Pode-se esperar, no entanto, que uma burocracia eficiente eleve todos os seus membros aos *seus* padrões, mas nada se diz sobre o que tais padrões seriam. Não obstante, jamais se deve esquecer que prováveis superioridades podem, na prática, ser transformadas em inferioridades reais.

Os administradores e os proprietários-gerentes de firmas médias e pequenas são, de maneira geral, ou engenheiros, ou vendedores, ou organizadores, mesmo que competentes, e dificilmente poderão cumprir todas as tarefas com a mesma eficiência. Descobrimos com muita freqüência que até mesmo grandes firmas são mal dirigidas desta ou daquela maneira (basta ler os relatórios dos técnicos em eficiência) e que seus líderes estão, por isso mesmo, mal lotados nas empresas. A economia socialista poderia, como faz também a grande empresa, empregá-los com vantagens máximas e exclusivamente em campos que eles conhecem bem. As considerações evidentes, que não precisam deter-nos aqui, não nos permitirão depositar grandes esperanças a esse respeito.

Há, contudo, uma vantagem de primacial importância que não é visível no nosso plano. O aspecto característico da sociedade comercial é a divisão entre a esfera pública e privada ou, se preferirem, o fato de que na sociedade comercial há uma esfera privada que contém muito mais do que havia na sociedade feudal ou há na socialista. Essa esfera privada é diferente da esfera pública não apenas conceptualmente, mas na realidade. As duas empregam em grau muito grande pessoal bem diferente (a história do autogoverno local constitui a maior exceção) e são organizadas e dirigidas sobre princípios diferentes, e muitas vezes opostos, e que produzem padrões distintos e muitas vezes incompatíveis.

O atrito pode estar temporariamente ausente desse arranjo, cuja natureza paradoxal seria uma fonte de espanto para nós, se não estivéssemos a ela acostumados. Na verdade, o atrito estava presente muito antes de se transformar em antagonismo, em conseqüência das guerras de conquista lançadas contra o domínio burguês, com sucesso cada vez maior, pelos homens da esfera pública. Esse (244) antagonismo provoca a luta. A maioria das atividades do Estado no

campo econômico aparece, por conseguinte, bem caracterizada pela frase do velho economista burguês: a *interferência* estatal. Essas atividades realmente interferem em todos os sentidos da palavra, especialmente no sentido em que prejudicam e paralisam o motor privado da produção. Não se pode afirmar que freqüentemente obtêm êxito, sequer no aumento da eficiência produtiva. Mas, na medida em que o consegue, a atividade da junta central teria ainda maior oportunidade de ser bem sucedida, ao mesmo tempo que os custos e prejuízos inerentes à luta seriam completamente evitados no caso socialista. E esses prejuízos são consideráveis, especialmente se levarmos em conta todos os aborrecimentos causados pelos inquéritos e processos intermináveis e os conseqüentes efeitos debilitadores sobre as energias que acionam os negócios.

Um desses elementos de custo merece uma menção especial. Consiste na absorção da capacidade individual por atividades meramente protetoras. Grande parte do trabalho dos advogados é consumida nas lutas entre o mundo dos negócios e o Estado e seus órgãos. Não terá importância se chamarmos a isso de *obstrução desonesta do bem comum* ou defesa do bem comum contra obstrução desonesta. De qualquer maneira, resta o fato de que, na sociedade socialista, não haveria nenhuma das duas nem oportunidade para toda essa atividade judiciária. As economias resultantes não seriam medidas corretamente pelos honorários de advogados, cujo valor é irrisório. Mas é algo importante, quando considerado como emprego improdutivo de tantos dos melhores cérebros. Sabendo-se como são escassos os cérebros realmente privilegiados, a sua transferência para outras atividades não deixaria de ter grande valor.

O atrito ou antagonismo entre as esferas pública e privada foi intensificado desde o princípio pelo fato de que, desde que a renda dos senhores feudais deixou de ter importância, o Estado vive da renda produzida na esfera privada, para objetivos privados, e que teria de ser desviada de suas metas por força política*. (* *A teoria que explica os impostos, baseada na analogia com as mensalidades de um clube ou a compra de serviços, digamos, de um médico, mostra apenas como e; ta parte das Ciências Sociais é estranha aos hábitos científicos de pensamento.*) Por um lado, a taxação é um atributo essencial da sociedade comercial (se aceitarmos o conceito de Estado aludido no primeiro capítulo) e, por outro, assume quase inevitavelmente a natureza de um traumatismo no processo da produção. Até 1914, se nos limitarmos apenas aos tempos modernos, esse traumatismo era pequeno. A partir dessa data, todavia, os impostos aumentaram gradualmente e se transformaram no item dominante dos orçamentos comercial e familiar e um dos principais fatores na explicação do rendimento

econômico deficiente. Além disso, para arrancar importâncias sempre maiores de um organismo contrariado, foi necessário criar uma grande máquina administrativa que não tem outra ocupação senão lutar com o burguês por cada dólar de suas rendas. O organismo, por seu lado, criou órgãos de defesa e procura incessantemente proteger-se por todos os meios.

Nada do que dissemos salienta suficientemente os desperdícios provocados pelos conflitos entre os princípios estruturais de um corpo social. O capitalismo moderno depende do princípio do lucro para o pão de cada dia, mas ainda assim recusa-se a permitir que ele prevaleça. Nenhum conflito desse tipo — e, conseqüentemente, nenhum desperdício — existiria numa sociedade socialista. Uma vez que ela controlaria todas as fontes de renda, os impostos desapareceriam com o Estado ou se nosso conceito de Estado não satisfaz, com o Estado burguês. Por uma questão de bom-senso, seria manifestamente absurdo se a junta central pagasse as rendas e, depois de tê-las pago, caçasse os recipiendários para recuperar parte delas. Se os radicais não tivessem o hábito de zombar do burguês, nada vindo de mal nos impostos, salvo que são demasiadamente baixos, já teria sido reconhecido que, neste ponto, encontramos um dos mais importantes títulos de superioridade que poderiam ser propostos em favor do plano socialista.

Capítulo 18

O ELEMENTO HUMANO

UMA ADVERTÊNCIA

É muito provável que os adversários do socialismo aceitem os resultados a que acabamos de chegar. Mas a sua concordância provavelmente assumirá a forma seguinte: "Bem, naturalmente, se o sistema socialista possui semideuses para dirigi-lo e arcanjos para operá-lo, tudo pode sair certo. Mas o fato é que o socialismo não os tem e, sendo a natureza humana o que é, a alternativa capitalista., com seu sistema de motivações e distribuição de responsabilidades e recompensas, oferece, afinal de contas, embora não o melhor, pelo menos um sistema praticável."

E não se pode negar que há algum fundamento nessa resposta. Por um lado, devemos ter cautela não apenas contra os perigos que se escondem em qualquer tentativa para comparar uma determinada realidade com uma *idéia*, mas também contra o erro e a falácia inerentes a qualquer comparação entre uma dada realidade e um *ideal**. (* *Uma idéia, esquema, modelo ou planta corporifica também um ideal, mas apenas no sentido lógico. Esse ideal significa apenas a ausência de não-essenciais — o plano sem adulterações, como poderíamos dizer. Por certo, continua a ser questão duvidosa o que deve exatamente ser incluído e o que, em consequência, deve ser considerado como desvio. Embora a questão deva ser enfrentada com o auxílio de técnicas analíticas, tanto a simpatia como a antipatia podem interferir no estudo: os socialistas tenderão a incluir na planta-mestra do capitalismo tantos traços negativos quantos possíveis; os anti-socialistas farão o mesmo. E ambos procurarão ocultar os defeitos do próprio plano, citando tantas falhas quantas possíveis entre os desvios não-essenciais e, daí, evitáveis. Mesmo que concordem em batizar certos fenômenos como desvios, podem ainda discordar até que ponto seu próprio sistema e o dos adversários são capazes de se desviar. Os economistas burgueses, por exemplo, tenderão a considerar interferência política tudo aquilo que condenam no capitalismo, ao passo que os socialistas sustentarão que tais políticas são consequência inevitável do processo e situações capitalistas, por meio das quais funciona o sistema. Embora reconheçamos todas essas dificuldades, não acreditamos que afetem nossa exposição, que, como observará o leitor versado, foi formulada de maneira a evitá-las.* Por outro lado, embora acreditemos ter provado suficiente que jamais poderá haver uma justificação geral para o socialismo, mas apenas uma defesa com referência a dadas condições sociais e estágios históricos, essa relatividade torna-se muito mais importante agora que abandonamos o terreno das plantas básicas.

I. A RELATIVIDADE HISTÓRICA DO ARGUMENTO

Vamos ilustrar esse ponto com uma analogia. Grande parte do que nós, os mais firmes defensores da propriedade privada inclusive, acreditávamos era que, na sociedade feudal, o que se situava no domínio exclusivo da administração pública era, na verdade, dirigido por meio de um sistema que nos dava a impressão de que as funções públicas eram propriedade e fonte de ganho privado. Os senhores e cavaleiros, na hierarquia de vassalagem, detinham o feudo para lucro próprio e não como pagamento de serviços prestados por *sua administração*. As hoje chamadas *funções públicas* existentes na época constituíam apenas a recompensa por serviços prestados a algum senhor feudal superior. Mas até mesmo essa descrição é insuficiente: ele conservava o feudo porque, sendo um cavaleiro ou senhor, tinha o direito de conservá-lo, fizesse o que fizesse. As pessoas que carecem de conhecimentos históricos tenderão a considerar esse estado de coisas como um conjunto de *abusos*. Mas isto é um absurdo. Nas circunstâncias da época (como todos os tipos de organização institucionais, o feudalismo sobreviveu ao que foi realmente *sua* época), esse sistema era o único possível e corporificava o único método através do qual poderiam ser desempenhadas as funções públicas. Se KARL MARX tivesse nascido, digamos, no século XVI e se tivesse sido tão tolo a ponto de defender outro método de administração pública, ele não poderia refutar a afirmação de que tal sistema constituía um dispositivo admirável para se conseguir a realização do que não poderia ser obtido de outra maneira. E, particularmente, que, *senão a natureza humana o que é*, o motivo do lucro era indispensável ao funcionamento da administração pública. A sua eliminação teria provocado o caos ou teria sido um sonho impraticável.

Da mesma maneira, na época em que as fábricas de tecido inglesas constituíam o ponto alto da economia capitalista (até 1850, digamos), o socialismo não era uma proposição prática e nenhum (248) socialista sensato sustenta hoje ou sustentou então sua viabilidade. O olho do senhor, que tornaria gordo o gado, transformaria a areia em ouro, faria com que o ganso pusesse ovos de ouro e outras frases vulgares eram, por conseguinte, apenas a expressão, de e para pessoas ignorantes, de uma verdade inegável. Dizemos aos nossos amigos socialistas que há uma maneira melhor de refutá-las do que zombar, zombar na esperança de que o adversário, um

vaidoso e sensível intelectual como ele mesmo, deixe de argumentar logo que se sinta exposto ao ridículo, É muito mais correto reconhecer o direito legal desses gansos, dentro do seu próprio ambiente histórico, e limitar a negativa a outras épocas. Estudaremos, finalmente, a relevante questão (isto é, o que existe realmente de verdade nas palavras citadas na introdução deste capítulo, como resposta dos adversários *do* socialismo), mas ainda assim conservando liberdade bastante para nossas divergências.

Uma vez que devemos imaginar um quadro definido do capitalismo, se é que a comparação entre a realidade e as oportunidades socialistas de êxito devem ter qualquer sentido, escolhamos o capitalismo da nossa própria época, isto é, o capitalismo acorrentado das grandes empresas. E observemos, em primeiro lugar, que, embora esse método defina uma época e um sistema, não define qualquer data particular, nem mesmo uma década. Isso porque a questão de se saber até que ponto evoluiu o sistema do capitalismo acorrentado e até que ponto estabilizou seus aspectos característicos em qualquer determinado período de tempo, a nossa época, por exemplo, teria de depender ainda da pesquisa de fatos. Em segundo lugar, que, nesta parte do nosso argumento, torna-se irrelevante saber se essas cadeias, sejam o que forem, foram criadas pelo próprio processo capitalista ou podem ser consideradas como algo imposto por uma força estranha. Em terceiro, embora estejamos agora prestes a tratar de assuntos um tanto mais práticos (isto é, até que ponto se pode esperar que o socialismo colha os frutos que estão potencialmente presentes no seu plano básico), ainda estaremos tratando de oportunidades e teremos de recorrer a hipóteses para remediar nossa ignorância sobre o tipo de socialismo que o futuro nos reserva.

II. ONDE SE FALA DE SEMIDEUSES E ARCANJOS

Voltando ao nosso burguês que se referiu a semideus e a arcanjos, verificamos logo que podemos eliminar de imediato o primeiro. Não será preciso nenhum semideus para dirigir o regime socialista, porque, como já vimos antes, os problemas a serem resolvidos (uma vez solucionadas as dificuldades transitórias) não somente não apresentarão (249) maiores dificuldades, mas serão mais fáceis do que os problemas que hoje enfrentam no mundo moderno os capitães de indústria. Os arcanjos representam a bem conhecida afirmação de que o sistema socialista de vida pressupõe um nível ético que o homem, com todas as suas falhas, jamais

poderá esperar alcançar.

Os próprios socialistas são culpados se argumentos desse tipo foram usados por seus adversários. Eles deblateraram contra os horrores da opressão e exploração capitalistas, que teriam de ser eliminadas para que toda a natureza humana se revelasse em toda sua cristalina beleza ou, em todo caso, para iniciar um processo de educação que reformaria a alma do homem e, dessa maneira, abriria o caminho para o nível ético desejado*. (* *Entre os neomarxistas, o principal pecador foi MAX ADLER (que não deve ser confundido com os dois Adlers austríacos, que ocupam posição proeminente na história do socialismo do seu país: VICTOR ADLER, o grande organizador e líder do partido, e seu filho, FRITZ ADLER, assassino do Primeiro-Ministro CONDE STÜRGGH).*) Tornaram-se eles, assim, vulneráveis não apenas à acusação de lisonjear as massas em um grau ridículo, mas também de esposarem um rousseunismo que deveria estar completamente desacreditado por estas alturas. Mas não é necessário fazer isso. Com simples base no bom senso é possível fazer uma boa defesa do socialismo.

Com esse fim em vista, adotemos uma distinção que será útil, embora os psicólogos possam objetar. Em primeiro lugar, um determinado grupo de tendência para sentir e agir pode ser alterado por transformações no meio social, ao mesmo tempo que sua motivação básica (*a natureza humana*) permanece o que era antes. Chamaremos isso de *transformação por recondicionamento*. Em segundo, ainda dentro dessa motivação básica, o recondicionamento pode entrar em choque com as tendências para sentir e agir que, embora, em última hipótese, sejam suscetíveis de transformação sob os efeitos do meio (particularmente se essas alterações são executadas racionalmente), resistem ainda por algum tempo e criam dificuldades. Esse fenômeno, podemos descrevê-lo com a palavra *hábito*. Em terceiro, a própria motivação básica pode ser alterada, seja dentro do mesmo tipo de material humano, seja através da eliminação dos elementos refratários. Não há dúvida que a natureza humana é maleável até certo ponto, especialmente em grupos cuja composição pode ser modificada. O alcance dessa maleabilidade é questão para pesquisa séria e não para ser tratada superficialmente com afirmações ou negações precipitadas. Não necessitamos, todavia, tomar qualquer partido, pois nenhuma (250) reforma fundamental da natureza humana seria necessária para o triunfo do socialismo.

Quanto a isso, podemos convencer-nos facilmente. Em primeiro lugar, devemos excluir o setor agrário, onde cabe esperar as maiores dificuldades. Nosso sistema ainda seria socialista se

a sua administração se limitasse a um tipo qualquer de planificação agrícola que diferisse muito pouco da prática que já hoje toma forma. Seria necessária apenas a escolha de um plano de produção, a racionalização da locação (uso da terra), o fornecimento aos agricultores de semente, maquinaria, gado de procriação, fertilizantes, etc., o que deixaria o mundo agrário e suas atitudes praticamente intactos. Outros cursos possíveis existem, evidentemente. Mas o que nos importa é que há um único que poderia ser seguido sem causar muito atrito e poderia prolongar-se indefinidamente sem enfraquecer o direito da sociedade de considerar-se ainda socialista.

Em segundo, temos o mundo do operário e do empregado comum. Nenhuma reforma da alma, nenhuma adaptação dolorosa seria necessária para eles. O trabalho de ambos continuaria a ser basicamente o que é e produziria, com uma importante ressalva a ser apresentada mais tarde, as mesmas atitudes e hábitos. Terminado o trabalho, o operário e o empregado voltariam para casa e participariam dos prazeres que a mente socialista pode ter inventado para eles (talvez jogassem futebol proletário, quando agora jogam futebol burguês), mas teriam ainda o mesmo tipo de lar e a mesma espécie de prazeres. Nada indica que grandes dificuldades surgiriam nessas camadas da população.

Em terceiro, temos o problema de grupos que, não sem certa razão, esperam ser as vítimas do sistema socialista, ou seja, o problema da camada superior ou líderante. Esse problema não pode ser resolvido de acordo com a doutrina consagrada, que já se tornou artigo de fé até mesmo fora do campo socialista, isto é, que essa camada consiste de nada mais do que enxundiosos animais de rapina, cuja presença e posições econômicas e sociais são explicáveis apenas pela sorte e inexorabilidade, que não desempenham outra função senão negar às massas trabalhadoras ou, talvez, aos consumidores os frutos do seu trabalho; que esses animais predatórios, além disso, atrapalham sua própria vida pela incompetência e (para acrescentar um toque mais moderno) produzem depressões em vista do hábito de entesourar a maior parte do saque; e que a comunidade socialista não precisa preocupar-se com eles, salvo para expulsá-los imediatamente de suas posições e impedir que cometam atos de sabotagem. Quaisquer que sejam as virtudes políticas e (no caso dos subnormais) terapêuticas **(251)** dessa doutrina, não chega sequer a ser bom socialismo. Pois qualquer socialista civilizado admitirá, quando discute sensatamente e deseja ser levado a sério por pessoas sérias, muitos fatos sobre a qualidade e os êxitos da camada burguesa que são incompatíveis com essa doutrina. E

prossegirão, argumentando que as camadas superiores não serão absolutamente eliminadas, antes, pelo contrário, serão também libertadas das cadeias do sistema que as oprimem moralmente, da mesma maneira que oprimem economicamente as massas. Partindo desse ponto-de-vista, que concorda com os ensinamentos de KARL MARX, chegamos logo à conclusão de que a cooperação dos elementos burgueses pode fazer toda a diferença possível entre o êxito e o fracasso da ordem socialista.

O problema, por conseguinte, equaciona-se da seguinte maneira: temos uma classe que, em virtude do processo seletivo de que é produto, possui material humano de qualidade superior * e, por isso mesmo, constitui um ativo que, racionalmente, qualquer organização social deveria usar. (* Veja o Capítulo VI. Mais precisamente, o representante típico da classe burguesa é superior no que tange a qualidades intelectuais e volitivas do que o representante típico de qualquer outra classe da sociedade industrial. Jamais se provou o fato estatisticamente e dificilmente isto poderá ser feito, mas é uma conclusão que se segue da análise do processo de seleção social na sociedade capitalista. A natureza do processo determina também o sentido no qual a palavra superioridade deve ser entendido. Pode-se mostrar ainda, por análise semelhante de outros meios sociais, que o mesmo se aplica a todas as classes dominantes sobre as quais dispomos de informações de origem histórica. Ou, em outras palavras, é possível demonstrar em todos os casos que, em primeiro lugar, as moléculas humanas sobem e descem dentro da classe na qual nasceram, parecendo confirmar a hipótese de que assim procedem em virtude das suas qualidades relativas. É possível mostrar também, em segundo lugar, que sobem e descem da mesma maneira através das fronteiras da classe. Essa queda e ascensão para classes inferiores e superiores demoram, de maneira geral, mais de uma geração. Essas moléculas, por conseguinte, são antes famílias do que indivíduos. E o fato explica por que os observadores que focalizam a atenção sobre os indivíduos deixam com tanta freqüência de encontrar relação entre a habilidade e a posição na classe e mostram-se inclinados a ir ao ponto de contrastá-las. Pois, os indivíduos se iniciam com qualidades tão diferentes que, excetuados os casos de êxito pessoal fora do comum, essa relação, que além disso se refere apenas a uma norma e deixa suficiente espaço para as exceções, revela-se com clareza muito menor se deixarmos de examinar toda a cadeia, da qual cada indivíduo é um elo. Essas indicações, por certo, não provam nossas palavras, mas sugerem de que maneira nós as provaríamos se fosse possível fazê-lo dentro do escopo deste livro. Sugerimos ao leitor, portanto, que leia o nosso "Theorie der sozialen Klassen im ethnisch homogenen Milieu", em Archiv für Sozialwissenschaft, 1927.) Essas qualificações isoladas já implicam algo mais do que simplesmente tolerá-la. Além disso, essa classe está (252) desempenhando funções vitais que terão de ser cumpridas também no sistema socialista. Já vimos que ela foi e é responsável por praticamente todos os êxitos culturais da época capitalista e por parte maior do seu rendimento econômico que a causada pelo crescimento da população trabalhista, por todo o aumento, em outras palavras, do que é habitualmente chamado de *produtividade do trabalho* (o produto por homem-hora)*. (* O fato, como dissemos na primeira parte, foi reconhecido pelo próprio MARX no locus clássicas do Manifesto Comunista.) E também que esses êxitos foram motivados, por outro lado, por um sistema próprio de prêmios e penalidades que o socialismo é obrigado a acabar. A questão, por conseguinte, resume-se no seguinte: se, por um lado, o material burguês pode ser aproveitado pela sociedade socialista e, por outro, se as funções desempenhadas pela burguesia,

que o socialismo deve usurpar, poderão ser 'desempenhadas por outros agentes ou outros métodos que não os burgueses.

III. O PROBLEMA DA ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA

A exploração racional do material burguês será indubitavelmente o problema mais difícil do socialismo e é preciso muito otimismo para afirmar que será solucionado a contento. Isto não se deverá primariamente às dificuldades inerentes ao material, mas, sim, às dificuldades que os socialistas experimentarão ao lhe reconhecer a importância e explorá-lo sensatamente. A doutrina sobre a natureza e as funções da classe socialista aludida acima constitui, em si mesma, um sintoma de forte aversão a esse curso e pode ser considerada como uma preparação psicológica para evitá-lo. Mas isso nada tem de surpreendente. Seja político independente, funcionário do partido ou funcionário público, o socialista isolado considera o advento do socialismo, ingênua, mas naturalmente, como sinônimo de *sua* subida ao poder. Para ele, a socialização significa que *nós* vamos tomar o poder. A derrubada da administração existente é uma parte importante, talvez a mais importante de todo o espetáculo. E o autor confessa que, em conversa com socialistas militantes, freqüentemente sentiu dúvidas se eles, ou a maioria deles, realmente se interessariam por um regime socialista que, embora perfeito em todos os outros aspectos, fosse dirigido por outras pessoas. Mas devemos fazer imediatamente a ressalva de que a atitude de outros era irrepreensível*. (* Sobre o assunto, veja os comentários às deliberações da Comissão Alemã sobre a Socialização, Capítulo XXIII, pág. 363.)

A boa solução do problema exige, acima de tudo, que o material burguês tenha liberdade para desempenhar o trabalho para o qual (253) está qualificado por aptidões e tradição e, daí, que seja adotado um método de seleção para posições de chefia, baseado apenas na capacidade e isento de discriminação contra os ex-burgueses. Tais métodos são possíveis, e alguns deles podem ser até melhores do que o método capitalista na era das grandes sociedades anônimas. Não obstante, para que o homem possa desempenhar sua tarefa a contento precisa-se de algo mais do que a simples nomeação para o lugar certo. Dada essa nomeação, o titular precisa de liberdade para agir por conta própria. E esse requisito provoca a questão da *burocratização da vida econômica*, que constitui o tema de tantas homílias anti-socialistas.

No nosso caso, pelo menos, não conseguimos imaginar, nas condições reinantes na sociedade moderna, uma organização socialista que não seja vasta e tentacular máquina burocrática. Qualquer outra possibilidade nos sugere apenas fracasso e caos. Mas, evidentemente, essas possibilidades não precisam horrorizar a quem já percebeu até que ponto a burocratização da vida econômica (a da vida em geral) já chegou e conhece a maneira de abrir caminho entre o amontoado de frases que cresceu em torno do tema. Da mesma maneira que no caso do *monopólio*, grande parte do efeito dessas frases sobre nosso espírito baseia-se nas suas fontes históricas. Nos albores do capitalismo, a burguesia se afirmava primariamente através de uma luta contra os poderes latifundiários representados e atuantes através da burocracia monarquista. A maioria de tudo aquilo que o comerciante ou industrial considerava irritante ou tola interferência associou-se na mente coletiva capitalista com a burocracia ou serviço público civil. Essa associação vem-se mostrando excepcionalmente duradoura e a que acabamos de discutir é tão resistente que os próprios socialistas têm receio do fantasma e freqüentemente se dão ao trabalho de vir assegurar-nos pessoalmente que nada há mais estranho aos seus planos do que a idéia de um regime burocrático. (** Há na Rússia mais uma razão para essas profissões de fé. O fantasma tornou-se uma espécie de bode expiatório, que todos os líderes, especialmente TROTSKY, sabiam como usar. Jogando corretamente na falta de bom senso do público nacional e estrangeiro, eles simplesmente atribuíram à burocracia tudo aquilo que na Rússia não consideravam admirável.*)

Veremos, na parte seguinte, que a burocracia não constitui um obstáculo à democracia, mas é seu complemento inevitável. E também complemento inevitável do moderno desenvolvimento econômico, e será mais essencial do que nunca numa comunidade socialista. O reconhecimento dessa inevitabilidade, no entanto, não soluciona os (254) problemas que ela provoca. Por isso mesmo é conveniente aproveitar a oportunidade para dizer em que ela consiste.

A eliminação dos motivos do lucro e perda, tão freqüentemente salientada com exclusão de outros, não constitui o ponto essencial. Além disso, a responsabilidade, no sentido de pagar pelos próprios erros com o próprio dinheiro, já está saindo da circulação (embora não tão rapidamente como podíamos desejar). O tipo de responsabilidade existente na grande sociedade anônima poderia sem dúvida ser reproduzido numa ordem socialista (veja abaixo). Tampouco o método de seleção dos principais dirigentes, peculiar à burocracia ou ao funcionalismo civil, é necessariamente tão ineficiente como se pensa. Não deixa de haver larga medida de

racionalidade nas normas de nomeação e promoção no serviço público. E freqüentemente, também, elas operam melhor no papel do que na prática: a opinião dos líderes das sociedades anônimas sobre determinados homens especialmente, se levada em conta, contribuiria bastante para encorajar a capacidade, pelo menos uma capacidade de certo tipo.

Mas há um ponto muito mais importante. O método burocrático de operação e a atmosfera moral em que funciona exercem indubitavelmente um efeito nocivo sobre as mentes mais ativas. Isto se deve principalmente à dificuldade, inerente à máquina burocrática, de conciliar a iniciativa individual com a mecânica de funcionamento do sistema. Muitas vezes, a máquina oferece poucas oportunidades à iniciativa e muito mais às tentativas de asfixiá-la. De tudo isso pode-surgir uma sensação de frustração ou futilidade que, por seu lado, cria um hábito mental que se regala com a crítica esterilizante das atividades dos outros. Mas não precisa ser necessariamente assim. Muitas burocracias lucraram com um maior conhecimento do serviço. Mas é difícil evitar que elas sejam assim e não há qualquer receita simples para combater o mal.

Não é difícil, contudo, inserir o material de extração burguesa no lugar certo dentro da máquina e modificar-lhe os hábitos de trabalho. Veremos mais tarde que, pelo menos no caso da socialização no momento certo, as condições para a aceitação moral da ordem socialista e da transferência para ela das lealdades serão provavelmente encontradas e não haverá necessidade de comissários para contrariar e insultar. O tratamento racional dos ex-elementos burgueses, para deles se obter o máximo de rendimento, não necessitará, por conseguinte, de nada que não seja justo e necessário no caso do recrutamento de pessoal administrativo de qualquer outra origem. **(255)** O que esse tratamento racional significa já foi explicado de maneira tão racional e sensata por algumas autoridades socialistas que no nosso caso bastará um rápido estudo dos pontos mais importantes.

Devemos admitir, de início, que uma dependência exclusiva sobre um sentido puramente altruístico do dever é tão irrealista como o seria uma negação total de sua importância e possibilidades. Mesma que se admitam todos os elementos vinculados ao sentido do dever, tal como a satisfação baseada no trabalho ou na liderança, um sistema de recompensas, pelo menos na forma de reconhecimento e prestígio social, seria presumivelmente valioso. Por um lado, a experiência diária nos ensina que é difícil encontrar um homem ou mulher, superiores que

sejam, cujo altruísmo ou sentimento do dever funcione completamente independente de certo tipo de auto-interesse ou, se preferem, da vaidade e do desejo de auto-realização. Por outro, é claro que a atitude que serve de base a esse desejo evidente e muitas vezes patético é mais profunda que o sistema capitalista e se deve à lógica da vida dentro do grupo social. Por isso mesmo, não podemos eliminá-lo com frases vagas sobre a praga capitalista, que contamina as almas e desencaminha suas tendências *naturais*. Mas é difícil enfrentar essa espécie de egoísmo e explorá-lo em benefício da sociedade. Neste caso, a comunidade socialista está muito bem preparada.

O reconhecimento do valor e o prestígio social trazem, na ordem capitalista, uma conotação fortemente econômica, porque o ganho pecuniário é índice típico do êxito, e também porque a maioria dos requintes do prestígio social (em particular, a mais sutil de todas as mercadorias econômicas, a *distância social*) deve ser comprada. O valor em prestígio ou distinção da riqueza privada foi sempre reconhecido pelos economistas. JOHN STUART MILL, que não era nenhum gênio de previsão ou intuição, percebeu-o também. E não há dúvida que entre os incentivos para um rendimento supernormal esse seria dos mais importantes.

Mostramos na Parte II que a própria evolução capitalista tende a enfraquecer, juntamente com outros, os incentivos para a conquista de riqueza. Por isso mesmo, o socialismo não necessitará uma reavaliação tão grande dos valores, no seio do que hoje forma a camada superior, como teria sido necessário há cem anos. Além disso, o motivo do prestígio, mais do que qualquer outro, pode ser modificado por simples recondicionamento: grandes trabalhadores podem ficar tão satisfeitos com o privilégio (se concedido com judiciosa economia) de colar um selo de tostão nas calças como de receber um milhão de dólares por ano. Tampouco esse fato seria irracional, pois, presumindo-se (256) que o selo impressionaria suficientemente o ambiente para induzi-lo a adotar atitude respeitosa em relação a quem o usa, o fato lhe daria grande parte das vantagens pelas quais ele atribui hoje tanta importância ao milhão de dólares. Esse argumento nada perderia com o fato de que tal prática apenas reviveria um expediente que foi extensamente usado no passado com excelentes resultados. E por que não? O próprio TROTSKY aceitou a Ordem da Bandeira Vermelha.

No que tange ao tratamento preferencial em termos de renda real, deve ser observado em

primeiro lugar que, até certo ponto, trata-se de uma questão de comportamento racional em relação ao material social existente e inteiramente independente da questão dos estímulos. Da mesma maneira que cavalos de corrida e touros de raça são os agradecidos recipiendários de atenções que não seria nem racional nem possível conceder a todos os cavalos e touros, o trabalhador excepcional deve receber tratamento preferencial, se é que se quer que as regras da racionalidade econômica prevaleçam. Mas elas não precisam prevalecer, evidentemente. A comunidade pode resolver exaltar ideais que excluem essas distinções e recusar-se a considerar homens como consideraria máquinas. E o economista poderia apenas dizer que a comunidade não deve agir na ignorância do fato de que esses ideais custam alguma coisa. Esse ponto é de considerável importância. Muitas rendas, bastante altas para provocarem comentários desfavoráveis, não fazem mais que dar aos seus possuidores as necessárias condições de vida e trabalho (distância e isenção de pequenos aborrecimentos, incluídos) para mantê-los aptos para a tarefa que desempenham.

Aceitando-se esse ponto, ficará simultaneamente resolvido, pelo menos em parte, o problema de fornecer um estímulo puramente econômico. Mas acreditamos que, novamente por uma questão de racionalidade, a comunidade socialista terá muito a ganhar ao ultrapassar os limites ilustrados pelo caso do cavalo de corrida ou pelo aspecto mecânico. Essa opinião baseia-se, por um lado, na observação do comportamento e, por outro, na análise da economia e civilização do capitalismo, que não justifica a proposição de que o ímpeto que a sociedade pode explorar pelo tratamento preferencial seja produto de condições capitalistas. Esse ímpeto é o propulsor de uma atividade socialmente valiosa. Se negadas todas as fontes de satisfação, os resultados serão de certa maneira inferiores, embora seja impossível dizer até que ponto, e a importância desse elemento será menor quanto mais estacionado for o processo econômico no dia em que o socialismo for implantado. (297)

O que dissemos acima não significa que, para fazer justiça às possibilidades de estímulos desse tipo, as rendas normais teriam de ser tão altas como atualmente. Nos tempos atuais, elas incluem impostos, poupança, etc. A eliminação desses itens seria em si mesma suficiente para cortar drasticamente as cifras que são tão insultuosas à mentalidade pequeno-burguesa da nossa época. Além disso, como vimos acima, os que vivem nas altas esferas da renda estão sendo cada vez mais induzidos a se acostumarem a idéias mais modestas. E, na verdade, estão perdendo a

maioria dos motivos (além do motivo do prestígio) para desejar o nível de renda que sustentava outrora o estilo de vida senhoria!. As idéias que esposam serão ainda mais modestas na época em que se poderá esperar o êxito do socialismo.

Os fariseus econômicos, naturalmente, lançariam horrorizados, as mãos para cima. Para seu conhecimento, pedimos licença para observar que já existem à mão expedientes para acalmar-lhes os escrúpulos. Surgidos no mundo capitalista, esses expedientes evoluíram consideravelmente na Rússia. Essencialmente, significam uma combinação de pagamentos em espécie com um fornecimento liberal de dinheiro para o custeio do que se supõe ser necessário ao desempenho apropriado de certos deveres. Na maioria dos países, as camadas superiores do serviço público são pessimamente remuneradas, muitas vezes irracionalmente remuneradas, o mesmo acontecendo com numerosos altos cargos políticos. Mas, pelo menos em muitos casos, essa situação é até certo ponto ou amplamente compensada não apenas por honorarias, mas também residências oficiais servidas por empregados domésticos, pagos pelo erário, verbas de representação, utilização de vasos de guerra e barcos da marinha, gratificações por serviços internacionais, lotação no quartel-general do exército etc.

IV. A POUPANÇA E A DISCIPLINA

Finalmente, que poderemos dizer das funções que são atualmente desempenhadas pela burguesia e que o regime socialista é obrigado a assumir? Sob o título acima, discutiremos as questões da *poupança* e da *disciplina*.

Quanto à poupança (unia função quase totalmente desempenhada pela burguesia e especialmente pelas suas camadas mais altas), não diremos que é desnecessária ou anti-social. Tampouco pediremos ao leitor que confie na tendência individual dos camaradas para poupar. A contribuição que poderiam dar não precisaria ser negligenciada, mas seria insuficiente, a menos que se considere a economia socialista como quase-estacionária. A autoridade central, como vimos acima, pode realizar muito mais eficientemente tudo que é hoje feito pela (258) poupança privada, isto pela distribuição direta de parte dos recursos nacionais para a construção de novas fábricas e equipamentos. A experiência russa pode ser incompleta era muitos pontos,

mas neste é suficiente. Impõem-se ao povo sacrifícios e *abstinência* em um grau que nenhuma sociedade capitalista poderia ter conseguido. Em um estado mais avançado de desenvolvimento econômico não seria necessário, para o progresso no ritmo capitalista, exigir tanto. Nos casos em que um estágio quase estacionário foi alcançado pelo predecessor capitalista até mesmo a poupança voluntária seria suficiente. O problema, embora sempre solucionável, indica mais uma vez que situações diferentes requerem socialismos diferentes e que o tipo idílico pode triunfar apenas se o progresso econômico for considerado sem importância, caso em que o critério econômico deixa de ser relevante ou, se o progresso econômico, embora apreciado no passado, é agora julgado suficiente, e, portanto, nenhuma importância terá para o futuro.

Quanto à disciplina, há uma relação clara entre a eficiência da máquina econômica e a autoridade sobre os empregados, que a sociedade comercial confere aos patrões através das instituições da propriedade privada e da contratação de empregados não-sindicalizados. Não se trata apenas de um privilégio dado aos que têm para explorar os que nada têm. Por trás do interesse privado imediatamente interessado atua o interesse social no funcionamento suave da maquinaria produtiva. As opiniões podem divergir bastante sobre o ponto, em dada situação, no qual o último é realmente servido pelo primeiro e até que ponto os sofrimentos sem motivo, que o método de atribuir a defesa dos interesses sociais ao auto-interesse dos empregadores costumava infligir aos joões-ninguém, Historicamente, no entanto, não pode haver divergência de opinião sobre a eficiência geral do método que, além disso, durante a época do capitalismo puro era evidentemente o único possível. Em vista disso, duas perguntas se impõem: Persistirá esse interesse social no meio socialista? No caso afirmativo, poderá o plano socialista prever o necessário grau de autoridade, seja este qual for?

Será conveniente substituir aqui a palavra *autoridade* pelo seu complemento, a disciplina autoritária, que significa hábito, inculcado por agentes estranhos ao indivíduo, de obedecer ordens e de aceitar supervisão e críticas. Excluimos desse contexto a autodisciplina (observando que, pelo menos em parte, ela é devida à submissão prévia, talvez ancestral, à influência disciplinadora de uma autoridade) e a disciplina de grupo, que é resultado da pressão da opinião do grupo (259) sobre todos os seus membros e devida também, em parte, à formação autoritária ministrada no passado.

Há dois fatos que possivelmente provocarão o aparecimento da autodisciplina e da disciplina de grupo na ordem socialista. O caso, como tantos outros, foi quase estragado por idealizações idiotas: o quadro absurdo de operários que chegam por meio de discussões inteligentes (nos momentos de descanso entre jogos agradáveis) a decisões que passam a executar num espírito de alegre emulação. Tolices desse tipo não nos devem cegar às realidades e inferências, baseadas em fatos, que nos levam a esperar possibilidades muito mais razoáveis.

Em primeiro lugar, a ordem socialista provavelmente despertará o apoio moral que está sendo cada vez mais negado ao capitalismo. Esse fato, que dificilmente necessita ser salientado, dará ao operário uma atitude mais sadia em relação aos seus deveres do que ele provavelmente teria sob um sistema que veio a condenar. Além disso, sua condenação é em grande parte produto das influências a que ele está exposto. Desaprova porque lhe dizem para desaprovar. A lealdade e o orgulho de um trabalho bem feito estão desaparecendo à custa de doutrinação, ao passo que seu ponto-de-vista sobre a vida é deturpado pelo complexo da guerra de classes. Mas o que chamamos anteriormente de *interesses ocultos na agitação social* desaparecerá em grande parte (ou será forçado a desaparecer, como veremos logo) juntamente com todos os interesses ocultos. Mas a todos esses fatos, naturalmente, deve-se contrapor a eliminação da influência disciplinadora da responsabilidade pelo sustento próprio.

Em segundo, um dos principais méritos da ordem socialista consiste no fato de mostrar com meridiana clareza a natureza dos fenômenos econômicos, ao passo que na ordem capitalista o fenômeno é disfarçado pela máscara do motivo do lucro. Podemos pensar o que quisermos sobre os crimes e loucuras que os socialistas sustentam ser perpetrados por trás dessa máscara, mas não podemos deixar de reconhecer a importância do próprio disfarce. Em uma sociedade socialista, por exemplo, ninguém poderia provavelmente duvidar que as importações representam o lucro que a nação consegue no comércio internacional, e que as exportações são o sacrifício que deve ser feito para se poder importar, enquanto na sociedade capitalista essa opinião é, de maneira geral, completamente escondida ao homem das ruas, o qual, por conseguinte, apóia alegremente políticas que lhe são prejudiciais. E sejam quais forem as tolices que os socialistas cometerem, o regime certamente não pagará um prêmio a uma pessoa com o objetivo expresso de induzi-la a *não* produzir. Nem ninguém (260) poderá dizer impunemente absurdos a respeito da poupança. A política econômica será racionalizada de um ponto-de-vista

muito mais geral, evitando-se algumas das piores fontes de desperdício, simplesmente porque a significação econômica das medidas e processos serão do conhecimento de todos os camaradas. Entre outras coisas, os camaradas compreenderão a verdadeira significação da indisciplina no trabalho e, principalmente, das greves. Não importa absolutamente que ele não condene por esse motivo, *ex post facto*, as greves do período capitalista, contanto que tenha chegado à conclusão de que *agora* as greves nada mais seriam que ataques anti-sociais ao bem-estar da nação. Se, apesar disso, ele entrasse em greve, o faria com a consciência pesada e enfrentando a desaprovação pública. Não mais haveria, sobretudo, burgueses simpatizantes de ambos os sexos que consideram tremendamente interessante aplaudir os grevistas e seus líderes.

V. A DISCIPLINA AUTORITÁRIA NO SOCIALISMO: UMA LIÇÃO DA RÚSSIA

Esses dois fatos, no entanto, nos levam muito além da inferência de que poderia haver mais autodisciplina e mais disciplina de grupo numa sociedade socialista e, conseqüentemente, menor necessidade de disciplina autoritária, do que em uma sociedade de capitalismo acorrentado. Sugerem também que, em todos os casos necessários, o reforçamento autoritário da disciplina será muito mais fácil*. (** A importância desse fato, se pode ser sustentada como expectativa razoável pelo menos para certos tipos de regime socialista, dificilmente poderia ser exagerada. Não se trata apenas do fato de a disciplina melhorar a qualidade e, se necessário, a quantidade de horas de trabalho. À parte essas possibilidades, a disciplina é fator essencial na economia dos recursos. Lubrifica as engrenagens da máquina econômica e reduz profundamente o desperdício e o trabalho total por unidade de rendimento. A eficiência do planejamento e da administração pode ser elevada a um nível muito superior a tudo que é plausível nas atuais condições.*) Mas, antes de dar as razões por que acreditamos nessas possibilidades, devemos adiantar primeiro os motivos que temos para pensar que a sociedade socialista não poderá dispensar a disciplina autoritária.

Em primeiro lugar, embora a autodisciplina e a disciplina de grupo sejam, até um ponto considerável, pelo menos, resultado de forma anterior, possivelmente ancestral, proporcionada pela autoridade disciplinadora, ela se extinguiu se o treinamento for interrompido por um espaço de tempo suficientemente longo, não importando se a ordem socialista tem ou não outras razões para conservar o tipo de comportamento que pode despertar as considerações racionais ou a (261) lealdade moral de indivíduos ou grupos. Tais razões e sua aceitação constituem fatores mais importantes para induzir as pessoas a se submeterem ao treinamento e a um sistema de sanções do que para levá-las a observar determinado padrão de conduta. Esse aspecto adquire

peso se refletirmos que estamos estudando a disciplina na monótona rotina da vida diária, despida das galas do entusiasmo, tediosa em alguns, se não em todos os detalhes, e que a ordem socialista removerá, para dizer o mínimo, algumas das pressões trazidas pelo instinto de sobrevivência, que condiciona em grande parte a autodisciplina na sociedade capitalista.

Em segundo, intimamente associada à necessidade incessante de formar as pessoas normais, está a necessidade de tratar do trabalhador subnormal. Esta palavra não se refere aos casos patológicos isolados, mas a uma larga margem, de talvez 25%, da população. Na medida em que o rendimento subnormal é devido a defeitos de moral e caráter, será perfeitamente irrealista esperar que ela desapareça juntamente com o capitalismo. O grande problema e o grande inimigo da humanidade, o subnormal, continuarão conosco da mesma maneira que agora. Dificilmente poderá ele ser tratado pela disciplina *isolada* do grupo, embora, naturalmente, a maquinaria da disciplina autoritária possa ser construída de tal maneira que trabalhará, até certo ponto, pelo menos, através do grupo onde vive o subnormal.

Em terceiro, embora haja motivos para se esperar que os interesses ocultos que provocam a inquietação social desapareçam em parte, não há motivo para se acreditar que desapareçam inteiramente. A provocação de conflitos populares e a sabotagem ainda constituirão uma carreira ou uma oportunidade de carreira para muitos. E será a mesma de hoje a reação dos idealistas e ambiciosos insatisfeitos com suas posições e o mundo em geral. Além disso, haverá bastantes motivos de divergência na sociedade socialista. Afinal de contas, será eliminada apenas uma das grandes fontes de controvérsia. Além de clara, provável e parcial sobrevivência de interesses regionais (geográficos e industriais), poderá haver choques de opiniões sobre certos assuntos, tais como a relativa importância a ser atribuída, por exemplo, ao prazer imediato *versus* bem-estar de futuras gerações. E a administração que defender a última causa enfrentará uma atitude não inteiramente diferente da atual atitude do trabalhador e do público em geral em relação às grandes empresas e sua política de acumulação. Finalmente, recordando o que foi dito atrás sobre a indeterminação cultural do socialismo, teremos de compreender que muitos dos maiores casos que interessam à vida nacional serão tão **(262)** discutíveis como sempre, havendo poucos motivos para se esperar que os homens não discordem agora como discordaram outrora.

Ao estudar a capacidade da administração socialista de enfrentar as dificuldades que podem

surgir pelos três motivos expostos acima, não devemos esquecer que a comparação é feita com o capitalismo que hoje conhecemos, ou mesmo com o capitalismo que se pode esperar em um estado ainda mais avançado de desintegração. Discutindo a importância da subordinação total dentro da firma individual, ignorada da maneira mais completa por tantos economistas desde o tempo de JEREMY BENTHAM, notamos que a evolução capitalista tende a provocar o desgaste de suas bases sócio-psicológicas. A disposição do trabalhador de cumprir ordens jamais se deveu a uma convicção racional sobre os méritos da sociedade capitalista ou do conhecimento das vantagens que obteria pessoalmente. Deveu-se, sim, a uma disciplina inculcada pelo predecessor feudal do seu patrão burguês. Ao novo senhor, o proletariado transferiu parte daquele respeito (mas, absolutamente não a totalidade) que seus ancestrais comumente tributavam aos senhores feudais, cujos descendentes facilitaram muito as coisas para a burguesia ao permanecer detendo as rédeas do poder político durante a maior parte da história capitalista.

Ao combater a camada protetora, ao aceitar a igualdade na esfera política, ao ensinar aos trabalhadores que eles eram cidadãos tão úteis como quem mais o fosse, o burguês sacrificou a vantagem herdada do regime feudal. Por algum tempo ainda, continuou existindo autoridade suficiente para ocultar a gradual mas incessante transformação que acabaria com a disciplina nas fábricas. Atualmente, a disciplina quase não existe. Sepultados estão também a maioria dos meios para cumpri-la e, principalmente, o poder de usá-los. Inexistente é também o apoio moral da comunidade, que sempre beneficiava o empregador na luta contra as infrações da disciplina. Morta finalmente está a velha atitude (em grande parte sacrificada pela falta de apoio) dos órgãos governamentais. Podemos seguir, passo a passo, o caminho que, partindo do apoio ao patrão, chegou ao estado de neutralidade, e através das várias nuances de neutralidade até a defesa ao direito do operário de ser considerado parte igual nos litígios trabalhistas, e, daí, ao apoio aos sindicatos contra empregadores e empregados isolados. (** A tolerância, equivalendo ao encorajamento dessas práticas, de piquetes grevistas pode servir de exemplo útil em um processo que jamais se desenvolveu em linha reta. A legislação e, ainda mais, a prática administrativa nos Estados Unidos são particularmente interessantes porque os problemas a elas inerentes se revelaram com grande clareza devido ao fato de que a mudança, depois de ter sido adiada por muito tempo, efetuou-se em espaço muito curto. O desconhecimento de que outros interesses sociais o Estado pode ter levado em conta na sua atitude em relação aos problemas de trabalho, além dos interesses a curto prazo da classe trabalhadora, é tão característico como a adoção relutante, mas significativa, da tática de luta de classes. Grande parte do fenômeno pode ser explicada pela configuração política especial e a impossibilidade tipicamente americana de enquadrar o proletariado em uma organização eficaz. O valor ilustrativo da situação trabalhista americana, no entanto, não é afetado por essas circunstâncias.*) Completa-se o quadro com a atitude do administrador assalariado (263) de negócios que, sabedor de que se alegasse que estava lutando em defesa do interesse público não despertaria indignação, mas

simplesmente hilaridade, concluí que é muito mais agradável ser considerado espírito progressista (ou sair de férias) do que incorrer na exprobração e no perigo ao fazer o que ninguém admite que seja seu dever.

Em vista desse estado de coisas, não precisamos projetar essas tendências muito além no futuro para imaginar situações nas quais *o socialismo pode ser o único meto capaz de restabelecer a disciplina social*. Mas é claro, em todos os casos, que as vantagens que a administração socialista terá, no particular, são tão consideráveis que pesarão de maneira decisiva na balança da eficiência produtiva.

Em primeiro lugar, a administração socialista terá à sua disposição muito mais instrumentos de disciplina autoritária do que qualquer direção capitalista poderá ter algum dia. Resta à última apenas a ameaça de dispensa (de acordo com a idéia de BENTHAM sobre o contrato, que é negociado e dissolvido racionalmente por partes nas mesmas condições sociais), mas o cabo desse instrumento é construído de tal maneira que ferirá a mão daquele que o quiser usar. A ameaça de demissão no caso socialista, por outro lado, pode significar a privação do sustento pessoal, que não poderá ser conseguido em outro emprego. Além disso, ao passo que na sociedade capitalista, de maneira geral, a providência tem de ser a dispensa ou nada, pois a opinião pública, por questão de princípios, desaprova a idéia de uma das partes contratantes disciplinar a outra, a administração socialista pode aplicar a ameaça em qualquer grau que julgue racional, além de lhe restarem outras sanções. Entre as menos drásticas, das últimas, há algumas que o capitalismo não pode usar devido à sua falta de autoridade moral. Em uma nova atmosfera social, todavia, uma simples advertência pode ter um efeito de impossível previsão nos tempos de hoje.

Em segundo, será muito mais fácil à administração socialista usar os instrumentos da disciplina autoritária. Não haverá governo (264) para interferir. Os intelectuais, como grupo, já não serão hostis, e os casos isolados serão controlados pela sociedade, que mais uma vez acredita nos seus próprios padrões. Uma sociedade desse tipo seria particularmente firme na orientação dos jovens. E, repetindo mais uma vez, a opinião pública não tolerará o que considera ato quase criminoso. A greve seria equivalente a um motim.

Em terceiro, o grupo dirigente terá maiores motivos para apoiar os gerentes de fábricas do que o governo de uma democracia capitalista. Atualmente, a atitude do governo em relação ao mundo dos negócios: é parecida com aquela que, na vida política, atribuímos à oposição: é crítica, paralisadora e fundamentalmente irresponsável. Nada disso pode acontecer no socialismo. O *ministério da produção* será responsável pelo funcionamento da maquinaria produtiva. Para sermos exatos, essa responsabilidade será apenas política e a boa oratória poderá ocultar muitos pecados. Apesar disso, o interesse contrário que o governo poderia ter em relação às empresas seria necessariamente eliminado e substituído por um forte desejo de operação eficiente. Necessidades econômicas não mais seriam motivos para riso. As tentativas de paralisação das operações e de incitamento de operários contra o trabalho equivaleriam a um ataque contra o governo. E tudo indica que o governo reagiria.

Mais uma vez, como no caso da poupança, as várias objeções que podem ser levantadas contra as generalizações baseadas na experiência russa não debilitam o valor da lição em um assunto que, numa sociedade socialista mais madura ou mais normal, deve apresentar menos e não mais dificuldades. Pelo contrário, dificilmente poderemos esperar melhor ilustração dos principais pontos da argumentação acima.

A Revolução Bolchevista de 1917 completou a desorganização de um pequeno mas altamente concentrado proletariado industrial' na Rússia. As massas se descontrolaram inteiramente e deram vazão às suas idéias sobre a nova ordem através de greves inumeráveis e irresponsáveis e de ocupação das fábricas*. (** Essa quebra de disciplina ocorre na maioria dos casos históricos. Foram, por exemplo, a causa imediata do fracasso das experiências quase-socialistas de Paris, durante a revolução de 1848.*) A administração por *conselhos de operários* ou por sindicatos era a ordem do dia, e aceita naturalmente por numerosos líderes. Conseguiu-se com dificuldade e através de um compromisso negociado em 1918, um mínimo de respeito pelos engenheiros e pelo Conselho Supremo, cujo funcionamento absolutamente insatisfatório foi um dos motivos para a adoção, em 1921, da *nova política econômica*. Os sindicatos, por algum (265) tempo, reassumiram parte das funções e atitudes que sempre adotaram no capitalismo severamente limitado. O Primeiro Plano Quinquenal (1928), no entanto, mudou tudo isso. Pelas alturas de 1932, o proletariado industrial estava mais controlado do que estivera sob o último czar. Se fracassaram em outros pontos, os bolchevistas inegavelmente tiveram êxito neste particular. E é altamente

instrutivo verificar de que maneira isso foi conseguido.

Os sindicatos não foram fechados. Pelo contrário, receberam todo o apoio do governo: a filiação elevou-se bruscamente e alcançava quase 17 milhões já em 1932, mas com uma diferença. Os antigos expoentes de interesses de classe e obstáculos à disciplina e ao trabalho transformaram-se em expoentes dos interesses sociais e instrumentos da disciplina e do trabalho, adotando uma atitude tão diferente da que se espera habitualmente do movimento operário em países capitalistas, que alguns líderes operários ocidentais recusaram-se a reconhecê-los como sindicatos. Eles já não se opunham mais às privações que acompanhavam o ritmo da industrialização. Aceitaram prontamente o aumento das horas de trabalho sem qualquer remuneração extra. Renunciaram ao princípio de salários iguais e aprovaram um sistema de prêmios e incentivos para trabalhos excepcionais, como o *Stakhanovismo* e tudo que o acompanhava. Reconheceram ou se submeteram ao direito da gerência de dispensar *à vontade* os operários; desencorajaram as *confabulações democráticas*, a antiga prática de discussão pelos trabalhadores das ordens recebidas antes de execução e, cooperando com os *tribunais do povo* e *comissões de expurgo*, adotaram atitudes rigorosas contra o trabalhador indolente e subnormal. Nada mais se ouviu sobre o direito de greve e o controle da produção.

Ideologicamente falando, não houve qualquer dificuldade. Podemos sorrir da estranha terminologia que rotulava de contra-revolucionários e contrários aos ensinamentos de MARX todos aqueles que não se conformavam estritamente com o interesse do governo de utilização máxima do trabalho. Mas, na verdade, nada havia de anti-socialista nessa atitude, é lógico que, numa situação de conflito de classes, as práticas obstrucionistas desapareçam e mude também o caráter dos acordos coletivos. Os críticos erram quando esquecem o grau de autodisciplina e disciplina de grupo que o sistema pode criar, o que confirma, sem discrepância, o que dissemos anteriormente sobre o assunto. Ao mesmo tempo, não é menos errado passar pelo alto a parte desempenhada pelo êxito na implantação do tipo autoritário de disciplina que sustenta poderosamente e, não menos rigorosamente, suplementa outros tipos de disciplina. (266)

Os sindicatos isolados e seu órgão máximo, o Conselho-Geral, submeteram-se ao controle do governo e do Partido Comunista. A parte que, neste último, fora descrita como oposição

trabalhista, já não existia. Os líderes; trabalhistas que persistiam em defender outros interesses para os operários haviam sido demitidos. Dessa maneira, a partir da reorganização governamental em 1921, e, com toda a certeza, mesmo antes de 1929, os sindicatos já não estavam mais em posição de se manifestarem ou atuarem de maneira que contrariasse os interesses do grupo dominante. Tornaram-se órgãos da disciplina autoritária, o que também ilustra muito bem um dos argumentos «expostos anteriormente.

E, no que tange à medida em que atitude não - sadia do operário, em relação ao trabalho, se deve às influências a que está exposto, é essencial observar que haverá uma diferença tremenda se o sentido do dever e o orgulho da execução forem constantemente instilados na massa em vez de serem dela extraídos. O fato de que o Estado russo, ao contrário do Estado capitalista, esteja em condições de inculcar, na educação e orientação dos jovens, a conformidade aos objetivos e idéias básicas aumentou de maneira enorme sua capacidade de criar uma atmosfera favorável à disciplina industrial. Os intelectuais, evidentemente, não estão mais em condições de se intrometer nesse processo e tampouco ouvem-se opiniões que encorajem infrações.

Por último, a dispensa acompanhada de privações, as transferências equivalentes a deportações, as *visitas* por brigadas de choque e, ocasionalmente, pelos próprios camaradas do Exército Vermelho são, qualquer que seja seu aspecto legal, outros meios nas mãos do governo para garantir o bom desempenho no trabalho. Houve motivos para usá-los e, como se sabe à saciedade, foram usados inexoravelmente. Sanções que nenhum empregador capitalista pensaria sequer em usar escondem-se sombriamente por trás de técnicas psíquicas mais suaves.

As sinistras conotações de tudo isso não são essenciais ao nosso argumento. Nada há de sinistro, realmente, nas idéias que estamos procurando transmitir aos leitores. A crueldade contra indivíduos e grupos inteiros pode ser atribuída principalmente à falta de maturidade, às circunstâncias que reinavam no país e à qualidade do pessoal dirigente. Em outras circunstâncias, com outro estágio de desenvolvimento e classe dominante diferente, elas não ocorreriam necessariamente. Se fosse dispensável a aplicação dessas sanções, tanto melhor. O importante é que pelo menos um regime socialista tenha sido capaz de instigar a disciplina autoritária e a de grupo. O que (267) importa é o princípio e não a forma particular que ele assumiu na prática.

Dessa maneira, mesmo à parte os méritos e deméritos do plano básico, a comparação com o capitalismo limitado não resulta em conclusão desfavorável para a alternativa socialista. E devemos frisar mais uma vez (embora em sentido diferente do que importa para a nossa discussão) que discutimos apenas possibilidades. Numerosas presunções seriam necessárias para transformá-las em certezas ou mesmo em probabilidades praticas. E não há dúvida que seria igualmente correto adotar outras presunções que produzissem resultados diferentes. Realmente, basta supor que prevalecem as idéias que corporificam o que chamamos de *socialismo* idílico para nos convencer da probabilidade de um fracasso completo e mesmo ridículo. Mas este não seria o pior resultado possível. Um fracasso tão patente a ponto de ser ridículo pode ser remediado. Muito mais insidioso, e muito mais provável, é o fracasso não tão completo, que a psicotécnica política poderia fazer crer que eram êxitos. Além disso, os desvios da planta básica e dos princípios de administração do sistema não são naturalmente menos prováveis do que seriam numa sociedade comercial, mas é possível que se mostrem mais sérios e menos suscetíveis de autocorreção. Mas, se o leitor examinar mais uma vez os vários aspectos da questão, verificará facilmente que as objeções que se baseiam nessa classe de considerações não debilitam seriamente nosso raciocínio, ou, mais precisamente, são objeções não ao socialismo *per se*, como o definimos acima, mas aos aspectos que certos tipos de socialismo podem assumir. Deles não se pode deduzir que constitui absurdo ou maldade defender o socialismo. Pode-se deduzir apenas que a defesa do socialismo não significa nada de específico, a menos que vinculada à concepção do socialismo que funcionará na prática. A compatibilidade desse socialismo com o que usualmente chamamos de *democracia* é problema completamente diferente.

Capítulo 19

TRANSIÇÃO

I. ESCLARECIMENTO DE DOIS PROBLEMAS DIFERENTES

Penso que todos reconhecem — e, em particular, todos os socialistas ortodoxos — que a transição do capitalismo para a ordem socialista provocará sempre problemas *sui generis*, sejam quais forem as condições em que ela tenha lugar. A natureza e a extensão das dificuldades, todavia, serão tão diferentes de acordo com o estágio da evolução capitalista em que ocorrer a transição e os métodos que o grupo socializante seja capaz e queira usar, que será conveniente fazer duas descrições: diferentes para exemplificar dois conjuntos distintos de circunstâncias. Esse expediente será de aplicação muito simples porque há uma ligação óbvia entre o *quando* e o *como*. Não obstante, ambos os casos serão discutidos com referência a um capitalismo inteiramente desenvolvido e *limitado*. Não perderemos, assim, tempo e espaço com as possibilidades ou impossibilidades inerentes a estágios-anteriores. Levando tudo isso em conta, chamaremos as duas hipóteses de socialização madura e prematura.

Os argumentos contidos na Parte II, em sua maioria, podem ser resumidos no conceito marxista de que o processo econômico tende a socializar a *si mesmo*... e também a alma do homem. Com essas palavras queremos dizer que os requisitos tecnológicos, organizacionais,, comerciais, administrativos e psicológicos do socialismo tendem a ser concretizados em escala sempre crescente. Imaginemos, mais uma vez, o estado de coisas que haverá no futuro, se projetarmos essa tendência. O mundo dos negócios, com exceção da agricultura, é controlado por certo número de departamentos burocratizados. O progresso reduziu-se e tornou-se mecanizado e planejado. A taxa (269) de juros converge para zero, não apenas temporariamente e sob a pressão da política governamental, mas de maneira inevitável, devido à diminuição das oportunidades de investimento. A propriedade e a administração industrial tornaram-se impessoais, tendo a posse dos bens degenerado na posse de apólices e ações, e a atitude dos gerentes de empresa em hábitos semelhantes aos dos funcionários públicos. A motivação e os padrões capitalistas desapareceram quase por completo. As conseqüências de tudo

isso, no caso de transição para o regime socialista, são muito claras. Mas dois pontos merecem ser mencionados.

Em primeiro lugar, pessoas diferentes, até mesmo socialistas diferentes, divergirão quanto ao grau em que o socialismo será satisfatório nessas circunstâncias e ao grau de aproximação da situação ideal que já foi atingido em determinada época. Trata-se de atitude perfeitamente natural, pois a tendência para o socialismo é inerente ao processo capitalista, desenrola-se lentamente e jamais passaria qualquer luz de tráfego que, reconhecível por todos, mostrasse além de qualquer dúvida exatamente em que ponto a estrada estava aberta. A possibilidade de divergência honesta de opiniões aumenta ainda mais porque as necessárias condições de êxito não surgem *pari passu*. É possível argumentar com bons fundamentos, por exemplo, que em 1913 a estrutura industrial dos Estados Unidos, isolada de outros fatores, estava mais *madura* do que a da Alemanha. Apesar disso, poucos terão dúvida de que, se a experiência tivesse ocorrido em ambos os países, as oportunidades de êxito teriam sido muito maiores no caso dos submissos alemães, orientados e disciplinados como eram pela melhor burocracia que o mundo já conheceu e pelos seus excelentes sindicatos. Mas, além de diferença honesta de opinião (incluindo as que podem ser explicadas na base de diferenças de temperamento, semelhantes às de médicos igualmente competentes, que divergem sobre a necessidade de uma operação), haverá sempre a suspeita, muitas vezes demasiadamente bem fundamentada, de que um dos lados não deseja nem jamais admitirá o estado de maturidade, porque não deseja realmente o advento do socialismo, e que o outro lado imaginará a existência, com razões que podem basear-se ou não em princípios idealistas, do estado de maturidade, quaisquer que sejam as circunstâncias.

Em segundo, supondo-se que o estado de maturidade foi alcançado, a transição pode tornar necessário outro tipo de ação e acarretar ainda uma série de problemas.

O processo capitalista forma as coisas e as pessoas para o socialismo. Na melhor das hipóteses, pode efetuar essa operação de (270) maneira tão completa que o passo final será mera formalidade. Mas, mesmo neste caso, a ordem capitalista não se transformaria automaticamente em sistema socialista. O passo final, a adoção oficial do socialismo como sistema de vida da comunidade, teria de ser dado ainda, digamos, sob a forma de emenda constitucional. Na

prática, todavia, o povo não esperará por essa melhor hipótese. Tampouco seria racional esperar, pois a maturidade, para todos os fins e princípios, pode ser alcançada na época em que os interesses e atitudes capitalistas não desapareceram ainda por completo de todos os escaninhos e porões da estrutura social. Neste caso, a aprovação de uma emenda constitucional constituiria mais do que simples formalidade. Haveria resistência e certos obstáculos teriam de ser removidos. Mas, antes de estudar esse caso, passemos a outra diferença.

Fundamentalmente, coisas e almas são formadas de maneira automática para o socialismo, isto é, independentes do desejo do homem e de medidas tomadas para esse fim. Mas, entre outras coisas, o processo produz também essas vontades e, por isso mesmo, medidas, tais como leis, atos administrativos, etc. A soma total dessas medidas faz parte da política de socialização que, por isso mesmo, deve ser considerada como abrangendo um longo período de tempo, ou pelo menos muitas décadas. A história dessa política naturalmente se dividirá **em dois** períodos, separados pelos atos de implantar e organizar o regime socialista. Antes desse ato, a política de socialização é, não importa se intencional ou involuntariamente, de natureza preparatória, tornando-se depois constitutiva. O primeiro período será brevemente discutido no fim do presente capítulo. O último nos ocupará agora.

II. A SOCIALIZAÇÃO NUM ESTADO DE MATURIDADE

No caso da socialização, as primeiras dificuldades que se seguirão à *socialização depois do ato* não serão apenas controláveis, mas até mesmo insignificantes. A maturidade trará o enfraquecimento da resistência e a cooperação da *maioria* das classes, um sintoma das quais será a possibilidade de adoção do novo regime por emenda constitucional, isto é, de maneira pacífica e sem interrupção da ordem legal. O povo compreenderá *ex hypothesi* a natureza do passo e mesmo os que o não aprovarem lhe darão uma *tolerari posse*. Ninguém se sentirá desnorteado, nem pensará que o mundo desaba.

Mas, ainda assim, não fica excluída a hipótese de uma revolução, embora o perigo seja muito menor. Não apenas a ausência de resistência total ou parcialmente organizada, por um lado, e de agitação **(271)** violenta, por outro, reduzirão a possibilidade de um movimento-revolucionário,

mas haverá também um grupo de homens responsáveis e experientes, dispostos a assumir o comando do barco, capazes e desejosos de manter a disciplina e utilizar métodos racionais-que limitem o choque ao mínimo. Eles terão a ajuda de burocracias oficiais e comerciais bem treinadas, acostumadas a receber ordens de autoridades constituídas, sejam elas quais forem, e que, de qualquer maneira, não são muito favoráveis aos interesses capitalistas.

Para começar, simplificaremos os problemas transitórios do novo ministério ou junta central, da mesma maneira que já simplificamos os seus problemas permanentes, isto é, supondo que ela deixará em paz os agricultores. Essa medida eliminará uma dificuldade que poderia ser fatal (pois em nenhuma camada é o instinto da propriedade tão acentuado como entre fazendeiros e agricultores). Além disso, em outros países, o mundo agrário não é habitado por agricultores do tipo *russo*. A medida trará, ademais, um apoio extra, pois ninguém odeia tanto a grande indústria e, especificamente, os interesses capitalistas como os camponeses. A junta pode apaziguar também indivíduos de menor importância: o artesão nas indústrias socializadas poderia, pelo menos por algum tempo, trabalhar na base de comissão, e o retalhista independente vender ainda, como os donos de tabacarias vendem nos países onde o fumo e produtos derivados são monopolizados pelo Estado. No outro extremo, os interesses pessoais do homem cujo trabalho tem importância individual (o gerente ou administrador, por exemplo) poderiam ser facilmente atendidos da maneira indicada acima, evitando-se qualquer falha séria no funcionamento da máquina econômica. A implantação drástica dos ideais igualitários evidentemente poderia estragar tudo.

E os interesses capitalistas? Na época de maturidade, como dissemos acima, podemos equipará-los mais ou menos aos interesses dos detentores de apólices e obrigações, compreendendo-se entre os últimos os possuidores de hipotecas e apólices de seguro. Para o socialista, que nada conhece senão os trabalhos de MARX e que considera essa camada apenas um pequeno grupo de indolentes imensamente ricos, haveria uma surpresa: na fase de maturidade, esse grupo podia talvez abranger a maioria do eleitorado, que olharia com muito pouca satisfação o confisco dos seus bens, embora pequenos individualmente. Mas não interessa saber se o regime socialista poderia ou *deveria* expropriá-los sem indenização. O que importa é que o sistema não teria necessidade de fazê-lo e que, caso decidisse pelo confisco, a medida seria tomada por livre escolha da comunidade, em obediência, digamos, aos princípios éticos

que resolveu (272) adotar, e não apenas porque não haja outra solução. Na verdade, o pagamento de juros sobre apólices e hipotecas, na medida em que são propriedade particular, além do pagamento dos prêmios, mais o pagamento de juros, em lugar de dividendos, pelas apólices emitidas pela junta central para indenizar os antigos acionistas (de maneira que, embora esses acionistas perdessem o direito de voto, conservariam uma renda aproximadamente igual a uma média cuidadosamente determinada de antigos dividendos), não constituiria, como um rápido exame das estatísticas correspondentes demonstrará, qualquer fardo insustentável. Enquanto a comunidade socialista continuar usando a poupança individual, pode ser boa política continuar a carregar esse fardo. Poderia ser conseguida uma limitação no tempo, ou transformando todos esses pagamentos em anuidades amortizáveis, ou pelo uso apropriado dos impostos de renda e herança, que poderiam prestar o último serviço antes de desaparecer inteiramente.

Essa suposição, pensamos, caracteriza de maneira bastante clara um método possível de *socialização depois do ato*, que, nas circunstâncias imaginadas, pode dirigir de maneira firme, segura e suave o período de transição, com um mínimo de perda de energia e prejuízos para os valores culturais e econômicos. A administração das grandes empresas seria substituída apenas nos casos em que essa medida se justificasse. Se, no momento de transição, houvesse ainda sociedades privadas entre as firmas que deveriam ser socializadas, elas seriam preliminarmente transformadas em companhias e depois socializadas, da mesma maneira que as outras. A fundação de novas firmas, evidentemente, seria proibida. A estrutura das relações entre as sociedades anônimas, especialmente entre as companhias de co-participação, seria racionalizada, isto é, ficaria reduzida às relações que beneficiam a eficiência administrativa. Os bancos, similarmente, seriam transformados em filiais do estabelecimento central e, dessa maneira, conservariam ainda não apenas algumas das suas funções mecânicas (uma parte, pelo menos, da contabilidade social lhes seria atribuída), mas talvez algum poder sobre a administração industrial, que poderia assumir a forma de concessão ou recusa de *crédito*. Neste sentido, o banco central poderia ficar independente do ministério da produção e tornar-se uma espécie de entidade supervisora geral.

Dessa maneira, com a junta central atuando com vagar, a princípio, e gradualmente assumindo as rédeas sem qualquer choque, o sistema econômico teria tempo para considerar-se

e procurar orientação, à medida que eram resolvidos um por um os pequenos problemas provocados pela transição. Inicialmente, seriam necessários muito (273) poucos ajustamentos, uns 5% da produção total, no máximo, pois a menos que o ideal igualitário se afirmasse de maneira muito mais forte do que supomos, a curva da procura não seria muito afetada materialmente. A transferência de profissionais, de advogados, por exemplo, para outros empregos ocorreria em escala maior, pois há funções no regime capitalista que desapareceriam com a ordem socialista. Mas nem mesmo essa hipótese criaria qualquer dificuldade séria. Os problemas muito maiores da eliminação de unidades subnormais de produção, da maior concentração sobre as melhores oportunidades, da racionalização geográfica, com a inerente redistribuição da população, da padronização dos bens de consumo e de capital, etc. não surgiriam ou, em todo o caso, não precisariam surgir antes que o sistema se tivesse adaptado à transformação orgânica e estivesse funcionando suavemente como outrora. Pode-se esperar que um socialismo desse tipo normalmente concretize todas as possibilidades de rendimento superior, inerentes ao seu plano básico.

III. A SOCIALIZAÇÃO NUM ESTADO DE IMATURIDADE

1. Nenhum dos prognósticos acima seria possível no segundo caso, no da adoção prematura do socialismo. Tal caso poderia ser definido como a transição da ordem capitalista para a socialista em uma época em que se tornou possível aos socialistas obter controle dos órgãos centrais do Estado, mas sem que as coisas e as almas estivessem preparadas para tanto. Não iremos, é conveniente repetir, discutir situações tão imaturas que as esperanças de êxito pareceriam fantásticas a todas as pessoas sensatas e quando as tentativas de conquista do poder não poderiam importar em nada mais do que um *putsch* ridículo. Por isso mesmo, não argumentaremos que a socialização prematura deve terminar inevitavelmente em fracasso completo ou que a situação que surgir provavelmente entrará em colapso. Continuamos ainda cogitando do capitalismo limitado dos nossos dias, em relação ao qual o problema pode, pelo menos, ser razoavelmente proposto. Em tal ambiente é mesmo provável que seja proposto mais cedo ou mais tarde. A situação a longo prazo torna-se mais e mais favorável às ambições socialistas. É, no entanto, mais importante que surjam situações prementes (a situação alemã em 1918 e 1919 é um bom exemplo). Outras pessoas citariam a situação americana em 1932, em que a paralisação das camadas capitalistas e seus diversos órgãos fornecem oportunidades

tentadoras de discussão.

2. O leitor pode compreender facilmente o que significa essa falta de preparação de coisas e almas voltando a ler a descrição da (274) situação de maturidade, traçada nas páginas anteriores. Não obstante, desejo acrescentar alguns detalhes que se aplicam ao caso dos Estados Unidos em 1932.

Um período de vigorosa atividade industrial (embora não anormal, em termos de ritmo de transformação) precedeu a depressão, cuja violência demonstrou até que ponto o *progresso* torna necessários certos ajustamentos. O progresso, nas suas linhas mestras, não estava completo. Basta lembrar o caso da eletrificação rural e do lar, das descobertas químicas e das possibilidades que se abriam na indústria de construção civil. Em vista disso, poderia ter sido prognosticado com toda a segurança que uma socialização burocratizante teria provocado grande perda de energia da iniciativa privada, eficiência produtiva e futuro bem-estar das massas. E curioso notar que, no comentarem a história da depressão, os intelectuais de inclinação socialista transmitem ao público uma opinião justamente oposta. Esse fato, todavia, cabe mais no campo de diagnóstico da psicologia social da situação do que no da sua interpretação econômica.

A imaturidade revelou-se também nas organizações comerciais e industriais. Não apenas era ainda muito considerável o número de firmas pequenas e médias, ao mesmo tempo que muito imperfeita a cooperação mútua em associações de negócios, mas o desenvolvimento das próprias grandes empresas, embora causando espanto e hostilidade insensata, não chegara ainda a ponto de aconselhar e facilitar a socialização. Se considerarmos como grandes empresas aquelas que possuíam um ativo mínimo de 50 milhões de dólares, verificaremos que apenas 53,3% do total nacional correspondiam às grandes sociedades anônimas, total que baixava para 36,2% se descontávamos as empresas de utilidade públicas e os bancos, e abrangia apenas 46,3% de todas as indústrias manufatureiras. Sociedades anônimas menores do que essas não poderão ser facilmente socializadas e não podem funcionar no sistema conservando sua forma atual e se, apesar disso, descemos para o limite de 10 milhões, ainda não encontraremos mais do que 67,5%, 52,7% e 64,5%, respectivamente. O simples trabalho de *assumir* um organismo estruturado dessa maneira teria sido formidável. E tarefa ainda mais gigantesca seria fazê-lo

funcionar e melhorar sem uma burocracia experiente. Com uma força trabalhista tão imperfeitamente organizada e, em parte, tão mal liderada, a situação se descontrolaria inteiramente. (275)

As almas estavam ainda menos preparadas do que as coisas. A despeito do choque de depressão, homens de negócios e grande parte dos operários e agricultores pensavam e sentiam em termos da ordem burguesa e não possuíam *realmente* uma opinião clara sobre qualquer alternativa. No que lhes interessava, o conceito de socialização, e menos do que isso, era ainda *antiamericano*. Não existia, por outro lado, um partido socialista importante e, na verdade, nenhum apoio quantitativamente significativo a quaisquer grupos dessa tonalidade, salvo dos comunistas de tendências stalinistas. Os agricultores antipatizavam com o socialismo, embora um pouco menos do que odiavam os grandes negócios em geral, e as estradas-de-ferro em particular, e tudo foi feito para tranquilizá-los. Embora o apoio prestado ao socialista tivesse sido débil, a maior parte dele, ou ruidosamente interessado ou indiferente, a resistência teria sido forte. Seria a resistência de pessoas que acreditariam honestamente que estavam fazendo o que ninguém poderia fazer melhor, e menos ainda o Estado, e que estariam lutando em defesa não dos seus interesses mas do bem comum, pela luz contra a escuridão absoluta. Embora perdendo a vitalidade, a burguesia americana não se debilitara inteiramente. Poderia ter resistido em sua consciência e ter recusado-tanto a aceitação como a cooperação. Um dos sintomas da situação teria sido a necessidade de usar força, não contra indivíduos isolados, mas contra grupos e classes. Outro sintoma, a impossibilidade de obter a adoção do princípio socialista por emenda constitucional, isto é, sem interrupção da ordem legal. A nova ordem teria de ser implantada pela revolução e, ao que tudo indica, por uma revolução' sangrenta. O exemplo vertente de uma situação de imaturidade pode ser vulnerável a objeções de que se trata de caso absolutamente desesperado. Mas o fato é que o exemplo combina e ilustra os principais aspectos apresentados por toda socialização prematura e por isso mesmo servirá para a discussão de um caso geral.

Esse é naturalmente o caso imaginado pelos socialistas ortodoxos, a maioria dos quais seria incapaz de tolerar coisa alguma menos fascinante do que a liquidação espetacular do dragão capitalista por um São Jorge proletário. Mas não é por causa da infeliz sobrevivência da primitiva ideologia burguesa revolucionária que vamos examinar as conseqüências que resultam da combinação de oportunidade política e falta de preparo econômico, mas, sim, porque os

problemas característicos do ato da socialização, da maneira usualmente entendida, surgem apenas neste caso.

3. Suponhamos então que os *revolucionários* (no exemplo bolchevista essa designação tornou-se uma espécie de título oficial, (276) como Majestade Cristianíssima) conquistaram a sede do governo, derrotaram os partidos não-socialistas, assumiram o controle da imprensa não-socialista e substituíram seus quadros por gente de confiança. Os funcionários desses órgãos e o pessoal industrial e comercial serão parcialmente obrigados — *ex hypothesi* — a cooperar e, em parte, substituídos por líderes trabalhistas e intelectuais que trocaram as calçadas dos cafés pelas repartições. À nova junta central teremos de conceder duas coisas: um *exército vermelho* suficientemente forte para abafar a resistência declarada e reprimir os excessos (especialmente as socializações improvisadas*), atacando à direita e à esquerda, e bastante bom senso para deixar camponeses e agricultores em paz, da maneira indicada acima. (* *As socializações improvisadas — expressão que adquiriu status oficial — constituem tentativas dos trabalhadores de cada fábrica de derrubar a administração e tomar o poder nas próprias mãos. São, por certo, um pesadelo para todos os socialistas sensatos.*) Não faremos qualquer suposição quanto ao grau de racionalidade ou humanidade com que serão tratados os membros da antiga camada dominante. Na verdade, seria difícil imaginar outro tratamento que não o mais impiedoso, nas circunstâncias reinantes. As pessoas que sabem que suas ações serão consideradas pelos adversários nada mais do que agressão perniciososa, e que correm o perigo de terem o mesmo destino de KARL LIEBKNECHT e ROSA LUXEMBURGO, serão logo compelidas a tomar atitudes violentas e inteiramente desproporcionais à intenção original. Dificilmente poderão deixar de agir com ferocidade criminoso contra adversários que considerarão também criminosos ferozes. Referimo-nos aos adversários que ainda representam a velha ordem e aos adversários que formarão o novo partido esquerdista que não deixará de surgir. Nem a violência nem o sadismo, todavia, resolverá os problemas. Que poderá fazer a junta central nesse caso senão queixar-se de sabotagem e pedir reais poderes para enfrentar os conspiradores e saqueadores?

A primeira providência é dar início a um ciclo inflacionário. Os bancos devem ser ocupados, ou associados e coordenados com o Tesouro. Caberá à junta ou ministério criar depósitos e emitir dinheiro, usando tanto quanto possível os métodos tradicionais. Acreditamos que a inflação seria inevitável porque não encontramos ainda o socialismo que negue que, no caso em tela, a revolução paralisaria pelo menos temporariamente o processo econômico e que, em

conseqüência, o Tesouro e os centros financeiros ficariam momentaneamente com encaixe muito baixo. Não estando ainda em funcionamento o sistema socialista de contabilidade e unidade de (277) renda, nada mais restaria a fazer senão adotar uma política análoga à que a Alemanha seguiu durante e depois da I Guerra Mundial, ou que a França empregou durante e depois de revolução de 1789. Nesses dois casos, no entanto, foi precisamente a recusa em romper com o sistema da propriedade privada e com os métodos da sociedade comercial que sustentaram a inflação por um período tão considerável de tempo. No caso do *dia depois da revolução socialista*, quando a situação estiver ainda caótica, essa diferença não terá qualquer importância.

Devemos acrescentar ainda que, além da necessidade, há outro motivo para se adotar essa orientação. A própria inflação constitui uma maneira excelente para combater certas dificuldades transitórias e de efetuar uma expropriação parcial. Quanto à primeira, é evidente, por exemplo, que um aumento drástico dos valores monetários de salários evitaria por algum tempo as explosões provocadas pela diminuição dos valores reais que, temporariamente pelo menos, teria de ser imposta. A junta pode tornar as coisas ainda mais simples pagando aos donos de capital real (fábricas, etc.) qualquer volume de indenização, se resolver ao mesmo tempo que elas perderão o valor dentro em breve. Finalmente, não se deve esquecer que a inflação assestaria potentes golpes contra os negócios privados, que seria necessário deixar em funcionamento ainda por algum tempo. Pois, como observou LENINE, nada desorganiza tanto como a inflação: *para destruir a sociedade burguesa, devemos conspirar-lhe o dinheiro.*

4. A segunda providência, naturalmente, será a implementação do processo de socialização. A discussão dos problemas que surgiriam nessa época de transição tem origem geralmente na velha controvérsia entre socialistas (ou melhor, entre socialistas e os que são mais corretamente descritos como trabalhistas) sobre a socialização total e de um golpe, ou a socialização gradual e parcial. Muitos socialistas parecem pensar que, para defender a pureza da fé e da crença na eficiência do sistema, devem defender a primeira hipótese em todas as circunstâncias e desprezar os emasculados trabalhistas, os quais, neste ponto como em outros, vivem extremamente embaraçados com restos muito inconvenientes de escrúpulos. No nosso caso, damos o voto aos verdadeiros crentes*. (* Apesar disso, o texto sagrado não os apóia claramente. Se o leitor examinar o Manifesto Comunista, encontrará um desconcertante gradualmente plantado justamente na passagem mais importante.) Não estamos discutindo agora a política de transição em um sistema capitalista. Trata-se de

outro problema que será abordado dentro em breve, quando notaremos (278) que a socialização gradual *dentro do quadro institucional do capitalismo* é não apenas possível, mas a providência mais indicada. Discutiremos uma política inteiramente diferente, que será seguida *depois* de ter sido o regime socialista implantado por uma revolução política.

Neste caso, mesmo se não houver mais do que o mínimo inevitável de excessos e se não forte mantiver uma ordem relativa, é difícil imaginar um estágio em que algumas das grandes indústrias sejam socializadas, enquanto de outras se espera que continuem a funcionar, como se nada tivesse acontecido. Sob um governo revolucionário, que teria de corresponder, pelo menos até certo ponto, a algumas das idéias propagadas nos dias de irresponsabilidade, as indústrias privadas restantes poderiam muito bem deixar de funcionar. Não cogitamos aqui primariamente da obstrução que poderia ser esperada dos empresários e dos interesses capitalistas em geral. O poder que possuem ainda hoje está sendo exagerado e desaparecerá quase inteiramente sob os olhos dos comissários. E não é da formação da burguesia recusar-se a desempenhar deveres habituais, mas sim apegar-se a eles. Haveria resistência, sim, mas partida da esfera política e fora da fábrica. As indústrias não-socializadas deixariam de funcionar simplesmente porque seriam impedidas de funcionar como antes (a única maneira em que a indústria poderia funcionar), devido à supervisão dos comissários e ao estado de espírito dos operários e do público.

Mas este argumento abrange apenas as grandes indústrias e os setores que podem ser facilmente transformados em grandes unidades de controle. Não abarca completamente todo o terreno que separa a esfera agrária, que excluimos do nosso estudo, das grandes indústrias. Nesse terreno intermediário, ocupado sobretudo por negócios pequenos e médios, a junta central poderia presumivelmente manobrar ao sabor das circunstâncias e, particularmente, avançar e recuar de acordo com as condições em mutação. De acordo com a nossa definição, ainda neste caso haveria a socialização total.

Resta abordar mais um ponto, já deve estar absolutamente claro que a socialização imatura demais para necessitar de uma revolução, no sentido de interrupção da ordem legal e da implantação de um subsequente reinado de terror, não pode beneficiar a ninguém a curto ou longo prazo, salvo aqueles que a organizaram. Despertar o entusiasmo sobre o levante e glorificar a coragem de arriscar tudo que ele poderia trazer talvez seja um dos menos edificantes

deveres do agitador profissional. No que tange ao intelectual acadêmico, a (279) única coragem que pode recomendá-lo é a coragem de criticar, aconselhar cautela e conter os mais exaltados.

IV. A POLÍTICA SOCIALISTA ANTES DO ATO: O EXEMPLO INGLÊS

Mas, deveremos nós realmente concluir que, agora e nos próximos cinquenta ou cem anos, aos socialistas sérios nada mais resta a fazer senão pregar e esperar? O fato de que essa probabilidade é mais do que pode ser esperado de qualquer partido que queira conservar seus membros ou argumentos (e zombarias), que emanam dessa fonte demasiadamente humanizada, não deve obscurecer o fato de que há sólidos argumentos em favor dessa conclusão. É possível mesmo argumentar, com toda lógica, que os socialistas têm interesse em encorajar o desenvolvimento de situações que atuem em seu benefício. Daí a necessidade de dar mais liberdade e não impor mais cadeias ao capitalismo.

Não acreditamos, todavia, que isso signifique que nada mais resta aos socialistas, pelo menos nas condições reinantes em nossa época. Embora as tentativas de estabelecimento do socialismo no momento atual signifiquem, na maioria das grandes nações e em numerosas outras menores, um risco quase certo, talvez o fracasso do próprio socialismo, mas, inevitavelmente, o fracasso do grupo socialista responsável pelo golpe (podendo outro grupo não necessariamente socialista, no sentido usual, se aproveitar da situação e facilmente tirar todas as vantagens), parecendo, em conseqüência, que uma política de socialização depois do ato seja de êxito duvidoso, o seu oposto oferece realmente perspectivas muito melhores. Como membros de outros partidos, mas percebendo de maneira mais clara suas metas, os socialistas podem interferir sem prejudicar o êxito final. Os argumentos que nos ocorrem a respeito desta possibilidade surtirão melhor efeito se envolvidos nas roupagens de um exemplo particular.

Todos os aspectos que poderemos imaginar encontram-se presentes na moderna Inglaterra. Por um lado, sua estrutura comercial e industrial não está evidentemente madura para o êxito de uma socialização implantada de um único golpe e, particularmente, porque a concentração do poder das sociedades anônimas não se expandiu ainda o suficiente. Por isso mesmo, nem a administração, nem os capitalistas, nem os operários estão em condições de aceitá-la. Existe

ainda na Inglaterra alto grau de *individualismo* enérgico, pelo menos o suficiente para resistir e recusar cooperação. Por outro, tem havido, mais ou menos desde o início do século, um perceptível afrouxamento (280) da atividade do empresário privado, que resultou, entre outras coisas, no controle estatal de diversos e importantes campos de atividade, como a produção de energia elétrica, por exemplo, medida essa que não foi apenas aprovada, mas exigida por *Iodos* os partidos. Com maior justiça do que em qualquer outro caso, poderia ser argumentado que o capitalismo cumpriu aqui a maior parte de sua tarefa. Além disso, de maneira geral, o povo inglês acostumou-se à supremacia do Estado. O operariado é bem organizado e, regra geral, bem liderado. Nessas condições, seria justo esperar que uma burocracia experiente, de irreprocháveis padrões morais e culturais, assimilasse os elementos necessários a uma ampliação da esfera de ação estatal. A honestidade sem paralelo do político inglês e a existência de uma classe dominante, que é inequivocamente capaz e civilizada, podem tornar mais fáceis fenômenos que seriam impossíveis noutro lugar. Em particular, esses grupos dominantes combinam-se nas mais eficientes proporções possíveis e formalmente tradicionais com uma extraordinária adaptabilidade a novos princípios, situações e pessoas. Dirigem eles a Inglaterra industrial como dirigiram a Inglaterra agrícola, a Inglaterra protecionista e a Inglaterra livre-cambista. E possuem um talento sem igual para se apropriar não apenas dos programas da oposição, mas também dos seus melhores cérebros. Assimilou um DISRAELI, o qual, em outro ambiente, ter-se-ia transformado num segundo LASSALLE. Teria, se fosse necessário, assimilado o próprio TROTSKY ou, antes, pois neste caso ele já teria recebido um título nobiliárquico, o Conde de Prinkipo, K. G.

Nessas condições, é plausível uma política de socialização que, executando um extenso programa de nacionalização, possa, por um lado, dar um grande passo em direção ao socialismo, e, por outro, deixar intocado e intato por um tempo indefinido todos os interesses e atividades não incluídos no programa. Na verdade, essas atividades podiam ser libertadas de muitos empecilhos e fardos, fiscais e de outras naturezas, que as prejudicam atualmente.

Os departamentos de atividade comercial que citaremos a seguir poderiam ser socializados sem qualquer perda séria de eficiência ou repercussões graves sobre os setores que seriam deixados à administração particular. A questão das indenizações poderia ser resolvida de acordo com o sistema sugerido na nossa discussão da socialização num estado de maturidade. Dadas as

médias atuais do imposto de renda e herança, o problema não seria difícil. (281)

Em primeiro lugar, a rede bancária da Inglaterra está, sem dúvida, bem madura para a socialização. O Banco da Inglaterra é pouco mais do que um departamento do Tesouro, na verdade menos independente que qualquer bem organizada comunidade socialista desejaria que fosse seu próprio órgão financeiro. No setor dos bancos comerciais, a concentração e a burocratização parecem ter avançado tanto quanto possível. Os grandes estabelecimentos poderiam ser levados a absorver tantos estabelecimentos independentes quanto possível e, em seguida, ser fundidos com o Banco da Inglaterra, formando a Administração Nacional Bancária, que poderia absorver também as caixas econômicas, as sociedades de crédito para construção de residências, etc. sem que nenhum cliente percebesse coisa alguma, salvo através de notícias nos jornais. É possível que fossem substanciais as vantagens com a racionalização desse trabalho de coordenação. Do ponto-de-vista socialista, haveria também a vantagem do aumento da influência do governo sobre os setores não-racionalizados.

Em segundo, as companhias de seguro são velhas candidatas à nacionalização e já se tornaram em grande parte burocratizadas. A integração com alguns ramos do seguro social pode ser possível, com conseqüente redução do preço das apólices. Os socialistas podiam mais uma vez se regalarem com o aumento de poder que traria o controle dos fundos dessas companhias pelo Estado.

Em terceiro, poucas pessoas se importariam com o que acontecesse às estradas-de-ferro e mesmo com os transportes rodoviários. O transporte por terra é, evidentemente, o campo mais indicado para uma boa administração estatal.

Em quarto, nacionalização das minas, em particular da indústria carbonífera do alcatrão e produtos derivados, incluindo a benzina e também o comércio de carvão e de outros produtos, que poderia trazer um aumento imediato de eficiência e se tornar um grande êxito se os problemas trabalhistas pudessem ser resolvidos satisfatoriamente. Do ponto-de-vista tecnológico e comercial, as vantagens parecem evidentes. Mas é claro também que, tendo a iniciativa privada estado ativa na indústria química, não se pode esperar êxito igual, com a mesma

confiança, em qualquer tentativa de ir além do limite indicado.

Em quinto, tendo já sido completada na maior parte a nacionalização da produção, transmissão e distribuição da eletricidade, tudo que resta a fazer é apontar o caso da indústria eletrônica, que constitui exemplo típico do que se pode esperar ainda da iniciativa privada. Esse exemplo mostra como faz pouco sentido, economicamente falando, ser absolutamente contrário ou a favor da socialização geral. O caso da indústria de eletricidade, no entanto, sugere ainda as (282) dificuldades de funcionamento, na base de lucro, de uma indústria socializada, o que seria condição essencial, se é que o Estado deve absorver parte tão grande da vida econômica e ainda desempenhar todos os deveres do governo moderno.

Em sexto, verificar-se-ia que a socialização da indústria do ferro e aço seria medida muito mais controvertida do que qualquer uma das discutidas até agora. Mas essa indústria já atingiu a maturidade e pode ser *administrada* de hoje em diante, criando-se naturalmente um grande departamento de pesquisas. Algumas vantagens eram obtidas com a coordenação e não seriam muito grandes os perigos de se perder alguns dos frutos da antiga iniciativa do empresário.

Em sétimo, com a provável exceção da parte desempenhada pelos arquitetos no assunto, acreditamos que a indústria de construção civil e similares poderiam ser dirigidas com êxito por um órgão público apropriado. Parte tão grande dessa indústria já está regulamentada, subvencionada ou controlada, podendo haver mesmo aumento de eficiência, mais do que suficiente, talvez, para compensar o prejuízo que poderia aparecer.

Esses exemplos não abrangem necessariamente todas as medidas possíveis. Contudo, qualquer ampliação desse programa teria de justificar-se em virtude de razões especiais, de natureza sobretudo não-econômica, tais como nos casos de indústrias-chave, v. g., armamentos, cinema, construção naval, comércio de produtos alimentícios, etc. para citar algumas-. De qualquer maneira, esses sete itens são mais do que suficientes para ocupar a digestão do regime durante algum tempo, e bastante numerosos para fazer o socialista sensato, se ele conseguir obter tudo isso, abençoar o trabalho realizado e aceitar as concessões que seria racional fazer simultaneamente aos setores não-nacionalizados. Se ele insistir também na nacionalização da

terra (deixando inalterada a atual posição do agricultor) e transferir para o Estado tudo que sobrar do aluguel e foro, como economista não temos nenhuma objeção a fazer*. (** Não é esse o lugar para ventilar preferências pessoais. Apesar disso, desejamos que fique claro que a declaração acima é feita por questão de ética profissional e não implica dizer que estamos de acordo com a proposta, a qual, fôssemos ingleses, combateríamos de todas as maneiras.*)

A guerra que ora se trava alterará evidentemente os dados sociais, políticos e econômicos do nosso problema. Muitas coisas se tornarão possíveis ou impossíveis, e nenhuma delas era nada disso antes. Umhas poucas páginas ao fim deste livro tratarão brevemente desse aspecto. **(283)** Mas parece-nos essencial, por amor à clareza do pensamento político, estudar o problema à parte dos efeitos da guerra. De outra maneira, sua natureza jamais poderá ser devidamente entendida. Conseqüentemente, deixamos este capítulo, em forma e conteúdo, exatamente como o escrevemos no verão de 1938.

PARTE IV

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Capítulo 20

O EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

I. A DITADURA DO PROLETARIADO

NADA HÁ TÃO TRAIÇOEIRO como o que é evidente. Os fatos dos últimos vinte ou vinte e cinco anos ensinaram-nos a ver na sua devida perspectiva a significação da ditadura do proletariado. Até mais ou menos 1916, a relação entre socialismo e democracia teria parecido muito clara à maioria das pessoas e a ninguém mais do que aos abalizados expoentes da ortodoxia socialista. Dificilmente teria ocorrido a alguém negar o direito socialista à filiação no clube democrático. Os próprios socialistas (com exceção de uns poucos grupos sindicalistas) afirmavam ser os únicos e verdadeiros democratas, os vendedores exclusivos da mercadoria autêntica, que jamais deveria ser confundida com a falsificação burguesa.

Era não apenas normal que procurassem elevar os valores do socialismo acrescentando-lhes os valores da democracia, mas eles possuíam também uma teoria que os convencia que os dois estavam indissolivelmente ligados. De acordo com essa teoria, o controle privado dos meios de produção constitui a base da capacidade dos capitalistas de explorar o trabalho e de impor os ditames de seus interesses de classe sobre a administração dos negócios públicos da comunidade. O poder político do capitalismo, por conseguinte, parece ser apenas uma forma particular do seu poder econômico. Daí se deduz que não pode haver democracia enquanto existir esse poder (a mera democracia política é simplesmente um logro) e que a eliminação desse poder terminará simultaneamente com a *exploração do homem pelo homem* e marcará o início do *governo do povo*. (288)

Esse argumento é essencialmente marxista. Justamente porque deriva logicamente (tautologicamente, na verdade) das definições de termos do esquema marxista, terá de partilhar do destino deste último e, em particular, do destino da doutrina da *exploração do homem pelo homem**. (* O fato de o poder individual ou coletivo não comportar definição em termos puramente econômicos

(da maneira que o define a teoria das classes sociais, de MARX) constitui razão ainda mais ponderável para não se aceitar esse argumento.) Apresentaremos logo a seguir o que nos parece uma análise mais realista das relações entre os grupos socialistas e o credo democrático. Mas desejamos também uma teoria mais realista sobre as relações que talvez existam entre o socialismo e a democracia propriamente ditos, isto é, sobre a relação que pode existir, independentemente de desejos e lemas, entre a ordem socialista, da maneira que a entendemos, e o *modus operandi* do governo democrático. Buscando a solução do problema, devemos examinar em primeiro lugar a natureza da democracia. Um outro ponto, todavia, exige esclarecimento imediato.

Uma vez implantado, o socialismo pode ser o próprio ideal de democracia. Os socialistas, no entanto, não são sempre muito escrupulosos sobre a maneira como deve ocorrer essa implementação. As palavras *revolução* e *ditadura* saltam aos nossos olhos dos seus textos sagrados. Numerosos socialistas modernos afirmaram ainda mais explicitamente que nada vêem de mal em abrir à força, pela violência e terror, os portões do paraíso socialista, que suplementariam outros meios mais democráticos de conversão. A própria posição adotada por MARX a respeito desse assunto pode, sem dúvida, ser interpretada de maneira que pode exculpá-lo aos olhos dos democratas. Indicamos, na Parte I, de que maneira suas opiniões sobre revolução e evolução podem ser reconciliadas. A revolução não precisa ser uma tentativa da minoria de impor sua vontade sobre os recalcitrantes. Pode significar apenas a remoção das obstruções levantadas contra os desejos do povo por instituições cediças, controladas por grupos interessados em sua preservação. A ditadura do proletariado admite interpretação semelhante. Em apoio dessa afirmativa, podemos citar novamente as palavras de MARX no *Manifesto Comunista*, onde ele fala em assumir "gradualmente" as funções da burguesia e no desaparecimento das distinções de classe "no curso da evolução", frases que, não obstante a importância atribuída à *força*, parecem sugerir uma maneira que bem se aproxima do significado da democracia do modo habitualmente entendido. (289)

Os fundamentos dessa interpretação, todavia, que reduz a quase nada a famosa revolução social e a não menos famosa ditadura a simples floreios de agitação, destinados a incendiar a imaginação, não são inteiramente justificados. Muitos socialistas que foram, ou se declararam, discípulos de MARX manifestaram opiniões diferentes. Cedendo diante da autoridade de escribas e fariseus que devem conhecer a lei melhor do que nós e da impressão baseada no estudo atento dos volumes do *Neue Zeite*, devemos admitir a possibilidade de que, se tivesse sido obrigado a

escolher, MARX poderia ter posto o socialismo acima da observância das normas democráticas.

Nesse caso, ele teria sem dúvida declarado, como tantos o fizeram depois dele, que não estava realmente se desviando do verdadeiro caminho democrático, porque, para trazer à vida a democracia autêntica, é necessário limpar a atmosfera do venenoso vapor capitalista que a asfixiava. No caso do crente na democracia, a importância da observação das normas democráticas aumenta claramente em proporção à importância do ponto em discussão. Por isso mesmo, sua observância jamais necessita ser mais cuidadosamente vigiada e ainda mais ciumentamente defendida por todas as garantias disponíveis do que no caso de uma reconstrução social total. Os que estiverem dispostos a relaxar essas exigências e aceitar normas visivelmente não-democráticas, ou algum método de conseguir decisões aparentemente democráticas por meios não-democráticos, mostrarão iniludivelmente que dão mais valor a outras coisas do que à democracia. O democrata sincero considerará uma reconstrução desse tipo como basicamente viciada, não importa o quanto possa aprová-la por outros motivos. Forçar o povo a aceitar alguma coisa que se acredita boa e gloriosa, mas que ele não quer realmente (embora se possa esperar que gostará depois de conhecer os resultados), constitui o próprio sinal revelador da crença antidemocrática. Caberá ao casuísta decidir se é possível fazer uma exceção para os atos não-democráticos que são perpetrados com o objetivo expresso de concretizar a verdadeira democracia, contanto que sejam os únicos meios para esse fim. Essa hipótese, mesmo que admitida, não se aplica ao caso do socialismo, o qual, como vimos anteriormente, provavelmente se tornará democraticamente viável no momento exato em que puder ser praticamente vitorioso.

De qualquer maneira, é claro que qualquer argumento em favor da anulação da democracia durante os períodos de transição constitui, na realidade, excelente oportunidade para evitar a responsabilidade (290) por essa mesma ação. Soluções provisórias desse tipo podem durar centenas de anos. E já há meios para que o grupo dominante, instalado no poder por uma revolução vitoriosa, possa prolongá-los indefinidamente ou adotar a forma, mas não a substância, da democracia.

II. A HISTÓRIA DOS PARTIDOS SOCIALISTAS

No momento em que passamos a estudar a história dos partidos socialistas, começamos a ter dúvida sobre a validade da afirmação de que, uniformemente, todos eles defenderam o credo democrático.

Em primeiro lugar, temos a grande comunidade socialista, que é dirigida por um partido em minoria e não oferece nenhuma oportunidade a outros. Os representantes desse partido, reunidos na XVIII Convenção da organização, ouviram relatórios e aprovaram unanimemente resoluções, onde não se ouviu coisa alguma que lembrasse o que chamamos de *debates*. Terminaram votando (como dizem as fontes oficiais) que "o povo russo (?), em incondicional devoção ao partido de LENINE e STALIN, e ao grande líder, aceita o programa de grandes obras esboçado no mais sublime dos documentos de nossa época, o relatório do *camarada* STALIN, para cumpri-lo sem um momento de vacilação", e que "nosso Partido Bolchevista, sob a liderança do gênio do grande STALIN, inicia uma nova fase de desenvolvimento"*.

(Não falamos russo. As passagens acima foram fielmente traduzidas do jornal alemão que era publicado em Moscou e são vulneráveis a objeções contra a tradução do texto original, embora esse jornal por certo não estivesse em posição de publicar coisa alguma que não fosse totalmente aprovada pelas autoridades.)*

Essa manifestação e as eleições de candidatos únicos, complementadas por processos-pantomima e métodos da GPU, podem, sem dúvida, constituir "a mais perfeita democracia do mundo", se se atribui uma significação especial à palavra, mas não é de maneira alguma o que a maioria dos americanos entenderia por democracia.

Ainda assim, em essência e princípio, pelo menos, essa comunidade é socialista, assim como foram as criações passageiras do mesmo tipo que tiveram lugar na Hungria e na Baviera. Sem dúvida, existem ainda grupos socialistas que, até hoje, sustentam os ideais democráticos da maneira entendida nos Estados Unidos. Esses socialistas abrangem, por exemplo, a maioria dos socialistas ingleses, os partidos socialistas da Bélgica, Países-Baixos e Escandinávia, o partido americano dirigido pelo Sr. NORMAN THOMAS, e grupos (291) alemães exilados. Do ponto-de-vista dessa gente, e também do observador, é tentador negar que o sistema russo constitui *autêntico* socialismo e sustentar que, pelo menos nesse respeito, é uma aberração. Mas que significará o socialismo *autêntico* senão o *socialismo que admiramos*? Por isso mesmo, o que significarão essas palavras senão o reconhecimento do fato de que há formas do socialismo que

não despertam a lealdade de todos os socialistas e que incluem também os tipos não-democráticos ? É realmente possível que um regime socialista seja não-democrático, como mostramos antes, na base puramente lógica de que o aspecto característico do socialismo não implica coisa alguma em relação às suas normas políticas. Sendo assim, o importante é saber se e em que sentido ele *pode* ser democrático.

Em segundo lugar, os grupos socialistas que coerentemente sustentaram a fé democrática jamais tiveram o motivo ou a oportunidade de professar qualquer outra. Viveram num meio que teria combatido fortemente palavras e práticas antidemocráticas e que, na verdade, sempre se opôs aos sindicalistas. Em certos casos, eles tinham todos os motivos para esposar os princípios democráticos, que os protegiam e às suas atividades. Em outros, a maioria deles estava satisfeita com os resultados, políticos ou não, que o progresso em um regime democrático prometia trazer, é fácil imaginar o que teria acontecido aos partidos socialistas da Inglaterra ou Suécia, digamos, se eles tivessem revelado qualquer sério sintoma de tendências antidemocráticas. Eles sentiram, ao mesmo tempo, que seu poder aumentava permanentemente e que o poder político estava automaticamente se inclinando em sua direção. Quando o obtiveram, consideraram-se satisfeitos. Dessa maneira, ao manifestar lealdade à democracia, fizeram apenas o que sempre parecera óbvio. O fato de que a política por eles adotada não tenha agradado a LENINE não significa que, estivesse ele na situação em que eles estavam, teria agido de maneira diferente. Na Alemanha, onde o partido se desenvolveu ainda mais, e onde, até 1918, o caminho para o poder parecia bloqueado, os socialistas, enfrentando um Estado forte e hostil, e tendo de depender para proteção das simpatias burguesas e poderio dos sindicatos, que eram, na melhor das hipóteses, semi-socialistas, podiam ainda menos abjurar ao credo democrático, pois neste caso teriam caído exatamente nas mãos dos seus inimigos. A adoção do título de *social-democratas* constituía a mais comezinha forma de prudência. (292)

Mas, em terceiro lugar, os casos em que o socialismo foi experimentado com êxito são muito poucos e não muito convincentes*. (** Limitar-nos-emos às atitudes dos partidos socialistas na política interna. A atitude que adotavam, e também a dos sindicatos a respeito dos trabalhadores não-socialistas ou não-sindicalizados, é certamente ainda menos convincente.*) E verdade, em certo sentido, que em 1918 o Partido Social-Democrata alemão teve uma alternativa: optou pela democracia e (se isso constitui prova de fé democrática) reprimiu os comunistas com inexorável energia. Mas o partido se cindiu. Perdeu a maior parte da ala esquerdista. E os dissidentes tiveram muito mais razões para

reclamar o título de socialista do que os que ficaram. Muitos dos últimos, além disso, embora se submetendo à disciplina partidária, desaprovaram a medida. E tantos outros que a aprovaram o fizeram simplesmente porque, a partir do verão de 1919, pelo menos, as oportunidades de êxito em caminhos mais radicais (isto é, antidemocráticos) haviam-se tornado insignificantes e também, em particular, porque uma política esquerdista em Berlim acarretaria sério perigo de secessão da Renânia e dos países ao sul do Maine, mesmo que não tivessem sofrido imediatamente uma derrota contundente. Finalmente, para a maioria, ou pelo menos para o elemento sindical que a compunha, a democracia lhes dava tudo que pretendiam, inclusive posições oficiais. Eles eram obrigados, evidentemente, a partilhar esses cargos com o *partido centrista* (católico). Mas a barganha era satisfatória para ambos. Os socialistas, sem tardança, tornaram-se furiosamente democráticos. Isto somente aconteceu, no entanto, quando uma posição ligada a um credo antidemocrático começou a levantar-se contra eles.

Não censuraremos os social-democratas alemães pelo senso de responsabilidade que revelaram ou mesmo pela complacência com que se acomodaram nas confortáveis cadeiras do mundo oficial. A acomodação é defeito humano comum, e a complacência merece ser-lhes levada a crédito, como tentaremos mostrar na última parte deste livro. Mas é preciso certo otimismo para citá-los como testemunhas da resoluta lealdade dos socialistas às normas democráticas. Mas não podemos citar nenhuma outra experiência, a menos que aceitemos os casos russo e húngaro, os quais retratam a combinação decisiva de uma possibilidade de conquista do poder com a impossibilidade de consegui-lo por meios democráticos. Nossa dificuldade é bem ilustrada pelo caso austríaco, cuja importância é muito maior do que a importância do país, devido à posição excepcional do grupo (neomarxista) liderante. Os socialistas austríacos aderiram à democracia em 1918 e 1919 quando a adesão não era ainda, como **(293)** se tornou depois, uma questão de autoconservação. Mas, nos poucos meses em que a monopolização do poder parecia estar ao seu alcance, a posição da maioria não era tão inequívoca. Nessa época, FRITZ ADLER referiu-se ao princípio da maioria como fetichismo dos *caprichos da Aritmética* (*Zufall der Arithmetik*), enquanto muitos outros encolhiam os ombros diante das práticas democráticas. Ainda assim, esses homens eram membros fiéis do partido e não comunistas. Tomando o bolchevismo o poder na Hungria, o problema da escolha de curso tornou-se premente. Ninguém pode ler as discussões travadas naquela época sem compreender que o sentimento partidário não estava mal expressado pela forma seguinte: "Não nos agrada especialmente a idéia de escolher a esquerda (adotar os métodos soviéticos). Mas se formos

obrigados, iremos todos juntos"*. (** Ou, mais simplesmente, esse pronunciamento de um dos líderes mais ilustres significa que eles compreendiam em toda sua extensão o perigo de implantar o bolchevismo em um país inteiramente dependente das potências capitalistas para obtenção de alimentos e com as forças francesas e alemãs praticamente às portas, mas também que, se a pressão através da Hungria se tornasse demasiadamente forte, eles não cindiriam o partido, mas tentariam conduzir todo o rebanho para o campo bolchevista.*) Essa avaliação da situação do país, em geral, e do perigo que corria o partido, em particular, era eminentemente razoável. Da mesma maneira, a sua consequência lógica. A lealdade ardente aos princípios democráticos, todavia, não era visível em nenhuma das duas. Converteram-se finalmente, não por arrependimento, mas em virtude da contra-revolução húngara.

Não pensem os leitores que estamos acusando os socialistas de insinceros e que desejamos expô-los ao desprezo como maus democratas, oportunistas e conspiradores imorais. Acreditamos realmente, a despeito do maquiavelismo infantil adotado por alguns dos seus profetas, que, fundamentalmente, a maioria deles foi tão sincera nas suas profissões de fé como quaisquer outros homens. No que interessa à democracia, os partidos socialistas não são presumivelmente mais oportunistas do que os outros. Eles simplesmente adotam a democracia se e quando ela serve aos seus ideais e interesses, e em nenhuma outra hipótese. E, para evitar que os leitores se sintam chocados e pensem que opiniões tão imorais são esposadas apenas pelos políticos mais calejados, faremos agora uma experiência mental que, ao mesmo tempo, fornecerá o ponto de partida para o nosso estudo sobre a natureza da democracia. (294)

III. UMA EXPERIÊNCIA MENTAL

Suponhamos que a comunidade, de uma maneira que satisfaz o critério do leitor sobre a democracia, resolveu perseguir os dissidentes religiosos. Esse exemplo não é tão tolo como parece. Comunidades que a maioria de nós reconhecera imediatamente como democráticas queimaram hereges na fogueira (como no caso da República de Genebra, no tempo de CALVINO), OU os perseguiram de outras maneiras, repugnantes aos nossos padrões morais (como no caso da colônia de Massachusetts). Casos desse tipo não deixam de ser importantes se ocorrem em países não-democráticos, É ingênuo pensar que o processo democrático deixa de funcionar inteiramente numa autocracia ou que o autocrata jamais deseja agir de acordo com os desejos ou ceder diante do povo. Nos casos em que o faz podemos concluir que ação semelhante teria sido tomada também se o sistema fosse o democrático. Não há dúvida de que

pelo menos as primeiras perseguições dos cristãos, por exemplo, foram aprovadas pela opinião pública romana e presumivelmente não teriam sido mais suaves se Roma fosse uma verdadeira democracia*.

(Um exemplo ilustrará o tipo de provas existente em favor dessa declaração. SÜETÔNIO, na sua biografia de NERO (De Vita Caesarum, livro VI), em primeiro lugar relaciona os atos do reinado deste último, que ele SÜETÔNIO, considerava até certo ponto inocentes e até mesmo elogiáveis ("partim ntilia teprehensione, partim etiam non mediocn laude digna"), e em seguida as ações condenáveis ("probra ac scelera"). Incluiu a perseguição dos cristãos não no segundo caso, mas no primeiro, em meio de uma lista de medidas administrativas meritórias ("afflicti suppürtis Chmstiani, genus hominum supets- litionis novæ ac maleficac"). Não há motivo para se supor que SÜETÔNIO expressasse nada mais que a opinião (e, por inferência, a vontade) do povo. De fato, não constitui especulação sem base supor que o motivo de NERO foi o desejo de agradar ao povo.)*

A caçada às feiticeiras fornece outro exemplo. Surgiu da própria alma da massa e poderia ter sido tudo menos uma invenção diabólica de padres e príncipes, os quais, pelo contrário, as combateram logo que se sentiram em condições para tal. A Igreja Católica, é verdade, puniu a feitiçaria. Mas se compararmos as medidas realmente tomadas com as usadas contra a heresia, onde os romanos agiam a sério, temos imediatamente a impressão de que, em matéria de feitiçaria, a Santa Sé antes cedeu do que instigou a opinião pública. Os jesuítas combateram a caça às feiticeiras, a princípio sem êxito. Pelos fins do século XVII e começos do XVIII, quando a monarquia absoluta estava firmemente estabelecida, as proibições do governo prevaleceram finalmente. A maneira curiosamente cautelosa com que uma soberana enérgica como a Imperatriz MARIA TERESA começou a proibir a prática **(295)** mostra claramente que ela percebia estar combatendo a vontade do povo.

Finalmente, para escolher um exemplo que tenha alguma relação com assuntos modernos, o anti-semitismo sempre foi uma das mais profundas atitudes populares na maioria das nações, nas quais havia, em relação ao total da população, um número considerável de judeus. Nos tempos modernos, essa atitude até certo ponto cedeu diante da influência racionalizadora da evolução capitalista. Restou o suficiente, todavia, para garantir o êxito popular de qualquer político que quisesse explorá-la. A maioria dos movimentos capitalistas da nossa época, com exceção do socialismo fanático, aprendeu realmente essa lição. Na Idade Média, além disso, podemos dizer sem medo de contestação, os judeus deveram sua sobrevivência à proteção da Igreja e de príncipes, que os defenderam contra a ira popular e terminaram emancipando-os*. (* A atitude protetora dos papas pode ser exemplificada pela bula *Lst Judæis* (1120), cuja confirmação repetida pelos sucessores de CALISTO ir prova tanto a continuidade dessa política como a resistência que ela enfrentava. A atitude

protetora dos príncipes:! será facilmente entendida se se recordar que as expulsões ou massacres dos judeus importavam na perda de rendas muito necessárias a eles.)

Mas voltemos à nossa experiência. Transportemo-nos para um país hipotético que, de maneira democrática, pratique a perseguição aos cristãos, a cremação de feiticeiras e o massacre dos judeus. Nós por certo não aprovaríamos essas práticas, baseados na premissa de que foram decididas de acordo com as normas democráticas. A questão vital, no entanto, é a seguinte: aprovaríamos nós uma Constituição democrática que produzisse tais resultados de preferência a uma não-democrática que os evitasse? Se não aprovássemos, estaríamos agindo exatamente como os socialistas ardentes, para os quais o capitalismo é pior do que caçada de feiticeiras e que estão, por conseguinte, dispostos a aceitar métodos não-democráticos para liquidá-lo. Até esse ponto, nós e eles estamos no mesmo barco. Há ideais e interesses que os mais ardentes democratas colocariam acima da democracia e, quando professam lealdade absoluta ao sistema, revelam também a convicção de que a democracia garantirá esses ideais e interesses, tais como liberdade de religião, palavra, direito à justiça, governo decente, etc.

A razão para isso não é difícil de encontrar. A democracia é um *método* político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com (296) as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição.

Qualquer que seja o traço característico do método democrático, os exemplos históricos que acabamos de examinar rapidamente dizem-nos umas poucas coisas, mas bastante importantes para justificar uma recapitulação explícita do problema.

Em primeiro lugar, os exemplos acima são suficientes para impedir qualquer tentativa de pôr em dúvida as afirmações que acabamos de formular, isto é, que, sendo um método político, a democracia não pode, mais do que qualquer outro método, ser um fim em si mesma. Pode ser alegado também que, por questões de lógica, um método desse tipo pode ser um ideal absoluto ou um valor último. Pode, realmente. É possível sustentar que, embora criminoso ou estúpido o objetivo que a norma democrática pode alcançar em um determinado conjunto de fatores

históricos, a vontade do povo deve prevalecer, ou, pelo menos, que não deve ser contrariada, exceto da maneira sancionada pelos princípios democráticos. Mas, nesses casos, é muito mais natural falar da ralé em vez de povo, e combater-lhe a criminalidade ou estupidez por todos os meios disponíveis.

Em segundo, se admitimos que a lealdade incondicional à democracia pode ser devida apenas à lealdade incondicional a certos interesses ou ideais, que se espera servidos por ela, o nosso exemplo ainda prejudica a alegação de que, embora a democracia não possa ser um ideal por si mesma, é ainda assim um substituto, pois, necessariamente, sempre e em toda a parte, servirá a certos interesses ou ideais pelos quais estamos dispostos a lutar e morrer sem condições. Evidentemente, essa opinião não pode ser verdadeira*. (**Em particular, não é exato que a democracia sempre proteja mais a liberdade de consciência do que a autocracia. No mais famoso dos julgamentos, PLATÃO era, do ponto-de-vista dos judeus, sem dívida nenhuma um representante da autocracia. Não obstante, ele procurou proteger a liberdade. E submeteu-se aos ditames de uma democracia.*) A democracia, como qualquer outro método, não produz sempre os mesmos resultados nem favorece os mesmos interesses ou ideais. A lealdade racional à democracia, por isso mesmo, pressupõe não apenas um esquema de valores hiper-rationais, mas também certas condições da sociedade na qual a democracia pode operar de maneira que nos agrada. As afirmações sobre o funcionamento da democracia não têm sentido sem relação a determinados períodos, lugares e situações, e o mesmo ocorre naturalmente com os argumentos antidemocráticos. (297)

Tudo isto, afinal de contas, é evidente. Não deve surpreender, e ainda menos chocar a ninguém, pois nada tem a ver com o fervor ou dignidade da convicção democrática em qualquer situação. Compreender a validade relativa de suas convicções e defendê-las resolutamente é justamente o que distingue o homem civilizado do bárbaro.

IV. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Temos agora um ponto de partida para iniciar nosso estudo. Mas a definição que nos irá servir na tentativa de análise das relações entre a democracia e o socialismo não está ainda à vista. Umhas poucas dificuldades preliminares impedem ainda a visão.

Não nos valeria grande coisa consultar ARISTÓTELES, que usou a palavra para designar uma das variantes do seu ideal de uma comunidade bem ordenada. Mas alguma luz pode ser lançada sobre nossas dificuldades recordando o significado que atribuímos ao *método político*. Devemos ser capazes de caracterizar tal método indicando por quem e como essas decisões são tomadas. Equiparando a *tomada de decisões a governo*, poderíamos, então, definir a democracia como o *governo do povo*. Por que, então, não será essa definição suficientemente exata?

Não porque a palavra abranja tantos significados quantas combinações há entre todas as definições possíveis do conceito *povo* (*demos*, o *populus* romano) e todas as possíveis definições do conceito *governar* (*kratein*) e também porque essas definições não sejam independentes do argumento sobre a democracia. Quanto ao primeiro conceito, o *populus*, no sentido constitucional, pode excluir os escravos e outros habitantes. A lei, pode reconhecer qualquer número de *status* entre a escravidão e a cidadania total ou mesmo privilegiada. E, sem levar em conta a discriminação legal, diferentes grupos se consideraram o *povo* em épocas diferentes*. (* *Veja, por exemplo, a definição dada por VOLTAIRE nas suas Lellers Concerning the English Nation (publicadas em inglês, 1733; transcrição da 1ª edição publicada por Peter Davies, 1926, pág. 49); "A mais numerosa, mais útil, até mesmo a mais virtuosa e, conseqüentemente, a mais venerável parte da humanidade, consistindo daqueles que estudam as leis e as ciências; de mercadores, de artesãos, em uma palavra, de todos que não foram tiranos, isto é, dos que são chamados de povo." Atualmente, povo provavelmente significará massa, mas o conceito de VOLTAIRE chegou quase a ponto de identificar o povo para quem foi escrita a Constituição dos Estados Unidos.*

Podemos dizer, naturalmente, que a sociedade democrática é aquela que não faz essa discriminação, pelo menos em assuntos que interessam aos negócios públicos, tais como o direito de voto. Mas, (298) em primeiro lugar, houve nações que praticaram a discriminação do tipo aludido acima e, apesar disso, revelaram a maior parte das características que são usualmente vinculadas à democracia. Em segundo, a discriminação jamais poderá estar inteiramente ausente. Em nenhum país, por exemplo, não importa em que grau seja democrático, o direito de voto é estendido abaixo de uma certa idade. Se, todavia, procuramos descobrir o motivo dessa restrição, descobrimos também que ela se aplica a um número indefinido de indivíduos de idade superior ao limite mínimo. Se as pessoas abaixo da idade-limite não podem votar, não podemos considerar não-democrática a nação que, pela mesma ou razão análoga, exclui também outras pessoas. Observemos que não é importante se nós, os

observadores, admitimos a validade dessas razões ou das medidas práticas através das quais elas excluem certas partes da população. O que importa é a aceitação do fato pela sociedade em questão. Tampouco deve ser alegado que, embora essa medida possa ser aplicada a exclusões devidas à incapacidade pessoal (*a senilidade*, por exemplo), não se aplica a todos os casos baseados em razões que nada têm a ver com a capacidade de fazer um uso inteligente do direito do voto. A capacidade é uma questão de opinião e de grau. A sua existência pode ser fixada apenas por algum conjunto de regras. E, *sem absurdo ou insinceridade*, é possível sustentar que a capacidade é medida pela aptidão da pessoa de prover sua subsistência. Numa comunidade de fortes convicções religiosas, é possível defender o ponto-de-vista (mais uma vez sem absurdo ou insinceridade) de que a heresia desqualifica, numa sociedade antifeminista, o sexo. Uma nação racialmente consciente pode vincular a capacidade a considerações raciais*. (** Os Estados Unidos excluem os orientais, e os alemães igualmente os judeus, dos direitos de cidadania. No sul dos Estados Unidos os negros são também amiúde privados do direito do voto.*) E assim por diante. O ponto importante, repetimos, não é o que nós pensamos sobre esta ou aquela incapacidade. O que conta é que, dadas opiniões sensatas sobre estas questões e outras semelhantes, a desqualificação por motivo de situação econômica, religião ou sexo fazem parte da mesma classe de desqualificações que todos nós consideramos compatíveis com a democracia. Podemos discordar delas, evidentemente. Mas se discordamos, logicamente devemos discordar também das teorias sobre a importância da propriedade, religião, sexo, raça, etc. e não chamar essas sociedades de não-democráticas. A fé religiosa, por exemplo, é certamente compatível com a democracia, seja qual for a maneira de definirmos essa última. Mas há um tipo de atitude (299) religiosa para a qual o herege parece pior do que o louco. Neste caso, não seria lógico que o herege fosse impedido, tanto quanto o louco, de tomar parte em decisões políticas*? (** Para o bolchevista, qualquer não-bolchevista situa-se na mesma categoria. Em face disso, o domínio do partido bolchevista não nos daria direito per se de considerar não-democrática a República Soviética. Teríamos razão apenas se o partido bolchevista fosse dirigido de maneira não-democrática — o que, aliás, evidentemente acontece.*) Em vista disso, não seria mais razoável deixar ao próprio *populus* que escolhesse a definição que mais se ajusta ao seu caso?

Evita-se usualmente essa conclusão irresponsável pela introdução de outras suposições na teoria do processo democrático, algumas das quais serão discutidas nos dois capítulos seguintes. Entrementes, basta notar que ela dissolve muito do nevoeiro que pairava sobre a estrada. Entre outras coisas, revela que a relação entre democracia e liberdade deve ser consideravelmente mais complexa do que pensamos habitualmente.

Uma dificuldade ainda mais séria surge com relação ao segundo elemento que entra no conceito de democracia, o *kratetn*. A natureza e *modus operandi* de qualquer *governo* são sempre difíceis de explicar. Os poderes legais jamais garantiram a capacidade de usá-los, mas são importantes tanto como pontos de apoio como de limitações. O prestígio tradicional sempre vale alguma coisa, mas não para todas as coisas. O êxito pessoal e, parcialmente independente do êxito, o valor pessoal atuam e são atuados pelos componentes legal e tradicional do quadro institucional. Nenhum monarca, ditador ou grupo de oligarcas é jamais absoluto. Governar não apenas sujeito às características da situação nacional, mas sujeito também à necessidade de agir em conjunto com certas pessoas, de se acomodar com outras, de neutralizar algumas e de submeter o resto. E isto pode ser feito de um número quase infinito de maneiras, cada uma das quais determinará o que um dado arranjo formal significa realmente, seja para a nação onde ocorre, seja para o observador científico. Falar de monarquia como se ela significasse uma coisa específica é simples diletantismo. Mas se é o povo, definido como seja, que deve governar, surge ainda outro problema. De que maneira será tecnicamente possível ao *povo* governar?

Em certa categoria de casos esse problema não surge ou, pelo menos, surge não de forma aguda. Em comunidades pequenas e primitivas, com uma estrutura social simples, * onde não há muito motivo para divergências, é possível que todos os indivíduos que compõem o povo, o povo definido na Constituição, participe realmente de todos os deveres da legislação e administração. (* *A exigüidade de números e a concentração local são considerações essenciais. O primitivismo da civilização e a simplicidade da sua estrutura são fatores menos importantes, mas facilitam de maneira pronunciada o funcionamento da democracia.*) Certas dificuldades podem restar mesmo nesses casos e o psicólogo do comportamento coletivo ainda teria algo a dizer sobre a liderança, propaganda e outras fontes de desvio do ideal popular de democracia. Não obstante, haveria evidentes motivos para se falar da vontade ou da ação da comunidade, ou do povo (do governo do povo), particularmente se o povo tomasse decisões políticas por meio de debates realizados na presença física de todos, como aconteceu, por exemplo, na *polis* grega ou no conselho municipal da Nova Inglaterra. O último caso, algumas vezes chamado de *democracia direta*, serviu na verdade de ponto de partida para muitos teóricos políticos.

Em todos os outros casos, surge o nosso problema. Mas podemos solucioná-lo com relativa

facilidade, contanto que estejamos dispostos a abandonar o governo do povo e substituí-lo por um governo aprovado pelo povo. Há muitas razões para se adotar essa solução. Numerosas afirmações que fazemos usualmente a propósito da democracia se aplicariam a todos os governos que contam com a lealdade da grande maioria do povo ou, melhor ainda, da grande maioria de todas as classes do povo. Isso se aplica particularmente às virtudes usualmente vinculadas ao método democrático: a dignidade humana, a satisfação de ver que, de maneira geral, os assuntos políticos se desenrolam de acordo com as expectativas da pessoa, a coordenação da política com a opinião pública, a confiança e a cooperação do cidadão com o governo, a dependência deste último do respeito e do apoio do homem das ruas — tudo isso e muito mais, que tantos de nós consideram a própria essência da democracia, é satisfatoriamente abrangido pela idéia do governo aprovada pelo povo. E uma vez que é evidente que, com exceção do caso da *democracia direta*, o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir realmente, a justificativa desta definição parece completa.

Mas ainda assim, não podemos aceitá-la. Abundam os exemplos (talvez seja a maioria dos casos históricos) de autocracias *dei gratia* e ditatoriais, de várias monarquias do tipo não-autocrático e de oligarquias aristocráticas e plutocráticas que normalmente contaram com indiscutível, muitas vezes ardente, apoio e que, considerando suas condições ambientes, conseguiram obter com muito êxito o que a maioria de nós julga que o método democrático deve obter. Há necessidade de frisar este ponto e de reconhecer a grande proporção de democracia (neste sentido) que fez parte desses casos. Um antídoto desse tipo ao cultor de simples formas, mesmo de simples (301) fraseologia, seria altamente desejável. Mas não altera o fato de que, ao aceitar essa solução, perderíamos de vista o fenômeno que desejamos identificar: as democracias estariam compreendidas em uma classe muito mais vasta de categorias políticas, que contém também indivíduos de caráter claramente não-democrático.

Nosso fracasso, no entanto, ensina-nos uma verdade. Além da democracia *direta*, existe uma riqueza infinita de formas prováveis, através da qual o *povo* pode participar do governo, influenciar e controlar os que realmente governam. Nenhuma dessas formas, especialmente nenhuma das formas viáveis, possui um direito claro e exclusivo de ser descrita como *governo do povo*, se tomamos essas palavras no seu sentido habitual. Se qualquer delas adotar esse título, o fará apenas em virtude de uma convenção arbitrária, definindo de logo a significação que deve

ser atribuída ao verbo *governar*. Tais convenções são sempre possíveis: o povo jamais governa, mas pode sempre governar por definição.

As *teorias* legais de democracia que evoluíram nos séculos XVII e XVIII foram destinadas precisamente a fornecer as definições que vinculassem certas formas reais ou ideais de governo à ideologia do *governo do povo*. A aceitação dessa ideologia não é difícil de entender. Naquela época, pelo menos nas nações da Europa Ocidental, o manto da autoridade de origem divina caía rapidamente dos ombros da realeza * — este processo, naturalmente, começou em época muito mais remota — e, por questão de necessidades de ética e explicação, a *vontade do povo* ou o *poder soberano do povo* sobressaía como o substitutivo mais aceitável de uma mentalidade que, embora preparada para o *charisma* da autoridade suprema, não estava ainda preparada para passar sem nenhuma. (* *O Patriarcha*, de Sir ROBERT FILMER. (publicado em 1680), pode ser considerado como a última exposição importante da doutrina do direito divino na filosofia política inglesa.)

Equacionado dessa maneira o problema, a mentalidade jurídica esquadrinhou os recessos de sua oficina de trabalho procurando os instrumentos com os quais reconciliar esse postulado supremo com as formas políticas existentes. Contratos fictícios de sujeição a um príncipe * pelo qual o povo soberano negociava sua liberdade ou (302) poder, ou não menos fictícios contratos através dos quais delegava esse poder, ou parte dele, de escolher representantes, foram principalmente o que a oficina forneceu. Por mais que esses expedientes tenham servido a certos objetivos práticos, eles são absolutamente inúteis para nós e nem mesmo defensáveis de um ponto-de-vista legal. (* *Tais contratos eram jictiones juris et de jure. Mas havia uma analogia realista entre eles, isto é, a sujeição voluntária e contratual entre um homem livre e o senhor feudal foi praticada extensamente entre os séculos VI e XII. O homem livre aceitava a jurisdição do senhor e certas obrigações econômicas. Renunciava ao seu status de homem inteiramente livre. Em troca, recebia a proteção do senhor e outras vantagens.*)

É claro que, para fazer sentido, as palavras *delegação* e *representação* devem referir-se não ao cidadão isolado (o que seria a doutrina dos Estados medievais), mas ao povo em geral. Teríamos de conceber o povo, por conseguinte, como delegando seu poder, digamos, a um parlamento, que o representaria. Mas apenas a pessoa física ou jurídica pode legalmente delegar ou ser representada. As colônias e Estados americanos que enviaram delegados aos congressos constitucionais que se reuniram de 1774 em diante em Filadélfia (os chamados *congressos revolucionários*) estavam de fato representados por esses delegados. Mas não o povo das

colônias ou Estados, uma vez que o povo, como tal, não possui personalidade legal. Dizer que ele delega poderes ou é representado por um parlamento é construir uma frase vazia de qualquer significado legal*. (* *Similarmente, não faz sentido legal descrever uma acusação pública como o caso de o Povo contra Fulano de Tal. A pessoa legal acusadora é o Estado.*) Que será, então, o parlamento? A resposta é simples: um órgão do Estado, exatamente como o governo ou um tribunal de justiça. Se o parlamento realmente representa o povo, deve fazê-lo noutra sentido, que teremos de descobrir ainda.

Essas *teorias* sobre a soberania do povo, delegação e representação, no entanto, refletem algo mais do que um postulado ideológico e uns poucos fragmentos de técnica jurídica. Elas completam uma sociologia ou filosofia social do corpo político que, até certo ponto sob a influência da revivescência das especulações gregas sobre o assunto, e parcialmente sob a influência de acontecimentos da época,* (303) tomaram forma e alcançaram o apogeu ao fim do século XVIII e realmente tentaram solucionar o problema. Embora essas definições gerais jamais sejam adequadas ou rigorosamente corretas, tentaremos descrevê-las, da maneira usual, como fundamentalmente racionalistas, hedonistas e individualistas: a felicidade, definida em termos hedonistas, de indivíduos possuidores de uma percepção clara (ou sensíveis à educação, que lhes dará percepções claras) do fim e dos meios apropriados, era concebida como o sentido da vida e do grande princípio de ação, tanto na esfera privada como na política. Podemos designar essa sociologia ou filosofia social, produto do capitalismo primitivo, pelo termo proposto por JOHN STUART MILL — *utilitarismo*. De acordo com essa filosofia, o comportamento que se conformasse com esse princípio não era meramente o único racional e justificável, mas, *ipso jacto*, também o *natural*. Essa afirmação constitui a ponte de ligação entre as teorias muito diferentes de BENTHAM e ROUSSEAU sobre o *contrat social* — nomes que nos servirão como faróis no que, no mais, deve ser deixado aqui na escuridão.

Se essa inevitável brevidade não impediu os leitores de seguir o nosso argumento, a importância dessa filosofia sobre o tema da democracia deve estar agora clara. Ela evidentemente forneceu, entre outras coisas, uma teoria da natureza do Estado e dos objetivos para os quais o Estado existe. Além disso, em virtude da importância que atribuiu ao indivíduo racional e hedonista e ao seu livre arbítrio, a filosofia em causa parece estar em condições de ensinar os únicos métodos políticos corretos de dirigir o Estado e concretizar seus objetivos — a maior felicidade para o maior número, e assim por diante. Finalmente, forneceu o que parece

uma base racional para a crença na *vontade do povo* (*volonté générale*) e para o conselho que resume tudo o que a democracia significa para o grupo de escritores que vieram a ser conhecidos como *radicais filosóficos*: educa o povo e deixa-o votar livremente.

Uma crítica contrária a essa opinião surgiu quase imediatamente, como parte de uma reação geral contra o racionalismo do século XVIII, que se declarou depois das guerras revolucionárias e napoleônicas. Seja o que pensemos das vantagens e desvantagens do movimento usualmente batizado de *Romantismo*, ele certamente fornecia uma compreensão mais profunda da sociedade pré-capitalista e da (304) evolução histórica em geral. Por conseguinte, revelava alguns dos erros básicos do utilitarismo e da teoria política a que ele servia de base. Mais tarde, a análise histórica, sociológica, biológica, psicológica e econômica eliminou a ambos. Hoje é difícil encontrar um estudante do processo social que tenha a dizer alguma palavra em defesa de ambas. Mas, estranho como pareça, durante todo o tempo em que a teoria ruía por terra, a ação política continuava a nela se inspirar. Quanto mais insustentável ela se mostrava, mais completamente dominava o fraseado oficial e a retórica do político. Justamente por esse motivo, devemos estudar no capítulo seguinte aquilo que poderia ser chamado de *doutrina clássica da democracia*.

Mas nenhuma instituição, prática ou convicção resiste ou desmorona com a teoria que é oferecida em seu apoio. A democracia não constitui exceção. E, de fato, possível elaborar uma teoria do processo democrático que leve em conta todas as realidades da ação coletiva e da mentalidade pública. Essa teoria será exposta no Capítulo XXII, ocasião em que seremos capazes de dizer de que maneira se sairá a democracia na ordem socialista das coisas.

Capítulo 21

A DOCTRINA CLÁSSICA DA DEMOCRACIA

I. O BEM COMUM E A VONTADE DO POVO

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressa da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade. Examinemos as conseqüências dessa definição.

Sustenta-se, pois, que existe um *bem comum*, o farol orientador da política, sempre fácil de definir e de entender por todas as pessoas normais, mediante uma explicação racional. Não há, por conseguinte, razão para não entendê-lo e, de fato, nenhuma explicação para a existência dos que não o compreendem, salvo a ignorância (que pode ser remediada), a estupidez e o interesse anti-social. Ademais, esse bem comum implica soluções definitivas de todas as questões, de maneira que todo fenômeno social e toda medida tomada ou a ser tomada podem inequivocamente ser tachados de *bons* ou *maus*. O povo deve admitir também, em princípio pelo menos, que há também uma *vontade comum* (a vontade de todas as pessoas sensatas) que corresponde exatamente ao interesse, bem-estar ou felicidade comuns. O único fato, exceto a estupidez ou interesses sinistros, que pode causar divergência e explicar a existência de uma oposição é a diferença de opiniões quanto à rapidez com a qual deve ser procurada a concretização da meta comum a quase todos. Conseqüentemente, todos os membros da comunidade, conscientes da meta, sabendo o que querem, discernindo o que é bom do que é mau, tomam parte, ativa e honestamente, no fomento do bom e no combate ao mau. Todos os membros, em conjunto, controlam os negócios públicos.

E verdade que a administração de alguns desses assuntos requer qualidades e técnicas especiais e terá, conseqüentemente, de ser confiada aos especialistas. Essa medida não afeta o princípio, contudo, pois esses especialistas agirão simplesmente no cumprimento da vontade do

povo, exatamente como um médico age para executar a vontade do paciente de se curar. E também exato que numa comunidade de qualquer tamanho, especialmente se nela ocorre o fenômeno da divisão do trabalho, seria muito inconveniente se cada indivíduo tivesse de entrar em contato com todos os outros para acertar um ponto qualquer, na sua qualidade de membro do corpo dirigente ou governante. Muito mais conveniente seria consultar o cidadão apenas sobre as decisões mais importantes (por *referendum*, digamos) e resolver as outras questões por intermédio de um comitê por ele nomeado, ou seja, uma assembléia ou parlamento, cujos membros seriam eleitos por votação popular. Esse comitê ou conjunto de delegados, como vimos acima, não representará o povo no sentido legal, mas o fará numa acepção técnica — representará, refletirá ou dará voz à vontade do eleitorado. E uma vez mais, sendo órgão numeroso, esse comitê pode resolver dividir-se em unidades menores, encarregadas dos vários departamentos dos negócios públicos. Por último, entre esses pequenos comitês haverá um órgão de atuação geral, destinado sobretudo a resolver os problemas diários da administração. Terá o nome de *governo* ou *gabinete*, possivelmente com um secretário-geral ou bode expiatório à frente, conhecido pelo título de *primeiro-ministro**. (* *A teoria oficial sobre as funções de um ministro de gabinete sustenta, de fato, que ele é nomeado para fiscalizar o cumprimento, no seu ministério, da vontade do povo.*)

Logo que aceitamos todas as presunções dessa teoria política (ou que nela estão implícitas), a democracia adquire, de fato, um significado inequívoco. Nenhuma dificuldade há com a democracia, exceto, talvez, a maneira de fazê-la funcionar. Além disso, necessitamos esquecer apenas uns tantos escrúpulos lógicos para acrescentar que, neste caso, o arranjo democrático não apenas seria o melhor de todos, mas que poucas pessoas desejariam um outro qualquer. Não é menos verdadeiro, porém, que essas presunções correspondem a simples declarações de fato, cada um dos quais terá de ser provado, se é que podemos aceitar a definição. Ê será muito mais fácil refutá-la.

Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. Não se deve isso primariamente ao fato de (307) que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas. Esse fato, ignorado pelo utilitarista devido à sua estreiteza de ponto-de-vista sobre o mundo dos valores humanos, provocará dificuldades sobre as questões de princípio, que não podem ser reconciliadas por argumentação racional. Isto

porque os valores supremos — nosso conceito sobre o que devem ser a vida e a sociedade — situam-se além dos domínios da lógica. Em alguns casos, é possível encontrar terreno comum entre eles, mas não em todos. O americano que diz — "Desejamos que o país se arme até os dentes e lute em todo o globo pelo que consideramos o direito", e o que responde — "Desejamos que o país resolva seus próprios problemas, pois é a única maneira de servir a humanidade", estão adotando sistemas irredutíveis de valores que o compromisso poderia apenas mutilar ou degradar.

Em segundo, mesmo que um bem comum suficientemente definido, como, por exemplo, o máximo da satisfação econômica * do utilitarista, fosse aceitável por todos, ainda assim não se teriam soluções igualmente definidas para os casos individuais. (* O próprio significado de maior felicidade possível é vulnerável a uma objeção séria. Mas, mesmo que essa objeção possa ser eliminada e atribuído um significado definido à soma total das satisfações econômicas de um grupo de pessoas, o máximo ainda assim seria relativo a dadas situações e valores, que talvez não possam ser alterados, ou conciliados, de maneira democrática.) As opiniões sobre esses casos podem ser de molde a produzir dissensões básicas a respeito dos próprios fins. Os problemas concernentes à comparação das satisfações presente e futura, por exemplo, mesmo no caso do socialismo *versus* capitalismo, restariam ainda a decidir, mesmo depois da conversão de todos os indivíduos ao utilitarismo. A *saúde* pode ser desejada por todos, mas ainda assim haverá divergências quanto à vacinação e à vasectomia, etc.

Os países utilitaristas da doutrina democrática não compreenderam a importância total desse fato, simplesmente porque nenhum deles previu seriamente qualquer transformação substancial na situação econômica e nos hábitos da sociedade burguesa. De fato, eles pouco mais viam do que o mundo do ferreiro do século XVIII.

Mas, em terceiro, em consequência das duas proposições anteriores, desvanece-se no ar o conceito da vontade do povo ou da *volonté générale*, adotado pelos utilitaristas, pois esse conceito pressupõe um bem inequivocamente determinado e compreendido por todos. Ao contrário dos românticos, os utilitaristas não conheciam (308) aquela entidade semimística, possuidora de uma vontade própria (a *alma do povo*), tão fartamente explorada pela escola histórica de jurisprudência. Eles inegavelmente inspiraram-se, para a vontade do povo, na vontade individual. E a menos que haja um centro, o bem comum, para o qual se dirijam, a

longo prazo pelo menos, *todas* as vontades individuais, de maneira alguma encontraremos esse tipo especial de *voiontê générale*. O centro de gravidade utilitarista, por um lado, unifica as vontades individuais e procura fundi-las por meio da discussão racional e transformá-las na vontade do povo e, por outro, confere à última a exclusiva dignidade ética reclamada pelo credo democrático clássico. *Esse credo mo consiste simplesmente em adorar a vontade do povo, como povo*, mas repousa em certas presunções sobre o objetivo *natural* dessa vontade, que é sancionada pelo raciocínio utilitarista. Tanto a existência como a dignidade dessa *voloniê générale* desaparecem logo que falha a idéia do bem comum. E ambas, como pilares da doutrina clássica, inevitavelmente se reduzem a pó.

II. A VONTADE DO POVO E A VONTADE INDIVIDUAL

Evidentemente, por mais conclusivos que sejam os argumentos contra esse conceito particular da vontade do povo, eles não nos devem desencorajar a elaborar outro, que seja mais realista. Não temos a intenção de pôr em dúvida a realidade ou importância dos fatos sócio-psicológicos que nos ocorrem quando falamos sobre a vontade de uma nação. A análise desses fatos é por certo um requisito essencial para se obter progresso na compreensão dos problemas da democracia. Seria conveniente, todavia, não conservar essa expressão, pois ela tende a obscurecer o fato de que, logo que amputamos a vontade do povo de sua conotação utilitarista, passamos a construir não apenas uma teoria diferente sobre a mesma coisa, mas também uma teoria sobre coisa completamente diferente. Temos todos os motivos para procurar evitar as armadilhas que se estendem no caminho dos defensores da democracia, que, embora aceitando, sob pressão da acumulação da prova, mais e mais fatos sobre o processo democrático, procuram ainda unguir os resultados com os santos óleos tirados de vasos do século XVIII.

Mas, embora possa surgir ainda algum tipo de vontade comum ou opinião pública do emaranhado infinitamente complexo de situações, vontades, influências, ações e reações individuais e coletivas do *processo democrático*, os resultados não apenas carecem de unidade, mas também de sanção racional. A primeira significa que, embora do ponto-de-vista da análise, o processo democrático não seja meramente caótico — para o analista não será caótico aquilo (309) que puder ser explicado — ainda assim os resultados não teriam significação por si mesmos, exceto por acaso, como teria, por exemplo, a concretização de qualquer objetivo ou

ideal definido. O último significa que, não sendo mais essa vontade congruente com qualquer *bem*, para se reclamar dignidade ética para o resultado será agora necessário depender de uma injustificada confiança nas formas democráticas de governo, como tal, uma crença que, em princípio, teria de ser independente da desejabilidade dos resultados. Como vimos acima, não é fácil adotar esse ponto-de-vista. Mas, mesmo que o adotemos, o abandono do bem comum utilitário ainda nos deixa nas mãos uma série de dificuldades.

Em particular, ficamos ainda obrigados por necessidade prática a atribuir à vontade do *indivíduo* uma independência e uma qualidade racional que são absolutamente irrealistas. Para argumentar que a vontade do cidadão *per se* é um fator político digno de respeito, essa vontade deve, em primeiro lugar, existir. Ou melhor, deve ser algo mais do que um conjunto indeterminado de impulsos vagos, circulando frouxamente em torno de *slogans* e impressões errôneas. O homem teria de saber de maneira definida o que deseja defender. Essa vontade clara teria de ser complementada pela capacidade de observar e interpretar corretamente os fatos que estão ao alcance de todos, e selecionar criticamente as informações sobre os que não estão. Por último, baseada nessa vontade definida e nesses fatos comprovados, uma conclusão clara e *imediata* quanto a fatos particulares teria de ser alcançada de acordo com as regras da inferência lógica e com grau tão grande de eficiência geral, além disso, que a opinião de um homem poderia ser considerada, sem absurdo evidente, aproximadamente tão boa como a de qualquer outro homem*. (** Isso explica o caráter fortemente igualitário da doutrina clássica da democracia e as convicções populares democráticas. Veremos, mais tarde, de que maneira a igualdade pode adquirir o status de postulado ético. Como declaração de fato sobre a natureza humana, não pode ser verdadeira em qualquer sentido concebível. Reconhecendo-se isso, o próprio postulado foi reformulado amiúde, de maneira a significar igualdade de oportunidade. Mas, ignorando até mesmo as dificuldades inerentes à palavra oportunidade, a reformulação não nos ajuda muito, pois o que se quer em matéria de atuação política é a igualdade real e não potencial de execução, se é que o voto de cada homem deve ter o mesmo peso na decisão de casos controvertidos. Deve-se notar, de passagem, que o fraseado democrático foi muito útil ao equiparar a desigualdade de todos os tipos à injustiça, que constitui elemento tão importante no quadro psíquico do fracassado e no arsenal do político. Um dos mais curiosos sintomas desse fato foi a instituição ateniense do ostracismo, ou antes, o uso que dela se fazia algumas vezes. O ostracismo consistia em banir o indivíduo através da votação popular, e não necessariamente por alguma razão particular: algumas vezes, servia como método para eliminar um cidadão eminente, que se considerava valer mais do que um.)* Tudo isso o cidadão modelo teria de fazer sozinho e independentemente da pressão **(310)** de grupos e da propaganda,* pois vontades e inferências impostas ao eleitorado evidentemente não podem ser aceitas como condições últimas do processo democrático. (** Essa palavra é usada aqui no seu sentido original e não no sentido que adquire rapidamente nos dias que correm e que significa o seguinte: a propaganda é toda declaração emanada de uma fonte que nos desagrade. Suponhamos que a palavra se deriva da denominação do comitê de cardeais que trata das questões relativas à disseminação da fé católica, o congregatio de propaganda fiãe. Por si mesma, por conseguinte, não implica a deturpação dos fatos.*

Podemos fazer propaganda, por exemplo, de um método científico. Significa simplesmente a apresentação de fatos e argumentos com o objetivo de influenciar as ações e opiniões das pessoas em uma direção definida.) A questão de se saber se essas condições são realizadas na extensão necessária para fazer a democracia funcionar não deve ser respondida com afirmativas ou negações precipitadas. A resposta surgirá apenas do laborioso exame de um labirinto de provas contraditórias.

Mas, antes de iniciar esse estudo, desejamos convencer-nos de que o leitor entendeu perfeitamente um outro ponto assinalado acima. Repetiremos, por conseguinte, que, mesmo se as opiniões e desejos do cidadão isolado fossem uma condição perfeitamente independente e definida que pudesse ser usada pelo processo democrático, e se todos agissem nela baseados com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo, baseado na matéria-prima dessas vontades individuais, representariam coisa alguma que, convincentemente, pudesse ser chamada de *vontade do povo*. E não é apenas possível, mas, em todos os casos em que as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que *o povo deseja realmente*. Tampouco pode ser alegado que, embora não seja exatamente o que ele deseja, ainda assim seria um *meio-termo justo*. Isto pode acontecer. As oportunidades são maiores com os fatos que são quantitativos por natureza ou admitem uma gradação, tal como a questão de se saber quanto deve ser gasto na ajuda aos desempregados, contanto que todos aprovelem alguma despesa com esse objetivo. Mas nos casos qualitativos, tais como saber se se deve perseguir os hereges ou entrar numa guerra, o resultado pode ser igualmente desagradável, embora por diferentes razões, a todo o povo, ao passo que uma decisão imposta por uma agência não-democrática pode ser muito mais aceitável. **(310)**

Um exemplo ilustrara esse ponto. Podemos, pensamos, descrever o governo de NAPOLEÃO, quando *primeira cônsul*, como uma ditadura militar. Na época, uma das necessidades políticas mais prementes era uma pacificação religiosa que pudesse pôr ordem no caos deixado pela Revolução e pelo Diretório e trazer a paz a milhões de corações. Isso ele o conseguiu através de uma série de golpes de mestre, culminando com uma concordata com o papa (1801) e os *artigos orgânicos* (1802) que, reconciliando o irreconciliável, proporcionaram a medida certa de liberdade de adoração religiosa, ao mesmo tempo que reforçavam fortemente a autoridade do Estado. Ele reorganizou e financiou novamente a Igreja Católica francesa, solucionou a delicada questão do clero *constitucional* e, com o maior êxito possível, lançou o novo sistema com um

mínimo de oposição. Se já houve algum dia qualquer justificação para a opinião de que o povo deseja realmente algo definido, esse acordo constitui um dos melhores exemplos da História. O fato será óbvio para todos os que estudarem a estrutura de classes da França naquela época e é amplamente confirmado pelo fato de que a política eclesiástica contribuiu de maneira pronunciada para a popularidade quase total gozada pelo regime consular. Mas é difícil imaginar como esse resultado poderia ter sido conseguido num regime democrático. O sentimento anticlerical não morrera e de nenhuma maneira estava limitado aos derrotados jacobinos. Os jacobinistas, ou seus líderes, não poderiam ter-se acomodado até esse ponto*. (** As assembleias legislativas, embora acovardadas, como estavam, na verdade não apoiaram NAPOLEÃO nessa política. E alguns dos seus principais paladinos se opuseram a ela.* Do outro lado da balança, uma forte onda de furioso sentimento católico ganhava força sem cessar. Os que partilhavam desse sentimento, ou que dependiam de sua boa vontade, não poderiam provavelmente ter parado diante do limite imposto por NAPOLEÃO. E, particularmente, não poderiam ter tratado com tanta firmeza a Santa Sé, para a qual não havia, além disso, qualquer motivo para ceder, tendo em vista o rumo que tomavam as coisas. E os camponeses, que mais do que qualquer coisa desejavam seus padres, igrejas e procissões, teriam sido paralisados pelo receio muito natural de que a pacificação revolucionária da questão da terra corresse risco logo que o clero (e, especialmente, os bispos) estivesse no poder novamente. O impasse ou a luta interminável, criando e aumentando a irritação, teria sido o resultado mais provável de qualquer tentativa de resolver a questão democraticamente. NAPOLEÃO, no entanto, conseguiu solucioná-la satisfatoriamente, sobretudo porque (312) todos esses grupos, que não cederiam por vontade própria, podiam e estavam dispostos a aceitar o acordo, se imposto.

Não se trata, evidentemente, de um exemplo isolado*. (** Outros exemplos poderiam ser deduzidos das ações de NAPOLEÃO. Ele era um autocrata que, em todos os casos que não interessavam à sua política dinástica e estrangeira, esforçava-se simplesmente para fazer aquilo que julgava ser desejo ou necessidade do povo. Foi justamente esse o sentido do conselho que deu a EUGÈNE BEAUHARNAIS sobre a administração deste último no norte da Itália.*) Se os resultados satisfatórios para o povo em geral, a longo prazo, são considerados o teste do governo para o povo, então o governo do povo, da maneira entendida pela doutrina clássica da democracia, dificilmente a eles corresponderia.

III. A NATUREZA HUMANA NA POLÍTICA

Resta tratar agora da nossa pergunta a respeito da determinação e independência da vontade do eleitor, seus poderes de observação e interpretação de fatos, e capacidade de tirar, clara e prontamente, inferências racionais de ambos. Esse assunto inclui-se num capítulo da Psicologia Social que poderia ser intitulado *A Natureza Humana na Política**. (* Esse é o título franco e atraente de um livro escrito por um dos mais agradáveis dos radicais ingleses, GRAHAM WALLAS. A despeito de tudo que desde aquela ocasião se escreveu sobre o assunto e, especialmente, à parte todos os casos típicos que tornam hoje possível um estudo mais claro da situação, esse livro merece ainda ser recomendado como a melhor introdução à psicologia política. Não obstante, depois de ter exposto com honestidade admirável suas observações contra a aceitação simplória da doutrina clássica, ele falha em tirar as conclusões óbvias. Isso é ainda mais notável porque ele insiste corretamente na necessidade de uma atitude de espírito científica e não deixa de censurar LORD BRYCE por ter-se, em seu livro sobre a comunidade americana, confessado sombriamente decidido a ver uma nesga de céu azul entre as nuvens de fatos decepcionantes. Que, parece dizer GRAHAM WALLAS, poderemos pensar de um meteorologista que insiste desde o início que viu um pedaço de céu azul? Apesar disso, na parte construtiva do livro, ele adota mais ou menos o mesmo ponto-de-vista.)

Na segunda metade do último século, a idéia da personalidade humana como unidade homogênea, e conceito de uma vontade definida, que lhe servia de mola propulsora, começou a desaparecer, gradual, mas incessantemente, antes mesmo da época de THÉODULE RIBOT e SIGMUND FREUD. Em particular, essas opiniões foram cada vez mais ignoradas no campo das Ciências Sociais, onde a importância do elemento irracional e extra-racional no comportamento recebera mais e mais atenção, como se pode ver no *Mind and Society*, de (313) PARETO. Entre as muitas fontes de provas que se acumularam contra a hipótese da racionalidade, mencionaremos apenas duas.

A primeira (a despeito de trabalho posterior mais cuidadoso) pode ser vinculada ainda ao nome de GUSTAVE LE BON, fundador ou pelo menos o primeiro expositor competente da psicologia das multidões (*psychologie des foules*),* (* A palavra alemã *Massenpsychologie* exige uma advertência: a psicologia das multidões não deve ser confundida com a psicologia das massas. A primeira não possui necessariamente uma conotação de classe e, em si mesma, nada tem a ver com as maneiras de pensamento e sentimentos, digamos, da classe operária.) Ao mostrar, embora exagerando, as realidades do comportamento humano sob a influência da aglomeração — particularmente, o desaparecimento súbito, num estado' de excitação, dos freios morais e maneiras civilizadas de pensamento e sentimento, e a súbita erupção de impulsos primitivos, infantilismo e tendências criminais — ele nos levou a enfrentar os fatos hediondos que todos conheciam, mas ninguém desejava ver. E, com essa ação, ele

desfechou um sério golpe nas idéias sobre a natureza do homem que servem de base à doutrina clássica da democracia e ao folclore democrático sobre as revoluções. Sem dúvida, e possível criticar a estreiteza dos fatos que serviram de base às inferências de LE BON, os quais, por exemplo, não se ajustam bem ao comportamento normal da multidão inglesa ou anglo-americana. Os críticos, especialmente aqueles que não aceitavam as inferências desse *turno* da Psicologia Social, não deixaram de explorar ao máximo os seus pontos vulneráveis. Mas, por outro lado, não se deve esquecer que os fenômenos da psicologia das multidões não estão absolutamente limitados à turba enfurecida nas estreitas ruas de cidades latinas. Todos os parlamentos, todos os comitês, todos os conselhos de guerra formados de generais sexagenários revelam, por menor que seja o grau, alguns dos aspectos que surgem tão claramente no caso da ralé, e, em particular, menor senso de responsabilidade, grau mais baixo de energia mental e maior sensibilidade a influências não-lógicas. Ademais, esses fenômenos não estão limitados à multidão no sentido de aglomeração física de numerosas pessoas. Leitores de jornal, audiências de rádio, membros de partidos políticos, mesmo quando não fisicamente reunidos, podem ser facilmente transformados psicologicamente em multidão e levados a um estado de frenesi, no qual qualquer tentativa de se apresentar um argumento racional desperta apenas instintos animais.

A outra fonte contrária de prova que iremos mencionar é muito mais humilde. Dela não corre sangue, apenas absurdo. Os economistas, (314) ao aprenderem a observar mais cuidadosamente os fatos, começaram a descobrir que, até mesmo nos aspectos mais comuns da vida diária, os consumidores não correspondem à idéia habitualmente sugerida pelos manuais econômicos. Por um lado, suas necessidades não são absolutamente tão definidas, e as ações provocadas por essas necessidades, nada que pareça racional e imediato. Por outro lado, eles são tão sensíveis à influência da publicidade e outros métodos de persuasão que os produtores muitas vezes parecem antes orientar do que serem orientados por eles. A técnica da boa publicidade é particularmente instrutiva. Há realmente em quase todos os casos um apelo à razão. Mas a mera afirmação, repetida constantemente, vale mais do que o argumento racional, assim também como o ataque direto ao subconsciente, que toma a forma de tentativas de evocar e cristalizar associações agradáveis de uma natureza extra-racional e, muitas vezes, sexual.

A conclusão, embora óbvia, deve ser tirada com cuidado. No curso de decisões

freqüentemente repetidas, o indivíduo é submetido à influência salutar e radonalizante de experiências favoráveis e desfavoráveis. Sofre também a influência de motivos e interesses relativamente simples e sem problemas que apenas ocasionalmente dão motivos à agitação. Historicamente, o desejo de ter um sapato pode ter sido provocado, pelo menos em parte, pela ação do produtor, fabricando um calçado atraente e fazendo o possível para vendê-lo. Contudo, em todas as ocasiões é uma necessidade real, cuja firmeza estende-se além da idéia de *sapatos em geral*, e cujo uso prolongado pode ter eliminado a maior parte da irracionalidade que podia tê-la cercado originariamente*. (** Na passagem acima, a irracionalidade significa a incapacidade de agir racionalmente para realizar um determinado desejo. Não se refere à razoabilidade do próprio desejo, na opinião do observador. É importante notar esse ponto porque os economistas, ao estudar a extensão da irracionalidade dos consumidores, algumas vezes o exageram, confundindo as duas coisas. Por conseguinte, roupas de luxo numa operária de fábrica podem parecer a um professor indicação de comportamento irracional, para o qual não há outra explicação senão a arte dos publicitários. Na verdade, pode ser tudo o que ela aspira na vida. Se for assim, as despesas com roupas podem ser idealmente racionais no sentido acima.*) Além disso, sob o estímulo desses motivos simples, os consumidores aprendem a agir em certos campos (casas e automóveis, por exemplo) sob a orientação de técnicos imparciais. E se tornam técnicos em outros. Não é absolutamente verdadeiro que as donas-de-casa sejam facilmente enganadas em questão de alimentos, aparelhos domésticos *familiares*, roupas, etc. E como todo vendedor (315) sabe, para sofrimento seu, a maioria tem o hábito de insistir exatamente nas coisas que deseja.

Isso naturalmente é ainda mais verdadeiro no caso do produtor. O industrial pode, sem dúvida, ser indolente, mau juiz de oportunidades e incompetente de outras maneiras. Mas há em funcionamento um eficiente mecanismo que o reformará ou eliminará. O taylorismo repousa sobre o fato de que o homem pode realizar operações manuais simples durante milhares de anos e ainda assim fazê-las ineficientemente. Mas nem a intenção de agir tão racionalmente quanto possível e nem uma pressão constante para a racionalidade podem ser seriamente cogitadas em qualquer nível de atividade industrial ou comercial que queiramos estudar*. (** Esse nível é diferente, por certo, não apenas entre épocas e lugares, mas, também, em determinados tempo e lugar, entre diferentes setores e classes industriais. Não existe um conceito universal de racionalidade.*)

A mesma coisa acontece com a maioria das decisões da vida diária, situadas dentro do pequeno campo que a mente do homem pode abarcar com inteira compreensão de sua realidade. A grosso modo, consiste das coisas que interessam diretamente ao indivíduo, sua família, negócios, *hobbies*, amigos e inimigos, cidade ou bairro, classe, igreja, sindicato ou qualquer grupo social de que ele seja membro ativo, enfim, as coisas sob sua observação direta,

os fatos que lhe são familiares independentemente do que o jornal diz, que ele pode influenciar ou decidir diretamente e para as quais ele desenvolve uma espécie de responsabilidade, induzida por uma relação direta entre os efeitos favoráveis e desfavoráveis de um determinado curso de ação.

Repetimos, mais uma vez, que a certeza e a racionalidade de pensamento e ação * não são conseqüências dessa familiaridade com homens e coisas ou do senso de responsabilidade ou realidade. (** A racionalidade de pensamento e a de ação são duas coisas inteiramente diferentes. A primeira não implica necessariamente a segunda. E a última pode apresentar-se sem qualquer deliberação consciente e à parte a habilidade de formular corretamente os motivos lógicos de ação. O observador, sobretudo o observador que utiliza os métodos de entrevista e questionários, amiúde esquece esse fato e, portanto, forma uma idéia exagerada da importância da irracionalidade no comportamento. Temos aqui uma outra fonte desses exageros, que encontramos corriqueiramente.*) Muitas outras condições que deixam de ser realizadas seriam necessárias para isso. Vamos dar um exemplo: geração após geração podem sofrer com o comportamento irracional em questões de higiene e, ainda assim, ser incapazes de ligar esses sofrimentos a hábitos nocivos. Enquanto isso não for feito, as conseqüências objetivas, por mais repetidas que sejam, (316) por certo não produzem experiências subjetivas. Por isso mesmo, foi difícil à humanidade compreender a relação entre a infecção e as epidemias. Até o fim do século XVIII, os médicos quase nada faziam para impedir que portadores de moléstias infecciosas, como sarampo e varíola, entrassem em contato com outras pessoas. E as coisas podem ser ainda piores nos casos em que há não apenas incapacidade, mas relutância em reconhecer uma relação de causa e efeito ou quando algum interesse impede que se reconheça isso.

Não obstante, e a despeito de todas as limitações, abre-se para todos, fazendo parte de um horizonte muito mais largo, campo mais estreito (diferindo acentuadamente entre grupos e indivíduos diferentes e limitados por uma larga zona, e não uma estreita linha) que se distingue por um senso de realidade, familiaridade e responsabilidade. Esse campo abriga vontades individuais relativamente definidas. Essas vontades podem-nos parecer ininteligíveis, estreitas, egoísticas. E muitos podem deixar de perceber porque, quando se trata de decisões políticas, nós adoramos nossa capela e, ainda menos, porque devemos contar cada uma isoladamente e nenhuma delas mais de uma vez. Se, contudo, resolvemos render culto à vontade do povo, pelo menos não encontramos a capela vazia*. (** Deve-se observar que, ao falar de volições definidas e autênticas, o autor não pretende alçá-las à posição de dados máximos para todos os tipos de análise social. Evidentemente, elas são produtos de um processo e de um meio social. Pensamos, sim, que podem servir como dados para o tipo especial de análise que interessa ao*

especialista quando baseia os preços nos gostos ou necessidades, que são considerados dados em determinado momento e não precisam ser analisados outra vez. Da mesma maneira, podemos, para os nossos fins, falar de volições definidas e autênticas que existem independentemente dos esforços para produzi-las artificialmente, embora reconheçamos que essas volições genuínas são resultado de influências ambientes do passado, inclusive influências propagandísticas. Essa distinção entre vontade autêntica e artificialmente manufaturada (veja adiante) é difícil e não pode ser aplicada a todos os casos, para todos os fins. No nosso caso, no entanto, é suficiente para assinalar um fato que é confirmado pelo bom senso

Essa relativa firmeza de vontade e racionalidade de comportamento não desaparece subitamente quando deixamos de lado os interesses da vida diária no lar e nos negócios, que nos educam e disciplinam. Há, no campo dos negócios públicos, setores que são mais compreensíveis do que outros. Isto é verdadeiro, por exemplo, no caso dos assuntos locais. Mas ainda aí encontramos uma capacidade reduzida de discriminar entre fatos, uma reduzida disposição para agir neles baseado, e um reduzido senso de responsabilidade. Todos nós conhecemos o homem (e, freqüentemente, é uma boa pessoa) que diz que a administração pública local não o interessa e encolhe **(317)** os ombros com indiferença diante de práticas que preferia morrer a deixar que acontecessem no seu próprio escritório. Cidadãos de espírito elevado e reformador, que pregam a responsabilidade do leitor ou contribuinte individual, descobrem invariavelmente que o eleitor não se sente responsável pelo que fazem os políticos locais. Ainda assim, especialmente em comunidades que não são grandes demais para impedir os contatos pessoais, o patriotismo local pode constituir um fator muito importante no *funcionamento da democracia*. Os problemas de uma pequena cidade são também muito semelhantes aos problemas de muitas indústrias. O homem que entende os últimos, de certa maneira entenderá os primeiros. O industrial, o dono de armazém ou o operário não precisam abandonar seu mundo particular para adquirir uma noção racional (que pode, evidentemente, ser certa ou errada) sobre a limpeza urbana ou próprios municipais.

Em segundo, há muitos assuntos nacionais que interessam aos indivíduos e grupos tão direta e iniludivelmente que provocam vontades genuínas e bastante definidas. O exemplo mais importante é o fornecido pelos casos que envolvem lucros pecuniários imediatos e pessoais para o eleitor e grupos de eleitores, tais como pagamentos diretos alfandegários, tarifas protetoras, a política de proteção da prata, etc. Experiência que remonta à antigüidade indica que, de maneira geral, os eleitores reagem imediata e racionalmente nesses casos. Mas a doutrina clássica de democracia evidentemente tem muito pouco a ganhar com exemplos de racionalidade desse tipo. Os eleitores, com isso, demonstram serem juizes maus e corruptos dessas questões, * e

amiúde maus juizes dos seus próprios interesses a longo prazo, pois tomam em consideração politicamente apenas a promessa a curto prazo, e a racionalidade a curto prazo é a única que realmente prevalece. (** Os adeptos de BENTHAM ignoraram completamente esse fato porque não estudaram as possibilidades de corrupção da massa no capitalismo moderno. Cometendo, na teoria política, o mesmo erro que perpetraram na teoria econômica, não tiveram escrúpulos em afirmar que o povo era o melhor juiz dos seus interesses individuais e que esses interesses deviam necessariamente coincidir com os interesses de todas as pessoas. Evidentemente, tornou-se mais fácil para eles assumir essa atitude porque, na verdade, embora não intencionalmente, filosofavam em termos de interesses burgueses, que se beneficiariam mais com um Estado sóbrio do que com o suborno direto.*)

No entanto, quando nos afastamos ainda mais dos interesses privados da família e do escritório e mergulhamos no domínio dos negócios nacionais e internacionais que carecem de vínculo direto e inconfundível com esses interesses, o conhecimento dos fatos e os métodos de inferência deixam logo de satisfazer às necessidades **(318)** da doutrina clássica. O que mais nos impressiona e parece ser o âmago de toda a dificuldade é que o senso de realidade seja tão completamente perdido. Normalmente, as grandes questões políticas tomam seu lugar na economia psíquica do cidadão típico lado a lado com os interesses das horas de lazer, que não alcançaram ainda a posição de *hobbies*, e com assuntos sem importância. Essas questões parecem tão distantes. Não são absolutamente iguais às questões de negócios. Os perigos podem não se materializar, e mesmo que se materializem, podem não ser assim tão sérios. Sentimo-nos como se nos movêssemos num mundo de ficção.

Esse reduzido senso de realidade explica não apenas a existência de um reduzido senso de responsabilidade, mas também a ausência de uma vontade eficaz. O indivíduo fala, deseja, sonha, resmunga. E, principalmente, sente simpatias e antipatias. Mas, ordinariamente, esses sentimentos não chegam a ser aquilo que chamamos de *vontade*, o correspondente psíquico da ação responsável e intencional. De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ela possa se desenvolver. Ele é membro de um comitê incapaz de funcionar — o comitê formado por toda a nação — e é por isso mesmo que emprega menos esforço disciplinado para dominar um problema político do que gasta numa partida de *bridge**. (** O ponto ficará mais esclarecido se nos perguntarmos por que se encontra muito mais inteligência e clareza mental numa mesa de jogo de bridge do que, digamos, numa discussão política entre leigos. Na mesa de jogo temos um trabalho definido; regras para nos disciplinar; o êxito e o fracasso estão claramente definidos, e somos impedidos de atuar insensatamente, pois todos os erros não apenas se tornarão imediatamente evidentes, mas serão contados contra nós. Essas condições, que não são preenchidas no comportamento político do homem comum,*

mostram porque na política ele carece da sagacidade de julgamento que pode revelar na sua profissão.)

O senso de responsabilidade reduzido e a ausência de vontade efetiva, por outro lado, explicam a ignorância do cidadão comum: e a falta de bom senso em assuntos de política interna e externa. Essa ignorância é ainda mais chocante no caso de pessoas educadas e muito ativas em esferas não-políticas da vida, do que no de pessoas sem educação e de situação mais humilde. Mas, no caso, isto não parece fazer qualquer diferença. Tampouco admira que seja assim. Precisamos comparar apenas, para perceber a diferença, a atitude do advogado em relação ao caso que estuda e a sua atitude diante de fatos políticos comentados nos jornais. Na primeira hipótese, o (319) advogado está em condições de perceber a importância jurídica dos fatos, graças a anos de trabalho consciencioso sob o estímulo do desejo de firmar sua competência profissional. Sob um estímulo que não é menos poderoso, ele concentra seus conhecimentos, seu intelecto e sua vontade no estudo do caso. Na outra hipótese, verificamos que ele nunca se preocupou em preparar-se. Não se interessa em absorver a informação e submetê-la aos cânones da crítica, que ele sabe utilizar tão bem. E fica impaciente com argumentos longos e complicados. Tudo isto mostra que, sem a iniciativa que tem origem em responsabilidades imediatas, a ignorância persistirá, mesmo em face de uma massa de informações por mais completa e correta que ela seja. E persiste mesmo diante do esforço meritório que se faz atualmente por meio de conferências, aulas e grupos de debate de apresentar não somente os fatos, mas ensinar como usá-los. Os resultados não são nulos, mas são pequenos. Não se pode carregar uma pessoa escada acima.

O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político. Argumenta e analisa de uma maneira que ele mesmo imediatamente reconheceria como infantil na sua esfera de interesses reais. Torna-se primitivo novamente. O seu pensamento assume o caráter puramente associativo e afetivo. E isto acarreta duas outras conseqüências de sombria significação.

Em primeiro lugar, mesmo que não houvesse grupos políticos tentando influenciá-lo, o cidadão típico tenderia na esfera política a ceder a preconceitos ou impulsos irracionais ou extraracionais. A fraqueza do processo racional que ele aplica à política e a ausência real de controle lógico sobre os resultados seriam bastantes para explicar esse fato. Ademais, simplesmente

porque não está interessado, ele relaxará também seus padrões morais habituais e, ocasionalmente, cederá à influência de impulsos obscuros, que as condições de sua vida privada ajudam a reprimir. Mas, no que tange à sabedoria e racionalidade de suas inferências e conclusões, seria igualmente mal se ele explodisse em manifestações de generosa indignação. Nesta última hipótese, tornar-se-á ainda mais difícil para ele ver as coisas nas suas proporções corretas ou mesmo ver mais de um único aspecto da questão de cada vez. Daí se deduz que, se emergir de sua incerteza habitual e revelar a vontade definida postulada pela doutrina clássica da democracia, ele se tornará ainda **(320)** mais obtuso e irresponsável do que habitualmente. Em certas circunstâncias, isto poderá ser fatal para a nação*. (** Não se pode pôr em dúvida a importância dessas explosões. Mas cabe duvidar de sua autenticidade. A análise mostrará em muitos casos que elas foram provocadas pela ação de algum grupo e que não ocorreram espontaneamente entre o povo. Nesse caso, passam a fazer parte de uma (segunda) classe de fenômenos, que estudaremos dentro em breve. Pessoalmente, não acreditamos na existência de exemplos autênticos. Mas não estamos tão certos de que a análise mais profunda não revele, no fundo, algum trabalho psicotécnico.*)

Em segundo, contudo, quanto mais débil o elemento lógico nos processos da mentalidade coletiva e mais completa a ausência de crítica racional e de influência racionalizadora da experiência e responsabilidade pessoal, maiores serão as oportunidades de um grupo que queira explorá-las. Tais grupos podem consistir de políticos profissionais, expoentes de interesses econômicos, idealistas de uni tipo ou outro, ou de pessoas simplesmente interessadas em montar e dirigir espetáculos políticos. A sociologia desses grupos não tem importância para o nosso argumento. O importante é que, sendo a *natureza humana na política* aquilo que sabemos, tais grupos podem modelar e, dentro de limites muito largos, até mesmo criar a vontade do povo. Na análise dos processos políticos, por conseguinte, descobrimos não uma vontade genuína, mas artificialmente fabricada. E, amiúde, esse produto é o que realmente corresponde à *volonté générale* da doutrina clássica. E, na medida que assim é, a vontade do povo é o resultado e não a causa primeira do processo político.

As maneiras em que os fatos e a vontade popular sobre qualquer assunto são manipulados correspondem exatamente aos métodos da publicidade. Descobrimos as mesmas tentativas de entrar em contato com o subconsciente. Encontramos as mesmas técnicas de criar associações favoráveis e desfavoráveis, que são mais eficientes quanto menos racionais. Deparamo-nos com as mesmas evasivas e reticências e com o mesmo truque de criar uma opinião pela afirmação reiterada, que obtém êxito precisamente na medida em que evita o argumento racional e o perigo de despertar as faculdades críticas do povo. E assim por diante. Acontece apenas que

essas artes têm campo de ação infinitamente mais vasto na esfera dos negócios públicos do que no campo da vida privada e profissional. O retrato da moça mais linda do mundo será incapaz, a longo prazo, de manter as vendas de uma péssima marca de cigarros. No caso das decisões políticas, não existe garantia igualmente tão eficaz. Muitas decisões de importância decisiva são de tal natureza que se torna impossível ao público experimentá-las na sua maneira habitual e a um custo moderado. Mesmo que isso (321) fosse possível, todavia, o julgamento, de maneira geral, não pode ser alcançado tão facilmente como no caso do cigarro, porque seus efeitos são de interpretação mais difícil.

Mas essas artes viciam também, numa medida inteiramente desconhecida no campo da publicidade comercial, as formas de propaganda política que alegam dirigir-se à razão. Para o observador, o apelo anti-racional, ou pelo menos extra-racional, e o desamparo de vítima surgem mais e mais claros quando disfarçados em fatos e argumentos. Vimos acima porque é tão difícil transmitir ao público uma informação imparcial sobre problemas políticos e nela basear inferências logicamente corretas e por que essa informação e argumentos políticos *pegam* apenas se acomodam às idéias preconcebidas do cidadão. De maneira geral, contudo, essas idéias não são suficientemente definidas para determinar certas conclusões. Uma vez que elas podem ser manufaturadas, o argumento político eficiente implica quase inevitavelmente a tentativa de torcer as premissas volitivas existentes em uma forma particular, e não simplesmente na tentativa de executá-las ou ajudar ao indivíduo a formar uma opinião.

As informações e argumentos que realmente impressionam ao cidadão, por conseguinte, provavelmente servem a algum fim político. E uma vez que a primeira coisa que o homem faz por seu ideal ou interesse é mentir, esperamos, e na verdade descobrimos, que a informação eficiente é quase sempre adulterada ou seletiva * e que o raciocínio eficiente em política consiste sobretudo em exaltar certas proposições e transformá-las em axiomas, e eliminar outras. (* *A informação seletiva, se correta em si mesma, constitui uma tentativa de mentir dizendo a verdade.*) E nisso se reduz a psicotécnica mencionada acima. O leitor que nos considerar indevidamente pessimista precisa apenas recordar se já ouviu alguém dizer (ou pensou) que este ou aquele fato desagradável não deve circular publicamente ou que certa linha de argumento, embora válida, é indesejável. Se certos homens, que de acordo com os padrões habituais são perfeitamente honestos ou mesmo de mentalidade superior, aceitam essas implicações, não mostrarão eles o que pensam sobre os

méritos e mesmo a existência da vontade do povo?

Há evidentemente limites a tudo isso. (* *Admissivelmente podem-se revelar com maior clareza se os casos são decididos mais amiúde por referendam. Os políticos provavelmente sabem por que são quase invariavelmente hostis a essa instituição.*) E há verdade também nas palavras de JEFFERSON de que, no fim, o povo é mais sábio do que qualquer indivíduo isolado, ou na opinião de LINCOLN sobre a impossibilidade de "enganar o povo, todo o tempo". Ambos os (322) pronunciamentos destacam de maneira altamente significativa a questão do tempo. É possível, sem dúvida, argumentar que, em um determinado período de tempo, a psique coletiva poderá desenvolver opiniões que, muitas vezes, nos parecem muito razoáveis e mesmo argutas. A História, todavia, consiste de uma sucessão de situações a curto prazo que podem alterar para sempre o curso dos acontecimentos. Se o povo pode, a curto prazo, ser gradualmente *enganado* e levado a fazer algo que não deseja, e se essa hipótese não se tratar de caso excepcional que podemos ignorar, então, nenhuma medida de bom senso retrospectivo alterará o fato de que, na realidade, ele nem provoca nem decide casos, mas que os fatos que lhe modelam o destino são habitualmente equacionados e decididos em seu nome. Mais do que qualquer outra pessoa, o amante da democracia tem todas as razões para aceitar esse fato e defender seu credo contra a acusação de que ele se acha baseado sobre uma ficção.

IV. RAZÕES PARA A SOBREVIVÊNCIA DA DOUTRINA CLÁSSICA

Mas como é possível que doutrina tão patentemente contrária aos fatos tenha sobrevivido até hoje e continuado a ocupar um lugar no coração do povo e na linguagem oficial dos governos? Os fatos que a contradizem são bem conhecidos: todos os admitem com uma total, e às vezes cínica, franqueza. A sua base teórica, o racionalismo utilitário, está morta. Ninguém a aceita como teoria correta do corpo político. Apesar disso, a resposta não é difícil de encontrar.

Acima de tudo, embora a doutrina clássica da ação coletiva possa não estar justificada pelos resultados da análise empírica, está fortemente apoiada pela associação com a fé religiosa, que mencionamos acima. À primeira vista, essa relação, pode não ser clara. Os líderes utilitários foram tudo, menos *religiosos*, no sentido usual da palavra. De fato, eles se consideravam anti-

religiosos e assim eram considerados quase unanimemente. Orgulhavam-se do que consideravam uma atitude rigorosamente não-metafísica e não simpatizavam com as instituições e movimentos religiosos de sua época. Mas precisamos apenas examinar novamente o quadro que eles desenharam do processo social para descobrir que o mesmo incorporava aspectos básicos da fé protestante cristã e, na verdade, nela foi inspirado. O credo utilitário constituía um substituto para o intelectual que havia renunciado à fé religiosa. No caso de muitos outros que conservaram a fé, a doutrina clássica tornou-se o seu complemento político*. (** Observe a analogia com a crença socialista, que constitui também um substituto para a crença cristã em alguns casos, e complemento, em outros.*)

(323)

Transposta assim para a categoria de religião, a doutrina, e, conseqüentemente, o credo democrático nela baseado, modifica-se radicalmente. Não há mais necessidade de escrúpulos lógicos sobre o *bem comum* e os *valores supremos*. Tudo isto está resolvido para nós pelo plano do Criador, cujo objetivo a tudo define e sanciona. Tudo aquilo que anteriormente parecia indefinido e sem motivo, torna-se subitamente bem definido e convincente. A voz do povo, que é a voz de Deus, por exemplo. Ou tomemos o caso da *igualdade*. Não há dúvida possível sobre a sua significação e dificilmente encontraríamos justificativa racional para exaltá-la e transformá-la em postulado enquanto permanecermos na esfera da análise empírica. Mas o cristianismo abriga um forte elemento igualitarista. O Redentor morreu por todos nós: não discriminou entre indivíduos de diferentes *status* sociais. Ao igualar a todos, ele confirmou o valor intrínseco da alma individual, um valor que não admite gradação. Não será isto uma sanção e, parece-nos, a única sanção possível * de que "o homem vale apenas por um e ninguém mais por mais de um", uma sanção que empresta um significado supermundano aos artigos do credo democrático, para os quais dificilmente encontraremos qualquer outro? (** Pode-se objetar que, por mais difícil que seja atribuir um significado geral à palavra igualdade, tal significado pode ser extraído do seu contexto na maioria dos casos, senão e-n todos. Pode ser cabível, por exemplo, inferir das circunstâncias em que foi proferido o discurso de Gettysburg que, através da "proposição de que todos os homens nascem livres e iguais", LINCOLN referia-se apenas à igualdade do ilatus legal, em contraste com a desigualdade que está implícita na aceitação da escravidão. Esse significado seria suficientemente definido. Mas se perguntamos por que essa proposição deve ser moral e politicamente obrigatória e se recusamos responder "por que todos os homens são, por natureza, exatamente iguais a todos os outros homens", resta-nos apenas a sanção divina, fornecida pela religião cristã. Essa solução está aparentemente implícita na palavra nascem. Para sermos exatos, essa explicação não abrange todo o assunto. Não obstante, na medida em que o faz, parece explicar muitos fenômenos que de outra maneira seriam inexplicáveis e, de fato, sem sentido. Em particular, explica a atitude do crente em relação à crítica. E mais uma vez, como no caso do socialismo, a dissensão é considerada não apenas erro, mas pecado,*

também. Provoca não apenas contra-argumentos lógicos, mas também a indignação moral.

Podemos equacionar nosso problema de outra maneira e dizer que a democracia, quando condicionada dessa maneira, deixa de ser um simples método que pode ser discutido racionalmente, como um motor a vapor ou um desinfetante. Torna-se, na verdade, aquilo que, de outro ponto-de-vista, consideramos incapaz de tornar-se, isto é, um ideal, ou melhor, parte de um sistema ideal de coisas. A palavra **(324)** torna-se uma bandeira, um símbolo de tudo que o homem admira, de tudo que ama em seu país, seja razoavelmente justificado ou não. Por um lado, a questão de se saber de que maneira as várias proposições implicadas na crença democrática são relacionadas aos fatos da política torna-se irrelevante para ele, da mesma maneira que não tem importância para o crente católico a questão de saber de que maneira as ações de ALEXANDRE VI se combinam com o halo sobrenatural que cerca o cargo de papa. Por outro, o democrata desse tipo, embora aceitando postulados que trazem inerentes grandes implicações sobre igualdade e fraternidade, poderá aceitar também, com toda a sinceridade, qualquer desvio desses ideais que seu próprio comportamento e sua posição possam envolver. Essa contradição não é nem mesmo ilógica. A mera distância que o separa da realidade não constitui argumento contra uma máxima ética ou uma esperança mística.

Em segundo, as formas e frases ligadas à democracia clássica estão em muitas nações associadas a fatos e acontecimentos da História que são entusiasticamente aprovados por grande maioria. A oposição a um regime estabelecido provavelmente usará essas formas e frases, qualquer que seja seu significado e raízes sociais. ⁻² Se prevalecer e os acontecimentos subsequentes forem satisfatórios, essas formas deitarão raízes na ideologia nacional.

Os Estados Unidos constituem, neste particular, um exemplo notável. A sua própria existência como Estado soberano está ligada à luta contra a Inglaterra monárquica e aristocrática. Com exceção de uma minoria de legalistas, os americanos haviam provavelmente deixado de considerar, ao tempo da administração de GRENVILLE, o monarca inglês como *seu* rei e a aristocracia britânica como *sua* aristocracia. Na Guerra da Independência eles combateram o que se tornara, de fato e por sentimento, um monarca e uma aristocracia, estrangeiros que interferiam nos seus interesses políticos e econômicos. Ainda assim, desde o início do conflito eles apresentaram a causa, que era realmente nacional, como a causa do *povo*

contra *dirigentes*, em termos de direitos inalienáveis do homem e à luz dos princípios gerais da democracia clássica. O fraseado da Declaração da Independência e da Constituição adotou esses princípios. Seguiu-se um desenvolvimento prodigioso que absorveu e satisfaz à maioria do (325) povo e, por conseguinte, pareceu justificar a doutrina corporificada nos documentos sagrados da nação.

As oposições raramente vencem quando os grupos dirigentes se encontram no auge do poder e sucesso. Na primeira metade do século XIX, as oposições que professavam o credo clássico da democracia cresceram de importância e finalmente prevaleceram contra governos, alguns dos quais, especialmente na Itália, encontravam-se realmente em estado de decadência e haviam-se tornado exemplos proverbiais de incompetência, brutalidade e corrupção. Naturalmente, embora não logicamente, tudo isso redundou em crédito para a crença, a qual, além de tudo, destacava-se com vantagem quando comparada às superstições obscurantistas defendidas por esses governos. Nessas circunstâncias, a revolução democrática significava o advento da liberdade e da decência. O credo democrático constituía um evangelho de razão e melhoramento. Para sermos exatos, essa vantagem seria perdida e o abismo entre a doutrina e a prática da democracia viria a ser descoberto. O encanto desse amanhecer, todavia, desapareceria apenas muito lentamente.

Em terceiro, não se deve esquecer que há situações sociais nas quais a doutrina clássica se ajustará realmente aos fatos com bastante aproximação. Como observamos acima, isso acontece em sociedades pequenas e primitivas que, realmente, serviram de protótipo para os autores da citada doutrina. Pode acontecer também em sociedades que não sejam primitivas, contanto que não sejam excessivamente diferenciadas e não abriguem problemas sérios. A Suíça seria o melhor exemplo, neste último caso. Há tão poucos motivos de discussão num país de camponeses que, excetuando-se a indústria hoteleira e os bancos, não possui grande indústria e são tão simples e estáveis os problemas da política pública, que se pode esperar que a maioria do povo os entenda e concorde a respeito deles. Mas, se chegamos à conclusão de que, nesses casos, a doutrina clássica se aproxima da realidade, devemos acrescentar logo que o faz não porque descreva um mecanismo eficiente de decisão política, mas apenas porque não há grande decisões a serem tomadas. Finalmente, podemos invocar mais uma vez o caso dos Estados Unidos para mostrar que a doutrina clássica parece algumas vezes se ajustar aos fatos, mesmo

numa sociedade que é numerosa e altamente diferenciada e na qual surgem grandes casos clamando por decisão, contanto que circunstâncias favoráveis neutralizem o perigo desses problemas. Até a entrada dos Estados Unidos na I Guerra Mundial, o espírito público interessava-se primariamente pela exploração das possibilidades econômicas do país. Enquanto os negócios não fossem seriamente prejudicados, nada **(326)** importava materialmente para o cidadão comum, que considerava com desprezo bem-humorado as palhaçadas dos políticos. Certas classes podiam ficar irritadas com a questão das tarifas aduaneiras, proteção da prata, mau governo local ou uma disputa ocasional com a Inglaterra. O povo em geral não se preocupava muito, exceto em um único caso de divergências sérias, que produziu o desastre nacional, a Guerra Civil.

Em quarto, naturalmente, os políticos apreciam o fraseado que lisonjeia as massas e oferece uma excelente oportunidade não apenas para evitar as responsabilidades, mas também para esmagar os adversários em nome do povo.

Capítulo 22

MAIS UMA TEORIA DE DEMOCRACIA

I. A LUTA PELA LÍDERANÇA POLÍTICA

ACREDITAMOS que, por estas alturas, a maioria dos estudiosos de política veio a aceitar a crítica formulada no capítulo anterior contra a doutrina clássica da democracia. Pensamos ainda que a maioria concorda também, ou concordará dentro em breve, em aceitar outra teoria que é muito mais exata e, ao mesmo tempo, salva do naufrágio maior número do que os defensores do método democrático realmente entendem por essa palavra. Da mesma maneira que a teoria clássica, a nossa pode ser definida em poucas palavras.

O leitor deve recordar que nossas principais dificuldades no estudo da teoria clássica centralizavam-se na afirmação de que *o povo* tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões e que manifesta essa opinião — numa democracia — pela escolha de *representantes* que se encarregam de sua execução. Por conseguinte, a seleção dos representantes é secundária ao principal objetivo do sistema democrático, que consiste em atribuir ao eleitorado o poder de decidir sobre assuntos políticos. Suponhamos agora que invertemos os papéis desses dois elementos e tornamos a decisão de questões pelo eleitorado secundária à eleição de representantes, que tomarão, neste caso, as decisões. Ou, em outras palavras, diremos agora que o papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que, por seu turno, formará o executivo nacional, * ou governo. (* *A equívoca palavra executivo, na realidade, significa coisa diferente. Mas deixa de significar se a usamos no sentido em que falamos dos administradores de sociedades anônimas, que, na verdade, fazem muito mais do que simplesmente executar a vontade dos acionistas.*) Nossa (328) definição passa então a ter o seguinte fraseado: o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.

A defesa e a explicação dessa idéia mostrarão rapidamente que, no que tange à plausibilidade das suposições e defensibilidade das afirmações, ela melhorará de maneira bem pronunciada a

teoria do processo democrático.

Contamos, acima de tudo, com um critério razoavelmente eficiente para distinguir o governo democrático de outros de tipos diferentes. Verificamos acima que a teoria clássica encontra dificuldades nesse ponto porque a vontade e o bem do povo podem ser, e em muitos casos históricos o foram, servidos tão bem ou melhor por governos que não podem ser considerados democráticos, de acordo com qualquer acepção tradicional da palavra. Estamos agora em posição algo melhor porque, até certo ponto, decidimos frisar o *modus procedendi*, cuja existência ou inexistência é fácil de verificar na maioria dos casos.

Uma monarquia parlamentar, como a inglesa, por exemplo, preenche os requisitos do método democrático porque o monarca está praticamente limitado \ nomear o gabinete que o próprio povo, como parlamento, elegeria. Uma monarquia *constitucional* não pode ser qualificada de democrática porque o eleitorado e o parlamento, embora tendo todos os outros direitos que têm o eleitorado e o parlamento nas monarquias parlamentares, carecem de poder para impor sua vontade quanto à constituição do ramo executivo do governo: neste caso, os ministros são servos do monarca, tanto em forma como em substância, e podem, em princípio, ser nomeados ou demitidos por ele. Tal sistema pode satisfazer ao povo. O eleitorado pode confirmar esse fato votando contra qualquer proposta de mudança. O monarca, por seu lado, é capaz de gozar de tanta popularidade que derrotaria qualquer pretendente ao cargo supremo. Mas, uma vez que não existe qualquer maquinaria para tornar possível essa pretensão, o caso não se inclui na nossa definição.

Em segundo, a teoria corporificada nesta definição deixa suficiente espaço para o devido reconhecimento do papel vital de liderança. A teoria clássica não previa esse fato. Como vimos acima, atribuía ao eleitorado um grau totalmente irrealista de iniciativa, que praticamente equivalia a ignorar a liderança. Mas os corpos coletivos atuam quase exclusivamente pela aceitação da liderança, que (329) é o mecanismo dominante em praticamente todas as ações coletivas que sejam mais do que simples reflexos. As afirmações sobre o funcionamento e os resultados do método democrático que levam esse fato em conta serão infinitamente mais realistas do que as proposições que o ignoram. Não se satisfarão com a execução da *volonté générale*, mas irão mais adiante para explicar como ela surge e como é substituída ou

falsificada. O fenômeno que chamamos de *vontade manufacturada* não escapa mais à teoria, uma aberração por cujo desaparecimento oramos piedosamente. Passa a fazer parte, como deve, da base da nossa construção.

Em terceiro, além disso, na medida em que há realmente vontades coletivas autênticas (por exemplo, a vontade dos desempregados de receber pensões por desemprego e a vontade de outros grupos de ajudar), nossa teoria não as negligencia. Pelo contrário, podemos agora colocá-las de maneira exata no papel que realmente desempenham. De maneira geral, essas vontades não se afirmam diretamente. Mesmo que fortes e definidas, elas permanecem latentes, muitas vezes durante décadas, até que são ressuscitadas por algum líder que as transforma em fatores políticos. Isso ele consegue, ou melhor, seus auxiliares conseguem ao organizar essas vontades, ao estimulá-las e ao incluir finalmente incentivos apropriados no seu programa de ação. A interação entre interesses regionais e opinião pública e a maneira em que eles produzem o conjunto de circunstâncias que chamamos de *situação política* aparecem, deste ponto-de-vista, sob uma luz nova e muito mais clara.

Em quarto, nossa teoria não é, naturalmente, mais definida do que o próprio conceito de luta pela liderança. Esse conceito apresenta dificuldades semelhantes ao conceito de concorrência na esfera econômica, com a qual pode ser utilmente comparado. A concorrência jamais está completamente ausente da vida econômica, mas raramente é perfeita. Da mesma maneira, há sempre alguma concorrência na vida política, embora talvez apenas potencial, pelo apoio do povo. No intuito de simplificar o caso, limitamos esse tipo de concorrência, que definirá a democracia, à concorrência livre pelo voto livre. Essa ação justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade. Mas, embora excluindo muitas (330) maneiras de se obter a liderança, que devem ser eliminadas, * tal como a concorrência por insurreição militar, não ignora casos que são extremamente semelhantes aos fenômenos econômicos, aos quais chamamos de concorrência *desleal, fraudulenta* ou limitação da concorrência. (* Exclui também métodos que não deviam ser excluídos, como, por exemplo, a aquisição da liderança política em face da aceitação tácita do povo, ou por eleição auasi per inspiratiotiem. A última difere da eleição pela votação apenas em sentido técnico. Mas a primeira não deixa de revestir certa importância, mesmo na política moderna. A preponderância de um chefe político dentro do seu partido é baseada muitas vezes em nada mais do que na aceitação tácita de sua liderança. Falando-se em termos relativos, todavia, acreditamos que se trata de

detalhes que podem ser ignorados em um trabalho como o nosso.) E não podemos excluí-los porque, de outra maneira, teríamos apenas uma democracia ideal, inteiramente irrealista*. (** Da mesma maneira que no campo econômico, certas restrições estão implícitas nos princípios legais e morais sustentados pela comunidade.*) Entre esse caso ideal que não existe e os casos nos quais toda a concorrência com o líder estabelecido é impedida pela força, existe um largo campo de variações, dentro do qual o método democrático de governo se transforma, por passos imperceptíveis, em autocrático. Mas, se desejamos compreender e não apenas filosofar, este é o curso mais indicado. O valor do nosso critério não será prejudicado pela diversidade dos tipos de democracia.

Em quinto, nossa teoria parece esclarecer a relação que subsiste entre a democracia e a liberdade individual. Se, pela última, entendemos a existência de uma esfera de autogoverno individual, cujas fronteiras são historicamente variáveis (*nenhuma* sociedade tolera a liberdade absoluta, mesmo de consciência ou palavra, e *nenhuma* sociedade a reduz a zero), a questão torna-se, evidentemente, uma questão de grau. Já vimos que o método democrático não garante necessariamente maior medida de liberdade individual do que qualquer outro método, em circunstâncias semelhantes. Pode acontecer justamente o contrário. Mas ainda assim existe relação entre as duas. Se, pelo menos por questão de princípios, todos forem livres para concorrer à liderança política * apresentando-se ao eleitorado, isto trará na maioria dos casos, embora não em todos, uma considerável margem de liberdade de expressão para *todos*. (** Livres no sentido em que qualquer pessoa pode abrir uma nova fábrica de tecidos.*) Em particular, significará habitualmente uma grande medida de liberdade de imprensa. Essa relação entre democracia e liberdade não é absolutamente rígida e pode ser modificada. Mas, do ponto-de-vista do intelectual, é, (331) apesar disso, muito importante. Ao mesmo tempo, é tudo o que basta dizer sobre essa relação.

Em sexto, deve ser observado que, ao considerar função primária do eleitorado formar o governo (diretamente ou através de um corpo intermediário), tendemos incluir também na definição o poder de dissolvê-lo. O primeiro significa simplesmente a aceitação de um líder ou grupo de líderes, e o outro a retirada dessa aceitação. Essa ressalva prevê um elemento que o leitor talvez tenha ignorado. Ele pode ter pensado que o eleitorado não apenas instala o governo no poder, mas o controla também. Mas, uma vez que o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos, exceto pela recusa de reelegê-los, ou a maioria parlamentar que o apóia, é conveniente limitar nossas idéias a respeito desse controle da maneira indicada na nossa

definição. Em certas ocasiões, ocorrem revoluções que derrubam o governo ou um ministro isolado, ou os forçam a seguir uma certa linha de ação. Elas não são apenas excepcionais, mas também, como veremos adiante, contrárias ao espírito do método democrático.

Em sétimo, nossa teoria lança uma luz muito necessária sobre uma velha controvérsia. Quem quer que aceite a doutrina clássica da democracia e, em consequência, acredite que o método democrático deve permitir que os assuntos sejam decididos e a política formulada de acordo com a vontade do povo, não pode negar que, mesmo que essa vontade fosse inegavelmente real e definida, a decisão por simples maioria em muitos casos deturparia e jamais executaria esses desejos. Evidentemente, a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do *povo*. Esse último constitui um mosaico que a primeira não consegue reproduzir de maneira alguma. Igualar a ambos, por definição, não significa resolver o problema. Boas tentativas de soluções aceitáveis, todavia, foram feitas por autores de vários planos de *representação proporcional*.

Tais planos, todavia, sofreram críticas por motivos práticos. É, na verdade, óbvio que a representação proporcional dará oportunidades não apenas a todos os tipos de idiosincrasias, mas impedirá que a democracia forme governos eficientes e constituirá um perigo em tempos de crise*. (* *A argumentação contra a representação proporcional foi exposta de maneira muito competente pelo Prof. F. A. HERMENS, no "The Trojan Horse of Democracy", em Social Research, novembro de 1938.*) Mas, antes de concluir que o funcionamento da democracia torna-se impassível se seu princípio básico for observado coerentemente, devemos perguntar-nos também se este princípio implica a representação proporcional. Na verdade, não implica. Se **(332)** a aceitação da liderança é a verdadeira função do voto, a defesa da representação proporcional cai por terra, pois suas premissas já não são mais válidas. O princípio da democracia, então, significa apenas que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes. E esta definição, por seu turno, parece assegurar a situação do sistema majoritário dentro da lógica do método democrático, embora possamos ainda condená-la por motivos alheios à sua lógica.

II. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO

Vamos agora experimentar, em alguns dos aspectos mais importantes da estrutura e funcionamento da máquina política em países democráticos, a teoria esboçada na seção precedente.

1. Nas democracias, como dissemos acima, a função primária do eleitorado é eleger o governo, o que pode significar a eleição de um grupo completo de políticos isolados. Esta prática, todavia, é, sobretudo um aspecto de formação de governos locais e será ignorada de agora em diante*. (** Vamos ignorá-la apenas por amor à simplicidade. O fenômeno se encaixa perfeitamente em nosso esquema.*) Limitando-nos apenas ao governo nacional, podemos dizer que a eleição do governo implica praticamente a decisão sobre quem será o seu líder*. (** Essa afirmação é aproximadamente exata. O voto põe realmente no poder um grupo que, em todos os casos normais, reconhece um líder isolado, embora de maneira geral haja também líderes de segunda ou terceira importância, que têm influência política própria, e que o principal líder não pode deixar de nomear para certos cargos. O fato será tratado dentro em breve.*) Como das vezes anteriores nós o chamaremos de *primeiro-ministro*.

Mas um outro ponto deve ser levado em conta. Embora não haja razões para se esperar que o homem que atinge uma posição de comando supremo seja, de maneira geral, dotado de grande força pessoal, à parte outras qualidades que possa ter — mais adiante voltaremos ao assunto — não se segue obrigatoriamente que isto deva ocorrer sempre. Por conseguinte, *líder* ou *figura liderante* não deve significar que as pessoas assim designadas estão adornadas das qualidades de liderança e que sempre lideram pessoalmente. Existem situações políticas favoráveis à ascensão de homens deficientes em qualidades de liderança (além de outras qualidades) e desfavoráveis ao estabelecimento de fortes posições individuais. Um partido ou combinação de partidos pode, por isso mesmo, ficar ocasionalmente acéfalo. Mas todos reconhecem que se trata de caso patológico e típico de uma das causas das derrotas políticas. **(333)**

Existe apenas uma democracia em que o eleitorado realiza essa função diretamente, isto é, nos Estados Unidos*. (**Acreditamos que se pode deixar de lado o colégio eleitoral. Ao chamar o Presidente dos Estados Unidos de primeiro-ministro, desejamos frisar a semelhança fundamental entre a sua posição e a dos primeiros-ministros em outras democracias. Mas não desejamos subestimar as diferenças, embora algumas delas sejam mais formais do que reais. A menos importante delas é que o Presidente desempenha também as funções primariamente cerimoniais, digamos, dos presidentes franceses. Muito mais importante é que ele NÃO pode dissolver o Congresso, mas tampouco o poderia fazer o primeiro-ministro francês. Por outro lado, sua posição é mais forte do que a do primeiro-ministro inglês, em virtude de ser a sua liderança independente de maioria no Congresso — pelo menos legalmente, pois, na verdade, ele estará de mãos atadas se não contar com maioria. Além disso, pode nomear e demitir à vontade (ou quase) seus ministros. Esses últimos dificilmente podem ser considerados ministros no sentido inglês e, na realidade, não são mais do que a palavra secretário significa na conversação habitual. Podemos dizer, por conseguinte, que o Presidente é não apenas o primeiro-ministro, mas o único ministro, a menos que encontremos uma analogia entre as funções de um ministro do gabinete inglês e as funções de líder do governo no Congresso. Não há dificuldade em interpretar e explicar essas e muitas outras peculiaridades neste ou em qualquer outro país que utiliza o sistema democrático. Mas, para economizar espaço, trataremos apenas do tipo inglês e consideraremos os outros casos como desvios, mais ou menos importantes, baseados na teoria de que até agora a lógica do governo democrático desenrolou-se de maneira mais completa apenas na prática inglesa, embora não nas suas formas legais.*)

Em todos os outros casos, o eleitorado não forma o governo, mas sim um órgão intermediário, daqui em diante chamado de *parlamento*,* ao qual cede a função de formar o governo. (**O leitor deve recordar que definimos o parlamento como Órgão do Estado. Embora isso fosse feito simplesmente por motivos de lógica (legal) formal, essa definição ajusta-se particularmente bem ao nosso conceito sobre o método democrático. A participação num parlamento torna-se, em consequência, um cargo.*) Poderia parecer fácil explicar a adoção, ou antes, a evolução desse sistema, tanto por motivos históricos como de conveniência, e as várias formas que assumiu em diferentes situações sociais. A delegação de poderes, todavia, não é uma construção lógica, e sim resultado de uma evolução natural, cujos significados e resultados sutis transcendem das doutrinas oficiais, para não dizer legais.

De que maneira forma o parlamento o governo? O método mais simples é elegê-lo ou, mais realisticamente, eleger o primeiro-ministro e, em seguida, votar a lista de ministros por ele apresentada. Tal método, contudo, raramente é usado*. (**Foi adotado, por exemplo, na Áustria, durante o colapso de 1918.*) Mas demonstra melhor do que qualquer outro a natureza do sistema. Além do mais, todos (334) os outros métodos podem ser reduzidos a ele, pois o homem que se torna primeiro-ministro é, em todos os casos normais, o único que o parlamento elegeria. A maneira em que ele é oficialmente nomeado para o cargo, seja pelo monarca na Inglaterra, pelo presidente na França, ou por uma agência ou comitê especial, como no Estado Livre da Prússia, no período de Weimar, constitui meramente uma questão de forma. A prática inglesa clássica é a seguinte: depois de uma eleição geral, o partido vitorioso normalmente possui maioria de

cadeiras no Parlamento e, por conseguinte, está em condições de aprovar um voto de desconfiança contra qualquer indivíduo, menos seu próprio líder, que, dessa maneira negativa, é designado *pelo Parlamento* para a liderança do país. Ele é formalmente nomeado pelo monarca — *beija as mãos* — e apresenta-lhe a lista de ministros, do qual fazem parte os ministros do gabinete. Neste, ele inclui, em primeiro lugar, alguns veteranos do partido, que são nomeados para ocupar o que poderíamos chamar de *cargos honoríficos*. Em segundo, os líderes de importância secundária, os homens de quem depende para os debates habituais no Parlamento e que devem suas escolhas parcialmente ao valor político positivo e, até certo ponto, ao seu valor como potenciais elementos incômodos. Em terceiro, os elementos promissores, a quem ele convida para o círculo encantado do governo para *elevantar os cérebros acima dos serviços rotineiros* e, algumas vezes, em quarto, uns poucos que ele considera particularmente indicados para certos cargos*. (** Lamentar, como fazem algumas pessoas, que a capacidade para o cargo conte tão pouco nesses arranjos não interessa, no que tange à descrição. Faz parte da essência do governo democrático que os valores políticos contem acima de tudo e a capacidade para o cargo apenas incidentalmente.*) Mais uma vez, em todos os casos normais, essa prática tenderia a produzir os mesmos resultados de uma eleição pelo Parlamento. O leitor perceberá também que nos casos, como na Inglaterra, em que o primeiro-ministro tem o poder de dissolver (*consultar o povo*) o parlamento, o resultado seria semelhante, até certo ponto, ao resultado que se poderia esperar da eleição direta do gabinete pelo eleitorado*. (** Se, como no caso francês, o primeiro-ministro não dispõe desse poder, as coteries parlamentares adquirem tanta independência que o paralelismo entre a aceitação de um homem pelo parlamento e a aceitação do mesmo homem pelo eleitorado é debilitado ou destruído. Temos aqui a situação em que o jogo da política parlamentar escapa inteiramente ao controle. Na nossa opinião, trata-se de um desvio da norma habitual. RAYMOND POINCARÉ era da mesma opinião. Naturalmente, situações desse tipo ocorrem também na Inglaterra, pois a competência do primeiro-ministro de dissolver — ou, mais precisamente, seu poder de aconselhar o monarca a dissolver a Câmara dos Comuns — é anulado se os círculos internos do seu partido se opuserem à medida, ou se não houver possibilidade de eleições nas quais seu domínio sobre o parlamento saia fortalecido. Ou melhor, ele pode ser mais forte (embora provavelmente ainda fraco) no parlamento do que no país. Tal estado de coisas tende a surgir com certa regularidade depois de estar o governo no poder por alguns anos. Mas, de acordo com o sistema inglês, tal desvio não pode durar muito tempo.*) Essa possibilidade pode ser ilustrada por um exemplo famoso.

2. Em 1879, quando o governo de BEACONSFIELD (DISRAELI), depois de quase seis anos de próspera investidura no poder, culminando com o sucesso espetacular do Congresso de Berlim, * podia por todos os motivos esperar nova vitória nas eleições, GLADSTONE subitamente despertou o país com uma série de discursos de eloquência insuperável (a campanha de Midlothian), nos quais explorou as atrocidades dos turcos com tanto êxito que levantou uma onda de entusiasmo popular *pela sua pessoa*. (** Não queremos dizer que a solução temporária das questões*

provocadas pela guerra russo-turca e a aquisição de uma ilha completamente inútil, Chipre, tivessem em si mesmas obras-primas de visão política. Mas afirmamos que, do ponto-de-vista da política doméstica, foram exatamente o tipo de êxito espetacular que normalmente lisonjeia a vaidade do homem das ruas e aumenta de maneira pronunciada, numa atmosfera de patriotismo agressivo, as possibilidades do governo. De fato, prevalecia a opinião de que DISRAELI teria vencido as eleições se tivesse dissolvido o parlamento imediatamente depois de regressar de Berlim.) O partido oficial nada tinha a ver com o caso. Diversos dos seus líderes, de fato, desaprovaram-no. GLADSTONE renunciara à liderança anos antes e enfrentava o país: sozinho. Mas, quando o partido liberal obteve, baseado no seu ímpeto pessoal, uma vitória esmagadora, todos perceberam que ele devia ser novamente aceito como líder, ou melhor, que ele se tornara líder do partido em virtude de sua liderança nacional e que simplesmente não havia oportunidade para outro. E ele foi instalado no poder coroado por um halo de glória.

Esse exemplo nos ensina muita coisa sobre o funcionamento do método democrático. Para começar, devemos observar que o exemplo é fora do comum apenas na sua qualidade dramática e em nada mais. Os casos dos dois Pnr, PEEL, PALMERSTON, DISRAEU, CAMPBELL, BANNERMAN e outros diferem apenas em grau.

Examinemos em primeiro lugar a liderança política do primeiro-ministro*. Nosso exemplo indica que ela é formada de três elementos (336) diferentes, que não devem ser confundidos e que em todos os casos se misturam em proporções distintas. E a mistura determina a natureza do domínio individual de cada primeiro-ministro. Em face disso, ele toma posse do cargo como a primeira figura do seu partido *no Parlamento*. Logo que empossado, todavia, ele se torna em certo sentido líder *do parlamento*, líder natural da Casa de que é membro, e indireto da outra. Trata-se, aqui, de mais do que simples eufemismo oficial e também mais do que é implicado pelo domínio que exerce sobre seu próprio partido. Ele ou adquire influência sobre os demais partidos ou lhes desperta a antipatia ou a de membros isolados, o que é de grande importância para suas oportunidades de êxito no cargo. Em casos extremos, cujo melhor exemplo é o caso de Sir (337) ROBERT PEEL, ele pode coagir o seu próprio partido utilizando-se de outro. Por último, embora ele seja também em todos os casos habituais o cabeça do partido no *país*, o exemplar bem desenvolvido da espécie primeiro-ministro gozará também de uma posição diferente da que adquire automaticamente ao liderar uma organização partidária. Ele orientará de maneira construtiva a opinião partidária, em alguns casos a formulará, e finalmente se elevará à direção da opinião pública, à liderança nacional, que parece tornar-se, até certo ponto, inde-

pendente da simples opinião partidária. Não é necessário dizer de que maneira é pessoal um tal êxito e como é importante um tal apoio fora do partido e do parlamento. Equivale a colocar um azorrague nas mãos do líder, que pode usá-lo para controlar os correligionários relutantes ou conspiradores, embora as correias atinjam duramente a mão de quem o usar mal.

(É característico da maneira inglesa de fazer as coisas que o reconhecimento da existência oficial do cargo de primeiro-ministro tenha sido adiado até 1907, quando então se permitiu que aparecesse na ordem de precedência da Corte. Mas é tão velho como o próprio governo democrático. Não obstante, uma vez que o governo democrático jamais foi implantado por ato isolado, mas evoluiu lentamente, como parte de um processo social de âmbito geral, não é fácil indicar nem mesmo a data aproximada do seu aparecimento. Houve um longo período de tempo em que se encontram formas embrionárias. É tentador datar o início dessa instituição do reinado de GUILHERME III, cuja posição, tão mais fraca do que a dos antigos soberanos, parece dar base a essa idéia. Mas a objeção a essa opinião não é tanto no sentido de que, naquela época, a Inglaterra não era uma democracia — o leitor recordará que não definimos a democracia pela extensão do direito de voto a determinadas classes — mas que, por um lado, o caso embrionário de DANBY ocorreu no reinado de CARLOS II, e que, por outro, GUILHERME III jamais se reconciliou com esse arranjo, e manteve nas suas mãos a decisão de certos assuntos. Não devemos, evidentemente, confundir primeiros-ministros com simples conselheiros, por mais poderosos junto aos soberanos e solidamente entrincheirados no próprio centro da máquina política que tenham estado — homens como RICHELIEU, MAZARINO, OU STRAFFORD, por exemplo. GODOLPHIN e HARLEV, na reinado da Rainha ANA, foram evidentemente casos passageiros. O primeiro homem a ser reconhecido por todos na época, e pelos historiadores políticos depois, foi Sir ROBERT WALPOLE. Mas tanto ele como o Duque de NEWCASTLE (OU seu irmão HENRY PELHAM, ou ambos) e, na verdade, todas as figuras-líderes antes, retroagindo a Lord SHELburn (incluindo PITT, o Velho, que mesmo como secretário do Exterior chegou quase a preencher nossos requisitos em substância), carecem de uma ou outra característica. O primeiro caso realmente característico foi Pitt, o Jovem.*

É interessante notar que no caso de Sir ROBERT WALPOLE (e, mais tarde, no de Lord CARTERET, Conde de Granville) não se reconhecia, na época, a existência desse órgão essencial ao governo democrático, que irrompia através de tecidos atrofiados. Pelo contrário, a opinião pública considerava-o um câncer do tipo mais maligno e que constituía uma ameaça ao bem-estar nacional e à democracia. Único ministro e primeiro-ministro eram palavras de opróbrio, atiradas contra WALPOLE pelos inimigos. Esse fato é importante. Indica não apenas a resistência que novas instituições geralmente provocam, mas também que esta instituição era considerada incompatível com a doutrina clássica da democracia, que, na verdade, não previa lugar para a liderança política, no sentido que lhe atribuímos hoje, e, daí, nenhum lugar para a posição de primeiro-ministro.)

Esse fato sugere uma importante limitação à nossa afirmação de que num sistema parlamentar a função de formar o governo incumbe ao parlamento. De maneira geral, o parlamento decide quem será o primeiro-ministro, mas não é completamente independente neste particular. Decide antes pela aceitação do que pela iniciativa. Excetuando-se os casos patológicos, como a *chambre* francesa, os desejos dos membros não são habitualmente a condição suprema do processo do qual emerge o governo. Os membros não estão apenas limitados por fidelidade partidária, mas são conduzidos também pelo homem a quem *elegerão*, conduzidos até a eleição, da mesma maneira que são conduzidos por ele, depois de eleito. Os cavalos são naturalmente livres para escoicear e nem sempre obedecem ao freio. Mas a própria

revolta ou resistência passiva contra o líder apenas põe em relevo a relação habitual existente. E essa relação pertence à essência do método democrático. A vitória pessoal de GLADSTONE em 1880 constitui um desmentido da teoria oficial de que o parlamento forma e depõe o governo*.

(O próprio GLADSTONE defendeu energicamente essa teoria. Em 1874, derrotado nas eleições, ele ainda insistia na reunião do parlamento, a quem caberia proferir a sentença de demissão. Isso evidentemente nada significava. Da mesma maneira, ele professou um profundo respeito pela monarquia. Biógrafo após biógrafo têm-se mostrado surpresos diante dessa atitude cortesã do grande líder democrático. Mas, sem dúvida, a Rainha VITÓRIA mostrou mais discernimento do que os biógrafos, como podemos deduzir da profunda antipatia que ela sentiu por GLADSTONE de 1879 em diante, e que os biógrafos atribuem apenas à influência funesta de DISRAELI. Será realmente necessário dizer que as manifestações de deferência podem significar duas coisas diferentes? O homem que trata a esposa com refinada cortesia, de maneira geral não é aquele que aceita a camaradagem entre os sexos em termos de igualdade. Na verdade, a atitude cortesã constitui precisamente o método para evitar essa possibilidade.)***(338)**

3. Estudemos agora a natureza e as atribuições do gabinete*. *(* A evolução do sistema de gabinete, ainda mais do que a do cargo de primeiro-ministro, é toldada pela continuidade histórica que abrange as transformações ocorridas na natureza da instituição. Até os dias atuais, o gabinete inglês é legalmente a parte executiva do Conselho Privado, que, naturalmente, foi instrumento de governo em épocas pré-democráticas. Mas, abaixo da superfície, surgiu um órgão inteiramente diferente. Logo que compreendermos isso, torna-se mais fácil a tarefa de datar o seu aparecimento de que no caso do primeiro-ministro. Embora gabinetes embrionários tivessem existido no tempo de CARLOS II (entre os quais podemos citar o ministério da cabala e o Comitê dos Quatro, formado em conexão com a experiência de TEMPLE), a junta whig que funcionou no reinado de GUILHERME III é boa, candidata ao primeiro lugar. A partir do reinado da Rainha ANA, a discussão sobre o caso pode limitar-se apenas a pontos sem maior importância sobre questões de filiação e funcionamento.)* Temos aqui um órgão curiosamente duplo, que é produto conjunto do parlamento e do primeiro-ministro. Esse último indica os membros que devem ser nomeados, como vimos acima; o primeiro aceita a sugestão, mas também influencia a decisão do primeiro-ministro. Do ponto-de-vista do partido, trata-se de uma assembleia de sublíderes, que lhe reflete a estrutura. Do ponto-de-vista do primeiro-ministro, constitui não apenas uma assembleia de camaradas de armas, mas também de correligionários que têm seus próprios interesses e perspectivas a considerar — uma espécie de parlamento em miniatura. Para que a combinação se realize e funcione é necessário que os futuros membros do gabinete resolvam (não necessariamente por questão de amor) a servir sob o Sr. X, e que este formule de tal maneira o seu programa que os colegas no gabinete não se sintam amiúde obrigados a *reconsiderar sua posição*, como diz o fraseado oficial, ou recusem-se a colaborar. O gabinete, por conseguinte (e o mesmo se aplica ao ministério em geral, que inclui também os ministros sem assento no gabinete), tem no processo democrático uma função diferente do primeiro-ministro, do partido, do parlamento e do eleitorado. Essa função de liderança intermediária é ligada, mas não absolutamente baseada, aos assuntos diários tratados pelos membros do gabinete nos vários ministérios que dirigem e através dos quais mantêm-se o grupo dominante à testa da maquinaria burocrática. E tem também uma relação distante, se é que realmente existe,

com o *cumprimento da vontade do povo em cada um desses ministérios*. Precisamente nos melhores exemplos, são apresentados; ao povo resultados nos quais ele jamais pensou e que não teria aprovado se conhecidos com antecedência. (339)

4. Mas voltemos ao parlamento. Definimos o que nos pareceu sua função primária e demos para isso nossos argumentos. Mas pode ser alegado que nossa definição não faz justiça às suas outras funções. O parlamento, evidentemente, realiza muitas outras funções além de eleger e derrotar governos. Legisla e até mesmo administra. Pois, embora todos os atos do parlamento, excetuando-se as resoluções e declarações de política, tornem-se *lei* no sentido formal, há numerosos atos que devem ser considerados como simples medidas administrativas. O orçamento constitui o exemplo mais importante. A sua elaboração é função administrativa. Não obstante, nos Estados Unidos, é elaborado pelo Congresso. E mesmo nos casos em que é preparado pelo ministro da Fazenda, com a aprovação do gabinete, como acontece na Inglaterra, o parlamento deve votá-lo e, apenas por esse motivo, o orçamento transforma-se em lei. Não refutaria então essa ressalva a nossa teoria?

Quando dois exércitos estão alinhados um contra o outro, seus movimentos são sempre dirigidos contra objetivos particulares, determinados pelas suas situações estratégicas e táticas. Podem lutar por uma determinada faixa de terra ou por uma colina qualquer. Mas a desejabilidade de ocupar essa faixa ou colina deve ser dependente do objetivo estratégico ou tático, que é derrotar o inimigo. Seria evidentemente absurdo procurar essa vitória em qualquer propriedade extramilitar de que pudessem gozar o terreno ou a colina. Da mesma maneira, o primeiro e mais importante objetivo de todos os partidos políticos *t*: derrotar os demais e assumir ou conservar o poder. Da mesma maneira que a conquista do terreno ou da colina, a decisão dos assuntos políticos é, do ponto-de-vista do político, não o fim, mas apenas a matéria-prima da atividade parlamentar. Uma vez que políticos lutam com palavras em vez de balas, e uma vez que essas palavras são inevitavelmente inspiradas pelos assuntos em debate, este fato pode não ser tão claro como no exemplo militar. Mas a vitória sobre o adversário é, apesar disso, a essência de ambos os jogos*. (** Algumas vezes, os políticos realmente abandonam as frases vagas. Citaremos um exemplo contra o qual nada se pode argüir. sob o pretexto de frivolidade: um político da estatura de Sir ROBERT PEEL caracterizou a natureza de sua profissão quando afirmou, depois da vitória parlamentar sobre o governo whig, que teve origem na política adotada por este último em relação a Jamaica: "A Jamaica foi um bom cavalo para começar." O leitor deve ponderar essas palavras.*)

Fundamentalmente, portanto, a tomada habitual de decisões parlamentares sobre questões nacionais constitui o próprio método através do qual o parlamento apóia ou recusa-se a apoiar o governo no (340) poder, ou mediante o qual o parlamento aceita ou recusa-se a aceitar a liderança do primeiro-ministro*. (** Isso naturalmente se aplica à prática francesa pré-Vichy e à Italiana pre-fascista, da mesma maneira que à prática inglesa. Pode, no entanto, ser contestada no caso dos Estados Unidos, onde a derrota do governo em caso importante não acarreta o pedido de demissão do presidente. Mas isso se deve apenas ao fato de que a Constituição, que simboliza uma teoria política diferente, não permitiu que a prática parlamentar se desenvolvesse de acordo com sua lógica. Na verdade, essa lógica não deixou de firmar-se inteiramente. As derrotas em questões importantes, embora não importem na substituição do presidente, de maneira geral enfraquecerão seu prestígio, removendo-o da posição de liderança. Por algum tempo, o fato cria uma situação anormal. Mas, perca ele ou não a eleição presidencial subsequente, o conflito é resolvido de uma maneira que não difere fundamentalmente da maneira que o primeiro-ministro britânico enfrenta situação semelhante ao dissolver o parlamento.*) Com as exceções que serão citadas dentro em breve, todos os votos são votos de confiança ou desconfiança, e os que são assim tecnicamente designados simplesmente revelam *in abstracto* o elemento essencial e comum a todos. Quanto a isso, podemos convencer-nos facilmente observando que a iniciativa de apresentar matérias à deliberação parlamentar cabe, de maneira geral, ao governo ou ao presumível gabinete da Oposição, e não a membros isolados.

O primeiro-ministro é a pessoa que seleciona, dentre a torrente incessante de assuntos diários, aqueles que ele transformará em questões de discussão, isto é, aqueles sobre os quais o governo dispõe-se a apresentar projetos de lei ou se ele não está bem certo de sua posição, pelo menos de resoluções. Evidentemente, todos os governos recebem do predecessor um legado de questões pendentes que talvez não possa evitar; outras são trazidas à discussão, por questão de política rotineira. E apenas nos casos de brilhante atuação pessoal é que o primeiro-ministro pode impor medidas sobre assuntos políticos que ele próprio criou. De qualquer maneira, a escolha ou liderança do governo, na apresentação de medidas livres ou forçadas, é o fator que domina a atividade parlamentar. Se uma lei é proposta pela oposição, esta ação significa que ela propõe batalha: trata-se de manobra que o governo deve desarticular apropriando-se da idéia, ou derrotar. Se uma lei importante, não de iniciativa do governo, é apresentada por elementos isolados do partido no poder, o fato significa insurreição nas hostes partidárias e é desse ângulo, e não do ponto-de-vista de méritos extratáticos do caso, que é considerado pelos ministros. Essa possibilidade estende-se até mesmo às propostas de debates. A menos que sugerido e sancionado pelo governo, trata-se de sintoma de desagregação das forças majoritárias. Finalmente, se (341) a medida é aprovada por acordo intrapartidário, o fato indica ou uma batalha não-decida ou evitada por motivos estratégicos*.

(* Nesse sentido, podemos mencionar outro exemplo muito significativo da técnica inglesa. Um projeto de lei importante não é,

ou não era levado avante se a maioria sentia que passaria apenas por votação muito baixa na discussão seguinte. Essa prática reconhecia, antes de tudo, uma limitação" importante no princípio da maioria, de maneira que é hoje aplicado nas democracias bem administradas: não seria correto dizer que, numa democracia, a minoria é sempre obrigada a ceder. Mas há um segundo ponto: embora a minoria não seja sempre compelida a ceder à maioria no assunto particular em discussão, praticamente é — houve exceções até mesmo a esta regra — forçada sempre a ceder à maioria na questão da permanência ou não do gabinete no poder. Uma votação desse tipo, numa segunda discussão, de importante medida de iniciativa governamental pode ser considerada combinação de um voto de confiança com um voto favorável a retirada do projeto. Se o conteúdo da lei fosse tudo o que importava, dificilmente faria sentido votar a seu favor, se não se quisesse que fosse transformada em lei. Mas, se o parlamento se interessa sobretudo em manter o gabinete no poder, tais táticas se tornam imediatamente compreensíveis.)*

5. As exceções a este princípio de liderança governamental nas chamadas *assembléias representativas* servem apenas para mostrar como é real essa situação. As exceções são de dois tipos.

Em primeiro lugar, nenhuma liderança é absoluta. A liderança política exercida de acordo com o método democrático o é ainda menos do que outras, em virtude da existência do elemento competitivo, que constitui a própria essência da democracia. Uma vez que, teoricamente, todo correligionário tem o direito de substituir o líder e uma vez que há sempre alguns que têm oportunidade real de fazê-lo, o membro isolado ou o ministro (se sente que poderá alcançar posto mais elevado), colocados dentro ou fora do círculo dirigente, adotam uma linha intermediária entre a lealdade incondicional ao padrão advogado pelo líder e o estabelecimento de um padrão próprio, equilibrando os riscos e as oportunidades com uma sutileza algumas vezes admirável*. (**Um dos exemplos mais instrutivos da declaração acima é encontrado no curso de ação adotado por JOSEPH CHAMBERLAIN, em relação à questão irlandesa, na década de 1880. Ele conseguiu superar as manobras de GLADSTONE, embora tenha iniciado a campanha oficialmente como ardente prosélito. O caso é excepcional apenas no vigor e brilhantismo do homem. Como sabe todo líder político, lealdade pode ser esperada apenas dos mediocres. Talvez por isso mesmo um dos maiores de todos os líderes, DISRAELI, tenha-se cercado de indivíduos de mediocridade comprovada.*) O líder, por outro lado, reage adotando um curso também intermediário, entre insistir na disciplina e permitir alguma oposição. Tempera a pressão com concessões mais ou menos judiciosas, carrancas com cumprimentos e punições com' benefícios. Esse jogo dá origem, de acordo com o poder relativo do (342) indivíduo e sua posição, a uma medida muito variável, mas, na maioria dos casos, considerável, de liberdade. Em particular, os grupos que são bastante fortes para demonstrar descontentamento, mas não suficientemente fortes para tornar aconselhável a inclusão de seus líderes e programas na política governamental, de uma maneira geral terão liberdade em pequenas questões ou, de qualquer maneira, em questões que o primeiro-ministro pode ser

levado a considerar de pequena importância, ou de importância apenas regional. Por conseguinte, facções ou mesmo representantes individuais podem, ocasionalmente, ter a oportunidade de ver aprovadas leis de iniciativa própria. Tolerância ainda maior, além disso, será dispensada à simples crítica ou recusa em votar mecanicamente a favor de todas as medidas propostas pelo governo. No entanto, precisamos apenas examinar esses fatos com espírito crítico para compreender, pelos limites impostos ao uso dessa liberdade, que ela representa não o princípio de funcionamento dos parlamentos, mas seus desvios.

Em segundo, há casos nos quais a máquina política deixa de tratar certos problemas, seja porque os altos comandos do governo e da oposição não lhe percebem o valor político ou porque esses valores são realmente duvidosos*. (** Uma questão que jamais foi levada a plenário constitui o exemplo típico da primeira classe desses problemas. A razão característica que leva o governo e o gabinete potencial da oposição a concordarem tácitamente em deixar de lado um assunto, a despeito de compreenderem suas potencialidades, são as dificuldades técnicas no seu tratamento e o receio de que provoque dificuldades locais.*) Tais problemas podem ser então explorados por estranhos, que preferem conquistar o poder independentemente a servir nas fileiras de um dos partidos existentes. Trata-se, evidentemente, de política inteiramente normal. Mas há uma outra possibilidade. Um homem pode ter convicções tão fortes a respeito de determinados problemas que deseja entrar na arena pública simplesmente para vê-los resolvidos à sua maneira e sem qualquer desejo de iniciar uma carreira política normal. Esta posição, no entanto, é tão fora do comum que dificilmente encontraremos dela um exemplo de primeira importância. Talvez RICHARD COBDEN seja a exceção, É verdade que exemplos de importância secundária são mais comuns, especialmente os do tipo reformista. Mas ninguém sustentará que são outra coisa senão desvios do tipo-padrão.

Podemos resumir o caso da maneira seguinte: ao estudar as sociedades humanas, não encontraremos habitualmente dificuldades em especificar, pelo menos com relativo bom senso, os vários objetivos que essas comunidades procuram atingir. Pode-se dizer que esses (343) objetivos fornecem a razão de ser ou o significado de atividades individuais correspondentes. Mas não se segue que o significado social de um tipo de atividade forneça necessariamente a mola propulsora e, daí, sua explicação. Se não fornece, uma teoria que se contente com uma análise do fim social on necessidade a ser atendida não pode ser aceita como explicação bastante das atividades a que serve. Por exemplo, a razão para a existência da atividade econômica é, naturalmente, a necessidade que o povo tem de alimentar-se, vestir-se, etc. O fornecimento dos

meios para satisfazer essas necessidades constitui o fim social ou o significado da produção. Não obstante, todos concordaríamos que essa afirmação seria um ponto de partida irrealista para uma teoria de atividade econômica numa sociedade comercial e que faríamos melhor começando com uma afirmação sobre o princípio de lucro. Da mesma maneira, o significado social ou função da atividade parlamentar é evidentemente votar legislação e, em parte, medidas administrativas. Mas, para compreender de que maneira a política democrática serve a esse fim social, devemos partir da luta competitiva pelo poder e cargos e compreender que a função social é preenchida apenas incidentalmente, por assim dizer, da mesma maneira que a produção é incidental à obtenção do lucro.

6. Por último, quanto ao papel do eleitorado, resta a esclarecer apenas um ponto. Já verificamos que os desejos dos membros do parlamento não são a condição suprema do processo que resulta na formação do governo. Afirmação semelhante pode ser feita no que diz respeito ao eleitorado. A escolha, glorificada idealmente como o *chamado do povo*, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente. E essa criação constitui parte essencial do processo democrático. Os eleitores não decidem casos. Tampouco escolhem com independência, entre a população elegível, os membros do parlamento. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la. Até mesmo os casos excepcionais, em que um homem é realmente *recrutado* pelos eleitores, situam-se na mesma categoria, por duas razões: evidentemente, um homem não precisa candidatar-se à liderança se já é líder, ou, pode acontecer que um líder local, capaz de controlar ou influenciar a votação, não esteja em condições ou não deseje apresentar-se pessoalmente, e indique um outro, que parece então ter sido procurado por eleitores, que ajam por conta própria.

(344)

Mas, até mesmo essa iniciativa do eleitorado, aceitando um dos candidatos, com tudo que isso implica, seria restringida pela existência dos partidos. O partido não é, como nos queria convencer a doutrina clássica (ou EDMUND BURKE), um grupo de homens que tenciona promover o bem-estar público baseado em algum *princípio comum*. Essa racionalização é muito perigosa justamente porque é muito tentadora. Em determinadas épocas, evidentemente, todos os partidos adotarão um conjunto de princípios e plataformas, que podem ser característicos do

partido que os adota e importante para seu sucesso, como as marcas de mercadorias que uma loja de departamentos vende são características suas e importantes para seu êxito. Mas a loja não pode ser definida em termos das marcas que vende, nem o partido definido em termos dos princípios que adota. O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente, os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o *estouro da boiada*. Representam, por conseguinte, uma tentativa de regular a luta eleitoral da maneira exatamente semelhante à que encontramos nas associações patronais de comércio. A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, *slogans* e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria essência da política. Da mesma maneira, o chefe político.

Capítulo 23

CONCLUSÃO

I. ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DA ANÁLISE PRECEDENTE

A teoria da liderança competitiva ajusta-se satisfatoriamente aos fatos inerentes ao processo democrático. Por isso mesmo, a usaremos naturalmente em nossa tentativa de descobrir a relação entre a democracia e a ordem socialista das coisas. Como dissemos anteriormente, os socialistas não apenas alegam compatibilidade de pontos-de-vista entre os dois sistemas, mas afirmam que a democracia implica o socialismo e que não poderá haver verdadeira democracia exceto num regime socialista. Por outro lado, o leitor não pode deixar de conhecer pelo menos alguns dos numerosos folhetos que foram publicados nos Estados Unidos nos últimos anos, procurando provar que a economia planificada, para não falar no socialismo total, é completamente incompatível com a democracia. Essas opiniões contraditórias são fáceis de entender do ponto-de-vista psicológico da luta e do desejo natural dos contendores de conseguir o apoio da maioria daqueles que acreditam, sem reservas na democracia. Mas, e se perguntarmos: onde está a verdade?

A nossa análise nesta parte e nas precedentes do presente livro fornece sem dificuldade uma resposta. Entre o socialismo e a democracia, da maneira que os definimos, não existe uma relação necessária: um pode existir sem a outra. Mas, ao mesmo tempo, não há incompatibilidade: em determinadas circunstâncias do meio social, a máquina socialista pode funcionar de acordo com os princípios democráticos.

Mas o leitor deve levar em conta que essas simples afirmações baseiam-se apenas nas nossas opiniões sobre o que é socialismo e (346) democracia. Por conseguinte, significam algo menos, e diferente, do que pensam ambos os partidos. Por essa razão e também porque além da questão de simples compatibilidade surge inevitavelmente a questão de se saber se o método democrático funcionará mais ou menos eficientemente num regime socialista ou capitalista,

devemos ainda explicar numerosos outros pontos, o que faremos na segunda seção deste capítulo. Agora discutiremos algumas das implicações da nossa análise do processo democrático.

Em primeiro lugar, de acordo com o ponto-de-vista que adotamos a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras *povo* e *governo*. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos. E é da máxima importância compreender claramente o que essas palavras significam.

Numerosos expoentes da doutrina democrática fizeram o possível para despir a atividade política de qualquer conotação profissional. Sustentaram veementemente, algumas vezes apaixonadamente, que a política não deve ser uma profissão e que a democracia degenera logo que se torna meio de vida. Mas isto é puro idealismo, É verdade, digamos, que homens de negócios e advogados podem ser eleitos para o parlamento e mesmo exercer cargos vez por outra, e continuarem basicamente homens de negócios ou advogados, É também exato que muitos que se tornam políticos continuam a depender de outras profissões para seu sustento*. (* *Os exemplos, evidentemente, são numerosos. Temos um particularmente instrutivo no caso dos advogados na chambre e sênat franceses. Alguns dos principais líderes políticos foram também avocats, entre os quais, por exemplo, 'WALDECK-ROUSSEAU e POIMCARÉ. Mas, de maneira geral (e se decidimos ignorar os casos em que escritórios de advocacia funcionam miraculosamente por si mesmos, se um dos seus sócios é político de proa e goza de freqüentes períodos de proeminência política), o êxito nos tribunais e na política não andam juntos. Mas, habitualmente, o êxito pessoal na política, e não simplesmente a subida ocasional para uma posição no gabinete, implicará uma atitude do tipo profissional e o afastamento de outras atividades para uma posição secundária, embora necessária. Se desejamos enfrentar os fatos honestamente, devemos reconhecer que, nas democracias modernas de todos os tipos, com (347) exceção da suíça, a política inevitavelmente será uma carreira. Isto significa, por outro lado, o reconhecimento de um interesse profissional distinto no político e um diferente grupo de interesses na profissão política, como profissão. É essencial incluir este fator em nossa teoria, pois muitos enigmas se resolvem logo que o levamos na devida conta. Entre outras*

coisas, deixamos imediatamente de nos perguntar por que é que os políticos com tanta freqüência deixam de servir aos interesses de sua classe ou grupos com os quais estão pessoalmente ligados. Politicamente falando, está ainda no jardim-de-infância o homem que não compreendeu, para jamais se esquecer, as palavras atribuídas a um dos políticos mais bem sucedidos que já viveram. "O que os homens de negócios não entendem é que, da mesma maneira que eles negociam em petróleo, eu negocio em votos"*.

(Tal opinião é algumas vezes considerada frívola ou cínica. Pensamos, pelo contrário, que é realmente frívolo ou cínico manifestar-se em público a favor de slogans que, na vida privada, nenhum respeito nos merecem. Mas cabe também observar que a opinião em pauta não é tão vergonhosa para o político como parece. Não exclui ideais ou sentido do dever. A analogia com o homem de negócios tornará o caso mais claro. Como dissemos algures, nenhum economista que conhece algo sobre as realidades da vida comercial sustentará sequer por um momento que o dever e os ideais sobre serviço e eficiência não desempenham seu papel na formulação da atitude do homem de negócios. Não obstante, o mesmo economista está dentro dos seus direitos se baseia sua explicação sobre esse comportamento em um esquema que repousa sobre o móvel do lucro.)*

Mas, deixem-nos observar que não há razão para se acreditar que os políticos serão melhores ou piores no regime socialista. O médico ou engenheiro que deseja concretizar todas as suas ambições no seu campo especial de trabalho será um tipo especial de homem, com um quadro distinto de interesses. Mas o médico ou engenheiro que deseja reformar as instituições do seu país será tipo inteiramente diferente, com um outro conjunto de interesses.

Em segundo, os estudiosos da organização política sempre sentiram dúvidas a respeito da eficiência administrativa da democracia em sociedades vastas e complexas. Argumentou-se, em particular, que, comparada com outros sistemas, a eficiência do governo democrático é inevitavelmente debilitada em virtude da tremenda perda de energia que a luta incessante dentro e fora do parlamento causa às principais figuras do regime. A democracia é ainda mais enfraquecida, pela mesma razão, pela necessidade de adaptar a política **(348)** às exigências da luta política. Nenhuma dessas afirmações pode ser posta em dúvida. Ambas são corolários de nossa afirmação anterior de que o processo democrático produz legislação e administração apenas como subprodutos da luta pelos cargos políticos.

Imaginemos, por exemplo, a situação de um primeiro-ministro. Nos casos em que os governos são instáveis, como aconteceu na França desde 1871 até o colapso de 1940, sua atenção deve ser quase completamente monopolizada por uma tarefa que poderíamos comparar à de construir uma pirâmide com bolas de bilhar. Somente homens fora do comum, nessas

circunstâncias, poderiam ter ainda energia para o trabalho administrativo comum e apresentação de legislação, etc. E somente esses homens excepcionais poderiam ter adquirido autoridade sobre o funcionalismo civil que, como todo mundo, sabe que o governo cairá antes de muito tempo. Evidentemente, nada de tão trágico ocorre com o regime inglês. Os governos instáveis constituem exceções e, de maneira geral, uma administração pode contar com um mandato de cinco ou seis anos. Os ministros podem administrar e não é fácil derrubá-los no parlamento. Mas isto não significa que eles estão isentos da necessidade de lutar. Há uma luta sempre em curso e se os governos não enfrentam críticas constantemente é porque, de maneira geral, são capazes de rebater os ataques antes que estes se tornem perigosos. O primeiro-ministro deve observar incessantemente os adversários, liderar o rebanho sem um momento de descanso, mostrar-se disposto a fechar brechas que podem surgir a qualquer momento, dirigir os assuntos sob debate, controlar o gabinete, etc. Tudo isto importa em dizer que, quando o parlamento está em sessão, ele terá muita sorte se dispuser de umas duas horas pela manhã para pensar e trabalhar realmente. Os fracassos individuais e derrotas do governo são muitas vezes devidos à exaustão física do líder ou dos líderes*. (** Um grande exemplo desse fato é o seguinte: nenhum estudioso das origens da guerra de 1914-1918 pode deixar de ficar surpreso com a passividade do governo inglês, a partir da morte do Arquiduque e até a declaração de guerra. Não queremos dizer que esforços não tivessem sido feitos para evitar a conflagração. Mas foram singularmente ineficientes e muito abaixo do que poderiam ter sido. É, evidentemente, possível explicar esse fato baseado na teoria de que o governo de ASQUITH não desejava realmente evitar a guerra. Mas, se essa teoria for considerada insatisfatória, como de fato merece, o estudioso é forçado a aceitar outra: é perfeitamente viável que os cavaleiros que se sentavam na bancada do governo estivessem tão preocupados com o jogo político que não despertaram para os perigos da situação internacional senão quando já era muito tarde.*) Como poderia ele, cabe perguntar, liderar e supervisionar um organismo administrativo que abraça todos os problemas da vida econômica? (349)

Mas não é tudo esse desperdício de energia. A luta competitiva incessante para subir e manter-se no poder reveste todas as considerações de política e medidas do preconceito tão admiravelmente expressado pela frase citada a respeito do *negócio de votos*. O fato de que, numa democracia, o governo deva atender primariamente aos valores partidários de uma política, lei ou ato administrativo (isto é, o próprio fato de que cumpra o princípio democrático da dependência sobre o voto do parlamento e do eleitorado), provavelmente viciará os prós e contras de qualquer assunto. Em particular, obriga ao homem no leme, ou perto do leme, a adotar opiniões a curto prazo e torna extremamente difícil a ele servir aos interesses a longo prazo da nação, que podem exigir trabalho persistente para objetivos remotos. A política estrangeira, por exemplo, corre o perigo de degenerar em política interna. E ainda mais difícil se torna dosar as medidas racionalmente. A dosagem decidida pelo governo, com um olho nas suas oportunidades políticas, não é necessariamente aquela que produziria os resultados mais satisfatórios para a nação.

Dessa maneira, o primeiro-ministro numa democracia pode ser comparado a um cavaleiro tão preocupado em se manter na sela que é incapaz de planejar a cavalgada, ou a um general tão ocupado em apurar se o exército lhe cumpre as ordens que deixa a estratégia resolver-se por si mesma. E esta hipótese é ainda mais verdadeira (e deve, nos casos de países como a França e a Itália, ser francamente reconhecida como uma das fontes da qual se espalhou o sentimento antidemocrático), a despeito dos casos que podem ser invocados como atenuantes.

Existe, para começar, o argumento de que os exemplos dos quais essas conseqüências surgem, numa medida que se consideraria insuportável, podem ser amiúde explicados pela mão de que o quadro social não está à altura das instituições democráticas. Como mostram os exemplos da França e da Itália, isso pode acontecer em países que são mais civilizados do que alguns que tiveram êxito nesse particular. O valor dessa crítica reduz-se, portanto, à simples afirmação de que o funcionamento satisfatório do método democrático depende do cumprimento de certas condições, um assunto que passaremos logo a estudar.

Em seguida, temos a questão da alternativa. Essas falhas existem também em sistemas não-democráticos. A ascensão a uma posição de destaque, a um tribunal, por exemplo, pode absorver tanta energia e viciar tanto as opiniões como a própria luta democrática, embora esse

desperdício ou deturpação não surja tão claramente. Isto quer dizer que as tentativas de estudo comparativo dos sistemas de governo (350) deverão levar em conta muitos outros fatores, além dos próprios princípios institucionais.

Ademais, algum de nós pode replicar ao crítico que um nível inferior de eficiência governamental é justamente o que desejamos. Por certo não queremos ser vítimas da eficiência ditatorial, simples peões em uma grande partida. Uma criação como o *Gosplan* poderia, no momento atual, ser totalmente impossível nos Estados Unidos. Mas isto não prova exatamente que, da mesma maneira que o *Gosplan* russo, o seu hipotético correspondente americano violaria o espírito e a estrutura orgânica da nação?

Por último, algo pode ser feito para reduzir, através de meios apropriados, a pressão sobre os líderes. O sistema americano, por exemplo, destaca-se com vantagens neste ponto. Não há dúvida que o *primeiro-ministro* americano deve estudar freqüentemente o tabuleiro político. Mas não precisa considerar-se responsável por todas as medidas isoladas. E, não fazendo parte do Congresso, está, pelo menos, livre da tensão física que sua participação exigiria. Dispõe, por conseguinte, de todas as oportunidades possíveis para conservar as forças.

Em terceiro, nossa análise do capítulo precedente destaca de maneira pronunciada o problema da qualidade dos homens selecionados pelo sistema democrático para as posições de liderança. O bem conhecido argumento sobre o assunto por força precisa ser repetido aqui: o método democrático cria políticos profissionais, a quem transforma em administradores e *estadistas* amadores. Carecendo de conhecimentos necessários para enfrentar essas tarefas, eles nomeiam, nas palavras de LORD MACAULAY, "juizes que desconhecem a lei e diplomatas que não sabem francês", desmoralizando o serviço público e desencorajando os melhores elementos que poderiam por ele sentir-se atraídos. Ainda pior, existe outro aspecto, sem relação com a questão da experiência ou competência especializada: as qualidades de intelecto e caráter necessárias ao bom candidato não são necessariamente as que entram na constituição de um bom administrador. E o fracasso eleitoral pode prejudicar aqueles que seriam um sucesso à frente dos negócios do país. E mesmo que os escolhidos nessa eleição obtenham êxito nos cargos, podem ser fracassos para a nação. O político que for um bom tático pode sobreviver com êxito a qualquer número de fracassos.

O reconhecimento do que há de verdade nessas palavras deve ser, mais uma vez, temperado com o reconhecimento de fatos atenuantes. Em particular, a defesa da democracia ganhará com um estudo das alternativas: nenhum sistema de eleição, qualquer que seja: **(351)** a esfera social (com a possível exceção do capitalismo competitivo), serve de teste exclusivo de capacidade de funcionamento, ou mesmo seleciona, da maneira em que os cavalos de corrida são selecionados no Derby. Embora em graus variáveis, todos os sistemas valorizam grandemente outras qualidades, que muitas vezes são hostis ao seu funcionamento. Não é verdade que nos casos comuns o sucesso político nada signifique para o homem, ou que o político seja sempre um amador. Há um assunto que ele conhece indiscutivelmente bem, isto é, a capacidade de tratar com pessoas. E, de uma maneira geral pelo menos, a capacidade de obter uma posição de liderança política será associada a certa medida de energia pessoal e também a outras aptidões que serão úteis no cargo de primeiro-ministro. Há, afinal de contas, muitas rochas na corrente que leva os políticos às altas posições da nação, e que não são inteiramente ineficazes para dificultar o progresso do imbecil ou do falastrão.

Nessas condições, não podemos esperar que um argumento de natureza geral, em uma outra direção, conduza a um resultado" definido. Muito mais curioso e significativo é o fato de que a prova acumulada, pelo menos à primeira vista, não é mais conclusiva. Nada é mais fácil do que compilar uma lista impressionante de fracassos do método democrático, especialmente se incluirmos não apenas os casos em que houve real colapso ou insatisfação nacional, mas também aqueles em que, embora a nação tivesse levado vida próspera e sadia, o rendimento do setor político foi manifestamente inferior em relação a outros. Mas será igualmente fácil juntar provas não menos impressionantes em favor do político. Para citar um exemplo importante: é verdade que, em tempos idos, a guerra não era de natureza tão técnica como se tornou posteriormente. Apesar disso, poderíamos pensar que a capacidade de se tornar um êxito nesse campo, mesmo naquela época, muito pouco tinha a ver com a capacidade do homem de eleger-se para um cargo público. Todos os generais romanos da época republicana, todavia, foram políticos e todos eles conseguiram seus comandos diretamente através dos cargos eletivos que desempenhavam ou haviam desempenhado. Alguns dos piores desastres da nação foram justamente devidos a essa circunstância. Mas, em conjunto, esses políticos-soldados saíram-se notavelmente bem.

Por que será assim? Poderá haver apenas uma resposta para essa pergunta.

II. CONDIÇÕES PARA O ÊXITO DO MÉTODO DEMOCRÁTICO

Se um físico observa que um mesmo mecanismo funciona de maneira diferente em diferentes ocasiões e lugares, ele conclui que **(352)** seu funcionamento depende de circunstâncias estranhas ao mecanismo. Não podemos evitar a mesma conclusão. E é tão fácil perceber quais são essas condições, como é simples notar em que condições se pode esperar que a doutrina clássica da democracia se ajuste razoavelmente à realidade.

Essa conclusão remete-nos claramente ao critério estritamente relativista que vimos observando no decorrer de todo este livro. Exatamente como não há uma defesa ou uma condenação do capitalismo que seja válida em todas as épocas e lugares, não existe também nenhuma razão geral contra ou a favor do método democrático. E da mesma maneira que acontece com o socialismo, este fato torna difícil argumentar, por intermédio de uma cláusula *ceteris paribus*, pois "outras coisas" *não podem* ser iguais, como entre situações na qual a democracia é viável, ou a única viável, ou arranjos e situações em que não é. A democracia prospera em ambientes sociais que revelem certas características. Por isso mesmo cabe duvidar se há sentido em perguntar como se sairia ela em outras situações que carecessem dessas características, ou como o povo, nessas outras circunstâncias, se sairia também. As condições que consideramos necessárias para o êxito do método democrático * — nas sociedades em que o método pode realmente funcionar — nós as agruparemos sob quatro títulos. E nos limitaremos às grandes nações industrializadas do tipo moderno. (* Por êxito não entendemos outra coisa senão o caso em que o processo democrático se reproduz constantemente, sem criar situações que obriguem à invocação de métodos não-democráticos, e que pode enfrentar os problemas correntes de uma maneira na qual todos os interesses que contam politicamente são julgados aceitáveis a longo prazo. Não insinuamos que o observador, do seu ponto-de-vista individual, precisa aprovar os resultados.)

A primeira condição é que o material humano da política (os membros da máquina política, os que são eleitos para servir no parlamento e atingem os postos ministeriais) seja de qualidade suficientemente alta. Isto significa mais do que a existência de um número suficiente de

indivíduos com as necessárias qualidades e padrões morais. Como observamos anteriormente, o método democrático seleciona não entre a população, mas entre os elementos da população que estão dispostos a encetar uma carreira política ou, mais precisamente, que se candidatam. Todos os métodos de seleção fazem evidentemente a mesma coisa. Todos podem, por conseguinte, de acordo com o grau em que a carreira atrai o talento e o caráter, produzir o nível de rendimento maior ou menor do que a média nacional. A luta competitiva pelos altos cargos, por outro lado, desperdiça pessoal e energia. Mas, por outro, o processo democrático (353) pode criar facilmente no setor político condições que, uma vez estabelecidas, repelirão a maioria dos que poderiam ser bem sucedidos em quase tudo mais. Por ambas as razões, a presença de material em quantidade suficiente é particularmente importante para o êxito do governo democrático. Não é exato que, numa democracia, o povo tenha sempre o tipo e a qualidade do governo que deseja ou merece. Há muitas maneiras pelas quais se pode obter o concurso de políticos de boas qualidades. Até o momento, além disso, a experiência parece indicar que a garantia única eficaz nesse sentido é a existência de uma camada social, em si mesma produto de um processo rigorosamente seletivo, que aceita a política como coisa perfeitamente natural. Se essa camada não for nem demasiadamente exclusivista nem excessivamente acessível ao estranho e se, além disso, for suficientemente forte para assimilar a maioria dos elementos que absorve habitualmente, ela não apenas dará à carreira política elementos de classe, que passaram com êxito por muitos testes em campos diferentes (serviram, por assim dizer, um período de aprendizado nos negócios privados), mas os tornará ainda mais aptos, pois dota-os de tradições que incluem a experiência, juntamente com um código profissional e um fundo comum de opiniões.

Não constitui simples coincidência que a Inglaterra, o único país a adaptar-se perfeitamente às nossas condições, seja também o único país a possuir, nesse sentido, uma sociedade política. Ainda mais instrutivo é o caso da Alemanha, no período da República de Weimar (1918-1933). Como esperamos mostrar na Parte V, nada havia nos políticos alemães daquela época que pudesse ser considerado decadência evidente. O membro comum do parlamento, o primeiro-ministro e membros do gabinete eram honestos, sensatos e conscienciosos, e isto se aplicava a todos os partidos. No entanto, com o devido respeito pelo borbulhar do talento que surgia aqui e ali, embora raramente na posição ou perto do alto comando, devemos acrescentar que a maioria deles estava evidentemente abaixo do padrão médio e, em alguns casos, desgraçadamente abaixo. Naturalmente nada disso pode ter sido devido à falta de qualidades e energia na nação,

como um todo. Mas a qualidade e a energia desprezavam a carreira política. E tampouco havia classe ou grupo cujos membros considerassem a política como uma vocação predestinada. O sistema político fracassou por muitas razões. Mas o fato de que, finalmente, sofreu derrota esmagadora às mãos de um líder antidemocrático é prova suficiente da falta de liderança democrática inspiradora.

A segunda condição para o êxito da democracia é que o campo real de decisões políticas não seja estendido demasiadamente longe. (354) A medida em que pode ser estendido depende não apenas das limitações gerais do método democrático, expostas na análise apresentada na seção precedente, mas também das circunstâncias particulares de cada caso individual. Ou, mais concretamente: o campo de ação não depende apenas, por exemplo, do tipo e quantidade de assuntos que podem ser resolvidos com êxito por um governo sujeito às tensões de uma luta incessante por sua sobrevivência política: depende também, em qualquer tempo ou lugar, da qualidade dos homens que formam o governo, do tipo da máquina política e do quadro da opinião pública com que deve trabalhar. Do ponto-de-vista da nossa teoria, não é necessário o requisito, como seria do ponto-de-vista da doutrina clássica, de que fossem tratados pela máquina política apenas os assuntos que o povo em geral pudesse entender e sobre os quais tivesse opinião formada. Mas um requisito menos rigoroso, embora da mesma natureza, se impõe e necessita de comentários adicionais.

Evidentemente não pode haver qualquer limite legal que impeça o parlamento, dirigido pelo primeiro-ministro, de equacionar qualquer assunto que queira submeter a debate, inclusive, se for necessário, por emenda constitucional. Mas para funcionar de maneira adequada, esse parlamento deve impor-se certos limites, como já argumentava EDMUND BURKE ao discutir o comportamento do governo inglês e do Parlamento em relação às colônias americanas. Da mesma maneira, podemos argumentar que, dentro do âmbito dos assuntos que devem ser submetidos à votação no parlamento, é muitas vezes necessário ao governo e à assembléia aprovar medidas sobre as quais sua decisão será puramente formal ou, no máximo, de natureza puramente fiscalizadora. De outra maneira, o método democrático pode produzir monstros legislativos. Tomemos, por exemplo, um caso tão vasto e de natureza tão técnica como um código criminal. Cabe ao sistema democrático decidir apenas se o país deve ter ou não esse código, e também certos *casos* que o governo pode selecionar para decisões políticas que sejam

mais do que simplesmente formais, por exemplo, se certas práticas de associações de empregados e trabalhadores devem ou não ser consideradas criminosas. Quanto ao resto, governo e parlamento têm de aceitar o conselho dos especialistas, seja o que eles realmente pensem a respeito do assunto. Pois o crime é fenômeno complexo. A palavra, na verdade, abrange muitos fenômenos que pouco têm em comum. Os *slogans* populares sobre o assunto são quase sempre invariavelmente errados. E o tratamento racional do problema exige que a legislação sobre o assunto seja isenta de explosões de vingança e manifestações de sentimentalismo, às quais (355) os leigos do governo e parlamento têm o hábito de se entregar. Foi justamente isso o que quisemos salientar ao frisar as limitações do domínio real das decisões políticas, isto é, o campo em que os políticos decidem tanto sobre o fundo como sobre a forma.

Mais uma vez, a condição em questão pode ser realmente cumprida por uma limitação correspondente das atividades do Estado. Mas seria um grave erro se o leitor pensasse que tal limitação é uma consequência necessária. A democracia não necessita que todas as funções do Estado sejam sujeitas ao seu método político. Na maioria dos países democráticos, por exemplo, os órgãos políticos concedem uma grande independência aos juizes. Temos outro exemplo na posição do Banco da Inglaterra até 1914. Algumas das funções eram, realmente, de natureza pública. Apesar disso, essas funções foram atribuídas a um órgão que, legalmente, constituía apenas uma sociedade comercial bastante independente do setor político para adotar normas próprias. Certos órgãos federais do setor político têm poder para adotar normas próprias. Nos Estados Unidos, alguns órgãos federais constituem outra boa ilustração. A Comissão Interestadual de Comércio constitui uma tentativa para ampliar a esfera de autoridade pública sem ampliar a esfera de decisão política. Ou, para dar ainda outro exemplo: certos Estados financiam universidades *sem condições*, isto é, sem interferir, o que, em alguns casos, equivale a uma autonomia completa.

Por conseguinte, quase todos os tipos de atividade humana podem ser incluídos no âmbito do Estado sem se tornar parte do material que entra na luta competitiva pela liderança política, excluindo-se apenas as medidas de criação e concessão de poderes a uma determinada agência e os contatos naturais com o governo, na sua qualidade de órgão supervisor. É verdade, naturalmente, que essa supervisão pode degenerar em influência nociva. O poder do político de nomear pessoal para agências públicas apolíticas, se usado em toda a sua extensão, será muitas

vezes suficiente para corrompê-las. Mas a exceção não afeta o princípio.

Quanto à terceira condição: o governo democrático na moderna sociedade industrial deve ser capaz de contar, em todos os campos, incluídos na esfera da atividade pública (não importa se numerosos, ou não), com os serviços de uma bem treinada burocracia que goze de boa posição e tradição e seja dotada ainda de um forte sentido de dever e um não menos forte *esprit de corps*. Tal burocracia constitui o maior desmentido do falado governo de amadores. Potencialmente, é a única resposta à pergunta ouvida tão freqüentemente nos Estados Unidos: já que o governo democrático mostrou-se incapaz de produzir **(356)** um governo municipal decente, que poderemos esperar do governo da nação se todas as atividades, incluindo eventualmente todo o processo produtivo, devem ser cometidas à burocracia? E, por último, constitui também a principal resposta à pergunta a respeito da maneira como a nossa segunda condição pode ser cumprida, * nos casos em que for muito ampla a esfera do controle público. (** O estudo de alguns comentários sobre a burocracia, contidos no Capítulo XVIII, convencerá o leitor de que, em todos os três aspectos, a solução trazida pela burocracia não é considerada ideal em nenhum dos sentidos. Por outro lado, os leitores não devem deixasse influenciarem indevidamente pelas conotações que a palavra adquiriu na conversação habitual. De qualquer maneira, é a única solução realista.*)

Não basta que a burocracia seja eficiente na administração dos assuntos correntes e tenha competência para dar conselhos. Deve ser suficientemente forte para guiar e, se necessário, instruir os políticos que dirigem os ministérios. Para isto, deve ser capaz de criar princípios próprios e ser suficientemente independente para cumpri-los. Deve, em suma, ser um poder por direito próprio. Equivale isto a dizer que, de fato embora não formalmente, as nomeações, manutenção no cargo e promoções devem depender em grande parte — dentro dos regulamentos burocráticos que os próprios políticos hesitam em violar — de seus próprios conceitos como grupo, apesar de todo o clamor que se levanta sempre que político e público são contrariados por esses preceitos, o que aliás acontece freqüentemente.

Mais uma vez, como no caso do pessoal político, a questão do material humano disponível reveste-se de importância. A preparação do pessoal, embora importante, é secundária neste caso. E, tanto o material como o código tradicional necessários para o funcionamento de uma classe oficial desse tipo podem ser obtidos mais facilmente se houver camada social de boa qualidade e prestígio correspondente, que possa ser explorada em busca de novos recrutas — mas não demasiadamente rica, pobre, exclusiva ou acessível. As burocracias da Europa, a despeito de

terem provocado críticas suficientes para lhes manchar o bom nome, exemplificam muito bem o que estamos querendo explicar. Constituem produto de uma longa evolução iniciada com os *ministeriales* dos magnatas medievais (originariamente servos escolhidos para trabalhos militares e administrativos e que, por isso, adquiriram o *status* de pequena nobreza), que se prolongaram através dos séculos até se transformarem na máquina poderosa que hoje conhecemos. Não pode ser formada apressadamente, e tampouco *alugada* por dinheiro. Mas cresce em toda parte, seja qual for o método político adotado pela nação. A sua expansão é uma das coisas certas com que podemos contar no futuro. (357)

O quarto conjunto de condições pode ser resumido na expressão *autocontrole democrático*. Todos admitem, evidentemente, que o método democrático não pode funcionar suavemente a menos que todos os grupos importantes da nação estejam dispostos a aceitar todas as medidas legislativas, enquanto estiverem em vigor, e todas as ordens do governo, desde que emitidas por autoridades competentes.

Acima de tudo, tanto o eleitorado como o parlamento devem possuir um nível moral e intelectual bastante elevado para resistir às ofertas de loucos e ladrões, pois, caso contrário, os homens que não possuem nenhuma das duas qualidades serão impelidos numa ou noutra direção. Além disso, os fracassos que desacreditam a democracia e debilitam a lealdade para com ela podem ocorrer também se forem aprovadas medidas que não levam em conta os direitos de outros grupos ou a situação do país. As propostas individuais de reforma legislativa ou executiva devem, se assim podemos dizer, aguardar sua vez na fila e não tomar de assalto o armazém. Recordando o que foi dito no capítulo precedente sobre o *modus operandi* do método democrático, o leitor perceberá que essa atitude envolve uma larga medida de subordinação voluntária.

Em particular, os políticos no parlamento devem resistir à tentação de perturbar ou embaraçar o governo todas as vezes que têm oportunidade. Nenhuma política será possível se adotarem essa norma. Isto significa que as forças do governo devem aceitar-lhe a liderança e permitir-lhe formular e executar um programa e que a oposição deve também aceitar a direção do seu *gabinete potencial* e deixar que este trave a luta política com observância de certas regras. O cumprimento deste requisito, cuja violação habitual pode significar o começo do fim da

democracia, exige, como se verá adiante, uma dose exata de tradicionalismo, nem muito grande nem muito pequena. A proteção desse tradicionalismo é, na verdade, uma das razões para a existência das regras de procedimento e etiqueta parlamentar.

Os eleitores comuns devem respeitar a divisão de trabalho entre si e os políticos que elegem. Não devem retirar com excessiva facilidade a confiança entre eleições e necessitam compreender que, uma vez tendo eleito determinado cidadão, a ação política passa a ser dele e não sua. Significa isso que ele deve abster-se de instruí-lo sobre o que fazer, um princípio, aliás, que foi reconhecido por todas as Constituições e teorias políticas desde o tempo de EDMUND BURKE. As suas conseqüências, no entanto, não são entendidas de maneira geral. Por um lado, poucas pessoas compreendem que esse princípio (358) se choca com a doutrina clássica da democracia e significa, realmente, o seu abandono. Pois, se o povo deve governar no sentido de decidir casos individuais, que seria mais natural para ele do que dar instruções aos seus representantes, como o fizeram os eleitores dos Estados Gerais franceses em 1789 e mesmo antes disso? Por outro, reconhece-se ainda menos que se o princípio for aceito, não apenas instruções tão formais como essas dos *cabiers*, mas as tentativas menos formais de restringir a liberdade de ação dos membros do parlamento - o costume de bombardeá-los com cartas e telegramas, por exemplo - devem ser submetidas à mesma proibição.

Não queremos estender-nos sobre os vários e delicados problemas provocados pela operação desses conceitos, no que tangem à real natureza da democracia, da forma por nós definida. Importa dizer apenas que as práticas democráticas bem sucedidas em sociedades grandes e complicadas foram, invariavelmente, hostis às manobras por trás do pano (inclusive com o uso da diplomacia secreta e do disfarce de intenções e compromissos) e que é preciso muito autocontrole do cidadão para abster-se de usá-las.

Por último, a concorrência eficiente pela liderança necessita de muita tolerância com as diferenças de opiniões. Já dissemos acima que essa tolerância não pode e jamais será absoluta. Mas deve ser possível a todo líder potencial, que não está legalmente impedido de concorrer, apresentar seu caso sem causar desordens. E isto pode exigir que o povo permaneça calmo quando alguém ataca seus interesses mais vitais ou ofende seus ideais mais queridos, ou, como alternativa, que o líder potencial que abriga essas opiniões se abstenha também. Nenhuma das

duas atitudes é possível sem um real respeito pelas opiniões dos outros, um respeito que equivale a controlar as próprias opiniões.

Todos os sistemas podem-se desviar até certo ponto do costume. Mas, até mesmo o mínimo de autocontrole democrático necessita da existência de um caráter e hábitos nacionais de certo tipo, que não teve oportunidade de se desenvolver em todos os países e que o próprio método democrático não pode por si mesmo produzir. E em nenhuma parte esse autocontrole se sustentará além de um certo grau de severidade. Na verdade, o leitor não necessita reexaminar as nossas condições para se convencer de que o governo democrático funcionará com o máximo de vantagem apenas se todos os interesses importantes forem praticamente unânimes na lealdade ao país e aos princípios estruturais da sociedade. Todas as vezes que esses princípios forem desafiados e surgirem casos que dividam a nação em dois campos hostis, a democracia funciona deficientemente. E pode deixar de **(359)** funcionar por completo logo que os interesses e ideais estejam em conflito e a respeito dos quais o povo se recuse a entrar em acordo.

Ou, generalizando o que dissemos acima, o método democrático estará em situação desvantajosa nas épocas de crise. Realmente, democracias de todos os tipos reconhecem quase unanimemente que há situações em que é mais sensato abandonar a liderança competitiva e adotar a monopolista. Na antiga Roma, um cargo não-eletivo, conferindo ao seu ocupante o monopólio de liderança, estava previsto na Constituição. O detentor do cargo era chamado de *magister populi* ou *dictator*. Cláusulas semelhantes são conhecidas em quase todas as Constituições, na dos Estados Unidos, inclusive: em certas condições, o presidente adquire um poder que o transforma, para todos os fins e princípios, em autêntico ditador romano, por maiores que sejam as diferenças entre ambos em forma legal e detalhes práticos. Se o monopólio for eficazmente limitado a um período definido (como aconteceu originariamente em Roma) ou à duração de um estado de emergência curto, o princípio democrático da liderança coletiva será simplesmente suspenso. Se o monopólio, seja de fato seja de direito, não for limitado no tempo (e, se não limitado no tempo, tenderá a se tornar ilimitado em todos os campos), o princípio democrático é então ab-rogado e surge a ditadura na sua acepção moderna*. (* Na antiga Roma, com relação à qual temos o hábito de empregar incorretamente a palavra, desenvolveu-se uma autocracia que, por diversos séculos, revelou certos aspectos não estranhos às ditaduras modernas, embora a analogia não deva ser levada muito longe. Mas essa autocracia não usou o cargo republicano de ditador exceto em um caso, o de JÚLIO CÉSAR. A ditadura de SEU foi simples magistratura temporária, criada para um fim definido (reforma constitucional). E não podemos citar

outros casos que não sejam regulares.)

III. A DEMOCRACIA NA ORDEM SOCIALISTA

1. Ao expor nossas conclusões, é melhor começar estudando a relação entre a democracia e a ordem capitalista.

A ideologia da democracia, da maneira refletida na doutrina clássica, repousa num esquema racionalista da ação humana e dos valores da vida. Recordando o nosso argumento exposto anteriormente (Capítulo XI), o leitor deve perceber logo que a ideologia é de origem burguesa. A História confirma sem discrepância esse fato: historicamente, a democracia moderna cresceu passo a passo com o capitalismo e foi dele consequência. O mesmo acontece com a prática democrática: a democracia, no sentido da nossa teoria de liderança competitiva, presidiu ao processo de transformações políticas (360) e institucionais, através do qual a burguesia modificou e, do seu próprio ponto-de-vista racionalizou, a estrutura social e política que precedeu à sua ascensão: o método democrático foi a arma política dessa reconstrução. Já vimos algures que o método democrático trabalha, com eficiência, superior, também em certas sociedades extra e pré-capitalistas. A democracia moderna, todavia, é produto do sistema capitalista.

Constitui questão completamente diferente saber se a democracia é ou não um dos produtos do capitalismo, que com ele morrerá. E é também questão à parte saber com que grau de eficiência a sociedade capitalista pode utilizar o método democrático que criou.

Quanto à última questão, é claro que a sociedade capitalista está bem dotada, pelo menos em um aspecto. A burguesia oferece uma solução própria para o problema de reduzir as decisões da esfera política a proporções que podem ser controladas pelo método da liderança competitiva. O esquema burguês limita a esfera da política ao restringir o campo de autoridade pública. Sua solução será o ideal para o Estado modesto, que existe primariamente para garantir a legalidade burguesa e fornecer uma estrutura firme à iniciativa individual em todos os campos. Se, além disso, tomamos em conta as tendências pacifistas (ou pelo menos, antimilitaristas) e livre-

cambistas que observamos ser inerentes à sociedade burguesa, verificar-se-á que a importância do papel da decisão política no Estado burguês pode, em princípio pelo menos, ser reduzido a qualquer proporção mínima que se torne necessária devido às imperfeições do setor político.

Mas esse tipo de Estado deixou de ter interesse para nós. A democracia burguesa constitui, por certo, um caso histórico especialíssimo e os argumentos que possam ser invocados em seu nome dependerão evidentemente da aceitação de padrões que hoje já não observamos. Mas será absurdo negar que essa solução, com a qual, aliás, não concordamos, é, apesar de tudo, uma solução, e que a democracia burguesa é também democracia. Ao contrário, à medida que suas cores se desvanecem, torna-se ainda mais importante reconhecer como era ela colorida na sua época de maturidade; como oferecia vastas e *iguais* oportunidades às famílias (se não aos indivíduos); como era grande a liberdade pessoal que conferia àqueles que lhes passavam as provas (ou aos seus filhos). É importante reconhecer também que foi um sucesso, por algumas décadas pelo menos, que suportou condições desfavoráveis e que funcionou com êxito ao enfrentar necessidades que eram estranhas e hostis aos interesses burgueses. **(361)**

Além disso, em outro sentido, a sociedade capitalista, no seu estado de maturidade, estava em boas condições para fazer da democracia um sucesso. E muito mais viável a autolimitação democrática por uma classe cujos interesses são mais bem servidos por uma política de não-interferência, do que por outra que tende, por natureza, a viver do Estado. O burguês, primariamente absorvido pelos seus negócios particulares, provavelmente mostrará, de maneira gera! (enquanto esses interesses não forem seriamente ameaçados), muito mais tolerância pelas diferenças políticas e respeito por opiniões de que não partilha, do que qualquer outro tipo de ser humano. Além disso, enquanto os padrões burgueses forem dominantes na sociedade, essa atitude tenderá a contagiar outras classes. Os interesses latifundiários ingleses aceitaram com relativa boa graça a derrota de 1845; o operário inglês lutou pela eliminação das desqualificações legais, mas, até o começo do presente século, revelou muita relutância em reclamar privilégios. É exato que em outros países esse autocontrole foi menos evidente. Esses desvios do princípio não foram sempre sérios e estavam sempre vinculados aos interesses capitalistas. Mas, em alguns casos, a vida política se transformou quase que inteiramente numa luta de grupos de pressões e, em muitos outros, tornaram-se práticas que não se ajustavam ao espírito do método democrático, a ponto de deturpar-lhe o *modus operandi*. A afirmação de que

não pode haver verdadeira democracia na ordem capitalista é, apesar disso, um evidente exagero*. (* Devemos dizer, sim, que existem realmente alguns desvios do princípio de democracia que se associam à presença de interesses capitalistas organizados. Mas, ainda que corrigidos dessa maneira, a afirmação continua verdadeira tanto do ponto-de-vista da doutrina clássica como do nosso conceito de democracia. Do primeiro ponto-de-vista, o resultado significa que os meios à disposição dos interesses privados são usados freqüentemente para contrariar a vontade do povo. Do segundo, que esses meios privados são amiúde utilizados para interferir na operação do mecanismo da liderança competitiva.)

Em ambos os aspectos, todavia, o capitalismo está perdendo rapidamente as suas antigas vantagens. A democracia burguesa, vinculada a esse ideal de Estado, vem funcionando com dificuldades cada vez maiores já há algum tempo. Em parte, isso se deve ao fato, que já estudamos acima, de que o método democrático não funciona da maneira mais favorável nos casos em que a nação está muito dividida sobre questões fundamentais da estrutura social. E essa dificuldade tornou-se especialmente grave porque a sociedade burguesa deixou, de maneira lamentável, de preencher uma outra condição de funcionamento do sistema democrático. A burguesia (362) produziu indivíduos que fizeram sucesso na liderança política quando passaram a fazer parte de uma classe política de origem não-burguesa, mas não produziu uma grande camada política própria, embora, como se poderia pensar, a terceira geração das famílias industriais tivesse todas as oportunidades para criá-la. A razão dessa incapacidade foi explicada em detalhes na Parte II. Esses fatos, tomados em conjunto, parecem sugerir um prognóstico pessimista para esse tipo de burguesia. E sugerem também uma explicação para a facilidade aparente com que, em certos casos, essa sociedade sucumbiu à ditadura.

2. A ideologia do socialismo clássico é descendente da ideologia burguesa. Partilha, sobretudo, do fundo racional e militarista da última e de muita; das idéias e ideais da doutrina clássica da democracia. Neste sentido, os socialistas de fato não tiveram dificuldade em se apropriar dessa parte da herança burguesa e de alegar que os elementos da doutrina clássica que o socialismo não pode absorver (o destaque dado à defesa da propriedade privada, por exemplo) constituem, na verdade, negações dos seus princípios tradicionais. Credos dessa ordem poderiam ter sobrevivido até mesmo em formas de socialismo totalmente não-democrático. E podemos confiar que escribas e fariseus encontrarão, mediante frases apropriadas, um terreno comum entre o credo e a prática. Mas é a prática que nos interessa — o destino das práticas democráticas, como foram por nós interpretadas na doutrina da liderança competitiva. Dessa maneira, uma vez que já verificamos que o socialismo não-democrático é perfeitamente

possível, a questão importante é saber agora de que maneira o socialismo pode utilizar o método democrático, caso resolva adotá-lo.

O ponto essencial a compreender é o seguinte: nenhuma pessoa sensata pode estudar com indiferença as possíveis conseqüências da extensão do método democrático, ou melhor, da esfera da *política*, a todos os assuntos econômicos. Acreditando que o socialismo democrático significa justamente isso, essa pessoa concluirá naturalmente que o socialismo democrático deve fracassar. Mas esta não é a conclusão necessária. Como já observamos antes, a ampliação da esfera da administração pública não significa necessariamente uma extensão correspondente da administração política. É provável que a primeira possa ser estendida de maneira a absorver os assuntos econômicos da nação, ao passo que a segunda permanece dentro das fronteiras estabelecidas pelas limitações do método democrático.

Mas é conclusão inevitável que, na sociedade socialista, tais limitações provocarão questões muito mais sérias, pois a sociedade socialista carece das restrições automáticas impostas à atmosfera (363) política pelo sistema burguês. Além disso, na sociedade socialista, não será mais possível encontrar consolo no pensamento de que a ineficiência do procedimento político é, afinal de contas, apenas uma garantia de liberdade. A falta de administração eficiente trará a falta do pão. Não obstante, as agências encarregadas do funcionamento do motor econômico — a junta central que encontramos na Parte III e os órgãos subordinados encarregados de administrações de indústrias e firmas separadas — podem ser organizadas e administradas de maneira a evitar, no cumprimento dos deveres habituais, a interferência de políticos e, por falar nisso, de incômodos comitês de cidadãos ou de operários. Ou melhor, podem estar tão distantes da atmosfera de conflito político que não terão de revelar outra ineficiência senão aquela vinculação à palavra *burocracia*. E mesmo essa eficiência pode ser reduzida de maneira considerável graças a uma concentração certa de responsabilidades sobre certos indivíduos e por um sistema de bem escolhidos incentivos e penalidades, entre os quais serão as mais importantes as normas de nomeação e promoção.

Os socialistas sérios, quando não estão cabalando votos e se encontram em estado de sensatez, sempre perceberam a existência desse problema e também que a democracia não constitui solução para ele. Encontramos uma interessante ilustração desse ponto nas

deliberações do *Comitê Alemão sobre a Socialização (Sozialisierungs Kommission)*. Em 1919, quando o Partido Social Democrático Alemão resolveu opor-se definitivamente ao bolchevismo, alguns dos seus membros mais radicais ainda acreditavam que alguma medida de socialização era iminente, por questão de necessidade prática. Um comitê foi por isso nomeado, com a atribuição de definir os objetivos e recomendar os métodos. Embora não fosse constituído apenas de socialistas, a influência destes era dominante. KARL KAUTSKY ocupava a presidência. Produziu o comitê recomendações definidas apenas a respeito do carvão, e mesmo estas, vindas à luz sob as nuvens de tempestade da paixão anti-socialista, não são especialmente interessantes. Muito mais interessantes são as opiniões que surgiram na época em que prevaleciam esperanças mais ambiciosas. Condenou-se franca e unanimemente a idéia de que os gerentes de fábrica deviam ser eleitos pelos operários. Os conselhos de operários que haviam surgido durante a época de colapso geral eram objeto de suspeita e antipatia. O comitê, procurando evitar tanto quanto possível as idéias populares sobre *democracia industrial*, * fez o máximo para dar-lhes uma forma inócua e pouco ou nada para fixar-lhes as funções. (* *A democracia econômica e industrial representa conceitos que figuram em tantas quase-utopias que perderam pouco menos que todo o sentido preciso. Basicamente, acreditamos que significa duas coisas: em primeiro lugar, o domínio dos sindicatos sobre as relações industriais; em segundo, a democratização da fábrica monárquica pela representação dos operários nas juntas de administração, ou outros expedientes destinados a assegurar-lhes influencia nas decisões sobre a introdução de melhorias tecnológicas, política comercial em geral, e, por certo, disciplina na fábrica, em particular, incluindo os métodos de contratação e dispensa. A participação nos lucros é uma panacéia de um grupo inferior de esquemas. Acreditamo-nos justificados a dizer que a maior parte dessa democracia econômica se desvanecerá em um regime socialista. Alas isso não é tão grave como parece, pois muitos dos interesses que esse tipo de democracia deveria defender cessarão de existir por essas alturas.*) Pelo contrário, trabalhou arduamente para fortalecer a autoridade e defender a independência do pessoal administrativo. Dedicou muita atenção ao problema de evitar que os gerentes perdessem a vitalidade capitalista e mergulhassem no ramerrão burocrático. Na verdade (se é permissível falar de resultados de discussões que dentro em breve perderiam toda importância), esses gerentes socialistas não teriam sido muito diferentes dos seus predecessores capitalistas e, em muitos casos, os mesmos indivíduos teriam sido renomeados. Chegamos, pois, por caminho diferente, às mesmas conclusões alcançadas na Parte III.

Estamos agora, por conseguinte, em condições de vincular essa conclusão à solução do problema da democracia em um regime socialista. Em certo sentido, naturalmente, as formas e os órgãos atuais do sistema democrático são tão característicos da estrutura e dos problemas do mundo burguês como o próprio princípio fundamental da democracia. Mas isto não constitui razão para que eles desapareçam com o capitalismo. As eleições gerais, partidos, parlamentos,

gabinetes e primeiros-ministros poderão ainda ser os instrumentos mais convenientes para resolver os problemas que os socialistas podem reservar para decisão política. A lista desses casos seria escoimada de todos os itens que, nos dias de hoje, têm origem no conflito de interesses privados e na necessidade de regulamentá-los. Mas haverá novos. Haverá outras questões, tais como o volume de investimentos a ser aplicado e as normas para distribuição do produto social, que devem ser emendadas. Os debates gerais sobre eficiência e as comissões de inquérito, do tipo das Comissões Reais Inglesas, continuarão a funcionar da mesma maneira.

Dessa maneira, os membros do gabinete e, em particular, os políticos que se encontrarem à testa do *ministério da produção*, farão sem dúvida prevalecer a influência do elemento político, tanto mediante medidas legislativas a respeito dos princípios gerais de (365) administração da máquina econômica, como através do poder de nomear, que não poderia estar inteiramente ausente ou ser meramente formal. O *ministro da produção* não precisaria interferir mais no funcionamento interno das indústrias do que os ministros ingleses da saúde ou guerra interferem nos seus respectivos departamentos.

3. É desnecessário dizer que a administração de uma democracia socialista da maneira indicada acima seria um fracasso total, exceto no caso de uma sociedade que preenchesse o requisito de *maturidade*, discutido na Parte III, incluindo, particularmente, a capacidade de estabelecer a ordem socialista de uma maneira democrática e a existência de uma burocracia de posição e experiência adequadas. Mas a sociedade que preenchesse essas condições — e não discutiremos outro tipo qualquer — teria, em primeiro lugar, uma vantagem de importância possivelmente decisiva.

Frisamos acima que não se pode esperar que a democracia funcione satisfatoriamente a menos que a vasta maioria do povo, em todas as classes, esteja resolvida a observar as regras do jogo democrático e que essa observância, por seu turno, signifique que todos concordam basicamente sobre os princípios fundamentais da estrutura institucional. Atualmente, a última condição não está sendo cumprida. Um número tão grande de pessoas já perdeu, e tantas outras perderão, a lealdade aos padrões da sociedade capitalista que, por este motivo apenas, a democracia está obrigada a funcionar com dificuldades cada vez maiores. Na fase por nós imaginada, todavia, o socialismo pode eliminar essa falha. Será, talvez, capaz de restabelecer a

unanimidade de pontos-de-vista e reparar as falhas no tecido social. Caso o consiga, então, os antagonismos restantes serão exatamente do tipo que o método democrático está bem capacitado a solucionar.

Dissemos, na Parte III, que os antagonismos restantes diminuirão em número e importância graças à eliminação de interesses capitalistas era choque. As relações entre a agricultura e a indústria, entre pequenas e grandes indústrias, entre produtores e consumidores de aço, entre as indústrias protecionistas e os exportadores deixarão de ser (ou podem deixar de ser) questões políticas que são hoje resolvidas pelo peso relativo de grupos de pressão, e se tornarão problemas técnicos, que serão examinados imparcialmente por especialistas e terão uma solução consentânea. Embora possa ser utópico esperar que não haja interesses econômicos diferentes ou conflitos entre eles, e ainda mais utópico esperar que não haja problemas econômicos que causem divergência de opinião, há bons motivos para se esperar que o número total de assuntos controversos diminua, quando (366) comparados com o que eram no caso do capitalismo intato. Não haveria, por exemplo, os defensores da política de proteção à prata e a vida política seria purificada.

À primeira vista, o socialismo não possui nenhuma clara solução para o problema que foi resolvido em outras formas de sociedade pela existência de uma classe política de tradições estáveis. Já dissemos anteriormente que, no socialismo, haverá o político profissional, de cujo meio pode surgir uma casta política, sobre cujas qualidades seria ocioso especular.

Até agora, o socialismo se apresenta sob uma luz muito favorável. Pode-se argumentar, todavia, que essa vantagem pode ser facilmente contrabalançada pela importância e possibilidade dos desvios possíveis. Até certo ponto, previmos essa possibilidade, ao insistir na maturidade econômica que, entre outras coisas, implica que nenhum grande sacrifício pode ser exigido de uma geração em benefício da outra. Mas, mesmo que não haja necessidade de fazer o povo suar por meio de um *Gosplan* qualquer, a tarefa de manter o curso democrático pode ser extremamente delicada. As circunstâncias nas quais o timoneiro do barco teria êxito em resolvê-la talvez não sejam mais fáceis de imaginar do que as circunstâncias em que, frente a frente com um estado de paralisia que se estendesse do setor político a toda a economia nacional, ele pudesse ser impelido a um curso de ação que deve sempre encerrar atrativos para o homem que

percebe o poder tremendo, inerente ao sistema socialista, sobre o povo. Afinal de contas, a administração eficiente da economia socialista significa não apenas a ditadura *do* proletariado na fábrica, mas também *sobre* o proletariado. Os homens que são mantidos sob jugo tão disciplinado seriam, é verdade, os soberanos nas eleições. Mas, da mesma maneira que podem usar essa soberania para relaxar a disciplina na fábrica, assim também o governo (precisamente o governo que se preocupa com o futuro da nação) pode aproveitar-se dessa disciplina para restringir a soberania. Por questão de necessidade prática, a democracia socialista pode eventualmente tornar-se logro maior do que foi até hoje a democracia capitalista.

De qualquer maneira, a democracia não significará maior liberdade pessoal. E, mais uma vez, não terá maior semelhança com os ideais entronizados na doutrina clássica.

PARTE V

ESBOÇO HISTÓRICO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS

PRELIMINAR

Não nos cabe escrever a história dos partidos socialistas. Tanto o meio em que surgiram e caíram como as maneiras em que enfrentaram seus problemas pedem uma tela mais vasta e um pincel mais competente do que o nosso. Além disso, não chegou ainda a época indicada para esse trabalho: embora nos últimos vinte anos tenham surgido valiosas monografias que lançaram toda a luz que necessitamos sobre determinadas situações ou fases, torna-se ainda necessário um grande trabalho de pesquisa antes que a história do moderno socialismo em ação possa ser escrita de maneira a atender aos requisitos da erudição. Mas a descrição de certos fatos torna-se necessária a fim de complementar e colocar na sua devida perspectiva muita coisa que se disse nas partes anteriores deste livro. Desejamos também apresentar alguns outros pontos que nos ocorreram depois de estudo e observação pessoal, pois nos parecem bastante interessantes em si mesmos. Com esse objetivo, reunimos os fragmentos que se seguirão, na esperança de que até mesmo fragmentos possam indicar os contornos do conjunto.

Nem todos os leitores (nem mesmo todos os leitores socialistas) aprovarão a posição de destaque que atribuímos a MARX e ao marxismo nestes fragmentos. Confessamos prontamente que temos certos preconceitos sobre o assunto. Na nossa opinião, o aspecto fascinante da política socialista (a faceta que lhe dá um direito especial à atenção e uma dignidade própria que é tanto intelectual como moral) (370) e a sua clara e íntima relação com uma base doutrinária. Em princípio, peio menos, trata-se de uma teoria implementada pela ação ou inação em torno de um preceito, verdadeiro ou falso, de necessidade histórica. (Veja a Parte I.) Até mesmo as considerações de conveniência e simples tática possuem aquele *character indelebilis* e foram sempre discutidas à luz deste princípio. Mas isto é verdadeiro apenas no caso da versão marxista, e não mais verdadeiro do que é, evidentemente, a presença dentro do conglomerado burguês dos radicais adeptos de BENTHAM, OU OS radicais *filosóficos*, como eram significativamente chamados. Todos o.; grupos socialistas não-marxistas são mais ou menos semelhantes a todos os outros grupos e partidos. Apenas os marxistas puros seguiram coerentemente a doutrina que para eles continha a resposta a todas as questões. Como se verá adiante, não admiramos sem reservas essa atitude. Não ficaria mal chamá-la de *estreita e mesmo ingênua*. Mas os doutrinadores de todos os tipos, quaisquer que sejam os seus defeitos práticos, possuem certas qualidades

estéticas que os elevam acima do tipo comum de simples profissionais da política. Contam também com fontes de energia que os meros profissionais jamais serão capazes de entender.

Capítulo 24

A MENORIDADE

AS DOUTRINAS SOCIALISTAS, em algumas das suas raízes presumivelmente tão velhas como o pensamento inteligível, foram apenas sonhos, belos alguns, odiosos outros (anelos impotentes, sem contato com as realidades sociais), enquanto careceram de meios de convencer ao homem que o processo social trabalhava em benefício da concretização do socialismo. O trabalho socialista equivaleu a pregar no deserto, enquanto não estabeleceu contato com uma força existente ou potencial de poder social, a pregação do tipo platônico, a respeito da qual nenhum político precisa preocupar-se e que nenhum observador dos fenômenos sociais necessita incluir entre os fatores operativos.

Esta é a essência da crítica de MARX à maioria dos socialistas que o precederam ou que, na sua época, pregavam doutrinas semelhantes, e a razão por que ele as chamava de *utópicas*. O importante não era que a maioria dos seus esquemas fossem monstrosos que todos podiam ver, ou abaixo da crítica, intelectualmente, mas que esses planos foram essencialmente irrealizados e irrealizáveis. Uns poucos exemplos ilustrarão esse ponto e dispensarão um alongado estudo da numerosa literatura. E serão suficientes também para mostrar até que ponto estava errado o julgamento de MARX.

A *Utopia* de Sir THOMAS MORE (1478-1535), lida, admirada e mesmo copiada no próprio século XLX — veja-se o êxito obtido por CABET e BELLAMY — descreve o quadro de uma sociedade frugal, moral e igualitária, que era justamente o oposto da sociedade inglesa do tempo do autor. Esta sociedade ideal pode ser apenas a forma literária de uma crítica social. Talvez não haja necessidade de aceitá-la como uma exposição das opiniões de MORE sobre os (372) objetivos do planejamento social prático. No entanto, se for entendida no último sentido (como o foi realmente), a sua dificuldade não reside na impraticabilidade. Em alguns aspectos é menos impraticável do que certas formas modernas do socialismo idílico. Enfrenta a questão da autoridade, por exemplo, e aceita sem titubeios a perspectiva (exaltada, sem dúvida, e transformada em virtude) de um modesto padrão-de-vida. A dificuldade real é que não foi feita

qualquer tentativa para mostrar de que maneira a sociedade deve evoluir para o estado ideal (exceto, talvez, pela conversão) ou quais são os fatores reais que devem ser explorados para produzi-lo. Podemos simpatizar ou antipatizar com o ideal, mas nada fazer a respeito dele. Ou, para pôr os pontos nos ii, nada há nele que sirva de base a um partido ou que forneça um programa.

Outro exemplo que nos ocorre é o socialismo de ROBERT OWEN (1771-1858). Industrial e reformador prático, ele não se contentou em conceber (ou adotar) a idéia de pequenas comunidades auto-suficientes, que produziam e consumiam seus meios de vida de acordo com os princípios comunistas mais ousados que se pode imaginar. Ele, na verdade, procurou concretizar essa idéia. Em primeiro lugar, depositou as esperanças na ação do governo; em seguida, procurou dar um exemplo. Em vista disso, poderia parecer que o plano era mais viável do que o de MORE: havia não apenas um ideal, mas também uma ponte através da qual se podia alcançá-lo. Na verdade, todavia, esse tipo de ponte serve apenas para ilustrar ainda mais exatamente a natureza da utopia. Em ambos os casos, a ação do governo e a iniciativa individual são introduzidas como *dei ex machina*, o tipo de medida que teria de ser tomado porque alguém o julgou útil. Nenhuma força social evoluindo em direção a um fim foi sugerida nem poderia tê-lo sido. Tampouco um pedaço de solo qualquer foi reservado para as roseiras. Elas se alimentariam apenas de beleza*. (** O mesmo se aplica ao plano semelhante, proposto por CHARLES FOURIER (1772-1837), que ninguém chamará de socialista, uma vez que o trabalho deveria receber apenas 5/12 do produto social, cabendo o resto ao capital e à administração. Embora, em si mesmo, se tratasse de uma tentativa elogiável de levar em conta as realidades, é divertido notar que o trabalho, nesse estado de coisas ideal, ficaria em pior situação do que na sociedade capitalista. Na Inglaterra de antes da guerra, por exemplo (veja o trabalho de A. BOWLEY, The Division of the Product of Industry, 1921, pág. 37), os vencimentos e salários abaixo de 160 libras absorviam, na indústria e mineração, 62% do valor líquido da produção ou, incluindo os salários acima de 160 libras, 68%. Evidentemente os ideais de Fourier não eram primariamente econômicos, mas, na medida em que o foram, ilustrara muito bem a medida de ignorância sobre o capitalismo que entra nos credos reformistas.*)

As mesmas restrições se aplicam ao anarquismo de PROUDHON (1809-1865), exceto que, no seu caso, o erro econômico claro é muito mais evidente do que na maioria dos outros clássicos do anarquismo que desprezavam o lado econômico e, seja por destacarem o ideal da cooperação livre e não-estatal entre os indivíduos, ou o (373) trabalho de destruição que devia precedê-la, evitavam os erros de raciocínio, sobretudo porque evitavam raciocinar. Como os "poetas, os loucos e os indivíduos de imaginação delirante", eles eram visceralmente incapazes de fazer outra coisa senão derrubar a carroça socialista e aumentar a confusão em situações de agitação

revolucionária. Não é difícil simpatizar com o desgosto de MARX, algumas vezes misturado com desespero, diante das travessuras de M. BAKUNIN.

Mas o anarquismo era utopia misturada com vingança. Mencionamos as espécies patológicas para tornar bem claro que o ressurgimento dessa mentalidade do século XIV não deve ser confundido com as marcas autênticas do socialismo utópico que os trabalhos de ST. SIMON (1760-1825) revelam na sua forma mais pura. Nesses trabalhos encontramos bom senso e responsabilidade, juntamente com um grau considerável de poderes analíticos. O objetivo colimado não era nem disparatado nem quimérico. Faltava apenas a maneira: mais uma vez, o único método sugerido era a ação governamental, uma ação por governos que na época eram essencialmente burgueses.

Caso se aceite a opinião acima, o grande rompimento que pôs um ponto final na menoridade do socialismo deve ser ligado ao nome e às obras de KARL MARX. Podemos, pois, marcar o início da maioridade, na medida em que assuntos dessa ordem podem ser realmente datados, a partir da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) ou da fundação da *Primeira Internacional* (1864). Foi justamente nesse período que os critérios políticos e doutrinários sérios se encontraram. Mas, por um lado, esses acontecimentos resumiam apenas a evolução ocorrida nos séculos de menoridade e, por outro, formulava-os de uma maneira particular, que talvez fosse praticável. Até certo ponto, por conseguinte, o julgamento dos homens da menoridade pelos ortodoxos deve ser revisado.

Em primeiro lugar, se os planos socialistas desses séculos eram sonhos, a maioria não passava de sonhos racionalizados. Mas certos pensadores individuais conseguiram com maior ou menor perfeição racionalizar não apenas seus sonhos individuais, mas os sonhos das (374) classes não-governantes. Por isso mesmo, esses pensadores não viviam inteiramente com a cabeça nas nuvens. Eles contribuíram também para trazer à superfície o que dormia embaixo, mas estava prestes a despertar. Nesse sentido, até mesmo os anarquistas, retroagindo aos seus predecessores medievais que floresceram em tantos conventos e, ainda mais, nos grupos terciários da Ordem Franciscana, adquirem uma importância que os marxistas usualmente não lhes conferem. Por mais desprezíveis que suas convicções pareçam ao socialista ortodoxo, grande parte da força propulsora do socialismo procede, até mesmo hoje,

desses anelos irracionais da *alma* esfomeada (não a barriga) a que eles serviam de porta-vozes*.

(É justamente essa a razão por que os socialistas cultos esforçam-se para afastar para o lado o que reconhecem ser absurdo ou visionário na crença do correligionário não-cultivado, e que jamais pode ter êxito completo. A atração popular do socialismo não se deve ao que pode ser racionalmente provado a seu respeito, mas justamente a essas heresias místicas que burgueses e economistas socialistas condenam por igual. Ao tentar dissociar-se delas, o socialista mostra-se não apenas ingrato para com a onda que o carrega, mas se arrisca a ver a sua força desviada para o serviço a outro credo.)*

Em segundo, os pensadores socialistas da época da menoridade forneceram muitos tijolos e ferramentas, que se mostraram úteis mais tarde. Afinal de contas, eles eram os próprios autores da idéia de uma sociedade socialista e foi devido aos seus trabalhos que MARX e seus contemporâneos puderam discuti-la como assuntos familiares a todos. Mas numerosos utopistas foram muito além desse ponto. Prepararam certos detalhes do plano socialista ou algumas de suas variantes, formulando problemas (por mais inadequados que fossem), e, dessa maneira, limpavam um largo trecho do terreno. Não podemos negligenciar nem mesmo suas contribuições à análise puramente econômica. Elas constituíram um fermento há muito esperado num pudim muito encaroçado. Grande parte dessas contribuições, além disso, foi trabalho profissional que melhorou a teoria existente e, entre outras coisas, ajudou muito a MARX. OS socialistas e quase--socialistas ingleses que elaboraram a teoria do valor do trabalho (homens como WILLIAM THOMPSON) constituem os melhores exemplos.

Em terceiro, nem todos aqueles que os marxistas incluem entre os utopistas deixaram de ter contatos com movimentos de massa. Alguns contatos inevitavelmente resultaram do fato de que as condições econômicas e sociais que inspiraram a pena do intelectual puseram também em movimento algum grupo ou classe — camponeses, artesãos, trabalhadores agrícolas ou simplesmente vagabundos e a ralé. Outros utopistas, no entanto, mantiveram contatos muito mais íntimos deste (375) tipo. As aspirações dos camponeses durante as revoluções do século XVI já haviam sido formuladas pelos intelectuais. A coordenação e a cooperação tornaram-se mais estreitas à medida que os séculos passavam. "Gracchus" BABEUF, o espírito orientador do único movimento socialista dentro da Revolução Francesa, foi considerado suficientemente importante para que o governo lhe fizesse o cumprimento de executá-lo em 1797. Mais uma vez, a Inglaterra ilustra melhor do que qualquer país este fenômeno. Precisamos, apenas, comparar a história do movimento dos *niveladores* do século XVII e o *movimento cartista* no século XIX. No primeiro caso, WINSTANLEY entrou para o movimento e o orientou; no segundo, um grupo de intelectuais reagiu como grupo e, embora o

movimento tivesse resultado no *socialismo cristão*, não constituiu simplesmente uma agitação de estudantes, totalmente divorciada de um movimento contemporâneo de massa. Na França, o melhor exemplo é proporcionado pelas atividades de Louis BLANC em 1848. Neste, como em outros aspectos, por conseguinte, o socialismo utópico diferiu do socialismo *científico* antes em grau do que em natureza: a relação entre os socialistas da menoridade e os movimentos de massa foi ocasional e não, como regra, uma questão de princípio fundamental, ao passo que, com MARX e com o socialismo pós-marxista, tornou-se exatamente uma questão fundamental de princípios e semelhante às relações de um governo com as forças armadas permanentes.

Resta assinalar um ponto muito importante, que esperamos não se converta em obstáculo. Afirmamos há pouco que a doutrina que assevera a existência de uma tendência para o socialismo * e o contato permanente com uma fonte existente ou potencial de poder social — os dois requisitos do socialismo como fator político sério — foram definitivamente estabelecidos, mais ou menos em meados do século XIX, de uma maneira que não é logicamente a única possível. MARX e a maioria dos seus contemporâneos deram uma orientação especial a essa doutrina, sustentando que a classe operária era a única que poderia ser ativamente associada a essa tendência e que, daí, era a única fonte de poder que poderia ser explorada pelo socialista. (* *Para a significação exata desta frase, o leitor deve voltar à nossa discussão do assunto nas Partes I e II. Aqui, significa duas coisas: em primeiro lugar, que as forças sociais reais, independentemente da sua deseabilidade ou indeseabilidade, trabalham em favor do socialismo, o qual, por conseguinte, adquirirá cada vez mais o caráter de proposição prática; em segundo, que, sendo assim, há realmente campo para as atividades partidárias ao longo das linhas socialistas. Esse último ponto será discutido no Capítulo XXV.*) Para eles, o socialismo significava, sobretudo, a libertação do operário da (376) exploração e que a "emancipação dos operários deve ser missão da própria classe obreira".

Torna-se agora fácil entender por que, como proposição prática, a conquista do interesse do operariado deve ter atraído a MARX mais do que qualquer outro curso de ação e porque sua doutrina teria de ser formulada da maneira que o foi. Mas a idéia se tornou tão firmemente enraizada, inclusive em algumas mentes não-socialistas, que obscureceu inteiramente alguns fatos que são tão difíceis de explicar, isto é, que o movimento trabalhista, embora amiúde aliado ao socialismo, continuou à parte até o dia de hoje, e que não foi absolutamente fácil para os socialistas estabelecer no mundo operário esferas de influência nas quais seu credo foi aceito como coisa natural. Seja qual for a maneira que interpretemos esses fatos, deve ficar claro que o movimento trabalhista não é essencialmente socialista, da mesma maneira que o socialismo não

é necessariamente trabalhista ou proletário. Não é de admirar que seja assim, pois, como vimos na Parte II, embora o processo capitalista socialize lentamente a vida econômica, e muito, por falar nisso, importa na transformação de *todo* organismo social, cujas partes são igualmente afetadas na sua *totalidade*. Os salários reais e o peso social da classe trabalhadora elevam-se nesse processo e a sociedade capitalista torna-se mais e mais incapaz de enfrentar litígios trabalhistas. Mas este fenômeno é inegavelmente um pobre substituto para o quadro marxista do operário impelido até a grande revolução por sofrimentos que se tornam cada vez mais intoleráveis. Se substituirmos o quadro e compreendermos que o que realmente aumenta é a posição do trabalho no sistema capitalista, inevitavelmente teremos de dar menos importância à atração especial da classe trabalhadora pela lógica da evolução. Ainda menos convincente é o papel que o marxismo atribui ao proletariado na catástrofe do drama social. Haverá muito poucos motivos para catástrofe se a transformação for gradual. E se houver uma grande revolução, o proletariado será simplesmente convencido, ou forçado, a se acomodar. A ponta de lança caberá aos intelectuais, ajudados pela rale semicriminosa. As idéias de MARX sobre o assunto nada mais são que *ideologias*, tão utópicas como as crenças dos utopistas.

Por conseguinte, embora continue a ser basicamente verdadeiro que, ao contrário da maioria dos seus predecessores, MARX tentou racionalizar um movimento existente e não um sonho, e também que ele e seus sucessores realmente obtiveram controle parcial desse movimento, a diferença é muito menor do que os marxistas nos querem fazer acreditar. Houve, como vimos acima, mais realismo no pensamento (377) dos utopistas e também muito mais devaneios nos pensamentos de MARX do que seus sectários admitem.

Em vista disso, poderemos pensar com maior simpatia nos socialistas da época da menoridade *porque* eles não frisaram exclusivamente o aspecto proletário do caso. Em particular, o apelo que fizeram aos governos e a outras classes além do proletariado, parece-nos menos visionário e mais real do que pareceu a MARX. Pois o Estado, com sua burocracia e grupos que dirigem o organismo político, oferece evidentemente perspectivas muito mais promissoras ao socialista que busca sua fonte de poder social. Como deve estar claro agora, eles provavelmente se orientarão na direção desejada com não menor *necessidade* dialética do que as massas. E essa excrescência da camada burguesa que chamaremos (*a potiori*) *socialismo fabiano* * é também sugestiva. (* Veja o Capítulo XXVI, Os marxistas replicarão, naturalmente, que esses fenômenos são simples derivados dos fenômenos autênticos, meros efeitos da marcha vitoriosa do proletariado. Isso será verdadeiro se

significar que o último é um dos fatores da situação que produziu e está produzindo o primeiro. Mas, ainda nesse sentido, a afirmação não constitui uma objeção. Se significa que existe uma relação invariável, ou de causa-e-efeito, entre o socialismo estatal e o proletário, realmente constituiria uma objeção, mas sem fundamento. O processo sócio-psicológico descrito na Parte II produzirá, sem qualquer pressão partida de baixo, o socialismo estatal e fabiano, os quais até mesmo contribuirão para o aparecimento dessa pressão. Como veremos adiante, constitui uma dúvida razoável perguntar até onde iria o socialismo sem o simpatizante. Não há dúvida que o socialismo (distinto do movimento trabalhista sindical) jamais alcançaria êxito sem o líder intelectual de origem burguesa.) A busca por MARX de uma mola propulsora social, por conseguinte, produziu um caso que, embora por motivos práticos seja o mais importante, está logicamente na mesma situação de outros que são fraudes e heresias para o ortodoxo.

Capítulo 25

A SITUAÇÃO ENFRENTADA POR MARX

1. DE ACORDO COM ENGELS, MARX adotou em 1847 a palavra *comunista* de preferência à palavra *socialista*, porque o socialismo havia aquela época adquirido ressaibos de respeitabilidade burguesa. Por maior que tenha sido o seu sabor burguês e por maior desejo que tenhamos de explicar o fato, se é que é fato — mais de uma vez vimos boas razões para interpretar o socialismo como produto de uma mentalidade burguesa — não pode haver dúvida que MARX e ENGELS eram intelectuais burgueses típicos. Exilados de origem e tradição burguesas. Essa fórmula explica muita coisa a respeito do pensamento de MARX e da política e táticas políticas por ele recomendadas. O surpreendente é a tremenda aceitação de suas idéias.

Em primeiro lugar, o intelectual sem raízes, com a experiência formativa de 1848 impressa para sempre sobre a alma, abandonou e foi abandonado pela sua própria classe. Os intelectuais nas mesmas situações e, em certo sentido, as massas proletárias, eram tudo que lhe restava e no qual podia confiar. Estas circunstâncias explicam a doutrina que, como vimos no capítulo precedente, necessita realmente de uma explicação, isto é, a doutrina de que os operários deviam-se *emancipar por esforço próprio*.

Em segundo, o intelectual sem raízes naturalmente se torna internacionalista *por sentimento*. Isto significava algo mais do que não se sentir afetado pelos problemas e vicissitudes de qualquer país — e mesmo de proletariados nacionais isolados — ou que esses fatos permaneceriam sempre na periferia dos seus interesses. Significava, pelo contrário, que era agora muito mais fácil para ele criar uma (379) religião socialista hipernacional e conceber um proletariado internacional cujas partes componentes eram, em princípio pelo menos, muito mais diretamente ligadas às outras do que cada uma delas era vinculada aos seus concidadãos de classe diferente. Não há dificuldade em conceber friamente um conceito desse tipo, evidentemente sem base, e tudo que ele implica na interpretação da história antiga e nas opiniões dos partidos marxistas sobre a política estrangeira. Mas esse conceito teria contra si as influências reais exercidas pelo meio nacional e jamais poderia ter sido apaixonadamente

abraçado por homens ligados ao seu país por laços inumeráveis. Mas esses laços não existiam para MARX. Não tendo uma pátria, ele se convenceu facilmente que o proletariado também não tinha nenhuma.

Veremos dentro em breve por que — e em que medida — esses ensinamentos sobreviveram e o que, em circunstâncias diferentes, vieram a significar. MARX, sem dúvida, aceitava suas implicações não-intervencionistas e pacifistas. Ele, por certo, pensava não apenas que as *guerras capitalistas* não eram de interesse do proletariado, mas eram justamente o meio de subjugá-lo ainda mais completamente. A concessão que dele se poderia esperar, isto é, a participação na defesa da pátria contra ataque estrangeiro, não é incompatível com os deveres dos fiéis, e evidentemente não passava de um expediente tático muito necessário.

Em terceiro, seja o que sua doutrina possa ter sido, o burguês sem raízes possuía a democracia no sangue. Isto é, a crença naquela parte do esquema burguês de valores que se centraliza na democracia era para ele não apenas uma questão de percepção racional de condições peculiares do mundo social do seu tempo ou de qualquer outro. Tampouco era simplesmente uma questão de tática, é exato que as suas atividades socialistas (e seu trabalho pessoal) não poderiam ter sido executadas, pelo menos com algum conforto, em um meio que professasse outros princípios que não os democráticos, da maneira que eram entendidos na época. Salvo em casos excepcionais, todas as oposições devem defender a liberdade (que para ele significava a democracia) de se lançar à mercê do *povo*. Naturalmente esse elemento foi e ainda é muito importante em muitos países, é justamente por isso, como já indicamos antes, que as profissões de fé democrática dos partidos socialistas não significam muita coisa até que o poder político de que gozam se torne suficientemente grande para lhes dar a oportunidade de uma alternativa, e, em particular, também porque eles não procuram estabelecer uma relação fundamental (380) entre a lógica do socialismo e a lógica da democracia. Apesar disso, parece que podemos dizer com segurança que, para MARX, a democracia estava acima de discussões, assim como estava abaixo qualquer outro tipo de sistema político. Pelo menos isto temos de reconhecer ao revolucionário do tipo de 1848*. (** A atitude emocional assumida em 1848 tornou impossível a MARX entender, e ainda menos fazer justiça, ao regime não-democrático que o exilou. A análise fria não poderia ter deixado de revelar as realizações e possibilidades do sistema. Mas, nesse caso, a análise desse tipo estava além de suas possibilidades.*) Evidentemente, ele não aceitaria um artigo tão importante da fé burguesa da mesma maneira que era entendido na época, pois isto teria descoberto um terreno comum muito mais largo do

que seria conveniente revelar. Mas já vimos na parte anterior que ele sabia como enfrentar essa dificuldade. Proclamava ousadamente que a democracia socialista era a única verdadeira democracia, ao passo que a burguesa não era coisa alguma.

2. Este, por conseguinte, era o *apriori* * político de MARX. Não há necessidade de salientar que era totalmente diferente dos *aprioris* dos socialistas ingleses típicos, não apenas do seu tempo, mas de outro tempo qualquer. (* *Nenhuma língua que conhecemos reconhece oficialmente essa expressão como substantivo. Mas é solecismo muito conveniente usá-la dessa maneira.* Tão diferente, na verdade, que tornaria quase impossível a simpatia ou mesmo a compreensão mútua das respectivas posições, isto sem levar em conta o hegelismo e outras barreiras doutrinárias. A mesma diferença sobressairá ainda melhor se compararmos MARX a outro intelectual alemão egresso de um meio muito semelhante, FERDINAND LASSALLE (1825-1864). Rebento da mesma raça, produto da mesma camada, moldado por tradição cultural semelhante, condicionado da mesma maneira pelas experiências de 1848 e pela ideologia da democracia burguesa, LASSALLE ainda assim difere de MARX de uma maneira que não pode ser totalmente explicada pela simples comparação pessoal. Muito mais importante era o fato de que MARX era um exilado, e LASSALLE não.

LASSALLE jamais se isolou do seu país e das outras classes, como também do proletariado. Jamais foi internacionalista como MARX. Por proletariado, ele compreendia primariamente o proletariado alemão. Não tinha qualquer objeção à cooperação com o Estado, que então existia. Tampouco objetou a contatos pessoais com BISMARCK ou com o Rei da Baviera. Tais fatos são importantes, talvez mais importantes do que as diferenças doutrinárias mais profundas, e (381) suficientemente importantes para produzir diferentes tipos de socialismo, ao mesmo tempo que antagonismos irreconciliáveis.

Examinemos agora o *apriori* de MARX e a situação política em que ele agiu.

Em primeiro lugar, as grandes massas industriais sobre as quais MARX pensou e escreveu não existiam em qualquer outra parte, salvo na Inglaterra. Mesmo nesse país, tendo desaparecido o movimento cartista à época em que ele encontrou seu rumo, a classe operária estava-se tornando cada vez mais realista e conservadora. Decepcionada com o fracasso de

atividades radicais anteriores, a massa se afastava dos programas brilhantes e das quimeras a respeito dos seus direitos ao produto total. Sobriamente, aderiram ao movimento tentando apenas aumentar a sua participação no produto total. Os líderes, cautelosamente, procuravam estabelecer, fortificar e elevar o *status* legal e o poder econômico dos sindicatos, centro da estrutura da sociedade burguesa. Por questões de princípio e também por claras considerações táticas, eles eram obrigados a considerar as idéias ou atividades revolucionárias como coisa incômoda, e estúpida ou frívola a sabotagem dos negócios sérios dos sindicatos. Além disso, eles se interessavam pela camada superior do proletariado; pela mais baixa, abrigavam sentimentos que eram semelhantes ao desprezo.

De qualquer maneira, todavia, MARX e ENGELS, estando nas circunstâncias em que estavam e sendo os tipos que eram, jamais poderiam ter pensado em descer à liça e organizar o proletariado industrial, ou qualquer dos seus grupos, de acordo com as idéias que esposavam. Podiam esperar apenas contatos com os líderes e com a burocracia dos sindicatos. Acompanhando, por um lado, a atitude do operário *respeitável* e, pelo outro, a atitude da (então) inorganizável turba das grandes cidades, com a qual dificilmente desejavam entrar em contato, * eles enfrentaram um dilema desagradável. (* Não devemos esquecer que os marxistas têm forte tendência para falar em massa proletária (*Lumpenproletariat*). Não podiam deixar de reconhecer a importância do movimento sindical que estava prestes a realizar, gradualmente, a tarefa gigantesca de organizar as massas em algo semelhante a uma classe consciente, isto é, a ponto de solucionar o problema que eles mesmos consideravam o mais importante de todos. Mas, estando excluídos do movimento e percebendo o perigo que haveria se essa classe adquirisse posição e atitudes burguesas, eles seriam obrigados a antipatizar e desconfiar dos sindicatos quase tanto quanto eram antipatizados e suspeitados (na medida em que se tomava conhecimento de suas existências) por eles. Foram, portanto, forçados a recuar para a posição que se tornou **(382)** característica do socialismo clássico e que, ainda que de importância muito reduzida, até hoje expressa o antagonismo fundamental entre os intelectuais socialistas e o trabalho (que, em casos importantes, pode ser comparado, a grosso modo, ao antagonismo entre os partidos socialistas e os sindicatos). No que os interessava, o movimento sindical era algo que deveria ser convertido à doutrina da luta de classes. Quanto aos meios para essa conversão, a cooperação ocasional era indicada, já que a agitação operária tornava extremistas os trabalhadores, e os funcionários sindicais suficientemente preocupados ou irritados, para induzi-los a escutar o evangelho. Mas, enquanto a conversão não fosse completa e, em particular, enquanto a opinião

sindical continuasse, por questões de princípio, adversa à ação revolucionária ou simplesmente política, o movimento não estava em estado de graça, mas de pecado, enganando-se sobre seus próprios fins e iludindo-se com trivialidades, que não eram fúteis, porque eram piores do que isso. Daí, exceto nos casos em que deviam solapar a organização partindo de dentro, os fiéis deviam-se manter distantes.

Essa situação mudou durante a vida de MARX e ainda mais durante a vida de ENGELS. O crescimento do proletariado industrial, que, finalmente, o tornou também um poder no continente europeu, e o desemprego decorrente das depressões daquele período aumentaram-lhes a influência junto aos líderes trabalhistas, embora jamais tivessem adquirido influência direta sobre as massas. Até o fim, contudo, foram os intelectuais principalmente que lhes forneceram o material para ação. Mas, embora o seu sucesso nesse campo fosse considerável, os intelectuais causaram-lhe mais aborrecimentos do que a indiferença, ocasionalmente chegando à hostilidade, da massa trabalhadora. Havia uma corrente de intelectuais socialistas que não se importava de ser identificada com os sindicatos ou com os movimentos de reforma social do tipo burguês-radical ou mesmo conservador. E eles, naturalmente, pregavam uma espécie diferente de socialismo, que, fazendo promessa de benefícios imediatos, constituía uma perigosa alternativa. Havia, além disso, intelectuais, entre os quais destacava-se LASSALLE, que haviam conquistado entre as massas posições ainda mais diretamente competitivas. E, por último, existiam intelectuais que iam até o máximo no campo do ardor revolucionário, os quais MARX e ENGELS consideravam com muita razão os piores inimigos do socialismo sério — os *putschistas* como BLANQUI, os sonhadores, os anarquistas, e assim por diante. Considerações táticas e doutrinárias tornaram imperativo que todos esses grupos fossem recebidos com um inflexível *não*.

3. O fundo doutrinário e a situação tática tornaram extremamente difícil a MARX encontrar resposta para duas perguntas (383) vitais que seriam feitas por todos os correligionários ou futuros correligionários: a questão da atitude a ser tomada em relação à política dos partidos burgueses, e o programa imediato de ação.

Quanto à primeira, os partidos socialistas não podiam ser aconselhados a observar em silêncio a política burguesa. A missão clara desses partidos era criticar a sociedade

capitalista, expor-lhe os disfarçados interesses de classe, mostrar como as coisas seriam melhores no paraíso socialista, e procurar conquistar novos recrutas; em suma, criticar e organizar. Uma atitude inteiramente negativa, todavia, embora muito satisfatória como princípio, teria sido impossível a qualquer partido político de certa importância. Teria colidido inevitavelmente com a maioria dos reais *desiderata* do trabalho organizado e, se observada durante certo tempo, reduziria o número de correligionários a um pequeno grupo de ascetas políticos. Considerando a influência dos trabalhos de MARX até quase 1914 sobre o grande partido alemão e numerosos outros grupos menores, é interessante verificar de que maneira ele enfrentou a dificuldade.

Verificando a impossibilidade de agir como pretendia, MARX assumiu a única posição que se poderia considerar logicamente inatacável. Os socialistas deveriam abster-se de participar de movimentos falsos, através dos quais a burguesia tentava enganar o proletariado. Essa participação — mais tarde batizada de *Reformismo* — significava abandono da fé, traição dos verdadeiros objetivos, e tentativa insidiosa de consertar o que deveria ser destruído. Discípulos como BEBEL, que fizeram a peregrinação ao templo, depois de se terem desviado do caminho exato, foram asperamente criticados. É verdade que o próprio MARX e também ENGELS haviam em 1847 pensado em cooperação com grupos burgueses de tendências esquerdistas. O *Manifesto Comunista* reconhecia também a necessidade de acordos e alianças ocasionais, da mesma maneira que previa diferentes táticas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar. Tudo isto estava implícito nas máximas gravadas nas mentes dos fiéis, que deveriam tirar proveito de todos os antagonismos entre os burgueses de diferentes países e entre os grupos dessa tonalidade dentro de cada nação, pois isto dificilmente poderia ser conseguido sem uma certa medida de cooperação com alguns deles. Mas tudo isso significava apenas limitar o alcance de um princípio para defendê-lo de maneira mais eficaz. Em todos os casos, a exceção deveria ser rigorosamente examinada, havendo, por princípio, uma presunção sempre contra ela. Além disso, cogitava-se da cooperação em certos estados bem definidos de emergência, preferivelmente durante as revoluções, e não aliança.; duradouras envolvendo os compromissos (384) comuns à vida política normal, que poderiam contaminar a pureza do credo.

A reação dos marxistas a uma política qualquer da burguesia inimiga que beneficiava

indiscutivelmente o proletariado pode ser inferida de exemplos dados pelo próprio mestre em um caso importante. O comércio livre era um dos princípios cardeais da plataforma do liberalismo inglês. MARX era economista demasiadamente competente para não perceber que vantagens, nas circunstâncias da época, o comércio livre traria para os operários. As vantagens poderiam ser apoucadas e vituperados os motivos dos livre-cambistas burgueses. Mas esta atitude não resolveria o problema, pois, sem dúvida nenhuma, os socialistas teriam de apoiar o comércio livre, especialmente no campo dos produtos alimentícios. Teriam, evidentemente, mas não porque o pão de cada dia constituísse uma vantagem, — absolutamente, não! — mas porque o comércio livre aceleraria o ritmo da evolução social. O truque tático é admirável. O argumento, além disso, é sólido e de aplicação em numerosos casos. O oráculo não disse, no entanto, o que os socialistas deveriam fazer a respeito de políticos que, além de beneficiar o proletariado, contribuem também para a evolução capitalista (tais como a maioria das medidas de melhoramento social, seguro, etc.), ou que, promovendo a evolução capitalista, não beneficiam diretamente o proletariado. Mas, mesmo que o campo burguês se dividisse a respeito dessas questões, a estrada continuava livre em virtude do preceito que mandava tirar proveito das dissensões capitalistas. Deste ponto-de-vista, MARX teria também enfrentado o problema das reformas patrocinadas, em oposição à burguesia, por elementos extra burgueses, tais como os aristocratas latifundiários e nobreza, embora no seu esquema de coisas não houvesse lugar especial para explicar este fenômeno.

A segunda questão não era menos espinhosa. Nenhum partido pode viver sem um programa que encerre a promessa de benefícios imediatos. Mas, logicamente falando, MARX não possuía programa deste tipo para oferecer. Toda a medida positiva tomada ou a tomar na atmosfera viciada do capitalista estava, *ipso facto*, contaminada. MARX e ENGELS sentiam-se, de fato, preocupados com essa possibilidade e desencorajavam sempre os programas que propunham política construtiva na ordem capitalista e inevitavelmente possuíam ressaibos de radicalismo burguês. Mas, quando enfrentaram pessoalmente o problema em 1847, resolveram cortar o nó górdio. *O Manifesto Comunista*, de maneira muito lógica, relaciona certo número de objetivos imediatos da política socialista, ancorando simplesmente a alvarenga socialista ao lado do transatlântico liberal. (385)

A educação gratuita, o sufrágio universal, a supressão do trabalho infantil, uma política de

taxação progressiva do imposto de renda, a nacionalização da terra, dos bancos, dos meios de transporte, a expansão da iniciativa estatal, a recuperação de terras devolutas, o *serviço industrial compulsório para iodios*, a descentralização dos centros industriais por todo o país — tudo isto mostra até que ponto (naquela época) MARX e ENGELS foram oportunistas, embora se mostrassem inclinados a negar qualquer crédito aos outros socialistas. Pois, o surpreendente a respeito desse programa é a inexistência de qualquer princípio que poderíamos reconhecer como típica ou exclusivamente socialista se os encontrássemos em outro conjunto de propostas. Qualquer deles poderia figurar num programa não-socialista — até mesmo a nacionalização da terra havia sido advogada, por outros motivos, por autores burgueses — e a maioria havia sido tirada sem cerimônias do armazém radical. Naturalmente, esse era o único curso sensato. Mas, apesar de tudo, constituía uma mera improvisação, destinada a servir a nenhum outro objetivo que não cobrir uma fraqueza prática embaraçosa. Caso MARX tivesse sentido interesse por esses itens, por valor próprio, ele não teria alternativa senão ligar-se à ala radical do liberalismo burguês. Mas, para ele pouco significavam e não se sentiu na obrigação de fazer por eles qualquer sacrifício. Tivessem os radicais-burgueses conseguido implantar todos esses princípios, o fato teria sido presumivelmente para MARX uma surpresa muito desagradável.

4. Os mesmos princípios, as mesmas táticas e situações políticas semelhantes foram os motivos que inspiraram o *discurso inaugural*, em 1864, perante a Associação Internacional dos Trabalhadores (a *Primeira Internacional*). A fundação desse organismo significava um grande passo a frente da *Arbeiterbildungsverein* alemã de 1847 e dos pequenos grupos internacionais que surgiram no mesmo ano. Não se tratava, evidentemente, de organização de partidos socialistas (embora os dois partidos alemães se tivessem filiado, o *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* de LASSALLE retirou-se dentro de pouco tempo) e ainda menos de uma organização internacional do proletariado, Mas grupos trabalhistas de muitas terras e tipos estavam realmente representados. Os próprios, sindicatos ingleses mostraram bastante interesse para suportar, por algum tempo, de maneira um tanto neutra e com um olho nas possíveis vantagens imediatas, essa aliança de certa maneira forçada. GEORGE ODGER figurava entre os **(386)** fundadores*. (* *Ele chegou mesmo a desempenhar o cargo de presidente do conselho da Internacional. Isso significa muita coisa, uma vez que ele foi um dos principais promotores da federação e amálgama entre os sindicatos, organizador do London Trade Council e principal funcionário da liga reformista que queria estender o direito de voto aos operários urbanos.*)

As grandes reivindicações feitas pela Associação e o que alguns historiam a respeito do papel por ela desempenhado nos movimentos revolucionários e grandes disputas trabalhistas da época

merecem ser recebidos com cautela. Mas, se ela influenciou pouco e jamais orientou ou controlou, pelo menos forneceu um fraseado unificador. E estabeleceu contatos que no fim a teriam elevado — com a bondosa assistência dos inimigos burgueses, que foram bastante tolos para dar-lhe uma cobertura propagandística — a uma posição de real importância. No princípio tudo correu bem e as primeiras quatro *convenções* tiveram grande êxito, descontados certos incidentes não-socialistas, tais como um voto garantindo o princípio da herança, que foram diplomaticamente ignorados pelos membros ortodoxos. A invasão (1869) e a expulsão (1872) de BAKUNÍN, no entanto, constituiu um golpe do qual a Associação não se recuperou, embora continuasse a funcionar até 1874.

MARX foi o primeiro a perceber as possibilidades e os perigos inerentes àquele caravanará, em que se misturavam intelectuais de posição duvidosa e trabalhadores claramente dispostos a usar a Associação ou abandoná-la, segundo as circunstâncias. Havia possibilidades a aproveitar e perigos a temer. A primeira providência era manter a organização unida, a segunda dar-lhe uma inclinação marxista, o que se deveria tentar a despeito do fato de que seus correligionários constituíram sempre minoria e que sua influência sobre outros membros era muito menor do que se poderia deduzir do fato de ter sido ele convocado — ou antes, permitido — para fazer o discurso programático. Em consequência, o discurso continha concessões a opiniões não-marxistas, semelhantes àquelas que o próprio MARX descobriu, chocado, no programa de Gota do Partido Social Democrático alemão (1875). Da mesma maneira, manobras cuidadosas e acordos prudentes foram concertados dessa data em diante, inaugurando um tipo de política que levou MARX a exclamar com desespero semi-humorístico: "*Je ne suis pás Marxiste.*" Mas o valor de um acordo depende dos homens que o negociaram e do espírito que o presidiu. Os que se preocupam apenas com a tendência podem tolerar muitos desvios. Evidentemente MARX tinha confiança em poder manter a tendência à vista e a ela voltar depois dos desvios. Mas é lícito supor que ele sentiu apreensões quando notou outras (387) pessoas jogando o mesmo jogo. Havia, por conseguinte, mais do que simples egoísmo nas suas manobras práticas e nas venenosas condenações das manobras dos adversários.

Evidentemente, tanto a tática como os princípios do que, daí em diante, continuou a representar a política clássica do socialismo ortodoxo são vulneráveis à crítica. O exemplo prático dado por MARX deixou seus correligionários livres para justificar praticamente todos os cursos de ação ou inação recomendados ou defendidos pelo Mestre. Já se acusou o princípio de

indicar um caminho que não leva a parte alguma. Mais importante, todavia, é compreender-lhe os motivos racionais. MARX acreditava na revolução proletária. Acreditava também (embora sua própria doutrina o pudesse levar a dúvidas) que o momento indicado não estava muito longe, da mesma maneira que os primitivos cristãos pensavam que o dia do julgamento também estava próximo. Por conseguinte, seu método político era baseado sobre um erro de diagnóstico. Os intelectuais que lhe exaltam a perspicácia política deixam de levar em conta a medida de pensamento anelante que entrou no seu julgamento prático. Mas, aceitando-se os fatos dentro do seu horizonte e as inferências neles baseadas, o método se segue necessariamente, assim como suas opiniões sobre os resultados imediatos e em grande harmonia com os reformadores burgueses. A fundação de um partido homogêneo baseado no proletariado organizado de todos os países, que caminhasse para a meta sem perder a fê revolucionária nem molhar a pólvora na estrada, era, na verdade, uma tarefa de importância suprema, diante da qual tudo mais era insignificante.

Capítulo 26

DE 1875 A 1914

I. A EVOLUÇÃO INGLESA E O ESPIRITO DO FABIANISMO

ESSAS DUAS DATAS têm certa importância simbólica. Surgiu em 1875 o primeiro partido realmente socialista que teve suficiente poder para ser enumerado como um fator na política. Esse grande acontecimento teve origem na fusão de dois grupos alemães — o grupo de LASSALLE e um outro, fundado por BEBEL e LIEBKNECHT, em 1869 — que passaram a se chamar Partido Social Democrático. Esse partido, embora à época do programa de Gota tenha feito grandes concessões ao credo de LASSALLE, * abraçou finalmente o marxismo (programa de Erfurt, 1891) (** A principal panacéia de LASSALLE era a organização dos operários em cooperativas de produtores, assistidas pelo Estado, que concorreriam e, finalmente, eliminariam a indústria privada. O plano cheira tanto a utopia que não é difícil entender a aversão de MARX.*) e lutou incessantemente até alcançar a posição ativa de 1914, quando, com a maioria dos partidos socialistas, mergulhou na crise que lhe marcaria o fim**. (** *O partido detinha 110 das 397 cadeiras do Reichstag. Mas, devido à inabilidade burguesa de organizar grandes e homogêneos partidos, a situação significava muito mais do que os simples números sugerem.*) Antes de comentar a espantosa evolução que trouxe um partido marxista, sem qualquer acordo que envolvesse o sacrifício de um princípio sequer, quase às rédeas da liderança parlamentar, examinaremos rapidamente o curso dos acontecimentos em outros países. Estudaremos em primeiro lugar o socialismo inglês desse período, que, aparentemente, oferece contraste tão surpreendente e instrutivo.

Abaixo da superfície, evidentemente, encontraremos processos sociais basicamente semelhantes e, como parte deles, (389) fundamentalmente os mesmos movimentos trabalhistas. As diferenças entre os casos inglês e alemão, em questão de tom, ideologia e táticas, podem ser facilmente explicadas. Desde o colapso do movimento sindical de tendências owenitas em 1834 e do gradual desaparecimento do cartismo, o movimento trabalhista inglês deixara de provocar hostilidade definida. Algumas das suas metas econômicas eram esposadas pelos liberais, ao passo que outras mereciam o beneplácito do Partido Conservador*. (** O aparecimento de uma atitude pró-trabalhista no campo conservador é particularmente surpreendente. Como exemplo, podemos mencionar o grupo liderado por Lord ASHLEY e o grupo da Jovem Inglaterra (a democracia conservadora*

de DISRAELI.) As leis sindicais de 1871, 1875 e 1876, por exemplo, foram aprovadas sem qualquer resistência que pudesse ter levado a classe a adotar uma política de combatividade. Ademais, a batalha pela extensão do sufrágio foi travada por não--socialistas, pouco tendo a fazer as massas senão aplaudir e vaiar. Em toda essa situação, destaca-se a superior qualidade dos quadros e das fileiras do trabalhismo inglês. E, igualmente, da sociedade política do país. Depois de se mostrar capaz de evitar uma repetição da Revolução Francesa e de eliminar os perigos para o país, em virtude do alto preço do pão, ela continuou capaz de enfrentar situações sociais de dificuldades crescentes e ceder com graça, de que nos serve de bom exemplo a Lei dos Litígios Trabalhistas de 1906*. (** É difícil entender atualmente em que grau essa medida deve ter atingido os que ainda acreditavam no Estado e num sistema legal que gravitava em torno da instituição da propriedade privada. Pois, ao relaxar a lei sobre as conspirações no caso dos piquetes grevistas pacíficos — o que praticamente significava a legalização da ação dos sindicatos, na qual estava implícita a ameaça da força — e ao isentar os fundos sindicais de responsabilidade em ações intentadas por danos for torts — o que praticamente equiivalia a dar sanção oficial à idéia de que os sindicatos não podiam atuar erradamente — esta medida, na verdade, renunciou em favor dos sindicatos parte da autoridade do Estado e concedeu lhes uma posição de privilégio que a extensão formal da mesma isenção aos sindicatos patronais foi incapaz de afetar. Apesar disso, a lei foi conseqüência do relatório de uma comissão real, nomeada em 1903, quando o Partido Conservador estava no poder. E o próprio líder conservador (BALFOUR), em discurso pronunciado durante a terceira votação, aceitou-a sem mostrar qualquer aborrecimento. A situação política em 1906, sem dúvida, explica grande parte dessas atitudes, mas esse fato não invalida a posição por nós assumida.*)

Em conseqüência disso, o proletariado inglês demorou muito a tornar-se *consciente como classe* ou chegar àquela fase que permitiu a KEIR HARDIE organizar o Partido Trabalhista Independente (1893). Mas (390) a evolução do *novo sindicalismo** anunciava por fim um estado de coisas que, excetuando-se a forma de expressão verbal, não diferia basicamente do caso alemão. (** O novo sindicalismo significou a disseminação das organizações regulares e estáveis, que, em meados da década de 1890, estavam principalmente limitadas aos ofícios especializados, e desenvolveu atitudes de orgulho profissional e respeitabilidade burguesa (alguns dos líderes da década de 1880, CRAWFORD, por exemplo, sublinhavam a brecha que separava a gente respeitável dos sindicatos da massa proletária) entre as camadas inferiores mais ou menos especializadas. Essas últimas sentiam-se muito menos seguras da sua capacidade de barganha trabalhista e por isso mesmo se mostraram mais sensíveis à propaganda socialista e ao argumento de que as greves isoladas não eram instrumentos seguros e que deviam ser suplementadas pela ação política. Há assim, por conseqüente, um importante elo entre a disseminação do sindicalismo entre as camadas inferiores e a transformação da atitude dos sindicatos em relação à atividade política e ao socialismo. Foi nessa época — poucos anos depois da grande greve portuária de 1889 — que as convenções dos sindicatos passaram a aprovar resoluções socialistas.*)

A natureza e a extensão dessas diferenças se tornarão mais claras se estudarmos por alguns momentos um certo grupo, cujos métodos objetivos expressam-nas com perfeição, a *Sociedade Fabiana*. Os marxistas sorrirão com desprezo diante do que, para eles, deve parecer um grande

exagero da importância de um pequeno grupo de intelectuais, que jamais desejaram ser outra coisa senão intelectuais. Mas, na verdade, os fabianos na Inglaterra, ou as atitudes que eles representavam, foram tão importantes como os marxistas na Alemanha.

Os fabianos surgiram em 1883 e continuaram por todo seu período de existência a ser um pequeno grupo de intelectuais burgueses*. (** O grupo, que jamais contou além de 3-000 a 4.000 membros, era realmente ainda menor do que a sua filiação indicava, pois o seu núcleo atuante não compreendia mais de 10 a 20% do número total. Esse grupo era burguês em ambiente e tradições e também em outro sentido: a maioria dos seus membros era economicamente independente, pelo menos no sentido de que contava com o mínimo suficiente para viver.* Procediam do campo de BENTHAM e MILL e mantinham-lhes a tradição. Abrigavam as mesmas esperanças generosas pela humanidade que os radicais filosóficos haviam sentido anteriormente. Trabalharam em prol de uma reconstrução e melhorias sociais com idêntico espírito de progressivismo prático.

Cuidadosos com os fatos sobre os quais baseavam suas teorias, alguns deles não mediam esforços para coligi-los mediante extensa pesquisa e críticas de argumentos e medidas. Mas não eram críticas aos fundamentos, culturais e econômicos, de seus objetivos. Tais objetivos eles aceitavam como coisa natural, o que constitui outra maneira de dizer que, como bons ingleses, consideravam-se também **(391)** como coisas naturais. Eram incapazes de perceber a diferença entre um cortiço e a Câmara dos Lordes. Ora, evidentemente ambos eram *inconveniências*, não? E maior igualdade econômica, autogoverno para a Índia, os sindicatos e comércio livre eram *convenientes*, claro? Precisava-se apenas pensar na maneira de eliminar as inconveniências e conseguir o seu oposto, as conveniências. Tudo mais não passava de futilidade irritante. A dedicação absorvente ao serviço público em tudo isto era tão importante para eles como a intolerância diante de outras opiniões sobre valores individuais e racionais — à sua maneira tão pronunciados como os marxistas — e certa medida de ressentimento pequeno-burguês contra tudo que fosse aristocrático, incluindo a beleza.

A princípio, nada havia por trás dos fabianos. Procuraram apenas persuadir aqueles que se mostravam dispostos a escutar. Discursavam para platéias de trabalhadores e de burgueses. Escreviam numerosos e inteligentes folhetos. Recomendavam ou combatiam certas normas políticas, planos e projetos de lei. A melhor maneira de influenciar, todavia, era o contato com

os *homens-chave*, ou melhor, com indivíduos que figuravam na liderança dos círculos políticos, industriais e trabalhistas. O país e a própria posição social e política que eles desfrutavam na Grã-Bretanha proporcionavam uma oportunidade sem par para o estabelecimento e exploração desses contatos.

A sociedade política inglesa nem sempre aceita conselhos de estranhos, mas, em medida maior do que qualquer outra comunidade, está sempre disposta a ouvi-los. E alguns dos fabianos não podiam ser classificados simplesmente como estranhos. Uns poucos podiam aproveitar relações formadas nas organizações estudantis e anfiteatros de Oxford e Cambridge. A maioria não constituía inimigos figadais da ordem pública. Não viviam, moralmente falando, em um outro planeta. A maioria não se constituía também de inimigos figadais da ordem pública. Todos frisavam, antes, a disposição de cooperar do que recorrer à hostilidade. Não pensavam em fundar um partido e antipatizavam fortemente com o fraseado da guerra de classe e da revolução. Sempre que possível, preferiam tornar-se úteis a se fazerem incômodos. E tinham algo para o parlamentar e o administrador que, amiúde, acolhiam com satisfação sugestões sobre o que fazer e como fazer.

Um ministro dos tempos atuais pode, de maneira geral, encontrar entre as paredes do seu ministério a maioria das informações e sugestões de que necessita. Em particular, jamais pode sentir falta de estatísticas. Isto, todavia, não acontecia nas décadas de 1880 a 1900. Com raras exceções, os funcionários públicos de todos os graus (392) conheciam apenas a rotina diária e pouco mais do que isso. Excluído o caso da política tradicional, o parlamentar no poder e, ainda mais 0 da oposição, estava amiúde desprovido de fatos e idéias, especialmente no campo dos *novos* problemas sociais. Um grupo que os possuía e estava sempre disposto a fornecê-los, bem arrumados e prontos para uso, sobre o Tesouro ou qualquer outro órgão, conseguia facilmente *entrêe*, sobretudo pela porta dos fundos. O funcionalismo aceitou o fato. E não apenas isto: simpatizando em grau considerável com, pelo menos, os objetivos imediatos dos fabianos, deixou-se educar por eles. Os fabianos, por seu lado, aceitaram também esse papel de funcionários públicos não-oficiais. Na verdade, o arranjo servia-lhes perfeitamente. Não eram pessoalmente ambiciosos. Preferiam servir por trás do palco. A ação através da burocracia, cujo crescimento em número e poder eles previam e aprovavam, ajustava-se muito bem ao plano geral do socialismo estatal democrático que

esposavam.

Mas de que maneira — como MARX poderia ter perguntado e o pequeno grupo de marxistas inglês (a Federação Democrática de HYNDMAN, fundada em 1881) perguntou realmente — poderia esse tipo de êxito significar alguma coisa, realmente, senão uma conspiração com os expoentes políticos dos interesses burgueses? Como poderia chamar-se de socialista se não era mais do que uma outra edição do socialismo utópico (no sentido marxista, definido acima) ? É fácil imaginar como fabianos e marxistas se sentiam repugnados mutuamente e com que ardor devem ter desprezado as ilusões mútuas, embora constituísse prática dos fabianos evitar discussão de princípios fundamentais, campo em que os marxistas se deleitavam, e assumir em relação aos últimos uma atitude de simpatia ligeiramente condescendente. Não obstante, para o observador de hoje, não há dificuldade em encontrar resposta para essas perguntas.

A cruzada socialista do tipo fabiano não teria chegado a ser coisa alguma em uma outra época. Não chegou a ser muito importante nas três décadas que precederam a 1914, porque as coisas e as almas estavam em condições de receber apenas aquela mensagem e não uma mensagem mais ou menos radical. Sentia-se apenas a necessidade da formulação e organização da opinião existente para transformar as possibilidades em política prática. E essa *organização formuladora* os fabianos forneceram de maneira bem eficiente. Eles eram reformadores. O espírito da época os tornou socialistas. Eram socialistas autênticos, porque aspiravam a uma reconstrução básica da sociedade, que, eventualmente, faria da questão econômica um assunto público. Eram socialistas voluntários e, por isso mesmo, em qualquer fase (393) anterior, poderiam caber no conceito marxista de utopia. Mas eles tinham uma orientação própria e as implicações do conceito não se ajustavam ao seu caso. Do ponto-de-vista que defendiam, teria sido pouco menos do que loucura despertar a presa burguesa para o perigo, através de conversas sobre revoluções e lutas de classes. O despertar da consciência de classe era justamente o que eles desejavam evitar, pelo menos a princípio, uma vez que teria tornado impossível a pacífica, mas eficiente, disseminação dos seus princípios por todos os órgãos políticos e administrativos da sociedade burguesa. Quando as coisas amadureceram, eles não hesitaram em colaborar na criação do Partido Trabalhista Independente, cooperar com o Comitê de Representação do Trabalhismo de 1900, lançar os sindicatos na carreira política,

formular o curso do Partido Progressista no Conselho da Comarca de Londres, pregar, em primeiro lugar, o socialismo municipal, e, em seguida, o geral, e, finalmente, as virtudes do sistema soviético.

Há, sem dúvida, em tudo isso um aspecto que poderia facilmente se prestar a comentário desfavorável. Mas, afinal de contas, se eles jamais publicaram uma declaração de guerra tão tonitroante e tão marxista, eles jamais disseram claramente à presa o que com ela iam fazer, nem nada fizeram para protegê-la. Uma outra crítica, do ponto-de-vista oposto, poderia ser feita contra os fabianos, isto é, que o *modus procedendo* que adotavam poderia importar no perigo de serem colhidos nas defesas exteriores do sistema capitalista, e que talvez jamais houvesse grande batalha, não levada na devida conta a atitude peculiar por eles adotada. Em sua defesa, pode-se dizer que, se, *par l'impossible*, o ataque contra o sistema capitalista conseguisse reformá-lo suficientemente sem destruí-lo, haveria apenas motivos para congratulações. E quanto à batalha decisiva, eles responderam antecipadamente aos críticos adotando, com singular felicidade, o nome do general romano que, a despeito de toda sua circunspeção, fez mais do que qualquer dos seus impetuosos predecessores para expulsar ANÍBAL da Itália.

Por conseguinte, embora possa ser dito com fundamento que, em matéria de guerra de classes e outros assuntos, o fabianismo é exatamente o oposto do marxismo, cabe sustentar também que em certo sentido eles eram melhores marxistas do que o próprio MARX. A concentração sobre problemas que se situem no campo da política prática, o movimento paralelo à evolução social e a disposição de deixar que o objetivo final se concretize por si mesmo, constituem orientação mais de acordo com a doutrina fundamental de MARX do que a ideologia revolucionária com que ele a enxertou. O fato de não (394) se abrigar ilusões sobre a catástrofe iminente, de compreender que a socialização é um processo lento, que tende a transformar as atitudes de *todas* as classes da sociedade, significa até mesmo superioridade na doutrina básica.

II. A SUÉCIA DE UM LADO, E A RÚSSIA DO OUTRO

Cada país tem o seu tipo próprio de socialismo. Ainda assim, as coisas não diferiram muito

do paradigma inglês nos países europeus cujas contribuições para o fundo cultural de valores é tão desproporcional ao seu tamanho — os Países-Baixos e as nações escandinavas, em particular. Tomemos o exemplo da Suécia. Da mesma maneira que sua arte, ciência, política, instituições sociais, etc. o seu socialismo e socialistas são de tipo diferente, não devido a aspectos peculiares de princípios e intenções, mas ao material de que é feita a nação sueca e à sua estrutura social extremamente bem equilibrada. Por isso mesmo é tão absurdo o fato de outras nações tentarem copiar os exemplos suecos. A única maneira eficaz de se fazer isto seria pela importação de suecos e pela entrega a eles da direção do regime.

Sendo o povo e a estrutura social sueca o que são, não teremos dificuldade em entender as duas características mais salientes do seu socialismo. O partido socialista, quase sempre competente e conscienciosamente liderado, evoluiu lentamente como reação a um processo social muito comum, sem qualquer tentativa de acelerar o desenvolvimento normal ou antagonizar a outros pelo amor ao antagonismo. Por isso mesmo, sua subida ao poder não provocou convulsões. Os grandes cargos foram naturalmente de encontro a líderes que eram capazes de tratar com líderes de outros partidos em pé de igualdade e, na maior parte dos casos, sobre terreno comum: até hoje, embora tenha surgido inevitavelmente um partido comunista, as divergências na política diária reduziram-se a questões do tipo de se saber se mais ou menos milhões de coroas devem ser gastos em algum programa social aceito por todos. Dentro do partido, o antagonismo entre intelectuais e trabalhadores é de natureza microscópica, exatamente porque, devido ao nível de ambos, não há qualquer grande abismo cultural! entre as duas classes e também porque, produzindo o organismo social sueco um suprimento relativamente menor de intelectuais inempregáveis do que qualquer outra sociedade, os intelectuais irritantes «2 irritados não são tão numerosos como em outros países. Essa situação é algumas vezes descrita como o *controle enervante* exercido pelos sindicatos sobre o movimento socialista em geral e sobre o partido em particular. Para os observadores saturados (395) do fraseado do radicalismo corrente, pode ser realmente assim. Mas esse diagnóstico não faz justiça ao meio social e racial, do qual são produtos não apenas os operários mas também os intelectuais, e que impede que ambos transformem o socialismo em religião. Embora se possa encontrar nos trabalhos de MARX exemplos desse tipo, não se pode esperar naturalmente que o marxista comum considere com bons olhos um partido socialista do tipo sueco, ou mesmo admita que represente um caso autêntico de regime socialista. Os socialistas suecos, por seu turno, foram apenas ligeiramente tingidos de marxismo, embora eles freqüentemente usassem linguagem que se conformava ao

que era, então, considerado etiqueta socialista, sobretudo nas relações internacionais com os demais grupos socialistas.

Do outro lado da escala, na Rússia, encontramos um socialismo que era quase puramente marxista e por isso mesmo o representava, mas que pode ser facilmente entendido também pelo estudo do meio onde floresceu. A Rússia czarista era um país agrário, de características largamente pré-capitalistas. O proletariado industrial, na medida em que era acessível à doutrinação do socialista profissional, constituía apenas uma pequena parte da população total de mais ou menos 150 milhões. A burguesia comercial e industrial, proporcionalmente fraca em números, não era muito mais eficiente do que qualquer outra classe, embora a evolução capitalista fomentada pelo governo estivesse ganhando ímpeto rapidamente. Inserida nesta estrutura encontrava-se a *intelligentsia*, cujas idéias eram tão estranhas ao país como os vestidos parisienses usados pelas mulheres da sociedade.

Para a maioria dos intelectuais, a forma de governo que então prevalecia — um monarca absoluto (autocrata) à frente de uma grande burocracia e aliado à aristocracia latifundiária e à Igreja — era naturalmente uma abominação. A opinião pública de todo o mundo aceitou as versões da história propaladas por esses intelectuais. Até mesmo os autores mais hostis ao regime que as seguiu invariavelmente se apressam em assegurar aos seus leitores que eles se sentem devidamente horrorizados diante da monstruosidade do czarismo. Dessa maneira, a verdade perdeu-se inteiramente num labirinto de frases hipócritas. Na verdade, aquela forma de governo não era menos apropriada ao ambiente social que a produziu do que a monarquia parlamentar na Inglaterra e a república democrática nos Estados Unidos. O rendimento da burocracia, considerando as condições em que tinha de funcionar, era muito superior ao que o mundo foi levado a acreditar. Suas reformas sociais, agrárias e de outros tipos, (396) e os passos hesitantes em direção a um tipo diluído de constitucionalismo eram tudo que se poderia esperar nas circunstâncias. O radicalismo importado e os interesses de classe dos intelectuais, isto sim, era que se chocava com o espírito da nação, e não a monarquia czarista, que, pelo contrário, desfrutava grande prestígio entre a maioria de todas as classes.

De tudo isso seguem-se duas conclusões que, à primeira vista, parecem paradoxais, mas que assim não serão consideradas por qualquer estudante sério da História. Por um lado, um grande

ou súbito movimento na direção desejada por advogados, médicos, professores e funcionários públicos liberais que formavam o Partido Kadet (o partido dos *democratas constitucionais*) era impossível, não tanto porque o programa que defendiam fosse inaceitável para a monarquia, mas porque era fraco demais. Elevá-los ao poder significava admitir elementos que não contavam com mais, mas sim com menos, apoio entre as massas, e que não simpatizavam mais, e sim menos, com os sentimentos e interesses da massa do que os grupos que dirigiam o czarismo. Não havia meio para um regime burguês e ainda menos para um socialista. Tampouco havia qualquer analogia entre a situação francesa de 1789 e a russa de 1905. A estrutura social que desmoronou em 1789 era obsoleta, impedia a evolução de quase tudo que possuía alguma vitalidade na nação e era incapaz de resolver os problemas fiscais, econômicos e sociais da época. Nada disso acontecia na Rússia de 1905. Houvera perda de prestígio devido à derrota sofrida às mãos do Japão e, em consequência, descontentamento e desordens. Mas o Estado mostrou-se à altura da tarefa, não apenas ao suprimir as desordens, mas ao atacar os problemas que as provocaram. Na França, o resultado foi ROBESPIERRE; na Rússia, STOLYPIN. Nada disso teria sido possível se a vida se tivesse exaurido do czarismo, como acontecera com o *ancien regime* francês. Não há motivos para se supor que, descontadas as tensões impostas pela I Guerra Mundial sobre o meio social, a monarquia russa não pudesse transformar-se pacífica e vitoriosamente sob a influência e em consonância com o desenvolvimento econômico do país*.

(Essa análise, naturalmente, provoca questões de grande interesse a respeito da natureza daquilo que temos o hábito de chamar de necessidade histórica, por um lado, e papel da qualidade da liderança individual, no processo histórico, pelo outro. Seria difícil, pensamos, sustentar que a Rússia foi forçada a entrar na guerra por uma questão de necessidade inexorável. Os interesses em jogo na questão servia não eram de importância vital, para dizer o mínimo. A situação interna em 1914 tampouco era de molde a encorajar uma atitude de agressão militar como último recurso. A primeira, sem dúvida, influenciava os nacionalistas, a última, alguns (não todos) reacionários extremados, e ambas, certo número de indivíduos e grupos que tinham interesses a defender. Mas uma pequena medida de prudência e firmeza por parte do último dos czares teria, sem dúvida, evitado a participação na guerra. Teria sido mais difícil, mas não se pode alegar que impossível, evitar a catástrofe mais tarde, quando a situação se agravou e quando, depois da batalha de Gorlice, havia desaparecido toda a esperança de vitória militar. Mesmo depois da queda da monarquia, não é absolutamente certo que o governo de KERKNSKY não pudesse ter salvo a situação, através da exploração cuidadosa dos seus recursos e recusa a ceder à importunidade dos Aliados, em vez de ordenar aquele último e desesperado ataque. Mas a sociedade czarista, antes da revolta burguesa, e a burguesia, depois dela, observavam o fim próximo mergulhadas num estado de paralisia que era tão inegável como difícil de explicar. A incompetência coletiva em um campo e a habilidade e energia no outro não podem, por certo, ser atribuídas a mera casualidade. Mas, nesse caso, a incompetência do velho regime significava apenas que ele não estava à altura de uma situação de desorganização completa, situação esta que poderia realmente ter sido evitada.*

O leitor dificilmente esperará que nossa análise do socialismo russo e de suas condições ambientais concorde com a de TROTSKY (History of the Russian Revolution, trad. de M. EASTMAN, 1934). Muito mais importante é que as duas não se contradigam loto coelo e que, em particular, TROTSKY tivesse estudado as consequências que adviriam se o movimento revolucionário tivesse enfrentado um czar diferente. É exato que ele ignora a inferência óbvia de uma consideração dessa ordem. Mas reconhece que a

doutrina marxista não nos obriga a ignorar o elemento da personalidade, embora ele não pareça admitir-lhe a importância plena no diagnóstico da revolução russa.) (397)

Por outro lado, foi precisamente em virtude da estabilidade fundamental da estrutura social que os intelectuais, que não podiam absolutamente aspirar ao poder usando métodos normais, viram-se impelidos para um radicalismo furioso e atos de violência criminosa. Adotavam uma espécie de radicalismo cuja intensidade estava em proporção inversa às suas possibilidades práticas — o radicalismo da impotência. Os assassinatos podiam ser ações fúteis e produzir nada mais que repressão, mas pouco mais lhes restava a fazer. A brutalidade dos métodos de repressão, por seu lado, produziram a retaliação e, dessa maneira, a tragédia se espalhou, a tragédia da crueldade e do crime, reforçando-se mútua e infundavelmente, e que foi apenas o que o mundo viu, sentiu e diagnosticou, como se poderia esperar.

MARX, no entanto, não era nenhum *putschista*. Diante das ações dos revolucionários russos, especialmente da gente do tipo de BAKUNIN, sentia tanto ódio quanto podia ser compatível com o desprezo. Além disso, ele deve ter percebido — talvez o tenha percebido realmente — que a estrutura econômica e social da Rússia não preenchia as condições que, de acordo com sua própria doutrina, são essenciais para o êxito e mesmo para o surgimento do seu tipo de socialismo. Mas se, por motivos lógicos, isto devia ter impedido que (398) os intelectuais russos aceitassem seus ensinamentos, é fácil de ver logo por que, pelo contrário, constituiu êxito tão grande com eles. Eles eram, mais ou menos seriamente, revolucionários e desorganizados. Encontravam agora um evangelho revolucionário de força insuperável. As brilhantes frases e profecias de MARX eram exatamente o que eles necessitavam para sair do triste deserto do niilismo. Além disso, essa mistura de teorias econômicas, filosóficas e históricas ajustava-se perfeitamente ao gosto russo. Não importava que o evangelho fosse impraticável e, de fato, não encerrasse para eles qualquer promessa. O crente ouve sempre o que deseja ouvir, não importa o que o profeta diga realmente. Quanto mais longe estivesse o estado de maturidade imaginado por MARX, mais dispostos estavam os intelectuais russos — e não apenas os socialistas militantes — a considerá-lo a solução dos seus problemas.

O grupo marxista surgiu em 1883, transformando-se no Partido Social Democrático em

1898. A liderança e, no princípio, a filiação eram compostas sobretudo de intelectuais, embora a atividade subterrânea de organização tivesse alcançado êxito suficiente entre as *massas* para levar os observadores simpatizantes a falar de uma fusão dos grupos trabalhistas, sob liderança marxista. Esse fato explica a inexistência de muitas das dificuldades encontradas por outros grupos marxistas em países que possuíam fortes organizações trabalhistas. De qualquer maneira, no princípio, os trabalhadores que entravam para a organização aceitaram a liderança dos intelectuais com docilidade total e raramente pretenderam decidir qualquer coisa por si mesmos. Em conseqüência, a evolução da doutrina e da ação seguia linhas rigorosamente marxistas e de alto nível. Naturalmente essas características atraíram as bênçãos dos defensores alemães que, observando essa virtude apaziguadora, por certo sentiram que devia haver algumas exceções à tese marxista de que o socialismo sério pode surgir apenas do capitalismo inteiramente desenvolvido. PLEKHANOV, no entanto, fundador do grupo em 1883 e principal figura das duas primeiras décadas, cujas competentes e cultas contribuições à doutrina marxista despertavam respeito geral, realmente aceitava a tese e, por conseguinte, não poderia ter esperado uma rápida implantação do socialismo. Ao mesmo tempo que combatia valentemente o reformismo e todas as outras heresias da época, que ameaçavam a pureza da fé, e enquanto defendia a crença no objetivo e método revolucionários, esse marxista autêntico deve ter sentido apreensões diante do aparecimento, dentro do partido, de um grupo que parecia advogar a ação no futuro imediato, embora ele simpatizasse com a facção e seu líder, LENINE.

O conflito inevitável que cindiu o partido entre bolchevistas e menchevistas (1903) foi algo mais sério do que uma simples (399) divergência a respeito de táticas, como sugeria o título das duas facções. Naquela época, nenhum observador, por mais experiente que tivesse sido, poderia ter compreendido inteiramente a natureza da cisão. Hoje, o diagnóstico é óbvio. O fraseado marxista, que ambas as facções conservaram, obscurecera o fato de que uma delas havia rompido irrevogavelmente com o marxismo clássico.

LENINE, por certo, não nutria ilusões a respeito da situação russa. Percebia que o regime czarista poderia ser atacado com êxito apenas quando estivesse temporariamente debilitado por uma derrota militar e que, na desorganização que se seguiria, um grupo resoluto e bem disciplinado poderia, pelo terror implacável, derrubar qualquer regime que tencionasse substituí-lo. Para essa contingência, cuja possibilidade ele parece ter compreendido mais claramente do

que qualquer outra pessoa, estava decidido a preparar o instrumento apropriado. Pouco lhe importava a ideologia semiburguesa sobre os camponeses — que na Rússia constituíam evidentemente o problema social mais importante — e ainda menos a teoria a respeito da necessidade de esperar o levante, por iniciativa própria, dos operários para deflagrar a grande revolução. O que ele necessitava realmente era de uma bem treinada guarda pessoal de janízaros revolucionários, surdos a todos os argumentos, menos aos seus, isentos de todas as inibições e impermeáveis às vozes da razão e da humanidade. Nas circunstâncias, e dentro desses requisitos, essa tropa poderia ser recrutada apenas na camada intelectual. E o melhor material disponível encontrava-se dentro do partido. A tentativa de LENINE de obter o controle da maquinaria partidária, por conseguinte, equivalia a uma tentativa de destruir-lhe a própria alma. A maioria e seu líder, L. MARTOV, devem ter sentido isto. Ele não criticou Marx ou advogou qualquer novo curso de ação. Resistiu a LENINE em nome de MARX e defendeu a doutrina marxista de um partido proletário de massa. A nota nova foi soada por LÊNINE.

Desde tempos imemoriais os hereges invariavelmente proclamaram que não saíam a campo para destruir o evangelho vigente, mas, pelo contrário, tentavam restaurar-lhe a pureza cristalina. LENINE, adotando a prática tradicional, exaltou e superou o próprio MARX em vez de renunciar à lealdade. No máximo, fez a sugestão implícita na frase que se tornou tão popular com TROTSKY e STALIN — *o marxismo na época do imperialismo*. E o leitor perceberá facilmente que, até certo ponto crucial, não era difícil a LENINE adotar a forma e substância de um marxismo adulterado. E é igualmente fácil compreender por que desse reduto ele partiu para ocupar uma posição basicamente não-marxista. O não-marxismo não era simplesmente a idéia de socialização (400) por *pronunciamento* numa situação de evidente imaturidade. Mais herética ainda era a idéia de que a *emancipação* não seria, como queria o dogma marxista, trabalho do próprio proletariado, mas de um bando de intelectuais à testa da rale*. (** Realmente, foi estabelecido contato com elementos criminosos, não pelo próprio LENINE, mas, in loco, por seus lugares-tenentes. Tais contatos serviram de prelúdio às atividades dos ex (grupos de choque encarregados das expropriações, isto é, assaltos), tanto na Rússia propriamente dita como na Polônia. Tratava-se de caso de puro banditismo, embora os intelectuais do Ocidente engolissem uma certa teoria que os explicava.*) Isto significava mais do que uma opinião divergente sobre os acordos e práticas de agitação, mais do que um desacordo sobre pontos secundários da doutrina marxista. Significava o divórcio no seu significado mais profundo*.

(* No que nos interessa, não há necessidade de maiores comentários sobre essa bem conhecida história. Bastam as observações seguintes: LENINE não conseguiu dominar o partido socialista russo, cujos líderes, pelo contrário, afastaram-se dele à medida que o

tempo passava. A dificuldade desses líderes, baseada no desejo de manter algo semelhante a uma frente única sem renunciar aos princípios, é bem ilustrada pelas vacilações de PLEKHANOV. Mas LENINE realmente conseguiu manter coeso seu grupo, forçando-o à obediência e ajustando o curso da ação aos problemas provocados pela revolta de 1905 e suas conseqüências, incluindo aí a presença de um elemento leninista na Duma. Simultaneamente, ele conseguiu manter contato e posição na Segunda Internacional (veja adiante), comparecendo a três convenções, e era cujo bureau representou por algum tempo o partido russo. Isso dificilmente teria sido possível se suas opiniões e atividades tivessem impressionado aos representantes das outras nações, como impressionaram à maioria dos socialistas russos. Mas, sendo a organização o que era, ela e a massa da opinião socialista ocidental em geral consideravam-no apenas uma figura de destaque na ala esquerda da ortodoxia e suportaram-no e ao seu extremismo invariável, admirando-o em alguns aspectos e não o levando a sério em outros. Assim, na esfera política ele desempenhou um papel duplo, que não deixava de ter certa analogia com papel idêntico do regime czarista, cujas atitudes internacionais (como se comprova com o patrocínio da arbitragem e segurança internacionais) diferiam também substancialmente das medidas tomadas na frente interna. Nenhum desses êxitos nem suas contribuições para o pensamento socialista - a maioria era claramente mediocre (como a de TROTSKY, por falar nisso) - lhe teriam dado um lugar de destaque nas primeiras fileiras socialistas. A grandeza surgiu apenas depois do colapso da Rússia na I Guerra Mundial e foi tanto resultado de uma combinação inesperada de circunstâncias, que tornaram adequada a arma que ele brandia, como resultado da sua genial habilidade em controlá-la. Nesse sentido, e mais em nenhum outro, a superficialidade do Prof. LASKI na Encyclopaedia of the Social Sciences (verbete sobre ULYANOV) é perfeitamente compreensível, uma vez que, naturalmente, os intelectuais daquela época deviam obrigatoriamente se prostrar diante dos ídolos da época.)

III. GRUPOS SOCIALISTAS NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, uma situação social totalmente diferente foi tão desfavorável como a russa ao crescimento de um movimento de massa realmente socialista. Os dois casos, por conseguinte, apresentam semelhanças não menos interessantes do que as diferenças. Se o mundo agrário russo, a despeito do comunismo inerente à estrutura da aldeia russa, era praticamente impermeável às influências do socialismo moderno, o mundo agrário dos Estados Unidos possuía uma força anti-socialista disposta a combater qualquer atividade de tendência marxista que fosse bastante importante para ser notada. Se o setor industrial da Rússia deixou de produzir um importante partido socialista de massa porque a evolução capitalista era demasiadamente **(401)** lenta, nos Estados Unidos isso aconteceu justamente pelo motivo oposto — o ritmo vertiginoso do crescimento do capitalismo*. (** A existência da fronteira naturalmente reduziu muito as possibilidades de atrito. A importância desse elemento, embora grande, é no entanto muitas vezes exagerada. O ritmo da evolução industrial criou incessantemente novas fronteiras, que eram muito mais importantes do que as oportunidades de arrumar os trens caseiros e dirigir-se para o Oeste.*)

A diferença mais importante residia na composição dos respectivos grupos intelectuais: ao contrário da Rússia, os Estados Unidos não produziram, até fins do século XIX, um grupo de intelectuais mal remunerados e frustrados. O esquema de valores que surgiu do trabalho

nacional de desenvolvimento das possibilidades econômicas do país atraiu quase todos os talentos para o mundo dos negócios e gravou as atitudes dos homens de empresa na alma do povo. Fora de New York, os intelectuais, no nosso sentido, não eram suficientemente numerosos para serem contados. A maioria deles, além disso, aceitava esse esquema de valores. Se não aceitava, a Main Street recusava-se a ouvi-los e instintivamente os desaprovava, o que constituía meios muito mais eficazes para discipliná-los do que os métodos da polícia política russa. A hostilidade da classe média contra as estradas-de-ferro, serviços de utilidade pública e grandes negócios absorvia, em geral, quase tudo que havia de energia *revolucionária*.

O operário comum, competente e respeitável, considerava-se um homem de negócios. Com todo o êxito, dedicou-se a explorar suas oportunidades individuais, progredir e, em todos os casos, vender seu trabalho tão caro quanto possível. Compreendia e partilhava em grande parte da maneira de pensar do seu patrão. Quando achava conveniente aliar-se com seus iguais na fábrica, fazia-o com o mesmo espírito. A partir dos meados do século XIX, mais ou menos, essa prática assumiu cada vez mais a forma de comitês de empregados, precursores dos sindicatos de fábrica do pós-guerra, que adquiriram **(402)** grande importância econômica e cultural nas cidades industriais pertencentes às companhias*. (** O bom senso do arranjo e sua especial adaptabilidade às condições americanas são tão óbvios como o fato de que os mesmos constituíam um espinho no flanco dos sindicatos, e também dos intelectuais radicais posteriores. Os slogans modernos — recentemente oficializados — estigmatizavam dessa maneira os sindicatos de companhias, considerando-os tentativas diabólicas dos empregadores para contrariar o desejo do trabalho de conseguir representação eficaz dos interesses dos operários. Embora essa opinião seja também perfeitamente compreensível do ponto-de-vista que considera a organização militante do proletariado como axioma moral — e também do ponto-de-vista do Estado Corporativista que evolui diante dos nossos olhos — ela vicia a interpretação histórica. O fato de os empregadores oferecerem facilidades a esse tipo de organização, amiúde tomando a iniciativa e tentando influenciá-la de maneira a estabelecer boas relações industriais, não exclui ou desmente um outro fato, isto é, que os sindicatos de companhia e seus precursores desempenharam função muito útil e que, nos casos normais, serviram muito bem aos interesses dos seus filiados.*)

Em nível mais alto, freqüentemente havia vantagem para os operários em se combinarem, em escala nacional com outros membros da mesma especialidade, para melhorar a posição nos litígios trabalhistas, diretamente contra os empregadores e indiretamente contra outros ofícios. Esses interesses, que modelaram muitos sindicatos tipicamente americanos, explicam em grande parte a razão da adoção do princípio do ofício, que é muito mais eficaz do que qualquer outro para excluir competidores potenciais, e, de fato, deram início aos cartéis de operários. De maneira bastante natural, esses cartéis mostraram aquela falta de radicalismo que era e é tão eloqüentemente lamentada por socialistas nacionais e estrangeiros e cripto-socialistas. Para eles,

nada interessava senão médias de salário e horas de trabalho. Fora disso, estavam dispostos a estudar os desejos do público e mesmo dos empregadores, especialmente no fraseado que adotavam. Esse fato é ilustrado de maneira perfeita pelo tipo de atuação dos líderes de sindicatos isolados e da Federação Americana do Trabalho, que corporificavam esse espírito, e também pelas tentativas da burocracia dos sindicatos de entrar, com fundos sindicais, na esfera de empresas industriais e financeiras pelas quais sentiam simpatia*. (** WARREN SANFORD STONE, da Fraternidade dos Maquinistas, constitui uma excelente (embora posterior) ilustração do aspecto mencionado por último, além de outros. Mais exemplos, a partir do tempo de SAMUEL GOMPERS, ocorrerão tão facilmente ao leitor que não há necessidade de mencioná-los. Mas o que se disse acima não deve ser interpretado no sentido de que os sindicatos que exigem altas taxas de admissão e mantêm longas listas de espera são, ou foram, o único tipo de sindicato a funcionar no país. Pelo contrário, os imigrantes importaram todas as variedades européias e, à parte este fato, formas similares as encontradas na Europa floresceram nos casos em que houve condições favoráveis, isto é, especialmente nos locais relativamente antigos e nos ramos tradicionais da indústria.*) (403)

Para sermos exatos, o fato de que os credos e *slogans* — as ideologias — fossem tão não-revolucionárias e tão contrárias à guerra de classes tem apenas importância secundária. Os sindicalistas americanos nunca foram muito dados a teorias. Se tivessem sido, poderiam ter dado uma interpretação marxista às práticas que observavam. É verdade, todavia, que, excluídas as negociações coletivas, não se consideravam do outro lado da cerca em todos os casos, e que essa cooperação — que a maioria de nós, que não aprecia a palavra, chamaria de conluio — com empregadores estava de acordo não apenas com seus princípios, mas também com a lógica da situação em que viviam. Excluído um número limitado de questões, a ação política era desnecessária e mesmo sem sentido para eles. E quanto à influência que era capaz de exercer, o intelectual radical teria tido tanto êxito como se tivesse tentado converter a diretoria da Estrada-de-Ferro da Pensilvânia.

Mas havia um outro mundo dentro do mundo do trabalho americano. Juntamente com elementos de qualidade superior, a corrente imigratória trouxe, desde o princípio, tipos inferiores, que aumentaram em números relativos e absolutos depois da Guerra Civil. Esses números foram aumentados por indivíduos que, embora não inferiores em estado físico, inteligência ou energia, gravitaram para aquele grupo em virtude de infelicidades passadas ou a persistência da influência desfavorável do meio de onde procediam, ou simplesmente devido à inquietação, temperamento inadaptável ou tendências para o crime. Todos esses tipos foram presa fácil da exploração, facilitada pela inexistência de freios morais. Alguns deles reagiram

com ódio impulsivo, que facilmente se transformou em crime. Em numerosas cidades industriais de rápido crescimento, onde indivíduos das mais variadas tendências e origens viviam e onde a lei e a ordem deviam ser mantidas, se mantidas realmente, por medidas que se situavam fora do campo da lei, pessoas rudes, tornadas ainda mais rudes pelo tratamento recebido, enfrentavam os empregadores, ou agentes dos empregadores, que não haviam ainda desenvolvido um senso de responsabilidade, e eram freqüentemente levados a adotar providências brutais, não apenas por medo de perder a propriedade, mas de perder também a vida. (404)

Nessas cidades, estará inclinado a dizer o observador socialista, havia guerra de classes no sentido literal, com uso de armas, ilustrando o "conceito de MARX, Na verdade, não era nada disso. E difícil imaginar um conjunto de condições menos favoráveis ao desenvolvimento do trabalhismo político ou do socialismo sério e, realmente, muito pouco de ambos apareceu enquanto duraram essas condições.

A história dos *Cavaleiros do Trabalho*, a única organização realmente importante de âmbito nacional de operários, sem relação com especialidade ou ofício — e, de fato, de todos os seus membros — abrange uma década importante de poder e atividade (1878-1889). Em 1886, a filiação da Ordem elevava-se a quase 700.000 membros. A parte de operários desse grupo — sobretudo operários não-especializados — participou ativamente e mesmo iniciou greves e boicotes, que acompanharam as depressões que se declararam na época. Um estudo dos programas e declarações revela um conjunto algo incoerente de toda sorte de idéias socialistas, cooperativistas e, ocasionalmente, anarquistas que podemos seguir, se quisermos, até uma grande variedade de fontes — OWEN, OS socialistas agrários ingleses, MARX e os fabianos, entre muitos outros. O ponto-de-vista político estava muito em evidência, assim como também o planejamento e a reconstrução social. Mas a decisiva clareza de objetivos que podemos descobrir deve-se, realmente, ao estudo desses fatos do ponto-de-vista do nosso tempo. Na verdade, não havia objetivos definidos e foi justamente o caráter geral da ideologia da *boa vida* — o seu fundador, URIAH S. STEPHENS, fora preparado para a vida clerical — e da Constituição americana que atraíram tantas pessoas, inclusive agricultores e membros das profissões liberais. A Ordem, por conseguinte, era uma espécie de Bolsa para os planos de todos os tipos de reformadores. Nesse sentido, ela realmente preencheu a função que seus líderes tinham em

mente, quando salientaram o aspecto educativo de suas atividades. Mas uma organização formada de materiais tão variados era constitucionalmente incapaz de ação. Quando se insistiu numa profissão de fé claramente socialista, ela se desmoronou. Movimentos semelhantes (*populistas*, o movimento de HENRY GEORGE e outros) repetem a mesma história.

A conclusão evidente é que, no meio americano da época, não havia nem podia haver o necessário material e a mola propulsora para um movimento socialista de massa. Esse fato pode ser verificado seguindo-se o fio que parte dos *Cavaleiros* até alcançar os *Trabalhadores Industriais do Mundo*. Esse fio representa a carreira de um intelectual marxista, DANIEL DE LEON e, por isto mesmo, para o fiel (405) deve ter considerável importância*. (** Ainda mais porque o próprio LENINE quebrou um precedente, prestando homenagem, tão estranha ao seu temperamento, ao trabalho e pensamento de DE LEON.*) Sob seu comando, em 1893, os socialistas que faziam parte da Ordem dos Cavaleiros levantaram-se contra o antigo líder, POWDERLY, o que importou, como se viu depois, num golpe mortal na organização. A intenção era criar um instrumento para ação política, seguindo mais ou menos as linhas marxistas. A guerra de classes, a revolução e a destruição do Estado capitalista, etc. seriam os objetivos do partido proletário. Mas nem o Partido Socialista Trabalhista (1890) nem a Aliança Socialista Comercial e Trabalhista de DE LEON (1895) tiveram vitalidade. Não apenas o prestígio entre a classe operária era pequeno — em si mesma essa circunstância não seria decisiva — mas até mesmo o êxito do tipo russo, isto é, a formação de um núcleo dirigente de intelectuais, não chegou a ser conseguido. O Partido Socialista Trabalhista cindiu-se e perdeu depois quase todo o terreno restante para o novo partido socialista.

Esse último esteve muito perto de se tornar um sucesso ortodoxo como qualquer outro grupo nos Estados Unidos. Para começar, sua origem era ortodoxa. Surgiu das lutas trabalhistas de 1892-1894, quando as greves eram combatidas pelo uso da força e o governo federal e o Judiciário davam apoio decidido aos patrões*. (** Deve-se observar que isso era feito numa época em que a maioria dos governos europeus estava adotando rapidamente outra atitude. No entanto, o fato não constituía simplesmente sinal de atraso nesse lado do Atlântico. E verdade que o prestígio político e social dos interesses do mundo dos negócios era muito maior nos Estados Unidos do que em qualquer outra parte e que a democracia americana, em conseqüência, adotou opinião muito mais rigorosa a respeito dos problemas trabalhistas do que, digamos, o governo junker da Prússia. Mas, podemos reconhecer esse fato e mesmo julgá-lo de acordo com nossos padrões morais e humanitários, e ainda assim admitir que, até certo ponto devido ao estado de subdesenvolvimento da administração pública e, parcialmente, à existência de elementos com os quais nenhum método mais suave teria dado resultado, e também em vista da determinação do país de continuar explorando suas possibilidades econômicas, os problemas se apresentavam sob aspecto diferente, e assim teriam parecido até mesmo a um órgão público absolutamente a salvo das influências burguesas.*) Esse fato converteu muitas pessoas que anteriormente haviam sido

sindicalistas *conservadores*, que defendiam o princípio da organização na base do ofício. De qualquer maneira, converteu EUGENE V. DEBS ao sindicalismo industrial e, em seguida, ao princípio da ação política. Em segundo, a atitude geral adotada pelo partido era ortodoxa. Procurava trabalhar em contato e *solapar de dentro* os sindicatos. Criou uma organização política permanente. Era revolucionário em princípio, no (406) mesmo sentido que os grandes partidos socialistas da Europa. A doutrina, todavia, não era inteiramente ortodoxa. Na verdade, não salientava de maneira pronunciada qualquer aspecto doutrinário — seja sob a liderança de DEBS ou mais tarde — e permitia considerável liberdade às atividades educacionais dentro de suas fileiras. E embora jamais conseguisse absorver os pequenos partidos trabalhistas que continuavam a surgir em todo o país, desenvolveu-se muito bem até o período do após-guerra, quando se firmou a concorrência comunista. A maioria dos socialistas, pensamos, concordaria em chamá-lo o único partido socialista autêntico do país. A sua importância eleitoral, embora aumentada, como a maioria dos partidos socialistas, pelo voto dos simpatizantes, dá bem uma idéia do campo que havia para uma atividade socialista séria.

DE LEON, no entanto, teve outra oportunidade. Surgiu ela e desapareceu com a Federação Ocidental dos Mineiros, cujo radicalismo, inteiramente independente de qualquer fundo doutrinário, constituía nada mais que a reação de gente rude a um meio rude. Esse sindicato foi a pedra fundamental da estrutura do I. W. W. (1905). DE LEON e seus colegas juntaram os restos e estilhaços da sua organização e de outras fracassadas, a maioria de caráter duvidoso — intelectuais, proletários, ou ambos — e de todas as origens possíveis. Mas a liderança (e, em conseqüência, o fraseado) era bastante eloqüente. Além de DE LEON, havia figuras como HAYWOOD, TRAUTMANN, FOSTER e outros.

Táticas de choque que não conheciam imbições e o espírito inflexível de luta explicam uma série de sucessos isolados e a ausência de tudo o mais, exceto as frases e as táticas de choque, e o fracasso final, apressado por controvérsias com os comunistas e defecções e dissensões internas incessantes. Mas não há necessidade de repetir uma história que foi contada de todos os pontos-de-vista possíveis. A nós o que importa é o seguinte: a organização foi chamada de *sindicalista* (e mesmo de *anarquista*), aplicando-se contra ela diversas leis baixadas contra o sindicalismo em vários Estados. O princípio da ação *direta* imediata e as concessões doutrinárias à Federação Ocidental dos Mineiros, que atribuíram aos sindicatos industriais um papel decisivo na

construção da sociedade socialista — contribuição ou desvio de DE LEON do marxismo clássico — sugerem, sem dúvida, o que ele representava realmente. Mas parece-nos mais correto falar da inclusão de elementos sindicalistas no que era substancialmente, e permaneceu, um ramo do caule marxista, do que basear o diagnóstico apenas nesses elementos.

Por conseguinte, aquele grande sociólogo, o homem das ruas, teve razão mais uma vez. Afirmou ele que o socialismo e os socialistas (407) eram não-americanos. Se lhe percebemos o sentido, isso significa mais ou menos o que, menos sucintamente, vimos tentando dizer nestas páginas. O fenômeno americano passou praticamente por alto a fase do socialismo que coincidiu com o marxismo puro e a *Segunda Internacional*. Os seus problemas básicos mal foram compreendidos. As atitudes apropriadas para enfrentá-los existiram apenas como produtos esporádicos de importação. Os problemas e as atitudes americanos ocasionalmente tomaram de empréstimo esses artigos importados. Mas foi tudo. E os acontecimentos da fase seguinte foram incapazes de influenciar intelectuais e um proletariado que não haviam passado pela escola marxista.

IV. O CASO FRANCÊS. ANÁLISE DO SINDICALISMO

A natureza real do sindicalismo torna-se mais clara com o estudo do caso francês*. (** O sindicalismo italiano e o espanhol serviriam igualmente bem. Apenas, em proporção ao número de analfabetos, o elemento anarquista aumenta a ponto de deturpar o que nos parece ser os traços corretos. Esse elemento tem o seu valor, mas não deve ser exagerado.*) Mas, antes de iniciar nossa análise, examinaremos alguns pontos a respeito do socialismo francês em geral.

Em primeiro lugar, a sua história ideológica é mais antiga e talvez mais ilustre do que qualquer outra. Mas nenhuma variedade isolada desse socialismo se cristalizou de maneira tão completa ou contou com uma adesão tão vasta como a do tipo fabiano, de um lado, ou o marxista, de outro. O socialismo fabiano necessita de uma sociedade política do tipo da inglesa e nada semelhante a ela existiu na França, pois seu aparecimento foi impedido pela grande revolução e pelo fracasso posterior da aristocracia e de elementos burgueses de agir em conjunto. O socialismo marxista requer um largo e unificado movimento trabalhista ou, como credo inspirador para os intelectuais, tradições culturais totalmente incompatíveis com a

limpidité francesa. Mas todos os credos socialistas que até agora apareceram apelam para mentalidades particulares e situações sociais locais, e são sectários por natureza.

Em segundo, a França era tipicamente o país do camponês, do artesão, do funcionário público e do pequeno *rentier*. A evolução capitalista desenrolou-se lentamente, confinando-se à grande indústria em uns poucos centros. Quaisquer que fossem as divergências que separassem essas classes, elas eram, a princípio, economicamente conservadoras — em nenhuma outra parte do mundo o conservadorismo repousa sobre base tão larga — e mais tarde deram apoio cada vez maior a grupos que defendiam a reforma da classe média, (408) entre eles os *radicaux-socialistes*, um partido que pode ser bem descrito com a afirmação de que não era nem radical nem socialista. Muitos trabalhadores eram de tipo sociológico idêntico e nutriam pensamentos semelhantes. Numerosos profissionais liberais e intelectuais adaptaram-se ao mesmo tipo, o que explica por que a superprodução e o subemprego dos intelectuais, embora existisse, não se fizeram sentir como se poderia esperar. Havia agitação, realmente. Mas, entre os descontentes, os católicos, que desaprovavam as tendências anticlericais que circunstâncias variadas trouxeram ao primeiro plano na Terceira República, eram mais importantes do que os que estavam desgostosos com a ordem capitalista das coisas. Foi justamente entre os primeiros e não entre os últimos que surgiu o perigo real para a república burguesa durante o *affaire Dreyfus*.

Em terceiro, segue-se que, embora por diferentes razões, não havia mais campo para o socialismo sério na França do que na Rússia e nos Estados Unidos. Por isso mesmo, o país possuía numerosa variedade de socialismo e quase-socialismo que não se podia levar a sério. O partido blanchista, cuja esperança se centralizava na ação de *uns poucos homens resolutos*, pode servir como exemplo; um pequeno grupo de intelectuais com inclinações para as conspirações e revolucionários profissionais, juntamente com a ralé de Paris e de duas ou três grandes cidades, era tudo que podia ser cogitado por grupos desse tipo. Finalmente, GUESDE e LAFARGUE fundaram um *parti ouvrier*, com um programa prevendo a luta de classes (1883), que recebeu a sanção do próprio MARX. O partido evoluiu ao longo de linhas ortodoxas, combatendo o *putschismo* do tipo de HERVÉ e o anarquismo, de um lado, e o reformismo de JAURÈS, do outro, de maneira muito semelhante à sua contrapartida alemã. Mas jamais adquiriu importância semelhante e não significou a mesma coisa para as massas e para os intelectuais, a despeito da fusão dos grupos socialistas na *chambre*, que se concretizou em 1893 (48 cadeiras contra as 300

ocupadas pelos republicanos governamentais) e, finalmente, resultou na formação do Partido Socialista Unificado (1905).

Em quarto — quando frisaremos simplesmente o fato, sem tentar explorá-lo em profundidade — que o quadro social examinado ligeiramente acima impedia o surgimento de partidos grandes e disciplinados, do tipo inglês. Pelo contrário, como todos sabem, a política parlamentar tornou-se um *cotillon* de grupos pequenos e instáveis que se combinavam e dissolviam diante de situações passageiras, interesses individuais e intrigas, formando e derrubando gabinetes de acordo com os princípios, como dissemos acima, de um, (409) jogo de salão. Uma das conseqüências desse fato foi a ineficiência governamental. Outra, residiu no fato de o poder ficar dentro do alcance de grupos socialistas e quase-socialistas mais cedo do que em países cujos partidos esquerdistas eram muito mais poderosos, mas cuja política se desenrolava de acordo com métodos algo mais racionais. Até a crise nacional de 1914, GUESDE e seu grupo mostraram-se impermeáveis às tentações e coerentemente recusaram a cooperação com partidos burgueses, de acordo com o melhor estilo ortodoxo. Mas o grupo reformista, que de qualquer maneira foi absorvido pelo radicalismo burguês e cujos princípios — a reforma sem revolução — não condenavam essa cooperação, não tinha realmente motivos para agir de outra maneira. JAURÈS, conseqüentemente, não sentiu escrúpulos, na época do caso Dreyfus (1898), de apoiar o governo burguês e defender a república. Dessa maneira, um problema de princípios e táticas socialistas, que não constituía caso absolutamente na Inglaterra e Suécia, mas era fundamental em todos os outros países, explodiu inesperadamente e de forma prática no mundo socialista. Adquiriu um vigor especial devido a outra circunstância: o apoio a um governo burguês era uma coisa má embora, do ponto-de-vista da ortodoxia rígida, mas outra completamente diferente a divisão de responsabilidades pela participação na direção do país. M. MILLERAND fez isto precisamente. Em 1899 entrou para o gabinete WALDECK-ROUSSEAU, juntamente com M. DE GALLIFFET, um general conservador mais conhecido do público pela sua vigorosa participação na repressão da Comuna de Paris, em 1871.

Que é que havia de mais no caso de dois patriotas que sacrificavam suas opiniões pessoais e reuniam forças numa crise nacional? Estas palavras, suponho, expressarão a reação da maioria dos leitores. Dificilmente precisaremos assegurar-lhe que, pessoalmente, não sustentamos que os dois referidos cavalheiros se desgraçaram com essa atitude. Além disso, pode até mesmo

haver dúvida se M. MILLERAND merecia realmente ser chamado de socialista*. (** É verdade que ele, ao defender os líderes grevistas, se havia elevado a uma situação de proeminência entre os esquerdistas. Ao entrar para o gabinete WALDECK-ROUSSEAU, era a principal figura entre os sessenta membros do que veio a ser chamado de esquerda socialista. Não obstante, ele nada fez que não pudesse ter sido feito igualmente bem por um radical burguês. A sua atitude posterior, como ministro das Obras Públicas (1909) e ministro da Guerra (1912), não sugeria, por isso mesmo, um rompimento tão drástico, como disseram seus inimigos. Sua aliança posterior com o bloc national e a luta contra o cartel des gaïches durante o mandato presidencial, depois de 1920, foram questões diferentes e que admitem também justificações plausíveis.*) Por último, a classe obreira da França tinha todos os motivos para ser **(410)** grata às medidas que legislativa e administrativamente ele tomou quando subiu ao poder.

Além disso, devemos procurar compreender de que maneira o *millerandismo* estava destinado a se chocar com os *guesdistas* na França e com os socialistas ortodoxos em toda a Europa. Para esse, o fato equivalia a queda e pecado, traição da meta, poluição da fé. Isso era muito natural e constituiu o anátema lançado ao movimento pelo congresso internacional de Amsterdam (1904). Mas havia também, além e por trás do anátema doutrinário, certa medida de bom senso. Para se evitar que o proletariado emprestasse as costas como trampolim a políticos ambiciosos, todos os desvios da prática tradicional deviam ser vigiados cuidadosamente. O truque de falar em crise nacional, em todos os casos que os carreiristas pretendem o poder — afinal de contas, houve alguma situação que os políticos *não* considerassem de crise? — era demasiadamente conhecido e desmoralizado para impressionar a alguém, particularmente, o proletariado francês, que aprendera a dar o justo valor às palavras dos políticos. Havia o perigo de que, por desprezo, as massas se afastassem do socialismo político*. (** Os socialistas italianos recusaram realmente o convite para fazer parte do gabinete, convite este que foi repetido três vezes por GIOLITTI (1903, 1906, 1911).*)

Na verdade, havia mais do que simples perigo. Elas estavam realmente abandonando o socialismo. Observando, como toda a nação, o lamentável espetáculo de ineficiência política, incompetência e frivolidade, que eram consequência do quadro sociológico brevemente esboçado acima, elas não confiavam no Estado, no mundo político, nos escribas e tampouco sentiam respeito por qualquer deles ou, realmente, por qualquer coisa ou qualquer pessoa, exceto a recordação de algumas grandes figuras do passado. Parte do proletariado industrial conservava a fé católica. O resto vagava sem rumo. E para aqueles que haviam suprimido suas tendências burguesas, o sindicalismo era muito mais atraente do que qualquer tipo de socialismo puro, cujos defensores pareciam capazes de reproduzir, em menor escala, os jogos dos partidos burgueses. A tradição revolucionária francesa, da qual o sindicalismo era o principal herdeiro,

naturalmente ajudava muito.

O sindicalismo não é simples sindicalismo revolucionário, que pode significar muitas coisas que nada têm a ver com o primeiro. O sindicalismo é apolítico e antipolítico no sentido de desprezar a ação sobre ou através dos órgãos políticos em geral e dos parlamentos, em particular. É antiintelectual no sentido de desprezar programas (411) construtivos, baseados em teorias, e a liderança do intelectual. E ele realmente satisfaz aos instintos dos trabalhadores — e não como marxismo, à idéia daquilo que o intelectual pensa que deve ser os instintos dos trabalhadores — ao prometer-lhes justamente aquilo que eles estão em condições de entender, isto é, a conquista da oficina onde trabalham, a conquista pela violência física e, em última hipótese, a greve geral.

Mas, ao contrário do marxismo e do fabianismo, o sindicalismo não pode ser esposado por aqueles que tiveram o menor traço de formação econômica ou sociológica. Não há por trás dele motivos racionais. Os autores que, baseados na hipótese de que todos os assuntos podem prestar-se à racionalização, tentaram construir uma teoria para o sindicalismo, inevitavelmente o emascularam. Alguns o ligaram ao anarquismo que, como filosofia social, é completamente estranho ao socialismo em suas raízes, objetivos e ideologia, por muito semelhante que nos possa parecer o comportamento da classe trabalhista correligionária de BAKUNIN (1872-1876). Outros tentaram subordiná-lo, como caso especial, caracterizado por orientação tática diferente, ao marxismo, o que significa retirar de ambos o que lhes é mais essencial. Alguns imaginaram uma nova espécie socialista, que devia operar segundo seu conceito platônico — o socialismo corporativista — mas, ao fazê-lo, tinham de atribuir ao movimento um esquema bem definido de valores supremos, cuja ausência é um dos seus aspectos mais notáveis. Os homens que organizaram e dirigiram a *Confédération Générale du Travail* durante a sua fase sindicalista (1895-1914) eram, na maioria, proletários autênticos ou funcionários sindicais. Sufocavam de ressentimento e de vontade de lutar. Não se importavam com o que teriam de fazer com os destroços depois da vitória, Não será isso suficiente? Por que deveríamos deixar de reconhecer a verdade que a vida nos ensina todos os dias, de que existe realmente a combatividade no abstrato, que não necessita nem presta atenção a nenhum argumento e não se preocupa com coisa alguma senão a vitória em si mesma?

Qualquer intelectual pode preencher, de maneira que lhe agrade ao gosto, o vazio que se estende por trás dessa violência bruta. E a própria violência, combinada com o antiintelectualismo e a tendência antidemocrática, adquire uma conotação importante se vista no quadro de uma civilização em decadência, que tantas pessoas odeiam por todos os tipos de razão. Os que sentiam isso naquela época, mas não odiavam tanto o sistema econômico da sociedade capitalista como seu racionalismo democrático, não podiam voltar ao socialismo ortodoxo, que prometia ainda mais racionalismo. O rude intelectualismo (412) sindical pode ter agradado ao antiintelectualismo intelectual dessas pessoas — seja nietzschiano, seja bergsoniano — como um complemento (no mundo da massa operária) do seu próprio credo. Dessa maneira, cimentou-se uma aliança muito estranha e o sindicalismo encontrou finalmente o seu filósofo em GEORGES SOREL.

Naturalmente todos os movimentos e ideologias revolucionários: que coexistem em determinada época têm muito em comum. Eles são consequência do mesmo processo social e devem, em muitos respeito, reagir de maneira semelhante a necessidades semelhantes. Além disso, não podem deixar de tomar empréstimos mútuos e salpicar os outros com suas cores em suas contendas. Finalmente, indivíduos e grupos muitas vezes não sabem a que pertencem, se é que pertencem realmente, e, algumas vezes por ignorância, em outras por uma percepção correta de uma vantagem, misturam princípios contraditórios com credos espúrios próprios. Tudo isto desnorteia os observadores e explica a existência da larga variedade de interpretações que hoje conhecemos. A situação é particularmente desnorteante no caso do sindicalismo, que floresceu apenas por breve momento e foi logo depois abandonado pelos seus expoentes intelectuais. Apesar disso, não importa de que maneira apreciemos o que o sindicalismo significou para SOREL e o que este significou para o socialismo: as suas *Réflexions sur La Violence* e *Illusions du Progrès* ajudam-nos a formar um diagnóstico. O fato de terem sua economia e sociologia diferido completamente das de MARX não significa, em si mesmas, grande coisa. Mas, situada bem no meio da corrente antiintelectualista, a filosofia de SOREL lança luz abundante sobre a primeira manifestação prática de uma força social que era e é revolucionária em um sentido que o marxismo não o é.

V. O PARTIDO ALEMÃO E O REVISIONISMO; OS SOCIALISTAS AUSTRÍACOS

Mas por que não prevaleceram na Alemanha os métodos e táticas ingleses? Qual a razão desse êxito marxista que aprofundou o antagonismo e dividiu a nação em dois campos hostis? O motivo seria fácil de entender se não tivesse havido grupos extra-socialistas que trabalhavam também pela reconstrução social ou se a camada dominante tivesse feito ouvidos de mercador às suas propostas. O fato se converte em enigma, no entanto, quando verificamos que as autoridades públicas alemãs não eram menos, mas mais acessíveis às necessidades sociais da época do que a sociedade política inglesa, e que um trabalho semelhante ao dos fabianos estava sendo realizado, muito mais eficientemente, por um grupo muito parecido. (413)

A Alemanha não estava atrasada em matéria de *política social* e, até a aprovação da lei sobre os seguros, anteriormente associada ao nome de LLOYD GEORGE, realmente liderava o campo. Além disso, era a iniciativa do governo que colocava essas medidas de melhoramento social na agenda de assuntos a serem discutidos, e não a pressão violenta que partia de baixo. BISMARCK deu os primeiros passos no campo do seguro social. Os que o aperfeiçoaram e lhe acrescentaram novos campos de melhoramento social foram funcionários públicos conservadores (VON BERLEPSCH e o Conde POSADOWSKY), segundo instruções de GUILHERME II. Essas instituições eram realmente admiráveis e foram assim consideradas em todo o mundo. Simultaneamente, retiraram-se as correntes que agrilhoavam o sindicalismo e ocorreu uma modificação importante na atitude das autoridades em relação às greves.

A roupagem monarquista sob a qual aparecia esta legislação era, sem dúvida, diferente do sistema inglês. Mas essa diferença tornou ainda maior o sucesso. A monarquia, depois de ter cedido por algum tempo ao liberalismo econômico (o *manchesterismo*, como o chamavam os críticos), reassumiu simplesmente a sua velha tradição ao fazer pelos operários — *mutatis mutandis* — o que fizera outrora pelos camponeses. O serviço público, muito mais numeroso e poderoso do que na Inglaterra, forneceu uma excelente maquinaria administrativa, além das idéias e do conhecimento especializado necessário à redação das leis. Esse serviço público era tão acessível às propostas de reforma social como o inglês. Consistindo sobretudo de *Junkers* pobres — muitos dos quais não tinham outro meio de subsistência que seus salários verdadeiramente espartanos — totalmente dedicados ao dever, bem educados e informados,

altamente críticos da burguesia capitalista, sentiram-se na nova tarefa como o peixe na água.

As idéias e propostas normalmente chegavam até a burocracia através dos mestres universitários, os chamados *socialistas de cátedra*. Seja o que pensemos das realizações científicas dos professores que se organizaram na *Verein für Sozialpolitik* e cujos trabalhos frequentemente careciam de refinamentos científicos, eles estavam realmente contagiados de entusiasmo pela reforma social e tiveram grande êxito na sua difusão. (**Ficáramos realmente satisfeitos se pudéssemos induzir o leitor a estudar atentamente a curta história dessa estranha organização, tão característica da verdadeira natureza da Alemanha imperial, e que não foi e provavelmente jamais será traduzida para outra língua. Seu autor exerceu durante décadas a função de secretário da Verein e sua história é ainda mais impressionante por ser tão despreziosa.* (FRANZ BOESE, *Geschichte des Vereins für Sozialpolitik, Berlin, 1939.*) Resolutamente enfrentaram o desagrado (414) da burguesia, não apenas na elaboração de medidas isoladas de reforma prática, mas também em propagar o espírito da reforma. Da mesma maneira que os fabianos, eles estavam sobretudo interessados no trabalho a mão e desaprovavam vivamente a luta de classes e a revolução. E, mais uma vez como os fabianos, eles sabiam o que queriam — sabiam e não se importavam se o socialismo os esperasse no fim da jornada. Evidentemente, o socialismo estatal que imaginavam era nacional e conservador, mas jamais uma falsificação ou uma utopia.

O mundo em geral jamais entendeu este quadro social e a natureza da monarquia constitucional que ele produziu. De qualquer maneira, esqueceu aquilo que pode ter aprendido. Mas, logo que percebemos um lampejo da verdade, verificamos que é ainda mais difícil entender de que maneira, nesse meio não-plutocrático, pôde evoluir o maior de todos os partidos socialistas, baseado num programa e num fraseado puramente marxista de virulência insuperável, fingindo combater a exploração impiedosa e um Estado que era escravo de feitores de escravos. Realmente, nada disso pode ser explicado pela *lógica de situação social objetiva*.

Bem, suponhamos que devemos admitir mais uma vez que a curto prazo — e quarenta anos é prazo curto nesses assuntos — métodos e enganos, *manque de savoir faire* individual ou coletivo, devem contar muito mais do que a lógica. Tudo mais que pudéssemos dizer seria insuficiente. Travava-se, naturalmente, a luta pela extensão do direito do voto nos legislativos dos Estados isolados. Mas grande parte do que era mais importante para a massa industrial estava incluída na competência do parlamento imperial (*Reichstag*), para o qual BISMARCK desde o princípio havia estabelecido o sufrágio universal para os homens. Mais importante era a

proteção da agricultura, o pão de cada dia. Sem dúvida essa proteção contribuiu muito para envenenar a atmosfera, especialmente porque seus principais beneficiários eram os grandes e médios latifundiários na Prússia Oriental, e não os camponeses. Não obstante, no que se refere à pressão real a que essas medidas deram origem, há o fato concludente de que, pelas alturas de 1900, praticamente cessara a emigração. Não, não poderemos encontrar a explicação tomando este caminho.

Mas que dizer desse *manque de savoir jaire* combinado com as maneiras alemãs? Podemos tornar as coisas mais claras estudando-a óbvia analogia com a atuação alemã no campo das relações internacionais. Antes de 1914, as ambições coloniais da Alemanha no estrangeiro eram realmente modestas — parece justo considerá-las assim, decorridos tantos anos — especialmente se as comparamos com as **(415)** elegantes e eficientes manobras mediante as quais a Inglaterra e a França aumentaram seus impérios. Nada que os alemães fizeram ou tiveram a intenção de fazer pode ser comparado com, digamos, Tel-El-Kebir, a Guerra dos Bôeres, a conquista da Tunísia ou da Indochina. Muito menos modesto e muito mais agressivo, no entanto, era o tom de voz com que falavam os alemães, assim como insuportavelmente ofensiva a maneira guerreira em que eram apresentadas até mesmo as reivindicações mais razoáveis. Ê, ainda pior do que isso, nenhuma linha coerente era seguida: arremetidas violentas em direções sempre variáveis alternavam-se com retiradas cheias de fanfarronadas, até que os fatores que entram na composição da opinião mundial ficaram profundamente desgostosos e inquietos*. (** Desejamos deixar claro que o que se diz acima não pretende atribuir essa política, total ou primariamente, a GUILHERME II. Ele não era governante sem mérito. Ademais, merecia sem reservas o comentário que a seu respeito fez o Príncipe BÜLOW, na mais estranha defesa de um monarca até hoje apresentada no parlamento: "Digam o que disserem, ele não é um filisteu." Se brigou com o único homem que poderia ter-lhe ensinado a técnica de sua profissão, os críticos de sua atitude em relação a BISMARCK não devem esquecer que a querela dizia respeito principalmente à perseguição dos socialistas, que o imperador desejava suspender, sobre o início do grande programa de legislação social. Se deixamos de lado as palavras e procuramos reconstruir, ano após ano, as intenções através dos atos do imperador, não podemos deixar de chegar à conclusão de que ele freqüentemente tinha razão nas suas opiniões sobre as grandes questões da época.*) As coisas eram quase as mesmas nos negócios internos.

O erro fatal foi cometido realmente por BISMARCK. Consistiu; na tentativa, explicável apenas pela hipótese de que ele não compreendeu absolutamente a natureza do problema, de suprimir pela violência as atividades socialistas, culminando com uma lei especial (*Sozialistengesetz*), que ele fez aprovar em 1878 e que permaneceu em vigor até 1890 (quando GUILHERME II

insistiu na sua revogação), isto é, o tempo suficiente para educar o partido e submetê-lo pelo resto do período de antes da guerra à liderança de homens que haviam conhecido o cárcere e o exílio e que adquiriram grande parte da mentalidade dos prisioneiros e exilados. Por uma infeliz combinação de circunstâncias, essa medida viciou todo o curso subsequente dos fatos. Pois uma das coisas que esses exilados não podiam suportar era o militarismo e a ideologia da glória militar. Por outro lado, a monarquia — de outra maneira simpática à maioria das medidas que socialistas sensatos consideravam objetivos práticos imediatos — não podia suportar chacotas ao exército e às glórias de 1870. Mais do que qualquer outra coisa, era essa oposição de pontos-de-vista que os transformava não em simples adversários, mas em inimigos. Junte-se a isso o (416) fraseado marxista — por mais obviamente acadêmico que fosse — nas conversações do partido e as jactâncias mencionadas acima e temos o quadro da situação. Nenhuma medida de legislação social e nenhuma medida de comportamento disciplinado pôde prevalecer contra os *non possumus* recíprocos, essa barreira de papelão através da qual os dois lados trocavam insultos, faziam as caretas mais terríveis, devoravam-se mutuamente por questões de princípios, tudo sem desejar realmente fazer qualquer dano.

Desse estado de coisas surgiu uma situação que encerrava evidentemente perigos — o grande poder sem senso de responsabilidade é sempre perigoso — mas que não era tão grave como parecia. Os governos federal e estaduais — ou os velhos funcionários civis que haviam sido elevados ao gabinete nesses governos — interessavam-se primariamente por uma administração honesta e eficiente, por legislação progressiva e benéfica e pelos orçamentos do exército e da marinha. Nenhum desses objetivos foi seriamente comprometido por votos socialistas contrários e, em particular, a votação dos orçamentos do exército e da marinha estava assegurada, na maioria das vezes, pelo apoio de grande parcela da população. O Partido Social Democrático, por seu lado, bem organizado e brilhantemente dirigido por AUGUST BEBEL, absorvia-se na consolidação e expansão de sua força eleitoral, que de fato aumentou aos saltos. Em nenhuma dessas atividades havia interferência séria do governo, continuando a burocracia a observar escrupulosamente a letra da lei, que dava a todos a liberdade de ação necessária à atividade partidária*. (** A coerção administrativa evidentemente não deixava de existir, e os socialistas exploravam ao máximo tudo aquilo que poderia ser levado a parecer coação. Mas essas manobras não chegaram a ter grande importância, como a história da atividade dos socialistas de 1890 até a I Guerra Mundial é suficiente para demonstrar. Além disso, as coações desse tipo são realmente uma espécie de serviço prestado ao partido perseguido.*) E tanto a burocracia como o partido tinham razões para serem reciprocamente gratos, especialmente durante o mandato de BÜLOW,

por proporcionarem esquadros para o excesso de capacidade oratória de que ambos necessitavam.

Desta maneira, o partido não apenas se desenvolveu satisfatoriamente, mas se consolidou. Surgiram uma burocracia, uma imprensa e um quadro de conselheiros políticos partidários, adequadamente financiados, de maneira geral seguros em suas posições e, como um todo, muito respeitáveis em todos os sentidos, no burguês inclusive. Formou-se também um núcleo de operários, cuja filiação no partido não era mais questão de escolha, mas uma consequência natural. Mais (417) e mais indivíduos *nasciam no partido* e eram educados numa incondicional aceitação da sua liderança e catecismo, o qual, para alguns deles, significava mais do que o catecismo religioso significa para o homem e mulher comuns dos dias atuais.

Toda essa evolução foi grandemente facilitada pela incapacidade dos partidos não-socialistas de concorrerem eficazmente pelos votos da classe operária. Havia, no entanto, uma exceção. O Partido Centrista (católico) possuía todo o talento de que necessitava, pois tinha o apoio de um clero de qualidade excepcionalmente alta e também porque estava preparado para conquistar o voto trabalhista, indo até onde podia sem irritar a sua ala direitista e porque baseava sua posição na doutrina contida nas encíclicas *Immortale Dei* (1885) e *Rerum Novarum* (1891) *. (* *Notemos, de passagem, um fenômeno interessante e quase-americano: temos um partido que inclui quase todas as nuances possíveis de opinião sobre questões econômicas e sociais, das mais rigorosamente conservadoras às socialistas mais radicais, e que, no entanto, funcionou como máquina política, poderosíssima. Homens de tipos, origens e inclinações as mais diferentes, democratas e autoritaristas mais extremados, cooperaram com uma suavidade que poderia ter despertado a inveja dos marxistas, unicamente devido ao vigor da lealdade comum à Igreja Católica.*) Mas todos os outros partidos, embora por motivos diferentes e em graus variáveis, adotavam uma atitude de desconfiança, se não de hostilidade, diante do proletariado industrial e jamais tentaram atrair qualquer volume importante de votos trabalhistas. Esses eleitores, a menos que fossem católicos militantes, por conseguinte, não tinham outra escolha senão o Partido Social Democrático. Incrível como essa inépcia pareça à luz das experiências inglesa e americana, o fato é que se permitiu que o exército socialista, em meio do vozerio sobre os perigos horríveis que lhe atribuíam, entrasse em um território politicamente desguarnecido.

Estamos agora em posição de compreender o que parece tão incompreensível, isto é, porque os socialistas alemães se apegaram tão tenazmente ao credo marxista. Era perfeitamente natural

para um partido poderoso, que se podia dar ao luxo de ter um credo diferente, mas ainda assim estava excluído inteiramente não apenas do poder político, mas da possibilidade de acesso imediato ao poder, conservasse a pureza da fé marxista uma vez que a tivesse abraçado. A atitude puramente negativa em relação à reforma não-socialista e a todas as atividades do Estado burguês — que, como vemos acima, era o princípio tático recomendado por MARX para todos os casos comuns — lhe foi realmente imposta. Os líderes nem eram irresponsáveis nem criminosos. Mas eles compreendiam que, na situação vigente, não havia muito o que o partido pudesse fazer, salvo criticar e manter **(418)** no mastro a bandeira. Qualquer sacrifício tido princípio revolucionário teria sido absolutamente gratuito. Teria apenas desorganizado a força eleitoral sem dar ao proletariado muito mais do que obteria em qualquer caso, não por iniciativa dos outros partidos, mas da burocracia monarquista. Qualquer outro pequeno êxito que pudesse ser obtido dificilmente justificaria o perigo para o partido. Por conseguinte, homens sérios, patriotas e cumpridores da lei continuaram a repetir *slogans* insensatos sobre revolução e traição — cujas implicações sanguinárias se combinavam tão mal com os tipos pacíficos e respeitáveis que os proferiam, beatificamente conscientes do fato de que dificilmente haveria oportunidade de levá-los à prática.

Antes de muito tempo, todavia, alguns deles começaram a suspeitar aos poucos que, mais dia menos dia, a conversa revolucionária poderia enfrentar a mais letal das armas da luta política — sorrisos. Talvez fosse uma premonição desse tipo ou simplesmente a constatação da discrepância quase ridícula entre o fraseado de MARX e a realidade social desses tempos, que levou finalmente um personagem não menos importante que o velho ENGELS a doutrinar *ex cathedra* — isto é, no prefácio que escreveu para a nova edição das *Class Struggles in France*, de autoria de MARX * — que as lutas de rua apresentavam certos inconvenientes, afinal de contas, e que os fiéis não precisavam sentir-se necessariamente obrigados a dela participar (1895). (* RYAZANOV provou que o organizador desse livro tomou liberdades com o texto de ENGELS. O argumento acima, no entanto, não é afetado por maior que tenha sido a devastação causada pelo lápis. Veja o trabalho de RYAZANOV, *Karl Marx and Friedrich Engels* (traduzido por KUNITZ, 1927).)

Essa oportuna e modesta revisão despertou a fúria de uma pequena minoria de indivíduos coléricos. A Sra. ROSA LUXEMBURGO, em particular, superou-se a si mesma nos ferozes ataques ao velho cidadão. Mas a recomendação foi aceita pelo partido — possivelmente com um suspiro de alívio — e talvez outros passos cautelosos na mesma direção pudessem ter sido

dados. Quando, no entanto, EDUARD BERNSTEIN dedicou-se friamente a *revisar* toda a estrutura do credo partidário, surgiu uma acesa controvérsia. Depois do que dissemos a respeito da situação, essa divergência não deve ser motivo de surpresa.

Até mesmo os partidos mais mundanos percebem o perigo de alterar qualquer dos seus princípios mais importantes. No caso de um partido cujo programa e a própria existência eram baseados num credo em que todos os detalhes haviam sido elaborados com fervor teológico, uma reforma drástica necessariamente constituiria um choque (419) terrível. O credo era objeto de reverência quase religiosa. Havia sido mantido por um quarto de século. Sob sua bandeira, o partido alcançara uma posição de sucesso. E era tudo que o partido tinha para oferecer. E agora a amada revolução — que para eles equivalia ao que a *Segunda Vinda do Senhor* significava para os primitivos cristãos — devia ser removida sem cerimônia do palco. Não mais lutas de classes. Não mais os ardentes gritos de guerra. Pelo contrário, cooperação com os partidos burgueses. 1; tudo isso vindo de um membro da velha guarda, um antigo exilado e, como era realmente, um dos membros mais estimáveis do partido!

Mas BERNSTEIN foi ainda mais longe*. (* *No que nos interessa, os seus livros mais importantes são Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie, (1899), trad. de E. C. HARVEY, 1909, e Zur Geschichte und Theorie des Sozialismus (1901).*) Pôs as mãos sacrílegas sobre as bases sagradas da doutrina. Atacou a base hegeliana. As teorias da mais-valia e da exploração das massas foram submetidas à crítica. Ele pôs em dúvida a inevitabilidade do socialismo e reduziu-a a uma modesta *desejabilidade*. Examinou com desdém a interpretação econômica da História. As crises não destruiriam o dragão capitalista. Pelo contrário, com o passar do tempo, o capitalismo ganharia em estabilidade. A miserabilização progressiva era evidentemente um absurdo. O liberalismo burguês produzira valores duradouros que valia a pena conservar. Ele chegou, mesmo, a dizer que o proletariado não era tudo. Pense-se nisso!

Essas diatribes eram mais do que o partido podia tolerar. Teriam sido intoleráveis mesmo se BERNSTEIN tivesse incontestavelmente razão em todos os pontos, pois os credos que servem de base a organizações não podem ser reformados com holocaustos. Mas não tinha. Ele era pessoa excelente, mas não um par intelectual de MARX. Vimos, na Parte I, que ele foi demasiadamente longe na interpretação econômica da História e que dificilmente poderia tê-la entendido em:

toda sua extensão. Ele se excedeu também na afirmativa de que os fenômenos no setor agrário refutam a teoria de MARX da concentração do controle econômico. E havia outros pontos que se prestavam a uma contestação eficaz. Por isso mesmo, KARL KAUTSKY, * o paladino (420) da ortodoxia, não encontrou muita dificuldade em manter sua posição, ou parte dela. (* *Dessa data em diante, KAUTSKY, fundador e diretor do Neue Zeit e autor de diversos tratados sobre a teoria marxista, manteve uma posição que pode ser descrita apenas em termos eclesiásticos, sustentando a doutrina revolucionária contra o revisionismo, da mesma maneira que mais tarde sustentaria a ortodoxia contra os hereges bolchevistas. Ele era o mais didática dos homens e muito menos atraente do que BERNSTEIN. De maneira geral, no entanto, ambas as seções do partido merecem parabéns pelo nível moral e intelectual dos seus campeões.*) Não se sabe com certeza se teria sido vantajoso para o partido se as recomendações táticas de BERNSTEIN tivessem sido aceitas. Uma ala certamente teria rompido e o prestígio do partido seria fortemente abalado. E, como dissemos antes, nenhuma vantagem imediata teria surgido. Havia, por conseguinte, muitos motivos para se adotar a opinião *conservadora*.

Nessas circunstâncias, o curso seguido por BEBEL nem foi claramente insensato nem obviamente tirânico, como disseram na época alguns camaradas e alguns críticos. Ele condenou vigorosamente o revisionismo, de maneira bastante resoluta, para conservar o domínio sobre seus esquerdistas. Conseguiu que o mesmo fosse excomungado nas convenções de Hanover (1899) e Dresden (1903). E tomou as devidas providências para que as resoluções que reafirmavam o princípio da luta de classes e outros artigos de fé fossem elaborados de tal maneira que tornasse possível a volta dos *revisionistas* ao aprisco. Eles voltaram, e nenhuma outra medida foi tomada contra o grupo, embora acreditemos que tenha havido algumas censuras privadas. O próprio BERNSTEIN teve permissão de candidatar-se ao *Rechstag* com o apoio do partido. VON VOLLMAR permaneceu no rebanho.

Os líderes sindicais encolheram os ombros e murmuraram alguma coisa sobre essas ruminações doutrinárias. Há muito eles vinham sendo revisionistas. Mas, enquanto o partido não interferisse nos seus interesses imediatos e enquanto não exigisse que eles fizessem alguma coisa que desaprovavam, não se importavam muito. Deram proteção a alguns revisionistas e a alguns dos seus órgãos literários. Tornaram bastante claro que, fosse qual fosse a filosofia do partido, negócios eram negócios. E foi tudo.

Os intelectuais revisionistas, para quem a doutrina não era questão sem importância, e os simpatizantes não-socialistas, alguns dos quais teriam gostado de entrar para um partido que não

salientasse a importância da guerra de classes e da revolução, evidentemente pensavam de maneira diferente. Foram justamente eles que falaram de crise e sacudiram as cabeças quando pensaram no futuro do partido. Tinham todas as razões para pensar assim. Pois o futuro *deles*, dentro ou em volta do partido, estava realmente comprometido. De fato, BEBEL, que não era intelectual nem amigo de diletantes, não perdeu tempo em expulsá-los da organização. A massa do partido, todavia, em pouco ou quase nada foi perturbada. Continuaram seguindo os líderes e repetindo os *slogans* até que, sem (421) qualquer remorso pelo que MARX OU, por falar nisso, BEBEL teriam dito, pegaram em armas apressadamente para defender o país.

Uma luz bem clara é lançada sobre os fatos que acabamos de examinar mediante uma comparação com fatos paralelos, embora diferentes, que tinham lugar na Áustria. (** Referimo-nos aqui à Áustria como a metade Ocidental da monarquia austro-húngara que, desde 1866, possuía parlamento e governo próprio (não possuindo, todavia, os Ministérios de Assuntos Estrangeiros e da Guerra) e que funcionava coordenado com o parlamento e o governo da metade oriental (Hungria) ou, para usar a linguagem oficial, os países da Santa Coroa de Santo Estevão. O Partido Social Democrático húngaro modelou-se pelo seu correspondente austríaco, embora jamais tenha atingido a mesma importância quantitativa.*) Como se podia esperar de um ritmo muito mais lento de evolução capitalista, o socialismo levou vinte anos mais para se tornar fator político de importância. Crescendo lentamente de um começo insignificante e não muito elogiável, o socialismo finalmente estabeleceu-se em 1888 (na convenção de Hainfeld), sob a liderança de VICTOR ADLER, que obtivera êxito no trabalho quase impossível de reunir os socialistas de todas as nações que moravam no país e que os devia liderar, com habilidade consumada, durante mais de trinta anos.

Esse partido era também oficialmente marxista. O pequeno círculo de judeus brilhantes que lhes formava o núcleo intelectual, * os neomarxistas, deu até mesmo uma contribuição substancial para a evolução da doutrina marxista, como vimos na Parte I, seguindo as linhas ortodoxas, alterando-as no processo, sem dúvida, mas lutando tenaz e habilmente contra todos os demais que tentavam fazer a mesma coisa, e mantendo sempre a ideologia revolucionária na sua forma mais flexível. (** TROTSKY, adotando ainda nessa época o nome de Bronstein, aparecia ocasionalmente entre eles, parecendo ter-lhes experimentado a influência.*) As relações com o partido alemão eram íntimas e cordiais. Mas, ao mesmo tempo, todos sabiam que ADLER não toleraria absurdos. Tendo, por motivos culturais e raciais, muito mais autoridade sobre seus intelectuais extremistas do que BEBEL, ele podia permitir-lhes todo o marxismo que queriam nos cafés, mas ao mesmo tempo usá-los da maneira que julgava conveniente, sem deixar que eles interferissem no que realmente o interessava, a organização e a imprensa do partido, o sufrágio universal, a legislação progressista

e também o funcionamento eficiente do Estado. Essa combinação de doutrina marxista com práticas reformistas produziu resultados admiráveis. O governo austríaco descobriu dentro de pouco tempo que havia agora um fator, não menos importante do que a Igreja e o exército, que em seu próprio interesse era **(422)** obrigado a apoiar a autoridade central na luta eterna contra a obstrução das oposições nacionalistas, especialmente a alemã e tcheca. Esses governos — na maioria dos casos gabinetes de funcionários públicos, como na Alemanha, embora tentativas fossem feitas incessantemente pela Coroa para incluir no grupo alguns políticos, pelo menos como ministros sem pasta — passaram então a conceder favores ao partido, que retribuiu plenamente*. (** Um expediente que os socialistas utilizaram repetidas vezes para ajudar ao governo. Quando os obstrucionistas nacionalistas paralisavam o parlamento e os negócios públicos entravam em fase de estagnação, eles solicitavam regime de urgência para o Orçamento. Uma vez aprovado o pedido, a urgência significava que a medida podia prosseguir na sua tramitação como se houvesse uma maioria a seu favor (que realmente existia sempre no caso do Orçamento), ignorando-se as regras formais de regra parlamentar que os obstrucionistas tornavam impossível observar.*) E quando um governo (um gabinete de funcionários públicos liderado pelo Barão GAUTSCH) adotou a causa do sufrágio universal, ADLER, sem encontrar oposição entre os correligionários, foi capaz de declarar publicamente que, por ora, os socialistas constituíam um *partido do governo (Regierungspartei)*, embora nenhuma pasta tivesse sido oferecida a eles, que não as aceitariam*. (** Supomos que a principal dificuldade foi a forte posição assumida pelo partido alemão no assunto. Os escrúpulos dos próprios socialistas austríacos foram de importância secundária. A aversão da burocracia austríaca ou a do velho imperador, se é que existiam, não passavam de elementos de terceira importância entre os fatores que impediram a sua ascensão ao gabinete.*)

VI. A SEGUNDA INTERNACIONAL

O princípio internacionalista do programa dos partidos marxistas exigia uma organização de âmbito mundial semelhante à defunta *Primeira Internacional*. Os outros grupos socialistas e trabalhistas não eram internacionalistas no sentido previsto pelo credo de MARX. Mas, até certo ponto, em virtude da herança do radicalismo burguês e, parcialmente, em virtude de aversão aos governos dos seus países, formados por elementos da classe superior, todos eles haviam adotado, embora em graus variáveis, opiniões e simpatias internacionalistas e pacifistas, de maneira que a cooperação internacional era proposta que poderia ser aceita sem maiores dificuldades. A fundação da *Segunda Internacional* (1899), por conseguinte, embora incluísse um compromisso que realmente tentava reconciliar o irreconciliável, funcionou até 1914. Um poucas observações serão bastantes para esclarecer este assunto. **(423)**

Havia, por exemplo, o *bureau* internacional, assim como convenções em que se travavam debates formais sobre questões de tática e princípios. Medida pelos resultados tangíveis, a importância da Segunda Internacional pode ser classificada como zero. E em zero foi realmente classificada por ativistas revolucionários e por trabalhistas. Mas, na verdade, não se pretendia com a organização uma ação imediata de qualquer tipo. A ação, seja revolucionária seja reformista, poderia, naquela época, ser de âmbito apenas nacional. A organização pretendia organizar contatos entre os partidos e grupos filiados, padronizar as opiniões, coordenar as linhas de progresso, controlar os irresponsáveis, estimular os indolentes e criar, tanto quanto possível, uma opinião socialista internacional. Tudo isto era, do ponto-de-vista socialista, extremamente desejável e importante, embora, de acordo com a natureza das coisas, os resultados positivos tivessem de esperar ainda muitas décadas pelo amadurecimento.

Por isso mesmo, o chefe e membros do *bureau* podiam ser qualquer coisa, menos órgão diretor e líderes do socialismo internacional. Não havia política que lhes tocasse formular e nenhum programa a impor, como aconteceu no caso da Primeira Internacional. Os partidos e grupos trabalhistas nacionais gozavam de inteira autonomia e podiam entrar para outras organizações internacionais que satisfizessem seus interesses particulares. Os sindicatos, e também as cooperativas e órgãos educacionais, eram bem recebidos e mesmo cortejados, mas não desempenhavam o papel principal. Os partidos nacionais eram mantidos, apesar disso, em um terreno comum suficientemente largo para permitir as andanças de STAUNING e BRANTING, de um lado, e LENINE e GUESDE, do outro. Alguns dos membros desse instituto internacional sem dúvida zombavam da reserva prudente de alguns, e estes objetavam ao radicalismo extremado dos primeiros. Algumas vezes as coisas chegaram quase a ponto de um conflito decisivo. De maneira geral, contudo, todos eles tomaram um curso de diplomacia socialista nas mãos dos adversários. Uma vez que esse *modus vivendi* — com plena liberdade para divergir — era o único possível, constituía, por isso mesmo, um grande êxito.

Estranho como pareça, foram os alemães, com apoio russo e dos *guesdistas*, os principais responsáveis por esse estado de coisas. Constituía eles o único grande partido marxista e deram ao terreno comum um revestimento de marxismo. Mas eles compreendiam perfeitamente que a maioria dos que representavam as forças socialistas fora da Alemanha não

eram marxistas. Para a maioria desses homens, tratava-se simplesmente de um caso de referendar trinta e nove artigos, ao mesmo tempo que reservar uma liberdade (424) ilimitada de interpretação. Como se podia esperar, os crentes mais ardentes ficaram chocados com essa situação, e falaram de degradação da fé, que se tornara simplesmente uma forma sem qualquer substância. Os líderes alemães, no entanto, a toleravam. Chegaram mesmo a tolerar a heresia declarada, que teriam atacado furiosamente no país. BEBEL sabia até onde podia ir e que sua tolerância, imediatamente correspondida pela tolerância inglesa, daria resultados no fim. Assim, ele manobrou para cimentar a frente proletária com o objetivo de revigorá-la oportunamente. Ao fazê-lo, mostrou uma habilidade que, se possuída também pela diplomacia alemã, poderia ter impedido a eclosão da I Guerra Mundial.

Certos resultados surgiram. As discussões algo indefinidas da primeira década foram finalmente focalizadas sobre a política estrangeira, surgindo, por fim, algo semelhante a uma opinião comum. Tratava-se de uma corrida contra o tempo. A corrida foi perdida. Todos os jornalistas que hoje se referem àquela época sentem-se justificados em condenar a Internacional pelo que consideram o fracasso do socialismo internacional, por ocasião do início da catástrofe. Mas essa opinião é muito superficial. A memorável convenção na Basileia (1912) e o apelo aos trabalhadores de todo o mundo para que fizessem todo o possível pela causa da paz foram certamente as únicas atitudes possíveis nas circunstâncias. Um apelo para uma greve geral a um proletariado internacional que não existia em parte alguma, salvo na imaginação de uns poucos intelectuais, não teria sido mais eficiente, antes pelo contrário. Conseguir o que é possível não significa fracasso, mas sucesso, não importa como inadequado seja este sucesso no fim. Se houve fracasso, ele ocorreu nas frentes internas de partidos nacionais isolados.

Capítulo 27

ENTRE DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

I. O "GRAN RIFIUTO"

Na qualidade de membros de uma organização internacional, os partidos socialistas fizeram tudo que estava ao seu alcance para evitar a guerra. Mas quando, apesar disso, ela foi deflagrada, eles tomaram o partido de suas causas nacionais com uma presteza realmente espantosa. Os marxistas alemães hesitaram, ainda menos do que os trabalhistas ingleses*. (** O Partido Trabalhista inglês esteve de fato sozinho em sua atitude a favor da paz em 1914, embora mais tarde entrasse para o governo de coalizão.*) Evidentemente, temos de levar em conta que todas as nações beligerantes estavam inteiramente convencidas de que travavam uma guerra puramente defensiva. Todas as guerras são defensivas, aliás, ou pelo menos *preventivas*, na opinião do país que as declara*. (** Por isso mesmo, a tentativa das nações vitoriosas de solucionarem a questão moral através de uma cláusula, em um tratado de paz imposto, não foi apenas injusta, mas igualmente tola.*) Ainda assim, se refletimos que os partidos socialistas tinham um inegável direito constitucional de votar contra os orçamentos militares e que, dentro do esquema moral da democracia burguesa, não há obrigação de parte do indivíduo de se identificar com a política nacional — homens que adotavam opiniões muito diferentes do antimilitarismo socialista de fato desaprovaram a guerra em todos os países beligerantes — parecemos estar diante de um problema que não será solucionado por duvidosas referências a MARX ou às declarações anteriores de BEBEL e VON VOLLMAR, de que defenderiam seu país, se atacado. Não devia ter havido dificuldade para recordar os verdadeiros ensinamentos de MARX sobre o assunto. **(426)** Além disso, defender o país significa apenas cumprir o dever no exército. E não implica votar com o governo ou entrar em *unions sacrées**. (** Tampouco é verdade que, ao deixar de fazê-lo, tivesse debilitado a causa nacional. O pedido de demissão de Lord MORLEY evidentemente não prejudicou a Inglaterra.*) GÜESDE e SEMBAT, na França, e VANDERVELDE, na Bélgica, que aceitaram cargos nos gabinetes de guerra, e os socialistas alemães que votaram os orçamentos militares, agiram, por conseguinte, com mais lealdade que seus países exigiam, da maneira que esta era então normalmente entendida*. (** Muitos de nós pensarão agora de maneira diferente. Mas essa atitude indicará apenas até que ponto nos afastamos das antigas amarras da democracia liberal. Exaltar e transformar a unidade nacional em preceito moral importa na aceitação de um dos princípios mais importantes do fascismo.*)

Existe apenas uma solução para o quebra-cabeça. Acreditasse ou não a maioria dos políticos socialistas no internacionalismo marxista — talvez essa crença tivesse, na época, partilhado já do destino da crença na revolução espetacular — eles certamente compreenderam que qualquer posição baseada no evangelho lhes teria custado a lealdade dos correligionários. As massas, em primeiro lugar, os teriam olhado incrêdulos e depois renunciado a fidelidade, dessa maneira refutando *via facti* a doutrina marxista de que o proletariado não tem pátria e que a guerra de classes é a única que os interessa. Neste sentido, e com a ressalva de que as coisas poderiam ter sido diferentes se a guerra tivesse ocorrido depois de um longo período de evolução dentro da sociedade burguesa, desmoronou-se, em 1914, * um importante pilar da estrutura marxista. (* Até certo ponto, isso deve ser atribuído também ao êxito das reformas não-socialistas.)

Essa queda foi sentida nos lugares mais variados. Sentiram-na no campo conservador: os conservadores alemães subitamente passaram a referir-se ao partido socialista em termos que constituíam um paradigma de cortesia. Sentiram-na naquela parte do campo socialista, na qual a fé ainda conservava o antigo fervor. Até mesmo na Inglaterra, MACDONALD perdeu a liderança do partido trabalhista e, por fim, a própria cadeira, por recusar-se a entrar para o governo de coalizão. Na Alemanha, KAUTSKY e HAASE deixaram as forças majoritárias (1916) e, em 1917, organizaram um Partido Social Democrático Independente, embora a maioria dos seus membros importantes tivesse voltado ao rebanho em 1919*. (* Vale à pena notar que os independentes não eram recrutados absoluta e exclusivamente entre os marxistas rígidos. KAUTSKY e HAASE pertenciam a essa ala, mas não muitos outros que os seguiram. BERNSTEIN, por exemplo, aderiu também, assim como diversos outros revisionistas, cujos motivos não devem ter sido o respeito pela fé marxista. Mas não há nisso motivos para surpresa. O marxismo ortodoxo não era naturalmente o único motivo que um socialista poderia ter para desaprovar a orientação tomada pela maioria. Esses revisionistas simplesmente partilhavam das mesmas idéias de RAMSAY MACDONALD.) LENINE declarou (427) que a Segunda Internacional estava morta e que a causa do socialismo fora traída.

Havia certa verdade nessas palavras. No que interessava à maioria dos partidos socialistas, o socialismo não passara pela prova na crise. Não escolhera o caminho prescrito por MARX. O credo, os *Mogans*, os objetivos supremos, as organizações, as burocracias e os líderes não se haviam modificado. Continuavam a ser na manhã do *gran rifiuto* o que haviam sido na véspera. Mas aquilo que representavam e defendiam havia mudado profundamente. Depois desse *experimentum crucis*, nem socialistas nem anti-socialistas podiam mais considerar esses partidos à mesma luz. Tampouco podiam os partidos continuar a fazer as velhas travessuras. Para melhor ou para pior, eles haviam deixado a torre de marfim. Tinham mostrado que o destino dos seus

pai se;, era mais importante para eles do que a meta socialista.

O caso, no entanto, *era* diferente para os partidos que, como os sociais-democráticos dos países escandinavos, jamais haviam habitado uma torre de marfim. E mesmo para os outros partidos, o caso *pareceria* diferente aos observadores que nunca levaram a sério essas travessuras revolucionárias. No que tange especialmente ao partido alemão, talvez seja mais certo dizer que os *sociais traidores* — como vieram a ser batizados — desceram de uma atmosfera imaginária e que a crise nacional ensinou-os a se manter em pé, em vez de cabeça para baixo, o que, como alguns de nós acrescentarão, redundou em seu crédito. Mas, seja qual for a opinião que adotemos, não pode haver dúvida de que a nova atitude de responsabilidade reduziu drasticamente o grande espaço que, antes de 1914, parecia separados do objetivo natural de todos os partidos — o poder. Estamos longe de atribuir aos sociais-democratas alemães cálculos desse tipo ou duvidar da sinceridade da recusa de não aceitar cargos na sociedade burguesa. Mas é claro que, em consequência da atitude que assumiram no princípio da guerra, estavam mais perto dos cargos do que nunca. Ao contrário dos outros partidos, não se haviam comprometido percorrendo todo o caminho em grande vozerio. Mas tampouco abandonaram a nação na hora do perigo. (428)

II. OS EFEITOS DA I GUERRA MUNDIAL

SOBRE AS OPORTUNIDADES DOS PARTIDOS SOCIALISTAS NA EUROPA

1. Qualquer grande guerra que termine em derrota abalará o sistema social e ameaçará a posição do grupo dominante. A perda de prestígio resultante de uma derrota militar é uma das provas mais difíceis para a sobrevivência de um regime. Não conhecemos nenhuma exceção a esta regra. Mas a recíproca não é tão verdadeira. A menos que o êxito seja rápido ou, pelo menos, extraordinário e claramente vinculado ao trabalho da camada dominante (como aconteceu, por exemplo, na Alemanha em 1870), a exaustão física, econômica e psicológica pode produzir, mesmo no caso de vitória, efeitos sobre a posição relativa das classes, grupos e partidos, que não diferem substancialmente dos produzidos pela derrota.

A I Guerra Mundial constitui um ótimo exemplo desse fato. Nos Estados Unidos, o esforço de guerra não foi suficientemente prolongado e exaustivo para trazer seus efeitos à superfície. Mas, mesmo assim, a administração responsável pela condução da guerra sofreu uma derrota esmagadora nas eleições. Em todos os outros países vitoriosos, o prestígio da camada dominante e a influência que ela exercia sobre o povo saíram debilitados do conflito. Por sorte dos partidos socialistas alemão e inglês, esta situação significou a ascensão ao poder ou, pelo menos, aos cargos. Na Alemanha, o controle dos cargos centrais do país foi imposto ao partido. Embora, para salvar a coerência doutrinária, alguns deles e também certos anti-socialistas continuassem a falar de revolução, o fato é que assumiram o governo a pedido — e pedido humilde, por falar nisso. Na Inglaterra, o voto* trabalhista, que atingira pouco mais de meio milhão em janeiro de 1910 e pouco menos de dois milhões e um quarto em 1918. * passou para 4.236.733 em 1922, 5.487.620 em 1924, e 8.362.594 em 1929. (* O aumento de 1910 a 1918 é explicado pela extensão do direito do voto às mulheres e à simplificação da qualificação eleitoral.) MACDONALD reconquistou a liderança e, em 1924, o partido assumiu os cargos, senão o poder. Na França, a estrutura do mundo político impediu a consumação de uma transformação tão clara, mas os contornos gerais eram os mesmos. Ocorreu uma revivescência sindicalista imediatamente depois da guerra. A *Confédération Générale du Travail*, desamparando a novel *Confédération Générale du Travail Syndicalist* e a *Confédération Générale du Travail Unitaire*, de inspiração comunista, para absorver elementos inadaptáveis, desencorajou a orientação revolucionária e lentamente preparou-se para assumir o papel dominante. (429)

Os partidos socialistas ou quase-socialistas que então assumiram a responsabilidade do governo devem ter sentido que possuíam quase que um monopólio das muitas qualidades exigidas para tornar um sucesso essa aventura. Eram capazes de manipular com maior êxito do que qualquer outro grupo as massas que se agitavam descontentes. E como mostra o exemplo alemão, eles estavam em melhor situação do que qualquer outro grupo para enfrentar firmemente as explosões revolucionárias, se necessário pela força. De qualquer maneira, eram os indicados para administrar a dose certa de reforma social, executá-la e fazer com que as massas a aceitassem. Mais importante ainda, tinham, do ponto-de-vista que adotavam, inteira razão para acreditar que eram também as pessoas indicadas para curar as feridas deixadas pela *guerra imperialista*, restaurar as relações internacionais e pôr ordem no caos em que, não por sua culpa, governos puramente burgueses haviam transformado a questão da paz. Neste sentido, eles cometeram o mesmo erro que, de um ponto-de-vista diferente, foi perpetrado por seus

concorrentes burgueses, que acreditavam na segurança coletiva, na *Liga das Nações*, no restabelecimento do padrão-ouro e na eliminação das barreiras comerciais. Mas, se admitimos que a premissa era errônea, devemos também admitir que os socialistas tinham razão para esperar o êxito, particularmente no campo da política estrangeira.

2. Os êxitos dos dois mandatos de MACDONALD — de MAC DONALD e de HENDERSON no Ministério das Relações Exteriores — bastam para ilustrar este ponto. O caso alemão, no entanto, é ainda mais significativo. Acima de tudo, apenas os sociais-democratas estavam em condições morais de aceitar o tratado de paz e apoiar uma política que visasse à concretização dos princípios que defendiam. Eles lamentavam, evidentemente, a catástrofe nacional e os sofrimentos que ela trouxera. Mas, pensando o que pensavam sobre a glória militar, nem a derrota nem a paz significavam para eles humilhação insuportável. Alguns chegavam a ponto de defender a teoria anglo-francesa sobre as causas da guerra. A maioria pouco se importava com o rearmamento. Enquanto outros alemães observavam com mal-humorado desgosto, eles trabalhavam pelo entendimento pacífico com os vencedores, com um espírito perfeitamente isento, se não de ressentimento, pelo menos de ódio apaixonado. No que, para outros, era uma democracia imposta, eles estavam de acordo com as nações ocidentais: tendo liquidado as revoltas comunistas de 1918 e 1919 e, por compromissos judiciosos, adquirido um papel dominante na política interna, adotavam agora a atitude mais democrática. (430)

Em segundo, o apoio que tinham na massa era suficientemente forte para tornar essa atitude politicamente eficaz. Além disso, no momento, grande parte da população via as coisas à mesma luz. As opiniões sobre a situação e sobre a maneira correta de enfrentá-la tornaram-se temporariamente o ponto-de-vista oficial, qualquer que fosse a política do governo que estivesse no poder. Eles forneceram o apoio político às coalizões que negociaram o Plano Dawes e o Pacto de Locarno, coalizões que jamais poderiam ter sido formadas e, se formadas, jamais ter assumido aquela orientação sem seu apoio. STRESEMANN não era socialista. Apesar disso, a política vinculada ao seu nome era a política do Partido Social Democrático, a política pela qual receberiam todo o crédito durante uma década e toda a punição na seguinte.

Em terceiro, estavam numa posição vantajosa no que diz respeito à opinião política no estrangeiro. O mundo pouco sabia sobre a Alemanha, mas entendia duas coisas: percebia que

havia um partido disposto a aceitar para sempre muitos dos arranjos do após-guerra e, de fato, aprovava muitos deles, e um partido que era inimigo daquilo que a França e a Inglaterra se haviam convencido que *era* o inimigo; compreendia também, por mais conservador que o governo pudesse ser, que a democracia social alemã não precisava ser temida por outros motivos, e que não havia razão para ser contrário a ela, como era contrário ao socialismo russo. A longo prazo, essa atitude representava um estado de fraqueza. Foi responsável em grande parte pelo tratamento dilatatório aplicado às queixas alemãs, pois induziu os Ministérios das Relações Exteriores da Inglaterra e França a acreditarem que a Alemanha continuaria indefinidamente a ser o pedinte humilde, que poderia ser tornado feliz com garantias de que, algum dia, seria elevada a uma posição de igualdade com as grandes nações. A curto prazo, todavia, e especialmente durante os dias sombrios da invasão do Ruhr, constituiu uma vantagem: o partido — ou antes, o governo que se sabia depender do apoio do partido — teve uma *entrée* que seria negada a outros grupamentos políticos.

Em quarto, continuavam em vigor os velhos contatos do Partido Social Democrático com partidos correspondentes em outros países, contatos que remontavam à Segunda Internacional. A guerra não os interrompera completamente. Afinal de contas, a Segunda Internacional jamais fora oficialmente dissolvida e muitos dos indivíduos e grupos que dela faziam parte — especialmente, mas em nenhuma hipótese exclusivamente, os partidos dos países neutros — haviam conservado intatas suas crenças internacionalistas. O seu secretário (HUYSMANS) (431) continuara a agir e, em 1917, por sugestão de socialistas escandinavos, chegou a fazer uma tentativa de convocar um congresso, providência que fracassou apenas porque as Potências Aliadas, resolvidas àquela época a esmagar os adversários, recusaram-se a conceder passaportes*. (** Antes dessa ocasião, duas convenções foram realizadas na Suíça — uma em Zimmerwald (1915) e outra em Kienthal (1916) — e adquiriram, ao contrário da intenção original, segundo acreditamos, uma diferente coloração, devido ao fato de que o comparecimento não era representativo dos partidos oficiais. Voltaremos a discuti-las mais tarde.*) Em vista disso, era perfeitamente natural que numerosos socialistas tivessem peruíado em revigorar, como coisa normal, a organização.

3. A organização renasceu, mas não sem dificuldades. As primeiras conferências realizadas com esse objetivo em 1919 e 1920 tiveram apenas sucesso moderado. A *Internacional Comunista* (Terceira) que havia, entretantes, surgido (veja abaixo) exerceu uma atração que constituiu sério obstáculo à unidade dos partidos trabalhistas e socialistas do mundo. E diversos

grupos importantes que não desejavam associar sua sorte à dos comunistas queriam algo mais moderno do que a Segunda Internacional. Esta situação foi solucionada com um inteligente expediente tático. Por iniciativa dos socialistas austríacos, apoiados pelos *independentes alemães* e pelo Partido Trabalhista Independente da Inglaterra, formou-se uma nova organização, a União Internacional dos Partidos Socialistas, a chamada *Internacional de Viena*, com o objetivo de tornar mais radicais os membros da renascida Segunda Internacional, controlar os que se inclinavam demasiadamente para o comunismo e traçar para uns e outros uma linha de conduta pela formulação judiciosa dos objetivos*. (*Algumas dessas formulações teriam dado crédito a qualquer diplomata do século XVIII. O grande obstáculo era a guerra de classes. Os grupos europeus não podiam viver sem esse princípio, ao passo que os ingleses não podiam viver com ele. Dessa maneira, ao consumir-se a fusão na Convenção de Hamburgo, a *Klassenkampf* e a *lutte des classes* foram mantidas nos textos alemão e francês, mas substituídas no texto inglês por um circunlóquio irreconhecível.)

O significado dessa aventura foi bem descrito pelas palavras chistosas que os comunistas imediatamente cunharam para ela: *o número internacional dois e meio*. E foi justamente por isso que a organização pôde servir às necessidades da época. Na Convenção de Hamburgo (1923), a Segunda e os Internacionais de Viena uniram-se e formaram a *Internacional Trabalhista e Socialista*, estigmatizaram a paz como *imperialista* e exigiram uma frente unida contra a reação internacional — o que, em todo caso, soava bem — **(432)** contra o dia de oito horas de trabalho, e a legislação social internacional. A redução das indenizações de guerra a serem pagas pela Alemanha a um montante definido e razoável, a abolição dos débitos entre os aliados e a evacuação do território alemão já haviam sido consideradas necessárias um ano antes (nas Resoluções de Frankfurt, 1922). À vista de acontecimentos subseqüentes, não poderemos deixar de admitir que êxito — e serviço — tudo isso significou.

III. O COMUNISMO E O ELEMENTO RUSSO

1. Entrementes, os partidos comunistas expandiam-se com rapidez. Como fato isolado, acontecia apenas o que se podia esperar. Mas esse fenômeno não era perigoso. Todos os partidos que experimentam a influência moderadora da responsabilidade do poder inevitavelmente terão de deixar campo aos grupos esquerdistas (ou direitistas) e tal terreno provavelmente não ficará desocupado por muito tempo. Contanto que as deserções possam ser controladas, o fato não precisa ser mais do que uma simples inconveniência e, talvez, mesmo

preferível a conservar elementos indisciplinados no rebanho. Os partidos socialistas sempre tiveram dificuldade com as alas hiper-radicais*. (** As cisões ocorridas na Inglaterra e Alemanha, provocadas pela guerra, foram naturalmente por questões diferentes e de importância apenas temporária. Até mesmo a Liga Espartaco alemã, fundada em 1916 por KARL LIEBKNECHT e ROSA LUXEMBURGO, embora fosse mais longe na oposição à guerra do que os independentes desejavam, custou a desenvolver uma atitude francamente hostil e, mesmo então, não foi além de insistir, oficialmente pelo menos, no cumprimento da letra do antigo programa de Erfurt. Pelo que sabemos, nem LIEBKNECHT nem LUXEMBURGO romperam completamente seus laços com o partido. A última foi uma das mais impiedosas críticas da prática bolchevista.*) O fato de esses grupos *esquerdistas* terem ganho terreno nos dias perturbados que se seguiram à guerra, e que se aproveitassem da oportunidade para adquirir a posição de partidos distintos, não é mais surpreendente do que se eles tivessem seguido o sistema clássico e se chamado de *comunistas*, ou que mostrassem uma inclinação muito mais veementemente internacionalista do que os partidos oficiais da época.

Não se esqueçam os leitores que esse caso é inteiramente diferente do caso russo. Haveria partidos comunistas e uma Internacional Comunista mesmo se os czares ainda reinassem na Rússia. Mas, uma vez que o elemento russo tornou-se fator de importância no futuro do comunismo e do socialismo em todo o mundo — de fato, na formulação da história política e social da nossa época — é imprescindível verificar novamente de que maneira esse elemento **(433)** se desenvolveu e avaliar sua natureza e importância. Com esse objetivo, dividiremos essa evolução em três fases distintas.

2. A princípio (isto é, até que os bolchevistas subiram ao poder em 1917), nada havia de particularmente interessante na evolução dos grupos comunistas, exceto que o líder mais poderoso era russo e que um traço de despotismo mongol estava entremeadado no seu esquema de pensamentos. Quando, ao eclodir a guerra, a Segunda Internacional suspendeu suas atividades *via facti*, e quando LÊNINE declarou que ela estava morta e que soara a hora de recorrer a métodos mais eficazes, era natural que os que pensavam da mesma maneira se reunissem. A oportunidade apresentou-se em duas convenções, realizadas na Suíça, em Zimmerwald (1915) e em Kienthal (1916). Uma vez que praticamente todos que haviam esposado a causa de suas nações durante a guerra haviam permanecido distantes, os militantes que compareceram não tiveram muita dificuldade em aderir com certas reservas ao programa de LENINE de converter a guerra imperialista em revolução internacional. Havia algo mais nessa proposta do que mera profissão de fé no marxismo puro e na sua promessa messiânica. Alguns deles, pelo menos,

percebiam claramente a verdade a que ficara cega a burguesia de todos os países, isto é, que o tecido da sociedade burguesa não estava à altura dos esforços e tensões de uma guerra *total* prolongada e que colapsos forçosamente ocorreriam, pelo menos em alguns países. Mas, além desse ponto, não se aceitou a liderança de LENINE. A maioria dos presentes pensou em convencer, forçar ou usar os partidos socialistas existentes e não destruí-los. Além disso — e LENINE concordava neste ponto — a revolução internacional devia ser realizada por ações isoladas do proletariado de cada país e, em primeiro lugar, nos países *avançados*.

A segunda etapa nós a fixamos entre 1917 e 1927, isto é, desde a ascensão dos bolchevistas na Rússia à expulsão de TROTSKY do Comitê Central do Partido Bolchevista (outubro de 1927). Nessa década ocorreu o surgimento de partidos comunistas em todo o mundo e da Internacional Comunista (Terceira). Aconteceu (temporariamente) o rompimento com os partidos socialistas e trabalhistas que, no caso da Alemanha, sentiam-se amargurados além de qualquer remédio pelas medidas severamente repressivas adotadas pelos sociais-democratas no poder, durante os invernos de 1918 e 1919. E, finalmente, teve lugar nessa década o forjamento das algemas pela Rússia.

Mas, durante toda essa década, as algemas não provocaram nem sofrimentos nem incômodos. Deve-se recordar que a conquista do poder pelos bolchevistas na mais atrasada de todas as grandes nações (434) foi uma mera casualidade*. (** Os bolchevistas possivelmente agradeceram essa casualidade ao Estado-Maior alemão, por cujas ordens LENINE foi transportado para a Rússia. Mas, caso se considere isso como um exagero de sua participação pessoal nos acontecimentos de 1917, poderemos dizer que houve numerosos outros casos fortuitos na situação, suficientes para nos convencer dos caprichos do destino nessa época da História.*) Até certo ponto, o próprio LENINE reconheceu esse fato. Ele repetiu inúmeras vezes que a vitória final seria obtida apenas pela ação das forças revolucionárias em países mais avançados e que essa ação era a única realmente importante. Naturalmente, ele continuou exercendo sobre os comunistas o mesmo domínio que exercera antes, e insistiu numa organização estritamente centralista na Internacional Comunista (cujo *bureau* adquiriu o poder de orientar todos os movimentos dos partidos isolados), mas usou esse poder na sua qualidade de líder comunista e não como déspota da Rússia. Esse refinamento fazia toda a diferença possível. A sede da Internacional funcionava em Moscou, o líder real era russo, mas a política era dirigida com um espírito totalmente internacionalista, sem qualquer referência especial aos interesses nacionais russos e baseada em princípios com os quais os comunistas de todos os países concordavam basicamente. Embora as

relações pessoais entre o *bureau* da Internacional e o *bureau* político do governo soviético * fossem muito mais íntimas do que se tornariam mais tarde, os dois eram, apesar disso, órgãos completamente separados. (* A autoridade administrativa, na época de LÊNINE, era exercida pelo Bureau Político, dirigido pelo próprio LENINE, pelo Conselho Militar, que era domínio de TROTSKY, e pela Cheka, então administrada por DZERZHINSKY. Nenhum dos três órgãos estava previsto na Constituição do Estado soviético, que atribuía essa autoridade ao Soviete dos Comissários do Povo. Talvez, teoricamente, devessem ser considerados órgãos do partido. Mas o partido era o Estado.) POR isso mesmo, a Internacional e os partidos isolados não se comportaram de maneira diferente do que teriam atuado na inexistência de um laço qualquer com a Rússia.

Nessa década, por conseguinte, a importância das relações com a Rússia, embora grande, nada mais foi do que isso. E, acima de tudo, havia o fato ponderável de que, por mais insignificante em qualidade e quantidade que pudesse ser um grupo comunista, e por menor direito que tivesse de ser levado em consideração, poder-se-ia beneficiar com a glória refletida pelo grupo que conquistara um império e, daí, sentir-se estimulado por esse apoio. Em segundo lugar, não obstante a realidade bolchevista — o terror, a miséria, a confissão de fracasso implícita na adoção da *nova política econômica*, depois da revolta de Kronstadt — daí em diante tornou-se possível citar um sistema (435) socialista que *funcionava*. Os bolchevistas revelaram-se mestres na arte de explorar o fato de que a opinião pública na Inglaterra e Estados Unidos engolirá qualquer coisa, contanto que servida nas roupagens de *slogans* familiares. Esse fato, naturalmente, também redundava em vantagens para os outros partidos comunistas. Em terceiro, enquanto os comunistas de todos os países (LENINE, inclusive) acreditassem na iminência de uma revolução mundial, o exército russo significava tanto para eles como o exército do Czar NICOLAU I significara para os grupos reacionários durante o segundo quarto do século XIX*. (* Deve-se notar que os comunistas abandonaram o antimilitarismo e o anti-intervencionismo com a mesma facilidade com que abandonaram a democracia.) Em 1919, essas esperanças eram menos absurdas e estavam mais próximas de concretização do que hoje estamos dispostos a acreditar. Repúblicas comunistas foram realmente fundadas na Baviera e na Hungria*. (* O caso húngaro (o governo de BELAKUN) é altamente instrutivo. A paralisia das classes superiores e a indiferença dos camponeses tornaram possível a um pequeno grupo de intelectuais tomar o poder sem qualquer resistência séria. Eles constituíam um grupo estranho — alguns deles (o que também aconteceu na Baviera) eram indubitavelmente casos patológicos — e inteiramente incapazes de realizar esta ou qualquer ação séria. Mas dispunham de confiança ilimitada em si mesmos e no credo que esposavam e não faziam qualquer objeção aos métodos terroristas. E isso foi suficiente. Conseguiram montar a sua ópera e poderiam ter continuado por tempo indefinido no palco se os aliados não tivessem permitido (ou ordenado) que o exército romeno os expulsasse.) Mas na Alemanha, Áustria e Itália a estrutura social estava perigosamente perto de desmoronar e não há dúvida que isto teria realmente acontecido nesses países, e possivelmente ainda mais para o Oeste, se a máquina de

guerra de TROTSKY estivesse em condições naquela época, e não empenhada na guerra civil e nas guerras com a Polônia*. (* Talvez não seja correto dizer, por conseguinte, que as potências ocidentais atuaram estúpida e claudicantemente ao apoiar sem muita convicção as várias contra-revoluções que foram tentadas na Rússia, especialmente as aventuras de DENIKIN e WRANGEL. Parece-nos que, pelo estudo sagaz da situação, ou por mera sorte, eles conseguiram exatamente o que poderiam ter desejado: neutralizar o poder soviético num momento crucial e, dessa maneira, impedir o progresso do bolchevismo. Êxito menor teria posto em perigo os seus próprios sistemas; maior, teria envolvido esforços prolongados, custosos e talvez inúteis, que poderiam ter facilmente solapado seus objetivos.) Não se deve esquecer que a Internacional Comunista foi fundada nessa atmosfera de iminente luta de vida ou morte. Muitos fatos que adquiriram depois um significado diferente — tais como a direção centralizada, que dispunha de poderes ilimitados sobre partidos isolados e privava-os (436) de toda a liberdade de ação — podem, naquela época, ter parecido perfeitamente razoáveis.

A terceira fase começa com a expulsão de TROTSKY (1927), pois constitui um marco conveniente para datar a ascensão de STALIN ao poder absoluto. Depois de ter STALIN obtido o controle total, parece que todas as decisões em matéria de política foram suas, embora ele enfrentasse ainda alguma oposição no *bureau* político e em outros órgãos até o *juízo* de KAMENEV e ZINOVIEV (1936), ou mesmo até o reinado de terror de YEZHOV (1937). No que nos interessa, isso significa que todas as decisões daí em diante foram tomadas por um estadista que agia em nome de interesses nacionais russos e como déspota. E se isto é verdade, sugere qual teria sido a sua atitude em relação ao *Comitern* (Internacional Comunista) e aos partidos comunistas estrangeiros. Eles se tornaram instrumentos da política russa, ocupando um lugar no enorme arsenal de armas políticas e sendo encarados realisticamente em relação aos outros, de acordo com as circunstâncias. Até a eclosão do atual conflito, que pode revivê-la, a revolução mundial era apenas um ativo congelado. Os veteranos que restavam e os neófitos do comunismo internacional podiam ter no momento apenas pequeno valor. Mas podiam ainda ser usados. Podiam pregar as glórias do regime russo e servir para alfinetar os governos hostis. Aumentavam o poder de barganha da Rússia. Por isso mesmo, valia a pena ter algum trabalho e despesas para conservá-los em estado de sujeição, supervisioná-los com agentes da polícia secreta e lotar o *bureau* do *Comitern* de servos subservientes, que obedeceriam a qualquer ordem, apavorados e tremendo.

3. Em todas essas circunstâncias (e ao apoiar-se nelas), STALIN seguiu um costume consagrado pelos tempos. A maioria dos governos nacionais agiu da mesma maneira que ele e é

pura hipocrisia manifestar uma indignação especial neste caso. Os exemplos mais convincentes nesse sentido são fornecidos pelos governos que esposaram um credo religioso qualquer. Enquanto os respectivos credos foram suficientemente vigorosos para condicionar a ação, esses governos usaram amiúde grupos estrangeiros da mesma fé para concretização dos seus objetivos. Mas, como prova a História no período de 1793 a 1815, essa prática é muito mais geral do que esses fatos sugerem. Não menos padronizada é a reação — simplesmente formal ou não — dos governos que a adotam: os políticos de todos os tipos e classes aproveitam-se com satisfação da oportunidade de chamar o adversário de traidor.

Mas, para os partidos comunistas fora da Rússia, constituía realmente assunto sério receber ordens de um *caput mortuum* nas (437) mãos de um czar modernizado. O servilismo abjeto que mostraram provoca duas perguntas: uma sobre as suas causas e outra quanto à sua possível influência sobre o futuro caráter e o destino do socialismo revolucionário.

A primeira pergunta é talvez menos difícil de responder do que parece. Tudo que devemos fazer é sentar na cadeira do comunista e, levando na devida conta o seu tipo, examinar sua situação com espírito prático. Ele não objetaria ao regime de STALIN por considerações humanitárias. Poderia até mesmo exultar com o massacre — alguns neurastênicos degenerados o fazem realmente, ao passo que outros, comunistas devido ao fracasso pessoal ou ao ressentimento, experimentam satisfação diante dos sofrimentos de certa classe de vítimas. Além do mais, por que deveria ele condenar crueldades que não impedem certos burgueses de idolatrar o regime? Por que deveria ele, por falar nisso, condenar o bolchevismo quando o deão de Canterbury não o condena*? (* Os sentimentos expressados em livro por esse religioso não podem ser defendidos sob a premissa de que os princípios da experiência russa são uma coisa e a maneira de execução outra. Pois, o que há de realmente terrível a respeito do regime de STALIN não é o que ele fez a milhões de vítimas, mas que teria de fazê-lo para sobreviver.) Por que, realmente?

Mais uma vez repetimos que os comunistas dificilmente teriam razão para objetar alegando o *thermidorismo*. Essa palavra, usada a primeira vez pelos adversários da *nova política econômica*, foi adotada por TROTSKY para estigmatizar o regime de STALIN como *reacionário*, no mesmo sentido em que foi *reacionária* a ação dos homens que derrubaram ROBESPIERRE em 1794. Mas isso não faz absolutamente sentido. Afinal de contas, foi STALIN quem coletivizou a

agricultura, *liquidou* os *kulaks*, e inverteu a *nova política econômica*. Na verdade, como bom tático, ele suprimiu a oposição e aproveitou-se da maior parte do seu programa.

Finalmente, o que o poder protetor faz dentro do seu próprio país não é de primeira importância para o comunista em outro país, enquanto este poder o tratar honestamente. E mesmo que não o trate, que pode ele fazer? As algemas apertam e ferem, é verdade. Mas dão apoio, também. Os partidos socialistas não teriam aceito STALIN. O operário mentalmente equilibrado ter-se-ia desviado dele com um murmúrio de desgosto. E ele teria perdido a posição, como TROTSKY. Não estava em condições de agir sem as algemas * e, ao aceitar a (438) sua necessidade, ele pode ter esperado — pode esperar ainda — que surgissem circunstâncias na qual poderia tirá-las, de acordo com seus desejos... Depois da II Guerra Mundial, talvez...

(Isso por certo se aplica particularmente ao grupo ou grupos comunistas nos Estados Unidos. As condições da política americana não são favoráveis ao crescimento de um partido comunista oficial — uns poucos centros coletores de fundos nas comarcas não chegam a ponto de poder ser considerados centros de recrutamento. Mas não se deve medir a importância do elemento comunista pela filiação ao partido. Os intelectuais que são comunistas declarados ou simples simpatizantes não têm, realmente, motivos para se filiar. Têm, pelo contrário, todos os motivos para ficar do lado de fora, pois estarão em muito melhor situação de servir à organização se, ocultos, conquistam posições em comitês ou órgãos administrativos que formulam a opinião, etc. continuando livres para negar, sem faltar à verdade, que sejam comunistas no sentido partidário. Tais grupos invisíveis são incapazes de ação concertada, salvo recebendo orientação de Moscou.).*

Esse último ponto responde, de certa maneira, à segunda pergunta. Por certo há possibilidade de que o despotismo russo se espalhe sobre as ruínas da civilização européia — ou mesmo além dela — e que neste caso os partidos comunistas de todo o mundo sejam transformados em postos avançados russos. Mas há inúmeras outras possibilidades. Uma delas é que o regime russo fracasse no processo ou que, com a disseminação em outras nações, o comunismo adquira traços mais aceitáveis à alma nacional de cada país. Um caso especial desse tipo aconteceria se, no fim, a influência russa não mudasse coisa alguma no caráter futuro do socialismo revolucionário. E sem dúvida arriscado apostar nessa possibilidade. Mas não será tão tolo como esperar que nossa civilização saia incólume da atual conflagração, a menos, naturalmente, que o conflito termine mais rapidamente do que temos o direito de esperar.

IV. TRATANDO DO CAPITALISMO?

1. Até agora, por conseguinte, não ouvimos qualquer razão convincente para que as experiências em responsabilidade política que os partidos socialistas fizeram depois de 1918 não se tivessem tornado um sucesso absoluto. Repetimos: em alguns países — na Suécia, por exemplo — os socialistas simplesmente continuaram a consolidar um poder que haviam adquirido anteriormente; em outros, o poder veio naturalmente às suas mãos, sem precisar ser conquistado pela ação revolucionária; em todos os países, eles pareceram muito mais capazes de enfrentar os grandes problemas do tempo do que qualquer outro grupo. Como dissemos antes, eles pareciam quase monopolizar as condições necessárias para o sucesso. Além disso, embora a maioria não tivesse experiência prévia no poder, havia adquirido suficiente tirocínio do tipo mais útil na organização, negociações e administração. De fato, devemos dizer logo que eles **(439)** raramente cometeram atos que se poderiam considerar como completamente absurdos. Por último, nem as conseqüências do aparecimento inevitável de um novo partido de tendências esquerdistas, nem as ligações deste partido com Moscou, foram tão sérias para eles como seus adversários quiseram fazer acreditar.

Mas, a despeito de tudo isso, em todas as partes, eles viviam em situação precária. Para o crente fiel, poderia ter parecido até mesmo insustentável. Pois, todas essas vantagens táticas ocultavam uma dificuldade fundamental que eles eram incapazes de eliminar. A guerra e o cataclismo trazido pela guerra haviam elevado os socialistas ao poder. Mas, por baixo dos trapos do velho traje, o organismo social e, em particular, o processo econômico continuavam os mesmos. Isso equivale a dizer que os socialistas deviam governar num mundo basicamente capitalista.

MARX imaginara a conquista do poder político como requisito da socialização, que deveria ser realizada imediatamente. Isto equivalia a dizer que, como estava implícito em todos os argumentos de MARX, a oportunidade para a conquista do poder ocorreria quando o capitalismo tivesse chegado ao fim da estrada ou, para usar nossa frase novamente, quando as coisas e as almas estivessem maduras. O colapso que ele vislumbrava devia ser o colapso da máquina econômica do capitalismo, provocado por causas internas. O colapso político do mundo burguês seria um mero incidente nesse processo. Mas, agora, ocorrera o colapso político — ou algo

parecido — e surgira a oportunidade também, ao passo que o processo econômico estava ainda muito longe da maturidade. A *superestrutura* movera-se mais rapidamente do que a máquina propulsora. Era, realmente, uma situação profundamente não-marxista.

O estudioso, no recesso do seu gabinete, pode especular sobre o possível curso dos acontecimentos se os partidos socialistas, percebendo o estado de coisas, tivessem recusado o *cavalo de Tróia* do poder, permanecido na oposição e deixado que a burguesia removesse as ruínas deixadas pela guerra e pela paz. Talvez tivesse sido melhor para eles, para o socialismo, para o mundo, quem sabe? Mas, para os homens que naquela época haviam aprendido a se identificar com seu país e com a responsabilidade do governo, não havia escolha. Eles, com bravura, enfrentaram o que era um problema realmente insolúvel. (440)

Havia um sistema social e econômico que não funcionaria exceto ao longo das linhas capitalistas. Os socialistas podiam controlá-lo, regulamentá-lo no interesse dos trabalhadores, espremê-lo a ponto de enfraquecer-lhe a eficiência, mas eram incapazes de fazer qualquer coisa especificamente socialista. Se deviam dirigi-lo, deviam fazê-lo de acordo com a lógica do credo em que acreditavam. Teriam de *administrar o capitalismo*. E isto eles fizeram. Tomaram-se algumas providências para revestir as medidas que tomavam de um fraseado socialista, utilizando-se uma lente de aumento, com algum sucesso, que foi aplicada a todas as diferenças entre a política que eles seguiam e aquela que se supunha fosse em cada caso a alternativa burguesa. Mas, embora fosse o único curso possível, * era extremamente perigoso para os partidos socialistas. (* Não nos propomos discutir, como outra possibilidade, uma tentativa de reconstrução fundamental, ao longo das linhas russas, pois nos parece óbvio que qualquer tentativa deste tipo terminaria rapidamente em caos e contra-revolução.)

Não que fosse um curso irremediável ou, do ponto-de-vista da fé socialista, absolutamente indefensável. No início da década de 1920, os socialistas na Europa podem ter esperado que, com sorte e orientação cuidadosa, eles teriam podido estabelecer-se perto, ou no centro do poder político, de maneira a evitar qualquer perigo de *reação* e consolidar a posição do proletariado até o dia em que fosse possível socializar a sociedade sem um colapso violento. Eles dirigiriam a eutanásia da sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, tomariam todo o cuidado para que o processo da morte se desenrolasse até o fim e a vítima não ressuscitasse. E, não fosse pela

presença de outros fatores além dos que entram na concepção socialista e trabalhista da sociedade, é bem possível que isso tivesse acontecido.

A defesa, do ponto-de-vista da fé, deve ter sido baseada na afirmação feita acima, isto é, que a situação era nova e não fora prevista por MARX. A vítima burguesa, procurando os socialistas em busca de proteção, criou um caso, realmente, que não estava previsto no esquema marxista. E cabia argumentar que, nas circunstâncias, a simples *administração do capitalismo* constituía um grande passo à frente. Tampouco se tratava da questão de administrar o capitalismo no interesse dos capitalistas, mas de realizar trabalho honesto no campo da reforma social e de construir um Estado que gravitasse em torno dos interesses dos operários. De qualquer maneira, era o único curso possível se se queria manter a democracia, pois a imaturidade da situação confirmava-se exatamente pelo fato de que não havia maioria para aceitar naturalmente a alternativa socialista. (441) Não admira, pois, que os partidos socialistas que decidiram aceitar o poder nessas circunstâncias proclamassem em altas vozes a lealdade ao ideal democrático!

Por conseguinte, o apetite pelo poder político podia ser justificado na base dos mais altos interesses doutrinários e proletários. O leitor não deve ter dificuldade em imaginar de que maneira essa concordância cômoda deve ter impressionado aos críticos radicais. Mas, uma vez que acontecimentos posteriores levaram tantas pessoas a falar do fracasso dessa política e a procurar doutrinar os líderes da época sobre o que deviam ter feito, julgamos conveniente salientar tanto os motivos racionais das suas opiniões como a natureza premente da situação na qual eles tiveram de atuar. Se houve fracasso, suas causas devem ser procuradas em outros lugares e não atribuídas à traição e à estupidez. Para nos convencemos disso, basta examinar rapidamente os casos inglês e alemão.

2. Logo que diminuiu a orgia de sentimentos nacionalistas, surgida ao fim da guerra, desenhou-se uma situação autenticamente revolucionária na Inglaterra, fazendo-se sentir o estado de espírito das massas, por exemplo, através de greves políticas. Socialistas e trabalhistas sensatos foram tão completamente engolfados por esses fatos — e pelo perigo de que a nação fosse impelida para um estado de espírito verdadeiramente reacionário — que daí em diante aceitaram uma liderança comum, pelo menos no que dizia respeito às manobras parlamentares. A parte do leão dos interesses combinados tocou aos trabalhistas e, dentro desses interesses, à

burocracia de uns poucos poderosos sindicatos. Por isso mesmo, declarou-se quase imediatamente a oposição de intelectuais desgostosos. Os intelectuais objetaram ao caráter trabalhista da aliança e confessaram-se incapazes de ver nela qualquer matiz socialista. O oportunismo ideológico dos trabalhistas empresta alguma cor a essa opinião, mas, dando mais valor aos fatos do que aos *slogans*, teremos de considerar igual o papel da liderança trabalhista, na medida em que ela aceitava a liderança de MACDONALD, e a do Partido Social Democrático na Alemanha.

Tendo emergido com êxito da situação revolucionária, o partido melhorou incessantemente sua posição até que MACDONALD subiu ao poder em 1924. Ele e seus colaboradores portaram-se de maneira tão satisfatória que até mesmo os intelectuais descontentes foram temporariamente controlados. Nas questões da política estrangeira e colonial, esse governo foi capaz de dar uma contribuição própria, especialmente em relação à Rússia soviética. Na frente doméstica, o êxito foi menor, sobretudo porque o radicalismo fiscal fora continuado (e continuaria a ser observado tanto quanto possível nas **(442)** circunstâncias) pelos governos conservadores, dependentes de parte da votação trabalhista. Mas, embora em matéria de legislação o governo trabalhista não passasse de detalhes sem importância, mostrou-se capaz de administrar os assuntos nacionais. O excelente trabalho de SNOWDEN no Tesouro teria sido suficiente para mostrar à nação e ao mundo que o trabalhismo era capaz de governar. E isso constituía, em si mesmo, um serviço à causa do socialismo. (** Além disso, do ponto-de-vista da tática partidária, tornava as coisas muito mais difíceis para os conservadores do que a adoção de um teimoso radicalismo.*)

Naturalmente esse sucesso foi muito facilitado, e qualquer outro tipo de sucesso se teria tornado mais difícil pelo fato de o governo trabalhista estar em minoria e ser obrigado a depender da cooperação dos liberais — com quem tinha muito em comum, sobre o comércio livre, por exemplo — e também, até certo ponto, da tolerância dos conservadores. Os trabalhistas estavam mais ou menos na situação em que ficaram os conservadores durante seus curtos mandatos no governo das décadas de 1850 e 1860. Não teria sido tão fácil para eles assumir essa atitude sensata se contassem com maioria. Mas, como se disse acima, o próprio fato de que não a possuíam devia ter provado até mesmo a um tribunal marxista que não chegara ainda o tempo para uma ação mais radical, pelo menos para o lançamento de qualquer plano que tivesse como requisito a manutenção da democracia.

A massa, no entanto, não pensava assim. Ainda menos compreendia que devia ao partido trabalhista não apenas o que o próprio partido realizara, mas também parte do que estava sendo feito pelo rival conservador na caça do voto trabalhista. Sentiam falta de projetos e das promessas espetaculares de reconstrução e não percebiam que estavam sendo injustos quando perguntavam ingenuamente: "Por que não fazem agora os socialistas alguma coisa por nós, agora que estão no poder?" Os intelectuais, que naturalmente não apreciam a perspectiva de serem deixados de lado, aproveitaram a oportunidade proporcionada por esse estado de espírito para atacar o domínio dos trabalhistas sobre os verdadeiros socialistas e transformar uma série de queixas em ultrajes terríveis, negligenciados pelos tirânicos burocratas dos sindicatos. Sob a influência desses intelectuais, o Partido Trabalhista Independente tornou-se cada vez mais agitado nos anos seguintes de oposição, especialmente quando MACDONALD se mostrou impermeável aos argumentos em favor de um programa **(443)** mais radical*. (** O programa desenrolava-se precipuamente em termos de socialização da rede bancária e de certas indústrias-chave e, por isso mesmo, não seguia realmente as Unhas do socialismo ortodoxo. Mas, nas circunstâncias, foi anunciado como o produto verdadeiro, ao passo que MACDONALD era batizado de reformista, palavra que, de acordo com o uso clássico, poderia ser aplicada também ao Partido Trabalhista Independente.*) Por isso mesmo, para muitas pessoas o sucesso parecia mais fracasso, e a responsabilidade, covardia.

Essa situação, no entanto, era inevitável. As dificuldades e perigos inerentes à política dos partidos socialistas que aceitam o poder em condições de *imaturidade* são ilustrados de maneira ainda mais perfeita pela história do segundo governo de MACDONALD*. (** Os leitores podem necessitar de um comentário sobre a greve geral de 1926. Embora fosse do interesse de ambos os partidos reduzir-lhe a importância sintomática e, por isso mesmo, as teorias oficiais sobre a mesma tivessem sido formuladas com essa ressalva em vista, o movimento foi muito mais do que uma série de erros táticos surgidos numa situação em que a convenção dos sindicatos era obrigada a blefar e o governo conservador a pagar para ver. Necessitamos apenas perguntar-nos quais teriam sido as conseqüências do êxito da parede para a autoridade do governo e para a democracia, para compreender que a greve constituiu fato histórico de suma importância. Se tivesse tido êxito, os sindicatos se teriam tornado senhores da Inglaterra e nenhum outro poder político, judiciário ou econômico teria continuado a existir lado a lado, a não ser por tolerância dos vencedores. E, nessa posição, eles não teriam continuado a ser o que eram. Por maior relutância que mostrassem, os líderes teriam de usar o poder absoluto que lhes seria imposto.*) Os historiadores aprenderam a fazer justiça à capacidade estadista de Sir ROBERT PEEL*. (** A analogia se estende desde certos aspectos da situação política e econômica enfrentada por ambos os estadistas (embora PEEL contasse com a vantagem de ter assumido o cargo depois da crise de 1836-1839) até questões de detalhes políticos. Em ambos os casos ocorreu uma cisão no partido, ousadamente arriscada e ousadamente aceita. Além disso, em ambos os casos os líderes foram considerados traidores. Temos esperança de que farão a mesma justiça a MACDONALD. Ele teve a singular infelicidade de assumir o poder justamente no início da depressão mundial, a qual,*

além disso, foi a causa imediata do colapso do sistema corporificado da Liga das Nações.

No que nos interessa, apenas dois pontos devem ser mencionados. Em primeiro lugar, a situação descrita acima, em particular o descontentamento que se espalhou entre a massa e foi constantemente agravado por numerosos elementos irresponsáveis, teve grande parte de responsabilidade no desencadeamento da greve. Em segundo, a greve não debilitou, como poderia ter feito, o poder do partido. Pelo contrário, a derrota parece ter tornado as massas mais extremistas, o que, até certo ponto, explica o êxito do partido em 1929. (444)

Homens de menor estatura — e homens desse tipo pensaram assim realmente — acharam que chegara a oportunidade para uma reconstrução fundamental. Esta reconstrução teria dilacerado verticalmente a nação e não pode haver dúvida qual teria sido o seu resultado. Mas, na impossibilidade dessa transformação fundamental, no entanto, uma política de expansão monetária, combinada com reforma social menos drástica — as medidas isoladas de nacionalização e mais legislação de segurança social, por exemplo — e o recurso à política mercantilista no campo das relações internacionais estavam sendo amplamente recomendados. Mas parte desse programa indubitavelmente teria intensificado a depressão, e o restante — o abandono do padrão-ouro da libra e o mercantilismo — significava um rompimento tão radical com as tradições nacionais e do próprio partido trabalhista, que os socialistas dificilmente poderiam executá-los e ainda menos torná-los um sucesso. Para que fossem executados segura e eficientemente, havia necessidade do consentimento, ou melhor, de uma coalizão.

Como a coalizão não foi possível, MACDONALD e seus auxiliares lançaram-se à tarefa de fazer o sistema funcionar, da maneira que o haviam encontrado. Nas circunstâncias, essa era justamente a mais difícil das tarefas que eles podiam ter empreendido. No momento em que todo mundo estava exigindo que *alguma coisa* fosse feita imediatamente, enquanto os irresponsáveis de todos os tipos diziam o que lhes dava na veneta, na ocasião em que as massas resmungavam, os homens de negócios desesperavam, os intelectuais deblateravam, eles defenderam cada polegada do terreno. No país, mantiveram a ordem nas finanças, sustentaram a libra e abstiveram-se de acelerar a máquina legislativa. No estrangeiro, esforçaram-se com a máxima energia — e êxito considerável — para que funcionasse a Liga das Nações e fossem reduzidos as tensões e perigos que pairavam sobre o mundo. Ao chegar a época propícia e

quando o interesse nacional parecia justificar o risco para o partido, eles deram o grande passo e ajudaram a formar o *governo nacional*.

Constitui uma reflexão melancólica que, em muitos e importantes casos, a política seja provavelmente mais impopular para o público e para os críticos intelectuais quanto mais sensata ela for. Esse caso serve de exemplo. Para o crítico radical, incapaz de associar essa política à relativa fraqueza da depressão na Inglaterra e com a firmeza da recuperação subsequente, nada havia nela senão fraqueza, incompetência, tradicionalismo cediço, se não uma deserção traiçoeira da causa socialista. Os críticos olhavam com *vergonha e desgosto* para aquilo que foi provavelmente um dos melhores trabalhos na história (445) da política democrática e um dos melhores exemplos de ação responsável, trabalho empreendido depois de uma avaliação correta da situação econômica e social. Na melhor das hipóteses, eles consideravam MACDONALD simplesmente como um mau cavaleiro, que pusera o cavalo de joelhos. Mas a hipótese que mais os agradava era a de que o governo de MACDONALD havia cedido aos diabólicos cochichos (ou coisa pior) dos banqueiros ingleses ou à pressão dos seus patrões americanos.

Infelizmente, absurdo desse tipo é fator de real importância e deve ser levado em conta em qualquer tentativa de prognóstico. Pode interferir seriamente na capacidade dos partidos socialistas de servir à causa da civilização durante as épocas de transição em que vivemos. Mas se colocamos de lado este elemento e também o truísmo de que qualquer partido que faz um sacrifício em nome dos interesses nacionais sofrerá as consequências dentro em breve, não teremos dificuldade em reconhecer que, a longo prazo, a influência do trabalhismo foi fortalecida pelo segundo mandato de MACDONALD. Mais uma vez, a analogia com o segundo mandato de Sir ROBERT PEEL nos ajudará a ilustrar esse ponto. A ala que lhe obedecia a orientação, embora muito menos numerosa e importante do que a de MACDONALD, desintegrou-se em pouco tempo. O Partido Conservador estava mutilado e incapaz de governar — embora por três vezes tivesse formado o governo — até a grande vitória de DISRAELI em 1873. Mas, depois dessa data e até a vitória de Sir HENRY CAMPBELL e BANNERMAN em 1905, manteve-se no poder cerca de dois terços desse período. Mais importante ainda, a aristocracia e a nobreza inglesas, politicamente falando, mantiveram seus privilégios durante *todo* esse tempo em muito melhores condições do que o teriam feito se não tivesse sido removido o estigma do pão-de-cada-dia.

Na verdade, o Partido Trabalhista recuperou-se rapidamente e consolidou suas posições no país durante os anos que se seguiram ao conflito. Cabe dizer que mesmo no curso normal das coisas — isto é, sem a eclosão da guerra — os socialistas teriam assumido o governo dentro de pouco tempo, com maior poder e melhores oportunidades de sucesso e teriam sido capazes de assumir uma linha mais forte do que anteriormente. Mas cabe dizer também que, no que tange ao programa e na sua capacidade de executá-lo, a política teria diferido apenas em grau da política de MACDONALD, sobretudo através de algumas medidas isoladas de socialização.

3. A carreira do Partido Social Democrático alemão depois da guerra difere naturalmente da do Partido Trabalhista inglês em muitos aspectos. Mas, no momento em que os socialistas alemães (446) permaneceram no partido, aceitaram o governo e se decidiram a combater o comunismo, eles estavam tão comprometidos a *administrar o capitalismo* como seus colegas ingleses. Se aceitamos essas premissas e levamos em conta o fato de que eles não dispunham, nem poderiam esperar em futuro previsível, de uma maioria no Parlamento federal ou na Dieta prussiana, todas as conseqüências se seguem com lógica inexorável. Em 1925, a população era orçada pela casa dos 62 milhões. O proletariado (os operários e suas famílias, incluindo aqui também os empregados domésticos) não chegava a 28 milhões e parte dos votos dessa classe se desviava para outros partidos. A população *independente* era pouco menor — mais ou menos 24 milhões — e na maior parte impermeável à pregação socialista. Mesmo se excluirmos a camada superior — digamos, um milhão — e nos limitarmos aos grupos que contam nas eleições — os camponeses, artesãos e retalhistas — pouco havia para ser conquistado nesse campo, não apenas no momento, mas no futuro imediato. Entre esses dois grupos situavam-se os trabalhadores de gravata, que não eram inferiores a 10 milhões, incluindo suas famílias. O Partido Social Democrático compreendeu que essa classe detinha a posição-chave e tudo fez para conquistá-la. Mas, a despeito de êxito considerável, esse trabalho serviu apenas para mostrar que o trabalhador de gravata era barreira muito mais séria do que se poderia esperar de acordo com a teoria marxista das classes sociais*. (* Diante desse fato, os socialistas usualmente encontram algum consolo no argumento de que os empregados não-socialistas são apenas ovelhas desgarradas, que não encontraram ainda sua verdadeira orientação política, mas que a encontrarão eventualmente, ou que são impedidos de entrar para o partido devido à impiedosa pressão dos empregadores. O primeiro argumento não convence a ninguém fora do rebanho marxista — aliás, já vimos que a teoria das classes sociais é um dos elos mais fracos na cadeia marxista. O segundo é indubitavelmente falso. Qualquer que tenha sido o seu valor em outras épocas, os empregadores alemães da década de 1920 não estavam, salvo exceções quantitativamente sem importância, em condições de

influenciar o voto dos seus empregados.)

Nessas condições, mesmo que os comunistas se tivessem aliado aos sociais-democratas, em vez de serem seus inimigos mais acérrimos, o partido ainda teria ficado na minoria. É verdade que a maioria não-socialista não era fortemente hostil em todos os campos: os liberais esquerdistas (Partido Democrático Popular), mais fortes em talentos do que em número, estavam sempre dispostos (até certo ponto) a colaborar. É também verdade que a maioria estava dividida em numerosos grupos, absolutamente incapazes de agir em conjunto, e (447) cujos membros e simpatizantes não eram absolutamente tão disciplinados como os sociais-democratas. Mas, as pessoas sensatas, que não estão dispostas ou não são capazes de embarcar em aventuras, apesar disso, sentiam que para eles havia apenas um caminho possível — o caminho democrático — e que este caminho reclamava uma coalizão.

O partido que parecia mais indicado para o papel de aliado era o Partido Católico (o centro). Era poderoso. Antes do advento de HITLER, supunha-se que nada podia abalar a lealdade dos seus correligionários. Contava com uma organização excelente. Uma vez que fossem resguardados os interesses da Igreja, estava disposto a ir tão longe na reforma social pelos efeitos práticos imediatos como os próprios socialistas e, em certo sentido, ainda mais longe. Não obrigando qualquer lealdade particularmente ardorosa pelas dinastias derrubadas, postava-se firmemente por trás da Constituição de Weimar. E, finalmente, receberia com agrado a distribuição de cargos políticos que lhe garantisse a solidez. Concertou-se, pois, um acordo que, ao observador estrangeiro, poderia parecer ter sido alcançado com demasiada facilidade. Os socialistas trataram a Igreja Católica, com a máxima deferência e tato. Não criaram qualquer dificuldade para uma concordata com o papa e deram ao clero muito mais do que este havia recebido sob os heréticos Hohenzollerns. No campo da política, praticamente não havia qualquer divergência.

Mas, embora essa aliança fosse o principal, nenhum partido que proclamasse lealdade à Constituição de Weimar estava excluído dos cargos. Democratas, nacionais-liberais (conservadores), foram todos eles admitidos, até mesmo para as mais altas posições. A coalizão, como princípio universal, significava acordo. As necessárias conciliações quanto às futuras medidas eram arrançadas sem dificuldade. O exército foi deixado em paz, praticamente sob a

direção de chefes que escolhia, e suficientemente provisionado de meios. A Prússia Oriental recebeu subvenções e a agricultura era objeto de cuidados solícitos. Algumas das implicações dessa política, que não podia corresponder precisamente às profissões de fé socialistas, eram tornadas mais digeríveis ao proletariado, que pagava a conta, ao serem chamadas de *planejamento*. Talvez o leitor tenha razão em pensar que nada há de novo sob o sol...

Ao adotar essa atitude em relação às massas industriais e ao seu próprio programa, o Partido Social Democrático adquiriu um matiz trabalhista. A princípio, fez-se um pagamento simbólico, aprovando-se uma lei muito moderada, na qual o aspecto mais radical consistia na palavra *socialização*, que constava do **(448)** título (1919). Mas os socialistas em pouco tempo desistiram de tudo isso para se dedicarem à legislação trabalhista do tipo tornado popular nos Estados Unidos pelo *New Deal*. Essa solução satisfazia aos sindicatos, cuja burocracia cada vez mais se assenhoreava da seção operativa da máquina formuladora da política do partido.

Essa situação, caberia pensar, deve ter sido difícil para um partido que seguia uma tradição marxista, que aliás continuava a prevalecer nas suas escolas de formação política. Mas não foi. Exceto por certa medida de defecção por parte dos comunistas, os intelectuais, de quem se poderia esperar que se levantassem em protesto, foram conservados sob freio. Ao contrário do partido inglês, o alemão se havia acomodado ao aparelhamento administrativo do Reich nos Estados e nas municipalidades. Além disso, na imprensa e em outros campos, dispunha de numerosos cargos para oferecer. O filhotismo foi usado extensamente. A obediência significava preferência no serviço público, na carreira acadêmica, em numerosas empresas públicas e privadas, e assim por diante. Esses meios foram extremamente eficazes para controlar os elementos radicais.

O firme domínio que os sociais-democratas obtiveram em todos os setores da maquinaria da administração pública não apenas contribuía para a disciplina mais rigorosa, mas favorecia o aumento da filiação e da votação com a qual o partido podia contar. Evidentemente, aumentou também seu prestígio de outras maneiras. Os socialistas, por exemplo, subiram ao poder no Estado-Livre da Prússia. Essa situação deu-lhes o controle da força policial. E eles tiveram o cuidado de escolher correligionários ou carreiristas de confiança para os cargos de presidente da polícia (chefe de polícia) das grandes cidades. Conseguiram, assim, fortificar o campo até que

suas posições pareciam inexpugnáveis, de acordo com todos os padrões normais. E mais uma vez, de acordo com as regras comuns da análise política, até mesmo um marxista ortodoxo podia ter-se consolado argumentando que podia morar confortavelmente nessas trincheiras até que as coisas, na sua marcha secular, transformassem a minoria em maioria e levantassem a cortina que escondia, por ora, o *fin supremo*. Isso, segundo o Manifesto Comunista.

À parte a máquina propulsora do partido, as situações políticas e sociais pareciam muito estáveis. Além disso — não importa o que se dissesse de muitas medidas legislativas e administrativas isoladas — de maneira geral a política da coalizão contribuía para a estabilidade. Muito do que foi realizado merece todo nosso respeito. Nada do que se realizou pode ser considerado algo pior do que a média normal de descontentamento provocada por todos os regimes (449) que carecem de maioria e prestígio. A única possível exceção a tudo isso encontrava-se na esfera financeira. Parte das realizações culturais e políticas desse sistema de governo estava ligada a despesas públicas vultosas e em expansão. Ademais, essas despesas eram financiadas por métodos — embora o muito eficiente imposto sobre as vendas figurasse entre eles — que exauriam as fontes de acumulação. Enquanto continuou o influxo dos capitais estrangeiros, tudo correu relativamente bem, embora as dificuldades orçamentárias e mesmo dos meios de pagamento começassem já a aparecer um ano antes de terem sido interrompidos os investimentos. Quando foram sustados, surgiu a bem conhecida situação, que teria solapado a situação do mais magnético dos líderes. Levando-se tudo em conta, no entanto, os críticos socialistas do partido e de sua conduta durante o mandato no poder talvez se orgulhassem de realizações, que não seriam absolutamente insignificantes se eles, no poder, tivessem trabalhado tão bem.

V. A GUERRA ATUAL E O FUTURO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS

A maneira em que a guerra atual afetará o destino dos grupos socialistas ora existentes dependerá, naturalmente, de sua duração e resultado. No que nos interessa, não vemos qualquer vantagem em especular sobre esse ponto. Mas estudemos, como exemplo, apenas dois casos entre tantos outros possíveis.

Até mesmo agora (julho de 1942), muitos observadores parecem esperar que a Rússia, de fato, saia da guerra com um grande aumento de poder e prestígio, que STALIN surja como o único verdadeiro vitorioso. Caso isso aconteça, não se segue necessariamente que a revolução comunista mundial seja a consequência ou mesmo que haja a *russificação* da Europa continental, acompanhada pelo extermínio das camadas superiores e um ajuste de contas com os socialistas não--comunistas, (trotskistas). Pois, mesmo descontando-se a possível resistência anglo-americana à expansão do poder russo, não é certo que o auto-interesse da autocracia russa esteja nessa direção. Mas é certo que as oportunidades para a consumação — a implementação do programa de LENINE — aumentarão imensamente. Por mais que essa revolução mundial difira da idéia marxista, deixaria de ser um devaneio para aqueles que estão dispostos a aceitá-la como um substituto. E não apenas no que tange à Europa.

No caso dessa revolução, o destino do socialismo ortodoxo e tudo que ele representa estariam selados para sempre. E o mesmo aconteceria no continente europeu no caso de os fascistas saírem (450) vitoriosos. Se, contudo, presumimos mais uma vez a vitória completa da aliança russo-anglo-americana — isto é, a vitória que termina na rendição incondicional, mas cora os lauréis em mãos da Inglaterra e Estados Unidos — torna-se logo evidente que o socialismo ortodoxo do Partido Social Democrático alemão, ou de um tipo ainda mais trabalhista, terá muito melhores oportunidades de sobreviver no continente europeu, pelo menos por algum tempo. Uma das razões para esta opinião é que o povo, se encontrar fechados os caminhos para o fascismo e o bolchevismo, pode converter-se à República Social Democrática como a mais evidente das escolhas restantes. Mas há uma razão muito mais importante: o socialismo trabalhista gozará da proteção dos vencedores. Portanto, a consequência de vitória tão completa como a que hoje imaginamos será a direção dos negócios do mundo pelos anglo-americanos — uma espécie de domínio anglo-americano que, baseado nas idéias que vemos tomando forma diante dos nossos olhos, poderia ser chamado de *imperialismo ético*. Um mundo desse tipo, no qual os interesses e ambições de outras nações seriam levados em conta apenas na medida em que entendidos e aprovados pela Inglaterra e Estados Unidos, pode ser estabelecido apenas pela força militar e sustentado pela disposição permanente de usar a força das armas. E talvez desnecessário explicar por que, nas condições políticas e econômicas do nosso tempo, esse sistema implicaria o aparecimento de uma organização social que seria melhor descrita como *socialismo militarista*. Mas é claro que a missão de controlar e policiar o mundo seria muito facilitada, por um lado, pela recriação e novas criações de Estados pequenos

e impotentes na Europa e, por outro, pela instalação de governos do tipo trabalhista ou social-democrata. Especialmente na Alemanha e Itália, os restos dos partidos sociais-democráticos constituem o único material político com o qual se poderiam formar governos que provavelmente aceitariam essa ordem mundial, por tempo mais longo que um período de prostração, e cooperariam com os agentes do protetorado mundial sem reservas mentais. Seja o que isso valha realmente, é essa a oportunidade do socialismo liberal.

Todavia, do ponto-de-vista deste livro (e não de outro), tudo isto é de importância secundária. Qualquer que seja o destino dos *grupos* socialistas isolados, não pode haver dúvida que a atual conflagração significará — inevitavelmente, em todas as partes, e independentemente do resultado da guerra — um outro grande passo para a *ordem* socialista. A recordação dos efeitos da I Guerra Mundial sobre o tecido social da Europa basta para justificar esse prognóstico. Dessa vez, contudo, o passo será dado também nos Estados Unidos. (451)

Mas essa experiência, embora um guia inestimável, é insuficiente. Um quarto de século passou. Não se trata de um espaço de tempo negligenciável no que interessa às forças seculares que favorecem o socialismo, no sentido explicado na Parte II. À parte qualquer outra coisa, enfrentaremos no fim desta guerra uma situação econômica uma atmosfera social, uma distribuição de poder político substancialmente diferentes do que ocorreu em 1918. Muito, contudo, aconteceu durante esses vinte e cinco anos que não poderia ser prognosticado com base apenas em tendências seculares. Entre outras coisas, ocorreu a grande depressão que, juntando seus efeitos aos de uma situação delicada, sacudiu nos seus alicerces a ordem social, e em nenhuma outra parte tanto como nos Estados Unidos. Ainda mais eficiente para solapar essas estruturas foram as normas com as quais foi enfrentada a depressão. E isto deve ser atribuído sobretudo a situações políticas que eram, em parte, acidentais. As conseqüências são óbvias. Em particular, surgiram grandes burocracias que são hoje bastante poderosas para defender seus direitos e executar a política da reconstrução total.

Em nenhum país, a taxaço sobre os negócios e classe comercial, provocada pela guerra, será reduzida aos mesmos níveis de depois de 1919. Esse fato em si mesmo pode ser suficiente para paralisar para sempre a máquina do capitalismo e, dessa maneira, fornecer ainda um outro argumento em favor da sua encampação pelo governo. A inflação, mesmo que não aumente

mais do que já aumentou nesse país,, por exemplo, pode, na presente situação política, liquidar o restante, tanto diretamente como, através da radicalização dos proprietários expropriados de ações e apólices, indiretamente. Ademais, em nenhuma parte os controles da guerra serão liquidados até o ponto que a experiência dos anos posteriores a 1918 pode levar-nos a esperar. Serão desviados para outros fins. Nos Estados Unidos já estão sendo dados os passos para preparar a opinião pública para a administração governamental de reconversão do após-guerra e eliminação, do campo das possibilidades práticas, da alternativa burguesa. Por último, não há razão para se acreditar que os governos relaxarão o domínio que estabeleceram sobre o mercado de capitais e política de investimentos. Para sermos exatos, isso não importa no socialismo. Mas o socialismo pode, nessas condições, impor-se como a única alternativa praticável diante dos impasses e dos atritos permanentes.

Detalhes e palavras serão naturalmente diferentes em cada país. O mesmo acontecerá com as táticas políticas e os resultados econômicos. O fenômeno inglês é relativamente fácil de prever. Os trabalhistas entraram para o governo de CHURCHILL em atenção a (452) um apelo ditado pela emergência. Mas, como se indicou anteriormente, eles já estavam bem adiantados na estrada do governo e do poder, e isto sem relação com qualquer emergência. Por conseguinte, eles estarão em posição de dirigir a reconstrução do após-guerra sozinhos ou — o que pode ser o método mais eficaz — através de uma coalizão que controlem. A economia de guerra terá cumprido alguns dos seus objetivos imediatos. Em grande parte, eles terão apenas de manter o que já conseguiram. Maiores progressos em direção ao alvo socialista podem ser relativamente mais fáceis em condições em que não sobrou muito para o capitalismo defender. E é possível ser franco a respeito dessas condições e executar a socialização moderadamente, de maneira ordenada e, em grande parte, por consentimento. Por muitas razões, mas principalmente em virtude da debilidade do partido socialista oficial, o prognóstico é menos fácil nos Estados Unidos. Mas nada indica que os resultados finais sejam diferentes, embora os *slogans* certamente o sejam, assim como dos custos, seja em bem-estar social, seja em valores culturais.

E, repetindo mais uma vez: não é apenas o socialismo, no sentido definido neste livro, que é tão prognosticável. Nada mais o será. Em particular, há poucos motivos para se acreditar que esse socialismo signifique o advento da civilização com que sonham os socialistas ortodoxos. É muito mais provável que tenha aspectos fascistas. E isso seria sem dúvida uma resposta muito

estranha às orações de MARX. Mas a História algumas vezes distrai-se com piadas de gosto duvidoso.

Capítulo 28

AS CONSEQÜÊNCIAS DA II GUERRA MUNDIAL

Mundus Regitur Parva Sapientia

PODEMOS AGORA (julho de 1946) acrescentar mais alguma coisa ao que dissemos na última seção acerca dos efeitos da guerra sobre a estrutura social da nossa época e sobre a posição e perspectivas dos partidos (não-comunistas) socialistas ortodoxos. Era evidente, em julho de 1942, que, qualquer que fosse o destino dos *grupos* socialistas isolados, haveria um outro grupos socialistas existentes dependeriam da duração e resultado da também nos Estados Unidos. Era claro também que as fortunas dos grupos socialistas existentes dependeriam da duração e resultado da guerra. Sugerimos, finalmente, que, no caso de uma vitória completa (implicando a rendição incondicional do inimigo) da aliança russo-anglo-americana, os resultados para o socialismo ortodoxo difeririam de STALIN saísse do conflito como o verdadeiro vitorioso ou se as honras da vitória estivessem nas mãos da Inglaterra e Estados Unidos. Na última eventualidade, o socialismo ortodoxo do tipo social-democrático alemão ou o trabalhismo inglês teriam uma boa oportunidade de melhorar de posição no continente europeu.

STALIN emergiu como o senhor da Europa Oriental. Inglaterra e Estados Unidos lutam para manter alguma influência na Europa Central e Ocidental. A fortuna dos partidos socialistas e comunistas reflete essas condições. Mas há um outro elemento que pode afetar substancialmente a situação social de todo o mundo, isto é, os fenômenos econômicos nos Estados Unidos, que podem concebivelmente favorecer a causa da ordem capitalista. Este capítulo, em vista disso, tratará em primeiro lugar da posição do socialismo ortodoxo e do trabalhismo e, em particular, da situação inglesa; em segundo, (454) dos possíveis efeitos das brilhantes realizações industriais nos Estados Unidos, e, em terceiro, dos possíveis efeitos das realizações políticas da Rússia. Nosso argumento, por conseguinte, divide-se naturalmente em três partes, a saber:

- I. A INGLATERRA E O SOCIALISMO ORTODOXO.
- II. POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DOS ESTADOS UNIDOS.
- III. O IMPERIALISMO RUSSO E O COMUNISMO.

I. A INGLATERRA E O SOCIALISMO ORTODOXO

Muitos fatos indicam que, à parte a influência russa no caso, os efeitos da II Guerra Mundial sobre a situação social da Europa teriam sido semelhantes aos da I Guerra, apenas mais fortes. Ou melhor, deveríamos ter presenciado a aceleração da tendência existente para a organização socialista da produção, *no sentido definido neste livro*.

O mais importante desses fatos é o sucesso do Partido Trabalhista inglês. Como observamos no último capítulo, o sucesso poderia ser esperado e não devia surpreender a ninguém. Devido ao sistema eleitoral inglês, a redistribuição real das cadeiras pode dar margem a um quadro falso. Foram contados mais ou menos 12 milhões de votos trabalhistas contra 10 milhões de conservadores. Os dias do liberalismo passaram, naturalmente, mas até mesmo a dúzia de membros liberais sobreviventes representam mais votos do que 72 representantes trabalhistas tomados ao acaso. Em outras palavras, de acordo com um sistema de representação proporcional, o Partido Trabalhista não teria obtido uma maioria parlamentar sobre os conservadores e liberais combinados, embora uma coalizão trabalhista-liberal pudesse ter gozado de uma margem confortável. O motivo racional que inspira o sistema eleitoral inglês é produzir governos fortes e evitar os impasses. E foi justamente o que aconteceu no caso em pauta. Mas a situação nacional, distinta da situação parlamentar apesar disso, não deixa de revestir importância para se estimar o que é e o que não é politicamente possível. A inferência lógica é fortalecida pelo fato de que os grupos à esquerda do Partido Trabalhista oficial fracassaram redondamente em melhorar a sua posição parlamentar. O Partido Trabalhista Independente apenas conseguiu manter suas três cadeiras, e o da Comunidade e o Comunista (455) perderam pelo menos uma das quatro que detinham anteriormente. Em vista das muitas razões que havia para se esperar a *radicalização*, o fato é notável e constitui uma prova extraordinária de maturidade política da Inglaterra.

Essa situação deve consolidar-se. De fato já se consolidou, seja na constituição do gabinete, seja nas medidas já tomadas ou previstas. Pedimos ao leitor que leia novamente o que dissemos sob o título *A Política Socialista Antes do Ato* (**Capítulo XIX, Seção IV**). Observará ele, em primeiro lugar, que tudo o que o governo trabalhista faz, ou promete fazer, está conforme ao espírito e ao programa ali delineado e, em segundo, que as medidas práticas não vão tão longe. A nacionalização do Banco da Inglaterra, em particular, constitui um símbolo altamente significativo e pode ser considerada um marco histórico. Mas sua importância prática pode ser comparada a zero: o banco é praticamente um departamento do Tesouro desde 1914 e, aliás, nas condições modernas, nenhum banco central pode ser coisa diferente. E medidas como as tomadas sobre o carvão e a legislação do pleno-emprego dificilmente são hoje controvertidas na Inglaterra. A maneira com que o governo trabalhista enfrenta ou enfrentará o problema provavelmente contará com o apoio geral. Debates sobre questões fundamentais de princípio sem dúvida alguma tornarão excitante o trabalho sério. Mas não porque essas questões ou as divergências a seu respeito sejam tão importantes, mas porque governos e parlamentos não podem viver sem elas. Tudo isto é justamente o que deve ser. Sem dúvida, temos aqui um caso de administração do capitalismo. Mas, em virtude da guerra e do espaço de tempo decorrido, o trabalho será realizado com um objetivo mais claro, e não mais firme do que antes, e com a liquidação final da propriedade privada mais claramente à vista. Três pontos, no entanto, merecem atenção particular.

Em primeiro lugar, é precisamente essa conformidade quase ideal da ação política aos dados da situação econômica e social que é tão importante e, do ponto-de-vista da sociedade da propriedade privada, tão perigosa. Digam o que disserem os extremistas intelectuais — e, naturalmente, a atitude do governo trabalhista dá-lhes bastante o que falar — o passo dado para uma Inglaterra socialista será o mais importante porque nele existe tão pouco de absurdo. Passos dados com tanta cautela não precisam ser invertidos. Excluindo-se dificuldades de origem externa, o desastre social, político e econômico pode ser evitado. Se o governo conseguir manter sua unha de conduta, cumprirá exatamente aquilo que se situa entre o programa de governos trabalhistas sem maioria (tais como os de **(456)** MCDONALD; releia o Capítulo XXVII, Seção IV) e o programa dos governos trabalhistas do futuro, cuja maioria parlamentar será paralela à maioria do eleitorado. Essa será a única esperança para o socialismo democrático. A esperança que existe para o socialismo no continente europeu é, naturalmente, de certa maneira fortalecida

pelo modelo inglês.

Em segundo, como verificamos no capítulo anterior, os primitivos pensadores socialistas nunca previram, e não poderiam ter previsto, uma situação na qual o poder político fosse imposto ao trabalho e na qual a burguesia dele se aproximasse em busca de proteção. Notamos também outro fenômeno que eles não previram nem poderiam prever, isto é, até que ponto seria possível expropriar a estrutura burguesa sem destruir *formalmente* o quadro legal da ordem capitalista e por meios não-revolucionários, como a taxaço e as políticas de salário. A taxaço e os controles de guerra evidentemente não podem ser mantidos em toda sua extensão. Mas o seu abandono pode parar numa linha na qual os itens mais populares do programa socialista estarão automaticamente cumpridos. O igualamento dos salários depois de descontados os impostos já foi levado a ponto de debilitar a eficiência, para usar o fraseado marxista, de *especialistas*, tais como médicos e engenheiros. Isso foi conseguido através de uma máquina custosa e tosca. E pode ocorrer muito antes do tempo que o povo pense que talvez seja melhor limitar os salários ao que são realmente depois dos descontos, do que pagar aquilo que deve ser devolvido depois. De qualquer maneira, no entanto, a laranja que será espremida, e com ela muito da retórica radical, provavelmente ficará seca.

Em terceiro, suponhamos que nas próximas eleições o trabalhismo amplie sua atual vantagem e obtenha o apoio de uma maioria substancial do eleitorado. Que fará o governo? Pode ir um pouco mais adiante no plano de igualamento de salários, melhorar os serviços sociais, de acordo com o Plano Beveridge ou outros, um pouco além do que qualquer outro governo faria, e estender ainda mais a socialização das indústrias. Mas nada disso será fácil. Verificamos acima que, nas condições da Inglaterra moderna, há pouca objeção puramente econômica a qualquer grande medida de socialização. Tampouco nada indica que a reação da burguesia constitua obstáculo sério. A Inglaterra depende mais do trabalho dos seus industriais do que a Rússia em 1917, mas, a menos que eles sejam desnecessariamente combatidos, a sua cooperação pode ser conseguida. Tampouco, finalmente, precisamos atribuir muita importância ao argumento — que agrada tanto aos mais ardentes adeptos da socialização — de (457) que o sistema parlamentar não é adequado para a missão de executar a socialização: os intelectuais, que se deliciam com a visão de métodos ditatoriais, podem, sem dúvida, duvidar de sua eficiência. Mas é o único sistema disponível que pode executar democraticamente a

socialização. A administração real das indústrias socializadas necessitará naturalmente de órgãos semi-autônomos com os quais o gabinete terá de cooperar, como coopera, digamos assim, com o estado-maior do exército. Mas o problema real é o trabalho. A menos que a socialização tenha de terminar no colapso econômico, um governo socializante não pode tolerar de maneira nenhuma as práticas sindicais. O mais irresponsável dos políticos, nesse suposto caso, teria de enfrentar o problema básico da sociedade moderna, até agora solucionado apenas pela Rússia — o problema da disciplina industrial. O governo que queira levar seu programa de socialização até um ponto distante terá de socializar os sindicatos. E, da maneira que estão as coisas, nada há tão difícil para socializar como o trabalho. Não que o problema seja insolúvel. Na Inglaterra, as oportunidades para uma solução aceitável, mediante o uso dos métodos políticos da democracia, são maiores do que em qualquer outro lugar. Mas a estrada para a solução pode ser longa e tortuosa.

Descontado o caso da influência russa, a situação política no continente europeu é essencialmente semelhante. Nos lugares onde há eleições livres, observamos uma forte tendência das massas para manter a velha lealdade ou aderir aos partidos sociais-democráticos e católicos. Os exemplos mais claros no particular são encontrados nos países escandinavos. Mas uma tendência parecida pode ser observada até mesmo na Alemanha, e é seguro dizer que se ela fosse livre e isenta de influências, algo muito parecido com a República de Weimar surgiria de toda a miséria atual. Embora a evidência em favor dessa opinião esteja em parte invalidada pelo apoio dado aos sociais-democratas pelas autoridades inglesas e americanas, ela é ainda assim fortalecida pelo fato de que as autoridades russas permitiram também uma organização social democrática em sua zona. Condições políticas e econômicas insuportáveis, irracionalmente impostas ao povo alemão, naturalmente desacreditarão os governos trabalhistas e aniquilarão a oportunidade de se estabelecerem. Mas, ainda assim, se, para fazer uma experiência mental, resolvemos negligenciar a influência russa no caso e, além disso, postulamos que os Estados Unidos e a Inglaterra agirão em relação à Alemanha de acordo com a maneira ditada pela decência comum e pelo bom-senso, este ainda seria o diagnóstico geral e o prognóstico a adotar. Prognóstico semelhante é sugerido por si mesmo para outros países em que há (458) situações diferentes: regimes trabalhistas — mais freqüentemente em países católicos, em coalizão com partidos católicos — juntamente com grupos comunistas nativos, mas não muito importantes à esquerda deles, e uma política mais avançada do que a da década de 1920, mas ainda assim ao longo das mesmas linhas, com tudo que isto implica econômica, política e culturalmente. O

pequeno exemplo da Áustria é instrutivo, Os socialistas-cristãos (partido católico, compreendendo elementos conservadores) progrediram bem; os comunistas, mal; os sociais-democratas recuperaram as velhas posições, com a maioria dos líderes sobreviventes bem entrenchados no alto comando do partido. Até mesmo os programas permaneceram basicamente inalterados, no que diz respeito aos princípios gerais. O recente passo para a socialização não foi dado por simples escolha. Os casos de outros pequenos países até agora independentes da Rússia incluem-se no mesmo tipo, assim como a Itália. O caso francês difere do padrão devido à força dos comunistas (veja abaixo, Seção III). E apenas a nossa incapacidade para entender qualquer conjunto de circunstâncias, exceto o nosso, impede-nos de compreender que o caso espanhol é, na realidade, o mais simples de todos*. (** O regime de FRANCO reproduz simplesmente um quadro institucional que, por necessidades fáceis de compreender, estabeleceu-se firmemente na Espanha do século XIX. FRANCO fez e fez o que foi feito antes por NARVAEZ, O'DONNELL, ESPARTERO, SERRANO, etc. O fato de a infeliz Espanha ter-se tornado uma bola de futebol no jogo da política internacional das grandes potências, no qual nada tem a ganhar, é a razão de uma propaganda que obscurece um estado de coisas muito simples.*)

II. POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DOS ESTADOS UNIDOS

1. A Redistribuição da Renda Através dos Impostos.
2. A Grande Possibilidade.
3. Condições para sua Realização.
4. Problemas Transitórios.
5. A Tese Estagnacionista.
6. Conclusão.

1. Ao discutir o caso inglês, observamos que, nas condições modernas — e numa medida que os socialistas do século XIX não sonharam — é possível extrair da camada burguesa, pela taxaço e política de salários, o grosso daquilo que na terminologia marxista é chamado de *mais-valia**. (** O leitor observará naturalmente que a proposição acima não afirma coisa alguma a respeito dos efeitos de uma política desse tipo sobre o volume — e média de crescimento a longo prazo — da renda nacional. Em particular, não exclui a probabilidade de que o trabalho possa receber menos renda real, em quantidade total e a longo prazo, se as rendas forem perfeitamente igualadas, do que receberia se todo o total da mais-valia marxista fosse acrescentado à camada capitalista.*) A mesma observação aplica-se aos (459) Estados Unidos. O *New Deal*, até um ponto que geralmente não se compreende bem, foi capaz de expropriar as altas rendas mesmo antes da

guerra. Uma única indicação deverá ser suficiente, aquela que mostrará apenas os efeitos do aumento do imposto (renda pessoal) e sobretaxa até 1936: em 1929, quando o total da renda paga era estimado em 80,6 bilhões de dólares, os níveis acima de 50.000 dólares (renda taxável) retinham 5,2 bilhões depois do imposto e da sobretaxa; em 1936, quando a renda total foi estimada em 64,2 bilhões de dólares, a parte conservada não chegava nem a 1,2 bilhões*. (** Leia o altamente instrutivo artigo de I. DE VEGH sobre "Savings, Investment and Consumption", American Economic Review (Notas e Atas da 53ª. Reunião Anual, fevereiro de 1914, págs. 237 e segs.). Segundo esse trabalho, os dados que serviram de base ao cálculo das somas retidas excluem a renda derivada de apólices do governo, isentas de taxaço, e incluem os ganhos de capital. Além disso, essas somas não são, naturalmente, comparáveis com as cifras da renda total percebida (estimativas comerciais), que podem, no entanto, ser consideradas índices das cifras comparativas. É óbvia a razão por que não nos baseamos na última (do Statistics of Income), mas a escolha dos anos de comparação necessita de uma explicação: 1929 foi o ano em que as rendas acima de 50.000 dólares, depois do desconto do imposto de renda e sobretaxa, se encontravam em um máximo absoluto; 1936 foi o último ano que, em primeiro lugar, não sofreu a influência da recessão de 1937-1938 e, em, segundo, esteve isento das influências da guerra, que se fizeram sentir de 1939 em diante.) A renda taxável acima de 100.000 dólares era, mesmo nessa época, totalmente absorvida, se levamos em conta também os impostos estaduais. Do ponto-de-vista do racionalismo ingênuo, o único defeito dessa e outras medidas de confisco é que elas não vão suficientemente longe. Mas isso não altera o fato que nos interessa, isto é, que, antes da guerra, uma gigantesca transferência de riqueza tivera lugar, transferência que, quantitativamente, é comparável com a que foi efetuada por LENINE. A atual distribuição de renda compara-se muito bem com a que atualmente prevalece na Rússia, sobretudo em vista do fato de que, devido à maior importância, nas camadas superiores da renda, dos serviços pessoais e mercadorias que relativamente encerram muito trabalho, o poder aquisitivo da alta renda nos Estados Unidos caiu muito mais do que o das classes menos favorecidas*. (** A comparação entre países diferentes é naturalmente difícil e, talvez, jamais convincente. Mas o ato russo de 4 de abril de 1940, a respeito do imposto de renda, mostra que rendas tão baixas como 1.812 rublos por ano foram também incluídas. Revela também a existência de rendas superiores a 300.000 rublos, que eram então taxadas na média de 50%. Mas, deixemos inteiramente de lado as rendas mais baixas e suponhamos que a renda típica no grupo de 1.812-2.400 rublos é a de 2.000 rublos. Suponhamos ainda que a renda líquida típica retida no grupo mais alto não passa de 150.000 rublos (embora esses 300.000 rublos antes dos descontos fossem um limite baixo). Descobriremos, em seguida, que a maior dessas rendas típicas era 75 vezes maior do que a mais inferior. Mesmo se supusermos que o equivalente americano em 1940 (não, naturalmente, em poder aquisitivo, mas no sentido de posição equivalente na escala de renda) da renda típica mais baixa era de 1.000 dólares, evidentemente não encontraremos na distribuição da renda retida nos Estados Unidos (mesmo à parte as reduções causadas especificamente pelas condições de guerra) muito em apoio, à luz do paradigma russo, das frases correntes sobre desigualdades atrozes e concentração de poder, medido pela concentração da renda, e coisas semelhantes. A prova contida em livro bem conhecido, de BIKNSTOCK, SCHWAI? e YUGOV sobre Industrial Management na Rússia, tende a confirmar essa opinião. Numerosos outros detalhes confirmam esse ponto-de-vista, como, por exemplo, o fato de que os profissionais liberais que podiam outrora, mas não podem agora, ter empregados domésticos nos Estados Unidos, gozam desse privilégio — de mais valor do que uma tonelada de aparelhos elétricos — na Rússia. Mas nada disso leva devidamente em conta outras vantagens que não se refletem nas rendas. O poder e a posição social — que constituem uma das principais razões para se dar valor às altas rendas — do gerente industrial, especialmente se líder da célula local do partido bolchevista, são infinitamente superiores ao do industrial americano.**

Fenômeno interessante é o atraso com que se modificam os ideais. Muitos indivíduos bem-intencionados professam hoje horror e indignação diante de desigualdades sociais que realmente existiram há 50 anos, mas não existem mais agora. As coisas mudam, os slogans permanecem.)

Podemos, (460), além disso, repetir uma outra observação feita anteriormente, quando tratamos do caso inglês: a pressão sobre as altas camadas não esta, naturalmente, limitada aos 50.000 *dólares e acima*. Em grau menor, estende-se até as rendas de 5.000 dólares. E não pode haver dúvida, especialmente no caso dos médicos apenas remediados, que essa taxaço algumas vezes provoca uma perda muito necessária de eficiência.

Até agora, por conseguinte, os efeitos da guerra e das perturbações trabalhistas que foram conseqüência natural daquela sobre a estrutura social parecem muito semelhantes às que se fizeram sentir na Inglaterra. O fato de que nos Estados Unidos não haja um bem organizado partido trabalhista nos pode levar a especular sobre as possibilidades de uma evolução ao longo das linhas do socialismo das corporações, e não em direção ao socialismo centralista. Em outro sentido, esse fato apenas fortalece a defesa do prognóstico que vem sendo elaborado neste livro, pois os grupos de pressão são tão poderosos como os partidos e muito menos responsáveis e, por isso mesmo, mais eficientes como aríetes. (461)

2. Mas há um outro fato a respeito da situação social nos Estados Unidos que não encontra analogia em nenhum país do mundo e pode provavelmente afetar nosso diagnóstico a respeito das oportunidades do sistema da propriedade privada, pelo menos durante um curto período de cinquenta anos mais ou menos, ou seja, as colossais realizações industriais que estamos presenciando. Alguns observadores parecem pensar que esse sucesso foi o responsável pela vitória na guerra e, além disso, que protegeu o trabalho americano contra as privações, e que dominará também a situação no após-guerra até o ponto de aniquilar a defesa do socialismo, na medida que esta for de natureza puramente econômica. Formulemos esse argumento de forma mais otimista.

Esquecendo, por um momento, o complexo de problemas transitórios e fixando-nos sobre o ano de 1950 como o primeiro ano *normal* — uma prática muito comum entre os adivinhos — estabeleceremos hipoteticamente o *produto nacional bruto* — o valor de todas as mercadorias e

serviços produzidos antes dos descontos por depreciação e esgotamento — avaliado através do índice de nível de preços B.L.S., de 1928, em 200 milhões de dólares. Não se trata aqui, evidentemente, de uma predição do volume real da produção que pode ser esperada naquele ano. Não é nem mesmo uma estimativa do que será a produção potencial em estado de alto, se não de *pleno-emprego*. Trata-se de um cálculo do que poderá ser essa produção potencial contanto que sejam preenchidos certos requisitos que serão estabelecidos dentro em breve. Nessas condições, a produção é alta, mas nem fora do comum — cifras ainda mais altas já foram mencionadas — nem absurda. Ajusta-se à experiência anterior sobre o rendimento médio e a longo prazo do sistema: se aplicamos nossa *taxa normal de crescimento de 5,7% ao ano* (veja o Capítulo V) ao produto nacional bruto de 1928, que foi de mais ou menos 90 bilhões, conseguimos um pouco menos de 200 bilhões para 1950. Nenhuma importância exagerada deve ser atribuída a esse resultado. Mas repetiremos, apesar disso, que qualquer objeção no sentido de que essa estrapolação não faz sentido *porque* a produção deixou de aumentar na mesma média na década de 1930, deixaria de levar em conta o ponto essencial e apenas provaria a incapacidade do crítico de perceber-lhe a importância. No entanto, no que interessa à produção potencial, as indicações proporcionais pelo sistema durante a guerra são certamente mais convincentes: se as estatísticas de guerra valem alguma coisa, o produto nacional bruto, reduzido ao nível de preços de 1928, foi em 1943 mais ou menos o que deveria **ter** sido para alcançar a meta dos 200 bilhões em 1950. (462)

Suponhamos, agora, que essa possibilidade foi realmente realizada. (* Supõe-se que a concretização dessa possibilidade exige uma semana de 44 horas de trabalho, além de serviços extraordinários nos casos de obstrução. Mas não se supõe o pleno-emprego. As definições do pleno-emprego e as estimativas do volume de emprego que satisfaçam a todas as definições variam largamente e envolvem não apenas fatos estatísticos, mas delicadas questões teóricas. Contentamo-nos em dizer que, nas condições reinantes no mercado de trabalho dos Estados Unidos e supondo que a força total do contingente trabalhista alcance mais ou menos 61 milhões em 1950 (incluindo dois ou três milhões nas forças armadas), não acreditamos que o número de homens e mulheres estatisticamente desempregados possa ser nesse ano possivelmente inferior a cinco ou seis milhões, uma cifra que inclui, além do autêntico desemprego involuntário (isto é, desemprego involuntário que assim seria considerado de acordo com qualquer definição), uma grande porcentagem de desemprego semivoluntário e desemprego simplesmente estatístico. A cifra não inclui o desemprego disfarçado. Acreditamos que essas cifras são compatíveis com a meta de 200 bilhões naquele ano. O desemprego pouco tem a ver com os vícios inerentes ao sistema capitalista, mas muito com a liberdade que este sistema concede aos trabalhadores. No próprio livro de Sir WILLIAM BEVERIDGE sobre o pleno-emprego encontramos sugestões castamente veladas à regulamentação e à coação. Mas devemos acrescentar que imaginamos 1950 como um ano de prosperidade cíclica. Caso não seja, a nossa discussão deve ser entendida como se referindo ao próximo ano próspero. Tirando-se a média dos anos bons e maus, o desemprego (estatístico) deve ser maior do que cinco ou seis milhões — sete ou oito, talvez. Não há motivo para ficarmos horrorizados com essa cifra, pois, como será explicado mais tarde, medidas adequadas podem ser tomadas em favor dos desempregados. As flutuações cíclicas da economia capitalista, no entanto, são as principais responsáveis por qualquer excesso*

sobre o desemprego normal.)E façamos, para substituições de maquinaria e novos *investimentos* (incluindo casas), a ampla dedução de 40 bilhões (20%, igual ao cálculo do Professor KUZNETS para as décadas, no período de 1879-1929) *. (*Um desconto de depreciação de 10 a 12% não é alto demais para um sistema que trabalha em alto nível de produção. Oito por cento para os novos investimentos constituem por certo margem ampla e, de acordo com a maioria dos estudiosos, grande demais. Veja adiante o nº 5.) A importância para nós dos 160 bilhões restantes reside em dois fatos. Em primeiro lugar, a menos que haja má administração atroz, a enorme massa de mercadorias e serviços que essa cifra (que não inclui novas casas) representa promete um nível de satisfação das necessidades econômicas, até mesmo dos mais pobres membros da sociedade, incluídos pessoas idosas, desempregados e doentes, que eliminaria (juntamente com a semana de 40 horas) tudo aquilo que pudesse ser chamado de *necessidade* ou *indigência*. Salientamos diversas vezes neste livro que a defesa do socialismo não é de maneira alguma apenas econômica e também que o aumento da renda real fracassou inteiramente até **(463)** agora em eliminar o ressentimento das massas ou de suas elites intelectuais. Mas, nesse exemplo, a promessa não é apenas espetacular, mas imediata: para seu cumprimento, não se precisa de muito mais que as qualidades e os recursos que já mostraram seu valor durante a guerra, e a conversão da produção para fins bélicos, incluindo as exportações de mercadorias de consumo para os países aliados, para os fins do consumo doméstico. Depois de 1950, o mesmo argumento se aplicará *a fortiori*. Em segundo, excluída mais uma vez a hipótese de má administração atroz, tudo isto pode ser conseguido sem violar as condições orgânicas da economia capitalista, incluindo grandes prêmios pelo êxito industrial e todas as desigualdades de renda que se podem tornar necessárias para que a máquina capitalista funcione de acordo com o desenho. *Nos Estados Unidos não é preciso haver necessariamente, por trás dos programas de melhoramento social, o dilema fundamental que em todas as partes paralisa a vontade de todos os homens sensatos, isto é, o dilema entre o progresso econômico e o aumento imediato da renda real das massas.*

Além disso, com o produto nacional bruto na casa dos 200 bilhões, não haverá nenhuma dificuldade para o governo arrecadar 40 bilhões sem danos para a máquina econômica. A soma de 30 bilhões será suficiente, de acordo com os preços de 1928, para custear todas as funções realmente desempenhadas pelos governos federal, estaduais e municipais na base de 1939, além das forças militares muito mais numerosas, pagamento da dívida pública e outras obrigações governamentais que tenham sido contraídas desde esta data*. (*No que nos interessa, não é necessário fazer uma distinção entre despesas públicas em mercadorias e serviços e transferências. Supõe-se, no entanto, que os trinta bilhões seriam divididos aproximadamente entre vinte e cinco bilhões para as primeiras e cinco bilhões para as últimas. Deve-se observar, no

entanto, que não se levam em conta aqui (1950) as pensões e outros benefícios para os veteranos, um problema que deve ser tratado à parte.) Sobrariam mais ou menos 10 bilhões, de acordo com os preços de 1928, uma soma correspondentemente mais alta do que qualquer nível de preços que prevaleça * em 1950 e muito mais do que a soma alcançará na próxima década, para o financiamento de novos serviços sociais ou melhoramentos dos já existentes. (* Não se pode supor, de maneira geral, que a renda pública varie em proporção ao nível de preços. No nosso caso, no entanto, em que visamos apenas obter uma idéia aproximada, podemos adotar essa probabilidade para simplificar a hipótese.)

3. Mas é justamente aqui, isto é, na esfera da finança e administração públicas, que o significado da nossa ressalva — a **(464)** hipótese da má administração atroz — é compreendido com mais clareza. Pois, nessa esfera temos realmente má administração dos recursos nacionais que se pode considerar verdadeiramente atroz. Dados os princípios e práticas atuais, *não* é certo que 40 bilhões possam ser arrecadados, com um nível de produto nacional bruto de 200 bilhões, sem dano para a máquina econômica. E também *não* é exato que os 30 bilhões e o que quer que corresponda a eles, de acordo com outro nível de preços que não o de 1928, sejam suficientes para atender às necessidades mencionadas. Isso será verdadeiro apenas se toda a administração pública for racionalizada com o fito de eliminar atividades de via dupla ou tripla — como vimos no caso do imposto de renda, para mencionar apenas um exemplo — em que se tocam órgãos federais, estaduais ou municipais, — falta de coordenação eficaz e responsabilidade individual bem definida — que, no caso federal, é devida sobretudo à inexistência de *ministérios* integrados e à existência de um grande número de *autoridades* ou *juntas* semi-independentes, e muitos outros obstáculos que são fonte de desperdício e prejudicam a eficiência. Mas, acima de tudo, ao espírito de desperdício que se delicia em gastar um bilhão quando 100 milhões seriam suficientes. O presente estado de coisas nada augura de bom para a administração pública das finanças e da indústria e, de fato, é em si mesmo razão boa e bastante para a oposição de muitos, que podem ser qualquer coisa, menos *realistas econômicos*.

Mas isso não é tudo. A *poupança* (como se tornou impopular esta palavra!) pode, em certo sentido, ser menos necessária num país rico do que num pobre, isto é, no sentido que o desperdício traz uma ameaça de escassez no último, mas não no primeiro. Mas, em outro sentido, a poupança, isto é, a economia real e não a falsa economia da burocracia e do Congresso, sempre prontos a economizar tostões e desperdiçar bilhões, é tão necessária num

país rico para assegurar o uso eficiente da riqueza, como no país pobre para garantir a mera subsistência. E isso se aplica não apenas ao custeio da administração pública, mas também ao uso dos fundos gastos em forma de vários benefícios. O exemplo clássico que nos ocorre, naturalmente, é o financiamento do pagamento aos desempregados em forma de pagamentos individuais. A menos que o comportamento do operário, no emprego ou fora dele, esteja rigorosamente sob controle público, como acontece na Rússia, o uso econômico dos fundos disponíveis para o sustento dessa gente significará inevitavelmente que tais (465) auxílios devem ser substancialmente inferiores aos salários que o desempregado pode esperar ganhar. Como sugerem as estatísticas americanas referentes à substituição da força do trabalho, há normalmente no país uma larga margem de desemprego meio voluntário e meio involuntário, cujo fardo deverá crescer em virtude da administração ineficiente dos seguros ou das médias das ajudas, que são altas em relação aos salários e talvez eliminem a possibilidade de se atingir a meta dos 200 bilhões.

Há ainda uma outra condição que teria de ser cumprida para justificar essa possibilidade: a política e a burocracia não devem impedir-nos de alcançar a meta. É meridianamente claro que o organismo econômico não pode funcionar com eficiência máxima quando os seus mais importantes *parâmetros de ação* — salários, preços e juros — são transferidos para a esfera política e lá tratados de acordo com os interesses do jogo partidário ou, o que algumas vezes é ainda mais sério, de acordo com as idéias de alguns planejadores. Três exemplos serão suficientes para ilustrar esse ponto.

Em primeiro lugar, a atual situação do trabalho, se persistir, será suficiente para impedir o progresso em direção à meta dos 200 bilhões de produto nacional bruto e, principalmente, o progresso além dela. As médias de salário resultantes não seriam a única razão para esse fracasso: a desarticulação da atividade planejadora do empresário e a desorganização do contingente trabalhista, mesmo que empregado, são igualmente importantes. Além de impedir uma expansão da produção de outra maneira possível, essas condições reduzem também o nível do emprego abaixo do que seria viável, ao oferecer um prêmio a todos os que trabalham tão pouco quanto possível, e essas condições provocariam uma espécie de *fuga do trabalho**.

(* Deve-se notar que o aumento da produção e o aumento do emprego da mão-de-obra não são considerados sinônimos. É, na verdade possível, dentro de certos limites, diminuir o emprego sem diminuir a produção, ou aumentar o último sem aumentar o primeiro. O motivo por que, na literatura corrente, a produção e o emprego variam proporcionalmente, é encontrado em um dos

aspectos fundamentais do sistema keynesiano. Esse sistema restringe-se a tratar das cadeias causais muito curtas, na presunção de que a quantidade e a qualidade do equipamento industrial permanecem constantes, de maneira que a combinação dos fatores de produção não pode mudar de forma apreciável. Se fosse assim (e a prazo muito curto isso realmente acontece), variariam juntos, embora, naturalmente, não proporcionalmente.

Cabe observar também que nosso argumento significa que as modificações nas médias de salário monetário podem causar variações do tipo oposto no emprego. Acreditamos realmente que o alto nível dos salários monetários nos Estados Unidos especialmente na década de 1930, foi uma das principais causas do desemprego, e que conseqüências semelhantes podem ser esperadas no futuro, caso se observe a mesma política. Essa afirmação contradiz os ensinamentos da ortodoxia keynesiana, assim como de outros economistas, ma?. por falta de espaço, não podemos prová-la aqui. E afortunado, portanto, que, para nossos fins (e no que interessa a 1950 e não a qualquer outra data), uma tese mais fraca sirva também — uma tese, aliás, que contou com o beneplácito do falecido Lord KEYNES: nas condições que provavelmente prevalecerão nos próximos quatro anos, e a menos que compensadas por outros aumentos nos preços, as médias de salários mais elevadas afetarão prejudicialmente a produção e o emprego, e o último mais do que o primeiro.) (466)

Em segundo, seja o que o leitor pense sobre suas virtudes, o controle de preços, da maneira até agora praticada, constitui um outro obstáculo à expansão da produção. Ouvimos dizer que o regime stalinista encoraja a crítica à burocracia. Evidentemente, isto não acontece conosco. Mas, observaremos a etiqueta habitual e admitiremos abertamente que muitos homens competentes prestaram excelentes serviços na O.P.A. E que muitos outros, não tão capazes, fizeram ainda melhor. E afastaremos quaisquer dúvidas a respeito das suas realizações até o presente momento, especialmente porque seus fracassos mais evidentes se vinculam a circunstâncias sobre as quais não possuem controle. Mas deve-se realmente admitir, pelo menos no presente e no futuro, que a política de encorajamento de salários, combinada com os controles de preços, a menos que visando à liquidação da iniciativa privada, é irracional e inimiga à rápida expansão da produção. E que a perturbação do sistema de preços relativos, que resulta do fato de que a agência regulamentadora pode manter controle sobre alguns preços (o preço dos produtores, com pequena influência política) muito mais eficazmente do que outros — o preço dos produtores, com excesso de influência política — reduz o grau de eficiência econômica do sistema. E que a fixação dos preços *per se* não define inteiramente toda a extensão dos prejuízos: e igualmente importante é o prêmio implicado no sistema de *subvencionar* os produtos de custo elevado e de *espremer* os de baixo custo*. (* Não pretendemos saber o que surgirá eventualmente da confusão ocasionada pelo veto presidencial à primeira Lei de Controle de Preços e a aprovação de uma segunda um mês depois, dispondo sobre um rápido levantamento das restrições. Uma vez, no entanto, que estamos dispostos a argumentar que a lei em tela, da maneira que funcionou na prática, forçosamente prejudicaria a reconversão para a economia dos tempos de paz, e uma vez que as possíveis conseqüências dessa confusão serão certamente representadas como prova positiva da necessidade de se manter o controle de preços, pedimos ao leitor para considerar dois fatos: em primeiro lugar, um argumento em favor da revogação do controle dos preços não era motivo para deixá-lo caducar, sem preparação ou substituto provisório, quando ninguém

a esperava ou parecia preparado para ela; em segundo, se, como reação à derrota, o governo vingativamente escolher alvos por sua impopularidade e não por qualquer razão defensável, podem surgir conseqüências totalmente sem relação com a caducidade do controle de preços per se. Quanto ao problema da inflação veja o n.º 4.) (467)

A persistente hostilidade da burocracia, fortemente apoiada como é pela opinião pública, ao autogoverno industrial — auto-organização, auto-regulamentação e cooperação — constitui um terceiro obstáculo ao progresso ordenado e, incidentalmente, aos fenômenos que podem solucionar muitos problemas da política dos ciclos econômicos e, eventualmente, também o problema de transição para o regime socialista. Os porta-vozes da burocracia invariavelmente negam que haja qualquer fundamento para essa opinião, dizendo que a ação combinada dos homens de negócios torna-se ilegal e vulnerável às medidas judiciárias apenas nos casos de *conluio restritivos*. Mas, mesmo que essa interpretação legal da prática comum seja aceita — e se a teoria oficial sobre o que constitui *conluio restritivo* ou, de maneira geral, práticas anti-sociais for também admitida — ainda seria verdadeiro que (a) o conceito de *restrição* inclui a maior parte das tentativas de cooperação em relação a preços e à política da produção, mesmo nos casos em que essa cooperação preencha uma função muito útil; (b) que os casos extremos, e o caso em que o elemento da restrição entre sem constituir o ponto principal de um acordo, não serão necessariamente considerados com imparcialidade por um grupo composto de muitos indivíduos pouco familiarizados com a natureza dos negócios comerciais e de alguns que são violentamente contrários ao sistema que devem regulamentar ou pelo menos ao *mundo dos grandes negócios*; e (c) que a ameaça sempre presente de processos antitrustes contra crimes que nem sempre podem ser (468) facilmente distinguidos de práticas legais podem ter efeitos indesejáveis sobre a conduta dos negócios. (* Na verdade, tais teorias são inaceitáveis. Abrangem, realmente, certo número de práticas que todos concordam devem ser postas fora da lei. Mas, além dessas, há outro conjunto de atividades a respeito das quais a opinião legal adota simplesmente a atitude ditada pelos preconceitos populares. Temos uma importante fonte de exemplos no caso da discriminação comercial. Até mesmo o mais competente dos economistas terá dificuldades em analisar todos os efeitos a longo prazo em um determinado caso. Se a justiça é administrada com base em nada mais que slogans populares ou princípios gerais de direito ou para fins de demonstração, o elemento de sólido bom senso contido na atitude contra a discriminação desaparece inteiramente. E o bem-intencionado método de ações judiciais seletivas, que deve prever os casos em que a discriminação totalmente ilegal beneficia a todas as partes interessadas — todos os que fizeram curso elementar de Economia conhecem, ou deviam conhecer, tais casos — pode servir apenas para acrescentar uma arbitrariedade do tipo= mais irritante. Os métodos para remediar esse estado de coisas podem ser sugeridos apenas de passagem.)

O último ponto ilustra um aspecto das dificuldades trabalhistas, da O.P.A. e dos processos *antitrustes*, que jamais recebem a atenção que merecem, isto é, o esgotamento da energia do

homem de negócios e da administração. O homem de negócios, que é incessantemente deslocado de suas atividades não apenas pela necessidade de enfrentar uma situação cambiante, mas de comparecer diante deste ou daquele comitê, não possui mais energia para enfrentar seus problemas comerciais e tecnológicos. É muito característico da atitude mecanicista do economista e do seu isolamento da *vida real* que nem um único em dez deles reconheça este particular *elemento humano* do que é, afinal de contas, um organismo humano — embora nenhum indivíduo sensato possa deixar de vincular, por exemplo, o rendimento relativamente inferior do índice de volume físico da produção industrial em 1945 com este elemento como uma das suas muitas causas. Mas isto não é tudo. O êxito na condução de uma empresa depende, nas atuais condições, muito mais da habilidade de tratar com líderes do trabalho, no verdadeiro sentido da palavra. Daí, exceto no caso das maiores empresas, que podem empregar especialistas de todos os tipos, as posições-chave tendem a ser ocupadas antes por *ajustadores* ou *solucionadores de casos* do que pelos *homens da produção*.

Pode parecer ao leitor que a política baseada nas linhas indicadas acima está fora de questão, que tenha de entrar em colapso numa tempestade de indignação justa, e afundar nos rochedos da sabotagem ou outras formas de resistência e que, por conseguinte, o próprio alvo de 200 bilhões de dólares seja pouco mais do que um sonho. Mas isto não se segue necessariamente. Por um lado, a máquina econômica deste país é bastante poderosa para suportar *algum* desperdício e irracionalidade, incluindo, como sabemos certa medida de desemprego evitável e o preço da liberdade individual. Por outro, os políticos e o público vêm demonstrando recentemente um pouco mais de senso de responsabilidade. E não devemos esquecer a maleabilidade da natureza humana, que foi tão sublinhada no presente livro (veja capítulo XVIII, Seção II). A experiência do *New Deal* e dos períodos da guerra podem não ser concludentes, pois a burguesia industrial jamais esperou que essas condições durassem. Por conseguinte, ajustamentos relativamente insignificantes podem ser suficientes, se não para a eficiência máxima, pelo menos para uma medida satisfatória*.

(* As medidas seguintes, por exemplo — que não se pretende sejam mais do que o exemplo de um conjunto de métodos prováveis — podiam ser suficientes: (a) Eliminação da taxa dupla sobre a parte da renda das sociedades anônimas industriais que é distribuída em forma de dividendos. No caso da prática inglesa, essa providência dificilmente justificaria uma tempestade de justa indignação. O nosso sistema é copiado do alemão e o único argumento puramente formal em seu favor que conhecemos foi concebido pelo economista alemão ADOLF WAGNER (1835-1917). (b) Permissão para deduzir da renda taxável a parte da renda individual que é investida. Pessoalmente concordamos com a opinião do Prof. IRVING FISHER de que a parte poupada deve ser

deduzida (particularmente em vista do perigo da inflação). Mas para poupar as suscetibilidades keynesianas, limitamo-nos à parte investida. As dificuldades técnicas não são sérias ou, pelo menos, não insuperáveis, (c) Adoção de um dos vários métodos possíveis para deduzir os prejuízos devidos à ação do tempo, (d) Nacionalização, sistematização e ampliação do imposto sobre vendas e movimento geral da empresa. Essa medida deve agradecer aos admiradores da Rússia, em vez de lançá-los em paroxismos de fúria. Na verdade, as médias do tipo russo (isto é, trinta e um centavos por libra da melhor qualidade de farinha de trigo — em Moscou, no ano de 1940) ou, uma vez que a conversão de rublos em dólares pode ter valor duvidoso, 62% do preço a retalho de batatas, 73% do açúcar e 80% do sal (veja, a propósito, o estudo de P. HAENSEL, "Soviet Finances", no *Openbare Financien*, n° 10, 1946). Numa população tão desesperadamente pobre como a russa, o imposto sobre as vendas deve ser realmente um flagelo, mas, a médias moderadas e num país tão rico como os Estados Unidos, constitui um instrumento ótimo e não prejudicial à finança pública, e especialmente útil para os fins que beneficiam exclusivamente os grupos de pequena renda. Cinco ou seis bilhões. poderiam ser arrecadados sem que ninguém sentisse o peso da medida. Mas, uma vez que os governos estaduais e municipais teriam de ser compensados pela perda de receita devida à nacionalização do imposto — não é rigorosamente correto, evidentemente, falar em lançamento de imposto — e uma vez que, além disso, certos ajustamentos dos impostos existentes se tornariam necessários, o lucro líquido para o Tesouro Nacional não poderia ser calculado em mais do que 2 a 3 bilhões de dólares, de maneira que o imposto sobre as vendas, somado a outros impostos específicos, deveria produzir de 9 a 10 bilhões de dólares, (e) Nacionalização e revisão drástica para menos dos impostos estaduais, em benefício das esposas e filhos, o que se justifica porque a legislação existente elimina, pelo confisco de rendas acima de cifras muito moderadas, um dos principais elementos do sistema capitalista. Quem quer que aprove o confisco devido a razões extra-econômicas está, por isso mesmo, justificado ao defender uma emenda constitucional nesse sentido: os que a aprovarem pelas razões econômicas que podem ser encontradas na pág. 373 de *General Theory of Employment, Interest and Money*, (com edição brasileira: *Teoria Geral do Emprego, do juro e do Dinheiro*, Editora Fundo de Cultura, 1961, Rio) do falecido Lord KEYNES, OU por argumento delas derivado, estão totalmente errados.

Não nos interessa saber o que é que satisfaria aos interesses afetados politicamente. Mas, na verdade, em sua maioria, as propostas de reforma tributária até agora feitas por organizações de homens de negócios são realmente modestas e, se não são relevantes para o nosso argumento por outro motivo, pelo menos mostram como foram bem educadas as classes dos homens de empresa.) (469)

Em outro sentido, um aumento relativamente pequeno de proteção legal — a ser concedida, talvez, por meio de uma codificação correta da lei industrial — poderia suspender a ameaça permanente na vida diária do homem de negócios e, através de maior experiência das agências regulamentadoras e melhor preparação do seu pessoal (470), conseguir-se o resto*. (* Referimo-nos aqui a um ponto de suma importância para numerosos outros tópicos, além do que ora discutimos. Uma boa burocracia é produto de evolução lenta e não pode ser criada à vontade. Os órgãos burocráticos dos Estados Unidos revelam de maneira tão pronunciada as fraquezas inerentes ao crescimento rápido que a questão de deter temporariamente esse crescimento é questão não apenas de interesse público, mas também da própria burocracia. Entre outras coisas, a burocracia de Washington não descobriu ainda o seu lugar. Amiúde os seus representantes lançam programas próprios, consideram-se reformadores e entram em contato com deputados, senadores e outros órgãos, passando por cima dos seus chefes. Algumas idéias podem adquirir subitamente grande vigor, embora ninguém lhes conheçam as origens. Continuando assim as coisas, nada pode resultar senão caos e fracasso.) Além disso, o país deu provas, e não há muito tempo, da sua disposição de aceitar legislação do tipo do N.R.A. E no que tange à situação trabalhista, podemos consolar-nos com o fato de que a política por nós imaginada não apenas não precisa renunciar a um único item da maior

realização, que muitas pessoas consideram o maior êxito da reforma social do *New Deal*, mas forneceria ainda a base para progressos ainda maiores. Deve-se notar, em particular, que o salário anual será uma ameaça a oportunidade de atingir nossa meta apenas se for introduzido, administrado e financiado de maneira a causar o máximo de prejuízo possível. Em si mesmo, é uma proposição perfeitamente viável*. (* Para ilustrar esse ponto, recordemos fatos históricos recentes. Os adeptos do NEW DEAL, em princípios da década de 1930, adotaram o costume de zombar do slogan "reforma" versus "recuperação". A zombaria prova que eles estavam perfeitamente conscientes da verdade que existia nesse lema. De fato, como slogan político, era perfeitamente razoável. Mas deve ser entendido que ele se referia à maneira irresponsável e empírica através da qual se executava a reforma, e não a qualquer dos seus objetivos conhecidos. Encontramo-nos hoje em situação semelhante e a infelicidade é que o dano ao processo econômico do capitalista seja, para algumas pessoas, exatamente o aspecto da reforma que elas mais admiram. A reforma sem tais danos não teria nenhum interesse para elas. E a reforma executada lado a lado com uma política que assegurasse o êxito do capitalismo seria a pior coisa que lhes poderia acontecer.)

Ainda assim, é preciso muito otimismo para esperar que esses ajustamentos necessários sejam realizados, ou mesmo que as condições da política no país possam produzir a vontade para realizar serviço tão sério e apagado, não glorificado por *slogans*, cheio de dificuldades de detalhes e tão ingrato. A massa do povo gostaria da América que surgisse desse trabalho, mas odiaria o homem que o executasse. (471)

4. Não mencionamos ainda os problemas de transição. Eles não são, na verdade, importantes para o nosso caso, exceto no sentido seguinte: as dificuldades transitórias podem produzir situações e induzirem medidas que provavelmente impedirão quase permanentemente a expansão da produção e invalidarão completamente nosso *cálculo de possibilidades*. O exemplo mais sério e mais óbvio é o problema da inflação. O índice de preços em grosso de 1920 era de, mais ou menos, 2,3 em relação a 1914. Isso aconteceu em consequência de um esforço de guerra que foi não apenas muito inferior e mais curto do que o último, em termos de mercadorias e serviços, mas também mais sensatamente financiado por unidade de mercadorias e serviços. Jamais houve nada semelhante com a atual curva atrasada de procura. E os privilégios tributários proporcionaram suficientes razões para que os investidores conservassem para sempre grandes quantidades de apólices de guerra. Atualmente, o *total dos depósitos ajustados* (depósitos a prazo e à vista, distintos dos depósitos interbancários e do governo dos Estados Unidos, menos os itens em fase de cobrança) e o *dinheiro fora dos bancos* importavam, em abril do corrente ano, em 174 bilhões (55,17 em junho de 1929 e 60,9 em junho de 1939) e não se pode calcular que volume de apólices governamentais será vendido *para outros fins que*

não o resgate de débito. Qualquer pessoa sensata pode imaginar o que isso significa nessas circunstâncias, especialmente em vista do encorajamento, ou conivência, do governo na insensata e universal exigência de maiores níveis de salários, pois a inflação se declara através das folhas de pagamento*. (* Tenha o leitor a bondade de observar que esse pronunciamento constitui bom keynesianismo e deve, por conseguinte, contar com o beneplácito dos economistas de Washington.) A mesma pessoa sensata não deve ter dificuldade em formar uma opinião a respeito dos autores que pregam que não há perigo de inflação e também daqueles que vêem muito próxima a inflação descontrolada. (* Entre esses podemos incluir alguns dos estudiosos da procura no pós-guerra, os quais predisseram que, imediatamente depois da cessação da maior parte da procura pelos ramos do governo, se seguiria inevitavelmente uma grande baixa, com desemprego geral, que exigiria medidas adicionais de despesas em déficit. Sobre esses prognósticos (a curto prazo), leia o artigo de E. SCHIFF em um dos números da *Review of Economic Statistics*. Os prognósticos a longo prazo serão discutidos adiante, no n° 5.) Para provar o ponto importante em nosso argumento, e em vista da impossibilidade de tratar aqui o problema em profundidade, adiantaremos a seguir nossa opinião pessoal, simplesmente para fins de definição. Parece-nos possível — possível — esperar, em 1950, um nível de preços superior em 50% ao de 1928. (472) Parece-nos ainda racional usar nesse ponto o movimento do nível de preços como um instrumento de adaptação. E parece-nos finalmente que o receio causado por esse aumento nos preços e o pavor de sua queda mais tarde são grandemente exagerados. Mas, para manter o aumento inevitável de preços dentro desse limite, tornam-se necessárias certas medidas, todas elas muito impopulares e que exigem, para produzir seus efeitos, experiência e habilidade que não reduzirão, e outras que reduzirão, a velocidade da expansão da produção. Ninguém pode reagir ameaçando com a inflação, sem interferir também na produção. Mas, se nada mais for feito senão a criação de outra O.P.A., taxando-se fortemente as rendas — mesmo de acordo com a doutrina sustentada por nossos radicais — que não são ameaçadas pela inflação e, se, além disso, os salários forem elevados sem levar em conta as conseqüências, pode surgir uma situação na qual, em desespero, Washington possa recorrer a medidas brutais e ineficientes, tais como desvalorização da moeda, congelamento de depósitos, controle direto, punição de *proveitadores* e *monopolistas* ou outros bodes expiatórios, embora poupando os agricultores. E estas medidas podem desorganizar a nação até o ponto de não nos trazer mais à vizinhança da nossa meta de 200 bilhões de dólares, mas de algum socialismo meio cru. Trata-se de uma possibilidade, naturalmente, mas há outras.

5. Resta agora notar o que, para muitos economistas, constitui o problema *par excellence* do pós-guerra: de que maneira se conseguir um grau adequado de consumo. Até agora estudamos muitas razões para se duvidar se a meta focalizada — um produto nacional bruto de 200 bilhões

de dólares de 1928 — será realmente alcançada pelas alturas de 1950. Mas todas elas foram baseadas na possibilidade ou probabilidade da interferência de obstáculos estranhos ao processo comercial. A capacidade do próprio processo comercial de produzir o resultado foi, todavia, posta em dúvida por muitos economistas, a maioria dos quais, embora não todos, presta culto a certos artigos de fé política ou científica. Vamos referir-nos a eles citando uma palavra que se tornou algo popular: *estagnacionistas*.

A mais importante versão da teoria estagnacionista foi proposta pelo falecido Lord KEYNES. No que tange ao caso em tela, o leitor pode compreender a teoria estudando um ou mais dos cálculos feitos (473) a respeito da procura no após-guerra. Seus autores concordam conosco, avaliando uma produção potencial, em 1950, da mesma ordem de magnitude que a nossa. Por esse motivo, e por questões de simplicidade, continuaremos a falar do produto nacional bruto de 200 bilhões. Eles são até mais otimistas do que nós, pois não insistem na necessidade de condições ambientes favoráveis ao êxito capitalista. Raciocinam, pelo contrário, baseados na presunção tácita de que persistirão as atuais práticas políticas, administrativas e trabalhistas. Além disso, afastaremos qualquer objeção que possamos ter em relação às suas estimativas sobre o mínimo inevitável de desemprego ou a valides dos seus métodos estatísticos. E aceitaremos, finalmente, as várias hipóteses através das quais eles obtêm as cifras sobre a *renda nacional líquida* e a *renda disponível* (a soma total da renda individual depois dos descontos compulsórios e impostos). Suponhamos que essa renda disponível se situa na casa dos 150 bilhões e que os lucros não-distribuídos das sociedades anônimas atingem a 6 bilhões.

A procura no após-guerra, isto é, a soma total que se espera seja gasta em mercadorias de consumo (exceto novas residências), é conseguida mediante o cálculo, baseado no período anterior à guerra, digamos 1923-1940, da relação média entre os gastos de capital incluídos nessas mercadorias de consumo e a renda *per capita* disponível, ambas deflacionadas pelo índice de custo de vida e pela aplicação dessa relação à renda disponível de 150 bilhões. Se esse (474) método produzir, por exemplo, a soma de 130 bilhões, teremos um resto de 20 bilhões de economia ou, se acrescentamos os lucros não-divididos das sociedades anônimas, 26 bilhões. O argumento prossegue usualmente estudando-se os meios disponíveis de se empregar essa soma, as oportunidades de investimento (novas residências, reestocagem, fábricas e equipamentos, investimentos estrangeiros, etc.), para concluir ou sugerir que esses meios não podem

absolutamente absorver importância tão grande, uma vez que a população desejará economizar no nível de renda do pleno-emprego de 1950, pelo menos se ajudada pelo governo. Daí a necessidade de gastos governamentais internos ou ação oficial para forçar *investimentos estrangeiros*. Ultimamente, todavia, um outro tipo de recomendação mereceu a preferência. Uma vez que, nas circunstâncias atuais, todos aqueles que advogam o financiamento de *deficits* pelo governo arriscam-se a ser considerados ridículos, os economistas de Washington mudaram de opinião e hoje recomendam orçamentos equilibrados, mas equilibrados num nível muito alto de taxaço, devendo os impostos ser altamente progressivos de maneira a eliminar as altas rendas de onde procede primariamente a ameaça da poupança. Essa opinião concorda com o *slogan* (devido à economia feita por aqueles que têm alta renda) de que *nas sociedades modernas a causa última do desemprego é a desigualdade das rendas*.

Dessa maneira, o alto nível de renda nacional que procuramos como solução de muitos problemas econômicos e sociais converte-se no mais sério de todos os problemas. Uma vez que alta renda significa altas economias e uma vez que essas economias não serão inteiramente compensadas pelos investimentos, não será possível à economia manter esse alto nível de renda e o emprego — a menos que forçado pela política fiscal — se *é* que esse nível pode ser realmente alcançado. Deve-se observar que, pelo menos em parte, essa teoria conta com o apoio da opinião pública e, em particular, do mundo dos negócios. Nada é mais comum do que a opinião de que tudo correrá bem se pudermos induzir as pessoas *a gastar inteiramente* os salários ou se conseguirmos uma procura suficientemente alta. Constitui, realmente, uma questão interessante saber por que homens inteligentes, que não têm interesse pessoal em qualquer programa político envolvendo despesas governamentais ou igualamento dos salários, manifestam interesse pelo caso. A mentalidade de vendedores do país, juntamente **(475)** com a experiência dos vinte anos que precederam à guerra, é toda a explicação que podemos oferecer do fato de que a teoria em questão não seja recebida com chacotas.

Os adversários dessa teoria não percebem que o produto nacional bruto e, daí, a renda, serão menores e que as oportunidades de investimentos serão maiores do que pensam os que são tão otimistas quando se trata de estimar o primeiro e pessimistas quando calculam o segundo. Pode haver muita verdade nos argumentos que se desenvolvem ao longo dessas linhas. Em particular, deve ser sublinhado que, em 1830, ninguém previa nem podia ter previsto as exigências de

capital na idade da estrada-de-ferro ou, cinquenta anos mais tarde, na idade da eletricidade. Mas o argumento decisivo é muito mais simples. A teoria repousa no postulado de que o indivíduo economiza, de acordo com uma lei psicológica estável, sem levar em conta a presença ou ausência de oportunidades de investimento. Evidentemente, esse não é o caso normal. Normalmente, a pessoa economiza para conseguir alguma retribuição, em dinheiro ou serviços. Não é verdade que o grosso da poupança individual — e, sem dúvida, praticamente todas as economias do comércio, que, por sua vez, constituem a maior parte das economias totais — seja feito com o propósito de investimento em vista. A decisão de investir precede, de maneira geral, o ato de investir e, com ainda maior frequência, a decisão de economizar. Mesmo nos casos em que o homem economiza sem um objetivo específico, qualquer atraso a chegar à decisão de investir é punido pela perda do rendimento durante o intervalo. Parece, pois, que a menos que a pessoa veja oportunidades de investimento, ela normalmente não economizará, e que a situação de oportunidades decrescentes de investimento seja seguida de economias decrescentes. Em segundo, em todos os casos em que (476) observamos a pessoa manifestar *preferências pela liquidez*, isto é, um desejo de economizar desacompanhado do desejo de investir — o desejo de entesourar — o fato deve ser explicado por motivos especiais e não com recurso à qualquer lei psicológica postulada *ad hoc*.

Essas razões existem, no entanto, e uma delas reveste-se de considerável importância nas fases mais graves das depressões cíclicas, mais ou menos uma em cada dez anos. Quando as coisas parecem difíceis e o indivíduo nada espera, mas apenas prejuízos de qualquer negócio que possa imaginar, ele naturalmente recusará a investir suas economias (e até mesmo reinvestir as somas que habitualmente retornam, devido à rentabilidade de investimento prévio) ou adia o investimento para lucrar com novas reduções de preços. Ao mesmo tempo, as economias não serão apenas reduzidas, mas aumentadas por todos aqueles que esperam queda iminente da renda, nos seus negócios ou por desemprego. Esse elemento é realmente importante no mecanismo das depressões e as despesas públicas em *déficit* constituem, realmente, um dos meios mais evidentes para interromper esses círculos viciosos. No entanto, nenhuma defesa da teoria da *supereconomia* pode ser nela baseada, pois ocorre apenas como consequência de uma depressão que não pode ser explicada por ela. Mas fornece uma explicação psicológica da lei keynesiana. A grande depressão de 1929-1932 e a sua lenta recuperação estão ainda na memória de todos. E a lei psicológica, com a teoria do entesouramento nela baseada, constitui simples generalização daquela experiência*. (* A adaptação do argumento acima juntamente com certos fatores que

prevaleceram no tempo da guerra explicarão, segundo esperamos, a acumulação de meios líquidos durante o conflito sem ser necessário invocar um desejo insaciável de entesouramento por parte da natureza humana.)

O entesouramento na depressão, por conseguinte, não constitui uma exceção autêntica à nossa afirmação geral, isto é, que a decisão de economizar depende de uma pressuposta decisão de investir, embora a recíproca não seja verdadeira, pois é evidentemente possível financiar um investimento com um empréstimo bancário, caso em que não se justifica absolutamente falar em economia de pessoa isolada. *(* A nossa proposição, todavia, não é tão simples como pode parecer aos leitores não-familiarizados com a discussão que se vem travando desde a publicação de *General Theory* (1936), de Lord KEYNES. Parece, pelo contrário, repetir um velho teorema da teoria clássica (TURGOT, A. SMITH, J. S. MILL) e que não pode ser sustentado pelo tipo de raciocínio que satisfaz aos clássicos. Um longo e cansativo argumento seria necessário para prová-lo em toda a sua extensão, um argumento que nos sentimos desanimados de elaborar porque produz apenas uns poucos resultados, se bem que interessantes, e, à parte isso, simplesmente destrói o que foi construído tão laboriosamente na década de 1930. A falta de espaço, no entanto, impede-nos de explorar o assunto. Mas um ponto deve ser mencionado para evitar um mal-entendido que seria tão lamentável como natural. Embora a nossa proposição mostre que a tese da estagnação não pode ser baseada sobre a poupança, e que essa condição pode ser expressada pela afirmação de que, neste sentido, não há problema de poupança, não quer dizer, em outro sentido que não há outros problemas. E os há realmente, a maioria deles se centralizando em torno do caso em que a poupança individual, através da compra de apólices, é aplicada no resgate de débitos bancários incorridos pelas firmas, no curso da ampliação de suas fábricas e equipamentos. Mas isso é outro assunto.)* Existem exceções autênticas, além das aparentes. Mas (477) nenhuma delas é importante. Os exemplos das exceções autênticas são a acumulação com a intenção de amontoar um tesouro, que todo mundo sabe que foi o realizado extensamente na Índia, China e Egito. E, nos tempos atuais, a poupança forma um hábito que muitas vezes sobrevive, como qualquer outro hábito, a seus motivos racionais*. *(* Pode parecer que os hábitos de poupança profundamente enraizados no esquema de vida burguês, especialmente na sua variante puritana, não careçam de importância. Mas o desaparecimento das oportunidades de investimentos, que tornariam esses hábitos irracionais, seria, na ausência de fatores externos, um processo lento, durante o qual a adaptação poderia e teria tempo de se firmar. Os economistas de Washington que afirmam, apesar disso, que a persistência dos hábitos de poupança que se tornaram irracionais constitui um fator importante na situação econômica vêem-se diante de uma alternativa pouco invejável: ou terão de admitir que a situação reinante na década de 1930 era de entesouramento na depressão — o que significa a rejeição da tese da estagnação — ou que a capacidade de atração dos investimentos foi reduzida com relativa rapidez por um fator externo, que não podia ser outro senão a política que eles mesmos esposavam. Se adotam a última opinião, não nos cabe objetar.)* Exemplos de exceções aparentes, semelhantes ao nosso caso de entesouramento na depressão, constituem acumulações com o fim de financiar peças caras de investimento, caso possível, mas, evidentemente, sem importância. Ou a economia feita pelo indivíduo a fim de preparar-se para as contingências da vida, velhice, e assim por diante, e que seria levada a efeito mesmo que não houvesse oportunidade de adquirir qualquer retribuição, além do sentimento de segurança*. *(* A falta de importância dessa possibilidade baseia-se sobretudo em dois fatos: em primeiro lugar, essas acumulações se esgotam normalmente (embora com uma renda nacional variável e a distribuição de idade da população, os aumentos e diminuições não se equilibrem, de maneira geral) e, em segundo, enquanto houver poupança, isto é, motivada por rendas monetárias, a inclusão na oferta total de um elemento que não seja*

motivado da mesma maneira não prova qualquer tendência para o excesso de poupança. Essa possibilidade não precisa ser justificada. Mas, na verdade, pode ser reforçada, ao se observar que, nas condições modernas, os seguros de vida reduzem de maneira pronunciada a necessidade de economizar para o futuro: outrora, o pé-de-meia para a velhice, esposa e filhos significava normalmente a acumulação de uma fortuna (ainda que, evidentemente, não deixasse de haver investimentos); nos dias de hoje, o pé-de-meia é afetado pela abstenção do consumo, em volume idêntico ao necessário para pagar o prêmio do seguro. O aumento dos seguros de vida nos últimos vinte anos, por conseguinte, indica exatamente o oposto daquilo que nos diz a teoria estagnacionista.) (478)

Conseqüentemente, se os cuidados dos estagnacionistas fossem os únicos a nos preocupar, não deveríamos ter receio a respeito da possibilidade de alcançar o produto nacional bruto de 200 bilhões. E se 20 bilhões fossem mais do que poderia ser novamente investido, numa margem de retribuição satisfatória para o economizador marginal, o indivíduo teria ainda mais motivo para consumir o excesso. Não nos devemos preocupar nem com a maneira de fazê-los *gastar totalmente a renda* nem com as oportunidades de investimento para particulares e sociedades anônimas. Em particular, não há motivo para forçar os investimentos no estrangeiro, cuja defesa nas presentes condições nada mais é que uma tentativa para tornar digerível ao país, o que, realmente, equivale a impor-lhe reparações de guerra*. (** Longe de nós dizer ou insinuar que, por motivos políticos ou morais, não se podem defender grandes sacrifícios por parte do povo americano. Mas a defesa deve ser baseada em razões políticas e murais e não na negação da realidade desses sacrifícios, fundamentados em princípios econômicos duvidosos. A sugestão de que parte da poupança excessiva poderia ser utilmente desviada para canais onde não há evidentemente esperança de amortização, e ainda menos de lucros, é de fato mais insidiosa, porque a classe que talvez viesse a ser chamada a se opor a essa política a receberia com satisfação, pois, em um sistema de garantias fornecidas pelo governo, o homem de negócios individual arrisca pouco ou quase nada. E também atribui pouca ou nenhuma importância ao prejuízo nacional, especialmente se é informado que este prejuízo, devido ao emprego de mão-de-obra que provoca, constitui, na realidade, um benefício para a nação.*)

Por outro lado, concordamos com os que advogam as despesas públicas em *déficit* no sentido seguinte: em todas as hipóteses em que houver perigo, devido a causas inerentes ao mecanismo dos ciclos econômicos ou a quaisquer outras, de um *processo cumulativo para a baixa*, isto é, no qual surge o perigo de que a restrição à produção imposta por A leve B a restringir, e assim por diante, através de toda a economia, na qual baixam os preços e em que o desemprego nutre-se de si mesmo, as despesas públicas em *déficit* interromperão esse *circulo vicioso*. Conseqüentemente, se resolvemos negligenciar todas as outras considerações, essa pode ser considerada remédio conveniente*. (** Foi justamente por isso que o projeto de lei Murray, na sua forma original (não apenas na forma em que foi baixado), era irrecusável do ponto-de-vista das considerações puramente econômicas. A condenação frontal das despesas governamentais produtoras de renda em todas as circunstâncias é compreensível e pode ser justificável para as pessoas que pensam que, uma vez admitido o uso desse instrumento, a porta ficará aberta a todos os tipos de*

irresponsabilidades legislativas ir administrativas. Mas não pode ser defendida por motivos puramente econômicos.) A verdadeira objeção não é contra as despesas governamentais que produzem rendas em casos de emergência, uma vez que estes surjam, mas contra a política de criar emergências nas quais são necessárias essas despesas.

6. Infelizmente, no entanto, se se tratasse de uma questão de predizer o que acontecerá realmente, o nosso resultado não seria tão diferente daquele dos estagnacionistas, como o leitor pode esperar. Embora nada haja a temer da tendência da pessoa para economizar, há muito a recear de outros fatores. A inquietação trabalhista, a regulamentação dos preços, a administração vexatória e a taxação irracional são suficientes para produzir sobre a renda e o emprego resultados que parecerão exatamente iguais aos que se podem esperar da teoria estagnacionista e pode realmente produzir situações na qual tornam-se necessárias as despesas públicas em *déficit*. Podemos até mesmo deparar com uma situação que parecerá particularmente supereconomia, isto é, condições em que o indivíduo hesitará em cumprir sua decisão de investir. Estamos discutindo uma possibilidade. Verificamos que não há causas inerentes ao processo comercial que a impeça de converter-se em realidade. Vimos também que há causas estranhas ao processo comercial que podem atuar no mesmo sentido. Além disso, não pretendemos saber qual será o resultado possível. Qualquer que seja, sem dúvida será um fator dominante na situação social, não apenas nos Estados Unidos, mas também no mundo. Mas apenas no próximo meio século, mais ou menos. O diagnóstico a longo prazo, elaborado neste livro, não será afetado.

III. O IMPERIALISMO RUSSO E O COMUNISMO

Um outro fator importante para o nosso diagnóstico é a vitória russa sobre seus aliados. Ao contrário das perspectivas econômicas dos Estados Unidos, essa vitória não é apenas uma possibilidade, mas, no momento, um fato autêntico. Partindo de uma posição que não era demasiadamente forte — uma posição na qual, de acordo com todas as regras comuns do jogo político, poderia ser levada a aceitar o que quer que seus aliados julgassem conveniente impor e assumir um papel secundário na nova ordem internacional — a Rússia elevou-se **(480)** a uma posição de poder muito superior a qualquer outra por ela mantida no tempo dos czares, a despeito de tudo que a Inglaterra e Estados Unidos podem ter pensado ou desejado fazer. E — o que constitui a realização suprema! — pelo uso de métodos peculiares ao seu sistema de

governo conseguiu estender seu poder real além de suas conquistas oficiais e, ao mesmo tempo, fazer com que elas pareçam menores do que são, de maneira que as concessões falsas que, forçadamente, satisfazem a escapistas e apaziguadores jamais envolvem qualquer sacrifício real, se é que não são, como parecem, vantagens reais*. (** A concessão de falsa independência a países que vivem sob total controle — por exemplo, como no caso da Polônia — que persistimos em considerar nações independentes, aumenta o número de votos à disposição da Rússia nas assembleias internacionais e também os empréstimos e subvenções que o governo soviético pode receber. A Rússia seria mais fraca se tivesse anexado abertamente à Polônia.*) Se o leitor recorda os objetivos que inspiraram a política do governo dos Estados Unidos desde 1939 — democracia, isenção do medo e das necessidades, pequenas nações, etc. — compreenderá que o que ocorreu equivale a uma derrota não menos completa do que poderia ter sido esperado de uma vitória militar da Rússia sobre seus dois principais aliados.

Em primeiro lugar, esse resultado merece uma explicação. Receamos que o analista da História que nada reconhece, mas apenas os fatores impessoais — e mais, talvez, um pouco de sorte — não se sairá bem nessa tarefa. Os fatores impessoais e objetivos estavam todos contra a Rússia. Até mesmo o seu grande exército não era simplesmente produto de uma população numerosa e de rica economia, mas trabalho de um homem que foi suficientemente forte para manter toda a população em sujeição abjeta e pobreza e desviar todas as forças de um aparelho industrial subdesenvolvido e deficiente para fins bélicos. Mas isso não teria sido suficiente. Os que não entendem jamais como a sorte e o gênio se misturam falarão, sem dúvida, das oportunidades felizes na longa série de fatos que culminaram nesse êxito estupendo. Mas essa série de fatos contém numerosas situações desesperadas, nas quais o regime bolchevista teve todas as possibilidades de perecer. O gênio político consiste precisamente na habilidade de explorar possibilidades favoráveis e neutralizar as inconvenientes tão completamente que, consumado isto, o observador superficial nada mais vê senão as primeiras. Observamos, desde o primeiro golpe de mestre — o *entendimento* com a Alemanha — a mão de um mestre. *É* verdade que STALIN jamais encontrou um homem de habilidade semelhante. Mas isso apenas reforça a defesa de uma filosofia da história que deixa suficiente espaço para a **(481)** qualidade de uma figura eminente e para as qualidades de um líder. A única concessão que a análise realista pode fazer à *teoria impessoal* é a seguinte: um autocrata, em matéria de política exterior, está ao abrigo de todas as considerações que distraem a atenção de um líder democrático*. (** Os leitores observarão que, nesse ponto, estamos afluando uma antiga controvérsia entre os sociólogos da História e também entre os historiadores. Torna-se necessário, por conseguinte, ressaltar que não estamos pregando a adoração de heróis ou adotando o slogan que diz que a história é feita por homens isolados. A metodologia implícita no argumento acima não significa mais do que o*

seguinte: ao explicar o curso histórico dos fatos, fazemos uso de grande quantidade de dados, entre os quais clima, fertilidade do solo, área de países, etc. mas também as qualidades, invariáveis a curto prazo, das populações. E uma vez que a qualidade da população não determina inequivocamente a qualidade dos políticos e estes, por seu lado, tampouco determinam inequivocamente a qualidade da liderança, as duas podem ser mencionadas separadamente. Ou, em outras palavras: em certas situações, o cérebro e os nervos do homem ao leme podem ser fatos tão objetivos como o conteúdo de ferro no minério do país e a existência ou falta de molibdeno ou vanádio.)

Mas, em segundo lugar, embora possamos entender, estudando os fenômenos em detalhes, como surgiu essa situação incrível, isto não nos leva a entender como é que o mundo tolera o que se desenrola diante dos olhos de todos nós. O problema se reduz à atitude dos Estados Unidos. Pois os países da Europa continental, exaustos, famintos e expostos à retaliação russa, certamente não podem ser levados em conta para qualquer resistência séria. O único país continental realmente independente da Rússia é a Espanha, um fato que a política russa em relação aos espanhóis fez-nos recentemente compreender. A França, que podia ser quase igualmente independente, possui o maior contingente russo de todos, sob a forma de seu Partido Comunista*. (** Esse fato é extremamente interessante. Provavelmente alguns americanos esperaram que o povo francês agradecesse a libertação em transportes de alegria e gratidão e que imediatamente se dedicasse ao trabalho de reconstruir a França democrática. Na verdade, surgiu o que LÉON BLUM descreveu eufemisticamente como convalescença fatiguée, ou, em outras palavras, uma relutância geral para adotar novamente o método democrático. Existem na França três partidos com mais ou menos o mesmo eleitorado e igualmente incapazes de produzir um eficiente governo democrático: o M. R. P. (Mouvement Républicain Populaire, partido católico e degaullista), os socialistas e os comunistas. No nosso caso, apenas três pontos revestem-se de importância: em primeiro lugar, a ausência praticamente total de grupos liberais; em segundo, a inexistência de qualquer grupo com o qual os políticos americanos poderiam cooperar sem reservas, e, em terceiro, o mais importante, o poderio dos comunistas. Reconhecidamente, esse poderio não pode ser explicado pela conversão aos princípios comunistas por número tão elevado de franceses. A maioria deles não pode ser absolutamente comunista no sentido doutrinário. Os que não o são, podem ser descritos como comunistas ad hoc, isto é, comunistas em virtude da impressão que têm da situação nacional. Com isso queremos dizer que eles são simplesmente pró-russos. Consideram a Rússia o grande fato do dia, o poder que (à parte os dólares empregados na reconstrução da Europa) realmente tem importância, o poder com o qual faut s'accrocher, e ao lado do qual, para renascer, a França deve-se localizar, contra a Inglaterra e Estados Unidos, em qualquer guerra futura, que, precisamente por isto, deve ser transformada em algo parecido com uma revolução mundial. Que fascinante conjunto de problemas se descobre nesse ponto! Mas, o nosso pesar devido à impossibilidade de estudá-los é, de certa maneira, abrandado pela certeza de que os leitores se recusariam a seguir o argumento.)* Quanto à Inglaterra, há suficientes sintomas para indicar **(482)** que, se ela pudesse ter agido como pretendia, os fatos seriam muito diferentes desde 1941 e que toda a Grã-Bretanha que conta politicamente considera a atual situação com desgosto e apreensões. Se, apesar disso, ela não assumir uma linha dura, isto se deverá apenas ao fato de que, nesta hipótese, estaria enfrentando um terrível perigo, o risco de lutar sozinha contra a Rússia. Pois, embora seja provável que os Estados Unidos corram em seu auxílio, *não se trata de uma certeza. Por quê?*

Para um observador de outro planeta, nada pode parecer mais óbvio que, do ponto-de-vista de todas as considerações de honra e interesse, os Estados Unidos não podem tolerar uma situação na qual grande parte da humanidade é privada do que consideramos direitos humanos elementares, na qual há mais crueldade e desordem do que a guerra se propôs a combater, na qual um tremendo poder e prestígio está concentrado nas mãos de um governo que corporifica a negação dos princípios que significam algo para a grande maioria do povo dos Estados Unidos. Realmente, não teria valido a pena esse povo fazer sacrifícios e participar de uma guerra em que horrores sem conta foram infligidos a milhões de mulheres e crianças inocentes, se o principal resultado fosse dar mão livre ao mais poderoso dos ditadores. Certamente temos aqui um caso em que o trabalho feito pela metade é pior do que nada. Além disso, a outra hipótese não apenas teria sido possível, mas relativamente fácil, pois, após a rendição do Japão às forças e à técnica dos Estados Unidos, para não falar do seu poder econômico para dar ou negar, conferia-lhe uma superioridade indisputável.

Mas, se esse observador argumentasse dessa maneira, teríamos de replicar que ele não entende a sociologia política. Na Rússia stalinista, a política estrangeira é política estrangeira como no tempo dos czares. Nos Estados Unidos, política estrangeira é política interna. Há realmente uma tendência que se baseia nos conselhos de (483) Washington. Mas a política é essencialmente isolacionista, e há não uma tradição nem órgão capacitado para jogar o jogo complexo da política estrangeira. Quando violentamente agitado pela propaganda, o país pode escolher ou aceitar um papel ativo de interferência no ultramar. Mas logo se cansa e, cansado como está agora — cansado dos horrores da guerra moderna, dos sacrifícios, dos impostos, do serviço militar, das regulamentações burocráticas, dos *slogans* de guerra e ideais de governo mundial — está ansioso para voltar ao sistema habitual de vida. O lançamento do país em outros sacrifícios - na ausência de qualquer perigo de ataque imediato - seria má tática política para qualquer partido ou grupo de pressão. Mas nenhum desejo desse tipo parece ser sentido por qualquer partido ou grupo. Os que vivem sob o império de um ódio total contra a Alemanha ou os regimes nacional-socialistas estão contentes. Com os mesmos argumentos que costumavam estigmatizar os escapistas, eles apóiam hoje uma atitude em relação à Rússia com a qual costumavam estigmatizar o apaziguamento no caso da Alemanha hitlerista. E se seguimos a lista de interesses que formam o quadro da política americana, descobrimos que todos concordam, embora por motivos diferentes, com a política de apaziguamento. Os agricultores

não se preocupam muito. O trabalho organizado pode ser ou não fortemente influenciado por uma ala realmente pró-russa e pode acontecer que os sindicatos, ou alguns deles, obstruam qualquer guerra contra a Rússia. Não precisamos estudar essa questão em profundidade - usualmente tratada com negativas ou afirmações precipitadas - pois o que importa na situação, como ela se apresenta para o político, é o fato de que ninguém duvida, isto é, que o trabalho, que não era pela guerra em 1940, está hoje declaradamente contra a guerra. A mais interessante das observações no particular, no entanto, é que a mesma coisa acontece com o mundo dos negócios e que sua atitude, embora naturalmente não pró-russa em sentimentos e intenção, na realidade é pró-russa em efeito. Os intelectuais radicais adoram atribuir à burguesia a intenção de se lançar contra a República Soviética. Eles certamente despreveriam uma guerra contra a Rússia como um ataque lançado pelos grandes negócios contra o socialismo. Nada poderia ser mais irreal. A classe comercial está também cansada de lemas guerreiros, dos impostos e dos regulamentos. A guerra contra a Rússia represaria uma caudal que no momento corre em favor dos negócios e significaria ainda mais taxaço e mais regulamentos. Colocaria o trabalho em posição ainda mais forte. E, além disso, não apenas perturbaria os negócios no país, mas interromperia muitos bons negócios. A Rússia soviética tornou-se uma grande freguesa. Jamais deixou de pagar suas contas, e muitas convicções (484) burguesas anti-socialistas estão sendo solapadas por esse fato. Pois, é essa a maneira em que trabalha a mente burguesa, e trabalhará sempre, mesmo quando confrontada com o laço do carrasco. Mas não há dificuldade em racionalizar uma situação desagradável. Que é que tem que a Rússia ocupe mais um ou outro país? Deixem-na bem abastecida de tudo que ela necessita e ela deixará de fazer carrancas. Depois de vinte anos, os russos serão tão democráticos como nós, e pensarão da mesma maneira. Além disso, por essas alturas STALIN estará morto.

Ainda uma vez mais: o objetivo deste livro não é guiar os leitores para conclusões práticas e definidas, mas apresentar-lhes análises que podem ser úteis nas suas próprias conclusões. Além do mais, em assuntos sujeitos à influência do fator sorte e da intrusão de novos e inesperados fatores, a predição não pode ser mais do que profecia e, daí, destituída de valor científico. Confiando que tudo isso esteja bem entendido, adotaremos, apesar disso, para resumir essa parte do nosso argumento, o que parece uma inferência razoável, mas para nenhum outro objetivo que *pour fixer les idées*. Ou, em outras palavras, vamos fazer exatamente o que temos feito no decorrer de todo este livro no estudo do socialismo em geral: iremos extrapolar tendências observáveis. (485)

Os fatos que examinamos rapidamente sugerem que, a menos que STALIN cometa o primeiro engano de sua vida, não haverá guerra nos próximos anos e a Rússia será deixada em paz para explorar seus recursos, reconstruir a economia, construir a maior máquina de guerra que, absoluta e relativamente, o mundo viu até hoje. A ressalva que restringe, mas não aniquila, em nossa opinião, o valor prático da inferência significa o seguinte: um ato de agressão *espetacular* — tão espetacular que até mesmo os simpatizantes terão dificuldades em justificá-lo como medida de *defesa* — pode precipitar a guerra a qualquer momento. Mas, contra essa possibilidade deve ser colocado o fato de que, em primeiro lugar, nada na política estrangeira do regime stalinista é mais notável do que sua cautelosa paciência; em segundo, que o regime tem tudo a ganhar com uma política de paciência e, em terceiro, que, ao atuar do pináculo do êxito imperialista, pode ser paciente a ceder as suas defesas avançadas toda vez que houver sinal de perigo real, ou quando enfrenta um *tom mais firme*, como aconteceu ultimamente. A perspectiva, no entanto, se modificará materialmente depois de um período de reconstrução de, digamos, dez anos. A máquina de guerra estará em condições de ser usada e se tornará cada vez mais difícil não usá-la. Além disso, a menos que a Inglaterra abrace o bolchevismo e, *além disso*, renuncie à sua posição tradicional, a simples existência dessa ilha independente pode ser tão insuportável à autocracia russa como foi para a autocracia napoleônica, e *vice versa*. A percepção desse fato é, naturalmente, a essência da advertência de CHURCHILL e os motivos racionais da corrida armamentista que já começou.

Mas, para apreciar tudo isso, deve-se levar em conta outra coisa. Na paz e numa futura guerra, e ainda mais nessas situações intermediárias que não são de guerra, mas dominadas pela ameaça do conflito, os grupos e partidos comunistas em todo o mundo serão naturalmente da máxima importância para a política estrangeira russa. Em conseqüência, nada há de surpreendente no fato de que o stalinismo oficial recentemente tenha voltado ao costume de anunciar a próxima luta entre o capitalismo e o socialismo — a iminente revolução mundial — e a impossibilidade de uma paz permanente, enquanto o capitalismo existir, etc. É necessário compreender que esses *slogans*, úteis e necessários como sejam do ponto-de-vista russo, disfarçam o fato real, que é o imperialismo russo,³⁶ e que, à parte o que interessa à quinta-coluna, nada tem a ver com o socialismo. O problema com a Rússia não é que ela seja socialista, mas que seja russa. Na verdade, o regime stalinista é essencialmente uma autocracia militarista que, devido ao fato de dominar, através de um único e rigorosamente disciplinado partido, e não admitir a liberdade de imprensa, partilha de uma das características típicas do fascismo e explora

as massas no sentido marxista. (487)

Podemos entender e simpatizar com o intelectual americano que chama a tudo isso de *socialismo democrático* — pelo menos em perspectiva — embora possamos ressentir o insulto à nossa inteligência que está implícito na sua intenção de ser acreditado. Mas a tendência visível desse regime de estender seu domínio sobre toda a Europa e Ásia não pode evidentemente ser comparada à tendência do socialismo para se propagar. Nem mesmo se segue que a expansão do domínio russo contribua para a causa do socialismo em qualquer dos sentidos mais comuns da palavra. Contribua ou não, no entanto, dependerá inteiramente dos interesses reais e putativos da autocracia russa (veja a última seção do capítulo anterior). Essa eventualidade pode ser ilustrada pelo caso análogo da política religiosa do stalinismo: enquanto serviu ao autocrata a religião foi o ópio do povo; logo que percebeu que a Igreja Ortodoxa pode ser instrumento mais útil da política estrangeira em algumas partes do mundo que o comunismo ou a Federação Mundial dos Sindicatos (1945), a Rússia declarou-se nação *amante de Cristo* e, em lugar do *procurador-chefe do Santo Sínodo*, criou com um novo patriarca — que se mostrou imediatamente um interessado turista em países do Oriente — o presidente comunista do *Conselho dos Assuntos da Igreja Ortodoxa*. É verdade que há fortes motivos para se esperar a nacionalização da indústria em todos os países nos quais a Rússia está livre para agir sem se sentir prejudicada por considerações táticas de política estrangeira: uma indústria nacionalizada é mais fácil de administrar e explorar e não pode tornar-se fonte de oposição. Mas não há qualquer outra razão. E é impossível dizer se esse motivo prevalecerá sobre outros possíveis. É mesmo concebível que o maior progresso do poder russo possa ser realmente um impedimento para o progresso daquilo que a maioria pensa e sente quando pronuncia a palavra *socialismo*.

Confundir o caso socialista com o caso russo — a menos que seja um truque perpetrado a serviço da Rússia — é, por conseguinte, entender mal a situação social do mundo. O problema russo interessa (488) ao problema socialista de apenas duas maneiras. Em primeiro lugar, em virtude da lógica de sua situação, a existência de grupos comunistas e alas pró-comunistas em grupos não-comunistas tenderá a tornar extremista a política trabalhista. Mas isso nem sempre acontece. Os comunistas franceses, por exemplo, votaram contra duas importantes medidas de socialização. Mas, de maneira geral, e se não por outro motivo que desorganizar os países socialistas, essa lógica da situação poderá firmar-se. Em segundo,

em caso de guerra, teremos as conseqüências sociais e políticas de qualquer guerra nas condições modernas: o fato de que seja uma guerra entre um país supostamente socialista e um supostamente capitalista não fará muita diferença.

APÊNDICE

A MARCHA PARA O SOCIALISMO *

(JOSEPH SCHUMPETER pronunciou sua conferência, "A Marcha para o Socialismo", perante a Associação Econômica Americana, em New York, no dia 30 de dezembro de 1949. Falou baseado em notas e não em manuscrito acabado. Coligia essas notas e retocava a conferência para os anais quando faleceu. Ele esperava completá-la no dia seguinte (8 de janeiro de 1950), antes de partir para Chicago, onde pronunciaria uma conferência patrocinada pela Walgreen Foundation. O trabalho acima é o primeiro esboço, embora cuidadosamente redigido do seu próprio punho, como-aliás todos os seus escritos. Não teve ele oportunidade de fazer correções ou escrever os parágrafos finais. As correções, que consistem principalmente de questões de pontuação ou inclusão de uma ou outra palavra, foram reduzidas ao mínimo. Os breves parágrafos finais foram acrescentados por sua esposa, que se baseou em notas ou nas suas recordações.)*

No intuito de reduzir o perigo de mal-entendidos sempre presentes na discussão de tópicos como os que serão tratados hoje, desejamos antes de mais nada esclarecer alguns pontos preliminares antes de abordar o tema desta palestra, *que é a importância, para o futuro econômico do país, do atual estado de pressão inflacionária.*

1. Definiremos, para os objetivos desta palestra, o socialismo centralista como a organização da sociedade em que os meios de produção são controlados pelo governo e decidido pela autoridade pública o que produzir e como distribuir, e não por firmas possuídas ou administradas por particulares. Chamamos de *Marcha para o Socialismo*, por conseguinte, a emigração dos assuntos econômicos da esfera privada para a esfera pública. Observe-se que, embora socialistas e anti-socialistas tenham, naturalmente, idéias próprias sobre o assunto, é quase impossível imaginar uma sociedade desse tipo sem uma vasta máquina burocrática administrando os processos (490) produtivo e distributivo, a qual será, por seu lado, talvez controlada por órgãos democráticos como os que hoje conhecemos — um parlamento ou congresso e um conjunto de funcionários públicos, escolhidos pelo voto. Conseqüentemente, podemos equiparar a marcha para o socialismo ao domínio do comércio e indústria privados pelo Estado. O aparente paradoxo de ser esse processo descrito pela doutrina socialista clássica como o *definhamento do Estado*, resolve-se facilmente se levamos em conta a teoria marxista de governo. Registre-se ainda que o socialismo não exclui a tomada descentralizada de decisões no plano administrativo, da mesma maneira que o alto comando de um exército não nega a

iniciativa aos comandantes de pequenas unidades. Note-se, finalmente, que o socialismo no sentido em que o entendemos não exclui necessariamente (isto é, por necessidade lógica) o uso de mecanismos competitivos, de que constitui bom exemplo o modelo Lange-Lerner. A liberdade de escolha dos consumidores e a liberdade de emprego podem, mas não necessariamente, ser restringidas nas sociedades socialistas.

2. Não somos favoráveis ao socialismo nem temos intenção de discutir-lhe a desejabilidade ou indesejabilidade, tenham essas palavras a significação que lhes queiram dar. Muito mais importante, no entanto, é tornar claro que não somos nem seu profeta nem seu arauto. A predição constitui profecia extra científica que tenta mais -do que simplesmente diagnosticar tendências observáveis e determinar quais seriam seus resultados se essas tendências se firmassem de acordo com sua lógica inerente. Em si mesmo, isso não importa em prognóstico ou predição, porque fatores estranhos à classe escolhida de observações podem interferir e impedir-lhe a concretização, porque, dada a existência de fenômenos tão remotos, como são os fenômenos sociais, da confortável situação em que se encontram os felizes astrônomos, as tendências observáveis, mesmo que se lhes permita evoluir até o fim, podem ser coerentes com mais de um resultado e, finalmente, porque as tendências, lutando contra resistências, podem deixar de evoluir inteiramente e eventualmente *fixar-se* em algum obstáculo no meio do caminho. Deixem-nos dar um exemplo detalhado dessa hipótese.

Em primeiro lugar, nenhum observador competente (e, naturalmente, imparcial) da Rússia na era de STOLYPIN poderia ter diagnosticado qualquer tendência para algo parecido com o sistema de LENINE ou, na verdade, outra coisa que não uma evolução econômica rápida e uma lenta adaptação das instituições ao resultado da evolução. A guerra e seus conseqüentes colapsos militar e administrativo foram os fatores que produziram o surgimento do regime bolchevista. **(491)** Nenhuma medida de determinismo anticientífico pode prevalecer contra esse fato. Em segundo, por questão de brevidade, falaremos do socialismo centralista apenas porque esse sistema ocupa lugar de honra em nossa dissertação. Não se devem, no entanto, negligenciar as outras possibilidades. Fatos bem conhecidos dos nossos costumes sindicais sugerem que uma evolução para algum tipo de socialismo corporativista não é totalmente impossível. Outros fatos familiares indicam também que as tendências observáveis, ou algumas delas, podem ser compatíveis com formas de reorganização social, que não são absolutamente socialistas, pelo

menos não no sentido adotado neste trabalho. A reorganização da sociedade, por exemplo, ao longo das linhas da encíclica *Quadragesimo Anno*, embora presumivelmente possível apenas em sociedades católicas ou em sociedades em que a posição da Igreja Católica é suficientemente forte, constitui sem dúvida uma alternativa para o socialismo, evitando, ao mesmo tempo, o *Estado onipotente*. Em terceiro, a maioria das tendências observáveis de qualquer tipo jamais chega a se concretizar totalmente. Por isso mesmo, um regime socialista nos Estados Unidos teria de ser realmente audacioso para tocar na questão da independência subvencionada dos agricultores. Até mesmo o *pequeno homem de negócios* poderia ser capaz de resistir à burocracia, ficando uma larga margem coberta indefinidamente por acordos conciliatórios.

Mas ainda há algo mais importante. À medida que a atividade econômica emigra da esfera privada para a pública, em todo ou em parte, sacia-se uma série de desejos que facilitam essa emigração, perdendo a tendência o seu ímpeto inicial. Alguns economistas acrescentarão que qualquer evolução gradual para uma economia centralmente planejada oferece oportunidade para o aparecimento de fenômenos indesejáveis, que podem agir como freios. Por falta de tempo não poderemos explicar as razões por que não atribuímos grande importância a qualquer dessas duas possibilidades e porque, em particular, os resultados considerados desfavoráveis por grupos suficientemente importantes tenderão mais provavelmente a exercer uma influência propulsora do que limitadora, ou melhor, que o remédio para a socialização mal sucedida será sugerido por si mesmo, isto é, não menos, porém mais socialização. Mas para nosso objetivo é essencial notar que a maioria dos argumentos concebidos de maneira a apresentar conclusões favoráveis à sobrevivência da economia privada não negam realmente a existência de uma tendência para o socialismo, no sentido por nós definido, mas apenas a possibilidade de sua concretização. Uma vez que ninguém pode pôr em dúvida a tendência, há o perigo de que a controvérsia se transforme numa (492) batalha de palavras, especialmente nos Estados Unidos, onde simples palavras valem tanto, onde a palavra *socialismo* não é popular, exceto" entre algumas minorias relativamente sem importância, e onde muitas pessoas que admiram o sistema sentem aversão pela palavra e prefeririam substituí-la por outra — *liberalismo*, por exemplo*. (* *Isto, evidentemente, se aplica ainda mais à palavra "comunismo", a qual, excluído o caso russo, deve ser usada como sinônimo de "socialismo"*).

Daí parecer indicada uma curta tentativa de classificação.

3. As razões que justificam a opinião de que a ordem socialista tende a destruir-se a si própria e que o socialismo centralista é (com as limitações mencionadas acima) o seu herdeiro legítimo, foram explicadas em outra parte do livro. Em abreviado e superficialmente, essas razões podem ser resumidas em quatro pontos. Em primeiro-lugar, o próprio sucesso da classe comercial no desenvolvimento da capacidade produtiva do país e o fato de que esse sucesso criou um novo padrão-de-vida para todas as classes paradoxalmente solapou a posição política e social da classe comercial, cuja função econômica, embora não obsoleta, tende a tornar-se obsoleta e vulnerável à burocratização. Em segundo, a atividade capitalista, sendo essencialmente *racional*, tende a propagar hábitos mentais e a destruir a lealdade e os hábitos de subordinação, que são, apesar de tudo, essenciais para o funcionamento eficiente da liderança institucionalizada da máquina produtiva: não poderá existir um sistema social baseado exclusivamente em uma rede de contatos livres entre partes-contratantes iguais (legalmente) e na qual não se espera de pessoa alguma que siga outra orientação senão a ditada pelas suas necessidades. (a curto prazo) utilitárias. Em terceiro, a concentração da classe comercial nos trabalhos da fábrica e do escritório favoreceu a criação de um sistema político e de uma classe intelectual, cujos interesses e estrutura desenvolveram uma atitude de independência e, finalmente, de hostilidade aos interesses dos grandes negócios. Esses últimos se tornam cada vez mais incapazes de se defenderem contra ataques, que são, a curto prazo, altamente lucrativos para outras classes. Em quarto, como conseqüência de tudo isso, o esquema de valores da sociedade capitalista, embora conseqüência e resultado do seu sucesso-econômico, está perdendo o domínio não apenas sobre o espírito da povo, mas também sobre a própria camada capitalista. Um certo espaço de tempo, embora mais longo do que dispomos, seria necessário para mostrar de que maneira a compulsão moderna pela segurança, igualdade e regulamentação (engenharia econômica) poderia ser explicada por esses fatores. **(493)**

A melhor maneira de nos convencer da extensão em que já caminhou esse processo de desintegração da sociedade capitalista é observar até que ponto suas implicações já são aceitas como coisa natural, tanto pela classe comercial como por grande número de economistas que se consideram inimigos fiados do socialismo e têm o hábito de negar a existência de qualquer tendência em sua direção. Para falar apenas dos últimos, eles aceitam não apenas sem protestos, mas até com aprovação: (1) as várias políticas de estabilização adotadas para impedir as recessões ou, pelo menos, as depressões, isto é, grande medida de administração pública da situação comercial, se não do próprio princípio do pleno-emprego; (2) a *desejabilidade* de

maior igualdade das rendas, raramente definida como até que ponto abaixo da igualdade absoluta e, em conexão com isto, o princípio da taxaçaõ redistributiva; (3) um rico sortimento de medidas regulamentadoras, muitas vezes racionalizadas e transformadas em *slogans* antitrustes, no que tange aos preços; (4) controle público, embora dentro de larga margem de variaçaõ, dos mercados do trabalho e do dinheiro; (5) extensãõ indefinida da esfera das necessidades, que deverão, agora ou eventualmente, ser satisfeitas pela iniciativa oficial, :seja gratuitamente, seja mediante módica retribuiçaõ; e, finalmente, (6) todos os tipos de previdência social.

Penso que existe uma montanha na Suíça onde se realizaram congressos de economia, nos quais todos ou quase todos esses pontos foram expressamente reprovados. Esses anátemas, no entanto, nem sequer provocaram reaçãõ.

Constituiria má interpretação total do nosso argumento se os ouvintes pensassem que "reprovamos" ou desejamos criticar essas políticas. Tampouco somos daqueles que dão a todas ou algumas dessas políticas o nome de *socialistas*. Algumas foram esposadas, já no século XVIII, por governantes conservadores e mesmo autocráticos; outras figuraram nos programas de partidos conservadores e foram defendidas muito antes dos dias do *New Deal*. Desejamos apenas sublinhar o fato de que nos afastamos muito dos princípios do capitalismo do *laissez-faire* e também que é possível desenvolver e regulamentar de tal modo as instituições do capitalismo que a operação da empresa privada difira muito pouco de um planejamento autenticamente socialista. Os economistas a que nos referimos sem dúvida destacam as diferenças que eles julgam de persistência provável. Mas nem todos concordarão sobre a localização exata do ponto equidistante móvel, embora compreendam o que MARX não chegou a entender: que, por um lado, as enormes possibilidades produtivas da máquina capitalista prometem padrões-de-vida infinitamente (494) mais altos para as massas, suplementados por serviços gratuitos *sem a completa expropriaçaõ dos expropriadores*, e, por outro, o limite em que os interesses capitalistas podem ser realmente expropriados sem provocar a paralisaçaõ da máquina produtiva e até que ponto essa máquina pode ser levada a trabalhar no interesse do trabalho. Tendo descoberto a possibilidade de um *capitalismo trabalhista*, eles concluem que *este* capitalismo pode sobreviver indefinidamente, pelo menos em certas condições favoráveis. Pode ser assim, mas não significa isso uma rejeiçaõ de nossa tese. O capitalismo não significa apenas que a dona-de-casa pode influenciar a produçaõ ao escolher entre ervilhas e feijãõ, que o

jovem pode trabalhar numa fábrica ou fazenda, ou também que os gerentes de fábricas influam sobre o que e como produzir. Significa um sistema de valores, uma atitude frente à vida, uma civilização, enfim, uma civilização de desigualdade e de fortunas herdadas. Essa civilização, no entanto, desaparece rapidamente. Regozijemo-nos ou lamentemos o fato quanto quisermos. Mas não fechemos os olhos a ele.

Resta um único e autêntico problema: os diagnósticos que se baseiam em conclusões favoráveis à sobrevivência do trabalhismo dependem sobretudo de extrapolações do atual e espetacular desenvolvimento da potencialidade produtiva da sociedade. Mas há em tudo isso um elemento que carece de explicação. Os êxitos do passado foram resultado do capitalismo mais ou menos livre. Não se pode presumir, sem mais aquela, que o trabalhismo continuará a operar como até agora. Não precisamos aceitar a tese estagnacionista, da maneira hoje formulada, para sentirmo-nos perturbados diante da possibilidade de que essa tese se confirme, afinal de contas, se o sistema da iniciativa privada for *permanentemente* sobrecarregado e *regulamentado* além de sua capacidade de tolerância. Nesse caso, uma solução socialista total pode impor-se aos inimigos do socialismo como a menos danosa.

II

A transformação de uma ordem social em outra é processo incessante mas, em si mesmo, muito lento. Para o observador de certo espaço de tempo de uma época *calma* pode bem parecer que o quadro social não mudou absolutamente. Além disso, o processo freqüentemente sofre reveses que, considerados em si mesmos, podem sugerir a presença de uma tendência oposta. Mas, em certas ocasiões, observamos também fases de aceleração, cujas causas mais claras são as grandes guerras. No passado, uma guerra levada a bom termo poderia aumentar o prestígio da classe dominante e fortalecer o quadro (495) institucional em que ela se inseria. Isso não mais acontece nas condições modernas. A I Guerra Mundial afetou apenas superficialmente a situação social nos Estados Unidos, porque o esforço bélico nem foi exaustivo nem bastante prolongado para deixar uma marca permanente. Na Europa, no entanto, o caso foi diferente. Nos países derrotados, onde a estrutura social pegou fogo, a tendência latente para a reconstrução socialista surgiu à superfície e, por curto período, levou tudo de roldão. Ainda mais

significativo foi o fato de que algo semelhante também ocorreu, embora naturalmente em escala muito menor, nos países vitoriosos. Na França, a república burguesa já não era o que fora antes de 1914. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista, ainda não socialista, mas influenciado por uma ala socialista, obteve se não o poder, pelo menos os cargos. E, em ambos os países, a atitude do setor político em relação ao sistema da iniciativa privada passou suavemente por uma alteração fundamental.

Dada a existência de antiga tendência para o socialismo, é fácil de entender essa alteração. Embora as vozes que pediam a continuação da política estabelecida durante os anos da economia de guerra não conseguissem muito apoio e embora, por algum tempo, o ressentimento público com as restrições vigentes durante o conflito bloqueassem mais progressos ao longo desse caminho, verificou-se que nenhum retorno à política de pré-guerra era possível, mesmo nos casos em que foi tentado. Esse fato foi confirmado de maneira característica pela política de ouro da Inglaterra e seu fracasso final. Num mundo que já não era o mundo da iniciativa privada, o padrão-ouro (o filho travesso que persistia em dizer coisas desagradáveis) não podia funcionar.

A crise mundial e a II Guerra Mundial foram também *aceleradores* que, desta vez, se fizeram sentir também nos Estados Unidos. Criaram situações que foram consideradas, certo ou errado, além da capacidade curativa dos remédios, que se teriam imposto por si mesmos ao homem da idade da livre iniciativa. A própria classe comercial, temerosa dos *reajustamentos* que a aplicação desses remédios teria tornado necessária, aceitou (embora resmungando algumas vezes) expedientes reguladores que podiam impedir a repetição das experiências de 1929-1933 e, mais tarde, outros que talvez impedissem uma crise de após-guerra semelhante à que se verificou em 1921. Aceitou, além disso, novos fardos fiscais, mera fração dos quais teria sido considerada insuportável há cinqüenta anos, não só para ela como também para os principais economistas da época. E não importa se a classe comercial aceita ou não nova situação. O poder (496) do trabalhismo é quase tão forte por si mesmo (e dominador, em aliança com outros grupos, que de fato, embora não por palavras, abdicou da lealdade ao sistema de valores da economia do lucro privado) para impedir qualquer reviravolta que pretenda algo mais que desbastar algumas arestas demasiadamente agudas.

Deixem-nos repetir: não pensamos absolutamente que simples fatos, mesmo fatos da

importância de *guerras lotais*, a situação política deles derivada, e as atitudes e sentimentos de indivíduos ou grupos sobre essas situações, dominem os contornos, a longo prazo, da história social, que é influenciada por forças muito mais avassaladoras. Mas sustentamos que esses fatos e as situações por eles criadas podem eliminar obstáculos no caminho de tendências mais fundamentais, obstáculos que, de outra maneira, teriam retardado o ritmo da evolução social. Observe-se que isso não constitui necessariamente razão para que o socialista sério os receba de braços abertos. A evolução para o socialismo, na ausência desses fatos, seria mais lenta, porém, mais firme. Os reveses e o aparecimento de situações incontroláveis seriam menos prováveis, ao mesmo tempo que mais perfeita a coordenação dos vários setores da vida nacional. E isso porque, da mesma maneira que a existência de uma oposição eficiente é necessária para o funcionamento ordenado do governo democrático, a existência de forças econômicas contrárias à transformação institucional pode-se tornar necessária a fim de manter o ritmo da mudança dentro de certa margem de segurança.

A inflação é um dos mais poderosos dentre os fatores que facilitam a aceleração da transformação social. Tão numerosas são as autoridades que nos dizem que nada solapa tanto a sociedade como a inflação que julgamos desnecessário comentar esse aspecto. Mas se o aceitamos, segue-se, do que dissemos acima, que, de todos os pontos-de-vista imagináveis, excetuado apenas o ponto-de-vista dos revolucionários irresponsáveis, é de magna importância depois de uma guerra ajustar o processo econômico do país para impedi-lo de produzir mais inflação. Mas claro também que é tarefa extremamente difícil em um mundo em que todos temem as conseqüências a curto prazo de tal política e onde alguns dos ajustamentos necessários (especialmente uma elevação em muitos preços previamente controlados, sem um aumento nas escalas de salário) não seriam *politicamente possíveis**. (* O curso oposto, a redução proporcional de outros preços e dos salários em dinheiro, não só é ainda menos "politicamente possível", mas de observância mais deficit, dado o perigo de causar uma depressão séria.) O curso óbvio nas circunstâncias, e realmente seguido depois de 1945 (entre recriminações mútuas, mas ainda assim (497) com boa medida de concordância), foi mitigar as dificuldades do período de transição através de uma dose de inflação controlada, medida que se tornou mais eficaz graças à continuação do alto nível de despesas com as forças armadas e com a política de reconstrução e ajuda à Europa. Substancialmente, tudo isso serviu ao seu fim. E como pareceu à maioria do povo, embora não para os economistas, que um período de vigoroso desenvolvimento econômico estava à vista, exigindo grandes investimentos, a esperança de que maiores perturbações seriam evitadas e que a economia dos

Estados Unidos se expandiria com uma lenta elevação de preços não era inteiramente desprovida de fundamento, não importando o que acontecesse no estrangeiro, excetuando apenas a hipótese de uma guerra.

Considerações desse tipo, no entanto, não levam em conta um fato sombrio. Em um alto nível de emprego (parece que, finalmente, estamos abandonando os *slogans* do pleno-emprego), seja ele *natural*, seja sustentado por política oficial, os pedidos de aumento de salário e outras exigências, que aumentam as despesas com o trabalho, tornam-se tanto inevitáveis como inflacionários. Tornam-se inevitáveis porque o alto nível de emprego elimina a única razão por que ele não devia ser elevado. E tornam-se inflacionários porque, com a alta utilização dos recursos, a tomada de empréstimos em bancos e a remarcação ascendente dos preços fornecem um método extremamente fácil de atendê-las. Embora os contratos de trabalho sejam ainda negociados por sindicatos isolados, o movimento é realmente de natureza geral. Deslizamos, assim, para a situação keynesiana, na qual as médias de salário em dinheiro não mais afetam a produção e o emprego, mas apenas o valor da unidade monetária. Sendo o que é a situação da liderança do governo e dos sindicatos, nada poderá deter esse mecanismo (com as exceções devidas a situações particulares de certas firmas), o que importará em perene pressão inflacionária. As exigências cada vez maiores sobre o Tesouro e os nossos métodos híperprogressivos de taxaçaõ agravam naturalmente a situação, embora não a tenham criado.

Não há necessidade de dizer que as reduções de preços passadas e futuras não desmentem a existência da pressão inflacionária. À parte mesmo a dança dos preços de produtos agrícolas e outros casos auto-explicáveis, tais baixas ocorrem caracteristicamente no curso de todas as inflações, fato que pode ser bem ilustrado com o que ocorreu na Alemanha depois da I Guerra Mundial. As *vítimas* dessa situação deblateram contra a deflação e com elas fazem coro os economistas que têm prognósticos deflacionários que desejam ver confirmados e que, de qualquer maneira, parecem incapazes de prever outra coisa (498) senão inflação. Constitui, pois, um cumprimento à capacidade produtiva da indústria americana, mais sincero porque não intencional, que haja dúvida ainda sobre qual o maior perigo: a inflação ou a deflação.

Um estado de pressão inflacionária perene terá quantitativamente o efeito de debilitar o quadro social e de fortalecer as tendências subversivas (não importa se cuidadosamente disfarçadas sob o rótulo de *liberalismo*) que todos os economistas competentes têm o hábito de atribuir a inflações mais espetaculares. Mas isso não é tudo. Além disso, algumas das soluções-padrão não aliviarão, e poderão mesmo agravar, a atual situação. Parece-nos que esse fato não está sendo devidamente compreendido. Examinemos, pois, embora brevemente, esses três tipos de remédio.

1. A mais ortodoxa de todas as medidas para o combate à inflação é a ação através da taxa de juros sobre o volume dos empréstimos tomados, o racionamento do crédito, e medidas semelhantes. Entendemos perfeitamente que a taxa do dinheiro deve ser libertada do domínio da política do dinheiro barato *se se deseja que seja restabelecida a normalidade, no sentido em que esta palavra é entendida na economia da livre iniciativa*, e que, para todos aqueles que desejam o retorno a essa normalidade, a liberação — ou reconstrução — de um mercado livre de dinheiro deve ser ponto de magna importância. Mas isso não altera o fato de que uma política restritiva de crédito produziria, no momento atual, conseqüências inteiramente diferentes daquelas que a velha teoria da política de crédito nos levaria a esperar. Aceitando a última sem restrições (para fins de argumentação), não podemos deixar de observar que ela devia aplicar-se a um mundo em que tudo era perfeitamente flexível e que não temia aquilo que poderemos chamar de *recessões curativas*. Em um mundo desse tipo esperava-se que o aumento da taxa de juros fosse capaz de reduzir o volume das operações, os salários e os *empregos*. Atualmente, nenhum desses efeitos seria possível e, mesmo que o fosse, provocaria a ação do governo para neutralizá-los. Em outras palavras, as restrições de crédito nos dias que correm pouco mais efeito teriam do que aumentar as dificuldades do mundo dos negócios. Até mesmo as restrições dos créditos aos consumidores teriam, até certo ponto, esse efeito, embora, sem dúvida, algo possa ser feito neste campo.

Dificuldades semelhantes surgem com a política de combater a inflação por meio de maior taxaço, um remédio não menos (499) ortodoxo, mas que goza junto aos modernos economistas de uma popularidade negada às restrições do crédito. E verdade que algo pode ser conseguido pelo aumento dos impostos sobre o Consumo. Em,, uma situação inflacionária, essa medida

seria até mesmo bom keynesianismo. Mas, caso elevemos os impostos sobre as sociedades anônimas e as altas rendas, o efeito sobre a pressão inflacionária seria, na melhor das hipóteses, insignificante, e poderia mesmo ter efeito negativo. Pois, se se deseja que continue a atual média de progresso industrial e, conseqüentemente, a média de obsolescência do equipamento, será necessário recorrer cada vez mais ao crédito bancário inflacionário para compensar a diminuição dos meios de financiamento não-inflacionários disponíveis. Por outro lado, a diminuição dessas médias de progresso e obsolescência reduziria na verdade, por algum tempo, a pressão inflacionária, mas a intensificaria a longo prazo*. (** É fácil perceber por que este argumento não impressiona nossos amigos radicais. Mas confesso que julgo difícil entender a posição de alguns competentes economistas, contra os quais não se arguiu a suspeita de desejar o fracasso da máquina industrial e que, apesar disso, citam a redução dos investimentos industriais entre os meios aceitáveis para combater a inflação, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Incidentalmente, deve-se notar que a opinião de alguns intrépidos conservadores, de que a taxa alta e fortemente progressiva pode promover, e que a redução da taxa (nos casos indicados) pode reduzir os perigos inflacionários, não merece necessariamente a zombaria com que é recebida.*)

3. O terceiro remédio caseiro consiste nos controles diretos — fixação de preços, prioridades, etc. (incluindo subsídios). Não nos precisamos deter para explicar o motivo por que o remédio é popular em alguns setores da opinião pública. Para a burocracia em particular, a sua reimplantação significaria a reconquista de terreno perdido; para os sindicatos, significaria uma vantagem decisiva na campanha de participação nos lucros das empresas; para o mundo dos negócios, significaria a perda de uma linha de retirada que permanecerá aberta enquanto a maioria, se não todos os ataques que sofre, puderem ser rechaçados, parcialmente, se não totalmente, pelos reajustamentos de preços. Ou, no mínimo, tornaria essa retirada dependente da permissão governamental, que tudo indica seria concedida para melhorar a máquina produtiva. Em outras palavras, o controle de preços poderia resultar na rendição da empresa privada à autoridade pública, isto é, num grande passo para a economia totalmente planejada.

Neste ponto JOSEPH SCHUMPETER terminou as suas notas. Os que ouviram a conferência lembram-se que nessa altura o tempo já era escasso e (500) que ele resumiu a palestra com muita brevidade, retornando às suas observações iniciais sobre a importância, para o futuro econômico do país, do atual estado de pressão inflacionária nas condições políticas existentes. Alguns dos pontos abordados com tanta brevidade podem ser encontrados mais extensamente estudados na segunda edição americana ou na terceira edição inglesa de Capitalismo, Socialismo e Democracia e em um artigo "There is Still Time to Stop Inflation", publicado no

Nation's Business *de junho de 1948.*

Os parágrafos seguintes são reconstituídos de memória e de notas usadas na conferência.

Não pretendemos fazer profecias. Identificamos apenas fatos e chamamos a atenção para as tendências sugeridas por eles.

A pressão inflacionária perene pode desempenhar parte importante no domínio eventual do sistema da iniciativa privada pela burocracia, atribuindo-se à primeira os impasses e atritos resultantes e usando-os como justificativas para mais restrições e regulamentações. Não dizemos que qualquer grupo siga essa orientação com o objetivo consciente, pois objetivos jamais são inteiramente conscientes. Pode surgir uma situação em que a maioria do povo considere o planejamento como o menor dos males possíveis. Não o chamarão por certo de socialismo ou comunismo e presumivelmente farão alguma exceção ao agricultor, ao retalhista e ao pequeno produtor. Nessas circunstâncias, o capitalismo (o sistema da livre iniciativa) como esquema de valores, como meio de vida e forma de civilização, talvez não mereça mais defesa.

Não ousamos afirmar que o gênio americano da produção em massa, sobre cujo rendimento passado repousa todo o otimismo do sistema de vida da nação, esteja à altura da experiência. Tampouco ousamos afirmar que a política responsável por essa situação possa ser invertida.

MARX estava errado em seu diagnóstico sobre a maneira como entrará em colapso a sociedade capitalista. Mas não errou ao dizer que ela sucumbiria um dia. Os estagnacionistas estão errados no seu diagnóstico sobre as razões de estagnação do processo socialista, mas podem ter razão no prognóstico sobre a estagnação da sociedade, contanto que haja suficiente ajuda do governo*.

30 de dezembro de 1949.

(* Este trabalho é reproduzido com a permissão da Associação Econômica Americana, para cujos *Anais* (dezembro de 1949) foi redigido.)